





smart **energy** world

Um mundo inteligente e eficiente, onde a energia da natureza é a nossa energia. Onde a sustentabilidade e competitividade são a essência da autonomia e produção energética. Onde a liderança na inovação e tecnologia respeita o futuro do planeta. É este o nosso mundo. O mundo EDP Renováveis.





Índice

6	sobre este relatório
8	mensagem do presidente do conselho de administração e da ceo
10	visão geral
12	PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DE 2010
14	INDICADORES-CHAVE
16	VISÃO, MISSÃO E VALORES
19	O NOSSO NEGÓCIO
23	ORGANIZAÇÃO
24	PRÊMIOS E RECONHECIMENTO
26	GOVERNO DA SOCIEDADE
32	PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)
38	ambiente de negócio
40	AMBIENTE MACROECONÓMICO
41	AMBIENTE DO MERCADO DA ENERGIA EÓLICA
43	REGULAÇÃO DO MERCADO DA ENERGIA EÓLICA (POR PAÍSES)
52	desempenho económico
54	DESEMPENHO OPERACIONAL
63	DESEMPENHO FINANCEIRO
70	desempenho ambiental
72	O NOSSO COMPROMISSO
72	PARQUES EÓLICOS E AMBIENTE
72	GESTÃO AMBIENTAL
75	BIODIVERSIDADE
77	ECO-EFICIÊNCIA E RESÍDUOS
80	desempenho social
82	COMUNIDADES LOCAIS
87	OS NOSSOS COLABORADORES
94	SAÚDE E SEGURANÇA
96	avaliação da gri
98	AVALIAÇÃO DA GRI
108	RELATÓRIO DE REVISÃO INDEPENDENTE
110	governo da sociedade
112	DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO
118	ESTRUTURA DE GOVERNO DA SOCIEDADE
123	ESTRUTURA ACCIONISTA
124	SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLO
140	EXERCÍCIO DOS DIREITOS DOS ACCIONISTAS
143	REMUNERAÇÕES
145	MERCADO DE CAPITALIS
158	demonstrações financeiras
160	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
236	DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A INFORMAÇÃO FINANCEIRA
237	RELATÓRIO DE AUDITORIA ÀS CONTAS ANUAIS CONSOLIDADAS





sobre este relatório

Este é o terceiro ano em que a EDP Renováveis (em diante, “EDPR”) publica um relatório integrado, no qual descreve o desempenho da empresa no que diz respeito aos três pilares da sustentabilidade: económico, ambiental e social.

A EDPR está empenhada em melhorar de forma continuada o seu desempenho em Sustentabilidade, tal como é descrito na sua Visão e Missão, como forma de criar valor para os seus accionistas e para a sociedade. Enquanto líder do sector das energias renováveis, a EDPR desempenha um papel essencial dentro do Grupo EDP, líder mundial em 2010 nos Índices Dow Jones de Sustentabilidade, nas empresas do sector eléctrico.

A EDPR conduziu nesse âmbito um estudo com um grupo de *stakeholders* internos e externos, a fim de identificar os tópicos que os seus parceiros e as mais diversas partes interessadas apresentam mais preocupações e aos quais atribuem mais relevância. Este relatório aborda assim as respectivas áreas de maior preocupação e relevância identificadas.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI)

A EDPR empenhou-se uma vez mais em seguir as linhas de orientação da Global Reporting Initiative (GRI) para os relatórios de sustentabilidade.

As directrizes da GRI definem um conjunto de indicadores e recomendações para criar um padrão global de divulgação da informação relativa aos três pilares da sustentabilidade: desempenho económico, ambiental e social. A adesão de uma empresa a estas directrizes significa a sua convergência com o conceito e as práticas da sustentabilidade.

Todo o relatório, incluindo os indicadores ambientais e sociais contemplados pela GRI, foi auditado pela KPMG.

No capítulo “avaliação gri” pode ser encontrado um quadro completo da implementação das directrizes da GRI.

NÍVEL DE APLICAÇÃO GRI

Cumprindo as recomendações da GRI, este relatório foi certificado externamente pela KPMG, que confirmou a autodeclaração da EDPR do nível A+.

PRINCÍPIOS GRI

O quadro GRI estabelece uma lista de princípios para ajudar as organizações a garantir que o conteúdo dos seus relatórios é equilibrado e fidedigno. A EDPR aplicou estes princípios como base para o seu Relatório Anual de 2010.

Para saber mais sobre as linhas de orientação da GRI, visite www.globalreporting.org.

“GLOBAL COMPACT” DAS NAÇÕES UNIDAS

O “Global Compact” é uma iniciativa das Nações Unidas lançada em 2000 que estabelece linhas de orientação para os negócios que entendam dever contribuir para o desenvolvimento sustentável.

A EDP decidiu seguir as recomendações desta iniciativa, pelo que também a EDPR está empenhada em pôr em prática estes princípios e a informar a sociedade dos progressos alcançados.

NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATO FINANCEIRO (IFRS)

Os indicadores económicos e financeiros deste relatório tiveram por base os padrões das IFRS. O objectivo geral das IFRS é o de criar normas internamente consistentes e internacionalmente convergentes baseadas numa série de princípios para o relato económico e financeiro.

GOVERNO SOCIETÁRIO

Este Relatório Anual inclui um capítulo sobre o governo da sociedade onde se descreve a sua adopção das recomendações contidas no Código de Governo das Sociedades portuguesas, aprovado pela Comissão de Mercado de Valores Mobiliários portuguesa.

A EDPR presta assim informação sobre a estrutura do modelo de governo, estrutura accionista, sistemas de controlo e gestão, exercício de direitos pelos accionistas, política de remunerações, política de dividendos e relações da empresa com o mercado.

ÂMBITO DO RELATÓRIO

Este relatório é relativo ao ano fiscal de 2010, com início a 1 de Janeiro de 2010 e fim a 31 de Dezembro de 2010, apresentando ainda alguns acontecimentos relevantes dos primeiros meses de 2011. Contém informações sobre a EDP Renováveis, S.A., bem como sobre as suas subsidiárias no período em referência.

Tanto este relatório como os relatórios de anos anteriores estão disponíveis em www.edprenovaveis.com.

INQUÉRITO DE OPINIÃO

Com vista a melhor adaptar o nosso reporte futuro às necessidades dos nossos *stakeholders*, está disponível um inquérito de opinião no nosso website em www.edprenovaveis.com.

PRINCÍPIOS GRI

Relevância	Inclusão dos stakeholders	Contexto da sustentabilidade
Este relatório inclui a informação relevante para os stakeholders da sociedade, tal como ela se apresenta nos estudos de materialidade conduzidos.	As preocupações e o feedback transmitidos por todas as partes interessadas foram tidos em conta durante a criação do relatório.	Este relatório enquadra devidamente, e tanto quanto possível, a estratégia de contribuição para o desenvolvimento sustentável da sociedade.
Abrangência e equilíbrio	Comparabilidade, precisão, clareza e fidedignidade	Periodicidade
Salvo declaração em contrário, este relatório abrange todas as subsidiárias da empresa e é apresentado numa perspectiva de equilíbrio e objectividade.	A informação apresentada segue as linhas de orientação para tornar a informação comparável, rastreável, exacta e fidedigna.	A informação apresentada neste relatório diz respeito ao ano fiscal de 2010. A EDP Renováveis compromete-se a transmitir informação sobre sustentabilidade pelo menos uma vez por ano.



- | | |
|---|---|
| 1 | 3 |
| 2 | 4 |
- 1. Foto do colaborador: Stephanie Brandon
 - 2. Foto do colaborador: Heath Herje
 - 3. Foto do colaborador: Michelle Graham
 - 4. Foto do colaborador: Beth Oblon



MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA CEO

Estimados *stakeholders*,

No ambiente de incerteza que se vive actualmente, a estratégia da EDP Renováveis tem vindo a demonstrar ser a mais acertada. Em 2010, tomámos as decisões adequadas para enfrentarmos este contexto de extrema exigência, mantendo em simultâneo a nossa posição de liderança no sector das energias renováveis.

Um dos fundamentais fios condutores da nossa estratégia é a capacidade de nos ajustarmos a um mundo cada vez mais complexo. As acções que levámos a cabo em 2010 reforçam esta certeza. A flexibilidade, um leque de opções alargado e a excelência aplicada à sua execução são as “regras do jogo” para quem quer controlar os riscos e maximizar a rentabilidade.

Num contexto de crescimento económico reduzido, volatilidade dos mercados financeiros, aumento dos riscos das dívidas soberanas e pressão do enquadramento regulatório do sector um pouco por todo o mundo, a antecipação e a flexibilidade foram dois aspectos absolutamente fulcrais para garantir um justo equilíbrio entre os nossos três pilares estratégicos e para manter a nossa posição de liderança no sector. A EDP Renováveis antecipou-se aos seus pares quando, logo no início de 2010, comunicou uma redução no seu ritmo de crescimento, e também no início do quarto trimestre, quando anunciou novo abrandamento, prevendo a deterioração das condições de mercado e um menor apoio federal às energias renováveis nos EUA face ao inicialmente previsto.

Crescimento – Os nossos resultados operacionais revelam o sólido desempenho da EDP Renováveis. Em 2010 instalámos em todo o mundo uma capacidade adicional de produção de 1,1 GW de energia limpa, sem emissões de CO₂, atingindo um total de 6,7 GW de capacidade instalada.

Rentabilidade – O nosso EBITDA cresceu mais de 30% e o *cash-flow* operacional mais de 45%, com o resultado líquido a alcançar os 80 milhões de euros. A nossa estrutura de capital manteve-se, no entanto, em níveis adequados, com a dívida financeira a não ultrapassar os 25,5% do total dos activos. Continuámos também a melhorar os níveis de eficiência: a taxa de disponibilidade do nosso parque produtivo progrediu significativamente em 2010, atingindo os 97%, enquanto o factor de utilização do conjunto do nosso portfólio ascendeu a 29%, mantendo-se na primeira linha do sector nos mercados em que actuamos.

Perfil de risco – O enfoque na gestão da exposição da empresa aos mais diversos riscos é uma das nossas grandes prioridades. Em 2010, assinámos contratos de aquisição de energia (“Power Purchase Agreements”) para garantir a venda de mais de 1,1 GW em todo o mundo. Nos EUA, estes contratos alcançaram os 841 MW, no que foi o valor mais elevado conseguido por qualquer operador naquele mercado. Actualmente, 88% do nosso portfólio operativo tem uma exposição reduzida à volatilidade dos preços de mercado a curto prazo, através de uma combinação entre estruturas de cobertura de risco, tarifas a preços fixados, preços-base regulados ou contratos de aquisição a longo prazo.

Ao mesmo tempo, dedicámo-nos a preparar o futuro. No final de 2010, tínhamos em fase de construção um total de 649 MW de capacidade de produção adicional e mais de 31 GW de projectos em carteira em 11 países para futuro desenvolvimento. No Reino Unido, a EDP Renováveis garantiu a atribuição em concurso de 1,3 GW de capacidade de produção *offshore*. No sector da energia solar, temos projectos para a instalação de 450 MW de capacidade de produção, e continuamos a estudar outras oportunidades, quer com base na adopção de novas tecnologias, quer com base no alargamento a novos mercados. Estas oportunidades permitem-nos garantir um conjunto adicional de opções de desenvolvimento e a flexibilidade suficiente para continuar a assegurar um crescimento rentável para a empresa.

As alterações que se verificaram no mundo tiveram também os seus efeitos na forma como os diversos *stakeholders* encaram os resultados das empresas. Actualmente, para além da rentabilidade económica, a sustentabilidade e a responsabilidade social passaram a ser factores-chave para a obtenção de resultados a longo prazo.

A EDP Renováveis lidera também neste campo de acção, e é por isso que nos envolvemos activamente com os nossos diversos parceiros bem como com a sociedade em geral. Desde a fase inicial de planeamento e implementação de todas as nossas actividades, promovemos um diálogo aberto e saudável com todas as partes envolvidas. Em todas as geografias em que estamos presentes, criamos postos de trabalho, apoiamos as comunidades locais e construímos novas infra-estruturas ou aperfeiçoamos as existentes. Esta é a forma como marcamos verdadeiramente a diferença.

A EDP Renováveis contribui ainda de forma decisiva para a posição de liderança global do Grupo EDP no que diz respeito à sustentabilidade, já que 100% da energia que produzimos é renovável. Os 14,4 TWh que

produzimos em 2010, evitamos a emissão de 7,3 milhões de toneladas de CO₂ para a atmosfera.

O ano de 2011 espera-se que continue a ser marcado pelos desafios que temos enfrentado. A situação política e económica na Europa está sob forte escrutínio internacional, e nos Estados Unidos a administração Obama está a entrar na segunda metade do seu mandato, após dois anos em que as suas políticas ambientais não alcançaram o êxito esperado.

De todas as formas, foram dados sinais positivos na Conferência das Nações Unidas para as Alterações Climáticas, realizada em Cancún, já que o mundo mais uma vez reforçou a necessidade de se adoptarem acções imediatas para enfrentar os riscos do aquecimento global. Da mesma forma, a independência energética é cada vez mais um aspecto fulcral para os decisores políticos, e as energias renováveis têm aqui um papel incontestável – reduzindo a dependência energética de alguns, contribuindo para o desenvolvimento sustentável de todos.

Temos a forte convicção de que é necessário adoptar uma combinação equilibrada entre as várias fontes de energia renovável, favorecendo aquelas que se encontram num estágio de maturação tecnológica mais avançado, ao mesmo tempo que se vão introduzindo a par e passo novas tecnologias no mercado, garantindo a sustentabilidade a longo prazo do sector.

De resto, o sector tem a responsabilidade de ajustar a percepção indevida do seu papel e da sua contribuição para a sociedade. As energias renováveis são uma parte decisiva da solução, contribuindo para o crescimento económico, para a criação de emprego e para sociedades mais competitivas, mais limpas e mais seguras. A EDP Renováveis, em particular, está na linha da frente deste esforço. O exemplo do resultado da discussão sobre a remuneração dos parques eólicos em Espanha demonstra claramente como o sector eólico e a EDP Renováveis são uma parte fundamental da solução que se pretende alcançar para os problemas económicos, energéticos e ambientais.

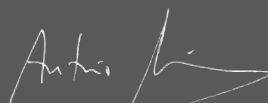
É por isso que acreditamos que a EDP Renováveis está no caminho certo, adoptando a estratégia mais adequada, tendo em conta a

flexibilidade garantida pelas opções assumidas no passado para nos adaptarmos aos mais diversos cenários de futuro. Continuaremos desta forma a reforçar a nossa cultura corporativa, a consolidar a organização e os procedimentos adoptados, a contribuir para o desenvolvimento dos nossos colaboradores e a trabalhar em conjunto com todos os *stakeholders* para prosseguirmos este caminho de excelência.

Para conduzirmos a nossa estratégia de sucesso contamos com o trabalho e dedicação das nossas 822 pessoas. Sabemos que elas são fundamentais para o nosso êxito. Por isso, mais que duplicámos o investimento em formação, e implementámos ainda novos benefícios sociais que excedem os estabelecidos legalmente, com especial atenção para a promoção do equilíbrio entre a vida laboral e a familiar. Lançámos também a nossa própria Universidade Corporativa, com o que pretendemos promover o desenvolvimento das carreiras profissionais das nossas pessoas e favorecer a partilha de conhecimentos dentro da empresa.

Cabe uma palavra final aos nossos accionistas para agradecer-lhes o apoio e confiança que têm continuamente vindo a depositar em nós. A EDP Renováveis é uma empresa que pretende combinar os princípios da sustentabilidade ambiental com o êxito financeiro e económico. Ao longo da nossa ainda curta existência, temos conseguido avançar com sucesso no caminho traçado inicialmente, combinando a lealdade aos nossos princípios com a robustez do nosso desenvolvimento.

A todos os nossos *stakeholders*, os nossos agradecimentos.



António Mexia

Presidente do Conselho
de Administração



Ana Maria Fernandes

Administradora-Delegada
(CEO)



visão
geral

12	PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DE 2010
14	INDICADORES-CHAVE
16	VISÃO, MISSÃO E VALORES
17	Os nossos compromissos
19	O nosso negócio
19	A nossa estratégia
20	A nossa actividade
20	O nosso objectivo
20	A nossa inovação
23	ORGANIZAÇÃO
24	PRÉMIOS E RECONHECIMENTO
26	GOVERNO DA SOCIEDADE
26	Modelo de governo
28	Ética
29	Gestão de riscos
31	Políticas públicas
32	PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)
32	Análise de materialidade
34	Relacionamento com os <i>stakeholders</i>
35	Comunicação



visão geral

PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DE 2010



8 JAN

Adjudicação à EDPR de 1,3 GW de capacidade eólica offshore no Reino Unido

25 JAN

A EDPR assina um acordo com a duração de 15 anos para a venda de certificados “verdes” para 120 MW na Polónia

27 JAN

A EDPR entra no mercado eólico de Itália, através da aquisição de 520 MW em fase de desenvolvimento

17 FEV

A EDPR assina um novo contrato de aquisição de energia com a TVA para 115 MW nos EUA

25 FEV

A EDPR anuncia os seus resultados anuais de 2009



12 ABR

NYSERDA atribui à EDPR um contrato de venda de certificados de energia renovável (RECs) a 10 anos para 171 MW nos EUA

13 ABR

A EDPR realiza a sua Assembleia Geral Ordinária anual

26 ABR

A EDPR assina um contrato de fornecimento de turbinas para 1,5 GW de capacidade

5 MAI

A EDPR anuncia os resultados do 1.º trimestre de 2010

19 MAI

A EDPR realiza o seu primeiro Dia do Investidor

28 JUN

A EDPR realiza uma transacção para um financiamento *tax equity* no montante de \$141 milhões na estrutura Vento III

3º T

6 JUL

Governo da Cantábria adjudica 220 MW à EDPR pelo (16% do total da capacidade atribuída em leilão)

12 JUL

O Governo da Roménia aprova novo enquadramento regulatório, aplicável ao sector eólico do país.

29 JUL

A EDPR anuncia os resultados do 1.º semestre de 2010

27 SET

A EDPR estabelece uma estrutura *tax equity* para 99 MW nos EUA, garantindo \$84 milhões

30 SET

A EDPR estabelece um *project finance* para 120 MW na Polónia pelo valor de PLN 535 milhões (€135 milhões)

4º T

3 NOV

A EDPR anuncia os resultados dos primeiros nove meses de 2010

15 NOV

A EDPR assina um contrato de aquisição de energia a 20 anos com a AEP para 99 MW nos EUA

30 NOV

EDPR assina um contrato de aquisição de energia a 20 anos com a TVA para 83 MW nos EUA

8 DEZ

O Governo Espanhol publica nova legislação, garantindo estabilidade regulatória ao sector da energia eólica

9 DEZ

A EDPR estabelece um novo acordo *tax equity* para 101 MW nos EUA, assegurando \$99 milhões.

13 DEZ

A EDPR assina um contrato de aquisição de energia a 5 anos com a Constellation para 198 MW nos EUA

16 DEZ

A EDPR assina um contrato de aquisição de energia a 20 anos com a Ameren e a ComEd para 175 MW nos EUA

A EDPR celebrou nos EUA, um total de 841 MW de contratos de aquisição de energia em 2010 (555 MW dos quais no 4.º trimestre)

20 DEZ

O Presidente dos EUA assina a prorrogação do prazo de reembolso do *Cash Grant*



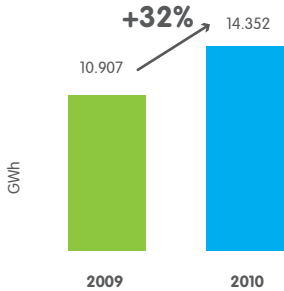
visão geral

INDICADORES-CHAVE

INDICADORES OPERACIONAIS		
	2010	2009
Capacidade instalada (*)		
EBITDA MW + ENEOP	6.676	5.575
Capacidade em construção	649	739
Pipeline (Tier 1+2+3)	22.218	20.152
Prospects	8.844	9.419
Factor de utilização e disponibilidade		
Factor de utilização (%)	29%	29%
Disponibilidade (%)	97%	95%
Produção		
Electricidade produzida (GWh)	14.352	10.907

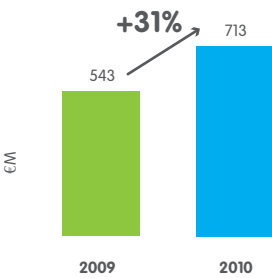
(*) Nota: Neste Relatório e Contas, a capacidade instalada é reportada em EBITDA MW (incluindo ENEOP) e a capacidade em construção, pipeline e prospects em MW brutos.

Crescimento da produção de energia

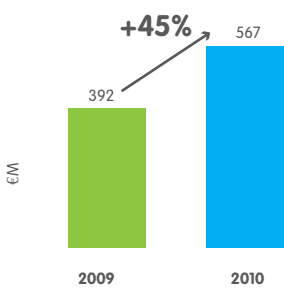


INDICADORES FINANCEIROS		
(€M)	2010	2009
Demonstração de Resultados		
Margem Bruta	948	725
Custos operacionais	(235)	(182)
EBITDA	713	543
Margem EBITDA %	75,2%	74,9%
EBIT	290	231
Resultados financeiros	(174)	(72)
EBT	121	163
Imposto sobre o rendimento	(38)	(45)
Resultado líquido atribuível aos accionistas EDPR	80	114
Posição Financeira		
Total do activo	12.835	11.294
Dívida líquida	2.848	2.134
Capital próprio (valor de mercado)	3.783	5.784
Enterprise Value (EV)	7.927	9.126
Dívida líquida / EV %	35,9%	23,4%
Dívida líquida / EBITDA	4,0	3,9
Capex	1.401	1.846
Fluxo de caixa		
Fluxo de caixa operacional	567	392

Crescimento do EBITDA



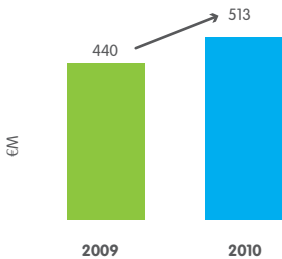
Crescimento do fluxo de caixa operacional



INDICADORES ECONÓMICOS

(€M)	2010	2009
Desempenho económico		
Valor económico directo gerado (1)	1.073	813
a) Receitas	1.073	813
Valor económico distribuído (2)	560	373
b) Custos operacionais	257	188
c) Salários e benefícios dos colaboradores	55	43
d) Pagamentos a fornecedores de capital	217	108
e) Pagamentos ao governo	29	34
f) Investimentos comunitários	2	1
Valor económico retido (1)-(2)	513	440
Apoios financeiros significativos recebidos do governo	370	297

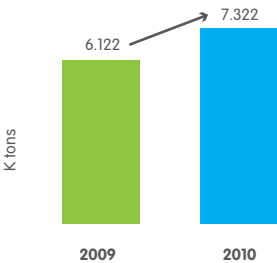
Valor Económico Retido



INDICADORES AMBIENTAIS

	2010	2009
Biodiversidade		
Centros de produção em áreas classificadas (%)	14%	12%
Emissões, efluentes e resíduos		
CO2 evitado (kt)	7.332	6.122
Total de resíduos (t)	567	267
Total de resíduos perigosos (t)	272	137
Global		
Gastos e investimentos em protecção ambiental (€ M)	15	9,5
N.º de instalações certificadas pela norma ISO 14001	33	10
Capacidade certificada pela norma ISO 14001 (MW)	958	290

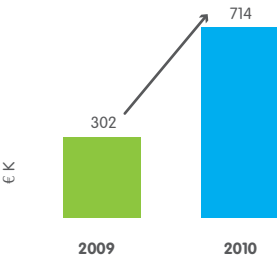
CO₂ evitado



INDICADORES SOCIAIS

	2010	2009
Emprego		
N.º de colaboradores	822	721
Rácio homens/mulheres	68%	68%
Taxa de rotatividade (turnover)	15%	15%
Idade média dos colaboradores (anos)	38	37,7
Salário mínimo médio na EDP Renováveis/ salário mínimo nacional	2,5	2,3
Saúde e segurança no trabalho		
OSHAS 18001 (% capacidade instalada)	24,7%	13,6%
N.º acidentes em serviço (incluindo empreiteiros)	24	29
N.º acidentes mortais em serviço	0	1
Total de dias perdidos por causa de acidentes laborais (não inclui empreiteiros)	164	131
Formação		
Total de horas de formação	26.734	14.559
N.º de participantes	3.277	414
Investimento total em formação (milhares de €)	714	302

Investimento em formação



visão geral

VISÃO, MISSÃO E VALORES



OS NOSSOS COMPROMISSOS

A EDP Renováveis adoptou os princípios de sustentabilidade em vigor no Grupo EDP, desenvolvendo a sua actividade de acordo com os mesmos.

Estes princípios orientam o equilíbrio entre as actividades económicas, ambientais e sociais levadas a cabo pela EDP Renováveis.

No início de 2011, harmonizámos e aprovámos as novas políticas ambiental e de saúde e segurança, e desenvolvemos ainda uma política de biodiversidade baseada nas linhas orientadoras estabelecidas pelo Grupo EDP.

RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

A EDP Renováveis desempenha um papel importante na sociedade como motor de desenvolvimento económico e como fonte de criação de valor e de emprego. O comportamento da empresa e o seu relacionamento com a comunidade local é pautado pelos princípios de responsabilidade social:

- Contribuir para a integração da EDP Renováveis na comunidade em que se insere;
- Promover iniciativas que melhorem o standard e as práticas de responsabilidade social da EDP Renováveis;
- Obter crescimento de forma sustentada, criando valor para todas as partes interessadas (stakeholders).



Se quiser saber mais sobre os nossos compromissos, princípios e políticas, pode ser consultada uma descrição detalhada no website da EDP Renováveis: www.edprenovaveis.com



visão geral

ACOMPANHAMENTO DAS MEDIDAS ENUNCIADAS NO RELATÓRIO DE 2009

No Relatório Anual de 2009, apresentámos uma série de compromissos para o ano seguinte:

COMPROMISSO	RESULTADO
Em 2009, a EDP Renováveis conduziu uma avaliação das suas práticas de sustentabilidade. As práticas então verificadas indicavam que a empresa tinha um resultado de 67,1% à luz dos critérios analisados. O objectivo era atingir um resultado de 75% já em 2010.	Em 2010, a EDPR voltou a realizar uma avaliação das suas práticas de sustentabilidade. As práticas agora avaliadas deram à empresa um resultado de 79,3%, ultrapassando largamente o objectivo fixado no Relatório Anual de 2009.
Seria criado em 2010, a nível corporativo, um Departamento de Sustentabilidade para assumir a implementação do plano acima referido.	Em 2010 foi criado o Departamento de Sustentabilidade a nível corporativo. O Departamento de Sustentabilidade e Saúde e Segurança na Europa foi dividido em dois novos departamentos: Sustentabilidade EU e Saúde e Segurança EU.
Em 2010, a EDP Renováveis desenvolveria iniciativas que reforçassem o conhecimento pela empresa das preocupações dos vários stakeholders, e otimizar formas de interacção com todos eles.	Em 2010, foram realizadas as seguintes iniciativas: inquérito aos stakeholders; estudo sobre os aspectos da sustentabilidade associados ao sector energético; inquérito sobre as práticas de sustentabilidade da EDP Renováveis.
Em 2010 o sítio da empresa na internet iria ser redesenhado para reflectir devidamente o perfil da empresa junto do público em geral e para melhorar a experiência dos seus utilizadores.	O sítio da empresa na internet foi completamente redesenhado e foi criado ainda um portal específico ("Save As") para promover junto das comunidades um comportamento sustentável.
Com base nos resultados do inquérito de satisfação aos colaboradores de 2009, a Equipa de Gestão da EDP Renováveis deveria desenvolver em 2010 um plano de acção que melhorasse as áreas que tivessem mais impacto na motivação, nas capacidades e no desempenho dos seus colaboradores.	Em 2010, desenvolveu-se um plano de acção concebido de forma a responder aos resultados do inquérito de satisfação aos colaboradores, que se traduziu no lançamento de várias iniciativas para melhorar os aspectos indicados no inquérito.
Evolução rumo a um modelo de avaliação de 360 graus.	Foi implementado, no final de 2010, um Sistema de Avaliação 360°.
Os padrões ambientais que deviam ser seguidos nas várias operações foram esboçados em 2009 e deveriam ser submetidos a uma revisão interna com o objectivo de os tornar efectivos em 2010.	Em 2010, a EDPR NA aprofundou o seu sistema de gestão ambiental (SGA). Para além da política corporativa ambiental e das normas ambientais de desenvolvimento adoptadas em 2009, a empresa começou a seguir o compromisso de desenvolver normas operacionais e associá-las ao seu sistema de gestão ambiental, tendo sido desenvolvida uma norma relativa aos resíduos e materiais perigosos.
Em 2010, seriam lançadas várias iniciativas para apoiar o tratamento e redução de resíduos gerados nos parques eólicos em funcionamento da empresa	Em 2010, a EDPR NA honrou o seu compromisso de apoiar o tratamento e redução de resíduos nos seus parques eólicos através da implementação, no início do ano, de um plano individual de tratamento de resíduos para todos os seus parques em actividade, e dando ainda formação sobre as melhores práticas adoptadas a todo o pessoal operacional. Na EDPR EU, o sistema de gestão ambiental foi alargado a 23 novos parques eólicos, nos quais a verificação dos procedimentos de tratamento de resíduos ajudou a reduzir ao máximo a quantidade de resíduos produzidos.
Foi manifestada a intenção de que mais de 20 novos parques eólicos, com uma capacidade total superior a 650 MW, fossem certificados em 2010 pela norma ISO 14001.	Em 2010, foram certificados 23 novos parques eólicos, com um total de capacidade instalada de 958 MW.

O NOSSO NEGÓCIO

A NOSSA EMPRESA

Somos um líder mundial no sector das energias renováveis. A nossa missão é produzir energia segura e limpa, contribuindo para um mundo mais sustentável, através do desenvolvimento, da construção e da operação de parques eólicos.

Com escritórios-sede em Madrid, Espanha, temos actualmente operações em 11 países: Espanha, Portugal, França, Bélgica, Polónia, Roménia, Reino Unido, Itália, EUA, Canadá e Brasil.

No final de 2010, dispúnhamos de uma capacidade instalada total de eólica de 6,7 GW de energia eólica, que ao longo do ano produziu 14,4 TWh de electricidade 100% limpa, suficiente para abastecer 1,8 milhões de casas num ano e poupando a emissão de 7.332 quilotoneladas de CO₂.

Estamos continuamente a expandir o nosso negócio para mercados atractivos, que nos garantam oportunidades de negócio num quadro regulamentar estável e lucrativo. Experimentámos nos anos mais recentes um crescimento extraordinário, mantendo no entanto o nosso empenho numa expansão continuada ao mesmo tempo que asseguramos a criação de valor para todas as partes interessadas. O nosso crescimento futuro é sustentado por um portefólio alargado de projectos em desenvolvimento para uma capacidade adicional de 31,7 GW de energia eólica (incluindo onshore e offshore), situados nos 11 países em que já operamos.

Somos uma equipa dinâmica, com quadros altamente qualificados e experientes continuamente estimulados com a formação mais adequada (mais de 26 mil horas em 2010). No final de 2010, contávamos com 822 colaboradores de 25 nacionalidades, divididos entre a Europa e as Américas.

O nosso principal accionista (com uma posição maioritária de 77,5%) é a EDP – Energias de Portugal, uma empresa multinacional de primeira linha no sector eléctrico.

6,7 GW de capacidade instalada	0,6 GW de capacidade em construção	operações em 11 países...
31,7 GW em pipeline	822 colaboradores	26,734 hrs de formação do pessoal
14,4 TWh de electricidade produzida	7,3 M tons de emissões CO ₂ evitadas	€ 948 M de margem bruta

A NOSSA ESTRATÉGIA

O nosso objectivo estratégico é construir um portefólio robusto e diversificado, desenvolvido com base em três pilares: crescimento sustentado, rentabilidade superior e risco controlado. Em 2010, a solidez da nossa carteira de projectos em desenvolvimento permitiu-nos consolidar a nossa posição como um dos mais importantes actores a nível mundial do sector eólico, líder na criação de valor para todos os stakeholders.



- Opção** de assumir potenciais perfis de investimento alternativos, mantendo o equilíbrio do portefólio...

...através do desenvolvimento de projectos de expansão em diversas geografias
- Flexibilidade** de adaptação a diferentes ritmos de crescimento, a nível global e local...

...através da política de aquisição de turbinas e do rápido desenvolvimento de projectos em carteira
- Escala** para beneficiar das condições de aquisição e contratação mais vantajosas...

...através do nível de implementação actual no mercado e das metas de crescimento, com que se manterão as vantagens competitivas já alcançadas pela EDP Renováveis



visão geral

A NOSSA ACTIVIDADE

Conduzimos a nossa estratégia através de um modelo de negócio baseado em quatro áreas fundamentais, que abrangem toda a cadeia de valor do desenvolvimento, construção e operação de parques eólicos. A manutenção de todas estas actividades dentro da própria empresa permite-nos aplicar a nossa visão estratégica a

todos os aspectos do seu dia-a-dia. Esta abordagem torna-se fulcral para maximizar a criação de valor para os nossos stakeholders, sempre apoiados nas competências nucleares em cada uma das etapas. Para cada uma das quatro, aplicámos uma série de indicadores-chave para avaliar o nosso desempenho em 2010:

PROSPECÇÃO DE NOVOS PAÍSES E TECNOLOGIAS	DESENVOLVIMENTO DO PORTEFÓLIO DE PROJECTOS	AQUISIÇÃO, ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO	OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO
- Análise de novos mercados e novas tecnologias - Opções de crescimento com rentabilidade atractiva e risco controlado - Flexibilidade para a criação sustentável de valor a longo prazo	- Excelência da equipa de avaliação dos recursos eólicos que garante a maturação dos projectos - Pedido antecipado de interligação e iniciativas de transmissão proactivas que são fulcrais para obter as licenças de ligação à rede - Presença efectiva no terreno permite um forte domínio dos processos de arrendamento e respectivo licenciamento	- Capacidade de escolher as turbinas eólicas mais adequadas às especificidades de cada projecto - Concepção interna dos parques eólicos, o que suporta a qualidade dos activos da empresa - Garantia de aplicação das normas de engenharia e construção mais exigentes	- Equipa especializada na gestão e produção de energia - Controlo remoto dos parques eólicos, com acesso constante aos dados operacionais e reacção em tempo real às exigências da rede, com consequente reforço dos níveis de disponibilidade - Operação e manutenção dos parques eólicos apoiada nas melhores práticas disponíveis
3 novos países em 2010 > 2,8 GW de novos projectos em carteira	9,6 GW com mais de um ano de avaliação de vento 581 estudos ambientais realizados	1,1 GW de incremento de capacidade 29% de factor de utilização	14,4 TWh de energia produzida 97% de disponibilidade

O NOSSO OBJECTIVO

Na prossecução da nossa estratégia e das nossas capacidades, estamos empenhados em oferecer um modelo de negócio sólido aos nossos accionistas e demais partes interessadas. Isto significa um modelo de negócio em que o crescimento sustentado, uma rentabilidade superior e um risco controlado são os pilares para a criação sustentável de valor.

Em todas as nossas acções do dia-a-dia, estamos determinados em promover um crescimento sustentável, preparando continuamente a empresa para investir em novos países e em novas tecnologias. Em 2011, planeamos concluir a instalação de uma capacidade total de 800 a 900 MW.

Continuaremos ainda a aproveitar as nossas competências nucleares, apoiadas numa equipa profissional e em activos com qualidade acima da média, para otimizar a rentabilidade através da excelência das nossas operações.

“O desenvolvimento pela EDPR dos melhores locais de implementação de parques eólicos, com os mais elevados factores de utilização e apoiados na transmissão e estudo de dados desses locais é de extrema importância, e resulta em projectos eólicos que estão a ser construídos em áreas remotas com menos impacto no público em geral e um efeito extremamente positivo no ambiente, com a

produção de energia limpa e sem a emissão de CO₂.” *Fornecedor da EDPR*

A NOSSA INOVAÇÃO

Tendo em conta os nossos valores, acreditamos que a inovação é um factor fulcral para garantir a nossa vantagem competitiva e sustentar o crescimento futuro. Para nós, a inovação é uma forma de otimizar as operações e criar novos produtos e serviços. Acreditamos que a inovação é fundamental para melhorar as tecnologias existentes e explorar novas formas de encontrar soluções satisfatórias para os problemas que o sector da energia terá de enfrentar num futuro próximo.

Em 2010, investimos 4,8 milhões de euros em projectos de inovação dentro de diversas áreas da empresa.

CONSTRUÇÃO INOVADORA

Procuramos continuamente soluções de construção inovadoras, a fim de adoptarmos as mais eficientes metodologias nas nossas construções, minimizando os impactos sobre o ambiente.

CONSTRUÇÃO INOVADORA

Parque eólico construído com uma grua aérea

Durante a construção de um parque eólico em Espanha, foi utilizado pela primeira vez um helicóptero para transportar as pás das turbinas eólicas. A inovação reside no facto de as pás das turbinas terem sido transportadas com uma grua aérea, em vez do transporte tradicional por camião, o que reduziu consideravelmente o impacto ambiental. Esta foi a primeira vez que se construiu um parque eólico com este método inovador no processo de montagem em Espanha, e a segunda vez em toda a Europa.



ENERGIA EÓLICA OFFSHORE

Os parques eólicos *offshore* estão a ganhar cada vez mais viabilidade nos mercados internacionais. A capacidade instalada *offshore* em todo o mundo, em 2010, ultrapassou já os 3 GW. Espera-se que o Reino Unido e a Alemanha venham a ser os mercados eólicos *offshore* mais importantes nos próximos cinco anos. Os benefícios da energia eólica *offshore* incluem o aproveitamento de recursos eólicos mais robustos e mais consistentes, bem como, na maior parte dos casos, a redução dos percursos até aos centros de distribuição. Os parques eólicos *offshore* garantem empregos “verdes” e atraem várias empresas de construção, montagem e logística, que podem dar um impulso às economias locais.

No final de 2009, foi estabelecida uma parceria entre a EDPR e a SeaEnergy para o projecto Moray Offshore, destinado ao desenvolvimento, à construção e à operação de uma série de parques eólicos *offshore* na costa escocesa, dentro da Zona Económica Exclusiva do Reino Unido. No âmbito do projecto Moray Offshore, foi feita uma licitação na 3ª ronda do leilão *offshore* organizado pela Coroa Britânica, que em Janeiro de 2010 lhe atribuiu os direitos de desenvolvimento de 1,3 GW em Moray Firth, que constituía a 1ª zona desta 3ª ronda do leilão.

O nosso principal desafio será o de aumentar a competitividade da tecnologia eólica, continuando a reduzir os custos que lhe estão associados.

Temos também uma participação noutra empresa do Grupo EDP, a EDP Inovação, para a concepção de um projecto inovador de tecnologia *offshore* denominado *WindFloat*.

ENERGIA EÓLICA OFFSHORE



WindFloat

O projecto *WindFloat* pretende avaliar a viabilidade de aplicação ao sector eólico da tecnologia *WindFloat*, que se baseia na utilização de uma plataforma semi-submergível instalada ao largo da costa. A primeira fase deste projecto consistirá na instalação e teste de uma plataforma *WindFloat* com uma turbina de 2 MW. O projecto será implementado a 5 km ao largo de Aguçadoura, no Norte de Portugal, em águas com mais de 50 metros de profundidade.

O conceito *WindFloat* baseia-se em tecnologia proveniente do sector petrolífero. Entre os maiores benefícios desta tecnologia conta-se o facto de que ela permitirá a instalação de turbinas eólicas com uma capacidade de vários MW em águas com profundidades superiores a 50 metros, contrariando as dificuldades económicas levantadas pela actual tecnologia suporte de turbinas *offshore*.

ENERGIA SOLAR

Para além da energia eólica, estamos ainda a acompanhar o desenvolvimento de outras tecnologias renováveis. As nossas equipas têm-se dedicado a avaliar as vantagens e problemas levantados por cada uma das tecnologias já existentes, bem como os respectivos locais de implementação mais promissores.

Actualmente, estabelecemos uma série de projectos baseados na energia solar tendo a viabilidade de instalar mais de 450 MW. Estes projectos situam-se em dois dos mercados mais importantes de energia solar nos EUA (Califórnia e Arizona), e tanto se poderão basear em tecnologia fotovoltaica como termal. Criámos uma equipa que se concentra a tempo inteiro no desenvolvimento destes projectos, na licitação de contratos de aquisição de energia solar e na procura de novas oportunidades no sector da energia verde na América do Norte, ao mesmo tempo que se estudam as oportunidades de mercado que vão surgindo na Europa.

“A EDPR contribui para a adopção de tecnologias renováveis que permitem a redução das emissões de CO₂.”

Colaborador na área da avaliação energética



visão geral

DESENHO INOVADOR DOS ALICERCES DAS TURBINAS EÓLICAS

Estamos a conduzir um projecto de I&D com o objectivo de estudar o mecanismo efectivo de transferência de cargas das turbinas eólicas para o solo. O nível de conhecimento actual sobre o fenómeno é ainda reduzido, e as práticas utilizadas são importadas dos ramos de engenharia tradicional.

PARCERIAS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Promovemos a inovação não apenas no âmbito das nossas próprias operações, mas também em conjunto com uma série de parceiros no sector empresarial, no sector público ou não lucrativo, e entre as comunidades locais.

PARCERIAS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Maximização da produção eólica

A EDPR aceitou trabalhar com a Vestas na implementação da fase de testes de dois projectos de I&D de produtos inovadores: o controlo das turbinas eólicas por meio de LIDAR, com a detecção dos ventos dominantes, e um novo desenho das pás das turbinas com superfícies móveis (flaps).

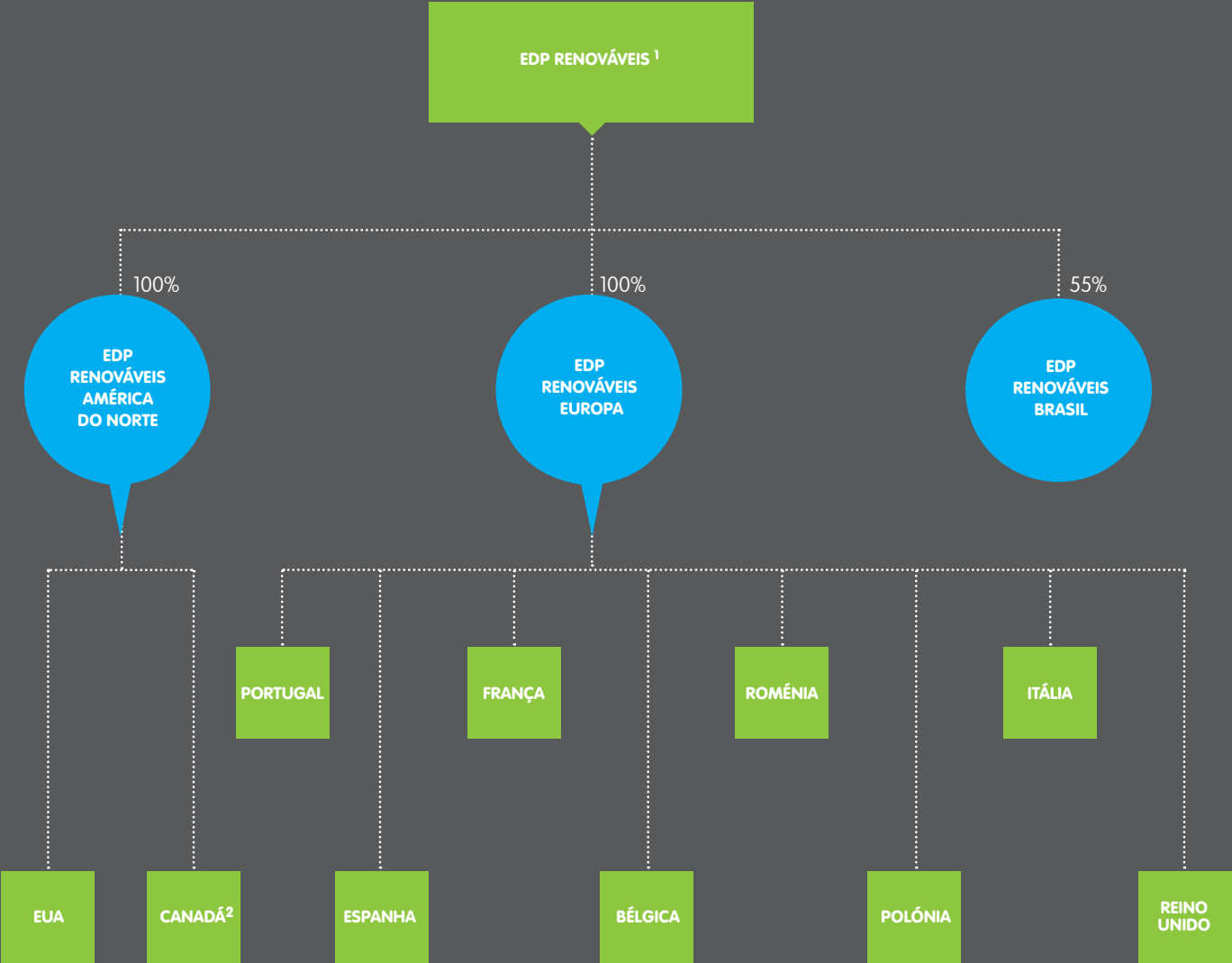
Armazenamento de energia

Em parceria com o Argonne National Laboratory (EUA), a EDP Renováveis tem vindo a estudar a aplicação de tecnologia de armazenamento de energia, para melhorar a fiabilidade da rede e a previsão de energia disponível.

Novas tecnologias

A EDPR tem um acordo formal com a EDP Inovação, a empresa do Grupo EDP que se dedica à I&D, para apoiar e cooperar com aquela empresa na análise e acompanhamento de novas tecnologias renováveis. No âmbito deste acordo, a EDPR acompanha de perto os principais desenvolvimentos no sector das energias renováveis, de acordo com as linhas orientadoras da estratégia da empresa. Em 2010, o principal projecto desenvolvido no quadro deste acordo de parceria com a EDP Inovação foi o projecto *WindFloat*.

ORGANIZAÇÃO



¹ Organigrama não exaustivo, que pretende ilustrar tão-só a decomposição geográfica da empresa, e não uma lista completa das respectivas entidades legais. Por uma questão de facilidade, discriminam-se apenas as holdings de cada país (a lista completa pode ser consultada no Anexo 1, nas notas às demonstrações financeiras consolidadas, onde se indicam discriminadamente todas as entidades individuais).

² Detida a 100% pela EDP Renováveis, integrada operacionalmente na EDPR NA.

visão geral

PRÉMIOS E RECONHECIMENTO

A posição de liderança que ocupamos no mercado implica também sermos uma referência para as mais diversas instituições. Em resultado da disseminação do nosso sucesso

pelo mundo, com vários factos relevantes, a EDP Renováveis foi amplamente distinguida em 2010 pelas suas boas práticas de gestão, pela sua visão, pela sustentabilidade e pela sua posição de liderança no sector das energias renováveis.



EMPRESA DO ANO

Segundo o ranking das “500 Maiores e Melhores” empresas com actividades económicas e financeiras em Portugal, a EDP Renováveis foi a que mais de destacou e a melhor no sector da Água, Gás e Electricidade. Fruto de uma parceria entre a revista Exame e as consultoras Deloitte e Informa D&B Portugal, este índice analisou uma série de indicadores e rácios que contribuíram para avaliar as empresas consideradas em cada um dos 24 sectores de actividade escolhidos, nomeadamente: resultados líquidos, rentabilidade dos activos, rentabilidade dos capitais, rentabilidade das vendas com base nos resultados, valor acrescentado bruto das vendas e solvabilidade e liquidez em geral. O ranking é publicado anualmente.

Numa cerimónia organizada no Hotel Ritz, em Lisboa, a CEO da EDP Renováveis, Ana Maria Fernandes, recebeu o prémio e louvou o trabalho de toda a equipa da empresa.



PRÉMIO DE EXCELÊNCIA

A EDP Renováveis foi galardoada com o primeiro de três prémios atribuídos na 1.ª edição dos Prémios de Excelência das Empresas Espanholas com Capital Português, uma iniciativa organizada pelo Círculo de Empresarios y Gestores Españoles y Portugueses (CEGEP). No seguimento da grande tarefa que foi compilar informações sobre todas as empresas portuguesas a operarem no mercado espanhol, a EDP Renováveis foi a primeira a ser distinguida com o 1.º prémio de Excelência, com base em seis critérios quantitativos.

A EDP Renováveis ficou em 1.º lugar na criação de emprego e autonomia financeira, já que 80% dos seus activos foram autofinanciados, e em 2.º lugar na produtividade.

A MAIS REPUTADA ENTRE AS EMPRESAS COTADAS EM PORTUGAL

Num estudo conduzido pelo Reputation Institute, a EDP Renováveis alcançou a primeira posição do ranking, com um total de 71,58 pontos. O inquérito anual conduzido online junto do público em geral mede a reputação de 600 das maiores empresas do mundo em 32 países. Os principais resultados deste estudo são publicados anualmente na revista Forbes, e apresentados como “As Empresas Mais Respeitadas do Mundo”.

Este estudo sobre a Reputação Global garante uma poderosa ferramenta de comparação das melhores práticas das empresas e da sua reputação em todo o mundo, medindo ainda o impacto das suas iniciativas e factos relevantes.

REFORÇO DA POSIÇÃO DE LIDERANÇA NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A transmissão de informação sobre o desempenho sustentável de uma empresa é uma forma importantíssima de gerir o impacto das organizações no desenvolvimento sustentável, já que elas têm não apenas a responsabilidade mas também uma grande capacidade de introduzir alterações positivas no estado da economia mundial, e bem assim nas suas condições ambientais e sociais.

Assumindo um papel pró-activo na recolha, análise e comunicação dos passos mais importantes para reduzir os riscos inerentes ao seu negócio, a EDP Renováveis promove a Transparência e Responsabilidade. A produção de informação disponível ao público em geral permite que todas as partes interessadas acompanhem o desempenho da empresa nos mais variados temas – como o desempenho ambiental – ou nalgum aspecto específico – como as condições de trabalho no terreno.



MELHOR PROMOTORA DE PROJECTOS NOS EUA

A Environmental Finance, uma publicação de referência a nível mundial que se dedica a analisar os mercados ambientais, nomeou a EDP Renováveis NA para o prémio de melhor promotor de projectos no sector financeiro das energias renováveis na América do Norte. Os vencedores do inquérito anual foram anunciados a 16 de Dezembro de 2010, no website da publicação: www.environmental-finance.com

O estudo revela as empresas vencedoras com base nos votos atribuídos por clientes, pares e concorrentes. Em Outubro e Novembro, foram recolhidos mais de 1.200 votos neste inquérito, provindos dos leitores da publicação e de outros membros activos do sector económico e financeiro associado às questões ambientais.

ENTRE AS 100 MELHORES EMPRESAS PARA TRABALHAR SEGUNDO O “HOUSTON CHRONICLE”

A EDP Renováveis NA foi escolhida para integrar o inquérito anual de 2010 do Houston Chronicle sobre as “100 Melhores Empresas para Trabalhar”. Foi a primeira vez que a empresa recebeu esta distinção, classificando-se entre os 10 primeiros lugares de uma lista de 57 empresas de média dimensão.

O “Houston Chronicle” estabeleceu uma parceria com a “WorkplaceDynamics” para identificar as “100 Melhores Empresas para Trabalhar” em Houston. Este ranking é estabelecido com base nas respostas dadas a um inquérito feito junto dos trabalhadores, abordando questões sobre qual a sua opinião sobre o local de trabalho, e sobre a credibilidade da gestão, a satisfação no trabalho e o equilíbrio entre a vida pessoal e o trabalho.

Os resultados do inquérito aos trabalhadores são depois comparados entre organizações. Consideram-se empresas de média dimensão (caso da EDP Renováveis NA, e onde esta se distinguiu) aquelas que tenham entre 150 e 499 trabalhadores.



RUI TEIXEIRA, CFO DA EDP RENOVÁVEIS, RECONHECIDO NO TOP 100 ENTRE OS CFOs EM ESPANHA

Rui Teixeira, CFO da EDP Renováveis foi reconhecido no Top100 dos Melhores CFOs de Espanha, de acordo com um estudo da empresa de serviços profissionais KPMG, em parceria com a revista “Actualidad Económica”. A lista, publicada em Espanha, reconhece o Top 100 dos CFOs responsáveis por departamentos financeiros que se regem a sua actividade pelas melhores práticas, têm uma visão estratégica e seguem as principais tendências internacionais.



A EMPRESA MAIS INOVADORA DO SUL DO BRASIL

A EDP Renováveis foi eleita em 2010 a empresa mais inovadora do Sul do Brasil no sector energético, na 7ª edição do Ranking “Campeãs da Inovação”, organizado pela revista brasileira Amanhã. A empresa integra assim o lote das 50 empresas com mais potencial de inovação naquela região.

Esta posição de liderança no sector energético foi garantida através dos investimentos efectuados em 2008 na aquisição dos parques eólicos da Cenaeel, incluindo as unidades de Horizonte e Água Doce, que estão integrados no PROINFA (Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Eléctrica). No Rio Grande do Sul, a EDP Renováveis está também a construir Tramandaí, um parque eólico com uma capacidade instalada total de 70 MW, o maior do portfolio de activos do Brasil.

Na selecção das empresa mais inovadoras do Sul do Brasil, o ranking analisou seis dimensões básicas da inovação, que vão desde a cultura organizacional às acções inovadoras, passando pelo fluxo de ideias criativas e pelos resultados que se verifiquem graças à capacidade de transformação de novas ideias em produtos e serviços específicos.

RUI ANTUNES, DIRECTOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES, DISTINGUIDO COMO UM DOS EXECUTIVOS DE TOPO NA EUROPA

A revista “Institutional Investor” escolheu mais uma vez em 2010 a sua Equipa Executiva Europeia, distinguindo o Director de Relações com Investidores da EDP Renováveis, Rui Antunes, com o 3º lugar no ranking dos profissionais de relações com os investidores no sector energético.

Os rankings são estabelecidos com base num inquérito anual realizado pela Institutional Investor. A revista conduz o inquérito junto de analistas de compra, gestores de carteira e analistas de venda em empresas de securities e instituições financeiras, com o objectivo de identificar os melhores directores executivos, directores financeiros, profissionais de relações com os investidores e equipas de relações com os investidores corporativos de 33 sectores industriais. Este ranking reflecte assim as opiniões de cerca de 1.750 analistas, gestores de carteira e executivos de mais de 530 empresas.



PRÊMIO DE BEST SUSTAINABILITY DEAL AWARD DO EMEA FINANCE ACHIEVEMENTS AWARDS PARA O PARQUE DE MARGONIN NA POLÓNIA

O projecto para o parque eólico de Margonin foi reconhecido como o “Best Sustainability Deal” (Melhor Operação de Sustentabilidade) de acordo com a avaliação feita pela equipa editorial da emefinance. O financiamento do projecto de Margonin foi submetido pela EDP Renováveis tendo o Grupo Millennium BCP como consultor financeiro (através do “Millennium Investment Banking”) e o “Bank Millennium” da Polónia como líder no asseguramento de fundos.

Margonin (Polónia) é o maior parque eólico onshore (120 MW) localizado no noroeste da Polónia. Este parque permite um crescimento de 12% na capacidade instalada da Polónia, apoiando o país na obtenção das quotas de energia renovável impostas pela União Europeia. É um acordo sem precedentes na Polónia, não apenas devido à sua dimensão mas sobretudo às estruturas financeiras inovadoras que lhe estão associada para a venda da energia produzida, as quais permitem que o promotor possa captar a potencial subida dos preços de mercado da energia eléctrica.

A elevada qualidade do projecto foi ainda confirmada por um conjunto alargado de instituições financeiras, incluindo o BEI (Banco Europeu de Investimento) e o BERD (Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento) bem como por vários bancos comerciais, entre eles o Bank Millennium SA, o BESI e o UniCredit-Pekao, os quais suportaram o projecto, prestando com partes iguais a componente de financiamento bancário.

RENE BRAUD, DIRECTORA DE QUESTÕES AMBIENTAIS, RECEBE PRÊMIO DE LIDERANÇA DA AWEA

A Directora de Questões Ambientais e de Licenciamento da EDP Renováveis NA, Rene Braud, recebeu o prémio de “Special Achievement in Environmental Leadership”, atribuído pela primeira vez no Simpósio Anual de Outono sobre a Energia Eólica, organizado pela American Wind Energy Association (AWEA). Rene Braud foi nomeada pelos seus pares na indústria da energia eólica e foi escolhida como vencedora por um comité composto pelos membros da direcção da AWEA.

O entusiasmo da nossa colaboradora transparece na sua energia e criatividade e nos seus esforços para garantir um impacto positivo na gestão ambiental. O seu papel de liderança garantiu-lhe o reconhecimento de toda a indústria e inspira muitos outros a tentar alcançar o seu elevado nível de desempenho.





visão geral

GOVERNO DA SOCIEDADE

MODELO DE GOVERNO

O nosso modelo de governo foi concebido de forma a garantir a transparência, uma segregação cuidada de funções e a especialização da supervisão.

A estrutura de governo da EDP Renováveis inclui uma Assembleia Geral de Accionistas e um Conselho de Administração, a quem cabe a representação e gestão da sociedade.

Para além de constituir um instrumento essencial para assegurar a eficácia da gestão e do controlo das actividades da sociedade, o sistema de governo da EDP Renováveis pretende também garantir:

- a criação de valor para os accionistas;
- o controlo de riscos;
- a transparência em relação ao mercado.

O Conselho de Administração é apoiado pelas:

- Comissão Executiva;
- Comissão de Auditoria e Controlo;
- Comissão de Nomeações e Remunerações;
- Comissão de Operações entre Partes Relacionadas.

O Conselho de Administração delegou a maioria dos seus poderes executivos na Comissão Executiva.

A fim de apoiar o CEO na gestão quotidiana da sociedade, a Comissão Executiva nomeou uma Equipa de Gestão constituída, além do próprio CEO, pelos:

- *Chief Financial Officer* (CFO);
- *Chief Business Development Officer* (CBDO);
- *Chief Operating Officer* para a Europa (COO EU);
- *Chief Operating Officer* para a América do Norte (COO NA).

Para informações mais detalhadas sobre as responsabilidades e as funções de cada um dos vários corpos sociais, bem como sobre a sua actividade em 2010, consulte por favor a secção de Governo da Sociedade no final deste relatório.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

comissão executiva

António Mexia
Presidente da
Comissão Executiva

Ana Maria Fernandes
Vice-Presidente e CEO

António Martins da Costa
João Manso Neto
Nuno Alves
Administradores

administradores não executivos

António Nogueira Leite
Daniel M. Kammen
Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda
Gilles August
João Lopes Raimundo
João Manuel de Mello Franco
Jorge Santos
José Araújo e Silva
José Silva Lopes
Manuel Menéndez Menéndez
Rafael Caldeira Valverde

secretário da sociedade

Emilio García-Conde Noriega

Comissão de Auditoria
e Controlo

João Manuel de Mello Franco
José Silva Lopes
Francisco de Lacerda

Comissão de Nomeações
e Remunerações

Jorge Santos
João Lopes Raimundo
Rafael Caldeira Valverde

Comissão de Operações
entre Partes Relacionadas

António Nogueira Leite
João Manuel de Mello Franco
João Manso Neto

EQUIPA DE GESTÃO

Rui Teixeira
CFO

Luis Adão da Fonseca
CBDO

João Paulo Costeira
COO - Europa

Gabriel Alonso Imaz
COO - América do Norte

visão geral

ÉTICA

Estamos empenhados em conduzir todas as nossas actividades com total respeito pela ética e em conformidade com a lei. Cada um dos nossos colaboradores é fulcral para a prossecução das responsabilidades da EDPR no que diz respeito aos nossos compromissos éticos e legais.

Queremos garantir a fiabilidade total da empresa, dedicando-nos a 100% à implementação dos meios para atingir os nossos objectivos a este nível.

MODELO DE GOVERNO ÉTICO

A EDPR dispõe de um Código de Ética global, adoptado por todos os colaboradores da empresa. Os colaboradores da EDPR são obrigados a respeitar este Código de Ética, bem como todas as políticas corporativas que estejam em vigor.

“A EDPR vai muito além de outras empresas nos seus procedimentos éticos, códigos de conduta e políticas corporativas.”

Funcionário da EDPR

Todos os colaboradores são obrigados a atestar, com a sua assinatura ou através de meios electrónicos, que leram e compreenderam todas as políticas aprovadas pela empresa.

No início de 2011, o Conselho de Administração da EDPR aprovou o Regulamento do Código de Ética, que estabelece as seguintes funções e responsabilidades:

COMISSÃO DE ÉTICA	PROVEDOR DE ÉTICA
• Compete-lhe acompanhar a implementação do Código de Ética, estabelecendo as directrizes de regulamentação e supervisionando a sua aplicação pela empresa; • Propor a adopção pela empresa de instrumentos éticos, políticas, objectivos e metas a alcançar; • Analisar quaisquer informações sobre a violação do Código de Ética; • Nomear o Provedor de Ética (Ombudsmen).	• Receber relatórios e preparar os casos que deverão ser apresentados à Comissão de Ética; • Acompanhar cada caso de violação do Código de Ética até à sua conclusão e estabelecer a ligação com os queixosos, sempre que necessário; • Redigir relatórios trimestrais de cumprimento do Código de Ética.

A Comissão de Ética é um corpo social na dependência directa do Conselho de Administração. No entanto, e uma vez que foi aprovado apenas em 2011, não consta ainda da secção de Governo da Sociedade deste relatório.

CANAIS DE COMUNICAÇÃO

Foi criado um canal de correio electrónico relativo ao Código de Ética, através do qual pode ser comunicada qualquer quebra do mesmo. Foi também criada uma linha telefónica de denúncia (whistle-blowing) e um canal de correio electrónico na intranet da empresa, os quais permitem a comunicação directa e confidencial das práticas que se presumam ilícitas e/ou quaisquer eventuais irregularidades contabilísticas ou financeiras no seio da empresa.



Funcionário com manual de formação

PROGRAMA DE ÉTICA

Em 2010, lançámos o nosso Programa de Ética, que consiste num guia interpretativo do Código de Ética, num inquérito para avaliar como a ética é encarada pelos colaboradores da EDPR e num programa de formação.

O Programa de Ética começou em Portugal e no Brasil em 2010, e será concluído em 2011.

Na EDPR NA e nos restantes países da EDPR EU, o Programa de Ética deverá decorrer ao longo do 1º semestre de 2011.

DIREITOS HUMANOS

O Código de Ética da EDPR inclui cláusulas específicas relativas aos direitos humanos. Em conformidade com o Código de Ética, a EDPR expressa a sua total oposição a trabalhos forçados ou obrigatórios e defende que os direitos humanos devem ser considerados fundamentais e universais, com base nas convenções, nos tratados e em iniciativas internacionais como a Declaração Universal sobre os Direitos Humanos das Nações Unidas, a Organização Mundial do Trabalho e a Global Compact. As condições gerais de contratação da EDPR incluem também uma cláusula que pretende eliminar qualquer espécie de trabalho forçado ou escravo.

“A ética, uma conduta impecável e a actuação responsável são questões que nos preocupam.”

Funcionário da EDPR na área financeira

CONFORMIDADE

Como a própria cultura empresarial dos países onde actuamos é uma cultura de respeito para com os direitos humanos, a EDPR não implementou qualquer sistema específico de avaliação do respeito pelos direitos humanos dos seus fornecedores ou empreiteiros, e os acordos de investimento não incluem cláusulas relativas à aplicação dos direitos humanos.

Em 2010, é de assinalar uma queixa contra a empresa por discriminação, mas a questão foi resolvida e a queixa acabou por ser retirada em Maio de 2010, tal como consta dos registos da Comissão para a Igualdade de Oportunidades no Emprego americana (EEOC).

A EDPR não tem nenhum conhecimento de quaisquer actividades que pudessem pôr em causa o direito de livre associação ou o direito de aderir a acordos colectivos de trabalho. A empresa não identificou também nenhuma operação que pudesse envolver o risco de trabalho infantil, trabalho forçado ou escravo ou contrariar os direitos dos povos indígenas.

Em 2010, não foi registada nenhuma queixa através dos canais de comunicação criados para divulgar falhas éticas, tal como não ocorreram quaisquer incidentes relacionados com corrupção na EDPR, nem se registaram acções judiciais por comportamento anticoncorrencial, actuação antitrust ou práticas monopolistas.

Não se registaram incidentes de incumprimento das regulamentações e códigos voluntários relativos a impactos de produtos e serviços na segurança e na saúde, nem queixas relativas à comunicação e ao marketing, nem quanto a quebras de privacidade e perdas de dados de clientes, nem ferimentos ou mortes de pessoas que envolvessem activos da empresa, incluindo questões em julgamento, acordos e casos de doença pendentes na justiça.

Quanto às leis e regulamentações relativas ao fornecimento e consumo de produtos e serviços, registaram-se multas no valor total de 149.403 euros. A mais significativa destas multas incidiu sobre um projecto na América do Norte. Em Maio de 2008, um projecto no Texas recebeu verbalmente uma directiva do Electric Reliability Council do Texas (ERCOT) para aumentar a produção variável, com o objectivo de atender a uma situação de baixa voltagem na rede. Uma entidade terceira (um vendedor que actuava em nome do projecto) não atendeu ao pedido de assistência, pelo que a ordem não foi cumprida e a Texas Reliability Entity (TRE) decidiu multar o projecto em 149.353 euros. Desde então, o projecto pagou a penalização e concluiu um plano de mitigação em 2010, que foi aprovado pela TRE e completamente implementado.

GESTÃO DE RISCOS

Em consonância com o “perfil de risco controlado” que constitui um dos nossos pilares estratégicos, a EDPR definiu como prioridade a implementação de mecanismos de avaliação e gestão de riscos e oportunidades que podem ter impacto sobre os seus negócios.

Os processos de gestão de risco da EDPR são apoiados num modelo de gestão integrada e transversal que garante a implementação das melhores práticas de governo corporativo e também a transparência na comunicação com o mercado e os accionistas.

A gestão de risco é aprovada pela Equipa de Gestão, apoiada directamente pelo Comité de Gestão de Risco e operacionalizada por todos os gestores da empresa. Este processo integrado garante a identificação e escalada de riscos críticos, o desenvolvimento de estratégias de gestão de riscos adequadas e a implementação de controlos para assegurar o alinhamento da exposição da EDPR de acordo com o perfil de risco definido pela empresa.

É importante também referir que todo este processo é acompanhado e supervisionado pela Comissão de Auditoria e Controlo, um órgão autónomo de fiscalização composto por administradores não executivos.



visão geral

QUESTÕES ESTRATÉGICAS RELACIONADAS COM O RISCO E ÁREAS DE RISCO

Ao longo de todo o ciclo de negócios, conduzimos um levantamento das principais questões que foram depois agrupadas por área de risco. Cada questão estratégica está sujeita a processos de análise de risco pela EDPR, a fim de se produzirem orientações específicas para os gestores de risco.



A tabela seguinte faz um resumo das principais áreas de risco do negócio da EDPR. A descrição completa de cada risco e da forma como cada um deles é gerido pode ser encontrada no capítulo sobre o Governo da Sociedade.

Países e Regulação	Mudanças de regulação do sector num dado país podem ter impacto no negócio da EDP Renováveis	Contratos de aquisição de turbinas eólicas	- Alterações de preço ou divergências de desempenho podem afectar a rentabilidade dos projectos - A falta de flexibilidade dos contratos pode afectar os planos de desenvolvimento ou de construção da EDP Renováveis
Receitas	O nível de receitas dos vários projectos da EDP Renováveis pode ser inferior às previsões iniciais	Desenvolvimento de projectos em Pipeline	A EDP Renováveis pode alcançar uma capacidade instalada de produção diferente das previsões iniciais ou sofrer atrasos e/ou antecipações na sua instalação;
Financiamento	- A EDP Renováveis pode não conseguir garantir o financiamento necessário à prossecução de todos os investimentos planeados; - A EDP Renováveis pode não conseguir cumprir as suas obrigações financeiras	Operações	Os projectos podem dar origem a uma capacidade de produção diferente do esperado

POLÍTICAS PÚBLICAS

Temos consciência da importância e do impacto da nossa presença em cada um dos mercados em que actuamos no que diz respeito ao seu crescimento económico, bem como pelo meio ambiente e desenvolvimento social.

A EDPR está empenhada em contribuir para o debate público sobre as políticas fundamentais nestas áreas no seio das comunidades locais, gerando iniciativas eficazes e soluções políticas que promovam o desenvolvimento das energias renováveis.

Estamos cientes de que só através da estabilidade legislativa e regulamentar do sector seremos capazes não apenas de garantir

um negócio sustentável no longo prazo, mas também a criação de valor para todas as partes interessadas.

ORGANIZAÇÕES SECTORIAIS

Integramos várias associações energéticas nos países onde temos presença, nas quais temos uma participação activa no apoio ao desenvolvimento das energias renováveis.

Também estamos envolvidos na discussão de políticas públicas conduzida por várias associações, procurando garantir que os objectivos de negócio da EDPR estão apoiados a nível global e local. Estas associações incluem:

Geografia	Organização	Descrição
Internacional	 Global Wind Energy Council	Associação empresarial global da indústria eólica que constitui um fórum credível e representativo de todo o sector da energia eólica a nível internacional, tentando garantir que a energia eólica se estabelece como uma das fontes de energia mais importantes do mundo, proporcionando consideráveis benefícios ambientais e económicos.
Europa	 European Wind Energy Association	Voz da indústria de energia eólica, promove activamente a utilização de energia eólica na Europa e no mundo, cabendo-lhe a representação e defesa do sector junto da Comissão Europeia. A EDP Renováveis integra o Conselho de Administração da EWEA.
EUA	 American Wind Energy Association	Associação empresarial americana que representa os promotores de projectos eólicos nos EUA, os fornecedores de equipamentos, os prestadores de serviços, os fabricantes de peças, os distribuidores de energia, os investigadores e outros envolvidos na indústria de energia eólica. A AWEA representa também os interesses de todos os defensores da energia eólica no mundo.
Portugal	 Associação Portuguesa de Produtores de Energia Eléctrica de Fontes Renováveis	Associação sem fins lucrativos que visa a coordenação e representação dos seus membros no desenvolvimento de políticas energéticas e ambientais baseadas nas energias renováveis (hídrica, eólica, biomassa, biogás, solar, offshore).
Espanha	 Asociación Empresarial Eólica	Associação com os seguintes objectivos: superar as barreiras técnicas e legais que afectam o crescimento do sector da energia eólica, manter e consolidar o regime retributivo da produção eléctrica de origem eólica, permitindo o seu desenvolvimento sustentável. A EDP Renováveis integra o Conselho de Administração e participa activamente nos grupos de trabalho organizados pela AEE.
França	 Syndicat des Énergies Renouvelables	Associação em contacto permanente com as autoridades públicas, os gabinetes ministeriais e a administração pública em geral para defender os interesses do sector. Uma vez que congrega todos os intervenientes na área, e não apenas os produtores, é reconhecido como um parceiro de autoridade inquestionável.
Bélgica	 Association pour la Promotion des Energies Renouvelables	Associação que trabalha para o desenvolvimento das energias renováveis no contexto de uma utilização energética racional e do desenvolvimento sustentável das actividades humanas.
Polónia	 Polskie Stowarzyszenie Energetyki Wiatrowej	Associação que é considerada uma das organizações mais eficazes para a criação de um quadro jurídico adequado que permita o desenvolvimento e operação de fontes de energia renováveis na Polónia, especialmente a energia eólica.
Roménia	 Asociația Română Pentru Energie Eoliana	Associação que pretende promover os benefícios da energia eólica e assegurar um quadro jurídico eficaz para o seu desenvolvimento na Roménia, aumentando a atractividade do investimento na área.
Reino Unido	 Renewable UK	Associação empresarial e profissional do Reino Unido nos sectores das energias renováveis eólica e das ondas/marés. A RenewableUK é a mais importante associação empresarial de energias renováveis no Reino Unido.
Itália	 Associazione Nazionale Energia del Vento	Associação de produtores e negociantes de electricidade proveniente de fontes eólicas.
Canadá	 Canadian Wind Energy Association	Associação empresarial sem fins lucrativos que promove o desenvolvimento e a implementação de todos os aspectos relacionados com a energia eólica no Canadá, incluindo a criação de um ambiente político favorável. A EDP Renováveis NA integra o Conselho de Administração e participa activamente em várias comissões relacionadas com as questões políticas, as questões de implementação e o meio ambiente.
Brasil	 Associação Brasileira de Energia Eólica	Organização sem fins lucrativos que reúne empresas pertencentes a toda a cadeia de valor da energia eólica. O seu objectivo é promover a produção de electricidade a partir do vento e aumentar a sua relevância nas políticas energéticas nacionais.

DONATIVOS A PARTIDOS POLÍTICOS

Em 2010, a EDPR NA contribuiu com \$39.150 de fundos corporativos para várias campanhas, incluindo referendos locais sobre medidas concretas e campanhas políticas estaduais que defendiam os objectivos da empresa em melhorar as perspectivas futuras das energias renováveis nos EUA. Esta contribuição total da EDPR NA foi distribuída por 59 campanhas diferentes em oito estados. Os

donativos da empresa a estas campanhas foram aprovados por um comité interno e pela Comissão Executiva, e bem assim submetidos à avaliação do departamento jurídico interno da EDPR NA e de um consultor independente, para assegurar que todas as contribuições obedeciam às leis federais e estaduais.

A EDPR EU não deu nenhum donativo a partidos políticos ou outras campanhas semelhantes.

visão geral

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

Estamos empenhados em garantir uma relação transparente e de confiança com todos os nossos *stakeholders*. Assim, a EDPR utiliza os canais de comunicação mais apropriados para manter um diálogo aberto com os seus parceiros, a fim de garantir que as suas preocupações são claramente identificadas e tratadas, e que o desempenho da empresa sob a perspectiva económica, ambiental e social é transmitido eficazmente.

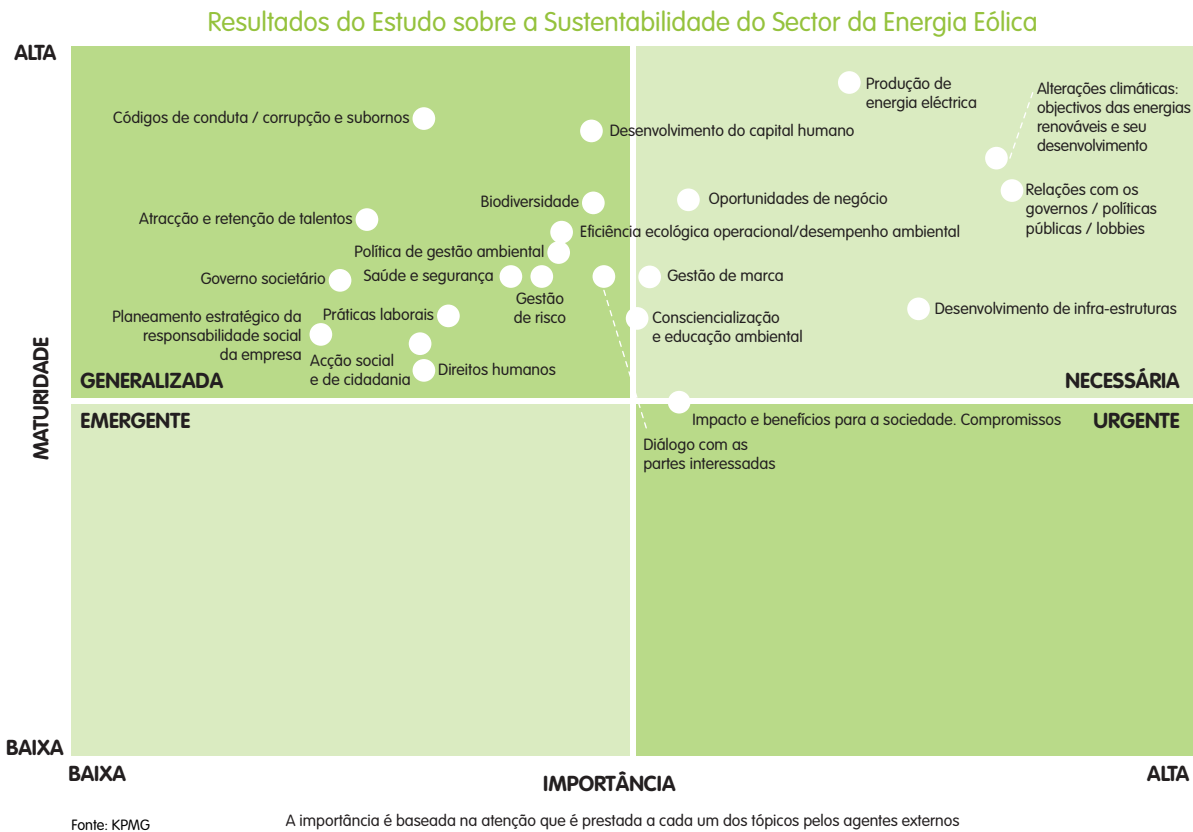
ANÁLISE DE MATERIALIDADE

O diálogo com as partes interessadas é essencial ao nosso negócio, como forma de colaborar com aqueles cuja opinião deve ser tida em conta. Neste contexto, realizámos os seguintes estudos:

- 1. Inquérito aos *stakeholders*;
- 2. Estudo sobre os aspectos da sustentabilidade associados ao sector energético;
- 3. Inquérito sobre as práticas de sustentabilidade aplicadas pela EDP Renováveis.

ESTUDO SOBRE OS ASPECTOS DA SUSTENTABILIDADE ASSOCIADOS AO SECTOR ENERGÉTICO

Em 2010, desenvolvemos um estudo com o objectivo de ordenar os aspectos identificados como mais relevantes no sector na energia eólica. Como base para o estudo, foi seleccionada uma lista de indicadores do Dow Jones Sustainability Group Index e da Global Reporting Initiative. Estes indicadores foram avaliados tendo em conta duas dimensões: o seu grau de maturidade e a sua importância. O grau de maturidade é uma análise da relevância que lhes é atribuída pelas empresas congêneres nos seus relatórios. A segunda dimensão, referente à importância, pretende medir a relevância e nível de exposição que lhes são dados pelos líderes de opinião do sector, pelos órgãos de comunicação social e outros líderes da opinião pública em geral, medindo-se a respectiva influência.



5 PRINCIPAIS INDICADORES DE MATURIDADE
1. Produção de energia eléctrica
2. Códigos de conduta/corrupção e suborno
3. Desenvolvimento do capital humano
4. Alterações climáticas: objectivos das energias renováveis e seu desenvolvimento
5. Relações com os governos/políticas públicas/lobbies

5 PRINCIPAIS INDICADORES DE IMPORTÂNCIA
1. Relações com os governos/políticas públicas/lobbies
2. Alterações climáticas: objectivos das energias renováveis e seu desenvolvimento
3. Desenvolvimento de infra-estruturas
4. Produção de energia eléctrica
5. Oportunidades de negócio

INQUÉRITO ÀS PARTES INTERESSADAS

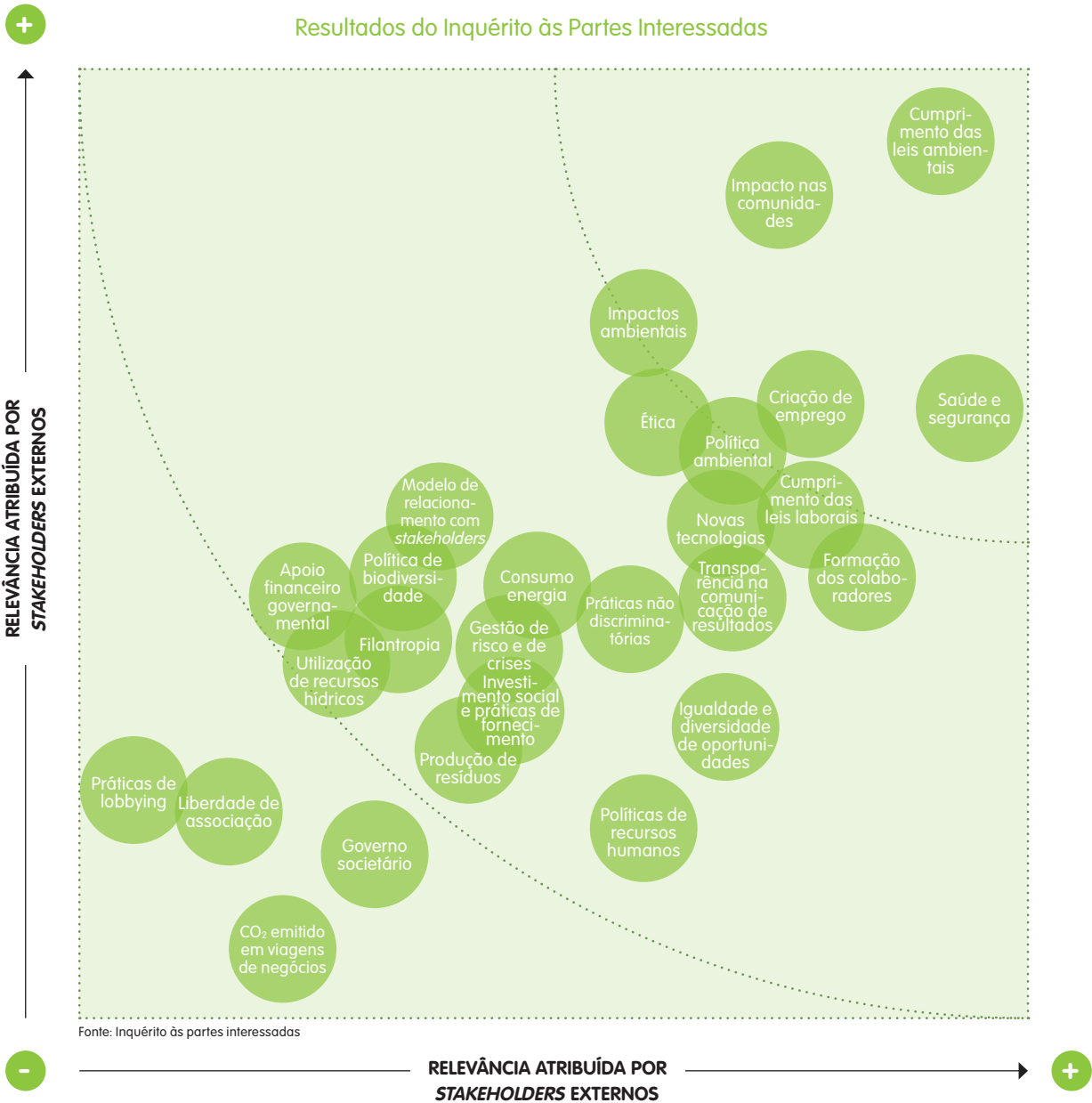
Adicionalmente, foi realizado um inquérito para compreender como é que os *stakeholders* internos e externos encaram a importância da EDPR no que se refere às principais questões sobre sustentabilidade e responsabilidade social corporativa.

Os resultados deste inquérito são apresentados numa matriz em que se confrontam as opiniões das partes interessadas a nível interno com os pontos de vista das partes externas.

O estudo material e do inquérito à opinião das partes interessadas sobre as questões associadas à sustentabilidade foram

analisados e tomados em devida conta na preparação deste Relatório Anual, com o objectivo de aprofundar os assuntos que mais interessam aos nossos *stakeholders*.

“Todo o pessoal da EDPR faz um esforço concertado para compreender as preocupações das partes interessadas e para minimizar os impactos que os seus projectos poderão ter em todas as residências ou outras instalações limítrofes.” *Fornecedor da EDPR*



5 PRINCIPAIS INDICADORES PARA OS STAKEHOLDERS INTERNOS
1. Saúde e segurança
2. Cumprimento das leis ambientais
3. Formação e desenvolvimento dos colaboradores
4. Criação de emprego nas regiões com presença da empresa
5. Impacto nas comunidades locais

5 PRINCIPAIS INDICADORES PARA OS STAKEHOLDERS EXTERNOS
1. Cumprimento das leis ambientais
2. Impacto nas comunidades locais
3. Impactos ambientais (paisagem, ruído...) dos parques eólicos
4. Criação de emprego nas regiões com presença da empresa
5. Saúde e segurança

visão geral

PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE NO INQUÉRITO SOBRE A ACTUAÇÃO DA EDP R

Os inquéritos conduzidos ao longo do ano de 2010 identificaram informações relevantes sobre o nosso desempenho sustentável e as melhores práticas, nessa e noutras áreas, que a empresa poderá ainda adoptar. Estas informações serão devidamente analisadas e poderão permitir o lançamento de iniciativas concretas com base nesses resultados.

RELACIONAMENTO COM OS STAKEHOLDERS

A EDP Renováveis dispõe de um conjunto alargado de *stakeholders*, trabalhando para manter um bom relacionamento com todos eles. Na tabela seguinte elencam-se os principais grupos de partes interessadas, os canais de comunicação utilizados e as principais preocupações identificadas em cada grupo pelo estudo de materialidade.

Grupo de stakeholders	Meios de relacionamento	5 Principais preocupações reveladas no inquérito às partes interessadas
COLABORADORES E OUTROS AGENTES INTERNOS	- Comunicação interna e inquéritos - Intranet, revista e canal de televisão interno - Encontros trimestrais e anuais - Formação e avaliação - Departamento de Recursos Humanos	- Saúde e segurança - Cumprimento das leis ambientais - Formação e desenvolvimento dos colaboradores - Criação de emprego nas regiões em que a empresa tem presença - Impacto nas comunidades circundantes
CLIENTES (PRINCIPALMENTE DISTRIBUIDORES DE ENERGIA)	- Comunicações e reuniões regulares - Transmissão de dados em tempo real - Relatórios diários e folhas de serviço - Serviço de previsões e actualizações verbais e electrónicas - Declaração mensal de facturação	- Política de biodiversidade - Cumprimento das leis ambientais - Energia consumida nos escritórios e parques eólicos da empresa - Política ambiental - Transparência na comunicação de resultados
REDES DE DISTRIBUIÇÃO	A EDP Renováveis segue um conjunto de instruções que variam de país para país e de região para região. As interacções com os operadores das redes de distribuição passam quase sempre pelo pedido inicial de ligação à rede e pelo tratamento de todos os detalhes até ao início da produção	- Cumprimento das leis ambientais - Impactos ambientais dos parques eólicos - Investimento em novas tecnologias - Ética, cumprimento do código de conduta - Apoio financeiro concedido pelo governo
FORNECEDORES	- Diálogo permanente, com o objectivo de garantir uma relação de transparência e cooperação - Departamento de fornecedores	- Cumprimento das leis ambientais - Impacto nas comunidades locais - Investimento em novas tecnologias - Saúde e segurança - Criação de emprego nas regiões em que a empresa tem presença
INVESTIDORES	- Departamento de Relações com os Investidores - Website da EDP Renováveis - Relatórios e apresentações trimestrais e anuais - Dia do Investidor e roadshows - Reuniões frequentes - Inquéritos telefónicos e por email	- Cumprimento das leis ambientais - Apoio financeiro concedido pelo governo - Impacto nas comunidades circundantes - Criação de emprego nas regiões com presença da empresa - Impactos ambientais dos parques eólicos
AUTORIDADES PÚBLICAS NACIONAIS E LOCAIS	As interacções com as autoridades públicas envolvem geralmente questões de licenciamento e propriedade ou assuntos fiscais. Estas discussões variam muito de país para país e de região para região, tratando fundamentalmente das questões do impacto visual, do ruído, da fauna e da flora, dos locais históricos, sítios arqueológicos e outras zonas protegidas, questões topográficas e outras características dos locais	- Impacto nas comunidades locais - Criação de emprego nas regiões em que a empresa tem presença - Cumprimento das leis ambientais - Apoio financeiro concedido pelo governo - Ética, cumprimento do código de conduta
PROPRIETÁRIOS	- Newsletters - Contacto telefónico - Reuniões regulares - Visitas a parques eólicos	- Impacto nas comunidades locais - Investimento em novas tecnologias - Impactos ambientais dos parques eólicos - Criação de emprego nas regiões em que a empresa tem presença - Transparência na comunicação de resultados
COMUNIDADES LOCAIS	- Presença no terreno - Encontros com a população - Reuniões e audiências de consulta pública dos licenciamentos - Actividades em escolas - Patrocínio de actividades	- Cumprimento das leis ambientais - Criação de emprego nas regiões em que a empresa tem presença - Formação e desenvolvimento dos colaboradores - Política de biodiversidade - Política ambiental
ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS	- Website - Acordos de cooperação - Departamentos ambientais - Departamento de Recursos Humanos	- Cumprimento das leis ambientais - Saúde e segurança - Impactos ambientais dos parques eólicos - Política ambiental - Impacto nas comunidades locais
COMUNICAÇÃO SOCIAL	- Conferências de imprensa regulares e comunicados à imprensa - Estudos de opinião - Telefone, email e encontros regulares - Patrocínios - Conferências - Website - Departamento de Comunicação	- Cumprimento das leis ambientais - Impactos ambientais dos parques eólicos - Impacto nas comunidades locais - Criação de emprego nas regiões em que a empresa tem presença - Gestão de risco e de crises

COMUNICAÇÃO

A comunicação entre a EDPR e os seus stakeholders é crucial para o seu envolvimento na prossecução da estratégia de desenvolvimento sustentável da empresa. Desse modo, procuramos os melhores canais para manter todas as partes interessadas, tanto internamente como externamente, envolvidas e informadas sobre as actividades e desempenho da empresa.

COMUNICAÇÃO INTERNA

MYEDPR



Durante 2010, todos os colaboradores puderam aceder às comunicações internas através da página da intranet “myedpr”, a qual disponibiliza uma grande variedade de informações, nomeadamente artigos noticiosos, directórios sobre os trabalhadores e a empresa, vídeos internos, anúncios importantes, um calendário de eventos relevantes, ferramentas e política de recursos humanos, entre outros.

Outro exemplo da utilização das plataformas de intranet foi o lançamento da primeira edição do Concurso de Fotografia da EDPR, no qual os colaboradores submeteram os seus trabalhos fotográficos nas categorias de Natureza, Parques Eólicos e Colaboradores. As fotos vencedoras fazem agora parte do banco de imagens da EDPR e foram já utilizadas em diversos materiais internos, como o calendário interno e também na secção “Portfolio” da revista On Magazine.



Foi também projectada e criada em 2010 a primeira loja corporativa do colaborador, tanto na Europa como na América do Norte,

de forma a tornar mais eficiente o processo de pedidos de merchandising da marca. O seu acesso é feito através das páginas da intranet.

PORTAL E-FÁCIL

Esta é uma ferramenta desenhada pelos departamentos de Recursos Humanos e de Comunicação, criada com o objectivo de estabelecer um canal entre a empresa e os seus colaboradores face a alguns eventos pessoais que têm impacto directo na sua vida profissional (por exemplo, licença de maternidade ou mudança de residência). Este portal permite a todos os colaboradores procurar de maneira fácil e amigável todas as informações, procedimentos e aspectos administrativos sobre estes temas.



EDP ON / ON RENEW



Resultado da reestruturação da revista interna do grupo EDP, em 2010, a nova publicação apresenta-se como um instrumento mais global, mostrando os principais eventos da EDP em todas as regiões em que esta opera, sem esquecer os projectos transversais ao Grupo.

A reestruturação resultou em duas revistas numa só – uma parte global e comum a todas as regiões, e outra dedicada às notícias de cada país ou área de negócio. A EDPR é representada na On Renew, uma revista de 24 páginas que é feita com base na informação mais actualizada e nos principais eventos que ocorreram nos onze mercados nos quais a EDPR opera. A nova revista inclui ainda uma secção de perfis dos colaboradores que transitaram pelas diferentes geografias onde a empresa opera.

visão geral

EVENTOS E REUNIÕES

Com o objectivo de melhorar a comunicação interna e motivação dos seus colaboradores, a EDPR leva a cabo diferentes iniciativas e reuniões para promover a coesão da empresa e a partilha de conhecimentos. As mais significativas são as reuniões anuais dos EUA e Europa, nas quais os membros das equipas de gestão apresentam os destaques do ano anterior e as suas expectativas para o futuro, seguidas de diversas actividades de team building.

Reunião Flow 2010



EDP LIVE 2010



Reunião de Directores



COMUNICAÇÃO EXTERNA

WEBSITE



Redesenhado em 2010, com mais interactividade, o site da EDPR tem agora um novo desenho para promover o contacto com o público externo e melhorar a experiência do utilizador, bem como para informar e educar uma audiência mais vasta, incluindo proprietários, fornecedores de energia, legisladores, líderes governamentais, professores e investidores.

PORTAL SAVE AS



A preocupação com o Ambiente é uma responsabilidade de todo e qualquer cidadão e todos os dias encontramos novas iniciativas públicas e privadas com forte impacto na conservação ambiental. O portal “Save As” é uma ferramenta de referência onde qualquer pessoa pode participar e contribuir para um mundo melhor. Inclui várias secções de interesse, como o Projecto Verde do mês, ou dicas para um mundo mais sustentável. Para além destas funcionalidades, estão também disponíveis diversos relatórios, fóruns de debate e um questionário sobre práticas sustentáveis.

WEBSITE DOS PARQUES EÓLICOS

Nos EUA, a EDPR criou um recurso que é utilizado para disponibilizar informação básica sobre o funcionamento dos parques eólicos e projectos em desenvolvimento. Este site, criado em 2009, foi inicialmente concebido para realçar o desenvolvimento de projectos eólicos no estado de Nova Iorque, devido às imposições legais que requerem acesso público aos documentos de autorização. As funcionalidades do site foram melhoradas em 2010, de forma a incluir outros projectos do amplo portefólio da empresa, providenciando informação precisa sobre os projectos da EDPR em desenvolvimento nos EUA.

DIA DO INVESTIDOR



Em 2010, a EDPR promoveu, em Cascais, Portugal, o Dia do Investidor, dirigido a analistas e a investidores institucionais. A equipa de gestão da EDPR fez diversas apresentações sobre as operações da empresa, a sua situação financeira e estratégia perante a comunidade de investidores. O objectivo deste evento foi o de aumentar a notoriedade e compreensão dos desafios da EDPR e para demonstrar as alavancas de gestão implementadas na persecução dos seus objectivos.

NOTAS DE IMPRENSA

Durante 2010, a EDPR divulgou várias notas de imprensa, comunicando os principais acontecimentos na vida da empresa, nomeadamente, inaugurações de parques eólicos, entrada em novos mercados, informações relevantes de marketing e apresentação de resultados, num total de 55 comunicações oficiais enviadas aos média e aos investidores.

“Acredito que a EDPR está a superar-se na sua comunicação com os investidores.”

Funcionário da EDPR

MARCAS

Sendo uma empresa multicultural e diversificada, a EDPR comunica com os seus colaboradores e com os mercados onde opera utilizando duas versões da marca (EDPR e EDP Renewables), ambas utilizadas nas diversas plataformas e nos diferentes canais de comunicação.

A Horizon Wind Energy é outra marca que a EDPR continuou a utilizar já que o processo de rebranding na América do Norte, continuava em curso no final de 2010.

A EDPR também mantém no Reino Unido a marca Moray Offshore Renewables Ltd, resultado da joint venture criada entre a EDPR e SeaEnergy para entrar no mercado eólico offshore. Esta marca não utiliza um logótipo específico, mas os logótipos da EDPR e da SeaEnergy são utilizados em conjunto de acordo com regras definidas.

A EDPR está empenhada em assegurar o cumprimento integral de todas as leis, normas e códigos voluntários vigentes nas suas iniciativas de marketing e comunicação. A empresa age de acordo com os mais elevados padrões de ética e integridade, honestidade e transparência quando comunica através de iniciativas de relação com o público.

edp renováveis
powered by nature

edp renewables
powered by nature

Horizon Wind Energy

An EDP Renewables Company



ambiente de
negócio

40	AMBIENTE MACROECONÓMICO
41	AMBIENTE DE MERCADO DA ENERGIA EÓLICA
43	REGULAÇÃO DO MERCADO DA ENERGIA EÓLICA (POR PAÍS)
43	Acontecimentos Internacionais em matéria regulatória
44	Acontecimentos na Europa em matéria regulatória
48	Acontecimentos na América do Norte em matéria regulatória
50	Acontecimentos no Brasil em matéria regulatória



ambiente de negócio

AMBIENTE MACROECONÓMICO

A actividade económica mundial foi alvo de uma recuperação em 2010, fundamentalmente devida ao forte contributo dos países emergentes e de uma melhoria gradual nas prestações das economias mais desenvolvidas.

O recurso a políticas expansionistas cumpriu parcialmente os objectivos pretendidos, mas ao mesmo tempo lançou novos desafios. Regressaram as incertezas no que se refere à inflação, ficaram por resolver os desequilíbrios nas finanças públicas, emergiram assimetrias regionais e mantêm-se assim latentes algumas tensões institucionais. Mais de 3 anos após o início da crise no mercado subprime dos EUA, não se verificaram ainda mudanças substanciais nos desequilíbrios macroeconómicos criados a nível global. Porém, quando finalmente passar a turbulência da crise, entraremos numa nova etapa, que fará emergir um desafio igual ou ainda maior: o da sustentabilidade.

Neste contexto, foram traçadas diferentes estratégias para resolver o problema do endividamento excessivo: nos EUA, a prioridade foi para o reforço nominal dos estímulos ao crescimento, que congregou medidas inovadoras a nível da liquidez e um incremento da despesa pública; na Europa, por contraste, o rumo de acção definido traduziu-se na normalização da política monetária e no regresso à austeridade orçamental; na Ásia, a política económica assumiu uma natureza mais restritiva, com o objectivo de prevenir o sobreaquecimento de sectores específicos do mercado.

Em 2011, espera-se que a economia global continue a recuperar, ainda que a um ritmo moderado. É expectável que várias acções e decisões a adoptar venham a ter um impacto significativo ao longo dos próximos anos, tanto no nível de crescimento dos mais variados países como no comportamento dos mercados financeiros, nomeadamente no que se refere às relações institucionais (no contexto específico europeu), nas acções preventivas sobre os riscos sistémicos globais e nos quadros regulamentares instituídos.

A economia global recupera, mas enfrenta desafios complexos

O ano de 2010 pode ter assinalado o início de um novo ciclo de expansão na economia global. No que se refere à sustentabilidade, é preciso destacar algumas pequenas mudanças no seu contributo para o crescimento mundial. Estas mudanças consubstanciam-se na importância crescente do consumo interno nas economias emergentes como estímulo aos sectores exportadores das economias avançadas. No período 2010-12, o FMI prevê uma taxa de crescimento global equivalente ao seu potencial de crescimento (4,5% a 5%), que deverá ser seguida também na Zona Euro, se bem que a um ritmo mais modesto (1,5% a 2%).

As melhorias verificadas em termos de crescimento económico ainda não tiveram grandes repercussões no mercado de emprego. O clima de incerteza, a grande volatilidade e as condições financeiras adversas impõem prudência na avaliação de investimentos e na admissão de pessoal. Assim, só muito recentemente se tornou algo visível uma ligeira redução nas taxas globais de desemprego.

Riscos de deflação diminuem, dando lugar a pressões inflacionistas

A subida nos preços das matérias-primas, que veio repor ou mesmo ultrapassar ligeiramente os níveis que se verificavam no período anterior à crise, deveu-se não só a um aumento na procura global e à rigidez das suas transacções a curto prazo, mas também a factores atípicos, como as condições atmosféricas adversas e catástrofes naturais, para além de outros factores estruturais, como o aumento da complexidade e dos requisitos exigidos à extracção, tratamento e transporte dessas matérias-primas. Estas condições deverão manter-se em 2011, garantindo assim a manutenção dos preços actuais.

O intenso crescimento das economias emergentes motivou a transmissão do aumento destes custos aos preços de venda ao consumidor, com maior relevância nos países em desenvolvimento, onde a utilização de matérias-primas desempenha um papel fundamental, por oposição às economias mais desenvolvidas, onde este efeito só se fez sentir mais tarde e com menor impacto. Na Europa, no entanto, devido ao processo de consolidação orçamental, a subida dos preços foi reforçada pelo impacto do aumento dos impostos indirectos. A taxa de inflação cresceu rapidamente até atingir os 2,4%, o que constitui um valor superior às metas de estabilidade dos preços definidas pelo BCE.

Ambiente de adversidade ao risco

À medida que a recuperação económica se torna mais visível e que os mercados financeiros recuperam o seu equilíbrio, os bancos centrais sentem-se mais confortáveis com a revisão dos parâmetros da sua política monetária. A natureza acomodatória das políticas monetárias na Ásia e nalgumas economias da Europa está a mudar. As taxas de juro voltaram a começar a subir e alguns critérios de concessão de crédito estão a tornar-se mais restritivos. No caso dos EUA, as medidas de reforço da liquidez menos convencionais foram mesmo incrementadas no final de 2010, a contrastar com a política escolhida pelo BCE, que optou pelo rumo de acção contrário na Zona Euro.

Mesmo não se verificando alterações nas principais taxas de juro, a transição de um ambiente de insegurança deflacionária para um regime de tensões inflacionárias teve a sua influência nas expectativas quanto à evolução das taxas de juro. As taxas indexadas à Euribor aumentaram e as curvas verificadas nas taxas de juro de referência acentuaram-se.

O ambiente de adversidade ao risco suavizou-se no final do ano. Os índices do mercado bolsista foram alvo de uma valorização, reflexo da divulgação de bons resultados pelas empresas e de um crescimento atractivo quando comparado com os paradigmas históricos. A volatilidade dos mercados cambiais não foi acompanhada por uma tendência clara nas taxas de câmbio das mais importantes divisas, se bem que as moedas dos mercados emergentes tenham tendido para uma valorização. A taxa de câmbio EUR/USD tem flutuado em função dos spreads aplicados às taxas de juro e da instabilidade institucional verificada na Zona Euro.

As repercussões da instabilidade institucional nos mercados financeiros da Zona Euro

A melhoria no ambiente económico global e no comportamento dos mercados financeiros contrasta com as circunstâncias específicas que se verificam na União Europeia. A revisão em baixa dos ratings soberanos de Grécia, Portugal e Espanha no segundo

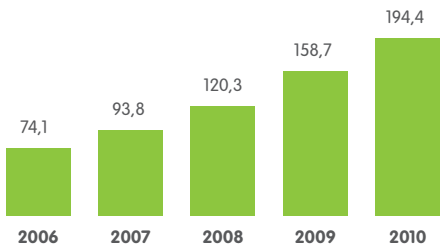
trimestre de 2010 e, numa fase posterior, também da Irlanda, assinalou uma alteração de contexto. A aversão ao risco tornou-se tão intensa que foi necessário implementar mecanismos especiais, dentro da UE e com o apoio do FMI, a fim de garantir o auxílio às necessidades financeiras da Grécia e da Irlanda e de evitar danos mais graves tanto na respectiva actividade económica como na estabilidade social.

O cepticismo quanto à eficácia destas medidas no médio prazo, associado à natureza punitiva das condições negociadas e à complexidade do financiamento dos fundos de assistência, motivou a concepção de um novo Mecanismo de Estabilidade europeu, que deverá entrar em vigor em 2013 com o principal objectivo de preservar a estabilidade financeira na Zona Euro. Em simultâneo, está em curso uma reformulação do “Pacto de Estabilidade e Crescimento”, sob a nova designação de “Pacto para a Competitividade”, que deverá ser submetido à aprovação de todos os Estados-Membros no final do primeiro trimestre de 2011. O reforço do quadro institucional europeu, que está implícito na reformulação destes mecanismos de controlo e auxílio, poderá vir a ter uma grande relevância no futuro da Zona Euro.

AMBIENTE DE MERCADO DA ENERGIA EÓLICA

A capacidade mundial de produção instalada de energia eólica aumentou em 2010 um total de 35,8 GW (aumento que em 2009 tinha sido de 38,6 GW). De acordo com os números fornecidos pelo GWEC (Global Wind Energy Council), registou-se assim um aumento de 22,5% na capacidade instalada.

Capacidade instalada mundial de energia eólica (GW), 2006-2010

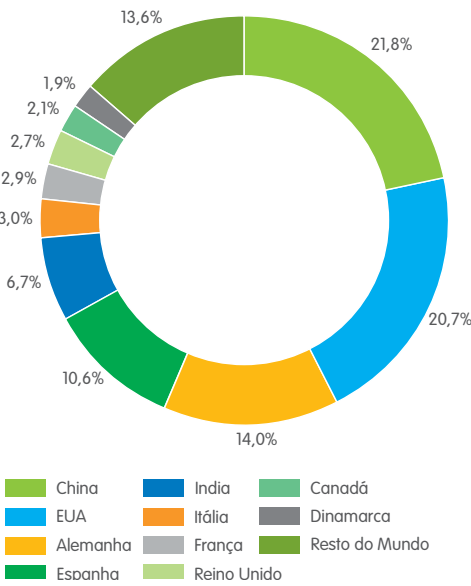


Fonte: GWEC

Capacidade instalada mundial de energia eólica cresceu 35,8 GW (22,5%) em 2010

Em 2010, a China continuou a ser o principal impulsionador das taxas de crescimento mundiais da capacidade instalada de energia eólica, com um total de 16,5 GW, ou seja, quase metade das novas instalações. Isto fez com que a capacidade total instalada da China ascendesse aos 42,3 GW, ultrapassando assim os EUA e assumindo o 1.º lugar no ranking dos maiores produtores mundiais de energia eólica.

10 maiores países produtores de energia eólica (capacidade instalada) no final de 2010



A Europa no seu todo continua a albergar a maior fatia da capacidade instalada de energia eólica, com um total de 84,1 GW, de acordo com os números da EWEA (European Wind Energy Association). A capacidade instalada em 2010 foi inferior à de 2009 apesar de um crescimento importante dos parques eólicos offshore e dos números animadores que se verificaram nos países emergentes da Europa de Leste. No final de 2010, a Espanha e a Alemanha continuavam a ser os dois principais mercados, seguidos por Itália, França e Reino Unido. Actualmente, 13 países europeus ultrapassaram já a marca de 1 GW de capacidade instalada de energia eólica.

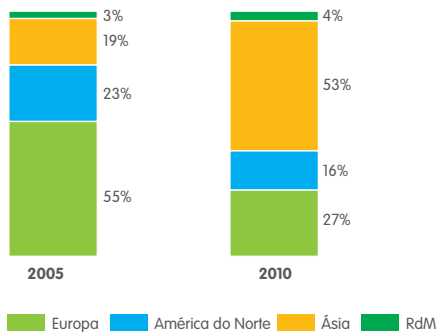
Os EUA testemunharam também uma quebra no incremento da capacidade instalada, com apenas 5 GW, segundo os dados da AWEA (Americam Wind Energy Association). Isto ficou a dever-se fundamentalmente ao clima de recessão económica e à incerteza quanto às políticas energéticas a adoptar no futuro, tendo em conta que os fundos de apoio federal à energia eólica terminarão em 2012 e que não foram ainda substituídos por nenhuma política federal de longo prazo para energias renováveis. O Canadá procedeu à instalação de 0,7 GW em 2010, o que constitui apenas um terço do que se verificou em 2009.

O mercado da América Latina parece no entanto firmemente empenhado em agarrar a oportunidade de aproveitar o seu grande potencial de instalação de energia eólica. Com aumentos superiores a 0,3 GW, o Brasil e o México foram os países que mais se destacaram.

Em resumo, o ano de 2010 representou um grande desafio para o sector, dadas as incertezas quanto à regulamentação e ao decréscimo da procura energética nos EUA e nalguns países europeus. Não obstante, o crescimento continuado da energia eólica, mesmo num quadro de recessão mundial, demonstra bem a atractividade e a cada vez maior competitividade do sector.

ambiente de negócio

Nova capacidade instalada de energia eólica por região



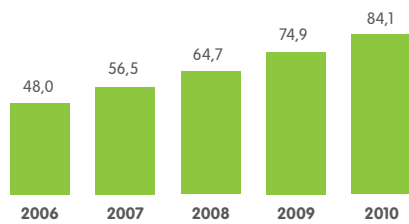
EUROPA

Em 2010, as novas instalações eólicas na Europa ascenderam a 9,3 GW, ou seja, menos 10% do que em 2009. Importa referir no entanto que 2010 foi o segundo melhor ano de sempre no que se refere à capacidade instalada. Apesar da recessão económica global, 2010 foi um ano recorde na instalação de parques eólicos *offshore*, com um total de 0,9 GW (ou 9,5% das novas instalações).

A energia eólica foi responsável por 17% da nova capacidade instalada em 2010, classificando-se em 3º lugar, atrás das centrais a gás (51%) e dos painéis solares fotovoltaicos (22%).

No final de 2010, a capacidade instalada de energia eólica nos 27 países da União Europeia ascendia a um total de 84 GW.

Capacidade instalada de energia eólica na Europa (GW), 2006-2010



A Alemanha continua a ser o país com maior capacidade instalada (27,2 GW), seguida pela Espanha (20,7 GW), Itália (5,8 GW), França (5,7 GW) e Reino Unido (5,2 GW).

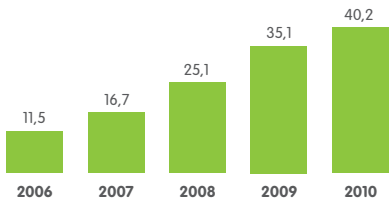
Pelo segundo ano consecutivo, no entanto, foi Espanha o país que registou o maior aumento de capacidade instalada na Europa (1,5 GW). A Alemanha, com 1,5 GW, e a França, com 1,1 GW, ultrapassaram também a marca de 1 GW de novas instalações, e outros países registaram incrementos assinaláveis, nomeadamente o Reino Unido (1,0 GW), a Itália (0,9 GW) e a Suécia (0,6 GW). Os mercados emergentes da Europa de Leste cresceram a um ritmo assinalável, em especial a Roménia (0,4 GW), a Polónia (0,4 GW) e a Bulgária (0,2 GW), contrabalançando parcialmente a diminuição de crescimento nos mercados mais avançados. Portugal registou um aumento de 0,3 GW, atingindo uma capacidade total de produção instalada de 3,7 GW.



ESTADOS UNIDOS

As novas instalações anuais nos EUA abrandaram em 2010, com a AWEA (American Wind Energy Association) a registar cerca de 5,1 GW, num total de capacidade instalada que se situa agora nos 40,2 GW. As novas instalações em 2010 foram menos de metade das que se verificaram em 2009, fazendo com que a capacidade total de produção instalada tenha aumentado 15%, quando em 2009 fora de 39%. As principais razões para este abrandamento foram a falta de políticas federais de longo prazo, a quebra na procura de energia e a redução dos preços do gás.

Capacidade instalada de energia eólica nos EUA (GW), 2006-2010

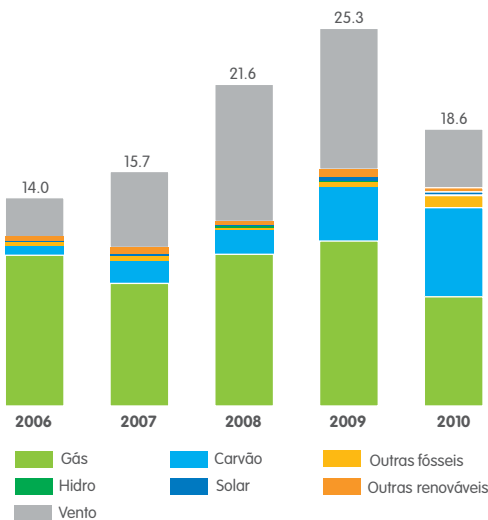


O Texas, o estado que mais se destaca na produção de energia eólica, acrescentou um total de 0,7 GW à sua capacidade instalada em 2010. Sustentado no “Renewable Electricity Standard” que adoptou em 1999 e reforçou em 2005, o Texas ultrapassou assim a marca dos 10 GW de capacidade instalada de energia eólica, o que representa cerca de um quarto da capacidade total instalada nos EUA.

Os outros estados com níveis de produção importantes são o Iowa (3,7 GW), a Califórnia (3,2 GW), o Minnesota (2,2 GW) e Washington (2,1 GW), os quais adoptaram todos eles programas similares que estabelecem metas de produção de energias renováveis. De acordo com os dados da AWEA, 38 estados já dispõem de unidades empresariais de produção de energia eólica, e 14 têm já uma capacidade instalada superior a 1 GW.

A energia eólica representa 26% das novas capacidades de produção instaladas em 2010, seguindo-se ao gás natural (39%) e ao carvão (34%). A energia eólica constitui agora 3% do total de capacidade instalada, com o gás natural a deter 41% e o carvão 30%.

Novas adições anuais de capacidade de produção de energia eléctrica (GW)



Fonte: Energy Velocity

Os parques eólicos *offshore* nos EUA demonstram algum potencial de crescimento, com um grande número de projectos a serem preparados para a instalação. O maior projecto de criação de um parque eólico *offshore* nos EUA, Cape Wind, conseguiu obter as autorizações regulamentares necessárias à sua implementação, bem como um contrato (parcial) de aquisição de energia a longo prazo (PPA, power purchase agreement). O estado de Nova Jérσία aprovou também recentemente o “New Offshore Wind Economic Development Act”, no âmbito do qual será estabelecido um programa de créditos fiscais à produção *offshore* de energia que apoiará a instalação de 1,1 GW.

REGULAÇÃO DO MERCADO DA ENERGIA EÓLICA (POR PAÍS)

A tabela seguinte traça um breve resumo dos principais acontecimentos que dizem respeito à regulação do sector. A informação é posteriormente desenvolvida nas respectivas secções.

	Acontecimento	Principais implicações
Global	Conferência das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas, em Cancún (México) Novembro-Dezembro 2010	- Reconhecimento, através de uma decisão formal da ONU, das metas de redução de emissões subscritas pelos países desenvolvidos no Acordo de Copenhaga; - Acordo para a monitorização, notificação e verificação dos processos de emissões; - Criação de um Fundo para as Alterações Climáticas que dê o seu apoio às políticas e actividades a serem conduzidas nos países em desenvolvimento; - Apoio à introdução dos Mecanismos de Desenvolvimento Limpos (MDL), depois de caducado o Protocolo de Quioto; - Continua por assinar um tratado vinculativo pós-Quito.
Europa	Apresentação pelos Estados-Membros dos seus Planos de Acção Nacionais para as Energias Renováveis (PANER) Verão de 2010	- A Directiva sobre Energias Renováveis 2009/28/CE obrigou os Estados-Membros a entregarem os seus Planos de Acção Nacionais para as Energias Renováveis até 30 de Junho de 2010; - Os Estados-Membros apresentaram as suas estratégias de cumprimento das metas fixadas para 2020; - Os PANER registam as metas por sector (quotas de energia renovável consumida nos transportes, na produção eléctrica, nos sistemas de aquecimento e arrefecimento), bem como a trajectória escolhida para as alcançar.
América do Norte	Lei de incentivo fiscal Dezembro de 2010	- Prorrogação das subvenções por um ano; - Aumento dos créditos de imposto.
Brasil	2 concursos exclusivos em 2010	Os dois concursos atribuíram em conjunto um total de capacidade instalada de produção de energia eólica de 2,05 GW

ACONTECIMENTOS INTERNACIONAIS EM MATÉRIA REGULATÓRIA

A Conferência das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas de 2010 realizou-se em Cancún, México, entre 29 de Novembro e 10 de Dezembro. As negociações do ano anterior, que decorreram em Copenhaga, produziram apenas um conjunto limitado de garantias voluntárias de metas de mitigação e compromissos financeiros, que não vieram a ser apoiadas pelas decisões da Conferência das Partes. No entanto, em Cancún, as partes adoptaram decisões formais em áreas como o financiamento internacional da luta contra as alterações climáticas, a transferência de tecnologia e a adaptação às metas propostas.

A decisão de maior alcance foi a instauração de um novo fundo para as alterações climáticas baseado na Convenção das Nações Unidas. Este novo Fundo Verde será gerido pelo Banco Mundial e tem por objectivo a atribuição de fundos de apoio contra as alterações climáticas aos países em desenvolvimento.

Outro passo importante foi o reconhecimento, através de uma decisão formal das Nações Unidas, das garantias de mitigação aprovadas em Copenhaga (ou seja, a confirmação da meta de limitar o aumento da temperatura em relação aos níveis pré-

ambiente de negócio



João Paulo Costeira
Chief Operating Officer (COO) Europa

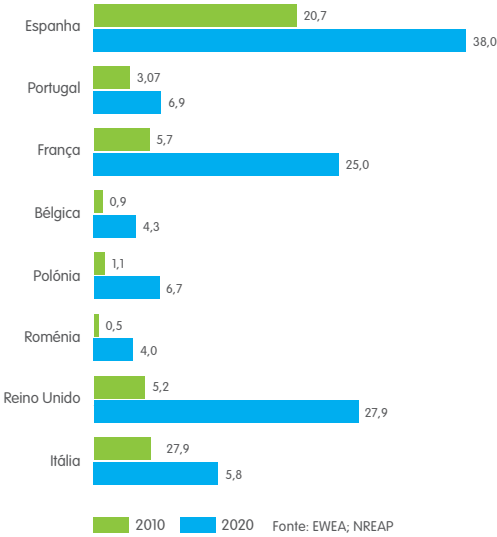
industriais a 2 °C). As partes acordaram também a criação de um sistema de “monitorização, notificação e verificação”, o que é uma medida indispensável ao escrutínio dos progressos verificados na redução de emissões num processo de transparência. Esta decisão foi muito importante, já que um acordo global no que diz respeito às emissões tem vindo a ser sucessivamente protelado por causa da falta de entendimento sobre a matéria entre os EUA e a China. Com este acordo, abriu-se espaço de manobra para as negociações que virão a decorrer no futuro.

As partes apoiaram também a continuação dos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (CDM), quando terminar o prazo de vigência do Protocolo de Quioto (a 31 de Dezembro de 2012), incluindo pela primeira vez no seu elenco a Captura e Armazenamento de Carbono (CCS). Além disso, o acordo incluiu também o quadro de aplicação do REDD+, um mecanismo para a protecção da silvicultura. No entanto, continua a ser necessário alcançar um acordo pós-Quioto, já que o Japão, a Rússia e o Canadá se opõem à aplicação de um segundo período de compromisso. As negociações prosseguirão todavia em 2011, em Durban, África do Sul.

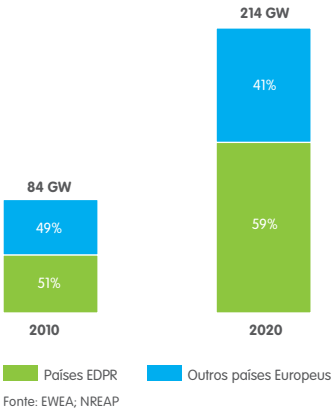
ACONTECIMENTOS NA EUROPA EM MATÉRIA REGULATÓRIA

A nível europeu, na sequência da aprovação da Directiva sobre Energias Renováveis 2009/28/CE, foi pedido a todos os Estados-Membros que apresentassem o seu respectivo “Plano de Acção Nacional para as Energias Renováveis” (PANER) até 30 de Junho de 2010. O PANER é um documento em que cada um dos Estados-Membros da União Europeia esclarece a forma como pretende alcançar as metas vinculativas de adopção de energias renováveis, até ao ano 2020, e o caminho a percorrer para conseguir atingi-las. Pedia-se além disso aos Estados-Membros que indicassem as suas metas sectoriais (electricidade, transportes, aquecimento e arrefecimento), a combinação de tecnologias a implementar, as transferências de quotas de produção e consumo entre Estados-Membros e as medidas específicas que cada um pretende aplicar para cumprir a trajectória de redução definida. Segundo as normas da directiva, os vários PANER teriam de seguir o modelo de plano de acção nacional definido pela Comissão Europeia.

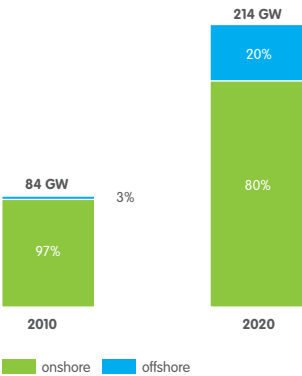
Capacidade total de produção de energia eólica (GW) instalada em 2010 nos países com operações da EDPR vs. capacidade prevista para 2020 nos respectivos PANER



Capacidade total de produção de energia eólica (GW) instalada em 2010 nos países com ou sem operações da EDPR vs capacidade prevista para 2020 nos respectivos PANER



Capacidade total de produção de energia eólica (GW) instalada em 2010 (divisão onshore/offshore) vs capacidade prevista em 2020 nos respectivos PANER



Fonte: EWEA; NREAP



ESPAÑHA

Alteração regulamentar	Descrição
Decreto Real 1614/2010, de 7 de Dezembro	- Estabelece um corte temporário do prémio das energias renováveis aplicável ao sector eólico no âmbito do Decreto Real 661/2007; - Garante a estabilidade a nível de regulamentação e a visibilidade do retorno até ao fim da vida útil dos parques eólicos que venham a ser instalados até 2012; - Fixa um limite ao número de horas de produção anual passível de receber o prémio de incentivo.
Decreto Real 1565/2010, de 19 de Novembro	Altera o regime de potência reactiva.
Decreto-Lei 14/2010, de 23 de Dezembro	Impõe a cobrança de uma taxa de geração de €0,5/MWh aplicável aos regimes comum e especial de produção.

O Governo Espanhol tem vindo a debater-se desde há muito com o aumento do seu défice tarifário, e começou a demonstrar em meados de 2009 a sua preocupação com os custos do sector das energias renováveis.

No seguimento do acordo a que se chegou em Julho de 2010 entre o Ministério da Indústria e duas das maiores associações sectoriais das energias renováveis (a Asociación Empresarial Eólica e a Promosolar), foi aprovado o Decreto Real 1614/2010, de 7 de Dezembro.

O esquema regulamentar aprovado para o sector eólico resume-se da seguinte forma:

- Um corte temporário de 35% no prémio de referência a aplicar à capacidade instalada nos parques eólicos abrangidos pelo DR 661/2007, a vigorar apenas em 2011 e 2012. O nível máximo e mínimo de ajuda não foram alterados e permanecem indexados à CPI-“X”;
- Uma adenda ao artigo 44.3 do DR 661/2007 veio tornar claro que qualquer eventual futura revisão do valor do prémio de referência só será aplicada à capacidade que venha a ser instalada depois de 2012;
- O limite estabelecido ao número de horas de produção equivalente passível de receber o prémio de incentivo foi estabelecido em 2.589 horas (e só será aplicado se o número médio de horas de produção no sector eólico em Espanha ultrapassar as 2.350 em cada ano). Acresce que o número de

horas de referência não poderá ser alterado até ao fim da vida útil dos parques eólicos já instalados ou pré-registados.

A capacidade de produção de energia eólica instalada antes de 2008 (e que se rege pelo DR 436/2004) permanece intocada, transitando em 2013 para o regime instituído pelo DR 661/2007. A maior parte dos parques eólicos espanhóis (os que se regem pelo DR 436/2004) não será assim afectada pelas novas regulamentações.

Para além do Decreto Real 1614/2010, o regime aplicável ao sector eólico em Espanha foi revisto por dois outros decretos. O primeiro é o Decreto Real 1565/2010, de 19 de Novembro, que vem modificar a regime de potência reactiva. Com este novo decreto, procede-se a uma diminuição dos prémios atribuídos à energia reactiva, mas os critérios para obtenção do respectivo bónus são menos restritivos, e assim mais facilmente alcançáveis. O segundo é o Decreto-Lei 14/2010, de 23 de Dezembro, que estabelece várias medidas para reduzir o défice tarifário. Entre outras medidas, o decreto inclui a criação de uma taxa de geração de €0,5/MWh, que é aplicável tanto ao regime comum como aos regimes especiais de produção.



PORTUGAL

Alteração regulamentar	Descrição
Decreto-Lei 51/2010	- Simplifica os procedimentos para a instalação de equipamento adicional nas centrais eólicas existentes; - Torna obrigatória a instalação de equipamento nas turbinas eólicas que possa atenuar as quebras de tensão e garantir o fornecimento de energia reactiva.
Fim dos prémios à produção de energia reactiva	- Os aerogeradores deixam de receber prémios de produção de energia reactiva; - O impacto no nível absoluto de remuneração não terá grande significado.

A 20 de Maio, foi aprovado o Decreto-Lei 51/2010. Esta nova lei simplifica os procedimentos para a instalação de equipamento adicional nas centrais eólicas existentes (sobreequipamento). O decreto obriga ainda a instalação de equipamento nas turbinas dos aerogeradores que lhes permitam suportar quebras de tensão e fornecer energia reactiva. No que diz respeito a esta segunda obrigação, as centrais eólicas deixam de receber um prémio de fornecimento de energia reactiva, e é criada uma penalização caso as centrais não venham a garantir determinados parâmetros de produção de energia reactiva.



FRANÇA

Alteração regulamentar	Descrição
“Grenelle 2” Junho de 2010	Introduz novas restrições e requisitos nos processos de licenciamento que poderão vir a comprometer o desenvolvimento futuro de parques eólicos.

Ao fim de vários meses de debate, a “Grenelle 2” foi finalmente aprovada a 29 de Junho de 2010. As origens desta lei remontam a 2007, quando foi lançada a “Grenelle de l’Environnement”, uma cimeira nacional destinada a estabelecer a política ambiental do país. Três anos depois, a “Grenelle 2” tornou-se o corolário legislativo da “Grenelle de l’Environnement”, estabelecendo um novo quadro regulamentar para o sector da energia eólica.

Para os produtores se poderem habilitar ao preço de compra garantido, a “Grenelle 2” veio impor um limiar mínimo de cinco aerogeradores instalados nas centrais eólicas, medida que tem por objectivo evitar a disseminação fragmentada de parques

ambiente de negócio

eólicos. A lei exige também que as centrais só podem ser construídas a mais de 500 metros de qualquer habitação.

Outro requisito para poderem beneficiar do preço de compra garantido é, desde 2007, a sua construção em zonas pré-definidas, as ZDE (Zonas de Desenvolvimento Eólico), que são áreas específicas seleccionadas pelos municípios que albergam os projectos. Em articulação com as ZDE, a “Grenelle 2” veio introduzir um novo patamar superior de planeamento, a nível regional, obrigando as centrais eólicas a integrarem-se em “Zonas de Desenvolvimento Regional” que terão de ser aprovadas pelas regiões e actualmente em preparação.

De resto, os parques eólicos estão ainda sujeitos ao regulamento das “ICPE” (Indústrias Classificadas para a Protecção do Ambiente), que veio acrescentar novos requisitos ao seu licenciamento, equiparando o sector às indústrias com um grau demonstrado de riscos potenciais para o ambiente.

Finalmente, a “Grenelle 2” estipula que terão de ser instaladas pelo menos 500 novas turbinas anualmente (sendo este valor objecto de uma revisão ao fim de três anos), se bem que não indique nenhum mecanismo específico para que se consiga alcançar esta meta. Este requisito da lei tem como objectivo a obtenção de uma capacidade instalada *onshore* de 19 GW em 2020.

 BÉLGICA

Alteração regulamentar	Descrição
Aumento das quotas de produção de electricidade a partir de fontes renováveis	Introduz quotas mais elevadas de produção de electricidade a partir de fontes renováveis, esperando-se que isto seja um forte incentivo à sua adopção

Foram aprovadas na Valónia novas quotas de produção de electricidade a partir de fontes renováveis. As novas quotas são consideravelmente mais altas do que as anteriores: 13,50% em 2011 e 15,75% em 2012. As quotas que deverão vigorar a partir de 2013 não foram ainda definidas, mas o CWAPE (a entidade reguladora do sector energético na Valónia) recomendou ao Governo um aumento de 2,25 pontos percentuais ao ano, até atingirem os 33,75% em 2020.

Os “Certificados Verdes” estão actualmente a ser reformulados pelo Governo, mas não foram ainda publicadas quaisquer orientações formais.

 POLÓNIA

Alteração regulamentar	Descrição
Alteração da Lei de Energia em Janeiro de 2010	- Pretende limitar as acções especulativas na reserva de direitos de ligação à rede de parques eólicos, através da cobrança de uma taxa aos promotores; - É também exigido um plano detalhado ou uma licença de planeamento específica a uma determinada localização para obter a ligação à rede.

A Lei de Energia foi alterada em Janeiro de 2010. O principal objectivo desta alteração prendeu-se com a necessidade de limitar as acções especulativas dos promotores e dos seus pedidos de reserva de ligação à rede dos parques eólicos em planeamento. De acordo com as novas provisões legais, compete à companhia que gere a rede de distribuição proceder a uma avaliação do impacto que as novas instalações venham a ter. A lei estabelece também que as entidades que se candidatem a uma ligação à

rede têm de pagar antecipadamente uma taxa de ligação de PLN 30 por KW de capacidade de ligação. Esta taxa é considerada um mero pagamento adiantado dos custos de ligação, procedendo-se à sua devolução caso não seja tecnicamente possível garantir a ligação. Além disso, a companhia que gere a rede de distribuição é obrigada a comunicar aos promotores, no prazo de 150 dias a contar da data de candidatura a uma ligação à rede, as condições de ligação que poderá garantir (ou, em alternativa, comunicar a sua impossibilidade por questões técnicas).

Outra medida com que se pretende reforçar a credibilidade dos projectos a desenvolver é a exigência de que os promotores anexem aos pedidos de ligação à rede um plano detalhado de implementação ou, na sua ausência, a licença de planeamento específica à localização concreta a que se referem os pedidos.

 ROMÉNIA

Alteração regulamentar	Descrição
Alteração da Lei de Energia em Julho de 2010	- Prorroga o período ao longo do qual são atribuídos 2 Certificados Verdes aos promotores; - Incrementa as quotas de produção de energias renováveis; - Aumenta as penalizações à falta de certificados; - Prolonga o período ao longo do qual será garantida a manutenção do sistema de Certificados Verdes.

O Governo da Roménia procedeu a uma alteração da sua Lei de Energia, a fim de aumentar o alcance do seu apoio às energias renováveis. Em consequência dos atrasos generalizados na entrada em operação dos vários projectos, o Governo decidiu prorrogar até 2017 (em vez de 2015) o período ao longo do qual serão atribuídos dois certificados verdes por cada MWh. Além disso, a quota de certificados verdes a atribuir em 2012 passou de 8,3% para 12%, e aumentará ao ritmo de 1 ponto percentual por ano (excepto em 2019, em que o aumento será de apenas 0,5 pontos percentuais) até atingir os 20% em 2012.

A alteração da lei confirmou ainda a fixação de um valor mínimo de transacção dos certificados verdes de €27/MWh e de um valor máximo de €55/MWh, aumentando as penalizações para os fornecedores que não cumpram com as suas obrigações de cumprimento das quotas de €70 para €110 por certificado verde em falta.

Finalmente, com o objectivo de inspirar mais confiança aos investidores e aumentar a atractividade do sector eólico, o sistema de certificados verdes foi garantido até ao ano 2025, muito para além do prazo de vigência inicial que deveria terminar em 2014.

O sistema transitório de atribuição em duplicado de certificados verdes foi estabelecido pela Lei 220/2008 (formalmente promulgada e publicada), mas, na prática, não começou ainda a ser aplicado já que a Comissão Europeia não foi formalmente notificada nem aprovou a sua entrada em vigor.

 REINO UNIDO

Alteração regulamentar	Descrição
Pacote de reformas do mercado energético em fase de consulta	- O sistema actual de RO pode vir a ser substituído por um sistema de tarifas de aquisição; - Foi proposta a introdução de pagamentos de capacidade; - Introdução de preços mínimos para as emissões de carbono; - Aprovação de normas de desempenho em matéria de emissões para as novas centrais eléctricas a carvão.

Na sequência das eleições de 6 de Maio de 2010, o novo Governo expressou a sua disponibilidade para estabelecer um sistema de tarifas de aquisição para a electricidade produzida a partir de fontes renováveis, mantendo em simultâneo o sistema de *Renewables Obligation Certificates* (ROC) até pelo menos 2017. O Governo incluiu esta matéria no seu pacote de reformas do mercado energético, apresentado em Dezembro de 2010 e actualmente em processo de consulta. Segundo esta proposta, o sistema de *Renewable Obligations* (RO) poderá ser abandonado gradualmente a partir de 2017. O sistema de RO seria então substituído por “contratos de diferença”, no âmbito dos quais o apoio a conceder seria calculado com base na diferença entre os preços praticados no mercado e o “preço de exercício” estabelecido nos contratos. O sistema é concebido de forma a reduzir a exposição dos produtores ao risco de flutuação dos preços, garantindo um fluxo estável de receitas. Outras medidas apresentadas no pacote de reformas são a introdução de “pagamentos de capacidade”, com o que se pretende fomentar a construção de centrais de reserva, e o compromisso de aprovar normas de desempenho em matéria de emissões para quaisquer novas centrais eléctricas alimentadas a carvão. A fim de se atingirem as metas de redução das alterações climáticas, o Governo anunciou ainda a fixação de um preço mínimo de referência para as emissões de carbono.

O Governo atribuiu também mil milhões de libras à criação de um “Green Investment Bank” e nomeou uma comissão independente que está a trabalhar no lançamento da nova instituição nos próximos meses. O “Green Investment Bank” deverá constituir a pedra angular da política energética do Partido Conservador, traçada no Manifesto com que este se apresentou às eleições. A nova instituição tem por objectivo acalantar o investimento em projectos de energia renovável, com a concessão de fundos de apoio a iniciativas que venham a reduzir as emissões de carbono.

 ITÁLIA

Alteração regulamentar	Descrição
Nova decreto de regulamentação da promoção de energias renováveis em fase de aprovação	- Sistema de certificados verdes poderá vir a ser abandonado gradualmente; - Sistema de tarifas de aquisição para instalações com menos de 10 MW pode vir a ser introduzido; - Centrais com mais de 10 MW podem vir a ter de concorrer entre si para a obtenção de tarifas.

O Decreto Bersani, de 1999, foi um dos sistemas precursores de atribuição de Certificados Verdes com o objectivo de promover a produção de electricidade a partir de fontes renováveis. O sistema baseia-se na emissão de certificados verdes aos produtores, que recebem também uma fonte de rendimentos com a venda da electricidade. Desde a sua introdução, o sistema veio a ser alterado em várias ocasiões, a última das quais introduzida pela Lei do Orçamento de 2008.

As principais características do novo sistema de certificados verdes estabelecido pela Lei do Orçamento foram as seguintes:

- Os geradores de energias renováveis podem receber certificados verdes ao longo dos primeiros 15 anos de operação (incrementando o período anterior de 12 anos);
- O aumento anual da quota de produção obrigatória passa a ser de 0,75% até 2012 (e não de 0,35%);
- É reforçado o papel estabilizador do GSE (“Gestore dei Servizi Elettrici”), uma agência energética estatal que opera no mercado dos certificados verdes, contrariando quaisquer desequilíbrios que se venham a verificar. Em caso de défice no mercado, o GSE pode vender os certificados verdes que tem na sua posse a um preço igual a €180 menos o preço médio da electricidade praticado no último ano. Adicionalmente, o GSE pode também funcionar como comprador de último recurso, e adquirir certificados verdes quando houver um excedente no mercado. Sempre que tal se verifique, o GSE pode comprar certificados verdes a um preço igual ao da média registada no ano anterior pelo GME (“Gestore dei Mercati Energetici”) na sua plataforma de negociação.
- Introduz uma diferenciação entre as várias fontes de energias renováveis, com a aplicação de coeficientes de produção.

Actualmente, está em fase final de aprovação uma nova lei das energias renováveis (que foi já aprovada pelo Governo Italiano). Se a nova regulamentação passar, representará uma alteração muitíssimo significativa no sistema de promoção das energias renováveis, já que os certificados verdes serão progressivamente abolidos. O projecto de lei prevê que seja instituído um sistema de tarifas de aquisição para as instalações com menos de 10 MW, a partir de 1 de Janeiro de 2013. As centrais com uma capacidade de produção superior terão de concorrer entre si através de concurso, se bem que haja um valor mínimo para as tarifas aplicáveis.

ambiente de negócio



Gabriel Alonso
Chief Operating Officer (COO) América do Norte

ACONTECIMENTOS NA AMÉRICA DO NORTE
EM MATÉRIA REGULATÓRIA



ESTADOS UNIDOS

Alteração regulamentar	Descrição
"Tax relief bill"	• Prolongamento por um ano do "cash grant", um incentivo ao investimento; • Extensão da amortização acelerada.

A nível federal a legislação relativa às alterações climáticas enfrentou um impasse em 2010. Surgiram três grandes propostas ao longo do ano que passou para a implementação federal de um Renewable Electricity Standard (RES), que não conseguiram no entanto granjear apoio bipartidário suficiente. Além disso, duas novas propostas para criar legislação de limitação e comércio de emissões de CO₂ foram apresentadas em Julho, mas não chegaram a ser levadas a votação.

O principal agente da regulamentação ambiental e climática foi a EPA (Agência de Protecção do Ambiente). A EPA publicou um plano para estabelecer normas de emissão de gases poluentes com efeito de estufa, ao abrigo do Clean Air Act. Além disso, é provável que as centrais termoeléctricas alimentadas a carvão existentes abandonem progressivamente o mercado, por causa das novas normas de qualidade do ar definidas pelo Clean Air Act. O reforço dos limites impostos à qualidade do ar e respectivos poluentes (SOx, NOx) pela EPA deverá motivar, segundo as previsões, o encerramento de 60 GW de capacidade instalada nestas centrais operadas a carvão. A agência anunciou também novas estratégias de restrição às emissões de mercúrio pelas centrais eléctricas e novas limitações ao uso de água para arrefecimento das centrais. A EPA propôs finalmente aquela que seria a primeira legislação a nível nacional relativa ao tratamento adequado e seguro dos resíduos de carvão que resultam da sua utilização em centrais termoeléctricas.

Em Dezembro de 2010 o presidente Obama assinou a "Lei de Incentivo Fiscal", que inclui a prorrogação de muitas políticas de apoio à energia limpa. Esta regulamentação faz parte de uma lei fiscal mais abrangente que prolonga a extensão das reduções fiscais concedidas pela administração do presidente George W. Bush.

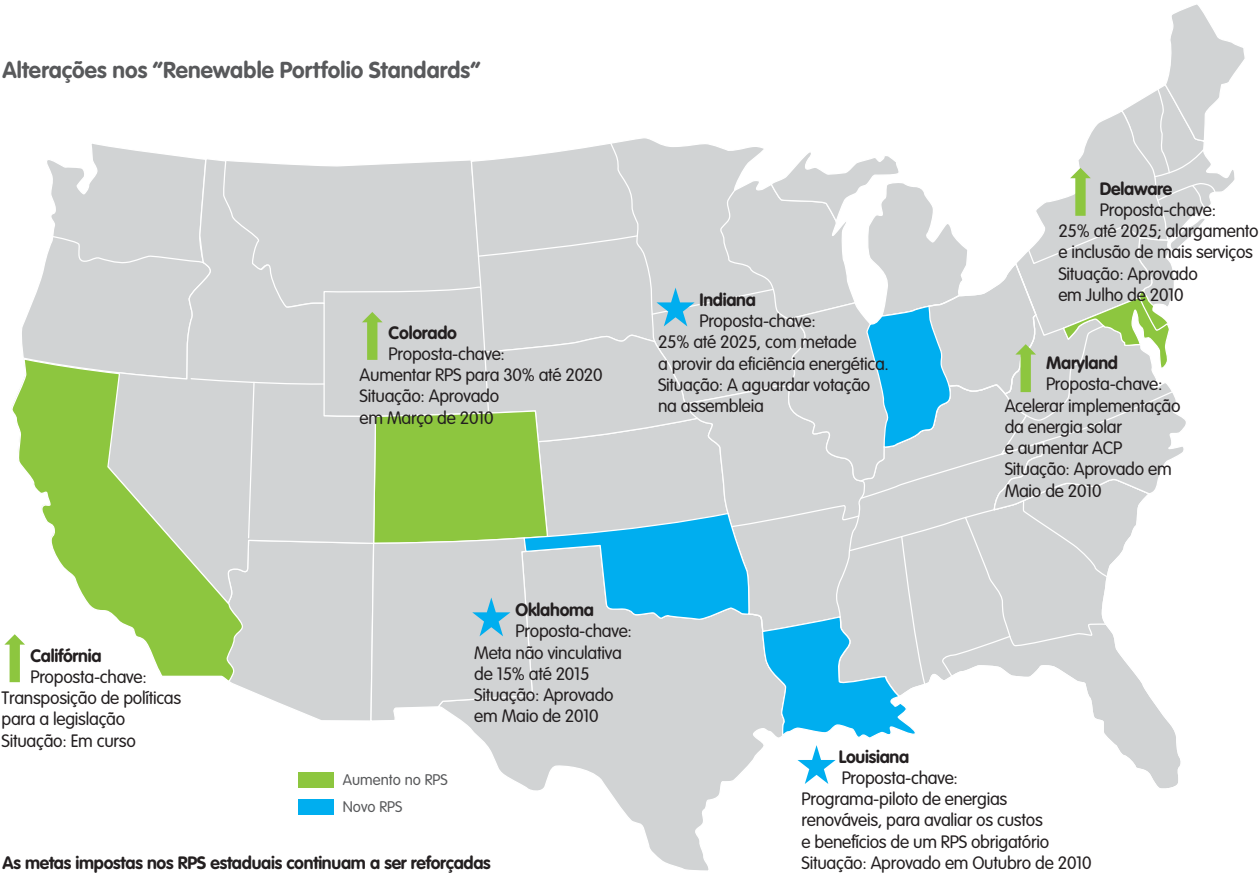
A fim de alavancar o desenvolvimento das energias renováveis, a lei inclui:

- A extensão por um ano do "1603 Treasure Grant Program", que permite que os projectos recebam uma subvenção equivalente a 30% dos custos elegíveis. Este programa tinha sido aprovado em 2009, como parte integrante do plano de estímulo económico. Para poderem beneficiar deste prolongamento, será preciso provar que os projectos entraram em construção em 2011, e garantir a sua entrada em funcionamento até 31 de Dezembro de 2012.
- Um aumento do crédito de imposto a liquidar, permitindo a dedução de 100% do custo dos projectos (se estes entrarem em funcionamento em 2011). Para os projectos que venham a entrar em funcionamento em 2012, a dedução total será de 50%.

Os governos estaduais continuam a ser o principal impulsionador na implementação de legislação de apoio às energias renováveis. Em 2010, houve um total de 12 estados que propuseram ou criaram um novo RPS (Renewable Portfolio Standard), ou que alargaram o alcance dos seus RPS; as propostas passaram com sucesso em cinco destes estados. Por outro lado, houve apenas um estado a propor a redução do seu RPS, proposta que acabou no entanto por ser recusada.

A Comissão dos Serviços Públicos (PUC) da Califórnia decidiu que as empresas de serviços públicos privadas podem transaccionar os seus créditos de energias renováveis para garantirem a conformidade com o RPS estadual. No entanto, verificaram-se atrasos de curto prazo na implementação da medida, e subsiste alguma incerteza quanto à forma como essa decisão será transposta para a legislação.

Alterações nos “Renewable Portfolio Standards”



CANADÁ

Alteração regulamentar	Descrição
Plano energético de longo prazo no Ontário	• Aumenta as metas atribuídas às energias renováveis

O sistema de governo descentralizado do Canadá confere às suas províncias um papel de liderança na implementação de políticas de energia renovável.

A nível federal, o programa ecoEnergy para energias renováveis foi lançado em 2007, substituindo o seu antecessor, Wind Power Production Incentive (WPPI). Este programa garante um incentivo de um cêntimo por quilowatt-hora aos projectos de energia renovável que entrem em funcionamento entre 2007 e 2011. Apesar de ter sido concebido para subsidiar os projectos ao longo dos seus primeiros dez anos de operação, o ecoEnergy esgotou-se por completo em 2009. A falta de uma política federal inspirou assim pouca confiança aos investidores e motivou as províncias canadianas a implementarem os seus próprios sistemas de incentivo às energias renováveis. A nível federal, os parques eólicos podem também beneficiar de políticas fiscais como a depreciação acelerada do capital, que permite uma depreciação dos custos de 50% ao ano.

O Ontário é de longe quem lidera o mercado eólico no Canadá, tendo sido a primeira província a ultrapassar a marca de 1 GW de capacidade instalada. O Green Energy Act (GEA) que o governo liberal do estado fez aprovar em Maio de 2009 fez com que a província tomasse a dianteira no desenvolvimento deste mercado.

Em primeiro lugar, e em conformidade com o GEA, a Ontario Power Authority introduziu um sistema de tarifas de aquisição (feed-in tariff). Há toda uma série de tecnologias renováveis às quais podem ser atribuídos contratos de 20 anos com preços de aquisição garantidos. O preço garantido para os parques eólicos onshore é de C\$135/MWh, com um cêntimo de bonificação para os projectos comunitários em pequena escala. Para os parques offshore, o preço garantido pelo sistema tarifário é de C\$190/MWh.

Para além de constituir o primeiro sistema de tarifas de aquisição da América do Norte, o GEA simplificou os processos de aprovação para a instalação de centrais de energia renovável.

Em Novembro de 2010, o Ministério da Energia do Ontário apresentou o seu plano energético de longo prazo, para o período 2010-2030. Entre outras medidas, o plano aumenta as metas a atingir pelas energias renováveis no Ontário, de 5,3 GW em 2025 para 10,7 GW em 2018, e contém uma cláusula que obriga à utilização de um mínimo de 50% de fornecedores locais para os projectos que surjam depois de 2012.

ambiente de negócio

ACONTECIMENTOS NO BRASIL EM MATÉRIA REGULATÓRIA



BRASIL

Alteração regulamentar	Descrição
2 concursos exclusivos em 2010	Os dois concursos atribuíram em conjunto um total de capacidade instalada de produção de energia eólica de 2,05 GW

O Brasil implementou em 2009 um sistema de concursos para controlar a atribuição de capacidade instalada de produção eólica, abandonando o sistema de tarifas de aquisição (programa PROINFRA) com que apoio o início do mercado eólico no país. Os concursos permitem que o governo assegure o fornecimento de energia a um custo mais reduzido para os consumidores, o que é fundamental para o seu desenvolvimento económico.

Nos últimos anos tem havido uma tendência de desenvolvimento extraordinária no mercado eólico do Brasil, muito por causa do comportamento sazonal complementar que se verifica entre as fontes de energia hídrica e eólica, com o vento a aumentar bastante durante a época seca. O apoio às energias renováveis pode também reforçar a disponibilidade energética, diminuindo o consumo de combustíveis. A nível industrial, o desenvolvimento de uma indústria eólica robustecida é encarado como uma oportunidade para atrair os grandes produtores internacionais de turbinas. Mesmo se os requisitos obrigatórios de fornecimento local não são explicitamente incluídos no sistema de concursos, são no entanto um critério para que os promotores se possam candidatar ao financiamento bonificado por bancos de desenvolvimento como o BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento) ou o BNB (Banco do Nordeste do Brasil).

O sistema de concursos tem algumas particularidades no Brasil. Em primeiro lugar, é o Governo quem decide a quantidade que será leiloadada, o que elimina o risco de sobre capacidade. Depois de realizado o concurso, são assinados contratos de aquisição de energia com o prazo de vigência de 20 anos. Há dois tipos diferentes de concursos:

i) Concurso de Reserva: concebido para assegurar o fornecimento suplementar de energia, garantindo uma reserva adicional ao sistema de distribuição nacional. Os concursos de reserva são conduzidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e a energia é comprada pelo Governo. Nos concursos de reserva, há uma quantia fixa de geração definida em cada contrato, e são accionadas penalizações quando a produção de energia ficar abaixo dos 90%. Há também uma remuneração extra associada, de 70% do preço, para a produção que ultrapasse os 130% da energia contratada. O nível de produção é sujeito a uma revisão a cada quatro anos.

ii) Concurso de Fontes Alternativas: neste tipo de concurso, os compradores são as companhias de distribuição nacionais. Os contratos referem-se à carga de base e os licitantes obtêm por seu intermédio um contrato de aquisição com o prazo de 20 anos. Os contratos estabelecem um nível de produção definido, e qualquer desequilíbrio abaixo dos 90% tem de ser compensado no preço de venda a favor dos compradores. Através da contabilização em tempo real dos níveis de geração, o excesso de produção de um ano pode pensar os défices que venham a surgir (desde que não sejam inferiores a 90%) ao longo de um período de quatro anos. Qualquer excesso de produção acima dos 100% que se verifique ao fim de quatro anos é pago aos produtores a preços de mercado.

Em 2010, o Brasil dois processos de concurso em Agosto, um concurso de reserva e um concurso de fontes alternativas, num total de 2,05 GW. O concurso de reserva atribuiu 528 MW de capacidade de produção eólica ao preço médio de R\$122,7/MWh (\$70,4) e o concurso de fontes alternativas atribuiu 1.519 MW ao preço de R\$134,1/MWh (\$76,6). A forte concorrência que se verificou fez com que os preços médios baixassem, o que deu origem a alguma preocupação entre os promotores e os fornecedores.

Em Dezembro de 2010, o Ministério de Minas e Energia do Brasil aprovou um novo Plano Decenal de Expansão de Energia para vigorar até 2019. O plano impõe um grande impulso às energias renováveis, já que não se prevê a construção de nenhuma central eléctrica alimentada a combustíveis fósseis depois de 2014. À luz desta estratégia, deverão existir pelo menos 6 GW de capacidade instalada de energia eólica até 2019 (quando actualmente são cerca de 1,5 GW), se bem que a indústria esteja à espera de valores ainda mais elevados.

Os produtores de energia eólica terão a oportunidade de garantir a assinatura de novos contratos de aquisição de energia (PPA) em 2011, já que serão conduzidos dois novos concursos no segundo trimestre do ano, de acordo com a Portaria nº 113, de 1 de Fevereiro. Um dos concursos será “A-3” (capacidade de base a ser entregue no prazo de três anos) e o outro será um “concurso de reserva” (capacidade de reserva). A quantidade de potência a leiloar e o preço máximo não foram ainda divulgados.



- | | | |
|---|---|---------------------------------------|
| 1 | 3 | 1. Foto do colaborador: Ashley Stultz |
| 2 | 4 | 2. Foto do colaborador: Laura Lazar |
| | | 3. Foto do colaborador: Kevin Clark |
| | | 4. Foto do colaborador: Jeremy High |



desempenho
económico

54	DESEMPENHO OPERACIONAL
56	Portfólio
58	Factor de utilização e disponibilidade
59	Geração
60	Tarifa
63	DESEMPENHO FINANCEIRO
63	EDP Renováveis
66	EDP Renováveis Europa
68	EDP Renováveis América do Norte



desempenho económico

A EDP RENOVÁVEIS ESTÁ A TRAÇAR O RUMO DO FUTURO... JÁ HOJE



DESEMPENHO OPERACIONAL

A EDPR é um player especializado no sector eólico, líder mundial na área das energias renováveis, com todas as suas fontes de receita a provirem das actividades que desenvolve no sector eólico.

O nosso crescimento tem sido fruto de uma capacidade extraordinária de implementação de projectos e da integração eficaz de 28 culturas empresariais disseminadas por 11 países desde 2005. Optámos por estar presentes em mercados com objectivos

ambiciosos de crescimento e uma regulamentação clara, estável e incentivadora, que nos permita abrir caminho em direcção à criação de valor.

A EDPR desenvolve, constrói e opera actividades relacionadas com activos na área das energias renováveis na Europa (Portugal, Espanha, França, Bélgica, Polónia, Roménia, Reino Unido e Itália), América do Norte (EUA e Canadá) e América do Sul (Brasil). A empresa está sediada em Madrid, Espanha, e conta com mais de 33 escritórios espalhados por todo o mundo.

MW Instalados
MW em construção
MW em pipeline



Diversificação do portfólio:
implantação selectiva em 11 países por todo o mundo

Crescimento dos activos operacionais:
aumento total de 1.101 MW ao longo de 2010

Expansão das opções de negócio no futuro:
2.815 MW acrescentados em 2010 ao portfólio em desenvolvimento através de iniciativas de negócio

Maximização da produção de energia:
32% de aumento, apoiado por um óptimo factor de utilização

Aumento da visibilidade das vendas de energia:
contratos para a venda de 1.088 MW melhoram o perfil de risco da empresa

A EDPR tem um excelente historial de investimento, apoiado nas suas extraordinárias competências, nomeadamente uma estratégia abrangente de gestão de risco, uma estratégia competitiva de aquisição de turbinas, um portfólio geográfico muito equilibrado, um rácio muito favorável entre os projectos em desenvolvimento e o nível de receitas já alcançado, um excelente registo na implementação de projectos, e activos de primeira linha com recursos eólicos acima da média.

O portfólio dos activos da EDPR é muito equilibrado, tanto em termos geográficos como a nível da maturidade dos seus projectos, conseguindo assim otimizar a diversificação do

controlo dos riscos associados à regulamentação e dos riscos associados aos recursos eólicos, ajudando assim a garantir a estabilidade do seu *cash-flow*.

A EDPR está fortemente empenhada na criação de valor para os seus accionistas e outras partes interessadas, trabalhando nos mercados mais atractivos e expandindo continuamente o negócio a novas áreas do globo.

Fruto da combinação entre os seus activos de altíssimo nível e excelência operacional, a EDPR conseguiu obter em 2010 indicadores acima da média nos mercados em que está presente.

desempenho económico



PORTFÓLIO

A EDPR tem um forte historial e capacidade demonstrada de execução de projectos e cumprimento de metas. Ao longo de 2010, a EDPR instalou uma capacidade de produção adicional de 1.101 MW (501 MW na sua plataforma europeia e 600 MW na plataforma norte-americana).

Assim, no final de 2010, a EDPR dispunha já de uma capacidade total de produção instalada superior a 6,7 GW – 3.439 MW na sua plataforma europeia (crescimento anual de 17%), 3.224 MW na plataforma norte-americana (crescimento anual de 23%) e 14 MW na plataforma sul-americana –, o que representa um crescimento assinalável de 1300% em relação aos 530 MW de capacidade consolidada em 2004 e de 400% em relação aos 1.518 MW de capacidade consolidada em 2006.

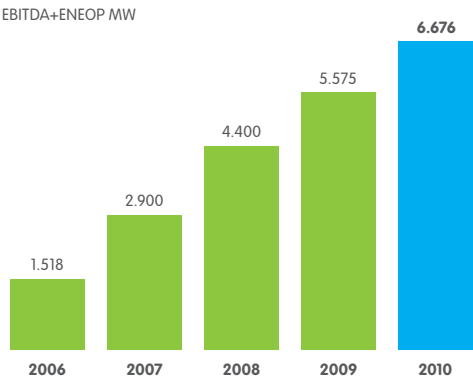
Na Europa, a EDPR concluiu a construção do seu primeiro projecto na Roménia (Pestera), com um total de 90 MW. Foi também concluída a instalação de 189 MW em Espanha e de 64 MW em França.

A EDPR NA continua a manter uma taxa de crescimento sustentada do seu portfólio. Ao longo de 2010, a plataforma norte-americana desenvolveu e concluiu a implementação de 600 MW, nos parques eólicos Top Crop II (198 MW), no Illinois; em três projectos no Indiana – Meadow Lake II (99 MW), Meadow Lake III (104 MW) e Meadow Lake IV (99 MW) –; e em Kittitas Valley (101 MW), em Washington.

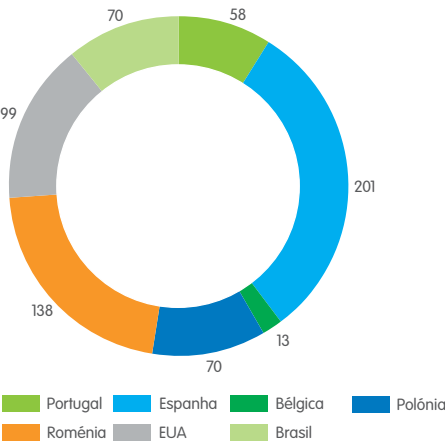
No final de 2010, a EDPR tinha em construção 649 MW (480 MW na sua plataforma europeia, 99 MW na plataforma norte-americana e 70 MW na plataforma sul-americana). Assim, a EDPR pode garantir o seu rumo de crescimento sustentado nos próximos anos, seguindo o seu modelo de negócios com redução de riscos.

Em 2010, a EDPR alcançou os 6,7 GW espalhados pelos mercados mais atractivos de todo o mundo...

Crescimento anual da capacidade instalada: 20%



Capacidade de produção em construção: 649 MW



EXCELÊNCIA TÉCNICA DA EDPR

Do ponto de vista técnico, a EDPR dispõe da vantagem competitiva fulcral que recai sobre o seu domínio interno de todo o ciclo de desenvolvimento de parques eólicos. A EDPR destaca-se como líder no sector no que diz respeito à avaliação dos recursos eólicos, à elaboração de estudos relacionados e projectos de engenharia, à sua construção e operação e gestão. Esta vasta gama de conhecimentos técnicos e a experiência que acumulou ao longo de mais de 15 anos de presença nos mercados tem sido um factor-chave no sucesso do crescimento da EDPR, com a criação de valor em toda a cadeia de negócio. Alguns exemplos das melhores práticas adoptadas:

- Excelente registo na selecção da localização dos parques eólicos;
- Equipas locais de desenvolvimento e construção permitem uma construção mais rápida e mais eficiente dos parques eólicos;
- Optimização dos projectos, incorporando a experiência dos técnicos da EDPR na escolha das turbinas mais adequadas a cada caso concreto;
- Eficiência máxima no controlo do processo de construção, com a contratação dos melhores empreiteiros em cada fase específica de construção, e a supervisão interna de todos os aspectos técnicos, económicos e de calendário, garantindo não apenas a optimização do investimento inicial (capex), mas também a incorporação nos projectos de todos os conhecimentos adquiridos da EDPR.
- Optimização do envolvimento dos fornecedores das turbinas eólicas nas primeiras fases de desenvolvimento dos parques. Apoiada nos sistemas de monitorização mais sofisticados do mercado, a EDPR consegue controlar detalhadamente a operação dos seus parques eólicos ao longo de todo o seu ciclo produtivo. O valor acrescentado que este acompanhamento lhe garante traduz-se no seu factor de utilização acima da média, num investimento inicial mais reduzido, nos excelentes rácios de disponibilidade e eficiência que apresenta, entre outros.



Em 2010, a EDPR continuou a concentrar-se na sua estratégia de crescimento, através da obtenção de contratos flexíveis, tanto em termos temporais como geográficos, para poder beneficiar plenamente de todas as opções que mantém em aberto. O portfólio de projectos em desenvolvimento (dividido entre os projectos na calha e os projectos em análise) para alimentar o seu crescimento no futuro atingia já, no fim de 2010, cerca de 31,7 GW.

NOVAS INICIATIVAS DE NEGÓCIO DA EDPR

O ano de 2011 constituirá um grande desafio para a EDPR, já que a lenta recuperação económica e as dificuldades de financiamento poderão prejudicar as perspectivas de crescimento de todo o sector das energias renováveis. Não obstante, o objectivo de garantir um vasto leque de opções e um crescimento diversificado será o maior desafio de 2011.

Quanto ao crescimento geográfico, a EDPR orientar-se-á pela tentativa de completar os processos de integração nas plataformas recém-criadas ou adquiridas (no Reino Unido, Itália e Canadá), diversificando o portfólio de desenvolvimento nestes mercados e explorando de forma muito selectiva as possibilidades de abordagem a outros países. Na América do Sul, a EDPR continuará mais concentrada no Brasil, onde envidou já todos os seus esforços e análises de mercado para garantir a apresentação de projectos competitivos com vista à candidatura aos concursos de energia eólica que serão organizados pelo Governo num futuro próximo.

Quanto à diversificação tecnológica, os esforços da EDPR têm-se concentrado no alargamento do portfólio de projectos eólicos *offshore*, não apenas em termos de novas localizações e novos mercados mas incluindo também as iniciativas que tem na calha com diversos graus de maturidade, e tentando estabelecer parcerias na perspectiva do longo prazo. Ao mesmo tempo, o sector de produção de energia solar, será estudado e acompanhado de uma forma mais aprofundada, com o objectivo de identificar as oportunidades de negócio concretas que vierem a surgir nos mercados com perspectivas mais atractivas.

Internamente, o principal desafio será o de implementar as conclusões relativas aos esforços de optimização dos projectos em fase de planeamento, a alocação de custos/receitas e o desenvolvimento de processos nas várias plataformas.

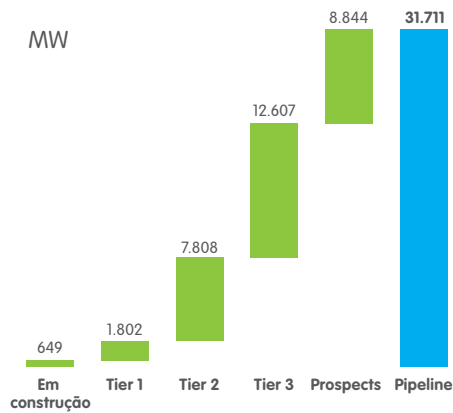


...e 31,7 GW de sólidos projectos em desenvolvimento que permitem a selecção das melhores opções de crescimento. ...

Em Janeiro de 2010, em parceria com a SeaEnergy, a EDPR conseguiu garantir os direitos exclusivos de desenvolvimento de 1,3 GW em Moray Firth, no que constitui a 1ª Zona da 3ª ronda do concurso de atribuição de zonas de exploração *offshore* no Reino Unido. Também em Janeiro de 2010, a EDPR acrescentou ao seu portfólio vários projectos eólicos em localizações de excelência na Itália, num total de 520 MW em diferentes fases de maturação. Em Espanha, foram atribuídos à EDPR 220 MW no concurso da Cantábria e 271 MW no concurso das Astúrias (16% e 32%, respectivamente, da capacidade total atribuída em cada um dos concursos), o que contribuiu para aumentar o número de projectos em desenvolvimento e as suas opções de crescimento futuro, demonstrando ainda a grande competitividade da empresa em concursos muito concorridos.

desempenho económico

Em 2010, a implantação geográfica da EDPR NA conheceu uma expansão de 100 MW no Canadá, alargou-se a 4 novos estados e foi alvo de um desenvolvimento extraordinário nos projectos em 1ª fase e em 2ª fase, garantindo o seu crescimento e o seu leque de opções no futuro; estes projectos representam 43% do número total de capacidade de produção eólica em desenvolvimento.



PROJECTO OFFSHORE DA EDPR NO REINO UNIDO

Em Janeiro de 2010, foi criada a Moray Offshore Renewables LTD. (MORL), uma parceria entre a EDPR e a SeaEnergy, com o objectivo de desenvolver, construir e conduzir a operação de um parque eólico offshore com a capacidade de produção de 1,3 GW ao largo da costa escocesa, na Zona Económica Exclusiva do Reino Unido. Devem destacar-se os seguintes desenvolvimentos no projecto offshore de Moray:

- A assinatura com a Coroa dos três primeiros acordos de concessão de energias renováveis offshore na Escócia;
- A assinatura do acordo de ligação à rede com a National Grid, para uma capacidade de geração de 1.500 MW;
- A conclusão dos levantamentos geotécnicos e geofísicos offshore, que obrigou a uma utilização significativa de embarcações;
- A conclusão de um relatório técnico para a autorização das actividades offshore;
- A conclusão do Plano de Saúde e Segurança da MORL;
- O lançamento da concepção dos processos de engenharia para as estruturas offshore e infra-estruturação dos parques eólicos, logística, e outros;
- O lançamento da concepção das antenas meteorológicas, respectiva construção e processo de implementação.



...mantendo em simultâneo um factor de utilização de 29%

FACTOR DE UTILIZAÇÃO E DISPONIBILIDADE

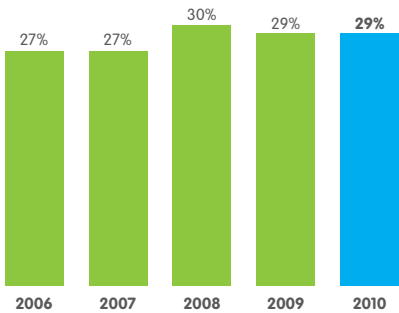
O nível de produção de energia alcançado pela EDPR baseia-se na solidez do seu factor de utilização de 29%. Em 2010, o factor de utilização atingiu os 27% na Europa, os 32% na América do Norte e os 22% no Brasil. Isto resulta da grande eficiência operacional da EDPR (quer nos novos projectos, quer na melhoria dos resultados anteriores), na vantagem de ter sido em muitos casos o primeiro actor a escolher as melhores localizações, nas competências adquiridas no domínio dos recursos eólicos, e numa selecção rigorosa de turbinas que maximize os níveis de produção de cada um dos projectos.

Como é normal, o ano de 2010 demonstrou mais uma vez a sazonalidade típica dos recursos eólicos. O ano caracterizou-se pela volatilidade trimestral, com uma fraca qualidade do vento no 2º e 3º trimestres, especialmente se comparada com os máximos históricos de anos anteriores. No entanto, a diversificação geográfica do portfólio de parques eólicos da EDPR contribui largamente para compensar esta volatilidade do vento. A título de exemplo, os activos de primeira linha da empresa no mercado espanhol permitiram-lhe alcançar um factor de utilização de 27%, o que corresponde a +200bps do que os seus concorrentes naquele mercado.

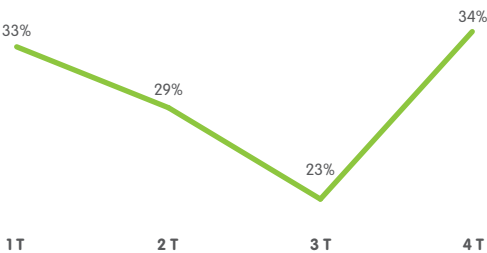
A taxa de disponibilidade de 97% conseguida pela EDPR ao longo de 2010 constituiu uma melhoria significativa dos valores registados em 2009 (95%), que se ficou a dever fundamentalmente a um trabalho exaustivo a nível da eficiência operacional e dos processos de gestão do desempenho.

A fim de conseguir otimizar ainda mais as suas operações, a EDPR deu início à implementação de uma cadeia de centros de despacho. A partir destes centros, será possível compreender mais detalhadamente e com mais abrangência o comportamento de cada um dos parques eólicos que integram o portfólio da EDPR, com o objectivo de melhorar a sua disponibilidade e a atribuição de contratos de operação e manutenção, e acompanhando em permanência os respectivos factores de utilização e níveis de produção de energia.

Factor de utilização médio anual da EDPR



Factor de utilização trimestral da EDPR em 2010



AVALIAÇÃO OPERACIONAL E ENERGÉTICA DA EDPR



A comparação altamente favorável entre os factores de utilização da EDPR e a média registada no sector resulta de um processo abrangente que percorre toda a cadeia de valor. Dada a sua experiência e conhecimento do terreno, as nossas equipas de desenvolvimento são capazes de garantir para a empresa os locais com condições de vento mais favoráveis em todas as regiões onde actuamos. Os nossos modelos de análise do vento permitem o aperfeiçoamento da concepção de cada parque eólico, escolhendo as melhores áreas de implantação em cada sítio. A escolha das turbinas a implantar é cuidadosamente conduzida, a fim de maximizar a produção e o retorno de cada um dos nossos recursos eólicos em concreto. Finalmente, as nossas equipas de operação e manutenção e a respectiva gestão de desempenho fazem uma análise das melhores ferramentas e processos, para assegurar a eficiência das turbinas e uma disponibilidade de produção energética de alto nível.

A EDPR tem plena consciência de que os custos de reparação dos principais componentes dos parques eólicos constituem um dos principais motivos para o agravamento das despesas operacionais, e entende que é fundamental desenvolver um programa de manutenção orientado para a eficácia dos seus equipamentos, a fim de garantir a sua competitividade no mercado actual. A capacidade de prever e prevenir quaisquer falhas nos principais componentes das suas turbinas será assim uma forma de complementar as nossas práticas de manutenção, que se contam entre as mais eficientes do sector, e de reduzir os tempos de indisponibilidade e os custos de reparação agravados.

A EDPR pretende maximizar a sua capacidade produtiva e a eficácia dos seus modelos de previsão do comportamento dos activos operacionais, tendo em conta o seu impacto directo nas receitas conseguidas pela sociedade. Foram levadas a cabo várias iniciativas neste sentido em 2010, incluindo as que se seguem:

- Melhorias aerodinâmicas – A EDPR conduziu vários projectos-piloto para alterar o perfil aerodinâmico das pás das suas turbinas, na tentativa de aumentar a produção e reduzir o tempo de carregamento;
- Technical Project Office – O Technical Project Office (TPO) foi iniciado em 2009 e teve a sua conclusão em 2010, com três fases distintas: em primeiro lugar, a análise de todas as técnicas aplicadas no mercado e uma avaliação resumida das capacidades de cada uma; em segundo lugar, a implementação de projectos-piloto na EDPR NA e na EDPR EU; em terceiro lugar, uma análise da experiência adquirida nos projectos-piloto e a aplicação de um modelo para determinar os benefícios efectivos do exercício da manutenção preventiva. Em resultado deste seu esforço, a EDPR optou por desenvolver o seu próprio sistema, com o qual são aplicadas técnicas de tratamento estatístico aos dados recolhidos por SCADA nos parques eólicos;
- Projecto NIMO – Foi assinado um acordo de cooperação com o fabricante de tecnologia Indra, com o objectivo de desenvolver um software de manutenção preventiva com base nos dados recolhidos por SCADA. A EDPR e a Indra estão também a debater a hipótese de chegarem a acordo para a participação conjunta no desenvolvimento de um sistema pericial de análise de vibrações. O objectivo global é o de confirmar que é possível encontrar novos potenciais de redução de custos, aumento de eficácia e optimização dos custos de operação e manutenção dos parques eólicos.

GERAÇÃO

Em termos de produção de electricidade, a EDPR atingiu em 2010 um total de 14,4 TWh, o que constitui um aumento de 32% (ou 3,4 TWh) em relação a 2009. Ainda mais importante, refira-se que o nível de produção de energia da EDPR aumentou cinco vezes, quando comparado com 2006.

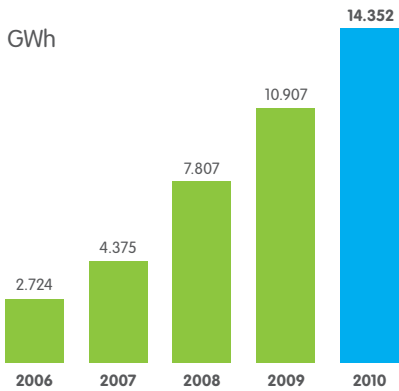
Este crescimento dos níveis de produção é um reflexo não só do aumento da capacidade instalada mas também da prontidão operacional registada, com um valor médio de 97% da taxa de disponibilidade de todo o portfólio e um factor de utilização de 29%, permitindo a excelência do nível de produção da EDPR.

Na Europa, a EDPR apresentou um crescimento anual de 33%, garantindo a produção de 6,6 TWh de energia. Entretanto, com um crescimento de 30%, o nível de produção registado na América do Norte foi de 7,7 TWh. Finalmente, no seu segundo ano de operações no Brasil, a EDPR conseguiu uma produção de 31 GWh, o que representa um crescimento anual de 17%.

O equilíbrio que se verifica nestes dados entre as diferentes regiões em que a EDPR está implantada é bem demonstrativo da sua estratégia de diversificação. É digno de nota o facto de que, em 2010, a EDPR deu início à produção de energia na Polónia e na Roménia, países que representam ambos mercados muito atractivos para a criação de valor no futuro.

...para produzir 14,4 TWh, equivalente ao consumo de electricidade de 1 dia inteiro nos 8 países (650 milhões de pessoas) onde a EDPR produz energia...

Crescimento anual da produção de energia: 32%



desempenho económico

CENTRO DE DESPACHO



A EDPR tem uma elevada reputação ao nível da excelência operacional, fruto da experiência adquirida dos operadores no terreno, da melhoria contínua da gestão de desempenho e dos seus sistemas de apoio topo de gama. Os operadores no terreno têm acesso constante aos dados operacionais registados nos parques eólicos por eles monitorizados, o que lhes permite agir imediatamente sobre qualquer situação que comprometa a disponibilidade ou eficiência das turbinas, acompanhando de perto o trabalho dos adjudicatários de operação e manutenção. Todo este sistema é apoiado pelos nossos sistemas de gestão de desempenho operacional e de recursos eólicos, que centralizam a condução das operações remotas e o tratamento dos dados.

O nosso Centro de Despacho constitui a pedra angular do sistema de operação e manutenção. Todos os nossos parques eólicos estão ligados aos nossos 3 centros de recepção de dados, em Oviedo, Porto e Houston, através de um sistema que nos permite responder de imediato às exigências da rede, controlar à distância qualquer uma das turbinas isoladamente e, sempre que necessário, conduzir as operações exigidas pelo mercado eléctrico. Além disso, facilitam a assunção pela empresa do controlo da operação e manutenção dos parques eólicos ao fim do prazo de garantia inicial. Este sistema unificado permite à EDPR acompanhar em tempo real toda e qualquer ocorrência nos seus parques eólicos, ao mesmo tempo que vai estabelecendo uma extensa compilação de todos os dados operacionais que se venham a verificar, e contribuindo assim para alavancar consideravelmente o seu desempenho.

Ao longo de 2011 o sistema de gestão de energia eólica será alvo de uma actualização, com o objectivo de aumentar a sua capacidade e de instalar o nosso sistema de gestão do desempenho operacional como ferramenta de apoio às nossas equipas operacionais.

	2010	2009	Δ%	% do total
GWh				
Espanha	4.355	3.275	33%	30%
Portugal	1.472	1.275	15%	10%
França	489	346	41%	3%
Bélgica	107	79	34%	1%
Polónia	194	-	-	1%
Roménia	15	-	-	0%
EDPR EU	6.632	4.975	33%	46%
EUA				
Oeste	725	699	4%	5%
Centro-Oeste Superior	1.476	1.131	31%	10%
Sudoeste	2.496	2.241	11%	17%
Grandes Lagos	2.630	1.449	82%	18%
Nordeste	362	386	-6%	3%
EDPR NA	7.689	5.905	30%	54%
EDPR BR	31	26	17%	0%
EDPR	14.352	10.907	32%	100%

TARIFA

A estratégia de diversificação dos activos da EDPR alcançou mais um grande resultado, com a tarifa média do seu portfólio a fixar-se nos €58,4/MWh. Este preço de venda médio significou a manutenção anual da estabilidade dos preços praticados em todo o portfólio da EDPR, apesar do declínio e da volatilidade dos preços da energia a nível global.

Ao longo de 2010, a EDPR procurou alargar o seu portfólio a mercados atractivos e rentáveis, o que se mede não só pela sua dimensão mas também pelo seu quadro legislativo e pela exposição aos riscos de mercado. Nestes termos, a combinação que se verificou em 2010 no portfólio da EDPR levou a que 88% do seu volume de produção fossem transaccionados no âmbito de sistemas regulados, quer através de tarifas de aquisição, quer através de preços mínimos estabelecidos ou contratos de aquisição (49% do total), quer através de contratos de venda a longo prazo (39% do total). Assim, do total de produção registado, houve apenas 12% que foram comercializados com exposição ao mercado à vista, o que ainda assim representa um acréscimo relativamente aos 10% de exposição verificados em 2009.

A política de diversificação da EDPR levou a que 88% da sua produção estivesse abrangida por acordos de incentivo em 2010.

Na Europa, a EDPR actua no quadro de diversas disposições regulamentares. Em mercados como Portugal (€93,8/MWh) e França (€83,9/MWh) a produção é transaccionada sob o regime de tarifas de aquisição, enquanto em Espanha (€79,1/MWh), Polónia (€111,5/MWh) e Roménia (€59,3/MWh) opera à luz de um sistema de preços mínimos regulados; a produção na Bélgica é transaccionada de acordo com um contrato de aquisição. Tudo isto resultou na Europa numa tarifa média de €84,2/MWh.

Ao longo de 2010, a EDPR NA registou um aumento nas vendas de electricidade de 29%, ascendendo o total a \$366 milhões. Este resultado é fruto de um preço médio de \$47,7/MWh, conseguido através da combinação entre o preço de \$53,9/MWh que se verificou na produção vendida através de contratos de aquisição (PPA) ou com cobertura e o preço de \$31,1/MWh alcançado na venda da restante produção no mercado à vista. Além da venda de electricidade, a EDPR NA obteve ainda um total de \$141 milhões de receitas adicionais, relacionadas com as suas parcerias institucionais e que incluem PCT ("Production Tax Credits") e outros rendimentos afins.

Antecipando a volatilidade que se verificou em 2010, a EDPR optou por implementar a estratégia de redução dos seus riscos à exposição do mercado, gerando ao mesmo tempo valor para os seus accionistas. Assim, a EDPR assinou contratos de aquisição de energia (PPA) para a produção de 1.088 MW, ocupando um lugar destacado entre as empresas que assinaram acordos de longo prazo deste tipo em 2010.

Foi accionada uma estratégia de cobertura activa dos riscos de parte do portfólio operacional em Espanha, o que, para além de eliminar as hipóteses de volatilidade, garantiu rendimentos adicionais à empresa no valor de quase €11,7 milhões. Isto demonstra – juntamente com os PPA assinados na Polónia e na Roménia – a capacidade que a EDPR tem de atenuar a exposição aos riscos de mercado nos vários países em que está presente.

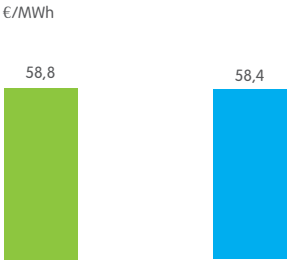
Na Roménia, a EDPR atenuou a exposição aos riscos de mercado através da assinatura de PPA para a venda da electricidade produzida nos seus dois projectos eólicos – Pestera e Cernavoda –, num total de 228 MW.

Na Polónia, a EDPR deu início à construção do seu segundo parque eólico, em Korsze, com uma capacidade total de produção prevista de 70 MW, em relação ao qual assinou também um PPA para a venda da energia e dos certificados verdes gerados no âmbito do projecto.

Em relação à capacidade operacional da EDPR NA, 77% do total estão ao abrigo de PPA ou têm cobertura de riscos, garantindo à plataforma condições estáveis de preço ao longo do tempo. A estrutura actualmente existente de vendas contratadas garante-nos ainda cerca de 13 anos de estabilidade no *cash-flow*.

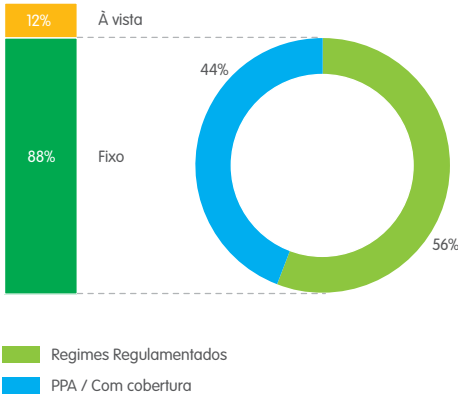
Em resumo, a diversificação de activos nos mercados mais atractivos, o crescimento dos projectos em preparação e a sua flexibilidade, a excelência dos indicadores operacionais e uma estratégia de redução dos riscos são todos eles factores que se combinam para apoiarem a EDPR quando ela se propõe a traçar o rumo do futuro... já hoje.

Estável média anual das tarifas aplicadas no portfólio da EDP Renováveis



	2010	2009	Δ%
Tarifa			
Portugal	93,8	94,5	-1%
Espanha	79,1	84,0	-6%
França	83,9	86,6	-3%
Bélgica	112,0	103,1	9%
Polónia	111,5	-	-
Roménia	59,3	-	-
EDPR EU (€/MWh)	84,2	87,2	-3%
EDPR NA (\$/MWh)	47,7	48,2	-1%
EDPR BR (R\$/MWh)	254,4	262,5	-3%
EDPR (€/MWh)	58,4	58,8	-1%

Composição total do portfólio ao abrigo de contratos a longo prazo ou sujeito a um quadro regulamentado: 88%



desempenho económico

Contratos de venda de energia a longo prazo assinados em 2010 pela EDPR

Antecipando a volatilidade dos preços no mercado à vista que se verificou por causa das alterações nos quadros regulamentares, e com a preocupação de criar valor para os seus accionistas, a EDPR estabeleceu como objectivo para 2010 a mitigação dos riscos de mercado, salvaguardando a sua produção através de acordos de cobertura ou contratos de venda a longo prazo.

Em 2010, apesar das dificuldades que se verificaram no mercado, a EDPR conseguiu assinar contratos de venda a longo prazo de 841 MW nos Estados Unidos, o que representa uma quota de 12,5% do número total de PPA (correspondente a 6.739 MW) que foram assinados em 2010 – ou seja, o número mais significativo conseguido por qualquer produtor em todo o país.



Da mesma forma, a EDPR assinou também contratos de longo prazo para a venda de 247 MW na área da Europa de Leste.





DESEMPENHO FINANCEIRO

EDP RENOVÁVEIS

- A Margem Bruta e o EBITDA cresceram ambos 31% em 2010, reflectindo o aumento da produção, embora impactadas por um recurso eólico abaixo da média e pela exposição aos preços de mercado nos EUA.
- O Resultado Líquido do Exercício de 2010 recuou 30% em 2010, para 80 milhões de euros, fruto de um resultado operacional abaixo do esperado, juntamente com maiores despesas associadas aos novos investimentos.
- O fluxo de caixa operacional continua a registar um forte crescimento, de 45% numa base anual, para 567 milhões de euros em 2010, demonstrando um aumento claro da capacidade de geração de *cash-flow* dos activos existentes.
- O fluxo de caixa operacional (567 milhões de euros), juntamente com a monetização dos créditos fiscais nos EUA (398 milhões de euros), cobriu 69% dos 1,4 mil milhões de euros de investimento operacional (capex) efectuado em 2010. Adicionalmente, o recurso a financiamento por *project finance* neste período (191 milhões de euros) aumentou essa cobertura para 83%.
- A dívida líquida ao fecho de 2010 era de 2,8 mil milhões de euros. O aumento de 700 milhões de euros deve-se maioritariamente ao capex não coberto por *cash-flow* operacional. O efeito cambial contribuiu para um aumento de 102 milhões de euros na dívida líquida.

	2010	2009	Δ%
Resultados Consolidados (€M)			
Margem Bruta	947,6	724,7	+31%
Fornecimentos e serviços externos	196,2	148,3	+32%
Custos com pessoal	54,8	42,5	+29%
Outros custos/ (proveitos) operacionais	(16,2)	(8,7)	(85%)
Custos operacionais	234,9	182,1	+29%
EBITDA	712,7	542,5	+31%
EBITDA/Margem Bruta	75,2%	74,9%	+0.3pp
Provisões para riscos e encargos	(0,2)	(0,2)	+15%
Amortizações	434,4	314,3	+38%
Compensação amortizações de activo subsidiado	(11,4)	(2,4)	-
EBIT	289,9	230,8	+26%
Ganhos/ (perdas) na alienação de activos financeiros	0,0	0,3	(100%)
Resultados financeiros	(174,1)	(72,4)	(140%)
Ganhos/ (perdas) em associadas	5,0	3,9	+28%
Resultados antes de impostos	120,8	162,5	(26%)
Imposto sobre o rendimento	(37,8)	(44,8)	+16%
Ganhos/ (perdas) na alienação de actividades descontinuadas	0,0	0,0	-
Resultado Líquido do Exercício	83,0	117,8	(30%)
Accionistas EDPR	80,2	114,3	(30%)
Interesses minoritários	2,8	3,4	(18%)

desempenho económico

	2010	2009
Activos (€M)		
Activos fixos tangíveis (líquido)	9.982	8.635
Activos intangíveis (líquido)	1.367	1.336
Investimentos financeiros (líquido)	64	60
Impostos diferidos activos	39	28
Inventários	24	11
Clientes (líquido)	144	106
Outros devedores (líquido)	757	637
Activos financeiros detidos para negociação	36	37
Caixa e equivalentes	424	444
Total do Activo	12.835	11.294
Capital Próprio (€M)		
Capital + prémios de emissão	4.914	4.914
Resultados e outras reservas	274	192
Resultado líquido atribuível aos accionistas EDP	80	114
Interesses minoritários	126	107
Total do Capital Próprio	5.394	5.328
Passivo (€M)		
Dívida financeira	3.534	2.673
Passivo com investidores institucionais	1.009	920
Provisões para riscos e encargos	54	67
Impostos diferidos passivos	372	343
Proveitos diferidos de investidores institucionais	635	434
Credores e outros passivos (líquido)	1.839	1.529
Total do Passivo	7.442	5.966
Total do Capital Próprio e Passivo	12.835	11.294

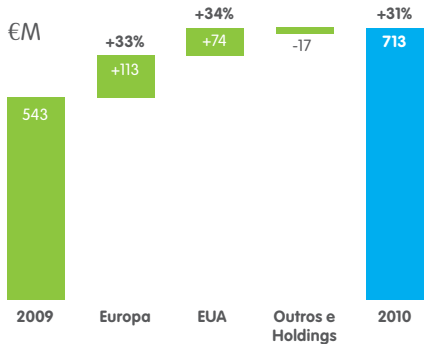
Em 2010, a EDP aumentou em 947 MW a sua capacidade instalada consolidada, dos quais 347 MW na Europa e 600 MW nos EUA, ascendendo a um total de capacidade instalada de 6.437 MW.

Os factores de utilização permaneceram estáveis em 29%, um dos mais elevados do sector eólico, ainda que impactados pelo fraco recurso eólico nos EUA. Dada a estabilidade dos factores de utilização e o aumento da capacidade instalada, a produção de electricidade aumentou 32% em 2010, para 14,4 TWh. Tanto a Europa como os EUA registaram um forte aumento da produção, de 33% e 30%, respectivamente.

O preço médio de venda de energia alcançado pela EDP Renováveis em 2010 permaneceu estável em €58/MWh, apesar de ainda afectado pelos preços do mercado de electricidade dos EUA. A estabilidade dos preços, juntamente com o factor de utilização, que permaneceu inalterado, conduziu a uma melhoria anual de 31% na margem bruta, para 948 milhões de euros.

Os custos operacionais em 2010 aumentaram 29% numa base anual, em linha com o aumento da margem bruta, conduzindo a uma margem estável do EBITDA de 75% e um EBITDA de 713 milhões de euros (31% acima do registado em 2009).

Decomposição do crescimento de EBITDA



As amortizações (líquidas das respectivas compensações por subsídios ao investimento) aumentaram 36% em 2010 para 423 milhões de euros, reflectindo os MW colocados em operação no período.

As despesas financeiras líquidas de 2010 foram de 174 milhões de euros, 140% acima de 2009. Este aumento é explicado pelo aumento dos encargos com juros, em resultado de i) uma maior dívida líquida, em linha com o programa de crescimento em curso, e ii) um aumento das taxas de juro, reflectindo spreads maiores sobre a dívida contraída desde 2009.

Em 2010, o resultado líquido recuou 30% para 80 milhões de euros, em resultado do desempenho operacional dos activos abaixo das expectativas, juntamente com maiores despesas associadas aos novos investimentos.

INVESTIMENTO OPERACIONAL (CAPEX)

O investimento operacional em 2010 atingiu 1.401 milhões de euros, dos quais 539 milhões de euros na Europa, 783 milhões de euros nos EUA e 72 milhões de euros no Brasil, reflectindo a conclusão de 947 MW e os 649 MW em construção.

	2010	2009	Δ%
Capex (€M)			
Europa	539	1.014	(47%)
EUA	783	826	(5%)
Brasil	72	2	-
Outros	7	4	+59%
Total	1.401	1.846	(24%)

O investimento operacional totalizou 1,4 mil milhões de euros, reflectindo o programa de crescimento em curso

O capex de 2010 recuou 24% face a 2009, em resultado da desaceleração do crescimento da capacidade. Dos 1.401 milhões de euros registados em 2010, 895 milhões foram relativos à construção de nova capacidade instalada, por enquanto que 406 milhões foram atribuídos à construção de capacidade em curso.

CASH-FLOW

	2010	2009	Δ%
Fluxo de Caixa (€M)			
EBITDA	713	543	+31%
Imposto corrente	(29)	(34)	(16%)
Juros financeiros líquidos	(167)	(87)	+91%
Ganhos em associadas	5	4	+28%
FFO (funds from operations)	522	425	+23%
Juros financeiros líquidos	167	87	+91%
Ganhos em associadas	(5)	(4)	+28%
Outros ajustamentos e variações não financeiras	(143)	(91)	(57%)
Variações de fundo de maneo	26	(25)	-
Fluxo de caixa operacional	567	392	+45%
Investimentos operacionais de expansão e financeiros	(1.466)	(1.963)	(25%)
Variação de fundo de maneo de fornecedores de imobilizado	(20)	116	-
Cash Grant	169	156	+9%
Fluxo de caixa operacional líquido	(750)	(1.299)	+43%
Recebimentos (pagamentos) com parcerias institucionais	228	334	(109%)
Juros financeiros líquidos pagos	(104)	(50)	(32%)
Outros	(89)	(49)	(88%)
Redução/ (Aumento) da dívida líquida	(715)	(1.064)	+33%

Em 2010, o desempenho operacional da EDPR gerou um fluxo de caixa de 567 milhões de euros, representando um sólido crescimento de 45% vs. 2009 e demonstrando claramente a capacidade de geração de caixa por parte dos seus activos existentes. Dado o ciclo de crescimento da Empresa, os níveis de investimento operacional mantiveram-se acima do da geração de fluxo de caixa, conduzindo a um aumento de Dívida Líquida em 715 milhões de euros para o período. Não obstante, é importante realçar que o fluxo de caixa operacional cobre já mais de 40% do investimento com crescimento vs. 20% em 2009.

Forte capacidade de geração de *cash-flow*, +45% face a 2009

De seguida enumeram-se os principais movimentos de fluxo de caixa de 2010:

- Os fundos gerados pelas operações (FFO), resultando do EBITDA após juros da dívida e impostos, aumentaram 23% face ao período homólogo. O crescimento dos juros da dívida foi superior ao crescimento do EBITDA dado o ciclo de crescimento da EDPR e dado um EBITDA influenciado por um factor de utilização abaixo do esperado e pelos preços spot nos EUA;
- O fluxo de caixa operacional, ajustado por custos financeiros líquidos, componentes não-caixa (nomeadamente receitas com parcerias institucionais) e líquido de variações de fundo de maneio, totalizou 567 milhões de euros (+45% face ao período homólogo);
- As actividades de investimento totalizaram 1.486 milhões de euros, acompanhando a despesa de e investimentos financeiros ajustados de fundo de maneio com fornecedores de equipamento;
- O montante de *Cash Grants* recebido nos EUA, em detrimento de PTCs, no âmbito do “American Recovery and Reinvestment Act” de 2009, alcançou 169 milhões de euros (225 milhões de dólares americanos). Todos os 600 MW instalados em 2010 concorreram ao programa *Cash Grant*, tendo 400 MW recebido o *Cash Grant* directamente e 200 MW fechado acordos *tax equity*, monetizando ambos e MACRS;
- O encaixe financeiro com parcerias institucionais nos EUA totalizou 228 milhões de euros, maioritariamente relacionado com a venda da participação remanescente na estrutura do Vento III (141 milhões de dólares americanos) e o estabelecimento de novos acordos *tax equity* para os parques Meadow Lake II (84 milhões de dólares americanos) e Kittitas Valley (99 milhões de dólares americanos);
- Os encargos líquidos com juros de dívida com impacto no fluxo de caixa foram de 104 milhões de euros no período. Os restantes custos com juros da DR foram considerados como acréscimos de custos em balanço;
- O efeito cambial contribuiu para um aumento de 102 milhões de euros na dívida líquida, em consequência da valorização do Dólar Norte-Americano durante 2010 (Dez-2010 vs. Dez-2009);

Em conclusão, a combinação do fluxo de caixa operacional (567 milhões de euros) e a monetização de créditos fiscais (398 milhões de euros) foram suficientes para cobrir 69% do montante de investimento operacional.

DÍVIDA FINANCEIRA

No final de 2010, a dívida financeira bruta totalizava 3.534 milhões de euros, dos quais 79% eram relativos a empréstimos junto de empresas do Grupo EDP, realizados a uma taxa fixa pelo prazo de 10 anos, enquanto a dívida com instituições financeiras está maioritariamente relacionada com projectos de financiamento com maturidade a longo prazo. A dívida perante instituições financeiras aumentou 191 milhões de euros, relacionada com os projectos na Polónia e no Brasil.

	2010	2009	Δ%
Dívida financeira (€M)			
Empréstimos bancários e outros	733	542	+35%
Dívida com empresas do Grupo EDP	2.800	2.132	+31%
Dívida financeira	3.534	2.673	+32%

Dívida líquida de 2,8 mil milhões de euros, equivale a 4,0 x EBITDA

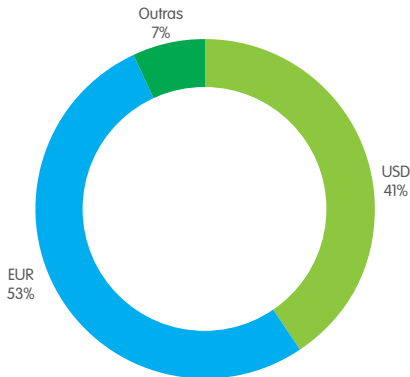
A dívida líquida ascendeu a 2.848 milhões de euros em 2010, aumentando dos 2.134 milhões de euros registados no final de 2009, reflectindo essencialmente os investimentos operacionais realizados no período. A posição de caixa e equivalentes inclui 424 milhões de euros de caixa e equivalentes, 226 milhões de euros de empréstimos concedidos a empresas do Grupo EDP e 36 milhões de euros em activos financeiros detidos para venda.

	2010	2009	Δ%
Dívida financeira líquida (€M)			
Dívida financeira	3.534	2.673	+32%
Caixa e equivalentes	424	444	(4%)
Empréstimos a empresas associadas	226	59	+281%
Activos financeiros detidos para negociação	36	37	(4%)
Caixa e equivalentes	685	540	+27%
Dívida Líquida	2.848	2.134	+34%

Em Dezembro de 2010, 53% da dívida financeira da EDP Renováveis estava denominada em euros, 41% em dólares norte-americanos e 7% em outras divisas, na sua maioria zlotis polacos e reais brasileiros. A EDP Renováveis financia-se nas divisas locais para investimentos em geografias fora da zona do euro, nomeadamente nos EUA, Polónia e Brasil, reduzindo assim a sua exposição financeira a variações cambiais.

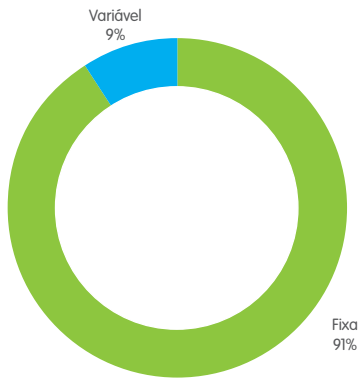
91% da dívida financeira da EDP Renováveis foi negociada a taxa fixa, constituída essencialmente pelos acordos de financiamento com a EDP. A EDP Renováveis segue uma estratégia de financiamento a longo prazo com taxa fixa, procurando igualar o perfil dos seus fluxos de caixa operacionais com os seus custos financeiros.

Dívida financeira por divisa



desempenho económico

Dívida financeira por tipo de taxa



PARCERIAS INSTITUCIONAIS

De forma a utilizar integralmente os benefícios fiscais disponíveis para a EDP Renováveis nos EUA, a empresa desenvolve estruturas de parceria com investidores institucionais que podem incluir apenas um projecto ou um portfólio de projectos eólicos. Essas parcerias criam duas classes de acções que repartem os benefícios fiscais e outros entre as duas classes: as acções que a empresa detém são geralmente designadas por “participações de Classe A” e as acções de investidores institucionais são geralmente designadas por “participações de Classe B”. Os investidores institucionais fazem investimentos iniciais na estrutura e, em troca, recebem os benefícios fiscais e uma parte dos fluxos de caixa operacionais e dos resultados gerados pelos respectivos parques eólicos. A empresa retém a maior parte dos fluxos de caixa operacionais gerados, bem como o controlo das operações e da gestão.

	2010	2009	Δ%
Parcerias Institucionais (€M)			
Parcerias com investidores institucionais	934	835	+12%

As responsabilidades com parcerias institucionais nos EUA cresceram para 934 milhões de euros em 2010, de 835 milhões de euros em 2009, reflectindo essencialmente a conclusão da estrutura Vento III em Junho, e o estabelecimento de uma nova parceria institucional para o parque eólico Meadow Lake II (99 MW) em Setembro, e para o Kittitas Valley (101 MW) em Dezembro.

A EDP Renováveis continuou a sua estratégia de liderança de estruturas para a monetização de créditos fiscais, maximizando o valor dos seus projectos

A EDP Renováveis estabeleceu com sucesso diversas estruturas de benefícios fiscais em 2010:

- 141 milhões de dólares recebidos no 2.º trimestre de 2010 relativos à conclusão da parceria institucional com a Wells Fargo Wind Holdings LLC relativos à estrutura Vento III. O Vento III foi criado em Dezembro de 2008 para 604 MW detidos pela EDP Renováveis, compreendendo os parques eólicos de Pioneer Prairie e Meridian Way, sendo que 376 milhões de dólares tinham sido previamente financiados em 2008 pelo JP Morgan, pela New York Life e pela GE Financial Services.
- 84 milhões de dólares recebidos em Setembro de 2010, relacionados com o financiamento institucional pela JPM

Capital Corporation, em troca de um interesse económico no parque eólico de Meadow Lake II (99 MW). O acordo institucional proporciona ao investidor o acesso a benefícios associados ao esquema de amortização acelerada de activos (MACRS) e ao *cash grant*.

- 99 milhões de dólares recebidos em Dezembro de 2010 através do Bank of America Capital Corp, em troca de uma participação parcial de 101 MW no parque eólico Kittitas Valley, no estado de Washington. O acordo institucional proporciona ao investidor o acesso aos benefícios associados à amortização acelerada dos activos (MACRS) e ao *cash grant*.

CUSTOS FINANCEIROS LÍQUIDOS

Os encargos financeiros líquidos reflectem essencialmente os juros com empréstimos do Grupo EDP e empréstimos bancários, bem com os acréscimos de encargos financeiros com parcerias institucionais.

	2010	2009	Δ%
Resultados Financeiros (€M)			
Juros financeiros líquidos	(166,9)	(87,3)	(91%)
Custos com parcerias com investidores Institucionais	(64,8)	(54,1)	(20%)
Custos capitalizados	68,4	74,7	(8%)
Diferenças cambiais	(1,4)	5,4	-
Outros	(9,5)	(11,1)	+14.4%
Total	(174,1)	(72,4)	(140%)

Os encargos financeiros foram de 174 milhões de euros em 2010, face aos 72 milhões de euros registados em 2009. Esta evolução reflecte o aumento dos custos com juros de uma dívida superior, em linha com o programa de crescimento em curso, e a evolução das taxas de juro, reflectindo spreads mais elevados na dívida contraída desde 2009. Os encargos financeiros associados à construção dos parques eólicos estão a ser capitalizados.

Em Dezembro de 2010, a taxa de juro média era de 5,2%, acima da taxa de 4,8% registada a Dezembro de 2009, reflectindo o perfil de maturidade a longo prazo da dívida e um aumento dos spreads contratados desde 2009, em linha com as condições de mercado correntes.

EDP RENOVÁVEIS EUROPA

A EDPR EU aumentou em 2010 a sua capacidade instalada em 347 MW, encerrando o ano com 3.200 MW operacionais, distribuídos em seis países – Espanha, Portugal, França, Bélgica, Polónia e Roménia.

A produção da electricidade gerada em 2010 cresceu 33% para 6.632 GWh, beneficiando da capacidade colocada em operação durante 2010, do contributo integral da capacidade adicionada em 2009, e de uma evolução favorável dos factores de utilização.

O preço médio de venda em 2010 foi de €84,2/MWh, 3% abaixo do preço atingido em 2009. A maioria da produção foi coberta por enquadramentos regulatórios com tarifas fixas ou contratos a longo prazo de venda de energia, protegendo as receitas da volatilidade do preço de mercado.

A margem bruta cresceu 29% numa base anual para 562 milhões de euros, em resultado: i) do impacto de 115 milhões de euros na capacidade colocada em operação no período; e ii) do efeito positivo de um forte factor de utilização (+24 milhões de euros), mais que compensando iii) o impacto da evolução desfavorável dos preços

sobre a margem bruta (-14 milhões de euros).

Desempenho operacional sólido e enquadramentos remuneratórios estáveis

Os custos operacionais aumentaram 14% numa base anual para 101 milhões de euros, reflectindo essencialmente o programa de crescimento em curso e a expansão das receitas.

O EBITDA atingiu os 462 milhões de euros, aumentando 33% face aos 348 milhões de euros registados em 2009.

	2010	2009	Δ%
Demonstração de Resultados (€M)			
Margem Bruta	562,2	436,4	+29%
Fornecimentos e serviços externos	87,4	68,7	+27%
Custos com pessoal	20,1	13,9	+45%
Outros custos/ (proveitos) operacionais	(7,0)	5,5	-
Custos Operacionais	100,6	88,0	+14%
EBITDA	461,7	348,4	+33%
EBITDA/Margem Bruta	82,1%	79,8%	+2 pp
Provisões para riscos e encargos	(0,2)	(0,2)	+15%
Amortizações	209,2	154,1	+36%
Compensação amort. activo subsidiado	(1,5)	(0,8)	(89%)
EBIT	254,2	195,3	+30%

ESPAÑHA

Em Espanha, a capacidade instalada da EDP Renováveis aumentou 169 MW, totalizando 2.050 MW a Dezembro de 2010.

À semelhança de períodos anteriores, os parques eólicos da EDP Renováveis obtiveram um desempenho superior ao dos seus pares, atingindo um factor de utilização de 27%, 200 pontos-base acima da média de mercado. Este desempenho, juntamente com os MW adicionados em 2010, conduziu a um aumento de 33% da produção numa base anual, para 4.355 GWh.

O preço médio de venda caiu 6% numa base anual, em consequência de um maior volume de produção associado ao Decreto Real 661/2007 e das diferenças nos preços entre os contratos de cobertura de preço de 2010 por comparação com 2009 (para produção ao abrigo do regime transitório).

Em 2010, a EDP Renováveis deu continuidade à sua estratégia de cobertura de risco no âmbito do regime transitório através de contratos de cobertura para 1.826 GWh a €44/MWh (para além dos quais recebeu ainda €38/MWh de prémio às renováveis). Dos 4.355 GWh produzidos em Espanha, perto de 80% foram vendidos através de contrato de cobertura de preço ou pelo mecanismo de preço mínimo (1.826 GWh com cobertura de preço + 1.600 GWh com preço mínimo), e apenas 20% foram expostos a preços de mercado, acrescido de prémio (929 GWh). Para 2011, 85% da produção prevista já está ao abrigo de tarifas fixas, preço mínimo, ou contratos de cobertura de preço.

A margem bruta em 2010 aumentou para 343 milhões de euros, 25% acima do valor atingido em 2009, reflectindo o impacto positivo das adições de capacidade e o grande aumento do factor de utilização, sendo parcialmente compensado pelo efeito negativo do decréscimo do preço médio de venda.

Assim, o EBITDA em Espanha aumentou 22% em 2010, para 274 milhões de euros, com a margem de EBITDA a atingir os 80%.

	2010	2009	Δ%
Demonstração de Resultados (€M)			
Margem Bruta	342,9	273,3	+25%
Custos operacionais	69,0	48,3	+43%
EBITDA	273,9	225,0	+22%
EBITDA/Margem Bruta	79,9%	82,3%	(2 pp)

PORTUGAL

Em Portugal, a capacidade instalada de energia eólica da EDP Renováveis em Dezembro de 2010 atingiu um total de 599 MW, acrescidos de 239 MW através da sua participação no Consórcio Eólicas de Portugal.

O factor de utilização da EDP Renováveis em Portugal atingiu 29% em 2010, dado o recurso eólico acima da média durante o período. Este desempenho, juntamente com a exploração anual integral da capacidade instalada em 2009, explica o aumento da produção para 1.472 GWh em 2010, 16% acima do registado em 2009.

Os preços médios da electricidade permaneceram estáveis em 2010, atingindo €93,8/MWh. A pequena diferença face a 2009 é essencialmente explicada pela fórmula da tarifa que inclui uma indexação negativa ao número de horas anual de funcionamento do parque. Portugal é um mercado regulado que oferece uma tarifa de aquisição estável, reflectida em contratos de aquisição de energia de longo prazo (CAE) com a empresa distribuidora, oferecendo níveis de remuneração sustentáveis e consistentes.

O desempenho operacional, através de i) aumento da produção, ii) factor de utilização acima da média, iii) produção integral da capacidade instalada em 2009, iv) juntamente com os preços de venda estáveis levou a um aumento de 14% anuais da margem bruta para 140 milhões de euros.

Assim, em 2010, o EBITDA aumentou 14%, para 102 milhões de euros, em linha com um forte desempenho da margem bruta combinada com uma robusta margem de EBITDA de 83%. Portugal continuou a ser, em 2010, um contribuinte importante por entre as várias geografias nas quais a EDP Renováveis está presente, devido à sua estrutura regulatória e a um sólido factor de utilização.

	2010	2009	Δ%
Demonstração de Resultados (€M)			
Margem Bruta	140,3	123,1	+14%
Custos operacionais	24,6	21,5	+14%
EBITDA	115,7	101,7	+14%
EBITDA/Margem Bruta	82,5%	82,6%	(0 pp)



desempenho económico

RESTO DA EUROPA

No final de 2010, a EDP detinha activos em operação em França, Bélgica, Polónia e Roménia, tendo instalado o seu primeiro parque eólico neste país. No final de 2010, a capacidade instalada da EDP Renováveis totalizava 551 MW, dos quais 284 MW em França, 57 MW na Bélgica, 120 MW na Polónia e 90 MW na Roménia. Estes valores representam um aumento de 154 MW em comparação com 2009.

A evolução da capacidade instalada, aliada a uma melhoria do factor de utilização para 24% (+1 p.p. vs 2009) conduziu a um crescimento da produção de 89% para 804 GWh.

Em 2010, o preço médio de venda aumentou 5% face a 2009, para €93,8/MWh, essencialmente em resultado do aumento da contribuição dos activos polacos, que atingiram preços atractivos de €115/MWh (tarifas da electricidade acrescidas de contratos a longo prazo de venda de certificados verdes a preços estáveis durante 15 anos). Em França, e apesar de beneficiar de uma tarifa estável (que cresce a uma taxa indexada à inflação), o preço médio de venda caiu 3% numa base anual, para €83,9/MWh, que se explica pelo período experimental da capacidade recentemente instalada (cuja produção é vendida a uma tarifa inferior). Na Bélgica, o preço médio de venda foi de €112/MWh, beneficiando de contratos a longo prazo de venda de energia (CAE).

Em resultado de um forte aumento na geração de electricidade (que beneficiou do aumento da capacidade instalada e do factor de utilização), acrescido de um aumento médio de 5% dos preços médios de venda, a margem bruta aumentou em 2010 uns significativos 101% anuais, para 78 milhões de euros.

O EBITDA cresceu para 71 milhões de euros, 165% acima do nível de 2009, representando a maior contribuição para o crescimento do EBITDA da empresa.

	2010	2009	Δ%
Demonstração de Resultados (€M)			
Margem Bruta	78,5	39,1	+101%
Custos operacionais	7,1	12,1	(42%)
EBITDA	71,4	27,0	+165%
EBITDA/Margem Bruta	91,0%	69,0%	+22 pp

EDP RENOVÁVEIS AMÉRICA DO NORTE

Forte crescimento da produção, embora com estabilidade no factor de utilização e nos preços

Nos EUA, a capacidade eólica instalada em Dezembro de 2010 totalizava 3.224 MW, distribuídos entre 6 mercados: PJM, MISO, SPP, ERCOT, NYISO e WECC. Em 2010, foram instalados 600 MW no país.

Na sequência do aumento da capacidade instalada e do desempenho estável do factor de utilização em 32%, a produção de electricidade aumentou 30% em 2010, atingindo um total de 7.689 GWh.

O preço médio de venda em 2010 foi de €47,7/MWh, demonstrando estabilidade face a 2009. Porém, o preço médio de venda continuou afectado pelo aumento da produção vendida a preços

de mercado inferiores, abaixo dos preços atingidos na produção através de contratos a longo prazo de venda de energia (CAE).

De modo a limitar a sua exposição ao mercado, a EDP Renováveis limitou o seu crescimento nos EUA à capacidade contratada; e alavancou a procura dos contratos CAE para os projectos comerciais existentes. Em resultado, em 2010 a EDP Renováveis fechou 841 MW em contratos CAE, dos quais 571 MW para a capacidade existente e 270 MW para projectos de 2011/12. Em resultado, a EDP Renováveis prevê uma melhoria progressiva na sua remuneração nos EUA, uma vez iniciados todos os contratos CAE.

A margem bruta cresceu 27% em 2010 para 507 milhões de dólares, beneficiando de i) adições de capacidade instalada em operação e da monetização de créditos fiscais através de parcerias institucionais; no entanto prejudicada ii) por um factor de utilização abaixo da média e pela diminuição dos preços de mercado de electricidade, juntamente com a redução da procura de novos contratos CAE em 2009 e 2010.

Os custos operacionais aumentaram 25% face a 2009, reflectindo essencialmente o forte crescimento do negócio. Não obstante, esta evolução é parcialmente explicada pela variação da rubrica de “outros proveitos operacionais” que, em 2010, reflectem uma transacção concretizada em Outubro de 2010 para a diminuição do prazo de vigência de um contrato CAE de 200 MW, de 2022 para 2015 (21 milhões de dólares de encaixe, pela cristalização do valor dos últimos anos do CAE).

Em suma, o EBITDA de 2010 nos EUA aumentou 28% para 328 milhões de dólares, sobretudo sustentado pela maior capacidade em operação.

	2010	2009	Δ%
Demonstração de Resultados (US\$ M)			
Margem Bruta	506,4	397,6	+27%
Fornecedores e serviços externos	123,3	90,9	+36%
Custos com pessoal	32,3	29,2	+11%
Outros custos/ (proveitos) operacionais	(31,4)	(20,5)	(54%)
Custos operacionais	124,1	99,6	+25%
EBITDA	382,2	298,0	+28%
EBITDA/ Margem Bruta	75,5%	74,9%	+0,6 pp
Provisões para riscos e encargos	-	-	-
Amortizações	294,7	220,9	+33%
Compensação amort. activo subsidiado	(13,1)	(2,2)	-
EBIT	100,7	79,3	+27%



- | | | |
|---|---|--|
| 1 | 3 | 1. Foto do colaborador: Beth Clymer |
| 2 | 4 | 2. Foto do colaborador: Francisco García |
| | | 3. Foto do colaborador: Gwynne Cain |
| | | 4. Foto do colaborador: Mathew Cicero |

desempenho

ambiental

72	O NOSSO COMPROMISSO
72	PARQUES EÓLICOS E AMBIENTE
72	GESTÃO AMBIENTAL
75	BIODIVERSIDADE
77	ECO-EFICIÊNCIA E RESÍDUOS



desempenho ambiental

O NOSSO COMPROMISSO

A EDPR é uma empresa líder no sector da energia. Produzimos energia limpa e verde. Energia sem emissões. Acreditamos convictamente que o desenvolvimento sustentável é possível.

Estamos empenhados em avaliar o impacto sobre a biodiversidade em todas as fases do nosso negócio. Mesmo com o compromisso assumido anteriormente de aplicação da Política Ambiental e de Biodiversidade do Grupo EDP, para reforçar esse empenho, a Comissão Executiva aprovou a Política Ambiental e de Biodiversidade no início de 2011.

Ambas estão disponíveis no nosso website (www.edprenovaveis.com).

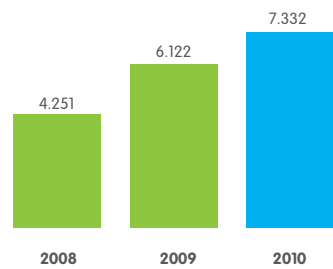
Consideramos estes compromissos como pedras basilares do nosso negócio, integrando-os no processo de decisão da empresa e reflectindo-os nos nossos gastos e investimentos ambientais, que, em 2010, ascenderam a 15 milhões de euros.

PARQUES EÓLICOS E AMBIENTE

Quando comparado com outras fontes de geração de energia, o impacto dos parques eólicos no ambiente é muito menos significativo. A energia renovável não provoca emissões de gases com efeito de estufa ou quaisquer outras emissões. Além disso, as energias renováveis desempenham um papel central na luta contra as alterações climáticas, reduzindo as emissões de CO₂, um impacto global positivo por si só, devido à sua influência sobre todas as formas de vida.

Em 2010, produzimos 14.4 TWh de energia limpa, o equivalente à redução de emissões de 7.332 quilotoneladas de CO₂.

CO₂ evitado (milhares toneladas)



Acreditamos que a prevenção é a chave para evitar os impactos. Este facto é suportado pela baixa percentagem dos nossos parques eólicos em exploração localizados em áreas protegidas. Apenas 7,3% dos parques activos estão localizados em áreas protegidas, 3,1% estão parcialmente localizados em áreas protegidas e 3,1% são adjacentes a áreas protegidas.

O pequeno número de parques eólicos localizados em território abrangidos pela rede Natura 2000 (rede ecológica de áreas protegidas em território europeu) está limitado a Espanha e Portugal.

No entanto, é importante destacar que 68% destes parques eólicos receberam pareceres positivos de impacto ambiental, anteriores à classificação das áreas em causa por parte da rede Natura 2000.

Informação detalhada relativa aos parques eólicos localizados em áreas protegidas está disponível no website da EDPR (www.edprenovaveis.com).

As Políticas Ambiental e de Biodiversidade da EDPR prevêm a identificação do impacto potencial antecipadamente.

Apesar da localização de parques eólicos em áreas protegidas não ser comum, o impacto potencial na biodiversidade, nomeadamente na perturbação da fauna, perda de vegetação, intrusão visual e produção de resíduos poderá ocorrer. Ainda assim, a maioria dos impactos que possam vir a ocorrer durante a construção e operação de um parque eólico são temporários e reversíveis.

Os parques eólicos são locais que respeitam o ambiente. Apenas uma pequena percentagem de terreno é permanentemente utilizada quando os parques eólicos estão em funcionamento, e a sua actividade é compatível com a actividade previamente existente na parcela de terreno arrendada.

“A EDPR respeita os direitos e privilégios dos proprietários locais para que estes possam continuar a operar os seus negócios.” Proprietário de terreno onde a EDPR opera um parque eólico

Os planos de monitorização são implementados para assegurar que não sucedem impactos significativos. Nesta medida, a EDPR monitoriza activamente todas as áreas onde opera.

GESTÃO AMBIENTAL

A nossa organização garante protecção ambiental em todas as fases da sua actividade. Equipas multidisciplinares em cada país, que incluem equipas de profissionais qualificados com extenso conhecimento local, trabalham no campo para evitar quaisquer impactos nas fases iniciais dos projectos, e procuram as localizações ambientalmente mais adequadas para instalar os projectos.



Petinha (Anthus spinoletta) no Parque Eólico da Serra Voltorrera (Catalunha, Espanha)

Apesar da nossa constante preocupação com o meio ambiente nas fases de construção e operação, a EDPR considera a prevenção a chave para alcançar o desenvolvimento sustentável.

Por questões ambientais e culturais, o primeiro passo consiste no processo de instalar um parque eólico com responsabilidade. O estudo levado a cabo inclui a utilização de dados publicamente disponíveis, nomeadamente, estudos geográficos do Sistema de Informação Geográfico (SIG), e uma visita ao local para avaliar todos os recursos naturais que possam estar presentes numa determinada localização e fornecer informações que serão utilizadas para conduzir o desenvolvimento do projecto nas localizações mais favoráveis.

Em fases mais avançadas de desenvolvimento e de licenciamento do projecto, são levados a cabo estudos de impacto ambiental intensivos para estudar em toda a área a ocupar pelo projecto, a utilização do terreno e as consequências para a flora e fauna, a localização de recursos culturais relevantes, o mapeamento de zonas de stress hídrico, bem como para providenciar um modelo de impacto visual e de ruído, se necessário ou requerido. Nesta fase do projecto, é reunido um elevado volume de informação sobre a biodiversidade da área, dados que são um critério muito importante na escolha de uma localização.

“Realizamos muitos estudos antes, durante e após a construção de um parque eólico. Acredito que estamos a fazer tudo o que é possível para reduzir qualquer impacto no ambiente. Enquanto empresa, agimos de acordo com esses estudos para reduzir qualquer impacto.” Colaborador da EDPR

Agimos também em colaboração com todas as agências relevantes no processo de implementação para assegurar a identificação de quaisquer impactos significativos e reduzir ao mínimo os seus efeitos na biodiversidade local.

Quando a concepção de um parque eólico é concluída e este é eleito para construção, é implementada uma monitorização ambiental intensiva ao longo de todo o processo de construção, para garantir que os trabalhos decorrem com um impacto ambiental mínimo e, se necessário, adoptar medidas correctivas.



Adicionalmente a esta monitorização ambiental, durante o processo de construção também desenvolvemos planos para gerir os resíduos no local e a estabilização do mesmo até ao final da construção.

Normalmente, o processo de recuperação é monitorizado por profissionais externos, de forma a garantir o seu sucesso. A superfície recuperada em 2010 na sequência da construção de parques eólicos foi de cerca de 232 hectares.

A monitorização ambiental também é efectuada nos nossos parques eólicos em exploração. São criados planos de monitorização da vida selvagem e de gestão dos resíduos, bem como monitorização de ruído e planos de revegetação, entre outros, no caso de ser determinada a sua necessidade.

“A EDPR faz um grande esforço para manter os proprietários informados e actualizados quanto ao progresso do desenvolvimento dos seus projectos. A empresa é muito conscienciosa quanto ao impacto ambiental que pode resultar dos seus projectos. A EDPR tornou-se um membro muito bem-vindo da nossa comunidade e estamos ansiosos por tê-los aqui.” Autoridade Pública

Em 2010, desenvolvemos 880 estudos durante todas as fases da nossa actividade, relativos a diferentes matérias: fauna e flora, ruído, património cultural, etc.

	DESENVOLVIMENTO	CONSTRUÇÃO	OPERAÇÃO
EDPR EU	399	42	228
EDPR NA	180	11	12
EDPR BR	2	4	2
TOTAL	581	57	242

“A EDPR ultrapassa o que é necessário em termos de monitorização e desempenho ambiental, e são muito poucos os locais onde o clima regulamentar é tão restritivo como a política da empresa.”

Colaborador da EDPR

desempenho ambiental

OFFSHORE & AMBIENTE
O EXEMPLO DA EDPR NO REINO UNIDO

A EDPR acredita que um conhecimento ambiental profundo é essencial na prevenção de potenciais impactos. O projecto eólico offshore de Moray Firth, no Reino Unido, é um excelente exemplo da consciencialização ambiental desde a fase inicial do projecto.



A área proposta para o desenvolvimento do projecto não engloba nenhum local de interesse de conservação definido ou proposto. Apesar da região de Moray Firth conter alguns locais de importância nacional e internacional para a vida selvagem, essas localizações não são susceptíveis de serem afectadas directamente pelas turbinas eólicas. Ainda assim, os estudos de impacto sobre a ecologia bentónica, população de mamíferos marinhos e ornitologia foram realizados ao longo de 2010 e continuarão a ser efectuados nos próximos anos, de forma a recolher informação suficiente para avaliar o local sob o ponto de vista ambiental, e minimizando ou evitando os impactos potenciais.

Antes da fase de construção será implementado um Plano de Gestão Ambiental (PGA) em conformidade com a consulta legal. O PGA fará parte integrante do contrato de construção para o desenvolvimento do projecto, que será especificamente desenhado para assegurar o cumprimento integral das condições aprovadas para o projecto, e contemplará as melhores práticas ambientais da actualidade.

O parque eólico será desenhado, construído e operará com base nos mais elevados padrões de qualidade, incorporando igualmente os níveis apropriados de controlo ambiental. Uma gestão eficaz e ambientalmente consciente irá minimizar o impacto do projecto sobre o meio ambiente local.

Os principais responsáveis pela construção, operação e descomissionamento do projecto terão que, obrigatoriamente, operar o SGA de acordo com as normas ISO14001 e as melhores práticas terão de ser observadas na referida fase de descomissionamento.

Relativamente a impactos cumulativos e de combinação, o MORL e a Beatrice Offshore Wind Limited (BOWL) formaram o Moray Firth Offshore Wind Developers Group (MFOWDG), em parceria com a Coroa Britânica, para permitir a colaboração na identificação de efeitos potenciais cumulativos e assegurar uma abordagem padronizada para a avaliação futura do projecto como parte da avaliação individual de impacto ambiental.

TUCO-TUCO-BRANCO DO BRASIL

Durante a construção do parque eólico de Tramandaí, no Brasil, a EDPR promoveu diversos estudos sobre a fauna e flora locais nas dunas e áreas de lagoa. Esses estudos revelaram a presença de diferentes espécies animais. De entre os mamíferos, o tuco-tuco-branco (*Ctenomys flamarioni*) tem particular importância, por ser uma espécie endêmica, ao longo da região costeira do Rio Grande do Sul (Sul do Brasil), e vulnerável, de acordo com a lista de espécies ameaçadas do Rio Grande do Sul. Tendo em consideração a relevância da espécie para a região e o seu endemismo, a EDPR desenvolveu um plano de protecção durante a construção do parque eólico. Uma equipa de biólogos e veterinários com experiência em sondagens nas áreas de construção procurou as tocas dos tuco-tucos antes do início das obras. Quando encontrados, os animais foram transferidos para outras áreas, longe da maquinaria. Este trabalho permitiu manter inalterada a população de tuco-tucos na zona do parque eólico.



PRIMEIRO PARQUE EÓLICO ESPANHOL A UTILIZAR UM
GUINDASTE AÉREO NO PROCESSO DE MONTAGEM

A EDPR iniciou a construção da segunda fase do parque eólico de Carondio e Muriellos, nas Astúrias (Espanha), no final de Julho de 2010. Este é o primeiro parque eólico em Espanha e o segundo à escala europeia a utilizar um sistema inovador de montagem. As pás das turbinas foram transportadas por guindastes aéreos (em helicóptero), que reduziram consideravelmente o impacto ambiental, quando comparado com o tradicional transporte por camiões das pás para o local. As pás são o maior componente de uma turbina eólica e, como não podem ser desmontadas, o seu transporte é complexo. As pás instaladas no parque eólico de Carondio e Muriellos têm 39 metros de altura e pesam, cada uma, 6.500 quilos.

Como resultado, as obras de adaptação dos acessos existentes foram minimizadas e, portanto, o seu impacto no coberto vegetal foi reduzida. Esta operação permitiu também evitar impactos nas áreas residenciais.

As questões ambientais foram também tidas em consideração na procura da localização mais adequada ao armazenamento das pás, facilitando o seu transporte.

Esta solução foi utilizada nesta área em particular devido à complexidade do terreno e face à presença de múltiplas áreas residenciais. Esta solução não tem apenas vantagens ambientais, mas acelerou também o processo administrativo e reduziu os prazos de execução e os custos.

Os parques eólicos em exploração também contribuem para o compromisso interno de respeito pelo ambiente, através da implementação de medidas com o objectivo de uma utilização racional dos recursos e da redução de resíduos.

Um dos melhores exemplos do desempenho ambiental da empresa é o Sistema de Gestão Ambiental da EDPR (SGA).

O SGA está a ser implementado pela EDPR em conformidade com a norma ISO 14001, e oferece vários benefícios, incluindo:

- Controlo exaustivo dos requisitos legais aplicáveis e seu cumprimento;
- Monitorização do desempenho ambiental;
- Definição de objectivos ambientais;
- Redução dos riscos ambientais;
- Promoção de novas iniciativas com vista a melhorias contínuas;
- Envolvimento dos recursos humanos e empenho da organização;
- Melhoria na gestão dos recursos e optimização dos investimentos e custos;
- Controlo operacional, que permita uma monitorização em pormenor dos recursos ambientais, nomeadamente na produção de resíduos.

CERTIFICAÇÃO ISO 14001
EDP RENOVÁVEIS ATINGE EXCELÊNCIA AMBIENTAL

A primeira experiência da EDPR com um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) remonta a 2008, com a certificação de cinco parques eólicos em Espanha, de acordo com as normas ISO 14001.

Dois anos depois, o projecto SGA entrou em fase de maturidade, e actualmente a empresa tem 33 parques eólicos em funcionamento certificados (958 MW) em Espanha e Portugal.



No final de 2012, a nossa meta é ter todos os parques eólicos, em funcionamento na Europa e Brasil, certificados de acordo com a norma ISO 14001.

BIODIVERSIDADE

A Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) declarou 2010 como o Ano Internacional da Biodiversidade, para aumentar a consciencialização acerca da importância da conservação da biodiversidade em todo o mundo, destacando a importância que a biodiversidade tem na nossa qualidade de vida, reflectindo os esforços que já foram feitos para salvaguardar essa biodiversidade, bem como promover e estimular iniciativas que reduzam a perda da biodiversidade.

CONFERÊNCIA DE CANCÚN SOBRE AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Principais conclusões:

- O aumento da temperatura média global não pode exceder 2 °C acima dos níveis pré-industriais (1,5 °C na revisão de 2015).
- Metas de redução das emissões para os países desenvolvidos entre 25% e 40% até 2020, face aos níveis de 1990.
- Criação do Fundo Climático Verde para apoio e financiamento da implementação de políticas e acções de combate às alterações climáticas nos países em vias de desenvolvimento.
- Redução das Emissões por Desflorestação e Degradação (REDD+) consolidado como um pilar do sistema futuro.
- Continuidade dos mecanismos de mercado internacionais existentes no âmbito do Protocolo de Quioto.
- Início de um processo de estudo de alternativas para lidar com as perdas e danos relacionados com as alterações climáticas.
- Estabelecimento de um mecanismo de desenvolvimento e transferência tecnológica nas áreas da adaptação e mitigação das alterações climáticas.

Em 2010 ocorreram dois eventos muito significativos – a Convenção para a Diversidade Biológica, em Nagoya (Japão), e a Conferência das Nações Unidas para as Alterações Climáticas de Cancún (México), que conduziram ambas a decisões históricas sobre como enfrentar a perda da diversidade, a prevenção da desflorestação, e as alterações climáticas.

CONFERÊNCIA DE NAGOYA PARA A BIODIVERSIDADE

Principais conclusões:

- Compromisso de redução e, se possível, de diminuição para perto de zero da taxa de perda de habitats naturais, incluindo florestas.
- Estabelecimento de uma meta de 17% das áreas terrestres e aquáticas protegidas, e de 10% de áreas marinhas e costeiras protegidas.
- Restaurar pelo menos 15% das áreas degradadas através da conservação e regeneração.
- Levar a cabo esforços significativos de redução da pressão enfrentada pelos recifes de coral.
- Aumentar o nível de recursos financeiros para apoiar a implementação dos pressupostos da Convenção.
- Tradução destes factores num quadro global internacional.

desempenho ambiental

A EDPR pretende contribuir com a sua quota-parte na conservação e respeito ambiental, porque preservar a diversidade biológica requer acção a todos os níveis: governamental, empresarial e individual.

Desenvolvemos e colaborámos com entidades públicas e privadas em diversos projectos relativos à protecção da biodiversidade.

Em Espanha, a EDPR conduziu um número importante de iniciativas com o objectivo de melhorar o habitat de diversas espécies de aves. A monitorização de um casal de águias-douradas (*Aquila chrysaetos*) através de um transmissor GPS; um programa com a duração de oito anos de censos e salvamento do tartaranhão-caçador (*Circus pygargus*); a instalação de ninhos para os rolieiros-europeus (*Coracias garrulus*), e a adaptação das linhas eléctricas com vista à redução da mortalidade das aves, são apenas alguns exemplos das iniciativas implementadas.



Casal de águias-douradas (*Aquila chrysaetos*) após colocação de transmissores de satélite GPS, em Tarragona (Espanha). Autor: MN Consultors en Ciències de la Conservació

Em Portugal, desenvolvemos um programa de gestão do habitat de um casal de águias-de-bonelli (*Aquila fasciatus*) para promoção de espécies de presas e de protecção da área envolvente ao ninho.

A EDPR é também membro da Associação para a Conservação do Habitat do Lobo-Ibérico.

As acções conduzidas pela Associação para a Conservação do Habitat do Lobo-Ibérico em 2010, e que se irão manter ao longo do ano de 2011, são as seguintes:

- Implementação de medidas de melhoria no habitat das espécies nas áreas de caça municipais de Cinfães e São Cristóvão;
- Manutenção de um viveiro de espécies florestais nativas, para utilização ou fornecimento a terceiros;
- Manutenção da infra-estrutura para a reintrodução dos ungulados silvestres nas serras de Freita, Arada e Montemuro;
- Desenvolvimento de um plano de reintrodução dos corços na região, projecto baseado na infra-estrutura para a criação de ungulados silvestres;
- Desenvolvimento do “Prémio compensatório devido às pastagens, nas serras de Freita, Arada e Montemuro”;
- Manutenção do projecto “Gestão florestal das serras de Freita, Arada e Montemuro”;
- Coordenação do “Plano de monitorização das serras de Freita, Arada e Montemuro, utilizando telemetria”.

Em 2010, a EDPR assinou um memorando de cooperação com a Fundação do Património Natural de Castela e Leão, em Espanha, para a implementação de projectos de conservação do espaço natural.

Algumas das actividades a desenvolver em cooperação com a Fundação do Património Natural de Castela e Leão incluem:

- Iniciativas de conservação e melhorias do património natural;
- Regeneração das áreas degradadas;
- Melhoria do equipamento da rede pública;
- Actividades sócio-económicas, culturais e educativas relacionadas com o património e áreas naturais;
- Elaboração de materiais técnicos e informativos.



Memorando de cooperação com a Fundação do Património Natural de Castela e Leão, em Espanha

A EDPR tem estado envolvida de forma activa na abordagem dos assuntos críticos da vida selvagem que enfrenta o desenvolvimento de parques eólicos nos EUA.

Actualmente, estamos a conduzir estudos de avaliação do impacto das turbinas eólicas nas taxas de mortalidade dos morcegos nos EUA, bem como estudos sobre a actividade da águia-dourada em grupos de seis, através de unidades de telemetria GPS, que irão seguir o percurso das aves. Esta informação ajudará à identificação de potenciais impactos e determinará necessidades particulares de gestão que ajudem à protecção da espécie.

Nos EUA, também colaboramos com diversas organizações e associações de vida selvagem, como o American Wind & Wildlife Institute (AWWI)

O AWWI é uma organização científica criada por indivíduos que apoiam as energias renováveis e o ambiente: conservadores, entidades públicas de protecção da vida selvagem, líderes do sector da energia eólica e cientistas. O seu objectivo é fornecer e partilhar informação e ferramentas científicas para o avanço do sector da energia eólica com respeito pelo ambiente. Em 2007, a EDPR NA foi um dos vinte parceiros fundadores desta organização, que inclui representantes das maiores companhias eólicas dos EUA.

Em Dezembro de 2010, a EDPR NA foi anfitriã da reunião anual do Conselho de Administração do AWWI, na sua sede corporativa de Houston.

Questões chave sobre o impacto do desenvolvimento da energia eólica na vida selvagem devem ser respondidas. Em seguida apresentamos iniciativas do AWWI, nas quais a EDPR colabora:

- Programa Nacional de Investigação da Vida Selvagem e da Energia Eólica;
- Sistema de Informação e Investigação (RIS);
- Ferramenta de avaliação da paisagem (LAT);
- Mitigação e Compensação;
- Divulgação e Educação.

Em 2010, o United States Fish & Wildlife Service concluiu que o tetraz-cauda-de-faisão deve ficar ao abrigo da protecção do Endangered Species Act.

Estamos a colaborar com múltiplos *stakeholders* para a avaliação do potencial impacto da energia eólica nas populações de tetraz-cauda-de-faisão dos EUA.



Tetraz-cauda-de-faisão (Centrocercus urophasianus).
Foto de Gary Kramer/ United States Fish & Wildlife Service

A EDPR NA está a colaborar com o United States Fish & Wildlife Service, com o Bureau of Land Management, o US Geological Survey, o The Nature Conservancy, o The Wyoming Outdoor Council, a National Audubon Society, entre outras agências e universidades estatais e outros membros da indústria eólica, no programa de investigação sobre o tetraz-cauda-de-faisão, que irá preencher a actual lacuna de dados, fornecendo a informação necessária que apoie o desenvolvimento da energia eólica, e providenciando informações sobre a protecção do tetraz-cauda-de-faisão.

Actualmente, a parceria tem projectos seleccionados em dois estados, que darão início aos seus esforços de pesquisa na Primavera de 2011.

A EDPR NA, em parceria com o Ranchland Trust do Kansas e com o Gabinete de Conservação da Natureza do Kansas finalizou, em 2010, a primeira iniciativa de conservação, associada ao Meridian Way Conservation Agreement.



Conservação da Pradaria do Kansas

Esta iniciativa que se iniciou em 2008, foi criada para conservar e restaurar os ecossistemas nativos das pradarias do Kansas. Este primeiro passo corresponde a mais de 10% do objectivo global da parceria para colocar as propriedades sob servidão permanente do estado de conservação. A parceria continua o seu trabalho para atingir as suas metas globais de conservação até 2023.

No Estado de Oregon (EUA) estamos a financiar parcialmente um projecto de investigação sobre a mortalidade dos falcões nos parques eólicos.



Falcão-de-cauda-vermelha (Buteo jamaicensis).
Foto de Lee Karney/U.S. Fish and Wildlife Service

O desenvolvimento de projectos de energia eólica está a expandir-se rapidamente no planalto de Columbia e na área do rio Gorge nos estados do Oregon e de Washington. Até à data, poucos estudos examinaram o impacto dos projectos de energia eólica na vida selvagem, especificamente nas aves de rapina. Presentemente, a maioria da informação existente acerca da relação entre as aves de rapina e as turbinas eólicas advém das sondagens de pré e pós-construção, e da monitorização dos projectos eólicos. Poucos dados estão disponíveis sobre os impactos a longo prazo que os projectos eólicos possam ter na reprodução das aves de rapina ou nas suas crias. Enquanto as aves de rapina parecem utilizar as áreas de nidificação após a fase de desenvolvimento, são necessários mais dados para determinar se os falcões e as suas crias enfrentam um aumento da sua mortalidade ou se são capazes de se adaptar à proximidade das turbinas, e de que forma estes factores poderão influenciar a ocupação dos ninhos e a produtividade.

A EDPR NA tem uma parceria com a Boise State University, o U.S. Fish and Wildlife Service, o Washington Department of Fish and Wildlife, o Oregon Department of Fish and Wildlife e os membros da indústria eólica para financiar um projecto de investigação de dois anos, de recolha de dados sobre o impacto potencial dos projectos eólicos na reprodução das aves de rapina e das suas crias. Os resultados do primeiro ano do estudo foram apresentados num colóquio na reunião da National Wind Coordinating Collaborative's Wind and Wildlife Research em Outubro de 2010.

ECO-EFICIÊNCIA E RESÍDUOS

O maior impacto da actividade da EDPR é energia limpa, energia verde e energia renovável.



Parque eólico de Pestera, Romênia

desempenho ambiental

O cumprimento ambiental e a melhoria contínua são preocupações da EDPR. Esta secção inclui o desempenho ambiental da operação dos nossos parques eólicos para o período em análise.

As emissões indirectas da EDPR são muito reduzidas e limitadas ao consumo administrativo dos nossos escritórios e aos consumos auxiliares dos parques eólicos (quando o autoconsumo não é possível).

Normalmente, a energia necessária para o consumo dos parques eólicos (luzes, orientação das turbinas, etc.) advém da energia produzida pelos próprios parques, mas, se não existir qualquer turbina em operação, essa energia deverá ser comprada.

No período em análise, o montante de energia consumida pela EDPR, no âmbito de consumos auxiliares, relativamente irrelevante: 148 TJ, o que corresponde a apenas 0,28% da energia produzida.

Apesar do negócio da EDPR permitir reduzir as emissões de carbono na globalidade, estamos a fazer um esforço para minimizar o consumo indirecto de energia nos nossos escritórios. Em 2010, este consumo indirecto foi de 7.2 TJ, apenas 0,01% da energia produzida.

Consumo energético indirecto (emissões)	Escritórios		Parques eólicos	
† CO2	981,0		19.411,0	

Emissões indirectas de transporte ¹	Veículos EDPR ²	Viagens de negócios de avião ³	Viagens de negócio de comboio	Transporte diário dos colaboradores ⁴
† CO ₂	2,469.3	3,891.2	64.0	606.6

(1) Emissões calculadas de acordo com o Protocolo GHG.
(2) Os veículos da EDPR Brasil não estão incluídos.
(3) As emissões dos voos dos EUA são uma estimativa.
(4) O transporte dos colaboradores é calculado a partir de dados recolhidos num inquérito interno de sustentabilidade.

A EDPR também encetou esforços para reduzir ou eliminar as emissões indirectas desnecessárias. Assim, desenvolveu-se, durante 2010, um grande número de iniciativas relativas à redução do consumo energético e das emissões. A EDPR assinou um acordo com uma empresa de aluguer de automóveis que providencia veículos híbridos para as viagens de negócio em algumas cidades de Espanha. Os veículos híbridos utilizam menos combustível do que os carros normais, produzindo assim menos gases poluentes com efeito de estufa do que os veículos a gasolina.

Adicionalmente, a empresa tem feito grandes esforços nos seus escritórios, a fim de melhorar a utilização dos recursos:

- Área de open space, aproveitando ao máximo a luz natural, o ar condicionado e o aquecimento;
- Existência de pelo menos uma sala de videoconferência em cada escritório, a fim de diminuir as viagens de trabalho;
- Utilização em todos os escritórios de papel reciclado, branqueado sem recurso a cloro, ou que satisfaça outros requisitos ambientais;
- Refuse not to re-use (“Recusamo-nos a não reutilizar”) é o slogan utilizado na decoração do escritório de Madrid, a fim de promover a reciclagem no seio da empresa. Esta iniciativa vai ser lançada em 2011 em outros escritórios da EDPR;

- Sacos reutilizáveis com este slogan impresso foram produzidos pela EDPR e utilizados como merchandising em diversos eventos.



Saco reciclado com slogan EDPR: “Refuse not to re-use”

Em 2010, lançámos o primeiro inquérito de sustentabilidade a fim de apurar os temas relevantes para os colaboradores da EDPR em matéria de sustentabilidade. Os nossos colaboradores fizeram inúmeras propostas para aumentar o nosso desempenho sustentável.

Durante o ano de 2011, iremos desenvolver algumas delas nos escritórios da EDPR:

- Pré-definir a impressão frente-e-verso para todos os utilizadores;
- Procurar uma alternativa às garrafas de água de plástico, de forma a reduzir o volume de embalagens de plástico gerado;
- Estabelecer medidas internas de redução do consumo de energia e promover campanhas internas de sensibilização;
- Melhorar os pontos de recolha de resíduos nos escritórios, bem como a recepção de dados e a sua análise.

Os novos procedimentos e as condições de utilização focadas na conservação de energia e redução de resíduos serão publicados em 2011.

Da mesma forma, prosseguiremos com a implementação de campanhas educativas junto dos colaboradores em matéria de boas práticas ambientais.

TIVESTE LUCRO? PROVA-O!

“Tiveste lucro? Prova-o!” é uma iniciativa desenvolvida na EDPR NA com o objectivo de encorajar os colaboradores a fazerem sugestões inovadoras que possam ajudar a empresa a reduzir os seus custos e aumentar os proveitos.

Cada sugestão é avaliada calculando as poupanças de custos estimadas e a Comissão Executiva revê as sugestões numa base semanal, comunicando quais as iniciativas de redução de custos aprovadas.

Todos os colaboradores são abrangidos por estas iniciativas de redução de custos, assim que estas são aprovadas e postas em prática.

A promoção do transporte público por parte dos colaboradores, ou a definição da impressão frente-e-verso, são alguns dos exemplos que resultaram dessas iniciativas.

As iniciativas focadas na sustentabilidade da EDPR não são apenas aplicadas nos nossos escritórios. Em 2010, várias iniciativas foram também lançadas nos parques eólicos:

- Instalação de termostatos programáveis para minimizar o consumo energético.
- Computadores e impressoras desligados ao fim do dia para diminuir o consumo energético.
- Instalação de um sistema de recolha das águas pluviais nas subestações.
- Os colaboradores dos parques eólicos iniciaram a responsabilidade partilhada de voluntariamente levarem materiais recicláveis ao ponto de reciclagem mais próximo, nas áreas nas quais há um défice de instalações de reciclagem.
- Encomenda de embalagens de grande capacidade, a fim de reduzir os resíduos causados por exemplo na compra de óleo, ou de outros produtos.

CERTIFICADO DE LIDERANÇA
ENERGÉTICO E AMBIENTAL

Em 2009, a EDPR NA começou a trabalhar na implementação de um plano que lhe permitisse ganhar a certificação em Liderança Energética e Ambiental (LEED – Leadership in Energy and Environmental Design), um sistema de certificação internacionalmente reconhecido de edifícios verdes, para as instalações de Rail Splitter, tal como havia conseguido anteriormente com a nossa sede de Houston.

Em 2010, a operação de Rail Splitter obteve a certificação de LEED de prata.

O edifício irá consumir menos 28% de energia, com 30% menos de água consumida, sendo o consumo de água para rega incomparavelmente mais baixo quando comparado com um edifício de escritórios normal.



A produção de resíduos é um dos principais aspectos a controlar nos parques eólicos. A EDPR dá especial atenção à monitorização de resíduos perigosos e não perigosos. Os colaboradores da EDPR, bem como as entidades subcontratadas, estão cientes dessa importância, fazendo parte do nosso programa de formação. A formação ajudou a aumentar a consciencialização sobre a gestão de resíduos, desafios e soluções, e abordou questões como o armazenamento de materiais, rotulagem, transporte e reciclagem.

“É do nosso interesse reduzir os resíduos gerados em cada projecto. Acredito que temos de continuar a trabalhar ainda mais de perto com os nossos fornecedores para minimizar os desperdícios de recursos e resíduos materiais.” *Director de projecto da EDPR*

Em Espanha foi distribuído um guia que contém toda a informação sobre a gestão de resíduos perigosos e não perigosos (separação, embalagem, armazenamento, rotulagem e documentos relacionados).

Nos EUA foram desenvolvidos planos de gestão de resíduos para cada parque eólico, especificamente adaptados para definir esquemas de armazenamento de resíduos, descarga e transporte para todos os resíduos sólidos, incluindo os materiais perigosos que possam ser encontrados.

Actualmente, estamos a trabalhar na recolha dos resíduos gerados, de acordo com o método de eliminação

Resíduos gerados nos parques eólicos	2008	2009	2010 ¹
Total dos resíduos (t)	223	267	567
Resíduos perigosos (t)	71	137	272
Total dos resíduos (t) / produção (GWh)	0,028	0,024	0,039

(1) Não inclui os valores do Brasil

O aumento do montante de resíduos gerados está relacionado com o aumento da capacidade instalada.

A EDPR definiu um sistema de resposta de emergência ambiental como parte do processo SGA em curso. Este procedimento estabelece as orientações ambientais em caso de fogo, cheias ou derrames nos parques eólicos. Essas orientações são anualmente verificadas através de questionários e simulações.

Qualquer incidente ambiental é gravado no Registo de Emergências, que recolhe informação sobre a data, localização, emergência ocorrida, causas, impactos e medidas de correcção adoptadas.

Também, de acordo com o SGA, os colaboradores dos parques eólicos frequentam acções de formação em que, para além de outros assuntos, se explica como lidar com uma emergência ambiental e o que fazer uma vez ultrapassada.

Nos EUA, todos os nossos parques eólicos têm em curso um plano de derrame, que regista como os locais responderão a estas ocorrências.

As emergências ambientais não são comuns nos nossos parques eólicos. Em 2010, houve um total de três derrames significativos. A quantidade total destes derrames foi equivalente a 1 metro cúbico.

Os derrames foram prontamente reportados às agências governamentais locais e foram implementadas todas as medidas de limpeza, para que o óleo que chegou ao solo não atingisse os cursos de água. Como metade destes incidentes resultaram de falhas eléctricas, substituímos num dos quatro parques eólicos dos EUA os transformadores do solo, e instalámos covas de confinamento de betão para os transformadores de solo. Os transformadores foram substituídos para reduzir futuras falhas de equipamento. As covas de betão irão diminuir a possibilidade de derrames ambientais se se vier a verificar qualquer falha adicional.

Com o objectivo de minimizar as emergências nas nossas instalações, implementámos em 2008 uma base de dados de incidentes nos EUA, que serve também de sistema de prevenção. Na Europa estamos presentemente a implementar um sistema idêntico, que deverá estar operacional em 2011.



desempenho
social

82	COMUNIDADES LOCAIS
82	Diálogo com as comunidades
84	Levar a energia até às comunidades
85	Voluntariado e desporto
86	Investimento nas comunidades e impactos económicos indirectos
86	Contratação local e práticas de aquisição
87	OS NOSSOS COLABORADORES
87	Perfil da empresa
88	Inquérito de satisfação
89	Avaliação e desempenho
89	Formação e desenvolvimento de carreira
89	Escola de energias renováveis
90	Recrutamento
91	Relações laborais
91	Benefícios
91	Equilíbrio vida/trabalho
92	Vida saudável, trabalho saudável
93	Solidariedade e trabalho
94	SAÚDE E SEGURANÇA
94	Formação
95	Comissões de segurança



desempenho social

COMUNIDADES LOCAIS

Temos consciência do impacto da nossa actividade nas comunidades locais onde desenvolvemos os parques eólicos e da forma como podemos maximizar os seus potenciais benefícios, quer para a empresa, quer para os habitantes das áreas envolventes, através de um diálogo aberto com todas as partes interessadas.

Assim, desde a primeira fase de implementação dos nossos projectos, estabelecemos uma relação de confiança e colaboração com as comunidades onde marcamos presença, organizando sessões informativas, e travando um diálogo esclarecedor com as comunidades, para esclarecer quais os benefícios da energia eólica. Organizamos também actividades de voluntariado e desportivas, a fim de promover um desenvolvimento sustentável da sociedade. O nosso sector gera ainda outros impactos positivos nas áreas em que actuamos, através da contratação de mão-de-obra local ou da aquisição de materiais, do desenvolvimento de infra-estruturas e do pagamento de rendas e impostos.

“A EDPR assumiu sempre um papel de liderança no que diz respeito à sua reputação entre as partes interessadas a nível local e nacional. Tem a vantagem competitiva de ser considerada um líder de opinião nas zonas onde actua, e as comunidades locais tendem a gravitar na sua órbita por causa do seu modelo de desenvolvimento orientado para as populações. Isto é algo de que devemos estar orgulhosos, já que reforça os nossos objectivos de desenvolvimento sustentável e responsabilidade social.” *Colaborador da EDPR*

DIÁLOGO COM AS COMUNIDADES

O diálogo com as comunidades envolventes é uma parte integrante e fundamental da nossa actividade. Levamos a cabo sessões de debate e encontros com todas as partes interessadas a nível local, ao longo de todas as fases do desenvolvimento dos nossos parques eólicos, para compreender as suas preocupações e estabelecer a melhor forma de as abordar. Esta é também uma maneira de transmitir alguns dos valores fundamentais defendidos pela EDPR às comunidades locais.

DURANTE A PROSPECÇÃO DE NOVOS PARQUES EÓLICOS

Acreditamos que a selecção dos locais mais adequados ao estabelecimento de um parque eólico deve ter em conta a opinião das pessoas e das comunidades.

O projecto eólico *offshore* de Moray Firth, em Edimburgo, no Reino Unido, trouxe-nos toda uma nova série de desafios a nível da comunicação. O impacto dos projectos de infra-estruturas convencionais está geralmente confinado a uma ou duas comunidades; o projecto *offshore* de Moray Firth, apesar de se situar a mais de 20 km da costa, tem no entanto 20 cidades e muito mais aldeias que se podem considerar vizinhas, e que se estendem ao longo de uma faixa costeira com 300 km. Adicionalmente, todos aqueles que usam o mar para a pesca,

para velejar ou no âmbito da navegação comercial, bem como para a extracção de petróleo ou de gás, têm um interesse directo nas nossas propostas.

A fim de lidar com estes desafios, demos início a uma série de exposições de consulta pública no Reino Unido, que passarão por 12 cidades e permitirão abordar as preocupações das comunidades.

DURANTE A CONSTRUÇÃO DOS NOSSOS PARQUES EÓLICOS

Durante a construção do nosso maior parque eólico no Brasil, e em parceria com o Instituto EDP em Portugal, organizamos várias acções de consciencialização das comunidades locais de Tramandaí, no Sul do Brasil. Foram conduzidas várias sessões de esclarecimento nos centros de dia da zona com o objectivo de tornar conhecida a empresa e as suas actividades, bem como o progresso do projecto, com algumas visitas aos estaleiros de construção. Com esta forma de comunicação, a EDPR procura estabelecer laços de confiança com os habitantes de Tramandaí, mostrando os benefícios directos e indirectos que este parque eólico vai trazer à comunidade, e bem assim analisar a sua reacção, respondendo às suas dúvidas e preocupações.

Este processo de diálogo garante também a segurança dos habitantes da região durante a fase de construção das instalações, e nomeadamente das crianças, que se poderiam aproximar dos estaleiros e ficar vulneráveis a acidentes.



Sessão de esclarecimento em Tramandaí, Brasil

Visitámos também uma escola municipal na zona de Tramandaí, onde foram organizadas várias iniciativas, como um concurso sobre a biodiversidade onde se mostraram às crianças as espécies que habitam a região, ou workshops onde as crianças foram incentivadas a criar brinquedos com materiais reciclados (por exemplo, garrafas de plástico), destinados a oferecer no Natal aos colegas e para os idosos de um lar da cidade.

Por meio destas acções, conseguimos transmitir os valores de solidariedade e de consciência ecológica às gerações mais jovens.



Concurso de Arte e Energia numa escola de Tramandaí, Brasil

“Desenvolver parques eólicos, ao mesmo tempo que esclarecemos as comunidades, as partes interessadas, os políticos e os órgãos de comunicação social quanto às vantagens das energias renováveis é uma parte muito importante da nossa responsabilidade social.”

Colaborador na área do desenvolvimento

EXPOSIÇÕES DE CONSULTA PÚBLICA NO REINO UNIDO



Campanha de Consulta Pública no Nordeste da Escócia, Reino Unido

O projecto *offshore* da EDRP no Reino Unido é o maior investimento em infra-estruturas no Nordeste da Escócia em mais de uma geração, sendo ainda pioneiro na implementação *offshore* de energia eólica em águas profundas. Não surpreende assim que se verifique um interesse significativo nas nossas propostas, pelo que a EDRP empenhou todos os seus esforços no sentido de assegurar que as comunidades daquela zona costeira, as organizações da sociedade civil, as empresas e os representantes eleitos tivessem plena consciência do que o projecto envolve e das oportunidades que esperamos vir a criar naquele local.

Apresentámos uma série de pormenores acerca do projecto num evento organizado em Inverness, no mês de Agosto, a que assistiram inúmeros interessados em representação de vários sectores, desde a navegação à pesca, passando pelo desenvolvimento económico e pelo turismo.

Como parte integrante da nossa estratégia de comunicação, produzimos uma brochura de leitura acessível com 8 páginas de resumo sobre o projecto, deixando de lado os aspectos mais técnicos, e que foi enviada a mais de 400 indivíduos e organizações, incluindo mais de 100 representantes eleitos das comunidades no governo nacional e local.

Organizámos uma digressão de 12 roadshows pelas cidades, vilas e aldeias de toda a faixa costeira de Moray Firth. Com mais de 100 horas de consulta pública, estas exposições/sessões de esclarecimento atraíram mais de 750 pessoas que puderam assim discutir as nossas propostas directamente com os vários técnicos envolvidos no projecto.

No entanto, esta não se trata apenas de uma forma de veicular informação. A EDPR entende que a comunicação deve ser um processo bidireccional, e, para dar aos habitantes da região de Moray Firth uma hipótese de transmitir a sua visão sobre o projecto, conduzimos ainda uma sondagem de opinião, a fim de obter feedback sobre as nossas propostas. Até à data, 86% dos inquiridos apoiam as nossas propostas de desenvolvimento.

À medida que o nosso trabalho para obter todo o licenciamento necessário continua, continua também o processo de diálogo envolvido. Em Dezembro, os técnicos envolvidos no projecto tiveram uma reunião com os membros eleitos para o Moray Council, e a EDRP propôs que fossem realizadas novas reuniões com as duas autoridades locais das redondezas. Entretanto, demos também início ao processo de consulta pública junto das 98 comunidades costeiras envolvidas.

DURANTE A OPERAÇÃO DOS NOSSOS PARQUES EÓLICOS

Na Polónia, organizámos várias iniciativas para garantir um diálogo transparente com a comunidade local na envolvente do parque eólico de Margonin, actualmente em fase de operação. No decurso de 2010, foi publicado um boletim que pretende esclarecer junto dos habitantes de Margonin todos os aspectos acerca da energia eólica, nomeadamente características e benefícios.



Boletim informativo distribuído em Margonin, Polónia

A equipe da EDPR na Polónia visitou também as escolas da região de Margonin, para mostrar às crianças a importância do vento para o homem ao longo da história e as suas novas utilizações. As crianças aprenderam ainda formas de poupar energia, a sua importância, de que forma é produzida, e o que pode ser feito para não contaminar o meio ambiente.



Actividades educativas em Margonin, Polónia

Todas as actividades foram organizadas à luz do tema “O que o vento pode fazer por nós”. As crianças fizeram jogos de equipas e concursos de pergunta e resposta sobre a protecção do meio ambiente e as energias renováveis, aprendendo com isso qual a importância da energia eólica.

Na América do Norte, na comunidade local na envolvente do parque eólico de Blue Canyon, o Dia da Terra tornou-se um acontecimento anual de primeira ordem, em que as escolas são convidadas a visitar as instalações da empresa para ensinar às crianças a importância da energia eólica através de uma série de actividades: um espectáculo de magia sobre a segurança energética, um projecto de construção de um anemómetro para medir a velocidade do vento, e um concurso de pintura.

desempenho social

LEVAR A ENERGIA ATÉ ÀS COMUNIDADES

DIA MUNDIAL DO VENTO

Em Junho de 2010, participámos no Dia Mundial do Vento, uma iniciativa que pretende sensibilizar as pessoas para a importância da energia eólica, dando-lhes a conhecer em pormenor as suas características e os seus benefícios. A mensagem desta campanha é: “Global: a energia eólica funciona”. O Dia Mundial do Vento é fruto da cooperação entre a European Wind Energy Association (EWEA) e o Global Wind Energy Council (GWEC).

Vários parques eólicos na Europa e na América do Norte abriram as suas portas com sessões de esclarecimento e outras actividades recreativas organizadas a pensar nos interessados. Os parques eólicos de Elkhorn Valley e Antelope Ridge, nos EUA, aproveitaram o Dia Mundial do Vento para acolher os proprietários e outros apoiantes locais numa série de actividades.

Na Europa, a Fundación Síndrome de Down de Madrid visitou um dos nossos parques eólicos neste dia, no âmbito da já longa e estável relação entre aquela fundação e a EDPR.

PROMOVENDO O DESENVOLVIMENTO E A ENERGIA LIMPA

Ao longo de 2010, recebemos a visita de entidades públicas de vários países e outros representantes governamentais com interesse em energias renováveis. Na sua visita oficial a Portugal, que tinha por objectivo o desenvolvimento das relações económicas bilaterais, o presidente de Moçambique visitou o parque eólico da Serra d’El-Rei. Adicionalmente, um grupo de 22 altos-colaboradores das Nações Unidas de países em desenvolvimento visitou as nossas instalações no Porto, para debater a viabilidade da energia limpa.

O governador estadual de Espírito Santo, no Brasil, e um contingente de oito representantes do Governo do Paquistão visitaram também a nossa sede e parques eólicos em Portugal, onde lhes foram explicados os benefícios ambientais e sociais da energia eólica para a comunidade.

As instalações da nossa plataforma na América do Norte foram também visitadas ao longo do ano por diversas autoridades, incluindo a visita de uma delegação em representação do Departamento do Comércio e Desenvolvimento Económico da província de Shandong (China) à sede em Houston, com o objectivo de conhecer melhor as oportunidades de negócio no sector das renováveis.

“A EDPR foi um grande aliado do estado do Oklahoma na promoção da energia limpa e sustentável.” *Autoridade pública*

VISITA DA FUNDACIÓN SÍNDROME DE DOWN DE MADRID À EDPR



Integrado nas actividades do Dia Mundial do Vento, um grupo de estudantes da Fundación Síndrome de Down de Madrid visitou um dos parques eólicos da EDPR. Na continuação do relacionamento entre a fundação e a EDPR, estabelecido anteriormente, no âmbito de outras actividades, mais de 20 estudantes da fundação visitaram Altos de Voltoya e puderam explorar o interior de uma das 80 turbinas aí instaladas, a cerca de 1.500 metros de altitude. Na sua visita, as crianças aprenderam como é que o vento é transformado na energia que chega a nossas casas todos os dias. A EDPR pretendeu assim mostrar às crianças e aos seus educadores como funcionam os parques eólicos e os benefícios que comportam para o meio ambiente e para a produção de energia limpa. Além da componente educacional, esta iniciativa deu-nos uma oportunidade para promover a integração social e o contacto com a comunidade.

EMBAIXADORES NAS NAÇÕES UNIDAS DE PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO VISITAM AS NOSSAS INSTALAÇÕES



Em Junho de 2010, os escritórios da EDPR no Porto receberam a visita de 22 altos-colaboradores das Nações Unidas, em representação de países de África e das Caraíbas. O objectivo desta visita foi o de abordar a viabilidade de implementação de fontes de energia limpa nos países em vias de desenvolvimento.

Os representantes das Nações Unidas tiveram assim a oportunidade de visitar o Centro de Despacho da EDPR, onde se monitoriza a actividade de todos os nossos parques eólicos.

Em Viana do Castelo, na costa norte de Portugal, os representantes das Nações Unidas observaram o processo de fabrico das turbinas eólicas nas instalações da Enercon, empresa actualmente responsável pela construção do material utilizado nos parques eólicos que a EDPR está a instalar em Portugal. A viagem foi concluída com a visita a um dos maiores parques eólicos da Europa, situado nas montanhas a norte de Viana do Castelo, junto à região espanhola da Galiza.

FEIRAS, CONVENÇÕES E PATROCÍNIOS

Participamos activamente em feiras e convenções locais, e patrocinamos diversas iniciativas de sensibilização para o tema das energias renováveis, e de promoção do desenvolvimento dos negócios da empresa, bem como dos benefícios que esta traz para as comunidades em que se integra.

Na Europa, participamos em vários certames locais, como a “Feria de la energía renovable de Véjer e la Frotera”, em Espanha, onde a EDPR teve a ocasião de apresentar informações sobre as suas actividades aos visitantes, dando-lhes também a possibilidade de visitarem os parques eólicos das redondezas.

Além disso, a fim de incentivar a actividade empresarial das comunidades locais, patrocinamos eventos como o “Xuntanza Empresarial Costa da Morta”, em Espanha, que premeiam as novas iniciativas empresariais mais relevantes da região.

Conscientes dos problemas causados pelas alterações climáticas, participamos também na “Convención sobre Cambio Climático y Sostenibilidad”, em Espanha, com o objectivo de apresentar informações e debater eventuais planos de acção para nos adaptarmos e compensarmos as alterações climáticas, compreendendo o seu impacto no meio ambiente, na indústria, nas cidades, na administração e nos cidadãos.

Nos Estados Unidos da América, participamos também em inúmeras feiras locais e actividades nas regiões em que estamos representados. Por exemplo, na região do Oeste, e pelo quarto ano, fomos um dos principais patrocinadores da Union County Fair de La Grande (Oregon). Ao longo dos cinco dias da feira, respondemos a centenas de questões sobre a energia eólica, a empresa e os projectos em desenvolvimento na região. Entre os outros eventos e instituições que patrocinamos na região ocidental dos EUA incluem-se o North Powder Huckleberry Festival, a Baker County Fair, a Union County Relay for Life e a Max Concert Series.

No Estado de Montana, a 5ª Cimeira para o Desenvolvimento Económico do estado teve a participação de representantes da EDPR, que tentaram sublinhar a importância dos activos em desenvolvimento no Montana e ainda aprofundar as suas relações com alguns decisores fulcrais a nível federal. Os representantes da EDPR reuniram-se com o senador Baucus, o governador Brian Schweitzer, o secretário de Estado da Energia, Steven Chu, e Stephen J. Wright, da administração da Bonneville Power, e ainda com administradores da Vestas, da Iberdrola Renewables, da National Wind e da Siemens Wind Power.

Organizamos também nos EUA a reunião anual da administração do American Wind & Wildlife Institute, uma instituição que tem por objectivo promover o desenvolvimento da energia eólica num quadro de pleno respeito pelo meio ambiente. Acolhemos ainda a GW Wind Blade Tour num dos nossos parques eólicos, um festival de âmbito nacional com a duração de 28 dias que procura aprofundar os conhecimentos das comunidades locais em relação à energia do vento.

A fim de complementar as nossas diversas actividades e destacar a excelência da nossa marca a nível económico, social e ambiental, publicámos ainda uma brochura com o título “Deixe o vento levar-nos até ao futuro”, compilando os benefícios económicos e ambientais dos parques eólicos para as comunidades locais.

VOLUNTARIADO E DESPORTO

Promovemos o desenvolvimento da sociedade através do desporto e do voluntariado, incentivando os nossos colaboradores e a sociedade no seu todo a adoptarem um estilo de vida saudável ao mesmo tempo que ajudam as pessoas com menos recursos.

Ao longo de 2010, patrocinamos e organizamos diversos eventos desportivos que comportavam também um objectivo social.

Apoiámos, a título de exemplo, a 3ª edição da “Bike Tour” de Madrid, com o objectivo de promover os transportes limpos e lutar contra as dependências e as barreiras que dão origem a desigualdades.

Apoiámos também a “Carrera de la Mujer en el Ayuntamiento de la Roda”, em Espanha, para combater a discriminação das mulheres. Adicionalmente, na América do Norte a nossa equipa de ciclismo participou na BP MS-150, uma corrida entre Houston e Austin, no Texas, que congrega mais de 12.000 ciclistas. Com a sua participação, a EDPR angariou ainda \$10.000 que doou à Sociedade Nacional da Esclerose Múltipla.

Orgulhamo-nos de ser um actor integrante e produtivo das comunidades onde levamos a cabo os nossos negócios. Nesse sentido, organizamos nós próprios várias iniciativas, como a recolha de brinquedos, de alimentos e de roupa.

Mas os nossos colaboradores investiram também o seu tempo a apoiar as famílias com mais necessidades. Em Walcott, no Indiana, um grupo de seis colaboradores de vários departamentos investiu o seu tempo no projecto “Habitat for Humanity”, construindo uma casa para uma mãe solteira com três filhos. Estes nossos colaboradores foram convidados a participar pelo proprietário, e embarcaram de imediato neste esforço significativo para a sua comunidade.

Ao longo de 2011, em Espanha, iremos ainda apoiar dois campos de férias para crianças em situação de risco e/ou provenientes de famílias com baixos rendimentos, em parceria com a ONG Solidaridad Educación y Desarrollo (SED):

- A EDPR vai patrocinar o Acampamento de Verão da SED em Navalguijo (Ávila) para crianças que vivem em centros educativos, abrigos ou filhos de imigrantes com poucos recursos. O programa integra 70 crianças e decorre entre Julho e Agosto de 2011.
- A EDPR vai patrocinar o Acampamento de Verão “Espiral”, em Fuenlabrada (Madrid), que acolherá 50 crianças desta cidade entre Julho e Agosto de 2011.

Por meio de todas estas iniciativas, a EDPR contribui para melhorar também o ambiente social das comunidades em que optou por se inserir e conduzir as suas actividades de negócio.

desempenho social

“BIKE TOUR”



Em 2010, voltámos a patrocinar a “World Bike Tour”, em Madrid, que juntou 5.000 participantes, cerca de uma centena dos quais colaboradores da EDPR, contribuindo uma vez mais para o imenso êxito da iniciativa.

A “World Bike Tour” é um acontecimento desportivo que decorre nalgumas das maiores cidades do mundo, com o objectivo de incentivar a utilização da bicicleta, um meio de transporte sustentável e limpo, e também para combater as barreiras que se colocam às pessoas com alguma espécie de incapacidade, servindo como forma de alertar para as dependências sem sentido.

INVESTIMENTO NAS COMUNIDADES E IMPACTOS ECONÓMICOS INDIRECTOS

Para além das nossas iniciativas de apoio ao desenvolvimento da sociedade no seu todo, a construção de um parque eólico comporta um benefício prolongado para as populações circundantes, através dos seus impactos indirectos, nomeadamente o investimento em infra-estruturas (por exemplo, estradas e reforço das redes de serviços públicos), os impostos e taxas que revertem para as autarquias, as rendas dos terrenos ocupados e a criação de emprego.

Ao longo de 2010, desenvolvemos uma série de iniciativas com impacto directo nas comunidades, que resultaram no investimento de 1,76 milhões de euros em projectos no âmbito social, cultural, desportivo, da saúde, ambiental, educativo e institucional.

Quanto ao desenvolvimento de infra-estruturas públicas e privadas durante a construção dos nossos parques eólicos, as comunidades locais beneficiaram de um investimento total de 37,6 milhões de euros na melhoria da rede de estradas e caminhos públicos e privados, e de outros 43,3 milhões de euros no reforço da capacidade das redes locais de serviços públicos.

Por fim, cada uma das várias geografias onde desenvolvemos as nossas actividades tratam a questão dos impostos de forma distinta. Nalgumas regiões da Europa, por exemplo, beneficiamos de isenção fiscal como incentivo à implementação de energias renováveis. Noutras regiões da Europa, partilhamos no entanto

uma determinada percentagem das nossas receitas com as autarquias locais. Em 2010, a EDPR contribuiu com um total de 30,5 milhões de euros para o pagamento de impostos e partilha de resultados com as autarquias locais.

Impactos económicos indirectos (€M)	Investimentos comunitários	Investimentos em infra-estruturas	Impostos sobre o património e partilha de receitas
EDPR EU	1.173,6	40.412,0	14.467,3
EDPR NA	569,3	40.478,6	15.954,2
EDPR BR	17,6	n.d.	88,9
EDPR	1.760,5	80.890,6	30.510,4

n.d.: não disponível

CONTRATAÇÃO LOCAL E PRÁTICAS DE AQUISIÇÃO

Apesar de não estarem definidos internamente quaisquer procedimentos que encorajem o recrutamento local de mão-de-obra, uma grande percentagem dos nossos colaboradores vem das zonas em que a empresa conduz as suas operações. Desta forma, a EDPR contribui desta forma para o desenvolvimento económico local.

Quanto às actividades operacionais, empenhamo-nos na contratação de membros das comunidades locais, quer no que diz respeito aos cargos administrativos, quer no que se refere aos serviços de operação e manutenção, tal como a manutenção eléctrica e das instalações.

% de contratação local	Local	Não local
EDPR EU	95%	5%
EDPR NA	56%	44%
EDPR BR	100%	0%
EDPR	61%	39%

Da mesma forma, não há quaisquer procedimentos internamente definidos para as práticas de aquisição a fornecedores locais. No entanto, na Europa, 77% dos 20 maiores fornecedores de cada país são fornecedores locais. Em termos de custos, 38% das despesas de aquisição foram pagas a fornecedores locais. Na América do Norte, 77% dos custos de aquisição foram atribuídos a fornecedores dos EUA.

% de compras a fornecedores	Fornecedores locais		Fornecedores não locais	
	2010	2009	2010	2009
EDPR EU	38%	86%	62%	14%
EDPR NA	77%	67%	23%	33%

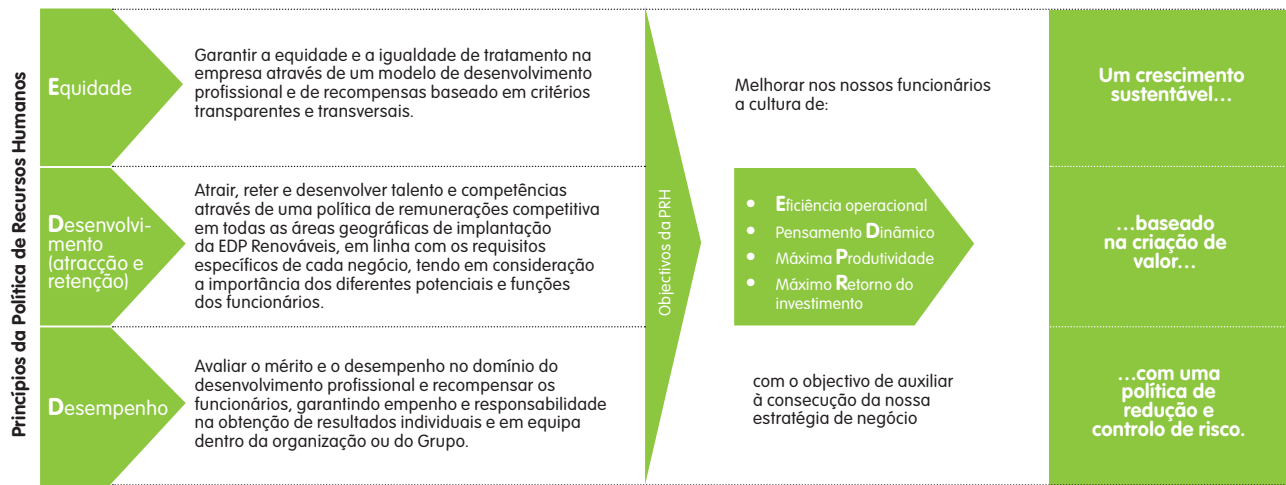
Procuramos sempre contratar os serviços de empresas e fornecedores locais para nos garantir apoio operacional, como é o exemplo da manutenção de estradas ou a remoção de neve. Da mesma forma, os nossos subempreiteiros concentram geralmente todos os seus esforços para a contratação de mão-de-obra junto das comunidades locais.

OS NOSSOS COLABORADORES

A posição de destaque que alcançámos no sector das energias renováveis deve-se em grande parte ao empenho e ao esforço dos nossos colaboradores. A fim de garantir a excelência do seu trabalho, torna-se essencial uma gestão eficaz do capital humano, para que este possa apoiar as nossas metas de crescimento, mantendo simultaneamente o actual nível de excelência operacional. Assim, estamos empenhados na criação do ambiente de trabalho mais adequado à promoção do empenho dos nossos

colaboradores, o seu fortalecimento e responsabilidade, ao mesmo tempo que lhes é oferecida uma carreira atractiva com um plano de desenvolvimento que lhes permita crescer profissionalmente ao mesmo ritmo que a empresa.

A fim de criar o ambiente mais adequado aos seus colaboradores, a empresa desenvolveu uma Política de Recursos Humanos, aprovada em 2009, que se baseia nos seguintes princípios: Equidade, Desenvolvimento e Desempenho.



A nossa política global estratégica de compensação foi implementada de forma a respeitar as necessidades de cada um dos mercados, com suficiente flexibilidade de adaptação às várias regiões onde desenvolvemos o nosso trabalho. O sistema desenvolvido garante que todas as posições são avaliadas e classificadas de acordo com uma metodologia concebida para garantir a equidade, através de um escalonamento salarial pré-aprovado para cada uma das posições dentro da matriz organizacional. Os vários escalões salariais são definidos de acordo com os padrões de referência do mercado.

PERFIL DA EMPRESA

O quadro de pessoal da EDPR tem aumentado a um ritmo elevado, com o objectivo de garantir a sua disponibilidade para apoiar o crescimento da própria empresa. No final de 2010 a EDPR dispunha de 822 colaboradores, o que corresponde a um aumento de 14% quando comparado com o número de 2009. A EDPR EU é responsável por 49% do total da força de trabalho; a EDPR NA, por 40%; a EDPR BR, por 2%; cabendo os restantes 9% à Holding.

Nº de colaboradores no final do ano	2010	2009	Var (%)
EDPR EU	398	365	9%
EDPR NA ⁽¹⁾	332	303	10%
EDPR BR	17	8	113%
Holding ⁽²⁾	75	45	67%
EDPR	822	721	14%

NOTA: estes números não incluem o Conselho de Administração
(1) O número da EDPR NA inclui a Comissão Executiva
(2) Em 2010, 8 colaboradores da holding estavam estabelecidos na América do Norte e 67 na Europa, ao passo que em 2009 todos eles se encontravam estabelecidos na Europa. O aumento do número de colaboradores da holding resultou de transferências internas.

Ao longo do ano, foram admitidos 171 novos colaboradores e 70 deixaram a empresa, o que representou um índice de rotatividade de 15%, idêntico ao do ano anterior.

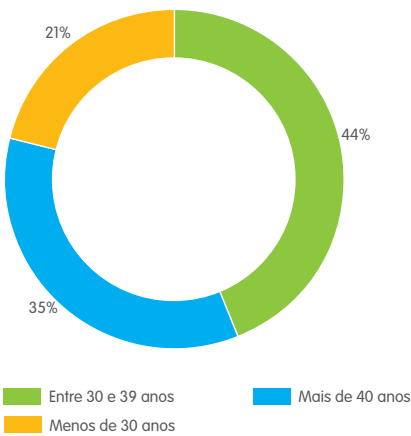
Índice de rotatividade (turnover) dos colaboradores	2010	2009
Gráfico de variações		
Número de contratações	171	156
Número de saídas	70	65
Rotatividade total	15%	15%
Rotatividade por género		
Masculino	16%	16%
Feminino	12%	14%
Rotatividade por faixa etária		
Com menos de 30 anos	14%	20%
Entre 30 e 39 anos	14%	14%
Com mais de 40 anos	17%	13%
Rotatividade por plataforma		
EDPR EU	11%	12%
EDPR NA	18%	18%
EDPR BR	41%	50%
Holding	13%	17%

NOTA: Rotatividade calculada de acordo com a seguinte fórmula: ((entradas + saídas)/2) / (total de colaboradores - contratos temporários)

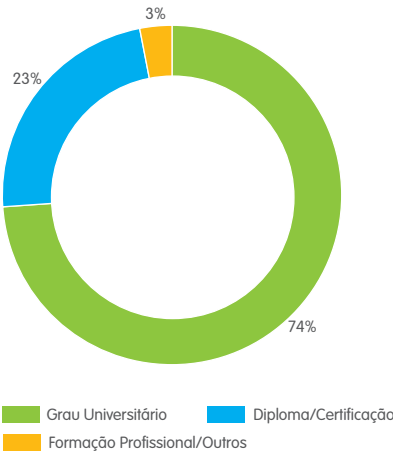
A EDPR dispõe de uma equipa muito jovem: quase 80% dos nossos colaboradores têm menos de 40 anos. O nível de qualificações é também elevado: 74% têm formação superior. Do total de efectivos, 68% são do sexo masculino.

desempenho social

Repartição do Quadro de Pessoal por Idades



Repartição do Quadro de Pessoal por Qualificações



Nos 11 mercados onde estamos presentes, os nossos colaboradores provêm de 25 nacionalidades diferentes:

Nacionalidade	ES	PT	FR	BE	PL	RO	IT	UK	US	CA	BR	Todos
Portuguesa	28				1			1	3		1	34
Espanhola			4		1	1	1	4	2			13
Indiana									8			8
Norte-Americana	7											7
Francesa	2			1					1			4
Outras (África e Médio Oriente)									5			5
Outras (América)	4								1			5
Outras (Europa)	4								1			5
Total	45	0	4	1	2	1	1	5	21	0	1	81
% do total de pessoal	14	0	15	50	10	7	7	36	6	0	6	10

Todos os nossos colaboradores têm contratos sem termo, com apenas quatro a trabalharem em part-time:

Colaboradores por contrato de trabalho	2010	2009	Var (%)
Sem termo	822	718	14%
Temporário	0	3	-100%
Full-time	818	717	14%
Part-time	4	4	0%

Funções	2010		2009	
	Número	Salários M/F (%)	Número	Salários M/F (%)
Directores	60	98%	52	105%
Gestores seniores	64	99%	54	103%
Gestores	378	99%	327	108%
Outros profissionais	220	94%	180	118%
Administrativos	100	78%	108	101%

Expatriados	2010	2009	Var (%)
EDPR EU	8	5	60%
EDPR NA	5	4	25%
EDPR BR	1	0	100%
Holding	5	6	-17%
Total	19	15	27%

INQUÉRITO DE SATISFAÇÃO

Em 2009, concluímos o primeiro inquérito de satisfação global dos nossos colaboradores, que é realizado de dois em dois anos. Todos os nossos colaboradores foram convidados a participar no inquérito, conduzido através da Internet, tendo sido alcançada uma elevada taxa de participação (78%).

Os indicadores médios que resultaram do estudo são também eles elevados, demonstrando um nível de satisfação global de 78%.

“A relação que se estabeleceu entre a empresa e os seus colaboradores e as iniciativas contínuas empreendidas para lidar com as suas necessidades é extraordinária.”

Colaborador da EDPR

Com base nos resultados do estudo, foi lançado em 2010 um plano de acção específico a fim de melhorar as áreas que mais terão colidido com a motivação, as capacidades e o desempenho dos colaboradores da EDPR.

Na Europa, e no âmbito do plano de acção que concebemos, foi criado um Serviço de Atendimento aos Colaboradores na intranet da empresa, para agilizar a comunicação entre os nossos colaboradores e o Departamento de Recursos Humanos. Da mesma forma, foi também criada uma caixa de sugestões onde todos podem contribuir com as suas ideias.

Ao longo de 2010, promovemos ainda, periodicamente, “pequenos-almoços com o CEO”, uma série de encontros informais entre o CEO e um grupo de 10 a 12 colaboradores para discutir durante duas horas as questões que se afiguram mais relevantes para eles, a estratégia de negócios da empresa e outros assuntos relevantes.

Nos EUA, para além da implementação de uma “caixa de ideias” na intranet da empresa, as chefias directas dos colaboradores foram autorizadas a conceder alterações de horário e pedidos de trabalho ocasional a partir de casa. A comunicação interna foi melhorada, providenciando informação aos colaboradores sobre os projectos da empresa e as suas diversas iniciativas através de uma página da intranet. Além disso, foi criado um Guia de Recursos na internet para fornecer informações sobre cada um dos departamentos da empresa.

AVALIAÇÃO E DESEMPENHO

Tal como foi anunciado no Relatório Anual de 2009, a EDPR estava empenhada na evolução para modelo de avaliação de 360 graus, em 2010. No último trimestre de 2010, foi finalmente implementado este modelo global de avaliação.

Todos os nossos colaboradores estão abrangidos por um sistema de avaliação de desempenho. O sistema recolhe informação a partir de sete fontes diferentes para avaliar o desempenho dos colaboradores: o próprio, 2 dos seus pares, 3 subordinados e o respectivo director.

A fim de garantir o sucesso da implementação da nova ferramenta de avaliação, em 2010 foi criado um “Guia de Avaliação do Potencial e do Desempenho” para ajudar todos os colaboradores a acederem mais facilmente à informação de que precisavam à medida que efectuavam o processo, e a dominarem as ferramentas, o calendário e os procedimentos que decorrem da avaliação da sua actividade. A comunicação da publicação do guia a todos os colaboradores foi realizada através de vídeos publicados na nossa intranet. Lançámos ainda um concurso aberto a todos, que premiou aqueles que responderam correctamente às perguntas e que completaram a sua avaliação a tempo.

As avaliações de desempenho e de potencial baseiam-se nas competências estratégicas da empresa, em indicadores-chave de desempenho e numa análise global. Com vista ao diagnóstico e avaliação de lacunas, estimulam-se as entrevistas para obtenção de feedback, pedindo-se ainda aos colaboradores que criem um Plano de Desenvolvimento Pessoal. Encorajamos todos os colaboradores a conceberem os seus próprios planos de desenvolvimento, já que esta é uma das ferramentas mais importantes para a concretização de progressos.

Em 2010, decidimos separar os processos de avaliação de desempenho e de avaliação de potencial. Ambos os processos decorrem separadamente, nas alturas próprias, ainda que se refiram ao mesmo período.

FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE CARREIRA

Estamos empenhados em oferecer aos nossos colaboradores um plano de desenvolvimento de carreira atractivo, a par de uma aprendizagem contínua e oportunidades de formação.

O desenvolvimento profissional dos nossos colaboradores é um objectivo estratégico que nos garante que as suas capacidades estão de acordo com as necessidades actuais e futuras da empresa, ao mesmo tempo que cumprem as suas expectativas de progressão de carreira, assegurando a sua empregabilidade.

Em 2010, quase duplicámos as horas de formação dos colaboradores em relação a 2009, atingindo um número de total de 26.734 horas. O investimento efectuado aumentou por sua vez 137%, cifrando-se nos 714.243 euros.

Indicadores de formação	2010	2009
Número de horas de formação	26.734	14.559
Áreas de formação (número de horas):		
Gestão	2.959	1.162
Técnica	19.351	10.991
Comportamental	144	413
Organizacional	4.280	1.993
Investimento em formação (€)	714.243	301.959
Número de participantes (#)	3.277	414

NOTA: EDPR BR não incluída

Cada um dos cursos de formação é avaliado pelos nossos colaboradores por meio de inquérito. Os resultados obtidos em 2010 demonstram plenamente o seu grau de satisfação com a formação recebida, com destaque para a formação interna:

Inquérito de satisfação sobre a formação recebida	2010	
	Formação interna	Formação externa
Muito satisfatória	63%	59%
Satisfatória	37%	39%
Pouca satisfatória	0%	2%
Insatisfatória	0%	0%

Formação	2010	%
Interna	191	24%
Externa	613	76%

A nossa experiência e domínio adquirido no sector das energias renováveis é um activo fundamental para a empresa. Ao longo de 2010, continuámos a oferecer cursos de aprendizagem a fim de promover a transmissão interna dos conhecimentos que nos levaram a desenvolver um portfólio eólico de destaque. Nestas sessões, são os nossos próprios colaboradores que formam outros colaboradores sobre os aspectos fundamentais de cada departamento.

Sessões de aprendizagem	2010
Número de sessões	127
Número de participantes	1.510

À medida que a EDPR vai expandindo o seu negócio para novas geografias, o seu sucesso depende muito da mobilidade interna dos seus colaboradores e da capacidade de promoverem a partilha de conhecimento entre as subsidiárias da empresa, oferecendo-lhes ao mesmo tempo oportunidades atractivas de desenvolvimento de carreira.

A mobilidade interna é altamente valorizada pela EDPR, e todas as novas vagas são prioritariamente preenchidas pelos colaboradores da empresa.

A EDPR promove a mobilidade interna não apenas como forma de progressão profissional e transferência de conhecimentos, mas também como uma oportunidade de integração de diferentes culturas. Estas transferências permitem a compreensão e a convivência de diferentes valores, contribuindo assim também para o crescimento pessoal e profissional dos seus colaboradores.

País de origem	Expatriados	País de destino
Espanha	2	Polónia
Espanha	1	Roménia
Espanha	3	R.U.
Espanha	1	Itália
Espanha	4	EUA
Portugal	5	Espanha
Portugal	1	EUA
Portugal	1	Brasil
EUA	1	R.U.

ESCOLA DE ENERGIAS RENOVÁVEIS

Em Dezembro de 2010, criámos a Escola de Energias Renováveis no quadro da recém-estabelecida Universidade EDP. A Escola de Energias Renováveis foi concebida como um importante veículo

desempenho social

de integração e consolidação da cultura, dos processos e das melhores práticas que se verificam no universo EDPR.

Os seus objectivos, a curto e a médio prazo, serão:

- Dar prioridade às competências e capacidades desenvolvidas pela empresa à luz da sua estratégia;
- Estrutura educativa da escola (3-5 anos) em linha com as necessidades das várias unidades de negócio;
- Melhor compreensão da estratégia da empresa pelos colaboradores da EDPR;
- Plataforma para o intercâmbio das melhores práticas e harmonização de processos.



A fase inicial de implementação da escola concentrar-se-á na identificação das necessidades empresariais no que se refere às competências e capacidades estratégicas, e bem assim na concepção de um currículo estruturado que corresponda a essas necessidades.

COLABORADORES COM ELEVADO POTENCIAL

Em Dezembro de 2010, a EDPR lançou o seu Programa de Colaboradores com Elevado Potencial (HIPO), fundado na experiência anterior de outras empresas do Grupo EDP com programas similares já em curso. Este programa foi desenvolvido pela Escola de Liderança e Desenvolvimento, no quadro da Universidade EDP.

O programa destina-se a um grupo selecto de pessoas que demonstraram um elevado potencial de crescimento, através do seu desempenho extraordinário, do rigor intelectual e de um forte compromisso para com os valores e os objectivos de negócio da empresa. Está organizado em torno de dois módulos: Programa de Estímulo (para colaboradores juniores) e Programa de Desenvolvimento Executivo.

O objectivo do programa é o de orientar o desenvolvimento das carreiras dos colaboradores seleccionados por meio de uma formação de elevada qualidade, programas de mentorado (Coaching) e oportunidades de networking que deverão aumentar significativamente as suas perspectivas de futuro dentro e fora da empresa.

O programa terá continuação em 2011, de acordo com o compromisso da EDPR para com o desenvolvimento dos seus colaboradores, tendo em especial atenção os colaboradores que demonstrem um potencial mais elevado.



RECRUTAMENTO

Os esforços de desenvolvimento das capacidades dos nossos colaboradores são complementados com a procura permanente dos melhores profissionais, tanto interna como externamente, a fim de garantir o quadro de pessoal mais adequado às necessidades de crescimento da empresa.

Mantemos uma comunicação constante com universidades de renome para oferecer aos seus alunos mais destacados (quer nas licenciaturas, quer nas pós-graduações) oportunidades de carreira promissoras no sector energético.

A EDPR participa assim regularmente em sessões de recrutamento dentro das universidades ou nas mais diversas feiras internacionais – quando não organiza ela própria as suas sessões de recrutamento –, no âmbito das quais apresenta os seus programas e oportunidades de carreira a estudantes de licenciatura, de mestrado e de doutoramento.

Em 2010, demos início ao nosso programa de recrutamento de estudantes de MBA, seleccionando oito recém-graduados que se destacaram na obtenção dos MBA de universidades de renome: o IESE, a LBS, o INSEAD, o IE e Lisbon MBA, na Europa, e a Universidade da Colúmbia, a Universidade de Nova Iorque, a Northwestern University e a Universidade do Texas, nos EUA.

Estes ex-estudantes, agora contratados, puderam assim assumir imediatamente cargos reais dentro da empresa, como os de directores de projecto, conduzindo iniciativas de desenvolvimento e/ou operacionais. Além disso, cada um destes recém-graduados passa a receber o mentorado de um dos dirigentes de topo da EDPR, o que lhes dá uma perspectiva única sobre a empresa e sobre o mercado global das energias renováveis.

Outros estudantes de MBA tiveram também a oportunidade de participar no Programa de Estágios de Verão da EDPR, aproveitando a experiência de um trabalho estimulante e acrescentando valor aos seus currículos.

Adicionalmente, a oportunidade de se juntarem à empresa no regime de estágios temporários também é dada a vários estudantes de licenciatura, que assumem tarefas reais e começam assim a construir o seu plano de carreira, neste seu primeiro contacto com a vida profissional.

Estágios	2010				
	de Verão	Anuais	Total	Contratados	(%)
EDPR EU	1	25	26	4	15%
EDPR NA	24	0	24	0	0%
EDPR BR	0	4	4	0	0%
Holding	5	12	17	5	29%
EDPR	30	41	71	9	13%

A EDPR dispõe ainda de programas preparados para uma progressão rápida dos recém-licenciados. Em 2010, a empresa lançou em Espanha o seu primeiro programa de “estágios de engenharia”, no âmbito do qual, ao longo de dois anos, vários engenheiros juniores com elevado potencial poderão aprofundar os seus conhecimentos nos mais diversos departamentos da empresa e em diferentes países. O objectivo deste programa consiste na formação suplementar de engenheiros que passam assim a ter um conhecimento profundo da empresa, da sua cultura e dos seus processos internos, e estão preparados para trabalhar em qualquer geografia da companhia.

Em 2011, será celebrada a “Promoção 2010”, no próximo encontro europeu, onde as novas contratações recrutadas ao longo de 2010 em diferentes países poderão partilhar a sua experiência e participar em debates informais com a administração.



Feira de emprego na 'IE Business School'

RELAÇÕES LABORAIS

Dos 822 colaboradores da EDPR no fim de 2010, 19% estavam cobertos por acordos colectivos de trabalho.

Regra geral, os acordos colectivos de trabalho aplicam-se a todos os colaboradores que têm um vínculo contratual com e em nome das respectivas empresas, independentemente do tipo de contrato, do grupo profissional em que estão classificados, da sua função ou do seu cargo. No entanto, questões relacionadas com a organização corporativa, a legislação ou mesmo os usos e costumes de cada país levam a que determinados grupos estejam expressamente excluídos dos acordos colectivos de trabalho.

De acordo com a jurisprudência do país, a EDPR pode ter de cumprir um período mínimo de aviso para comunicar formalmente mudanças organizacionais nas empresas do Grupo com impacto nos colaboradores. No entanto, é costume comunicar com antecedência acontecimentos significativos aos grupos de colaboradores afectados.

Em 2010, enquanto entidade patronal nos Estados Unidos, a EDPR NA cumpre com o Worker Adjustment and Retraining Notification (WARN) Act Guide to Advance Notice of Closings and Layoffs (Guia de aviso prévio de encerramentos e lay-offs nos termos da lei de notificação de ajustamento e reconversão profissional dos trabalhadores). Os colaboradores que trabalharam mais de seis meses durante mais de 20 horas por semana devem receber um aviso prévio de 60 dias em caso de encerramento e lay-off.

BENEFÍCIOS

A EDPR está empenhada em oferecer um pacote de benefícios competitivo, com o reconhecimento do contributo e do talento dos seus colaboradores. A empresa não diferencia os benefícios entre os colaboradores a tempo completo e os colaboradores a tempo parcial.

Para além dos requisitos legais de cada país, são oferecidos benefícios competitivos nas várias regiões (ajustados em conformidade com especificidades locais), de onde se destacam o seguro médico, o seguro de vida, planos de pensões ou reforma, seguro de viagens e seguro de acidentes.

Em 2010, a empresa decidiu alargar o seguro médico para cobrir todos os colaboradores na Europa. Nos EUA, a EDPR garante também a cobertura deste seguro a todos os colaboradores que cumpram um horário de trabalho superior a 30 horas semanais e a todos os colaboradores temporários com contrato superior a seis meses. As pessoas dependentes dos colaboradores podem estar também abrangidas pelo seguro de saúde. No Brasil, a EDPR oferece também aos seus colaboradores, cônjuges e dependentes um plano de seguro de saúde.

A empresa oferece oportunidades de participação num plano de pensões ou num plano de contribuições definidas, consoante o país de origem. As contribuições garantidas são complementares e independentes das contribuições definidas pelos sistemas de segurança social.

O Pacote de Remuneração Flexível é um sistema de remuneração que vigora actualmente em Portugal e Espanha. Este plano permite aos colaboradores decidirem se querem receber parte da sua remuneração em produtos ou serviços.

Ao longo de 2011, a EDPR vai analisar a hipótese de alargar este Pacote de Remuneração Flexível a outras geografias, em conformidade com as respectivas legislações.

PACOTE DE REMUNERAÇÃO FLEXÍVEL

O Pacote de Remuneração Flexível é um sistema de remuneração voluntário no âmbito do qual cada funcionário pode escolher, a cada ano, como quer receber o seu salário. Assim, pode optar por receber a sua remuneração em dinheiro ou numa parte em dinheiro e noutra parte em bens ou serviços (remuneração em géneros).



- Senhas de infantário
- Senhas de restaurante
- Computadores
- Acções da EDPR
- Renda de casa (NOVO)
- Contribuição voluntária para o plano de pensões (NOVO)

Actualmente, este Pacote de Remuneração Flexível está disponível em Portugal e Espanha. Em 2011, para além de estudar a introdução de novos produtos no pacote destes países, o nosso grande desafio será alargar este sistema de compensação flexível às geografias onde não foi ainda implementado.

- Seguro de vida
- Plano de electricidade
- Seguro de acidentes pessoais
- Despesas de educação
- Seguro de saúde ligado à hipoteca das casas
- Despesas de transporte

EQUILÍBRIO VIDA/TRABALHO

A EDPR promove e incentiva o equilíbrio entre a vida e o trabalho dos seus colaboradores, procurando incrementar a sua produtividade, reforçando o seu desempenho, responsabilidade e dedicação, e em simultâneo o seu grau de prazer e satisfação, tanto no trabalho como fora dele. No seu todo, isto produz resultados obviamente positivos para a empresa.

desempenho social

A EDPR implementou programas de equilíbrio vida/trabalho nas várias geografias onde está presente, e continuará a melhorá-lo e a providenciar novos benefícios.

Dependendo dos países, os benefícios dos nossos programas de equilíbrio vida/trabalho incluem (licença de maternidade, actividades de Verão subsidiadas para os dependentes dos colaboradores, festas de aniversário, etc.

Facilitamos também as condições de trabalho, permitindo que os colaboradores ajustem o seu horário a outras eventuais obrigações.

Nos EUA, implementámos uma política de horário flexível e teletrabalho, permitindo aos colaboradores manter e aprofundar o equilíbrio entre as suas vidas pessoais e profissionais. Com a aprovação dos seus superiores imediatos, os colaboradores podem fazer ligeiras alterações ao seu horário de trabalho, a fim de o ajustarem a outras necessidades não profissionais, mantendo o seu horário completo, ou ainda optar por um horário a tempo parcial (menos de 40 horas por semana). Além disso, nos EUA, os colaboradores podem também pedir para trabalhar ocasionalmente a partir de casa (teletrabalho), quando entenderem que isso é útil e necessário.

INICIATIVAS DE APOIO AO EQUILÍBRIO VIDA/TRABALHO

Europa:

O VERÃO E AS CRIANÇAS: Foi com toda a satisfação que a EDPR instituiu um novo benefício para os seus colaboradores que tenham filhos com idades entre os três e os catorze anos. Quando acabam as aulas, começam as complicações para os pais. Queremos tornar os meses de Verão mais tranquilos para os nossos colaboradores, subsidiando as actividades de ocupação dos tempos livres dos seus filhos ao longo desse período.

CELEBRAÇÃO DE ANIVERSÁRIOS: A EDPR acredita que os aniversários são ocasiões especiais, pelo que todos os colaboradores têm direito a um dia de folga para celebrar o seu aniversário, no próprio dia ou noutro, se assim o entenderem.

CELEBRAÇÃO DO NASCIMENTO OU ADOPÇÃO DE UMA CRIANÇA: A EDPR optou por pagar aos seus colaboradores uma quantia no valor do seu salário para celebrar o nascimento ou a adopção de uma criança.

TOME CONTA DE SI, TOME CONTA DO SEU BEBÉ: A EDPR aprovou a criação de duas semanas de licença de maternidade adicionais, para além das que são concedidas na legislação de cada um dos países onde actua. Os colaboradores podem optar por gozar essas duas semanas suplementares antes ou depois do nascimento da criança.

LICENÇA PAGA PARA TRATAMENTOS DE FERTILIDADE: Os colaboradores que se submetam a tratamentos de fertilidade podem pedir um período de licença, quer para se submeterem aos testes necessários, quer para efeitos de repouso prescrito pelos médicos.

DIA DA CRIANÇA: Este projecto tem por objectivo assinalar o Natal, mostrando a preocupação da EDPR com as famílias dos seus colaboradores. O projecto destina-se a todos os filhos dos colaboradores entre os 0 e os 12 anos de idade e realiza-se em todas as sedes da EDPR espalhadas pela Europa. É dado um presente às crianças, de acordo com a sua faixa etária, e que promova os valores da partilha e da criatividade. Todos os presentes incluem uma carta do Pai Natal redigida na respectiva língua materna. Em Espanha, o projecto enfatiza as “Boas-vindas aos Reis Magos”, uma tradição espanhola. Mais de 20 crianças deslocaram-se às instalações de Madrid, Saragoça e Sevilha, onde se realizou uma festa com animações pensadas para as crianças e em que lhes foi dado um presente. Pretende-se com isto promover a comunicação entre pais e filhos, deixando-os conhecer o local de trabalho dos pais.



ESPAÑHA E PORTUGAL:

PORTAL E-FÁCIL: Esta é uma ferramenta concebida com o objectivo de criar um canal de comunicação entre a empresa e os seus colaboradores no que diz respeito a alguns acontecimentos pessoais que podem ter impacto na sua vida profissional (por exemplo, nascimento de um filho, alteração de local de residência). Este portal permite que todos os colaboradores consultem facilmente e de uma forma amigável todas as informações, procedimentos e aspectos administrativos relacionados com estes temas.

Espanha:

PLANO DE VIDA E TRABALHO: Este plano permite que os colaboradores e as suas famílias possam aceder sem quaisquer custos a alguns serviços especializados:

- o nosso serviço de “assistência familiar”, que é garantido por uma equipa profissional (médicos, fisiologistas, professores, advogados e assistentes sociais) que os poderão ajudar a resolver uma série de problemas;
- 150 variados serviços que os poderão ajudar a resolver questões do quotidiano e garantir o equilíbrio entre a vida familiar e a vida profissional. Estes serviços são prestados por entidades contratadas externamente para o efeito.

Adicionalmente, os colaboradores podem também beneficiar de uma vasta gama de outros serviços a preços reduzidos.

INFANTÁRIO: Os colaboradores que tenham crianças pequenas têm a possibilidade de requerer um subsídio para o pagamento das mensalidades dos infantários. Este benefício é-lhes atribuído até que a criança complete os três anos de idade.

VIDA SAUDÁVEL, TRABALHO SAUDÁVEL

A promoção de uma vida saudável e o contacto entre os vários colaboradores são princípios nos quais nos empenhamos fortemente. Em 2010, organizámos o nosso primeiro Campeonato de Paddle, em Madrid, disputado entre os vários colaboradores da empresa. A EDPR decidiu patrocinar este campeonato interno, com o objectivo de incentivar a prática de desporto pelos seus colaboradores, garantindo-lhes assim um estilo de vida saudável. Para além do campeonato de paddle, em 2011, organizaremos ainda outros acontecimentos desportivos para os nossos colaboradores, como por exemplo encontros de futebol.

A empresa oferece também aos seus colaboradores e familiares acordos de associação com ginásios, bem como workshops e festivais desportivos nalgumas das geografias onde está presente.

CAMPEONATO DE PADDLE E ACTIVIDADES PREVISTAS PARA 2011

A EDPR está empenhada na promoção do desporto entre os seus colaboradores. Em 2010, organizámos um campeonato de paddle e, já em 2011, organizaremos ainda outras competições desportivas.



SAÚDE E BEM-ESTAR

- Acordos com Ginásios – para os colaboradores e seus dependentes
- Acordos com Hotéis e Agências de Viagens – colaboradores/ dependentes
- Workshops desportivos (aluguer de espaços) – colaboradores
- Ginásio no local de trabalho – colaboradores
- Festivais desportivos – colaboradores
- Competições externas – colaboradores
- Corridas (Clube de Corridas) – colaboradores

SOLIDARIEDADE E TRABALHO

Para além do compromisso da própria EDPR na ajuda comunitária através de acções de voluntariado, apoiamos também os nossos colaboradores que queiram contribuir com o seu tempo ou recursos para a prática de voluntariado. Os colaboradores têm até 4 horas por mês do seu horário de expediente para trabalharem em favor de uma ONG. Adicionalmente, em Novembro de 2010, em Espanha, realizaram-se sessões de formação com a ONG “Solidaridad Educación y Desarrollo” (SED) para explicar como, quando e onde os colaboradores podem oferecer o seu trabalho voluntário, a nível local, nacional ou internacional.

VOLUNTARIADO

Em Novembro de 2010, em Espanha, a EDPR conduziu uma série de sessões de formação sobre o Voluntariado. Nestas sessões, a ONG “Solidaridad Educación y Desarrollo” (SED) explicou aos nossos colaboradores como se podem tornar voluntários, como e quando o podiam fazer, tanto a nível local como nacional e internacionalmente, explicando ainda as condições para o exercício do voluntariado.



Em 2010, a EDPR organizou campanhas de voluntariado em várias das geografias onde está presente.

Na Europa, os colaboradores trabalharam em conjunto na recolha de brinquedos, alimentos e vestuário para crianças, em cooperação com organizações não-governamentais como a SED e a Cruz Vermelha. Só em Madrid, foram recolhidos 750 kg de alimentos que foram entregues a 50 famílias, roupas quentes para 30 crianças e presentes de Natal para outras 50 crianças integradas no Centro de Dia para crianças e mulheres de Fuenlabrada (Madrid).



No Brasil, colaborámos com a Organização Social Amizade e Progresso (OSAP) na recolha de brinquedos, vestuário e alimentos.

Nos EUA, a EDPR patrocinou uma recolha de brinquedos organizada pelo Exército da Salvação da zona urbana de Houston. Foram disponibilizadas, aos nossos colaboradores, caixas de recolha de brinquedos novos, não abertos, que foram depois oferecidos pelo Exército da Salvação a crianças desfavorecidas, durante a época natalícia. Ainda em colaboração com o Exército da Salvação, numa iniciativa que partiu dos nossos colaboradores, foi organizada por eles uma “venda de garagem” com velharias e artigos diversos, e todo o dinheiro angariado foi entregue às representações locais do Exército da Salvação.



Recolha de roupa, comida e brinquedos doados em vários locais.

desempenho social

SAÚDE E SEGURANÇA

A prevenção dos riscos profissionais é uma prioridade para a empresa. Colaboradores, vendedores e prestadores de serviços devem dar prioridade e canalizar ao máximo os seus esforços para garantir um ambiente de trabalho seguro e saudável a todos aqueles que prestam serviços nos locais de trabalho e nas instalações da empresa.

Trabalhámos no sentido de estabelecer uma política comum de Saúde e Segurança em todos os países onde estamos presentes, com o intuito de atingirmos o objectivo de “zero acidentes”.

Em 2008, decidimos criar um Sistema de Gestão para a Prevenção de Riscos Profissionais, em linha com a legislação vigente, seguindo os critérios estabelecidos nas especificações internacionalmente reconhecidas, OHSAS 18001:2007.

Baseado neste sistema de gestão, foi criado em 2009 um manual de prevenção dos riscos profissionais para Espanha. Procedeu-se às certificações de outros parques eólicos, atingindo um total de 32 parques eólicos certificados nesse ano, num total de 848 MW.

No final de 2010, tínhamos 66 parques eólicos certificados.

1.647 MW estão certificados pela norma OHSAS 18001:2007 na Europa

Para os próximos anos, estamos a trabalhar no desenvolvimento de manuais de gestão da saúde e segurança para os vários países europeus nos quais operamos, para que os parques eólicos possam receber igualmente a certificação OHSAS 18001:2007.



Nos EUA, trabalhamos sob um sistema de gestão da saúde e segurança baseado nos mesmos princípios da certificação OHSAS 18001.

FORMAÇÃO

Cada empreiteiro ou subempreiteiro contratado para efectuar trabalhos nas nossas instalações de produção de energia eléctrica em Espanha é obrigado a ter uma prova escrita de que recebeu a informação necessária e formação adequada. Isto inclui sessões de informação e formação sobre os riscos específicos do ambiente de trabalho, de forma a minimizar esses riscos. Essa informação é registada num software específico.

Em 2011, esses requisitos serão alargados a outros países europeus, através da utilização da mesma ferramenta.

A formação é especificamente ministrada a cada colaborador face ao tipo de tarefa desempenhada.

Desta maneira, podemos afirmar que 100% dos colaboradores que trabalham nas nossas instalações em Espanha são formados em matéria de Saúde e Segurança adequada às tarefas que executam.

Foram ministrados diversos cursos internos, na Europa e nos EUA, em relação às actividades desempenhadas.

No Brasil, 100% da equipa de operadores foi formada sobre as medidas de segurança nas nossas instalações e serviços de electricidade.

Para complementar as sessões técnicas, foram também implementados em Espanha 11 treinos de emergência, incluindo o simulacro de evacuação de um colaborador ferido nos parques eólicos de Pumar e Curiscao. Estas actividades requereram a colaboração dos serviços de emergência e bombeiros locais, e dos serviços de prevenção da EDPR.



Simulacro de emergência em Espanha

Nos EUA, o nosso exercício de emergência anual foi conduzido no parque eólico de Rail Splitter, em Outubro de 2010. Simulámos o resgate de um técnico ferido em trabalho, utilizando um manequim.



Simulacro de emergência nos EUA

COMISSÕES DE SEGURANÇA

Para atingir uma correcta implementação das medidas de saúde e segurança em toda a empresa, foram criados internamente comissões e subcomissões. A sua missão é recolher dados e informações sobre saúde e segurança nos vários níveis operacionais e envolver o máximo de colaboradores na comunicação da situação actual e na definição de um plano de prevenção.

Na Europa:

A Comissão Interna de Prevenção é o maior órgão de governo em Espanha em matéria de Saúde e Segurança, para guiar, monitorizar e controlar cada acção preventiva. É dirigido pelo COO (director operacional) na Europa.

Existem também subcomissões internas por área de actividade em Espanha, com o objectivo de implementar, monitorizar e controlar as actividades de prevenção nas suas áreas de responsabilidade, comunicando o desempenho obtido e implementando planos de acção.

Assim, 17% dos nossos colaboradores frequentam reuniões sobre saúde e segurança, e 52% dos nossos trabalhadores estão representados nessas reuniões.

Em 2011, vão ser criadas comissões idênticas em França, e ao longo de 2012 vamos estendê-las a outros países europeus onde estamos presentes.

Nos EUA:

Cada localização operacional tem a sua comissão de saúde e segurança. Essas comissões incluem tanto os colaboradores da EDPR como os directores de operações e manutenção dos nossos empreiteiros. O objectivo destas comissões é comunicar e abordar as questões de saúde e segurança relativas a cada um dos parques eólicos.

Cada um dos parques eólicos tem designado um coordenador de segurança. Todos eles se reúnem com as equipas de saúde e

segurança numa comissão criada com o objectivo de comunicar e abordar as questões aplicáveis a essa instalação nos EUA.

Existe, igualmente, uma comissão de saúde e segurança ao nível da direcção, para comunicar os problemas da indústria e desenvolver objectivos para a organização nessa área.

Todos os trabalhadores dos EUA recebem formação e informação, e estão ao corrente de todas e quaisquer acções relacionadas com Saúde e Segurança no Trabalho. Todos os trabalhadores estão também representados na Comissão de Saúde e Segurança.

MEDIDAS EM CURSO

	2010	2011
EU	Certificação de 1647 MW de acordo com a norma OHSAS	Certificação de mais 400 MW em Espanha de acordo com a norma OHSAS
	Redução da taxa de acidentes em Espanha	Obtenção da certificação OHSAS para os parques eólicos em França
	Formação na utilização da ferramenta de TI “Prosafety”	Redução da taxa de acidentes dos empreiteiros
	Implementação de simulacros de emergência em 11 parques eólicos	Desenvolvimento de manuais de Gestão de Saúde e Segurança nos diferentes países europeus
NA	Auditorias externas de saúde e segurança em todas as localizações operacionais	Auditorias externas de saúde e segurança dos projectos em construção
	A taxa de tempo de trabalho perdido na construção por acidentes da EDPR, medida pela agência federal OSHA, é abaixo da média nacional da indústria	Manter a taxa de tempo de trabalho perdido por acidentes da OSHA dos empreiteiros que trabalham para a Horizon abaixo da média nacional
	A taxa de tempo de trabalho perdido por acidentes dos empreiteiros da EDPR, medida pela OSHA, está abaixo da média nacional	Manter a taxa de tempo de trabalho perdido por acidentes da OSHA dos empreiteiros que trabalham para a Horizon abaixo da média nacional
	Todos os colaboradores frequentaram formação online em saúde e segurança	Desenvolver e comunicar procedimentos de deslocação (incluindo intempéries, distrações na condução, estadias em hotéis, etc.)

INDICADORES

A implementação da nossa política de saúde e segurança permitiu-nos melhorar o nosso desempenho em matéria de saúde e segurança, apesar de os dados de 2010 não poderem ser directamente comparáveis com os de 2009, já que este ano aumentámos o alcance do nosso relatório.

Indicadores S&S	EU	NA	BR	EDPR
• Colaboradores da empresa				
Número de acidentes industriais	3	0	0	3
Número de acidentes industriais fatais	0	0	0	0
Dias de trabalho perdidos por causa de acidentes de trabalho	164	0	0	164
Taxa de acidentes (IR)	0,80	0,00	0,00	0,42
Taxa de dias de trabalho perdidos (CDR)	43,98	0,00	0,00	23,07
• Colaboradores subcontratados				
Número de acidentes industriais (*)	15	6	n.d.	21
Número de acidentes industriais fatais	0	0	n.d.	0
Dias de trabalho perdidos por causa de acidentes de trabalho	634	163	n.d.	797
Taxa de acidentes (IR)	1,41	0,65	n.d.	1,06
Taxa de dias de trabalho perdidos (LDR)	59,56	17,66	n.d.	40,10
OHSAS 18001 (% da capacidade instalada)	51,48	0,00	0,00	25,59

(*) Só inclui acidentes com feridos
n.d.: não disponível

avaliação
da gri

98	AVALIAÇÃO DA GRI
108	RELATÓRIO DE REVISÃO INDEPENDENTE





avaliação da gri

Este relatório de sustentabilidade satisfaz os indicadores das Orientações G3 da Global Report Initiative (GRI) e presta também informações sobre os indicadores adicionais do suplemento para o sector eléctrico relacionados directamente com o negócio de energia, que consiste na produção de energia eléctrica a partir de fontes renováveis, essencialmente do vento.

A EDP Renováveis não é considerada uma *utility* (empresa de serviços públicos) propriamente dita. Em ambos os casos (indicadores GRI e indicadores do suplemento sectorial) são

explicadas as possíveis excepções, que se devem sobretudo ao facto do *core business* da empresa se basear na produção a partir de fontes renováveis, não incluindo a distribuição ou comercialização de energia.

A EDP Renováveis está empenhada na melhoria progressiva da informação prestada.

A empresa auto-declara ter alcançado o nível A+, tal como confirmado pela KPMG.

Refº GRI	Descrição	Inclusão no relatório	Remissão / referência directa	Quando aplicável, indicar a parte não incluída no relatório	Motivo para a omissão	Explicação	A reportar em
1ª PARTE							
Divulgação de perfis							
1.	Estratégia e análise						
1.1.	Declaração do Presidente e CEO	Completa	8-9				
1.2.	Descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades	Completa	29-30,72,134-139				
2.	Perfil organizacional						
2.1.	Denominação da organização relatora	Completa	6				
2.2.	Principais marcas, produtos e/ou serviços	Completa	19-20,37,54-55				
2.3.	Estrutura operacional da organização e principais divisões, operadoras, subsidiárias e joint ventures	Completa	23,26-27,54-55				
2.4.	Localização da sede social da organização	Completa	19				
2.5.	Número de países em que a organização opera, assim como os nomes dos países onde se encontram as principais operações ou que têm uma relevância específica para as questões da sustentabilidade, abrangidas pelo relatório	Completa	19				
2.6.	Tipo e natureza jurídica da propriedade.	Completa	19,123-125,165				
2.7.	Mercados abrangidos (incluindo uma análise geográfica discriminativa, os sectores abrangidos e os tipos de clientes/beneficiários)	Completa	19,54-55				
2.8.	Dimensão da organização relatora	Completa	19,23,165				
2.9.	Principais alterações que tenham ocorrido, durante o período abrangido pelo relatório, referentes à dimensão, à estrutura organizacional ou à estrutura accionista	Completa	6,19,123-124,181-183				
2.10.	Prémios recebidos durante o período abrangido pelo relatório	Completa	24-25				
Serviços Públicos Eléctricos – perfil organizacional específico do sector							
EU1	Capacidade instalada, repartida por fonte primária de energia e pelo regime regulatório	Completa	14,54-56				
EU2	Produção líquida de energia, repartida por fonte primária de energia e pelo regime regulatório	Completa	14,59-60				
EU3	Número de clientes domésticos, industriais, institucionais e comerciais	Não			Não aplicável	A empresa não tem clientes finais	
EU4	Extensão das linhas de transmissão e distribuição, à superfície ou subterrâneas, de acordo com o regime regulatório	Não			Não aplicável	O negócio da empresa consiste na produção de energia eólica	
EU5	Alocação de licenças de emissão de CO ₂ ou equivalente, repartida pelo quadro ("framework") de comércio de emissões	Não			Não aplicável	O negócio da empresa consiste na produção de energia eólica	
3.	Parâmetros do relatório						
3.1.	Período abrangido (ano civil/fiscal, etc.)	Completa	6				
3.2.	Data do último relatório publicado	Completa	6				
3.3.	Ciclo de publicação de relatórios (anual, bianual, entre outros)	Completa	6				
3.4.	Contacto para perguntas referentes ao relatório ou ao seu conteúdo	Completa	"Contacte-nos" em www.edprenovaveis.com				
3.5.	Processo para a definição do conteúdo do relatório	Completa	6, 32-34				
3.6.	Limite do relatório	Completa	6,19,165,223-232				
3.7.	Limitações específicas relativas ao âmbito e ao limite do relatório	Completa	6,165,223-232				

Refº GRI	Descrição	Inclusão no relatório	Remissão / referência directa	Quando aplicável, indicar a parte não incluída no relatório	Motivo para a omissão	Explicação	A reportar em
3.8.	Base para a elaboração do relatório, no que se refere a <i>joint ventures</i> , subsidiárias, instalações arrendadas, operações atribuídas a serviços externos e outras entidades, passíveis de afectar significativamente a comparação entre diferentes períodos e/ou organizações	Completa	6				
3.9.	Técnicas de medição de dados e bases de cálculo	Completa	6 Para consolidar os dados económicos e sociais foram utilizadas as taxas de câmbio idênticas às do relato financeiro				
3.10.	Explicação do efeito de quaisquer reformulações de informações existentes em relatórios anteriores e as razões para tais reformulações (por ex., fusões/aquisições, mudança do período ou ano base, natureza do negócio, métodos de medição)	Completa	6				
3.11.	Alterações significativas, em relação a relatórios anteriores, no âmbito, limite ou métodos de medição aplicados	Completa	6				
3.12.	Sumário do Conteúdo da GRI	Completa	98				
3.13.	Política e prática corrente relativa à procura de um processo independente de garantia de fiabilidade para o relatório	Completa	6,108-109				
4.	Modelo de governo, compromissos e contratação						
4.1.	Estrutura de governação da organização, incluindo comissões subordinadas ao órgão de governação hierarquicamente mais elevado e com responsabilidade por tarefas específicas, tais como a definição da estratégia ou a supervisão da organização	Completa	118-123				
4.2.	Indicação sobre se o presidente do Conselho de Administração é, simultaneamente, um director executivo (e, nesse caso, quais as suas funções no âmbito da gestão da organização e as razões para esta composição)	Completa	119-123				
4.3.	Declaração sobre o número de membros do Conselho de Administração que são independentes e /ou administradores não executivos	Completa	119				
4.4.	Mecanismo para os accionistas e trabalhadores fazerem a apresentação de recomendações ou indicações ao Conselho de Administração	Completa	28,32-34,88,118-119,140-142				
4.5.	Relação entre a remuneração dos membros do Conselho de Administração, dos directores de topo e dos executivos (incluindo acordos de tomada de decisão) e o desempenho da organização (incluindo o desempenho social e ambiental)	Completa	143-144				
4.6.	Implementação de processos ao dispor do Conselho de Administração destinados a evitar conflitos de interesse	Completa	28,128-129				
4.7.	Processo para a determinação das qualificações e competências exigidas aos membros do Conselho de Administração para definir a estratégia da organização relativamente às questões ligadas ao desempenho económico, ambiental e social	Completa	124-126,152-156				
4.8.	Declarações de missão ou de valores, códigos de conduta e princípios referentes ao desempenho económico, ambiental e social e o seu estado de implementação	Completa	16-17,28				
4.9.	Procedimentos do Conselho de Administração para supervisionar a forma como a organização efectua a identificação e a gestão do desempenho económico, ambiental e social, a identificação e a gestão de riscos e oportunidades relevantes, bem como a adesão ou conformidade com as normas internacionalmente aceites, códigos de conduta e princípios	Completa	6,18,32-34				
4.10.	Processos de avaliação do desempenho do próprio Conselho de Administração, no que diz respeito em particular ao seu desempenho económico, ambiental e social	Completa	124-126				
4.11.	Explicação sobre se o princípio da precaução é abordado pela organização e de que forma	Completa	29-30,72,132-139				
4.12.	Cartas, princípios ou outras iniciativas, desenvolvidas externamente, de carácter económico, ambiental e social, que a organização subscreve ou defende	Completa	6,17,28,31,74,76-79,82-86				
4.13.	Participação significativa em associações (tais como associações industriais) e/ ou organizações de defesa nacionais/ internacionais	Completa	31,76				



avaliação da gri

Refº GRI	Descrição	Inclusão no relatório	Remissão / referência directa	Quando aplicável, indicar a parte não incluída no relatório	Motivo para a omissão	Explicação	A reportar em
4.14.	Relação dos grupos que constituem as partes interessadas envolvidas pela organização	Completa	34				
4.15.	Base para a identificação e selecção das partes interessadas a serem envolvidas	Completa	32-34				
4.16.	Abordagens ao relacionamento com partes interessadas, incluindo a frequência da relação, por tipo e por grupo de partes interessadas	Completa	32-34				
4.17.	Principais questões e preocupações identificadas através do envolvimento das partes interessadas e as medidas adoptadas pela organização no tratamento das mesmas, nomeadamente através dos relatórios	Completa	32-34				
2ª PARTE	Divulgação sobre a abordagem à gestão (DMA)						
DMA EC	Divulgação sobre a abordagem à gestão económica						
	Desempenho económico	Completa	19				
	Presença no mercado	Completa	19,54-55				
	Impactos económicos indirectos	Completa	86				
	Disponibilidade e fiabilidade	Não			Não aplicável	Não diz respeito ao negócio da empresa	
EU6	Abordagem à gestão da garantia da disponibilidade e fiabilidade da electricidade a curto e longo prazo	Não			Não aplicável	Não diz respeito ao negócio da empresa	
	Gestão da procura	Não			Não aplicável	Não diz respeito ao negócio da empresa	
EU7	Programas de gestão do lado da procura, incluindo programas para clientes domésticos, comerciais, institucionais e industriais	Não			Não aplicável	Não diz respeito ao negócio da empresa	
	Eficiência do sistema	Não			Não aplicável	Não diz respeito ao negócio da empresa	
	Investigação e desenvolvimento	Completa	20-22				
EU8	Actividade de investigação e desenvolvimento e custos destinados ao fornecimento de electricidade fiável e à promoção do desenvolvimento sustentável	Completa	20-22				
	Descomissionamento de instalações	Não			Não aplicável	Não diz respeito ao negócio da empresa	
EU9	Reservas para o descomissionamento de centrais nucleares	Não			Não aplicável	Não diz respeito ao negócio da empresa	
DMA EN	Abordagem à gestão ambiental						
	Materiais	Não			Não material	A quantidade de materiais utilizada para a produção de energia eólica não é significativa e como consequência não é medida. O óleo é considerado o material mais relevante e está previsto que seja reportado no curto prazo.	2013
	Energia	Completa	78-79				
	Água	Não			Não aplicável	A produção de energia eólica não tem impactos significativos sobre os recursos hídricos	
	Biodiversidade	Completa	72,75-77				
	Emissões, efluentes e resíduos	Parcial	78-79		Não material	O negócio da empresa não produz níveis relevantes de NOx, SOx ou outras emissões ou efluentes significativos. A abordagem da gestão para os resíduos pode ser encontrada no ponto 78	

Refº GRI	Descrição	Inclusão no relatório	Remissão / referência directa	Quando aplicável, indicar a parte não incluída no relatório	Motivo para a omissão	Explicação	A reportar em
	Produtos e serviços	Não			Não material	O consumo de electricidade não tem impactos significativos no ambiente	
	Conformidade	Completa	72				
	Transporte	Completa	72,78				
	Avaliação global	Completa	72				
DMA LA	Abordagem à gestão laboral						
	Emprego		87-88				
EU14	Programas e processos para garantir a disponibilidade de mão-de-obra qualificada	Completa	89				
EU15	Percentagem de empregados susceptíveis de reforma nos próximos 5 a 10 anos, repartidos por categoria de trabalho e por região	Completa	88 3,6% dos nossos colaboradores têm mais de 60 anos de idade, e 5,4% têm entre 55 e 60 anos				
EU16	Políticas e requisitos relativos à saúde e segurança dos trabalhadores, e dos trabalhadores das entidades contratadas e subcontratadas	Completa	94				
	Relacionamento entre os colaboradores e a administração	Completa	91				
	Saúde e segurança no trabalho	Completa	94-95				
	Formação e ensino	Completa	89				
	Diversidade e igualdade de oportunidades	Completa	88				
DMA HR	Abordagem à gestão de direitos humanos						
	Práticas de Investimento e de procedimentos de compras	Completa	28-29				
	Não discriminação	Completa	28-29				
	Liberdade de associação e de negociação colectiva	Completa	28-29				
	Abolição do trabalho infantil	Completa	28-29				
	Prevenção de trabalho forçado e escravo	Completa	28-29				
	Procedimentos de segurança	Não			Não material	A empresa não tem pessoal dedicado à segurança	
	Direitos dos povos indígenas	Completa	28-29				
DMA SO	Abordagem à gestão social						
	Comunidade	Completa	82-86				
EU19	Participação das partes interessadas no processo de tomada de decisões relacionadas com o planeamento energético e o desenvolvimento de infra-estruturas	Completa	32-34				
EU20	Abordagem à gestão dos impactos de retirada	Não			Não aplicável	A empresa não tem ainda prevista a retirada de instalações	
	Corrupção	Completa	28-29				
	Políticas públicas	Completa	31				
	Conduta desleal	Completa	28-29				
	Conformidade	Completa	28-29				
	Planeamento e resposta em caso de catástrofe ou emergência	Completa	94-95				
EU21	Planeamento de medidas de contingência, planos de gestão da catástrofe ou emergência, programas de formação e planos de recuperação ou regeneração	Completa	94-95				
DMA PR	Abordagem à gestão de produtos						
	Saúde e segurança do cliente	Não			Não aplicável	Não diz respeito ao negócio da empresa	
	Rotulagem de produtos e serviços	Não			Não aplicável	Não diz respeito ao negócio da empresa	
	Comunicações de marketing	Completa	35-37				
	Privacidade do cliente	Não			Não aplicável	Não diz respeito ao negócio da empresa	
	Conformidade	Completa	28-29				
	Acesso	Não			Não aplicável	Não diz respeito ao negócio da empresa	
EU23	Programas, incluindo os desenvolvidos em parceria com o Estado, para a melhoria ou manutenção do acesso aos serviços de electricidade e aos serviços de apoio ao cliente	Não			Não aplicável	Não diz respeito ao negócio da empresa	



avaliação da gri

Refº GRI	Descrição	Inclusão no relatório	Remissão / referência directa	Quando aplicável, indicar a parte não incluída no relatório	Motivo para a omissão	Explicação	A reportar em
	Transmissão de informações	Não			Não aplicável	Não diz respeito ao negócio da empresa	
EU24	Práticas para a abordagem de barreiras derivadas da língua, cultura, baixa escolaridade e deficiência para aceder e usar com segurança a electricidade e serviços de apoio ao cliente	Não			Não aplicável	Não diz respeito ao negócio da empresa	
3ª PARTE	Indicadores de desempenho						
	Desempenho económico						
EC1	Valor económico directo gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, indemnizações a trabalhadores, donativos e outros investimentos na comunidade, lucros não distribuídos e pagamentos a investidores e governos	Completa	15				
EC2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as actividades da organização devidas a alterações climáticas	Completa	29-30,72,134-139				
EC3	Cobertura das obrigações dos planos de benefícios definidos pela organização	Parcial	91	A empresa não reporta o nível de participação nos planos de reforma, nem o total de cobertura dos planos descritos.	Não disponível		2014
EC4	Apoio financeiro significativo recebido do Estado	Completa	15,123-124				
	Presença no mercado						
EC5	Rácio entre o salário-base de entrada por comparação com o salário mínimo local em locais operacionais de relevância	Completa	15,87-88 V-B – Perfil da empresa Os locais relevantes apontados são todos os países em que a empresa tem operações				
EC6	Política, práticas e proporção de custos com fornecedores locais em instalações operacionais de relevância	Completa	86 “Local” significa todos os países em que a empresa tem uma presença significativa				
EC7	Procedimentos para contratação local e proporção de cargos de gestão de topo ocupado por indivíduos provenientes da comunidade local em locais operacionais de relevância	Parcial	86	Não especificada a proporção de altos quadros contratados nas comunidades locais	Não disponível		2014
	Impactos económicos indirectos						
EC8	Desenvolvimento e impacto dos investimentos em infra-estruturas e serviços que visam essencialmente o benefício público através de envolvimento comercial, em géneros ou pro bono	Completa	86				
EC9	Compreensão e descrição de impactos económicos indirectos, incluindo o alcance dos impactos	Completa	15,86				
	Disponibilidade e fiabilidade						
EU10	Capacidade planeada face à procura de electricidade projectada a longo prazo, repartida por fonte de energia e regime regulatório	Não			Não aplicável	O negócio da empresa consiste exclusivamente na produção de energia de fontes renováveis	
	Eficiência do sistema						
EU11	Média do rendimento da produção das centrais termoeléctricas, por fonte de energia e por regime regulatório	Não			Não aplicável	O negócio da empresa consiste exclusivamente na produção de energia de fontes renováveis	
EU12	Percentagem de perdas de energia na transmissão e distribuição	Não			Não aplicável	O negócio da empresa consiste exclusivamente na produção de energia de fontes renováveis	
	Ambiente						
	Materiais						
EN1 _{COMM}	Materiais utilizados, por peso ou volume	Não			Não material	A quantidade de materiais utilizada para a produção de energia eólica não é significativa e como consequência não é medida. O óleo é considerado o material mais relevante e está previsto que seja reportado no curto prazo.	2013

Refº GRI	Descrição	Inclusão no relatório	Remissão / referência directa	Quando aplicável, indicar a parte não incluída no relatório	Motivo para a omissão	Explicação	A reportar em
EN2	Percentagem de materiais utilizados que são provenientes de reciclagem	Não			Não material	A quantidade de materiais usada para a produção de energia eólica não é significativa para as actividades core da empresa.	
	Energia						
EN3	Consumo directo de energia discriminado por fonte primária de energia	Não			Não aplicável	O negócio da empresa consiste exclusivamente na produção de energia de fontes renováveis	
EN4	Consumo indirecto de energia discriminado por fonte primária de energia	Parcial	78	Não é reportado o consumo de electricidade nos praques eólicos do Brasil e o consumo nalguns escritórios europeus	Não disponível		2013
EN5	Total de poupança de energia devido a melhorias na conservação e na eficiência	Não			Não aplicável	O negócio da empresa consiste exclusivamente na produção de energia de fontes renováveis	
EN6	Iniciativas para fornecer produtos e serviços baseados na eficiência energética ou nas energias renováveis, e reduções no consumo de energia em resultado dessas iniciativas	Não			Não aplicável	O negócio da empresa consiste exclusivamente na produção de energia de fontes renováveis	
EN7	Iniciativas para reduzir o consumo indirecto de energia e as reduções alcançadas	Completa	78-79	A empresa não reporta a redução do consumo indirecto de energia, nem os pressupostos e metodologias utilizados para calcular outros consumos indirectos de energia, bem como a respectiva fonte de informação	Não material	O negócio da empresa consiste exclusivamente na produção de energia de fontes renováveis	
	Água						
EN8 _{COMM}	Consumo total de água, por fonte	Não			Não aplicável	A produção de energia eólica não tem impacto significativo sobre os recursos hídricos	
EN9	Recursos hídricos significativamente afectadas pelo consumo de água	Não			Não aplicável	A produção de energia eólica não tem impacto significativo sobre os recursos hídricos	
EN10	Percentagem e volume de água reciclada e reutilizada	Não			Não aplicável	A produção de energia eólica não tem impacto significativo sobre os recursos hídricos	
	Biodiversidade						
EN11	Localização e área dos terrenos pertencentes, arrendados ou administrados pela organização, no interior de zonas protegidas, ou a elas adjacentes, e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das zonas protegidas	Completa	72,75-77				
EN12 _{COMM}	Descrição dos impactes significativos de actividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade das áreas protegidas e sobre as áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas	Completa	72,75-77				
EN13	Habitats protegidos ou recuperados	Completa	72,75-77 Dirija-se ao nosso website (www.edprenovaveis.com) para informação relativa ao tamanho e localização dos habitats protegidos e/ou recuperados (em hectares)				
EU13	Biodiversidade de habitats equivalentes, por comparação com a biodiversidade das áreas afectadas	Completa	72,75-77				
EN14	Estratégias e programas, actuais e futuros, de gestão de impactes na biodiversidade	Completa	72,75-77				
	Emissões, efluentes e resíduos						
EN16 _{COMM}	Emissões totais directas e indirectas de gases com efeito de estufa, por peso	Completa	78				
EN17	Outras emissões indirectas relevantes de gases com efeito de estufa, por peso	Completa	78				
EN18 _{COMM}	Iniciativas para reduzir a emissão de gases com efeito de estufa e reduções alcançadas	Completa	15,72,78-79 A nossa actividade core (produção eólica), implica por si só a redução da emissão de gases com efeito de estufa				



avaliação da gri

Refº GRI	Descrição	Inclusão no relatório	Remissão / referência directa	Quando aplicável, indicar a parte não incluída no relatório	Motivo para a omissão	Explicação	A reportar em
EN19	Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozono, por peso	Não			Não material	O negócio da empresa não produz emissões relevantes de substâncias redutoras da camada de ozono	
EN20 _{COMM}	NOx, SOx e outras emissões relevantes, por tipo e peso	Não			Não material	O negócio da empresa não produz níveis relevantes de SOx, NOx ou outras emissões significativas	
EN21 _{COMM}	Descarga total de água, por qualidade e destino	Não			Não material	O negócio da empresa não utiliza a água como recurso relevante	
EN22 _{COMM}	Quantidade total dos resíduos, por tipo e método de tratamento	Parcial	15,79	A empresa não desagrega o total de resíduos (perigosos e não perigosos) por tipo: compostagem, re-uso, reciclagem, recuperado, para incineração (para uso como combustível), para aterro, injeção em profundidade, armazenagem temporária no próprio local de produção			2013
EN23	Número e volume total de derrames significativos	Completa	⁷⁹ A empresa considera um derrame significativo aquele que ultrapassa os 0.16m ³ (ou 42 gal) e que atinge o solo. Nenhum derrame atingiu um recurso hídrico.				
EN24	Peso dos resíduos transportados, importados, exportados ou tratados, considerados perigosos nos termos da Convenção de Basileia – Anexos I, II, III e VIII, e percentagem de resíduos transportados por navio, a nível internacional	Não			Não aplicável	O negócio da empresa não envolve o transporte, importação, exportação ou tratamento de resíduos	
EN25	Identidade, dimensão, estatuto de protecção e valor para a biodiversidade dos recursos hídricos e respectivos habitats, afectados de forma significativa pelas descargas de água e escoamento superficial	Não			Não aplicável	O negócio da empresa não utiliza a água como recurso relevante	
Produtos e serviços							
EN26	Iniciativas para mitigar impactos ambientais de produtos e serviços e a dimensão da mitigação do impacto	Parcial	72-75,78-79	Actualmente não existem iniciativas para mitigar estes impactos, já que estes não são considerados materiais para a nossa actividade. Utilização de matérias, utilização de água, efluentes, ruído e resíduos	Não material	O consumo da electricidade produzida não tem efeitos significativos sobre o ambiente	
EN27	Percentagem recuperada de produtos vendidos e respectivas embalagens, por categoria.	Não			Não aplicável	Não diz respeito ao negócio da empresa, visto que o produto final é energia eléctrica	
Cumprimento							
EN28	Valor monetário de multas relevantes e número total de sanções não monetárias pelo incumprimento das leis e regulamentos ambientais	Completa	No que diz respeito a sanções ambientais no período em análise, a EDP Renováveis sofreu 4 sanções não significativas, com um valor total de €10.780				
Transporte							
EN29	Impactes ambientais significativos, resultantes do transporte de produtos e outros bens ou matérias-primas utilizados nas operações da organização, bem como o transporte de colaboradores	Completa	78				
Geral							
EN30	Total de custos e investimentos totais em protecção ambiental, por tipo	Parcial	15,72	Investimentos não especificados por tipo: alienação de resíduos, tratamento de emissões, custos de prevenção e remediação, custos de gestão ambiental			2014

Refº GRI	Descrição	Inclusão no relatório	Remissão / referência directa	Quando aplicável, indicar a parte não incluída no relatório	Motivo para a omissão	Explicação	A reportar em
	Práticas laborais e trabalho decente						
	Emprego						
LA1 _{COMM}	Mão-de-obra total, por tipo de emprego, contrato de trabalho e região	Completa	87-88				
LA2 _{COMM}	Número total e taxa de rendimento dos empregados, por faixa etária, género e região	Completa	87				
EU17	Número de dias de trabalho dos empreiteiros e subempreiteiros em actividades de construção, operação e manutenção	Parcial	496.338 dias de trabalho dos nossos empreiteiros	Sem dados relativos a subempreiteiros			
EU18	Percentagem dos trabalhadores de entidades contratadas e subcontratadas que frequentaram acções de formação relevantes de saúde e segurança	Completa	94				
LA3	Benefícios oferecidos aos empregados a tempo inteiro que não sejam disponibilizados aos trabalhadores temporários ou a tempo parcial, por operações de maior relevo	Completa	91-93				
	Relações laborais/gestão						
LA4 _{COMM}	Percentagem de trabalhadores abrangidos por acordos de contratação colectiva	Completa	91				
LA5	Prazos mínimos de notificação prévia em relação a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento é mencionado nos acordos de contratação colectiva.	Completa	91				
	Saúde e segurança no trabalho						
LA6	Percentagem da totalidade da mão-de-obra representada em comissões formais de segurança e saúde, que ajudam na acompanhamento e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde profissional	Completa	95				
LA7 _{COMM}	Taxa de lesões, doenças profissionais, dias de perdidos, absentismo e número total de mortes relacionadas com o trabalho, por região	Parcial	95 Número total de trabalhadores das entidades contratadas: Europa: 1.714 América do Norte: 934	A empresa não reporta a taxa de doenças profissionais e a taxa de absentismo			2015
LA8	Programas em curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controlo de risco, em curso, para garantir assistência aos trabalhadores, às suas famílias ou aos membros da comunidade afectados por doenças graves	Completa	89,94	A empresa não reporta se tem colaboradores que desempenhem actividades sujeitas a um elevado risco ou incidência de doenças graves			2015
LA9	Temas de saúde e segurança cobertos por acordos formais com sindicatos	Completa	A maioria dos acordos colectivos de trabalho da empresa endereçam os direitos e obrigações dos colaboradores no que compete a saúde e segurança				
	Formação e ensino						
LA10	Média de horas de formação, por ano, por empregado, por categoria de funções	Parcial	89 Formação e Ensino Número médio de horas de formação por colaborador: 34,7	Dados não divididos por categoria profissional			2014
LA11	Programas para a gestão de competências e aprendizagem contínua que apoiam a continuidade da empregabilidade dos colaboradores e para a gestão de carreira	Parcial	89	A empresa não reporta os programas de transição para apoiar colaboradores que se reformam ou planos de pré-reforma para os colaboradores que pretendem reformar-se; nem a formação daqueles que pretendem continuar a trabalhar; nem pagamentos por ruptura (tendo em consideração a idade e o número de anos de serviço do colaborador); nem serviços de re-localização; nem assistência na transição para uma vida não activa	Não material	A nossa força de trabalho é jovem, e a empresa não se deparará com estes temas num futuro próximo	
LA12	Percentagem de colaboradores que recebem, regularmente, análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira	Completa	89				
	Diversidade e igualdade de oportunidades						
LA13	Composição dos órgãos sociais da empresa e relação dos trabalhadores por categoria, de acordo com o género, a faixa etária, as minorias e outros indicadores de diversidade	Parcial	88,118-121	A empresa não reporta a percentagem de colaboradores ou membros do governo societário que pertencem a grupos minoritários	Não material	Não existem grupos minoritários significativos na empresa	
LA14	Rácio do salário-base entre homens e mulheres, por categoria funcional	Completa	88				



avaliação da gri

Refº GRI	Descrição	Inclusão no relatório	Remissão / referência directa	Quando aplicável, indicar a parte não incluída no relatório	Motivo para a omissão	Explicação	A reportar em
	Direitos humanos						
	Investimento e práticas de intervenção						
HR1	Percentagem e número total de contratos de investimento significativos que incluam cláusulas referentes aos direitos humanos ou que foram submetidos a análise referentes aos direitos humanos.	Completa	28-29				
HR2	Percentagem dos principais fornecedores e empresas contratadas que foram submetidos a avaliações relativas a direitos humanos e medidas tomadas	Completa	28-29				
HR3	Número total de horas de formação em políticas e procedimentos relativos a aspectos dos direitos humanos relevantes para as operações, incluindo a percentagem de colaboradores que beneficiaram de formação	Completa	28 A EDP Renováveis não ministrou formação adicional específica sobre direitos humanos				
	Não discriminação						
HR4	Número total de casos de discriminação e acções tomadas	Completa	29				
	Liberdade de associação e contratação colectiva						
HR5 _{COMM}	Operações em que exista um risco significativo de impedimento ao livre exercício da liberdade de associação e realização de acordos de contratação colectiva, e medidas que contribuam para a sua eliminação	Completa	29				
	Trabalho infantil						
HR6	Operações em que exista um risco significativo de ocorrência de trabalho infantil, e medidas que contribuam para a sua eliminação	Completa	28				
	Trabalho forçado ou escravo						
HR7	Operações em que exista um risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou escravo, e medidas que contribuam para a sua eliminação	Completa	28				
	Direitos dos povos indígenas						
HR9	Número total de incidentes que envolvam a violação de direitos de pessoas indígenas e acções tomadas	Completa	29				
	Responsabilidade Social						
	Comunidade						
SO1 _{COMM}	Natureza, âmbito e eficácia dos programas e práticas que avaliam e gerem os impactos das operações sobre as comunidades, incluindo no momento da sua instalação durante a operação e no momento da retirada	Completa	82-86				
EU22	Número de pessoas física ou economicamente deslocadas e sua compensação, por tipo de projecto	Não			Não aplicável	A empresa não tem colaboradores deslocalizados	
	Corrupção						
SO2	Percentagem e número total de unidades de negócio analisadas relativamente a riscos relacionados com a corrupção	Completa	29				
SO3	Percentagem de colaboradores que tiveram formação sobre práticas e procedimentos anti-corrupção	Completa	29 A EDP Renováveis não oferece formação específica sobre corrupção				
SO4	Acções tomadas em resposta a incidentes de corrupção	Completa	29				
	Políticas públicas						
SO5	Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e em grupos de pressão	Completa	31				
SO6	Valor total de contribuições financeiras ou em espécie para partidos políticos, políticos ou instituições relacionadas, por país	Completa	31				
	Concorrência desleal						
SO7	Número total de acções judiciais por concorrência desleal, antitrust e práticas de monopólio, bem como os seus resultados	Completa	29				
	Cumprimento						
SO8	Montantes das coimas significativas e número total de sanções não monetárias por incumprimento das leis e regulamentos ambientais	Completa	29				

Refº GRI	Descrição	Inclusão no relatório	Remissão / referência directa	Quando aplicável, indicar a parte não incluída no relatório	Motivo para a omissão	Explicação	A reportar em
	Responsabilidade sobre os produtos						
	Saúde e segurança dos clientes						
PR1 COMM	Fases do ciclo de vida dos produtos e serviços em que os impactos na saúde e segurança são avaliados para melhoria e a percentagem dos produtos e serviços relevantes que são submetidos a esses procedimentos	Não			Não aplicável	O negócio da empresa e as suas iniciativas de saúde e segurança concentram-se na produção de energia e não no seu consumo final	
PR2	Número total de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos aos impactes, na saúde e segurança, dos produtos e serviços durante o respectivo ciclo de vida, discriminado por tipo de resultado	Não			Não aplicável	O negócio da empresa e as suas iniciativas de saúde e segurança concentram-se na produção de energia e não no seu consumo final	
EU25	Número de lesões e mortes para o público que envolvam activos da empresa, incluindo sentenças judiciais, acordos e processos judiciais pendentes cujo objecto sejam doenças profissionais	Completa	29				
	Rotulagem de produtos e serviços						
PR3	Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por regulamentos, e a percentagem de produtos e serviços significativos sujeitos a tais requisitos	Não			Não aplicável	Não diz respeito ao negócio da empresa	
PR4	Número total de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos à informação e rotulagem de produtos e serviços, discriminados por tipo de resultado	Não			Não aplicável	Não diz respeito ao negócio da empresa	
PR5	Práticas relacionadas com a satisfação do consumidor, incluindo resultados de inquéritos de medição da satisfação dos consumidores	Não			Não aplicável	Não diz respeito ao negócio da empresa	
	Comunicação e marketing						
PR6	Programas de observância das leis, normas e códigos voluntários relacionados com comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio	Parcial	29,37 A produção de energia eólica da empresa não está sujeita a questionários de stakeholders nem a debate público	A empresa não reporta a frequência com que revê estas normas e códigos			2014
PR7	Número total de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultado	Completa	29,37				
	Privacidade dos clientes						
PR8	Número total de reclamações com fundamento relativas à violação da privacidade de clientes	Não	29		Não aplicável	Não diz respeito ao negócio da empresa	
PR9	Montante das coimas (significativas) por incumprimento de leis e regulamentos relativos ao fornecimento e utilização de produtos e serviços.	Completa	29				
	Acesso						
EU26	Percentagem de população não abrangida pela distribuição autorizada ou áreas de serviço	Não			Não aplicável	Não diz respeito ao negócio da empresa	
EU27	Número de cortes no fornecimento por falta de pagamento, repartidos por duração do corte e por regime regulatório	Não			Não aplicável	Não diz respeito ao negócio da empresa	
EU28	Frequência do período de interrupção no fornecimento de energia eléctrica	Não			Não aplicável	Não diz respeito ao negócio da empresa	
EU29	Duração média do período de interrupção no fornecimento de energia eléctrica	Não			Não aplicável	Não diz respeito ao negócio da empresa	
EU30	Factor médio de disponibilidade das centrais de produção, por fonte de energia e por país ou regime regulador	Não			Não aplicável	Não diz respeito ao negócio da empresa	

relatório de revisão independente



KPMG Asesores S.L.
Edificio Torre Europa
Paseo de la Castellana, 95
28046 Madrid

**Relatório Independente de Garantia de Fiabilidade
para a Direcção da EDP Renováveis S.A.**

(Tradução livre da versão em Castelhano.
Em caso de discordância, prevalece a versão em Castelhano.)

Fomos contratados pela Comissão Executiva da EDP Renováveis, S.A. para realizar um trabalho de garantia limitada de fiabilidade sobre a informação não financeira constante do Relatório e Contas da EDP Renováveis S.A. (doravante “EDP Renováveis”), nomeadamente nos capítulos “Visão geral” “Desempenho Operacional” “Desempenho Ambiental” “Desempenho Social” (“Relatório”), para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010.

A Comissão Executiva da EDP Renováveis é responsável pela preparação e apresentação do Relatório em conformidade com as Directrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade (“Sustainability Reporting Guidelines (G3)” do Global Reporting Initiative (GRI), conforme referido no capítulo “Avaliação GRI” do Relatório, e pela informação e asserções incluídas no mesmo, pela determinação dos objectivos da EDP Renováveis no que respeita ao desempenho e relato relacionados com a sustentabilidade e pela implementação e manutenção de sistemas de gestão do desempenho e de controlo interno apropriados dos quais é obtida a informação relatada.

A nossa responsabilidade consiste em executar o trabalho de garantia limitada de fiabilidade e expressar uma conclusão baseada no trabalho efectuado que se refere exclusivamente à informação correspondente ao ano de 2010. O nosso trabalho foi efectuado de acordo com a Norma Internacional sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade “ISAE 3000 – Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Exames Simplificados de Informação Financeira Histórica” emitida pelo *International Auditing and Assurance Standards Board da International Federation of Accountants* e também de acordo com as linhas de orientação do *Instituto de Censores Jurados de Cuentas de España*. Estas normas requerem o cumprimento dos requisitos éticos aplicáveis, incluindo requisitos de independência, e que o trabalho seja planeado e executado com o objectivo de obter garantia limitada de fiabilidade sobre se o Relatório está isento de distorções materialmente relevantes. Conduzimos este trabalho de acordo com os requisitos de independência incluídos no *IFAC - Code of Ethics for Professional Accountants* que especifica requisitos no que diz respeito a integridade, objectividade, confidencialidade, qualificações profissionais e conduta.

Um trabalho de garantia limitada de fiabilidade sobre um relatório de sustentabilidade consiste em indagações, principalmente aos responsáveis pela preparação da informação apresentada no Relatório, na execução de procedimentos analíticos e outros procedimentos para obtenção de evidência, conforme apropriado. Esses procedimentos incluíram:

- Realização de entrevistas com os responsáveis e colaboradores relevantes, ao nível operacional e corporativo, sobre a estratégia de sustentabilidade e as políticas para aspectos materialmente relevantes, e implementação destas nas diversas áreas de negócio;
- Realização de entrevistas com colaboradores relevantes, ao nível operacional e corporativo, responsáveis pela preparação da informação do Relatório;
- Análise aos processos de compilação e controlo interno relativo à informação quantitativa reflectida no Relatório e na verificação da fiabilidade da informação através de processos analíticos e de testes aos controlos por amostragem;

- Leitura da informação apresentada no Relatório de forma a determinar se está de acordo com o nosso conhecimento geral da, e experiência com, a performance de sustentabilidade da EDP Renováveis;
- Comparação da informação financeira incluída no Relatório com as contas anuais da EDP Renováveis, auditadas por terceiras partes independentes;

Os procedimentos de recolha de prova, efectuados num trabalho de garantia limitada de fiabilidade, são mais limitados do que num trabalho de garantia razoável de fiabilidade e por isso é obtida menor garantia de fiabilidade. Este relatório não tem como objectivo emitir uma opinião de auditoria.

A nossa equipa multidisciplinar incluiu especialistas em aspectos sociais, ambientais e económicos.

Com base no trabalho efectuado, conforme descrito nos parágrafos anteriores, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação referida no Relatório e Contas da EDP Renováveis, nomeadamente nos capítulos “Visão geral” “Desempenho Operacional” “Desempenho Ambiental” “Desempenho Social” para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010, não esteja isento de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com as Directrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade (“*Sustainability Reporting Guidelines (G3)*”) do *Global Reporting Initiative* (GRI), conforme referido no capítulo “Avaliação GRI” do Relatório.

Apresentamos à Comissão Executiva da EDP Renováveis um relatório interno com as nossas constatações e recomendações.

KPMG Asesores, S.L.

(Assinado)

José Luis Blasco Vázquez
Sócio

18 de Março de 2011

governo da sociedade

112	DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO
117	Declaração de conformidade com os requisitos de independência
118	ESTRUTURA DE GOVERNO DA SOCIEDADE
118	Modelo de administração e supervisão
118	Órgãos sociais
121	Comissão de auditoria e controlo
122	Organigrama funcional
123	Declaração sobre a estrutura de governo
123	ESTRUTURA ACCIONISTA
123	Estrutura de capital
123	Estrutura accionista
124	Titulares de participações qualificadas
124	SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLO
124	Estrutura, competências e funcionamento do conselho de administração
126	Estrutura, competências e funcionamento das comissões
128	Comissão de auditoria e controlo
129	Incompatibilidades e independência
130	Regras de nomeação e destituição dos membros do conselho de administração e da comissão de auditoria e controlo
130	Negócios entre a sociedade e os membros dos órgãos sociais da sociedade ou de outras sociedades do grupo
132	Sistemas de controlo interno e de gestão de riscos
139	Auditor externo
139	Política de comunicação de irregularidades
140	EXERCÍCIO DOS DIREITOS DOS ACCIONISTAS
140	Descrição e competências da assembleia geral de accionistas
141	Direito de participação
141	Voto e exercício do direito de voto
141	Exercício do direito de voto por correspondência e por meios electrónicos
141	Quórum constitutivo e deliberativo da assembleia geral
141	Mesa da assembleia geral
142	Actas e informação sobre as deliberações adoptadas
142	Medidas relativas ao controlo e à mudança de controlo da sociedade
142	Assembleia geral de accionistas de 2010
143	REMUNERAÇÕES
143	Remuneração dos membros do conselho de administração e dos membros da comissão de auditoria e controlo
143	Componente baseada no desempenho, componente variável e montante fixo
143	Remuneração anual do conselho de administração e da comissão de auditoria e controlo
144	Declaração sobre a política de remunerações
144	Avaliação da assembleia geral no que respeita à política de remuneração da sociedade e à avaliação do desempenho dos órgãos sociais
144	Presença na assembleia geral ordinária de accionistas de um representante da comissão de nomeações e remunerações
144	Proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de acções e/ou de opções de aquisição ou com base nas variações do preço das acções
144	Remuneração do auditor
145	MERCADO DE CAPITALIS
145	Desempenho das acções e política de dividendos
146	Comunicação com o mercado de capitais
149	ANEXO I
150	ANEXO II
151	ANEXO III
152	ANEXO IV
157	ANEXO V





governo da sociedade

O. DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

A EDP Renováveis, S.A. (doravante designada como “EDP Renováveis”, “EDPR” ou “a sociedade”) é uma empresa de direito espanhol cotada no mercado português. A organização societária da EDP Renováveis está sujeita assim às recomendações contidas no “Código de Governo das Sociedades” aprovado pela CMVM (Comissão de Mercado de Valores Mobiliários) em Janeiro de 2010. Este código de governo societário pode ser consultado no sítio na Internet da CMVM (www.cmvm.pt).

A EDP Renováveis declara adoptar, de forma integral, as Recomendações da CMVM sobre o governo das sociedades cotadas constantes do “Código de Governo das Sociedades”, salvo no que respeita à Recomendação II.2.2. do aludido código, as quais não são adoptadas pelos motivos abaixo enunciados.

Na tabela seguinte, identificam-se as recomendações da CMVM previstas no referido código, especificando-se se as mesmas foram ou não adoptadas integralmente pela EDP Renováveis, e o local no presente relatório onde as mesmas são descritas mais detalhadamente.

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO		
Recomendação	Informação sobre a adopção	Descrição no Relatório
I. ASSEMBLEIA GERAL		
I.1 Mesa da Assembleia Geral		
I.1.1 O Presidente da mesa da assembleia geral deve dispor de recursos humanos e logísticos de apoio que sejam adequados às suas necessidades, considerada a situação económica da sociedade.	Adoptada	4.6
I.1.2 A remuneração do Presidente da mesa da assembleia geral deve ser divulgada no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.	Adoptada	4.6
I.2 Participação na assembleia		
I.2.1 A antecedência imposta para a recepção, pela mesa, das declarações de depósito ou bloqueio das acções para a participação em assembleia geral não deve ser superior a cinco dias úteis.	Adoptada	4.2
I.2.2 Em caso de suspensão da reunião da assembleia geral, a sociedade não deve obrigar ao bloqueio durante todo o período que medeia até que a sessão seja retomada, devendo bastar-se com a antecedência exigida na primeira sessão.	Adoptada	4.2
I.3 Voto e exercício do direito de voto		
I.3.1 As sociedades não devem prever qualquer restrição estatutária ao voto por correspondência e, quando adoptado e admissível, ao voto por correspondência electrónico.	Adoptada	4.4
I.3.2 O prazo estatutário de antecedência para a recepção da declaração de voto emitida por correspondência não deve ser superior a três dias úteis.	Adoptada	4.4
I.3.3 As sociedades devem assegurar a proporcionalidade entre os direitos de voto e a participação accionista, preferencialmente através de previsão estatutária que faça corresponder um voto a cada acção. Não cumprem a proporcionalidade as sociedades que, designadamente: i) tenham acções que não confirmam o direito de voto; ii) estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só accionista ou por accionistas com ele relacionados.	Adoptada	4.3
I.4 Quórum deliberativo		
I.4.1 As sociedades não devem fixar um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.	Adoptada	4.5
I.5 Actas e informação sobre deliberações adoptadas		
I.5.1 Extractos de acta das reuniões da assembleia geral, ou documentos de conteúdo equivalente, devem ser disponibilizados aos accionistas no sítio na Internet da sociedade, no prazo de cinco dias após a realização da assembleia geral, ainda que não constituam informação privilegiada. A informação divulgada deve abranger as deliberações tomadas, o capital representado e os resultados das votações. Estas informações devem ser conservadas no sítio na Internet da sociedade durante pelo menos três anos.	Adoptada	4.7
I.6 Medidas relativas ao controlo das sociedades		
I.6.1 As medidas que sejam adoptadas com vista a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição devem respeitar os interesses da sociedade e dos seus accionistas. Os Estatutos das sociedades que, respeitando esse princípio, prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único accionista, de forma individual ou em concertação com outros accionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, será sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.	Adoptada	4.8

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO		
Recomendação	Informação sobre a adopção	Descrição no Relatório
I.6.2 Não devem ser adoptadas medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração, prejudicando dessa forma a livre transmissibilidade das acções e a livre apreciação pelos accionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.	Não aplicável	-
II. ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO		
II.1 Temas gerais		
II.1.1 Estrutura e competência		
II.1.1.1 O órgão de administração deve avaliar no seu relatório anual sobre o Governo da Sociedade o modelo adoptado, identificando eventuais constrangimentos ao seu funcionamento e propondo medidas de actuação que, no seu juízo, sejam idóneas para os superar.	Adoptada	1.1 / 1.5
II.1.1.2 As sociedades devem criar sistemas internos de controlo e gestão de riscos, em salvaguarda do seu valor e em benefício da transparência do seu governo societário, que permitam identificar e gerir o risco. Esses sistemas devem integrar, pelo menos, as seguintes componentes: i) fixação dos objectivos estratégicos da sociedade em matéria de assunção de riscos; ii) identificação dos principais riscos ligados à concreta actividade exercida e dos eventos susceptíveis de originar riscos; iii) análise e mensuração do impacto e da probabilidade de ocorrência de cada um dos riscos potenciais; iv) gestão do risco com vista ao alinhamento dos riscos efectivamente incorridos com a opção estratégica da sociedade quanto à assunção de riscos; v) mecanismos de controlo da execução das medidas de gestão de risco adoptadas e da sua eficácia; vi) adopção de mecanismos internos de informação e comunicação sobre as diversas componentes do sistema e de alertas de riscos; vii) avaliação periódica do sistema implementado e adopção das modificações que se mostrem necessárias.	Adoptada	3.7
II.1.1.3 O órgão de administração deve assegurar a criação e funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos, cabendo ao órgão de fiscalização a responsabilidade pela avaliação do funcionamento destes sistemas e propor o respectivo ajustamento às necessidades da sociedade.	Adoptada	3.3.2 / 3.7
II.1.1.4 As sociedades devem, no relatório anual sobre o Governo da Sociedade: i) identificar os principais riscos económicos, financeiros e jurídicos a que a sociedade se expõe no exercício da actividade; ii) descrever a actuação e eficácia do sistema de gestão de riscos.	Adoptada	3.7.2
II.1.1.5 Os órgãos de administração e fiscalização devem ter regulamentos de funcionamento os quais devem ser divulgados no sítio na Internet da sociedade.	Adoptada	3.1
II.1.2 Incompatibilidades e independência		
II.1.2.1 O conselho de administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efectiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação da actividade dos membros executivos.	Adoptada	0.1 / 1.2.2 / 3.1.3
II.1.2.2 De entre os Administradores não executivos deve contar-se um número adequado de Administradores independentes, tendo em conta a dimensão da sociedade e a sua estrutura accionista, que não pode em caso algum ser inferior a um quarto do número total de Administradores.	Adoptada	0.1 / 1.2.2
II.1.2.3 A avaliação da independência dos seus membros não executivos feita pelo órgão de administração deve ter em conta as regras legais e regulamentares em vigor sobre os requisitos de independência e o regime de incompatibilidades aplicáveis aos membros dos outros órgãos sociais, assegurando a coerência sistemática e temporal na aplicação dos critérios de independência a toda a sociedade. Não deve ser considerado independente Administrador que, noutro órgão social, não pudesse assumir essa qualidade por força das normas aplicáveis.	Adoptada	0.1
II.1.3 Elegibilidade e nomeação		
II.1.3.1 Consoante o modelo aplicável, o Presidente do conselho fiscal, da Comissão de auditoria ou da Comissão para as matérias financeiras deve ser independente e possuir as competências adequadas ao exercício das respectivas funções.	Adoptada	3.3.1
II.1.3.2 O processo de selecção de candidatos a Administradores não executivos deve ser concebido de forma a impedir a interferência dos Administradores executivos.	Adoptada	3.5
II.1.4 Política de comunicação de irregularidades		
II.1.4.1 A sociedade deve adoptar uma política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas no seu seio, com os seguintes elementos: i) indicação dos meios através dos quais as comunicações de práticas irregulares podem ser feitas internamente, incluindo as pessoas com legitimidade para receber comunicações; ii) indicação do tratamento a ser dado às comunicações, incluindo tratamento confidencial, caso assim seja pretendido pelo declarante.	Adoptada	3.9
II.1.4.2 As linhas gerais desta política devem ser divulgadas no relatório sobre o Governo da Sociedade.	Adoptada	3.9



governo da sociedade

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO		
Recomendação	Informação sobre a adopção	Descrição no Relatório
II.1.5 Remuneração		
II.1.5.1 A remuneração dos membros do órgão de administração deve ser estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses de longo prazo da sociedade, basear-se em avaliação de desempenho e desincentivar a assunção excessiva de riscos. Para este efeito, as remunerações devem ser estruturadas, nomeadamente, da seguinte forma: (i) A remuneração dos Administradores que exerçam funções executivas deve integrar uma componente variável cuja determinação dependa de uma avaliação de desempenho, realizada pelos órgãos competentes da sociedade, de acordo com critérios mensuráveis pré-determinados, que considere o real crescimento da empresa e a riqueza efectivamente criada para os accionistas, a sua sustentabilidade a longo prazo e os riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à actividade da empresa. (ii) A componente variável da remuneração deve ser globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração, e devem ser fixados limites máximos para todas as componentes. (iii) Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos, e o seu pagamento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período. (iv) Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela sociedade. (v) Até ao termo do seu mandato, devem os Administradores executivos manter as acções da sociedade a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com excepção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas acções. (vi) Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos. (vii) Devem ser estabelecidos os instrumentos jurídicos adequados para que a compensação estabelecida para qualquer forma de destituição sem justa causa de Administrador não seja paga se a destituição ou cessação por acordo é devida a desadequado desempenho do Administrador. (viii) A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração não deverá incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho ou do valor da sociedade.	Adoptada	5.1 / 5.2 / 5.3
II.1.5.2 A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2º da Lei nº 28/2009, de 19 de Junho, deve, além do conteúdo ali referido, conter suficiente informação: i) sobre quais os grupos de sociedades cuja política e práticas remuneratórias foram tomadas como elemento comparativo para a fixação da remuneração; ii) sobre os pagamentos relativos à destituição ou cessação por acordo de funções de Administradores.	Adoptada	5.2 / 5.4
II.1.5.3 A declaração sobre a política de remunerações a que se refere o art. 2º da Lei nº 28/2009, deve abranger igualmente as remunerações dos dirigentes na acepção do nº 3 do artigo 248º-B do Código dos Valores Mobiliários e cuja remuneração contenha uma componente variável importante. A declaração deve ser detalhada e a política apresentada deve ter em conta, nomeadamente, o desempenho de longo prazo da sociedade, o cumprimento das normas aplicáveis à actividade da empresa e a contenção na tomada de riscos.	Adoptada	5.4
II.1.5.4 Deve ser submetida à assembleia geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de acções, e/ou de opções de aquisição de acções ou com base nas variações do preço das acções, a membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na acepção do nº 3 do artigo 248º-B do Código dos Valores Mobiliários. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correcta do plano. A proposta deve ser acompanhada do regulamento do plano ou, caso o mesmo ainda não tenha sido elaborado, das condições a que o mesmo deverá obedecer. Da mesma forma devem ser aprovadas em assembleia geral as principais características do sistema de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na acepção do nº 3 do artigo 248º-B do Código dos Valores Mobiliários.	Não aplicável	5.1 / 5.7
II.1.5.5 Não existe.	-	-
II.1.5.6 Pelo menos um representante da Comissão de remunerações deve estar presente nas assembleias gerais de accionistas.	Adoptada	5.6
II.1.5.7 Deve ser divulgado, no relatório anual sobre o Governo da Sociedade, o montante da remuneração recebida, de forma agregada e individual, em outras empresas do grupo e os direitos de pensão adquiridos no exercício em causa.	Adoptada	5.3
II.2 Conselho de Administração		
II.2.1 Dentro dos limites estabelecidos por lei para cada estrutura de administração e fiscalização, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.	Adoptada	3.2.1.2
II.2.2 O conselho de administração deve assegurar que a sociedade actua de forma consentânea com os seus objectivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	Não adoptada ("De acordo com a lei espanhola, as matérias referidas nesta recomendação podem ser delegadas pelo Conselho de Administração na Comissão Executiva. É prática corrente, em Espanha, haver uma delegação de competências alargada, exceptuando os assuntos relacionados com a preparação das contas.")	-

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO		
Recomendação	Informação sobre a adopção	Descrição no Relatório
II.2.3 Caso o Presidente do conselho de administração exerça funções executivas, o Conselho de Administração deve encontrar mecanismos eficientes de coordenação dos trabalhos dos membros não executivos, que designadamente assegurem que estes possam decidir de forma independente e informada, e deve proceder-se à devida explicitação desses mecanismos aos accionistas no âmbito do relatório sobre o Governo da Sociedade.	Adoptada	3.1.3
II.2.4 O relatório anual de gestão deve incluir uma descrição sobre a actividade desenvolvida pelos Administradores não executivos, referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.	Adoptada	3.1.3
II.2.5 A sociedade deve explicitar a sua política de rotação dos pelouros no Conselho de Administração, designadamente do responsável pelo pelouro financeiro, e informar sobre ela no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.	Adoptada	3.5
II.3 Administrador delegado, Comissão executiva e conselho de administração executivo		
II.3.1 Os Administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.	Adoptada	3.1.3 / 3.2.1.3
II.3.2 O Presidente da Comissão executiva deve remeter, respectivamente, ao Presidente do conselho de administração e, conforme aplicável, ao Presidente do conselho fiscal ou da Comissão de auditoria, as convocatórias e as actas das respectivas reuniões.	Adoptada	3.2.1.3
II.3.3 O Presidente do conselho de administração executivo deve remeter ao Presidente do conselho geral e de supervisão e ao Presidente da Comissão para as matérias financeiras, as convocatórias e as actas das respectivas reuniões.	Não aplicável	-
II.4 Conselho geral e de supervisão, Comissão para as matérias financeiras, Comissão de auditoria e conselho fiscal		
II.4.1 O conselho geral e de supervisão, além do exercício das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve desempenhar um papel de aconselhamento, acompanhamento e avaliação contínua da gestão da sociedade por parte do conselho de administração executivo. Entre as matérias sobre as quais o conselho geral e de supervisão deve pronunciar-se incluem-se: i) a definição da estratégia e das políticas gerais da sociedade; ii) a estrutura empresarial do grupo; e iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	Não aplicável	-
II.4.2 Os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, a Comissão para as matérias financeiras, a Comissão de auditoria e o conselho fiscal devem ser objecto de divulgação no sítio da Internet da sociedade, em conjunto com os documentos de prestação de contas.	Adoptada	3.3.4 / 6.2.5
II.4.3 Os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, a Comissão para as matérias financeiras, a Comissão de auditoria e o conselho fiscal devem incluir a descrição sobre a actividade de fiscalização desenvolvida, referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.	Adoptada	3.3.4
II.4.4 O conselho geral e de supervisão, a Comissão de auditoria e o conselho fiscal, consoante o modelo aplicável, devem representar a sociedade, para todos os efeitos, junto do auditor externo, competindo-lhe, designadamente, propor o prestador destes serviços, a respectiva remuneração, zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços, bem assim como ser o interlocutor da empresa e o primeiro destinatário dos respectivos relatórios.	Adoptada	3.3.2
II.4.5 O conselho geral de supervisão, a Comissão de auditoria e o conselho fiscal, consoante o modelo aplicável, devem anualmente avaliar o auditor externo e propor à assembleia geral a sua destituição sempre que se verifique justa causa para o efeito.	Adoptada	3.3.2 / 3.8
II.4.6 Os serviços de auditoria interna e os que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de <i>compliance</i>) devem reportar funcionalmente à Comissão de Auditoria, ao Conselho Geral e de Supervisão ou, no caso das sociedades que adoptem o modelo latino, a um Administrador independente ou ao Conselho Fiscal, independentemente da relação hierárquica que esses serviços mantenham com a administração executiva da sociedade.	Adoptada	3.3.2
II.5 Comissões especializadas		
II.5.1 Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração e o conselho geral e de supervisão, consoante o modelo adoptado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para: i) assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos Administradores executivos e para a avaliação do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes; ii) reflectir sobre o sistema de governo adoptado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria; iii) identificar atempadamente potenciais candidatos com o elevado perfil necessário ao desempenho de funções de Administrador.	Adoptada	1.1 / 1.5 / 3.2.2.2 / 3.3.2



governo da sociedade

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO		
Recomendação	Informação sobre a adopção	Descrição no Relatório
II.5.2 Os membros da Comissão de remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração e incluir pelo menos um membro com conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração.	Não aplicável ("Os membros da Comissão de Nomeações e Remunerações são membros do Conselho de Administração. No entanto, os seus membros são considerados independentes, e não pertencem assim à Comissão Executiva. Em conformidade com os artigos 23º e 217º da Lei das Sociedades de Capital espanhola, o esquema de remuneração dos Administradores deve ser fixado nos Estatutos da sociedade. Em Espanha, é prática corrente decidir em assembleia geral de accionistas a remuneração que compete a o Conselho de Administração, cabendo depois a este a decisão sobre o montante que deve ser atribuído a cada um dos Administradores.")	1.2.6.2 / 3.2.2.1
II.5.3 Não deve ser contratada para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou colectiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do Conselho de Administração, ao próprio Conselho de Administração da sociedade ou que tenha relação actual com consultora da empresa. Esta recomendação é aplicável igualmente a qualquer pessoa singular ou colectiva que com aquelas se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.	Adoptada	3.2.2
II.5.4 Todas as comissões devem elaborar actas das reuniões que realizem.	Adoptada	3.2.1.3 / 3.2.2.3 / 3.2.3.3 / 3.3.3
III. INFORMAÇÃO E AUDITORIA		
III.1 Deveres gerais de informação		
III.1.1 As sociedades devem assegurar a existência de um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos accionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores. Para tal deve a sociedade manter um gabinete de apoio ao investidor.	Adoptada	6.2.1 / 6.2.2
III.1.2 A seguinte informação disponível no sítio da Internet da sociedade deve ser divulgada em inglês: a) A firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e os demais elementos mencionados no artigo 171º do Código das Sociedades Comerciais; b) Estatutos; c) Identidade dos titulares dos órgãos sociais e do representante para as relações com o mercado; d) Gabinete de Apoio ao Investidor, respectivas funções e meios de acesso; e) Documentos de prestação de contas; f) Calendário semestral de eventos societários; g) Propostas apresentadas para discussão e votação em assembleia geral; h) Convocatórias para a realização de assembleia geral.	Adoptada	6.2.5
III.1.3. As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respectivamente de quatro ou três anos. A sua manutenção além deste período deverá ser fundamentada num parecer específico do órgão de fiscalização que pondere expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição.	Adoptada	3.8
III.1.4. O auditor externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da sociedade.	Adoptada	3.8
III.1.5. A sociedade não deve contratar ao auditor externo, nem a quaisquer entidades que com ele se encontrem em relação de participação ou que integrem a mesma rede, serviços diversos dos serviços de auditoria. Havendo razões para a contratação de tais serviços – que devem ser aprovados pelo órgão de fiscalização e explicitadas no seu relatório anual sobre o Governo da Sociedade – eles não devem assumir um relevo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à sociedade.	Adoptada	5.8
IV. CONFLITOS DE INTERESSES		
IV.1 Relações com accionistas		
IV.1.1 Os negócios da sociedade com accionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser realizados em condições normais de mercado.	Adoptada	3.6
IV.1.2 Os negócios de relevância significativa com accionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser submetidos a parecer prévio do órgão de fiscalização. Este órgão deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância destes negócios e os demais termos da sua intervenção.	Adoptada (De acordo com a lei espanhola e a estrutura de governo adoptada pela Sociedade, estas funções foram delegadas pelo Conselho de Administração na Comissão de Operações entre Partes Relacionadas e na Comissão de Auditoria e Controlo.)	3.2.3.2 / 3.3.2

0.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM OS REQUISITOS DE INDEPENDÊNCIA

O artigo 20.2 dos Estatutos da EDP Renováveis define como Administradores independentes aqueles que possam desempenhar as suas funções sem estarem condicionados por relações com a sociedade, os seus accionistas significativos ou os seus dirigentes, e que cumpram os outros requisitos exigidos pela legislação aplicável.

No âmbito desta declaração de conformidade com os requisitos de independência, e para permitir a comparação entre a

EDP Renováveis e as outras sociedades cotadas no mercado Eurolist by Euronext Lisbon, no que toca ao cumprimento das recomendações de governo das sociedades, considerámos também os critérios de avaliação da independência e incompatibilidades estabelecidos nos artigos 414-A n.º 1, excepto o parágrafo b), 414 n.º 5 e 423-B n.º 4 do “Código das Sociedades Comerciais” português. Assim, o Conselho de Administração da EDP Renováveis considera que os seguintes Administradores cumprem cumulativamente: (i) estes requisitos de independência exigidos pela lei e pelos Estatutos; e (ii) também os restantes critérios de incompatibilidades conforme se encontram legalmente definidos.

Nome	Cargo	Data de Nomeação	Fim do Mandato
António Nogueira Leite	Administrador (Independente) Presidente da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas	04-06-2008	04-06-2011
Daniel M. Kammen	Administrador (Independente)	04-06-2008	04-06-2011
Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda	Administrador (Independente) Membro da Comissão de Auditoria e Controlo	04-06-2008	04-06-2011
Gilles August	Administrador (Independente)	14-04-2009	14-04-2012
João Lopes Raimundo	Administrador (Independente) Membro da Comissão de Nomeações e Remunerações	04-06-2008	04-06-2011
João Mello Franco	Administrador (Independente) Presidente da Comissão de Auditoria e Controlo e Membro da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas	04-06-2008	04-06-2011
Jorge Santos	Administrador (Independente) Presidente da Comissão de Nomeações e Remunerações	04-06-2008	04-06-2011
José Araújo e Silva	Administrador (Independente)	04-06-2008	04-06-2011
José Silva Lopes	Administrador (Independente) Membro da Comissão de Auditoria e Controlo	04-06-2008	04-06-2011
Rafael Caldeira Valverde	Administrador (Independente) Membro da Comissão de Nomeações e Remunerações	04-06-2008	04-06-2011

governo da sociedade

1. ESTRUTURA DE GOVERNO DA SOCIEDADE

1.1. MODELO DE ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

A EDP Renováveis adoptou a estrutura de governo em vigor em Espanha, a qual inclui uma Assembleia Geral de Accionistas, onde se expressam as vontades da sociedade, e um Conselho de Administração que representa e administra a sociedade.

Conforme exigido pela lei e pelos Estatutos, o Conselho de Administração da sociedade estabeleceu quatro diferentes comissões, a saber: a Comissão Executiva, a Comissão de Auditoria e Controlo, a Comissão de Nomeações e Remunerações e a Comissão de Operações entre Partes Relacionadas.

A estrutura de governo da sociedade está exposta no diagrama abaixo.

O modelo de governação da EDP Renováveis foi concebido de forma a garantir, com transparência e rigor, a separação de poderes e a especialização da supervisão. Os órgãos mais importantes no modelo de administração e fiscalização da EDP Renováveis são os seguintes:

- Assembleia Geral de Accionistas;
- Conselho de Administração;
- Comissão Executiva;
- Comissão de Auditoria e Controlo;
- Auditor externo.

O objectivo da adopção desta estrutura de governo pela EDP Renováveis é o de adaptar esta estrutura à legislação portuguesa. O modelo de governação adoptado pela EDP Renováveis pretende assim – até ao ponto em que ele seja compatível com o direito espanhol – corresponder ao chamado modelo “anglo-saxónico”, tal como foi disposto no Código das Sociedades Comerciais português, em que o corpo directivo é um Conselho de Administração, e os deveres de fiscalização e controlo são atribuídos a uma Comissão de Auditoria e Controlo.

A escolha deste modelo baseia-se fundamentalmente na tentativa de garantir a compatibilidade entre os dois regimes jurídicos societários, que podem ser considerados aplicáveis a este modelo.

A prática de funcionamento institucional conhecida sugere que o modelo de governação adoptado pelos accionistas é adequado à organização societária das actividades prosseguidas pela EDP Renováveis, fundamentalmente porque garante a transparência e o equilíbrio entre as funções de gestão da Comissão Executiva, as funções de fiscalização da Comissão de Auditoria e Controlo e a supervisão pelas restantes comissões especializadas do Conselho de Administração.

O relacionamento institucional e funcional entre a Comissão Executiva, a Comissão de Auditoria e Controlo e os outros membros não executivos do Conselho de Administração tem sido de grande harmonia interna, propiciador do desenvolvimento dos negócios da sociedade.

A fim de garantir aos seus accionistas um melhor esclarecimento sobre o modelo de governação da EDP Renováveis, a empresa disponibiliza os seus Estatutos actualizados em www.edprenovaveis.com.

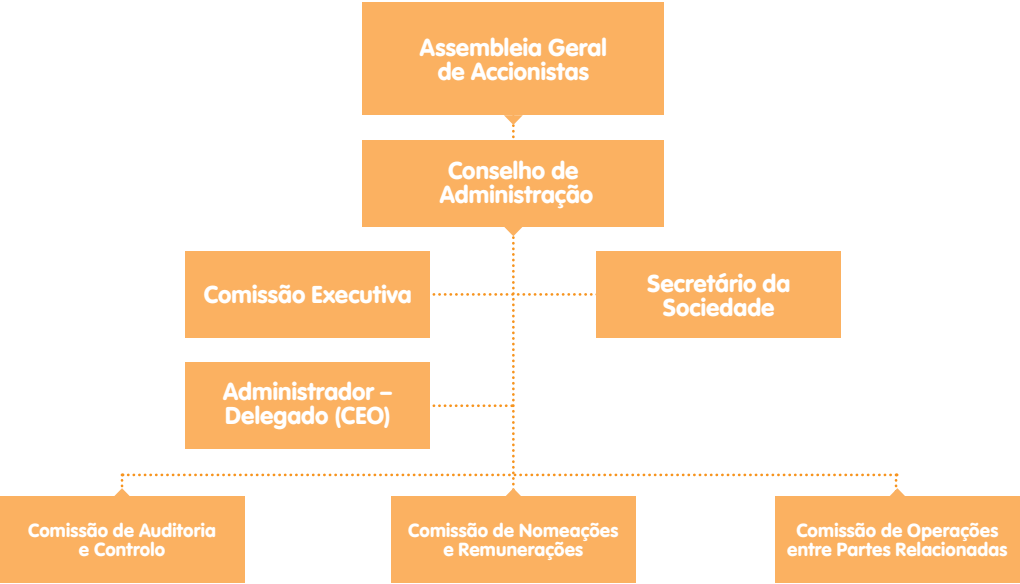
1.2. ÓRGÃOS SOCIAIS

1.2.1. ASSEMBLEIA GERAL

Quando devidamente convocada, a Assembleia Geral tem o poder de decidir e adoptar decisões por maioria dos votos em todos os assuntos que a lei e os Estatutos estabeleçam e que possam ser submetidos à sua aprovação.

A Mesa da Assembleia Geral, através do seu Presidente, é responsável pela organização dos trabalhos da assembleia. Esta é composta pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, pelo Presidente do Conselho de Administração, ou seu substituto, pelos restantes Administradores e pelo Secretário do Conselho de Administração.

A Assembleia Geral Ordinária reúne-se anualmente, nos primeiros seis (6) meses do ano, devendo incluir-se na ordem de trabalhos:



- A avaliação da gestão da sociedade e a aprovação das contas do ano transacto, bem como do respectivo relatório de gestão e da decisão sobre a aplicação dos resultados;
- A nomeação ou renovação do mandato dos membros do Conselho de Administração, de acordo com os Estatutos e as disposições legais vigentes, através da provisão ou eliminação de quaisquer vagas que possam ter ocorrido ou da ratificação dos Administradores que tenham sido nomeados provisoriamente pelo Conselho de Administração;
- A nomeação dos auditores da sociedade;
- A deliberação sobre quaisquer propostas que venham a ser feitas pelo Conselho de Administração;
- Todas as outras matérias estabelecidas pela legislação vigente.

Compete ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral:

- Verificar a válida constituição da Assembleia Geral e a suficiência das delegações de representação outorgadas pelos accionistas;
- Dirigir a reunião de forma que se efectuem as deliberações conforme a ordem de trabalhos;
- Conceder o uso da palavra aos accionistas que o solicitem, podendo retirá-la quando julgue que um assunto está suficientemente debatido;
- Organizar as votações e proclamar os resultados;
- Em geral, todas as faculdades que sejam necessárias para o adequado desenvolvimento da Assembleia ou que estejam reconhecidas na legislação vigente.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral foi nomeado a 4 de Junho de 2008.

Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Rui Chancerelle de Machete

1.2.2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração está investido dos mais amplos poderes para a administração, gestão e governo da sociedade, sem outra limitação que as atribuições expressamente conferidas à exclusiva competência da Assembleia Geral, nos termos da lei e dos Estatutos.

A estrutura, as competências e o funcionamento do Conselho de Administração estão descritas mais aprofundadamente no ponto 3.1. O Conselho de Administração é composto actualmente pelos seguintes dezasseis (16) membros:

Nome	Cargo	Data de Nomeação	Fim do Mandato
António Mexia	Presidente e Administrador	18/03/2008	18/03/2011
Ana Maria Fernandes	Vice-Presidente e Administradora-Delegada	18/03/2008	18/03/2011
António Martins da Costa	Administrador	18/03/2008	18/03/2011
João Manso Neto	Administrador	18/03/2008	18/03/2011
Nuno Alves	Administrador	18/03/2008	18/03/2011
António Nogueira Leite	Administrador (Independente)	04/06/2008	04/06/2011
Daniel M. Kammen	Administrador (Independente)	04/06/2008	04/06/2011
Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda	Administrador (Independente)	04/06/2008	04/06/2011
Gilles August	Administrador (Independente)	14/04/2009	14/04/2012
João Lopes Raimundo	Administrador (Independente)	04/06/2008	04/06/2011
João Manuel de Mello Franco	Administrador (Independente)	04/06/2008	04/06/2011
Jorge Santos	Administrador (Independente)	04/06/2008	04/06/2011
José Araújo e Silva	Administrador (Independente)	04/06/2008	04/06/2011
José Silva Lopes	Administrador (Independente)	04/06/2008	04/06/2011
Manuel Menéndez Menéndez	Administrador	04/06/2008	04/06/2011
Rafael Caldeira Valverde	Administrador (Independente)	04/06/2008	04/06/2011

Os cargos detidos pelos membros do Conselho de Administração nos últimos cinco (5) anos, os cargos que detêm actualmente e os cargos que ocupam em companhias pertencentes e não pertencentes ao Grupo são apresentados nos Anexos I, II e III, respectivamente. No Anexo IV apresentamos uma breve descrição do percurso académico e profissional dos membros do Conselho.

Finalmente, as acções da EDP Renováveis detidas por cada um dos membros do Conselho de Administração são discriminadas na tabela do Anexo V.

1.2.3. PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ao Presidente do Conselho de Administração compete a presidência da sociedade e sua representação, fazendo uso da denominação social, e a execução das resoluções da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e da Comissão Executiva.

Sem prejuízo dos poderes que lhe forem conferidos pela lei e pelos Estatutos, o Presidente do Conselho de Administração detém ainda as seguintes atribuições:

- Convocar e presidir às reuniões do Conselho de Administração, estabelecendo a ordem de trabalhos e conduzindo o debate e as deliberações;
- Servir de representante máximo da sociedade na relação com organismos públicos, e quaisquer entidades sectoriais ou patronais.

governo da sociedade

O Presidente do Conselho de Administração é nomeado pelos membros do Conselho de Administração, excepto quando for expressamente designado pela Assembleia Geral. O actual Presidente do Conselho de Administração foi nomeado a 18 de Março de 2008.

Presidente do Conselho de Administração
António Mexia

Compete ao Vice-Presidente do Conselho de Administração a substituição do Presidente, sempre que este não possa comparecer às reuniões do Conselho. O Conselho de Administração pode também delegar funções executivas no seu Vice-Presidente.

O Vice-Presidente é nomeado pelo Conselho de Administração sob proposta do respectivo Presidente. A actual Vice-Presidente foi nomeada a 18 de Março de 2008.

Vice-Presidente do Conselho de Administração
Ana Maria Fernandes

1.2.4. ADMINISTRADOR-DELEGADO

O Conselho de Administração pode nomear um ou mais Administradores-Delegados (CEO). Os Administradores-Delegados são nomeados sob proposta do Presidente do Conselho de Administração ou de dois terços dos Administradores. Os Administradores-Delegados são nomeados por maioria qualificada de dois terços dos Administradores, e só podem ser escolhidos de entre os membros do Conselho de Administração.

As competências de cada um dos Administradores-Delegados são aquelas que o Conselho de Administração venha a considerar necessárias em cada caso, com a ressalva de que a delegação de competências seja feita sempre de acordo com a lei e os Estatutos.

A actual Administradora-Delegada única foi nomeada a 4 de Junho de 2008, e as suas competências incluem, a coordenação e implementação das decisões do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, o acompanhamento, condução e coordenação da equipa de gestão nomeada pela Comissão Executiva, a representação da sociedade nas relações comerciais com terceiros e outras funções afins.

Administradora-Delegada (CEO)
Ana Maria Fernandes

1.2.5. SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

Os deveres do secretário da sociedade encontram-se dispostos na lei, nos Estatutos e nos regulamentos do Conselho de Administração. Em particular, as suas atribuições, de acordo com os regulamentos do Conselho e para além daquelas atribuídas nos Estatutos, são as seguintes:

- Prestar assistência ao Presidente do Conselho de Administração no desempenho das suas funções;
- Zelar pelo bom funcionamento do Conselho, ocupando-se de assessorar e informar o mesmo e os seus membros;
- Custodiar a documentação social;

- Indicar devidamente nos livros de actas o desenvolvimento das sessões do Conselho e dar fé das decisões das mesmas;
- Garantir, a todo o tempo, a legalidade formal e material das actuações do Conselho e providenciar que as mesmas estejam de acordo com os Estatutos e com os regulamentos do Conselho;
- Seguir e verificar o cumprimento das disposições emanadas dos organismos reguladores e considerar as suas recomendações;
- Actuar como secretário das várias comissões.

O actual secretário da sociedade, que ocupa também os cargos de secretário-geral e director do Departamento Jurídico da EDP Renováveis, foi nomeado a 4 de Dezembro de 2007.

Secretário da Sociedade
Emilio García-Conde Noriega

1.2.6. COMISSÕES

A estrutura, competências e funcionamento da Comissão Executiva, da Comissão de Nomeações e Remunerações e da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas são descritas no ponto 3.2. Em todo o caso, a natureza das várias comissões e os nomes dos respectivos membros são apresentadas de seguida.

1.2.6.1. COMISSÃO EXECUTIVA

A Comissão Executiva é um órgão permanente no qual podem ser delegadas todas as competências do Conselho de Administração que sejam delegáveis nos termos da lei e dos Estatutos, com as seguintes excepções:

- Eleição do Presidente do Conselho de Administração;
- Nomeação de Administradores por cooptação;
- Pedido de convocação ou convocação de Assembleias Gerais;
- Elaboração e formulação das Contas Anuais e do Relatório de Gestão a submeter à Assembleia Geral;
- Mudança da sede social; e
- Redacção e aprovação de projectos de fusão, cisão ou transformação da sociedade.

A Comissão Executiva é constituída actualmente por cinco (5) membros, todos eles nomeados a 4 de Junho de 2008, e ainda pelo Secretário do Conselho de Administração.

Comissão Executiva	
Presidente	António Mexia
Administradora-Delegada (CEO)	Ana Maria Fernandes
	António Martins da Costa João Manso Neto Nuno Alves
Secretário	Emilio García-Conde Noriega

Os membros da Comissão Executiva mantêm-se em funções enquanto sejam Administradores da sociedade. No entanto, o Conselho de Administração detém sempre a prerrogativa de os exonerar da Comissão Executiva, da mesma forma que os

próprios membros da Comissão podem renunciar a estas funções, mantendo ainda assim o cargo de Administradores da sociedade.

A estrutura, competências e funcionamento da Comissão Executiva encontram-se descritos no ponto 3.2.1.

1.2.6.2. COMISSÃO DE NOMEAÇÕES E REMUNERAÇÕES

A Comissão de Nomeações e Remunerações é um órgão permanente de natureza consultiva, cujas recomendações não são vinculativas.

A Comissão de Nomeações e Remunerações é constituída actualmente por três (3) membros independentes, todos eles nomeados a 4 de Junho de 2008, e ainda pelo Secretário do Conselho de Administração.

Comissão de Nomeações e Remunerações	
Presidente	Jorge Santos
	João Lopes Raimundo Rafael Caldeira Valverde
Secretário	Emílio García-Conde Noriega

Os membros da Comissão de Nomeações e Remunerações em exercício não têm qualquer relação familiar com os membros do Conselho de Administração, enquanto seus cônjugues, parentes ou afins em linha recta até ao 3.o grau, inclusive.

Os membros da Comissão mantêm-se em funções enquanto sejam Administradores da sociedade. No entanto, o Conselho de Administração detém sempre a prerrogativa de os exonerar, da mesma forma que os próprios membros da Comissão podem renunciar a estas funções, mantendo ainda assim o cargo de Administradores da sociedade.

A estrutura, competências e funcionamento da Comissão de Nomeações e Remunerações são descritos no ponto 3.2.2.

1.2.6.3. COMISSÃO DE OPERAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

A Comissão de Operações entre Partes Relacionadas é um órgão do Conselho de Administração.

A Comissão é constituída actualmente por três (3) membros, todos eles nomeados a 4 de Junho de 2008, e também pelo Secretário do Conselho de Administração.

Comissão de Operações entre Partes Relacionadas	
Presidente	António Nogueira Leite
	João Manuel de Mello Franco João Manso Neto
Secretário	Emílio García-Conde Noriega

Os membros da Comissão mantêm-se em funções enquanto sejam Administradores da sociedade. No entanto, o Conselho de Administração detém sempre a prerrogativa de os exonerar, da mesma forma que os próprios membros da Comissão podem renunciar a estas funções, mantendo ainda assim o cargo de Administradores da sociedade.

A estrutura, competências e funcionamento da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas são descritos no ponto 3.2.3.

1.3. COMISSÃO DE AUDITORIA E CONTROLO

A Comissão de Auditoria e Controlo é um órgão permanente com competência para fiscalizar de forma independente a actuação do Conselho de Administração.

A Comissão de Auditoria e Controlo é constituída actualmente por três (3) membros, todos eles Administradores independentes, nomeados a 4 de Junho de 2008, e ainda pelo Secretário do Conselho de Administração.

Comissão de Auditoria e Controlo	
Presidente	João Manuel de Mello Franco
	Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda José Silva Lopes
Secretário	Emílio García-Conde Noriega

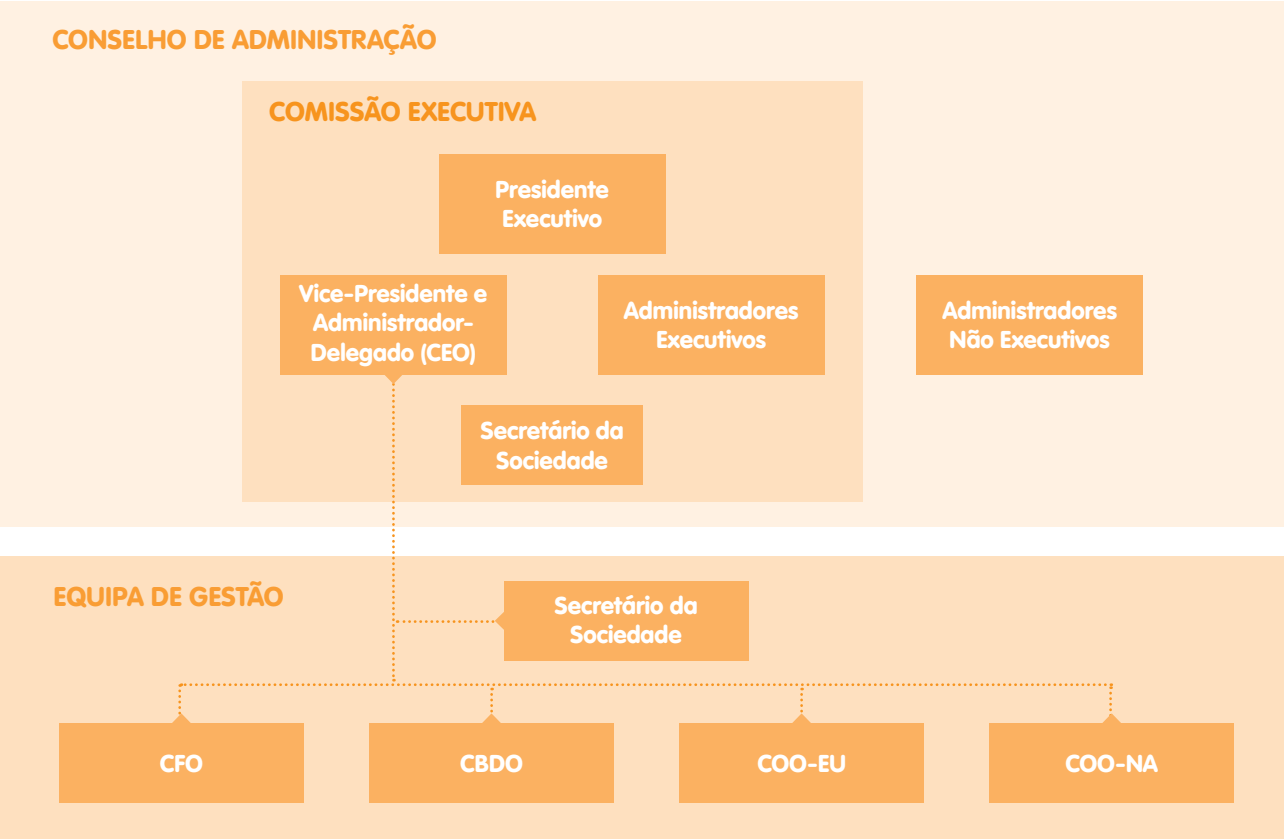
Os membros da Comissão mantêm-se em funções enquanto sejam Administradores da sociedade. No entanto, o Conselho de Administração detém sempre a prerrogativa de os exonerar, da mesma forma que os próprios membros da Comissão podem renunciar a estas funções, mantendo ainda assim o cargo de Administradores da sociedade.

A estrutura, competências e funcionamento da Comissão de Auditoria e Controlo são descritos no ponto 3.3.

governo da sociedade

1.4. ORGANIGRAMA FUNCIONAL

No âmbito da sua gestão, a EDP Renováveis adoptou o seguinte organigrama funcional:



A Equipa de Gestão da EDP Renováveis foi nomeada pela Comissão Executiva a 14 de Outubro de 2008, com o objectivo de garantir a gestão quotidiana da sociedade. A Equipa de Gestão é coordenada pelo Administrador-Delegado (CEO), e compreende quatro áreas de responsabilidade atribuídas nos seguintes *officers* – o *Chief Financial Officer* (CFO), o *Chief Business Development Officer* (CBDO), o *Chief Operating Officer for Europe* (COO-EU) e o *Chief Operating Officer for North America* (COO-NA). É assistida pelo Secretário da Sociedade e Director da Assessoria Jurídica. As funções e competências desta equipa de gestão são as seguintes:

1.4.1. CHIEF FINANCIAL OFFICER (CFO)

Compete ao *Chief Financial Officer* propor e assegurar a implementação da política financeira e de gestão do grupo, incluindo (i) a negociação, gestão e controlo financeiro, (ii) a optimização dos fundos de tesouraria e (iii) a elaboração de propostas sobre a política de gestão de risco financeiro; a organização e preparação do orçamento e plano de negócios do grupo, em conjunto com as suas várias plataformas de negócio; a coordenação dos balanços de contas mensais e das apresentações de resultados, e a análise do desempenho financeiro e operacional do grupo; a condução das relações que o grupo mantém com os seus accionistas, potenciais investidores e analistas de mercado, procurando reforçar o valor das suas acções no mercado de capitais; e a coordenação da política de aquisições do grupo e do seu relacionamento com os principais fornecedores, garantindo a implementação da estratégia de aquisições do grupo.

CFO

Rui Teixeira

1.4.2. CHIEF BUSINESS DEVELOPMENT OFFICER (CBDO)

Compete ao *Chief Business Development Officer* fazer uma avaliação dos potenciais investimentos, promover o incremento do negócio da EDP Renováveis e delinear as directrizes estratégicas de assunção de risco pela sociedade. De acordo com o respectivo plano estratégico e em coordenação com os restantes elementos da equipa de gestão, cabe-lhe optimizar o valor e o perfil de risco do portfolio de negócios do grupo, ao mesmo tempo que acompanha a evolução dos mercados e das novas tecnologias. As suas equipas coordenam e implementam as iniciativas de alargamento a novas oportunidades de negócio em novos países, e são ainda responsáveis pela monitorização e avaliação dos investimentos nas plataformas consolidadas de negócio. Além disso, e no âmbito da equipa de gestão, tornou-se também responsável pelo negócio das renováveis no Brasil, um desenvolvimento recente no portfolio da EDP Renováveis.

CBDO

Luís Adão da Fonseca

1.4.3. CHIEF OPERATING OFFICER FOR EUROPE (COO-EU)

O *Chief Operating Officer for Europe* é responsável pela coordenação da plataforma europeia da EDP Renováveis, através da instituição, desenvolvimento e implementação do plano

estratégico estabelecido pelo grupo para a área de negócio das energias renováveis. Compete-lhe assim delinear e implementar o plano estratégico na Europa, de acordo com as linhas gerais estabelecidas pelo Conselho de Administração da EDP Renováveis, e bem assim planear, organizar e gerir os seus recursos, controlar, avaliar e melhorar a gestão dos projectos em curso e das subsidiárias do grupo, com o objectivo de alcançar os resultados esperados pela sociedade para garantir uma posição de liderança da EDP Renováveis no sector das energias renováveis na Europa.

COO - EU

João Paulo Costeira

1.4.4. CHIEF OPERATING OFFICER FOR NORTH AMERICA (COO-NA)

O *Chief Operating Officer for North America* é responsável pela coordenação da plataforma norte-americana da EDP Renováveis, através da instituição, desenvolvimento e implementação do plano estratégico estabelecido pelo grupo para a área de negócio das energias renováveis. Compete-lhe assim delinear e implementar o plano estratégico na América do Norte, de acordo com as linhas gerais estabelecidas pelo Conselho de Administração da EDP Renováveis, e bem assim planear, organizar e gerir os seus recursos, controlar, avaliar e melhorar a gestão dos projectos em curso e das subsidiárias do grupo, com o objectivo de alcançar os resultados esperados pela sociedade para garantir uma posição de liderança da EDP Renováveis no sector das energias renováveis na América do Norte.

COO - NA

Gabriel Alonso Imaz

1.4.5. SECRETÁRIO DA SOCIEDADE E DIRECTOR DA ASSESSORIA JURÍDICA

Compete-lhe assessorar a Equipa de Gestão a nível legal, administrativo e logístico, garantindo a eficácia do seu funcionamento, aconselhar o grupo em todas as questões jurídicas, assegurando a conformidade com a legislação aplicável, e também prestar acompanhamento legal às reuniões da equipa de gestão, incluindo a difusão das decisões tomadas.

Secretário da Sociedade e Director da Assessoria Jurídica

Emílio García-Conde Noriega

1.5. DECLARAÇÃO SOBRE A ESTRUTURA DE GOVERNO

Em conformidade com a Recomendação II.1.1.1 do Código de Governo das Sociedades Portugueses, e de acordo com os resultados da reflexão conduzida no seio da Comissão de Auditoria e Controlo (ponto 3.3.2) sobre os termos da Recomendação II.5.1 alínea ii), o modelo de governo societário adoptado tem assegurado um desempenho e articulação eficaz dos órgãos sociais da EDP Renováveis, e demonstrou ser adequado à estrutura de governo da sociedade, sem que tenham surgido quaisquer constrangimentos à observância do sistema instituído de *checks and balances* que pudessem pôr em causa as práticas de governação adoptadas pela EDP Renováveis.

2. ESTRUTURA ACCIONISTA

2.1 ESTRUTURA DE CAPITAL

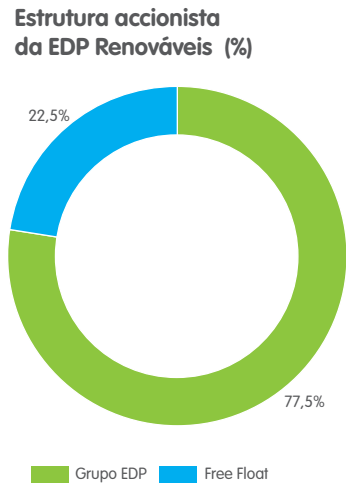
O capital social da EDP Renováveis, no valor de EUR 4.361.540.810 encontra-se repartido por 872.308.162 acções com o valor nominal de EUR 5 cada uma. Todas as acções são da mesma classe e série e estão todas elas subscritas e realizadas. Não há nenhum detentor de direitos especiais.

De acordo com o artigo 8º dos Estatutos da sociedade, não há qualquer restrição à transferência de acções da EDP Renováveis.

Tanto quanto é do conhecimento do Conselho de Administração da EDP Renováveis, não existem actualmente quaisquer acordos parassociais referente à sociedade.

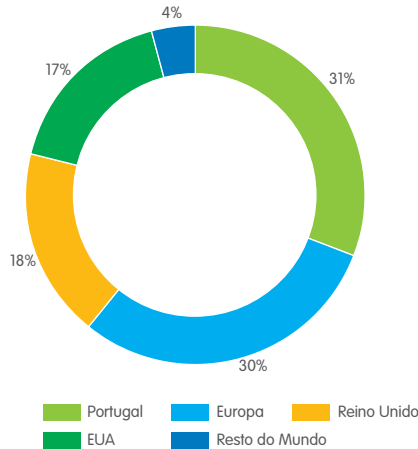
2.2 ESTRUTURA ACCIONISTA

A repartição da estrutura accionista da EDP Renováveis por região e perfil do investidor, a 31 de Dezembro de 2010, era a seguinte:



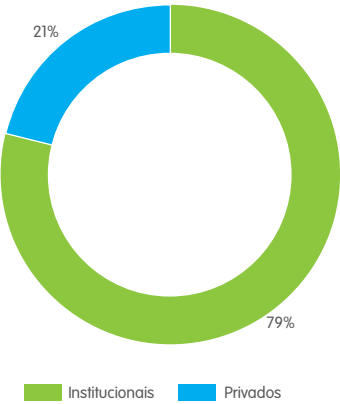
No final de 2010, o *free float* da EDP Renováveis abrange mais de 120 mil investidores institucionais e privados em mais de 50 países, de onde se destacam Portugal, Reino Unido, Estados Unidos da América e resto da Europa. Os investidores institucionais representam 79% do *free float*, com os investidores privados a deterem os restantes 21%.

Repartição geográfica do “free float”



governo da sociedade

Repartição do “free float” por Tipologia de Investidor



2.3. TITULARES DE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

Os titulares de participações qualificadas no capital social da EDP Renováveis estão sujeitos à Lei das Sociedades de Capital espanhola, que estabelece os critérios e os limiares dessas participações qualificadas. À data de 31 de Dezembro de 2010, não foram identificadas quaisquer titulares de participações qualificadas, com a excepção da EDP – Energias de Portugal, S.A. (EDP).

Accionistas	Número de Acções	% do Capital	% dos Votos
EDP – Energias de Portugal, S.A.			
EDP – Energias de Portugal, S.A. Sucursal en España	541,027,156	62.0%	62.0%
Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A.	135,256,700	15.5%	15.5%
Total	676,283,856	77.5%	77.5%

3. SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLO

Conforme disposto nos artigos 10º e 19º e seguintes dos Estatutos da EDP Renováveis, o órgão directivo da sociedade é o Conselho de Administração, do qual emanam quatro comissões. São elas a Comissão Executiva, a Comissão de Auditoria e Controlo, a Comissão de Nomeações e Remunerações e a Comissão de Operações entre Partes Relacionadas.

3.1. ESTRUTURA, COMPETÊNCIAS E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

3.1.1. ESTRUTURA

De acordo com os artigos 20º e 21º dos Estatutos da sociedade, o Conselho de Administração é constituído no mínimo por cinco (5) e no máximo por dezassete (17) Administradores. O seu mandato tem a duração de três (3) anos, podendo ser reeleitos uma ou mais vezes por iguais períodos. O Conselho de Administração é constituído actualmente por dezasseis (16) Administradores, os quais se encontram discriminados no ponto 1.2.2.

3.1.2. COMPETÊNCIAS

De acordo com o artigo 19º dos Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração está investido dos mais amplos poderes para a administração, gestão e governo da sociedade, sem qualquer limitação, excepto nas atribuições expressamente conferidas à exclusiva competência da Assembleia Geral nos termos dos Estatutos ou da legislação aplicável. O Conselho está expressamente habilitado para:

- Adquirir por qualquer título, oneroso ou lucrativo, os bens móveis e imóveis, direitos, acções e participações que convenham à sociedade;
- Alienar, hipotecar ou onerar bens móveis e imóveis, direitos, acções e participações da sociedade e cancelar hipotecas e outros direitos reais;
- Negociar e realizar quantos empréstimos e operações de crédito julgue convenientes;
- Celebrar e formalizar todo o tipo de actos ou contratos com entidades públicas ou com particulares;
- Interpor as acções civis e criminais e de toda a ordem que incumbam à sociedade, representando-a perante funcionários, autoridades, corporações e tribunais governativos, administrativos, económico-administrativos, contencioso-administrativos e judiciais, tribunais do trabalho (*Juzgados de lo Social e Salas de lo Social*) do Supremo Tribunal e dos Tribunais Superiores de Justiça das Comunidades Autónomas, sem limitação alguma, incluindo o Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias; e em geral, perante a Administração Pública em todos os seus graus e hierarquias; intervir ou promover, seguir e terminar, por todos os seus trâmites e instâncias, quaisquer expedientes, juízos ou procedimentos; consentir resoluções, interpor todo o tipo de recursos, incluindo o de cassação e demais extraordinários, desistir ou confessar, transigir, comprometer a árbitros as questões litigiosas, realizar todo o tipo de notificações e requerimentos e conferir poderes a procuradores dos Tribunais e outros mandatários, com as faculdades do caso e as usuais nos poderes gerais para pleitos e os especiais aplicáveis, e revogar estes poderes;

- Decidir a distribuição de dividendos;
- Convocar as Assembleias Gerais e submeter à consideração das mesmas as propostas que julgue procedentes;
- Dirigir a sociedade e a organização das suas operações e explorações, tomando conhecimento do curso dos negócios e operações sociais, gerindo o investimento de fundos, fazendo amortizações extraordinárias de obrigações em circulação e realizando tudo quanto julgue conveniente à melhor prossecução dos fins sociais;
- Nomear e demitir livremente os directores e todo o pessoal técnico e administrativo da empresa, assinalando as suas atribuições e retribuição;
- Decidir as alterações de sede social dentro do mesmo território municipal;
- Constituir e dotar, conforme o direito, todo o tipo de pessoas jurídicas, contribuir e designar todo o tipo de bens e direitos, assim como celebrar contratos de fusão e cooperação, associação, agrupamento e união temporária de empresas ou negócios e de constituição de comunhões de bens, e acordar a sua modificação, transformação e extinção;
- As demais atribuições expressamente atribuídas ao Conselho nos Estatutos ou na legislação aplicável. Esta lista não tem carácter limitativo e tem uma natureza meramente indicativa.

Quanto às decisões sobre aumento do capital social, o Conselho de Administração, sob delegação de poderes da Assembleia Geral, pode decidir pelo aumento do capital uma ou mais vezes. Esta delegação de competências, sujeita a alteração, pode incluir a faculdade de excluir o direito de subscrição preferencial a respeito das emissões de acções que sejam objecto de delegação nos termos e com os requisitos estabelecidos na lei.

Por outro lado, a Assembleia Geral pode também delegar no Conselho de Administração os poderes de implementação de uma decisão previamente adoptada de aumento do capital social, indicando a data ou datas da sua realização e determinando o resto das condições do mesmo que não tenham sido especificadas pela Assembleia Geral. Esta delegação poderá ser objecto de substituição. O Conselho de Administração poderá fazer uso no todo ou em parte desta delegação, inclusivamente não executá-la considerando as condições da sociedade, do mercado ou de quaisquer acontecimentos ou circunstâncias de especial relevância que justifiquem tal decisão, do que deverá ser dado conhecimento à Assembleia Geral uma vez concluído o prazo ou prazos outorgados para a sua execução.

3.1.3. FUNCIONAMENTO

Para além do disposto nos Estatutos e na lei, o Conselho de Administração rege-se pelos regulamentos aprovados a 3 de Maio de 2008. Os regulamentos sobre o funcionamento do Conselho estão disponíveis para consulta dos accionistas da sociedade no sítio da Internet www.edprenovaveis.com.

O Conselho de Administração deve reunir-se pelo menos quatro (4) vezes ao ano, de preferência em cada trimestre. No entanto, o Presidente do Conselho de Administração ou quaisquer três (3) dos seus membros podem convocar uma reunião do Conselho sempre que o considerem necessário para os interesses da sociedade.

No ano que terminou a 31 de Dezembro de 2010, o Conselho de Administração reuniu-se cinco (5) vezes.

As reuniões são convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração, que pode solicitar o envio das convocatórias pelo secretário. As convocatórias deverão ser enviadas com a antecedência mínima de cinco (5) dias. A título excepcional, e quando as circunstâncias assim o exigirem, o Presidente do Conselho de Administração poderá convocar uma reunião do Conselho sem a antecedência requerida.

As reuniões do Conselho de Administração consideram-se válidas sempre que metade mais um dos Administradores em exercício estiverem presentes ou se fizerem representar. Os Administradores devem comparecer pessoalmente às reuniões do Conselho, salvo impedimento excepcional, caso em que poderão solicitar por escrito a sua representação por outro membro do Conselho. Sem prejuízo do acima disposto, considera-se que o Conselho de Administração foi validamente constituído se todos os Administradores presentes ou representados aceitarem por unanimidade a sua validade e a ordem de trabalhos apresentada.

As decisões são tomadas por maioria absoluta dos membros presentes. Cada um dos Administradores presentes ou representados tem direito a um voto, cabendo voto de qualidade ao Presidente, em caso de empate.

Para permitir aos Administradores não executivos uma decisão independente e informada, os artigos 22º, 24º e 25º do regulamento do Conselho de Administração estabelecem os seguintes mecanismos:

- As convocatórias devem incluir a ordem de trabalhos, mesmo que provisória, da reunião, e ser acompanhadas por toda a informação e documentação relevante;
- Os Administradores dispõem das mais amplas faculdades para obter informação sobre qualquer aspecto da sociedade, para examinar os seus livros, registos, documentos e restantes antecedentes das operações da sociedade; por forma a evitar desequilíbrios na gestão da sociedade, o exercício das faculdades de informação deverá ser canalizado através do Presidente ou do secretário do Conselho de Administração;
- Com o fim de ser auxiliado no exercício das suas funções, qualquer Administrador poderá solicitar a contratação, com débito à sociedade, de assessores legais, contabilistas, técnicos, financeiros, comerciais ou outros peritos. Tal solicitação deverá ser necessariamente baseada em problemas concretos de certo relevo e complexidade que se apresentem no desempenho do cargo. A solicitação da contratação de peritos será canalizada através do Presidente ou do secretário do Conselho de Administração, que a submeterão à decisão do Conselho de Administração.

Com os mecanismos assim estabelecidos do regulamento do Conselho, nenhum dos Administradores não executivos se deparou com quaisquer problemas ou dificuldades no desempenho dos seus deveres.

Em 2010, os Administradores não executivos estiveram envolvidos no processo de governo da EDP Renováveis não apenas através das reuniões do Conselho de Administração – onde puderam transmitir os seus pontos de vista sobre os mais diversos assuntos respeitantes à vida da empresa, fizeram quaisquer sugestões que entendessem necessárias, e votaram as matérias que aí

governo da sociedade

lhes foram submetidas –, mas também pela sua participação na Comissão de Nomeações e Remunerações, na Comissão de Operações entre Partes Relacionadas e na Comissão de Auditoria e Controlo, as quais integram exclusivamente Administradores não executivos, com a única excepção da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas, que conta no seu seio com um Administrador executivo, João Manuel Manso Neto.

3.2. ESTRUTURA, COMPETÊNCIAS E FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES

3.2.1. COMISSÃO EXECUTIVA

3.2.1.1. ESTRUTURA

De acordo com o artigo 27º dos Estatutos da sociedade, a Comissão Executiva é constituída por um mínimo de três (3) e um máximo de seis (6) Administradores. A Comissão Executiva é constituída actualmente pelos membros discriminados no ponto 1.2.6.1.

A sua estrutura, a nomeação dos seus membros e a extensão dos poderes que lhe são delegados tem de ser aprovada por uma maioria qualificada de dois terços ($\frac{2}{3}$) dos membros do Conselho de Administração.

3.2.1.2. COMPETÊNCIAS

A Comissão Executiva é um órgão permanente no qual foram delegados todos os poderes do Conselho de Administração passíveis de delegação à luz dos Estatutos e da lei, com as seguintes excepções: i) a eleição do Presidente do Conselho de Administração, ii) a nomeação de Administradores por cooptação, iii) a convocação de Assembleias Gerais, iv) a preparação e formulação das contas anuais e relatórios de gestão e sua apresentação à Assembleia Geral, v) a alteração da sede social, e vi) a preparação e aprovação de projectos de fusão, cisão ou transformação da sociedade.

Os membros da Comissão Executiva receberam a delegação dos poderes de representação da sociedade, pelo que qualquer um deles pode agir solidariamente em nome e representação da sociedade.

3.2.1.3. FUNCIONAMENTO

Para além dos Estatutos, a Comissão Executiva rege-se ainda pelo regulamento aprovado a 4 de Junho de 2008, bem como pelo regulamento do Conselho de Administração. Ambos os regulamentos estão disponíveis para consulta dos Accionistas da sociedade no sítio da Internet www.edprenovaveis.com.

A Comissão Executiva deve reunir-se pelo menos uma vez por mês, e sempre que o seu Presidente o considere necessário. O Presidente tem ainda a prerrogativa de suspender ou adiar as reuniões que entender. A Comissão Executiva reunir-se-á também sempre que pelo menos dois (2) dos seus membros o solicitem. No ano que terminou a 31 de Dezembro de 2010, a Comissão Executiva reuniu-se um total de trinta e três (33) vezes.

Cabe à Comissão Executiva fazer a acta de todas as suas reuniões, informando o Conselho de Administração das suas decisões na primeira reunião do Conselho que ocorra depois das suas reuniões.

O Presidente da Comissão Executiva, que é também o Presidente do Conselho de Administração, deve enviar ao Presidente da Comissão de Auditoria e Controlo a convocatória para as reuniões da Comissão, bem como as actas dessas reuniões.

As reuniões da Comissão Executiva consideram-se válidas se metade mais um dos seus membros estiverem presentes. As suas decisões são adoptadas por maioria simples, cabendo voto de qualidade ao seu Presidente, em caso de empate.

Os Administradores executivos devem facultar todo e qualquer esclarecimento que lhes seja solicitado por qualquer um dos restantes órgãos sociais da empresa.

3.2.2. COMISSÃO DE NOMEAÇÕES E REMUNERAÇÕES

3.2.2.1. ESTRUTURA

De acordo com o artigo 29º dos Estatutos da sociedade, a Comissão de Nomeações e Remunerações é constituída por um mínimo de três (3) e um máximo de seis (6) elementos. Pelo menos um dos seus membros deve ser independente, cabendo-lhe a presidência da Comissão.

Os membros da Comissão de Nomeações e Remunerações não devem de resto acumular funções na Comissão Executiva. A Comissão é actualmente constituída pelos membros discriminados no ponto 1.2.6.2, todos Administradores independentes.

A Comissão de Nomeações e Remunerações é composta exclusivamente por membros independentes do Conselho de Administração, em conformidade com a recomendação nº 44 do Código Unificado de Bom Governo aprovado pela Comissão Nacional do Mercado de Valores espanhola (doravante, CNMV), tal como foi aditada pela Circular da CNMV 4/2007, de 27 de Dezembro, que estabelece que a Comissão de Nomeações e Remunerações deve ser inteiramente constituída por Administradores externos, em número não inferior a três (3). Uma vez que é constituída por Administradores independentes (em Espanha a Comissão só pode integrar Administradores), obedece assim tanto quanto possível à recomendação referida no ponto II.5.2 do Código de Governo das Sociedades Portuguesas.

3.2.2.2. COMPETÊNCIAS

A Comissão de Nomeações e Remunerações é um órgão permanente de natureza meramente informativa e consultiva, e as suas recomendações e relatórios não são vinculativos.

A Comissão de Nomeações e Remunerações não tem quaisquer funções executivas. As principais funções da Comissão de Nomeações e Remunerações consistem em assistir e informar o Conselho de Administração sobre nomeações (inclusive por cooptação), reeleições, destituições e remunerações do Conselho e dos seus membros, assim como sobre a composição das distintas comissões do Conselho e a nomeação, retribuição e destituição do pessoal de alta direcção. Por outro lado, a Comissão de Nomeações e Remunerações informará o Conselho de Administração sobre a política geral de remunerações e incentivos para os mesmos e para os altos-dirigentes. Estas funções abrangem o seguinte:

- Definir os princípios e critérios em relação à composição do Conselho de Administração, à selecção e à nomeação dos seus membros;

- Propor nomeações e reeleições de Administradores quando as mesmas devam realizar-se por cooptação ou, em qualquer caso, ser submetidas pelo Conselho à Assembleia Geral;
- Propor os membros das diversas comissões ao Conselho de Administração;
- Propor ao Conselho, dentro dos limites estabelecidos nos Estatutos, o sistema, a distribuição e o valor das remunerações dos Administradores, e também, se assim for o caso, propor ao Conselho as condições dos contratos dos Administradores;
- Informar e, se assim for o caso, propor ao Conselho de Administração a nomeação e/ou a demissão de altos-dirigentes, assim como as condições dos seus contratos e, em geral, a definição das políticas de contratação e retribuição de altos-dirigentes;
- Rever e informar sobre os planos de incentivos, complementos de pensões e programas de retribuição;
- Quaisquer outras funções que lhe sejam atribuídas pelos Estatutos ou pelo próprio Conselho de Administração.

3.2.2.3. FUNCIONAMENTO

Para além dos Estatutos, a Comissão de Nomeações e Remunerações rege-se pelo seu regulamento, aprovado a 4 de Junho de 2008, e ainda pelo regulamento do Conselho de Administração. Estes regulamentos podem ser consultados em www.edprenovaveis.com.

A Comissão deve reunir-se trimestralmente, e sempre que o seu Presidente considerar necessário.

A Comissão deve proceder à redacção das actas de todas as suas reuniões, bem como informar o Conselho de Administração de todas as suas decisões na primeira reunião do Conselho que se realize depois de cada uma das suas reuniões.

As reuniões da Comissão serão válidas se pelo menos metade mais um dos seus membros estiverem presentes ou se fizerem representar. As decisões são adoptadas por maioria simples, cabendo voto de qualidade ao seu Presidente em caso de empate.

3.2.2.4. ACTIVIDADE EM 2010

Em 2010, as principais propostas elaboradas pela Comissão de Nomeações e Remunerações foram:

- A proposta sobre a remuneração fixa anual do Presidente da Mesa da Assembleia Geral;
- O relatório anual sobre a remuneração fixa anual e as remunerações variáveis plurianuais respeitantes aos anos de 2009 e 2010;
- A avaliação de desempenho do Conselho de Administração e da Comissão Executiva.

O relatório sobre as actividades levadas a cabo pela Comissão de Nomeações e Remunerações no ano que terminou a 31 de Dezembro de 2010 está disponível para consulta dos accionistas em www.edprenovaveis.com.

3.2.3. COMISSÃO DE OPERAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

3.2.3.1. ESTRUTURA

De acordo com o artigo 30º dos Estatutos, o Conselho de Administração pode estabelecer outras comissões, como a Comissão de Operações entre Partes Relacionadas. Esta Comissão é constituída por um mínimo de três (3) elementos. A maioria dos membros da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas deve ser independente, havendo no caso desta Comissão um elemento não independente, João Manuel Manso Neto.

Os membros da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas são considerados independentes sempre que possam desempenhar as suas funções sem quaisquer constrangimentos que sejam fruto do seu relacionamento com a EDP Renováveis, os seus accionistas maioritários ou os seus Administradores, para além de deverem cumprir os outros requisitos expostos na legislação aplicável.

A Comissão de Operações entre Partes Relacionadas é constituída actualmente pelos membros discriminados no ponto 1.2.6.3.

3.2.3.2. COMPETÊNCIAS

A Comissão de Operações entre Partes Relacionadas é um órgão permanente que emana do Conselho de Administração, e cujas competências, sem prejuízo de outras que lhe sejam atribuídas pelo Conselho, incluem:

- Informar periodicamente o Conselho de Administração da sociedade sobre as relações comerciais e legais entre a EDP ou entidades relacionadas e a EDP Renováveis ou entidades relacionadas;
- Quando se aprovarem os resultados anuais da sociedade, apresentar um relatório sobre o cumprimento das relações comerciais e legais a estabelecer entre o Grupo EDP e o Grupo EDP Renováveis, assim como sobre as operações entre entidades relacionadas efectuadas dentro do exercício social correspondente;
- Ratificar, nos prazos necessários a cada caso concreto, a realização de operações entre a EDP e/ou as suas entidades relacionadas com a EDP Renováveis e/ou as suas entidades relacionadas, sempre e quando o valor da operação seja superior a EUR 5.000.000,00 ou represente 0,3% das receitas anuais consolidadas do Grupo EDP Renováveis do exercício imediatamente anterior;
- Ratificar qualquer alteração ao acordo-quadro formalizado pela EDP e a EDP Renováveis, com data de 7 de Maio de 2008;
- Apresentar recomendações ao Conselho de Administração da sociedade ou à Comissão Executiva, relativas às operações entre a EDP Renováveis e as suas entidades relacionadas com a EDP e as suas entidades relacionadas;
- Solicitar à EDP o acesso à informação que seja necessária para a prossecução das suas competências.

No caso de a Comissão de Operações entre Partes Relacionadas não ratificar as relações comerciais ou legais estabelecidas entre a EDP ou as suas entidades relacionadas e a EDP Renováveis ou as suas entidades relacionadas, a vigência de tais relações

governo da sociedade

dependerá da aprovação de dois terços ($\frac{2}{3}$) dos membros do Conselho de Administração sempre que, pelo menos, a metade dos membros propostos por entidades diferentes de EDP, incluídos os Administradores independentes, tenham votado favoravelmente, salvo se, previamente ao submetimento para ratificação da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas, essa maioria de membros já se tivesse pronunciado favoravelmente.

O parágrafo anterior não se aplica às operações entre a EDP ou as suas entidades relacionadas e a EDP Renováveis ou as suas entidades relacionadas sempre que as condições sejam equivalentes àquelas acordadas em operações com outras entidades não relacionadas com a EDP e a EDP Renováveis ou as respectivas entidades relacionadas.

3.2.3.3. FUNCIONAMENTO

Para além do disposto nos Estatutos, a Comissão de Operações entre Partes Relacionadas rege-se pelo seu regulamento, aprovado a 4 de Junho de 2008, e ainda pelo regulamento do Conselho de Administração. Estes regulamentos podem ser consultados em www.edprenovaveis.com.

A Comissão deve reunir-se pelo menos trimestralmente, e sempre que o seu Presidente entenda necessário.

A Comissão deve proceder à redacção das actas de todas as suas reuniões, bem como informar o Conselho de Administração de todas as suas decisões na primeira reunião do Conselho que se realize depois de cada uma das suas reuniões.

As reuniões da Comissão serão válidas se pelo menos metade mais um dos seus membros estiverem presentes ou se fizerem representar. As decisões são adoptadas por maioria simples, cabendo voto de qualidade ao seu Presidente em caso de empate.

3.2.3.4. ACTIVIDADE EM 2010

Em 2010, a Comissão de Operações entre Partes Relacionadas procedeu à análise, aprovação e elaboração de propostas ao Conselho de Administração sobre todos os acordos e contratos entre entidades relacionadas que foram submetidos à sua consideração.

O ponto 3.6 deste relatório inclui uma descrição dos aspectos principais dos acordos e contratos assinados entre entidades relacionadas, cujo objecto não caiba na prossecução ordinária do negócio da EDP Renováveis.

A Comissão de Operações entre Partes Relacionadas foi informada que durante 2010, o valor médio e o valor máximo relativo às transacções analisadas pela Comissão foi EUR 1.617.274 e EUR 3.106.692, respectivamente.

O valor total de transacções com o Grupo EDP em 2010 foi de EUR 14,2 milhões que corresponde a 5,3% do valor total de Fornecimentos e Serviços Externos (FSEs) de um total de custos operacionais de EUR 270 milhões.

O relatório sobre as actividades conduzidas pela Comissão de Operações entre Partes Relacionadas no ano que terminou a 31 de Dezembro de 2010 está disponível para consulta dos accionistas em www.edprenovaveis.com.

3.3. COMISSÃO DE AUDITORIA E CONTROLO

3.3.1. ESTRUTURA

De acordo com o artigo 28º dos Estatutos da sociedade, a Comissão de Auditoria e Controlo é constituída por um mínimo de três (3) e um máximo de cinco (5) elementos. Mais de metade dos seus membros têm de ser Administradores independentes. A Comissão é actualmente constituída pelos elementos discriminados no ponto 1.3., a maioria dos quais, incluindo o Presidente, são independentes.

3.3.2. COMPETÊNCIAS

A Comissão de Auditoria e Controlo é um órgão permanente, competindo-lhe a supervisão independente do trabalho conduzido pelo Conselho de Administração. As competências da Comissão encontram-se descritas abaixo.

No que concerne às novas recomendações introduzidas em 2010 pelo Código de Governo das Sociedades Português, as referidas competências foram alvo de um reforço, tal como abaixo se refere. As alterações introduzidas no regulamento da Comissão de Auditoria e Controlo, a fim de garantir a conformidade com o código, foram as seguintes:

- Informar, nas Assembleias Gerais, e por meio do seu Presidente, sobre as questões relacionadas com as suas competências;
- Propor ao Conselho de Administração, para submetimento à Assembleia Geral, a nomeação dos auditores de contas da sociedade assim como as condições da sua contratação, alcance do seu trabalho – nomeadamente no que respeita à prestação de serviços de auditoria, *audit related e non-audit* –, avaliação anual da sua actividade e revogação ou renovação dos seus cargos (em cumprimento da recomendação III.5 do Código de Governo das Sociedades Português de 2010);
- Supervisionar o processo de informação financeira e o funcionamento dos sistemas de controlo interno e gestão de riscos e, bem assim, avaliar os aludidos sistemas e propor os respectivos ajustamentos adequados às necessidades da sociedade (em cumprimento da recomendação II.1.1.3 do Código de Governo das Sociedades Português de 2010);
- Supervisionar as actividades de auditoria interna e de “compliance” (em cumprimento da recomendação II.4.6 do Código de Governo das Sociedades Português de 2010);
- Estabelecer um contacto permanente com os auditores de contas, designadamente zelando para que sejam asseguradas as condições, incluindo de independência, adequadas à prestação dos serviços por aqueles, actuando como o interlocutor da sociedade em quaisquer matérias relacionadas com o processo de auditoria de contas, assim como recebendo e mantendo informação sobre quaisquer questões em matéria de auditoria de contas (em cumprimento da recomendação II.4.4 do Código de Governo das Sociedades Português de 2010);
- Preparar um relatório anual sobre a sua acção supervisora, incluindo eventuais constrangimentos deparados, e emitir parecer sobre o relatório de gestão, sobre as contas e as propostas apresentadas pelo Conselho de Administração (em

cumprimento da recomendação II.4.3 do Código de Governo das Sociedades Português de 2010);

- Receber as comunicações sobre irregularidades em matéria financeira e contabilística apresentadas por colaboradores, accionistas da sociedade ou entidade que tenha um interesse juridicamente tutelado relacionado com a actividade social da sociedade (em cumprimento da recomendação II.1.4.1 do Código de Governo das Sociedades Português de 2010);
- Contratar a prestação de serviços de peritos que colaborem com qualquer um dos membros da Comissão no exercício das suas funções, devendo a contratação e a remuneração dos mesmos considerar a importância dos assuntos que lhes sejam encomendados e a situação económica da sociedade;
- Realizar relatórios a pedido do Conselho e das suas comissões;
- Reflectir sobre o sistema de governação adoptado pela EDP Renováveis, procurando encontrar áreas em que ele possa ser melhorado;
- Quaisquer outras que lhe sejam atribuídas pelo Conselho de Administração ou pelos Estatutos.

3.3.3. FUNCIONAMENTO

Para além do disposto nos Estatutos e na lei, a Comissão de Auditoria e Controlo rege-se pelo seu regulamento, aprovado a 4 de Junho de 2008, e ainda pelo regulamento do Conselho de Administração. Estes regulamentos podem ser consultados em www.edprenovaveis.com.

A Comissão deve reunir-se trimestralmente, e sempre que o seu Presidente considerar necessário. Em 2010, a Comissão de Auditoria e Controlo reuniu-se onze (11) vezes, não só para verificar o encerramento das contas trimestrais durante o primeiro semestre, mas também para poder acompanhar a preparação e divulgação de informação financeira, de auditorias internas, da gestão interna e dos procedimentos de gestão de risco.

A Comissão deve proceder à redacção das actas de todas as suas reuniões, bem como informar o Conselho de Administração de todas as suas decisões na primeira reunião do Conselho que se realize depois de cada uma das suas reuniões.

As reuniões da Comissão serão válidas se pelo menos metade mais um dos seus membros estiverem presentes ou se fizerem representar. As decisões são adoptadas por maioria simples, cabendo voto de qualidade ao seu Presidente em caso de empate.

3.3.4. ACTIVIDADE EM 2010

Em 2010, as actividades da Comissão de Auditoria e Controlo incluíram: (i) a análise das normas legais a que a Comissão deve estar sujeita tanto em Portugal como em Espanha, (ii) a avaliação do trabalho dos auditores externos, principalmente no âmbito do trabalho efectuado em 2010, e a aprovação dos serviços *audit related* e *non audit*, (iii) a supervisão da qualidade e integridade da informação financeira apresentada nas declarações financeiras e a participação na reunião da Comissão Executiva em que estes documentos foram objecto de análise e discussão, (iv) a redacção de pareceres sobre o relatório de gestão e respectivas contas, individuais e consolidadas, com base trimestral e anual, (v) a pré-aprovação do Plano de Auditoria Interna para 2010, (vi) a supervisão da qualidade, da integridade e eficiência dos sistemas

de controlo interno, de gestão de risco e de auditoria interna, (vii) a reflexão sobre o sistema de governo da sociedade adoptado pela EDP Renováveis, (viii) a análise da evolução do projecto de SCIRF, (ix) a recepção de informações sobre irregularidades em matéria financeira e contabilística.

Para além da sua actividade corrente, em 2010, a Comissão de Auditoria e Controlo esteve também envolvida nas seguintes actividades:

- Análise do processo de aquisição de turbinas para o período de 2010-2012;
- Análise do processo de delegação de competências no Grupo EDP Renováveis;
- Análise dos novos regulamentos do Departamento de Auditoria Interna do Grupo EDP Renováveis;

A Comissão de Auditoria e Controlo não encontrou quaisquer constrangimentos ao seu trabalho no decurso destas actividades de controlo e fiscalização.

O relatório sobre as actividades conduzidas pela Comissão de Auditoria e Controlo no ano que terminou a 31 de Dezembro de 2010 está disponível para consulta dos accionistas em www.edprenovaveis.com.

3.4. INCOMPATIBILIDADES E INDEPENDÊNCIA

Em conformidade com as recomendações da CMVM, o artigo 12º do regulamento do Conselho de Administração exige que haja um mínimo de vinte e cinco por cento (25%) de Administradores independentes no Conselho, considerando-se como tal aqueles que possam desempenhar as suas funções sem estarem condicionados pelas suas relações com a sociedade, com os seus accionistas significativos ou com os seus dirigentes e, além disso, que cumpram os requisitos exigidos pelas normas aplicáveis.

Adicionalmente, e de acordo com o artigo 23º dos Estatutos, não podem ser Administradores da sociedade:

- As pessoas que sejam Administradoras ou tenham relação com alguma sociedade concorrente da EDP Renováveis, bem como aquelas que tenham uma relação familiar com as anteriores. Para estes efeitos, entende-se, em qualquer caso, que uma sociedade é concorrente da EDP Renováveis quando, directa ou indirectamente, se dedique à produção, armazenamento, transporte, distribuição, comercialização ou fornecimento de corrente eléctrica ou de gases combustíveis; têm igualmente interesses opostos aos da EDP Renováveis a sociedade concorrente ou qualquer das sociedades do seu Grupo, e os Administradores, empregados, advogados, assessores ou representantes de qualquer destas. Em caso algum se consideram concorrentes as sociedades pertencentes ao mesmo Grupo que a EDP Renováveis, incluindo as existentes no estrangeiro;
- As pessoas que se encontrem em qualquer outro cenário de incompatibilidade ou proibição legal ou estatutária. À luz da lei espanhola, não podem ser Administradoras, entre outras, as pessoas que (i) tenham menos de dezoito (18) anos, (ii) as incapacitadas, (iii) os concorrentes da mesma área de negócio, (iv) os condenados por certos crimes, ou (v) que detenham certos cargos directivos.

governo da sociedade

3.5. REGRAS DE NOMEAÇÃO E DESTITUIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA COMISSÃO DE AUDITORIA E CONTROLO

A política de rotação de pelouros compreende que cada um dos membros do Conselho de Administração é nomeado por maioria da Assembleia Geral para um mandato inicial de três (3) anos, podendo ser reeleito uma ou mais vezes pelo mesmo período de três (3) anos. De acordo com o artigo 23º dos Estatutos e do artigo 243º da Lei das Sociedades de Capital espanhola, no entanto, os accionistas que assim o entendam podem congregar as suas acções até constituírem uma cifra do capital social igual ou de capital superior à que resulte da divisão deste último pelo número de elementos do Conselho, designando assim livremente os que, superando fracções inteiras, se deduzam da correspondente proporção. Os accionistas que façam uso desta faculdade não podem intervir na eleição dos restantes membros do Conselho de Administração.

Dado que os Administradores não têm de ser necessariamente eleitos no mesmo dia, se surgir alguma vaga, e nos termos do artigo 23º dos Estatutos e do artigo 243º da Lei das Sociedades de Capital espanhola, o Conselho de Administração pode cooptar qualquer pessoa de entre os accionistas, que ocupará o cargo até à Assembleia Geral seguinte, à qual competirá ratificar a cooptação desse Administrador. De acordo com o artigo 247º da Lei das Sociedades de Capital espanhola, a cooptação de Administradores, tal como as outras decisões do Conselho de Administração, tem de ser aprovada pela maioria absoluta dos membros presentes.

Em conformidade com o artigo 28º dos Estatutos, os membros da Comissão de Auditoria e Controlo são nomeados pelo Conselho de Administração. O mandato dos membros da Comissão termina com o seu mandato de Administradores. Os membros da Comissão, a maioria dos quais têm de ser independentes, podem ser reeleitos ou destituídos a qualquer altura pelo Conselho de Administração. O mandato do Presidente da Comissão de Auditoria e Controlo tem a duração de três (3) anos, findo o qual poderá ser reeleito para um único mandato sucessivo de três (3) anos. Não obstante, findo este novo mandato, no entanto, o Presidente reeleito pode continuar a ser membro da Comissão de Auditoria e Controlo.

3.6. NEGÓCIOS ENTRE A SOCIEDADE E OS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA SOCIEDADE OU DE OUTRAS SOCIEDADES DO GRUPO

Ao longo do ano de 2010, a EDP Renováveis não celebrou qualquer contrato com algum dos membros dos seus órgãos sociais.

No que concerne às transacções com entidades relacionadas, a EDP Renováveis e/ou as suas subsidiárias assinaram os contratos abaixo elencados com a EDP – Energias de Portugal, S.A. (doravante, EDP) ou empresas do grupo não pertencentes ao subgrupo EDP Renováveis.

3.6.1. ACORDO-QUADRO

A 7 de Maio de 2008, a EDP e a EDP Renováveis celebraram um Acordo-Quadro que entrou em vigor aquando da admissão à negociação desta última. O Acordo-Quadro visa definir os princípios e as regras a que devem obedecer as relações comerciais e jurídicas existentes aquando da entrada em vigor do mesmo e as que venham a estabelecer-se posteriormente.

O Acordo-Quadro estabelece que, nem a EDP, nem as sociedades do Grupo EDP, salvo a EDP Renováveis e as suas subsidiárias, poderão desenvolver actividades na área das energias renováveis sem o consentimento da EDP Renováveis. Esta última terá exclusividade ao nível mundial, com excepção do Brasil onde deverá desenvolver a sua actividade através de parcerias com a EDP – Energias do Brasil, S.A., para o desenvolvimento, construção, operação e manutenção de instalações ou actividades relacionadas com energias eólica, solar, das ondas e/ou das marés, bem como tecnologias de produção de energia através de fontes renováveis susceptíveis de serem desenvolvidas no futuro. Contudo, são excluídas do âmbito de aplicação do acordo as tecnologias em desenvolvimento, relacionadas com a energia hidroelétrica, a biomassa, a co-produção e a valorização energética de resíduos em Portugal e Espanha.

Por último, prevê que a EDP Renováveis se encontra obrigada a prestar à EDP quaisquer informações que esta venha a requerer àquela para cumprimento de obrigações legais e, bem assim, de a EDP Renováveis preparar as contas consolidadas do grupo.

O Acordo-Quadro mantém-se em vigor enquanto a EDP detiver, directa ou indirectamente, mais de 50% do capital social da EDP Renováveis ou desde que nomeie mais de 50% dos seus administradores.

3.6.2. CONTRATO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA

A 4 de Novembro de 2008, a EDP e a EDP Renováveis celebraram um Contrato de Serviços de Administração Executiva (*Executive Management Services Agreement*).

Através deste contrato, a EDP proporciona serviços de administração à EDP Renováveis, incluindo o acompanhamento quotidiano da gestão corrente da sociedade.

Ao abrigo deste acordo, a EDP designa quatro pessoas que formarão a Comissão Executiva da EDP Renováveis, cabendo à EDP Renováveis o pagamento de um montante pelos serviços prestados.

A EDP Renováveis deverá assim pagar a quantia de EUR 836.400 pelos serviços de administração prestados pela EDP em 2010.

O prazo vigente do contrato, prorrogável, terminará a 18 de Março de 2011.

3.6.3. ACORDOS DE FINANCIAMENTO E GARANTIAS

Os acordos de financiamento entre as empresas do Grupo EDP e as empresas do Grupo EDP Renováveis foram estabelecidos ao abrigo do acima referido acordo-quadro, incluindo actualmente os seguintes:

3.6.3.1. ACORDOS DE MÚTUO

A EDP Renováveis (na qualidade de mutuária) celebrou contratos de financiamento com a EDP Finance BV (na qualidade de mutuante), uma sociedade detida a 100% pela EDP – Energias de Portugal, SA. Tais contratos de financiamento podem ser estabelecidos, quer em Euros, quer em Dólares norte-americanos, tendo habitualmente uma maturidade de 10 anos e sendo remunerados a taxas calculadas com base em valores de mercado (*arm's length*). À data de 31 de Dezembro de 2010, os acordos de empréstimo ascendiam a EUR 1.351.695.248 e USD 1.934.621.254.

3.6.3.2. CONTRATO DE CONTRA-GARANTIA

Foi celebrado um contrato de contra-garantia através do qual a EDP ou a EDP Energias de Portugal, Sociedade Anónima, Sucursal en España (adiante conjuntamente designadas por “Garante” ou “EDP Sucursal”), se obriga a prestar garantias accionistas ou a solicitar a emissão de outras garantias, por conta da EDP Renováveis, da EDP Renewables Europe, SL (adiante abreviadamente designada por “EDPR EU”) e da Horizon Wind Energy LLC (adiante abreviadamente designada por “EDPR NA”) ou a solicitar a emissão de, nos termos e condições definidos pelas subsidiárias e aprovados, caso a caso, pelo Conselho Executivo da EDP. A EDP Renováveis é solidariamente responsável pelo cumprimento das obrigações resultantes do contrato pela EDPR EU e pela EDPR NA. As subsidiárias da EDP Renováveis obrigam-se a indemnizar o Garante por perdas ou danos decorrentes das garantias prestadas ao abrigo do contrato e a pagar uma remuneração calculada com base em valores de mercado (*arm’s length*). Contudo, foram estabelecidas condições diferentes para certas garantias emitidas antes da data de aprovação destes contratos.

O contrato poderá cessar (i) por iniciativa de qualquer das partes, em qualquer momento, desde que não haja garantias em vigor, ou (ii) se uma das subsidiárias por conta da qual as garantias tenham sido emitidas deixar de ser controlada pelo Garante.

3.6.3.3. CONTRATO DE CONTA-CORRENTE

EDP Sucursal e a EDP Renováveis celebraram um contrato através do qual a EDP Sucursal gere as contas de tesouraria da EDP Renováveis. O contrato regula ainda uma conta corrente entre ambas as sociedades, remunerada com base em valores de mercado (*arm’s length*). A 31 de Dezembro de 2010, a conta corrente dispunha de um saldo a favor da EDP Renováveis no valor de EUR 170.111.807.

O contrato tem a duração de um ano a contar da data da sua assinatura e é renovável automaticamente por iguais períodos.

3.6.3.4. CONTRATOS FINANCEIROS

Com o objectivo de garantir a gestão do excedente de liquidez em USD registado a 31 de Dezembro de 2010, a EDP Renováveis dispõe de dois depósitos de curto prazo na EDP Finance BV que ascendem ao total de USD 244.033.835.

O prazo de maturação dos dois depósitos a curto prazo termina em Janeiro de 2011.

3.6.3.5 SWAPS CRUZADOS DE DIVISAS E TAXAS DE JURO

Dado o investimento líquido na EDPR NA, as contas da sociedade e do Grupo da EDP Renováveis, e as contas da EDP Sucursal, estiveram expostas ao risco cambial. Com o objectivo de cobrir este risco cambial, o Grupo EDP negociou um swap cruzado de divisas e taxa de juro (CIRS) em Dólares norte-americanos e Euros, entre a EDP Sucursal e a EDP Renováveis, no valor total de USD 2.632.613,00. Além disso, foi também estabelecido um CIRS em Zlotis polacos e Euros entre a EDP Sucursal e a EDP Renováveis, no valor de PLN 309.307.188, directamente ligado investimento líquido nas suas subsidiárias polacas.

3.6.3.6. ACORDOS PARA COBERTURA DE RISCO – TAXA DE CÂMBIO

A EDP Sucursal e a EDP Renováveis estabeleceram diversos acordos para cobertura de risco com o objectivo de gerir a exposição às transacções relacionadas com os pagamentos dos investimentos realizados na Polónia, fixando a taxa de câmbio EUR/PLN de acordo com os preços no mercado de futuros em cada data de contrato. À data de 31 de Dezembro de 2010, existia um montante total de EUR 38.803.000 sem cobertura de risco.

3.6.4. ACORDOS PARA COBERTURA – “COMMODITIES”

EDP e a EDP Renewables Europe SL estabeleceram acordos para cobertura de riscos relacionados com as vendas esperadas de energia no mercado espanhol, num volume total de 1.826 MWh, de acordo com os preços no mercado de futuros à data da assinatura dos acordos.

3.6.5. CONTRATO DE LICENÇA DE MARCA

Em 14 de Maio de 2008, a EDP e a EDP Renováveis celebraram um contrato através do qual a primeira concede à segunda uma licença não exclusiva para utilização da marca “EDP Renováveis” no mercado das energias renováveis e actividades conexas. Como contrapartida da concessão da licença de utilização da marca, a EDP Renováveis pagará à EDP um valor calculado com base na proporção dos custos imputáveis à primeira no orçamento anual do grupo pelos serviços de gestão de imagem e de marca, sujeito a revisão anual. O valor estabelecido em 2010 foi de EUR 1.500.000.

A licença é concedida por tempo indeterminado e mantém-se em vigor até ao termo da titularidade da marca pela EDP ou até que a EDP deixe de ter a maioria do capital da EDP Renováveis ou de poder nomear a maioria dos seus administradores. O contrato poderá ser resolvido pela EDP em caso de não pagamento ou de incumprimento de qualquer das obrigações assumidas. O contrato de licença de marca deve respeitar as condições estabelecidas no Acordo-Quadro.

3.6.6. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA

A 4 de Junho de 2008, a EDP e a EDP Renováveis celebraram um contrato de prestação de serviços de consultoria.

Através deste contrato, e mediante solicitação da EDP Renováveis, a EDP (ou EDP Sucursal) deverá prestar serviços de consultoria nas seguintes áreas: serviços jurídicos, sistema de controlo interno e de reporte financeiro, tributação, sustentabilidade, regulação e concorrência, gestão de risco, recursos humanos, tecnologias de informação, marca e comunicação, planeamento energético, contabilidade e consolidação, marketing e desenvolvimento organizacional. O preço do contrato é calculado através da soma do custo suportado pela EDP acrescido de uma margem. Para o primeiro ano, a margem aplicada, fixada por um perito independente com base num estudo de mercado, foi de 8%. Em 2010, o custo estimado dos serviços prestados foi de EUR 3.106.692.

O contrato tem a duração de um (1) ano, e é automaticamente renovável por iguais períodos de tempo.

3.6.7. ACORDO DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A 13 de Maio de 2008, a EDP Inovação, S.A. (adiante abreviadamente designada por “EDP Inovação”), sociedade do

governo da sociedade

Grupo EDP, e a EDP Renováveis celebraram um acordo com o objectivo de regular as relações entre ambas no que se refere ao desenvolvimento de projectos na área das energias renováveis (adiante designado por “Acordo de I&D”).

O Acordo de I&D tem por objectivo evitar os conflitos de interesse e promover a troca de conhecimentos entre as empresas, assim como o estabelecimento de relações jurídicas e comerciais. Consequentemente, o acordo proíbe que outras empresas do Grupo EDP, que salvo a EDP Inovação, desenvolvam ou invistam em sociedades que desenvolvam determinados projectos de energias renováveis descritos no Acordo de I&D. O Acordo de I&D confere à EDP Inovação um direito exclusivo sobre os projectos de desenvolvimento de novas tecnologias aplicadas às energias renováveis já em fase piloto, de estudo de viabilidade económica e/ou comercial, sempre que a EDPR opte por desenvolvê-los.

O Acordo mantém-se em vigor enquanto a EDP controlar, directa ou indirectamente, mais de 50% do capital de ambas as empresas ou puder nomear a maioria dos membros dos respectivos Conselhos de Administração e Comissões Executivas.

3.6.8. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO À GESTÃO CELEBRADO ENTRE A EDP RENOVÁVEIS PORTUGAL, S.A. E A EDP VALOR – GESTÃO INTEGRADA DE RECURSOS, S.A.

A 1 de Janeiro de 2003, a EDP Renováveis Portugal, S.A., que encabeça o subgrupo EDP Renováveis em Portugal, e a EDP Valor – Gestão Integrada de Recursos, S.A. (doravante, EDP Valor), uma empresa do Grupo EDP, celebraram um acordo de prestação de serviços de apoio à gestão.

O contrato tem por objecto a prestação, por parte da EDP Valor à EDP Renováveis Portugal, de serviços nas áreas de compras, gestão económica e financeira, gestão de frota, gestão e conservação do património imobiliário, seguros, saúde e segurança no trabalho, gestão e formação de recursos humanos.

O valor a pagar à EDP Valor pela EDP Renováveis Portugal e suas subsidiárias pelos serviços prestados em 2010 foi de EUR 691.445.

O contrato tinha uma duração inicial de cinco (5) anos a contar da data da sua assinatura e foi renovado automaticamente por igual período em 1 de Janeiro de 2008. Qualquer uma das partes poderá denunciar o contrato com um pré-aviso de um (1) ano.

3.6.9. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO ENTRE A EDP RENOVÁVEIS S.A. E A EDP – ENERGIAS DE PORTUGAL, S.A.

A 1 de Janeiro de 2010, a EDP Renováveis Portugal, S.A., e a EDP – Energias de Portugal, S.A. (doravante, EDP) assinaram um contrato de gestão de serviços de tecnologias de informação.

O contrato tem por objecto o fornecimento pela EDP à EDP Renováveis dos serviços de gestão de tecnologias de informação descritos no seu articulado e respectivos anexos.

A quantia a pagar à EDP pelos serviços prestados em 2010 foi de EUR 1.146.251.

O contrato tinha uma duração inicial de um (1) ano a contar da data da sua assinatura, e foi renovado automaticamente por igual período.

Qualquer uma das partes poderá denunciar o contrato com um pré-aviso de um (1) mês.

3.7. SISTEMAS DE CONTROLO INTERNO E DE GESTÃO DE RISCOS

3.7.1. SISTEMA DE CONTROLO INTERNO DO RELATO FINANCEIRO

A EDP Renováveis instituiu um Sistema de Controlo Interno do Relato Financeiro (SCIRF) estruturado em termos do cumprimento de controlo de objectivos e implementação de controlos com referência ao modelo COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), no que diz respeito aos processos de negócio e controlos globais, e ao modelo COBIT (*Control Objectives for Information and related Technologies*), no que diz respeito ao controlo dos sistemas de tecnologias de informação.

De acordo com as orientações estratégicas da EDP Renováveis, as actividades do SCIRF destinam-se a fortalecer a qualidade da informação financeira transmitida aos accionistas e aos mercados, e ao mesmo tempo promover a eficiência das suas operações, sempre em cumprimento da regulamentação aplicável.

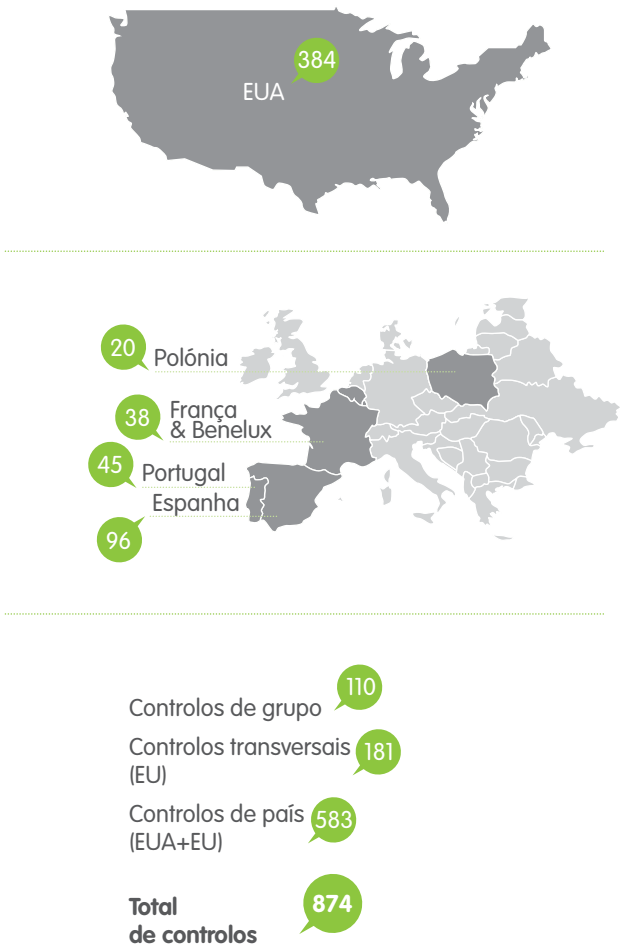
No quadro do COSO destacam-se os aspectos relacionados com os processos de avaliação de risco, tendo em conta o interesse crescente que as mais diversas organizações de todos os tamanhos devem dedicar à sua gestão de risco. Esta abordagem está presente na metodologia SCIRF e respectiva documentação (Manual SCIRF, Modelo de Responsabilidades, processos e controlos), através de um conjunto de objectivos de controlo e de assunção de riscos que abrange conceitos como o risco da informação financeira, de fraude ou de uso indevido.

Ao longo do ano de 2010, a aplicação do SCIRF traduziu-se (i) na manutenção e monitorização do Ciclo de Controlo Interno, e (ii) na revisão independente pela KPMG.

Ao abrigo do modelo adoptado pela EDP Renováveis, foram conduzidas as seguintes actividades de manutenção e monitorização do Ciclo de Controlo Interno:

- Actualização do âmbito de aplicação: revisão e identificação dos riscos relevantes, contas e processos, com base em critérios de materialidade e fazendo uso de uma metodologia top-down e bottom-up, e de uma análise dos níveis de cobertura.
- As acções necessárias à consolidação e/ou incorporação de novas geografias no âmbito de aplicação.
- Manutenção, adaptação e gestão do sistema, tendo em conta (i) a implementação das oportunidades de melhoria constatadas, (ii) a alteração da sua estrutura, e (iii) os requisitos de negócio.

A presença do SCIRF em diversas geografias, de acordo com o âmbito de aplicação de 2010, compreendeu 380 controlos na plataforma europeia (incluindo controlos de aplicação específica aos vários países e controlos transversais), em Espanha, Portugal, França, Bélgica e Polónia, 384 na plataforma da América do Norte, e 110 a nível do grupo, tal como é ilustrado pela imagem seguinte. Estes controlos incluíram a realização de controlos globais (*entity-level controls*), controlos de processo e controlos das tecnologias de informação.



Com o objectivo de avaliar o grau de fiabilidade e robustez do SCIRF (já implementado nas plataformas europeia e norte-americana), e de acordo com os objectivos estratégicos da EDP Renováveis, decidiu-se proceder a uma revisão independente, conduzida por uma prestigiada instituição internacional (KPMG). Este propósito foi concretizado em 2010, segundo a metodologia ISAE 3000 (*International Standard on Assurance Engagements*). O trabalho de revisão compreendeu:

- (i) a obtenção do entendimento do sistema de controlo interno sobre o relato financeiro consolidado;
- (ii) a avaliação do risco da existência de deficiências materiais;
- (iii) o teste e a avaliação da eficácia, da concepção e do funcionamento dos controlos internos baseados na avaliação do risco; e,
- (iv) a realização de outros procedimentos que considerámos necessários às circunstâncias.

Importa também destacar os seguintes desenvolvimentos que se verificaram em 2010:

- a criação do logótipo do SCIRF;
- o lançamento da implementação de uma ferramenta na Internet de apoio à operação do SCIRF;

- a participação intensa da EDP Renováveis na consecução do certificado de avaliação de qualidade do Departamento de Auditoria Interna do Grupo EDP pelo Instituto de Auditores Internos.



As actividades do SCIRF e o seu desenvolvimento foram trimestralmente apresentados à Comissão de Auditoria e Controlo, tendo em conta as suas funções de fiscalização e acompanhamento dos sistemas de controlo interno e gestão dos riscos da sociedade.

No final do ano, e de acordo com a recomendação III.1.4 do Código de Governo das Sociedades Português, os auditores externos, no âmbito das suas atribuições, procederam verificaram a eficácia e funcionamento dos sistemas de controlo interno, e reportaram as suas conclusões à Comissão de Auditoria e Controlo. Adicionalmente, a KPMG reportou o resultado da sua revisão ao SCIRF à Comissão de Auditoria e Controlo.

Munida deste relatório e do trabalho realizado pelos auditores internos, a Comissão de Auditoria e Controlo, em conformidade com a recomendação II.1.1.3 do Código de Governo das Sociedades Português, redigiu o seu relatório de avaliação final que apresentou ao Conselho de Administração.

3.7.2 GESTÃO DO RISCO

O princípio básico em que se fundamenta a abordagem de gestão do risco da EDP Renováveis é o de que essa gestão deve proceder não apenas à protecção do valor, mas também à criação de valor. Esta criação de valor é obtida através da optimização entre os riscos assumidos e o retorno alcançado, tendo em linha de conta as expectativas de assunção de risco dos accionistas.

Assim, o quadro-geral de gestão do risco na EDP Renováveis não foi concebido de forma separada das principais actividades e processos da sociedade, mas como parte integrante das responsabilidades da gestão enquanto elemento integrador de todos os processos organizacionais, incluindo o planeamento estratégico.

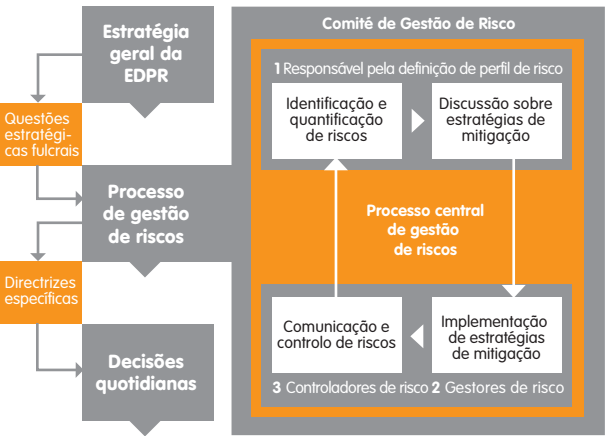
3.7.2.1. ESTRUTURA DE RISCOS E PROCESSOS DE GESTÃO

No quadro-geral da estrutura de gestão do risco da EDP Renováveis, o processo de gestão de risco tem por objectivo garantir uma ligação entre a estratégia global da sociedade e as decisões de gestão quotidianas, permitindo-lhe aumentar as probabilidades de alcançar os seus objectivos estratégicos.

A estratégia geral da EDP Renováveis assenta numa série de questões estratégicas fulcrais agrupadas por área de risco e depois submetidas ao processo de gestão do risco da sociedade.

governo da sociedade

O resultado do processo de gestão do risco traduz-se depois num conjunto de directrizes específicas para cada área de risco pelo qual se devem reger os gestores nas suas decisões, tendo em conta o perfil de risco assumido pela sociedade.



Cada uma das várias questões estratégicas é alvo de um processo central de gestão de riscos que decorre em quatro fases:

- **Compreender** – Começa com a identificação dos riscos que possam vir a afectar a consecução dos objectivos estratégicos, seguindo-se-lhe a quantificação respectiva, tanto em termos de probabilidade de ocorrência como em termos do impacto potencial; pretende-se nesta fase gerar uma compreensão de todas as dinâmicas subjacentes às matérias em análise, com o objectivo de avaliar a severidade do risco e bem assim como antecipar todas as acções de mitigação caso a exposição ao risco possa vir a estar acima de limites aceitáveis.
- **Escolher** – Depois de alcançada a compreensão do risco em que se incorre, o próximo passo é o de se avaliar a necessidade de tratar o risco. Em caso afirmativo, torna-se necessário debater as estratégias e métodos mais apropriados de assunção do risco, devendo sair deste debate a proposta de um plano de acção que é depois sujeito à aprovação da Comissão Executiva.
- **Implementar** – A seguir à aprovação do plano de acção, devem ser traçadas directrizes que deverão ser seguidas pelos gestores de risco nas suas decisões quotidianas.
- **Rever** – Depois da implementação das estratégias de mitigação deve ser feito um acompanhamento da sua eficácia, com o objectivo de identificar quaisquer ajustamentos que venham a ser necessários; esta fase de controlo e avaliação do risco tem duas funções essenciais: (1) acompanhar a posição em risco da EDP Renováveis, comparando-a em simultâneo com o perfil de risco da sociedade e com a política de gestão de risco aprovada pela Comissão Executiva para cada um dos riscos, e (2) acompanhar as acções de mitigação, através da definição e da implementação de quaisquer mecanismos que venham a ser necessários para verificar se essas acções estão a ser implementadas de acordo com o plano traçado.

3.7.2.2. FUNÇÕES DE GESTÃO DE RISCO E COMITÉ DE GESTÃO DE RISCO

A gestão de riscos na EDP Renováveis é apoiada por três funções organizacionais distintas:

Funções de gestão de riscos		Descrição
1	Estratégia / Perfil	Estratégia geral e política de gestão de risco - Responsável por estabelecer as directrizes e os limites à gestão de risco dentro da sociedade - Deve tentar apresentar e apoiar propostas relacionadas com a gestão estratégica de riscos
2	Gestão	Gestão de risco e decisões de assunção de risco Responsável pelas decisões operacionais quotidianas e pela tomada de posições quanto à assunção de riscos e respectiva mitigação
3	Controlo	Controlo dos riscos Responsável pelo acompanhamento dos resultados das decisões de assunção de riscos e por avaliar a aplicação específica em cada operação da política de assunção de riscos aprovada pela Comissão Executiva

Em 2010, a EDP Renováveis criou um Comité de Gestão de Risco com o objectivo de integrar e coordenar todas as funções de gestão de risco e garantir a compatibilidade entre a estratégia de assunção de risco da sociedade e as respectivas operações.

O Comité de Gestão de Risco da EDP Renováveis pretende constituir um fórum de discussão no âmbito do qual a EDP Renováveis consiga otimizar a relação entre a assunção de riscos e o retorno alcançado, de acordo com o perfil de risco assumido para a sociedade. Este comité tem como responsabilidades fundamentais:

- Analisar a exposição global da sociedade e propor acções;
- Acompanhar a eficácia das acções de mitigação;
- Proceder à revisão dos limites às transacções, das políticas de assunção de risco e da respectiva macroestratégia;
- Avaliar os relatórios e as conclusões do responsável pela definição do perfil de risco e das diversas áreas de controlo de risco;
- Acompanhar todo o alcance do trabalho do responsável pela definição do perfil de risco e das actividades por ele planeadas.

Este comité reúne-se com periodicidade trimestral e é constituído por todos os elementos da Equipa de Gestão, pelos administradores que representem as diferentes funções corporativas e plataformas operacionais e, dependendo dos assuntos que estiverem sujeitos a análise, pelos respectivos gestores de risco.

O comité, criado em Julho de 2010, reuniu-se duas vezes para discutir e propor o quadro geral de gestão de risco da EDP Renováveis e para discutir e recomendar a política de gestão de riscos relacionados com os riscos de mercado.

A fim de garantir a concordância das decisões de gestão de risco da EDP Renováveis com o perfil de risco/retorno da EDP, representantes da EDP farão também parte das reuniões do Comité de Gestão de Risco da EDP Renováveis em 2011.

3.7.2.3 ÁREAS DE RISCO E QUESTÕES ESTRATÉGICAS RELACIONADAS COM O RISCO

A tabela seguinte traça um resumo das principais áreas de risco em que se incorre no âmbito do negócio da EDP Renováveis, descrevendo também as questões estratégicas que se levantam. A descrição completa de cada uma das áreas de risco e da sua gestão pode ser encontrada no próximo capítulo.

Áreas de risco	Descrição dos riscos	Questões estratégicas relacionadas (não exaustivas)
1. Países e regulação	Mudanças de regulação do sector num dado país podem ter impacto no negócio da EDP Renováveis;	- Qual é actualmente o risco regulatório assumido pela EDP Renováveis? - Qual deve ser o nível de crescimento nos mercados em que a EDP Renováveis está presente? - Quais devem ser os novos mercados para a expansão das actividades da EDP Renováveis?
2. Receitas	O nível de receitas dos vários projectos da EDP Renováveis pode ser inferior às previsões iniciais;	- Qual é a exposição dos fluxos de receitas da sociedade em relação às flutuações dos preços e às variações na produção de energia eólica? - Qual é o seu impacto no EBITDA da EDP Renováveis? - Qual deve ser a estratégia de mercado para compensar uma eventual volatilidade?
3. Financiamento	- A EDP Renováveis pode não conseguir garantir o financiamento necessário à prossecução de todos os investimentos planeados; - A EDP Renováveis pode não conseguir cumprir as suas obrigações financeiras;	- Qual deve ser o perfil de risco assumido, do ponto de vista dos investidores? - Qual deve ser o <i>rating</i> sintético da sociedade, e quais as medidas que poderão ser tomadas com vista à sua melhoria? - Quais são as probabilidades de surgirem dificuldades de tesouraria devido às condições adversas do mercado?
4. Contratos de aquisição de turbinas eólicas	- A alteração dos preços de aquisição de turbinas pode ter impacto na rentabilidade dos projectos; - Os contratos devem ter em atenção o risco de desenvolvimento dos projectos em <i>pipeline</i>;	- Qual deve ser a estratégia de cobertura do risco (<i>hedging</i>) dos preços das turbinas em termos de estrutura de preços e quantidades? - Qual é o equilíbrio entre a diversificação de fornecedores e a economia de escala de grandes volumes de encomendas?
5. Desenvolvimento de projectos em <i>pipeline</i>	A EDP Renováveis pode alcançar uma capacidade instalada de produção diferente das previsões iniciais ou sofrer atrasos e/ou antecipações na sua instalação;	- Quanto MW poderão ser postos em operação com os projectos actualmente em <i>pipeline</i>? - Quanto projectos poderão ter de ser cancelados ou diferidos por causa de questões relacionadas com licenciamentos? - Qual é o risco actual de não se alcançarem as metas de capacidade instalada? - Qual a margem de segurança (<i>buffer</i>) apropriado para garantir que a EDP Renováveis atinge a capacidade planeada? - Qual deverá ser a dimensão do <i>pipeline</i> no ano 2012?
6. Operações	Os projectos podem dar origem a uma capacidade de produção diferente do esperado.	Haverá algum risco operacional com impacto significativo para a EDP Renováveis?

3.7.2.4.1 PAÍSES E REGULAÇÃO

3.7.2.4.1.1 Riscos regulatórios

O desenvolvimento e rentabilidade dos projectos de produção de energias renováveis estão sujeitos a uma série de políticas e quadros de regulamentação diversos. As diferentes jurisdições em que se processam os negócios da EDP Renováveis apresentam vários tipos de incentivos de apoio à energia gerada a partir de fontes renováveis.

Os apoios às fontes de energia renováveis tem sido bastante acentuado nos anos mais recentes, e tanto a União Europeia como vários organismos federais e estaduais nos Estados Unidos da América têm reafirmado regularmente as suas intenções de prosseguirem e virem mesmo a reforçar esses apoios.

Na Europa, cada um dos vários países apresentou em 2010 o seu Plano de Acção Nacional para as Energias Renováveis (PANER). Estes planos de acção fornecem informações detalhadas sobre a forma como cada Estado-Membro planeia cumprir com as metas traçadas para 2020, incluindo a tecnologia a adoptar e a trajectória prevista de aplicação das metas.

Quanto aos EUA, vários governos estaduais assumiram um papel activo do desenvolvimento de energia gerada a partir de fontes renováveis, através do programa de RPS (*Renewable Portfolio Standard*).

Não é possível garantir no entanto que este apoio se venha a manter, nem mesmo que a electricidade produzida no futuro através de projectos de energias renováveis venha a beneficiar de obrigações de aquisição reguladas, de incentivos fiscais ou de outras medidas de apoio à geração de electricidade a partir de fontes de energia renováveis – o que é particularmente verdade se considerarmos o contexto de crise económica que se vive.

Gestão dos riscos regulatórios

A EDP Renováveis orienta a sua exposição aos riscos regulatórios de duas formas diversas. A primeira baseia-se numa estratégia de diversificação geográfica e assenta numa metodologia que abrange a correlação favorável entre as metas assumidas por cada país e o nível de cumprimento actual, a diversificação tecnológica da capacidade de geração instalada, em função das relações entre oferta e procura de energia, e ainda a estabilidade registada e prevista nas regulamentações e nos mecanismos de incentivo. A EDP Renováveis avalia também as condições existentes de vento em cada país, a disponibilidade de terras e localizações, a complexidade dos licenciamentos e a capacidade de interligação com outras redes.

A segunda consubstancia-se na participação activa em várias associações de produtores de energia eólica. A EDP Renováveis é membro de várias associações de produtores de energia eólica, tanto a nível nacional, em diversos países, como a nível internacional. A EDP Renováveis é também membro com participação activa nas seguintes associações de produtores de energias renováveis (principalmente eólica). A sua participação activa em todas estas associações permite-lhe tomar conhecimento de quaisquer alterações regulatórias em execução, e representar os interesses dos produtores de energia eólica junto de vários governos.

governo da sociedade

Europa	EWEA (European Wind Energy Association)
Espanha	AEE (Asociación Empresarial Eólica)
Portugal	APREN (Associação Portuguesa de Produtores de Energia Eléctrica de Fontes Renováveis)
França	SER (Syndicat des Énergies Renouvelables)
Bélgica	APERe (Association pour la Promotion des Energies Renouvelables) EDORA (Fédération de l'Energie d'Origine Renouvelable et Alternative)
Polónia	PIGEO (Polska Izba Gospodarcza Energii Odnawialnej) PSEW (Polskie Stowarzyszenie Energetyki Wiatrowej) PTEW (Polskie Towarzystwo Energetyki Wiatrowej)
Roménia	RWEA (Romanian Wind Energy Association)
Reino Unido	BWEA (British Wind Energy Association) Renewable UK Scottish Renewables
Itália	ANEV (Associazione Nazionale Energia del Vento) APER (Associazione promotori energie rinnovabili)
Estados Unidos	American Wind Energy Association (AWEA) Iowa Wind Energy Association RENEW Wisconsin Renew, Inc. The Wind Coalition American Wind Wildlife CEERT Colorado Independent Energy Association Interwest Energy Alliance Western Power Trading Forum Smart Grid Oregon Texas Renewable Energy Renewable Northwest Project
Canadá	CanWEA (Canadian Wind Energy Association)
Brasil	Abeoelica (Associação Brasileira de Energia Eólica) Cerne (Centro de Estratégias em recursos naturais e energias)

3.7.2.4.2 RECEITAS

3.7.2.4.2.1 Exposição aos preços dos mercados de electricidade

A electricidade comercializada pela EDP Renováveis depende de algum modo dos esquemas de incentivos atribuídos às energias renováveis em cada um dos países em que opera. Em certos mercados, isto cria uma exposição aos preços de mercado de electricidade. Estes preços podem ser bastante voláteis, já que são afectados por inúmeros factores, incluindo o custo dos combustíveis, o nível médio de hidraulicidade, o custo de construção de centrais energéticas, o “mix” tecnológico da capacidade de geração instalada e o consumo de electricidade. Assim, a queda dos preços de mercado para níveis inesperados pode ter um efeito material adverso negócio da EDP Renováveis, sua condição financeira ou resultado operacional.

Gestão da exposição aos preços da electricidade

A EDP Renováveis enfrenta um risco moderado no que diz respeito aos preços de mercado, por estar presente em países e regiões com boa visibilidade sobre o retorno a longo prazo. Na maioria dos países em que a sociedade tem operações, os preços são fixados no quadro de mecanismos de regulação específicos. Nos mercados onde é expectável uma volatilidade dos preços a curto prazo, a EDP Renováveis recorre a vários instrumentos de cobertura de risco financeiros e de commodities, com o objectivo de otimizar a sua exposição a uma eventual flutuação dos preços da electricidade. No entanto, pode não ser possível salvaguardar por inteiro a exposição a estes riscos, ou podem surgir outras dificuldades na execução das estratégias de cobertura de risco.

Na Europa, a EDP Renováveis opera em países onde o preço de venda é definido por um regime regulado de tarifas (Espanha, Portugal e França) ou em mercados onde para além do preço da electricidade vendida a EDP Renováveis recebe também um

prémio de produção pré-definido pelas autoridades de regulação ou um certificado “verde”, cujo preço é fixado no mercado regulado (Espanha, Bélgica, Polónia, Roménia). Além disso, a EDP Renováveis está a desenvolver também as suas actividades em Itália e no Reino Unido, onde o mecanismo adoptado é também o dos certificados “verdes”.

No caso da América do Norte, a EDP Renováveis está a desenvolver a sua estratégia nos estados que tenham em vigor programas RPS (*Renewable Portfolio Standards*), os quais atribuem incentivos às energias renováveis, os designados REC (*Renewable Energy Credits*), com estabelecimento de penalizações por não cumprimento, garantindo assim previsibilidade das receitas. O mercado da América do Norte não está sujeito a nenhum sistema estrutural de regulação dos preços da electricidade, para além dos referidos créditos concedidos por alguns estados. A maior parte da capacidade instalada pela EDP Renováveis nos EUA está no entanto sujeita a preços pré-definidos e determinados por contratos de longo prazo com os distribuidores locais, no seguimento da política de assinatura de contratos a longo prazo para a venda da produção registada nos seus parques eólicos.

Nas operações no Brasil, o preço de venda é fixado em leilão público, traduzindo-se depois em contratos a longo prazo.

À luz da sua abordagem global de optimização da exposição aos preços do mercado eléctrico, a EDP Renováveis procede a uma avaliação contínua e permanente de quaisquer desvios aos limites por si definidos, determinando assim os mercados em que poderá ser mais eficaz a prossecução de estratégias de cobertura de risco financeiras. Em 2010, com o objectivo de gerir estes riscos de exposição, a EDP Renováveis cobriu financeiramente uma parte substancial da sua produção em Espanha, e, nos Estados Unidos, protegeu a sua exposição a longo prazo através de uma série de contratos de cobertura de risco físicos e financeiros.

3.7.2.4.2.2 Riscos associados à volatilidade da produção de energia

A quantidade de energia gerada pela EDP Renováveis nos seus parques eólicos, e com ela a sua rentabilidade, está dependente das condições climáticas, que podem variar de uma localização para a outra, mas também conforme as estações do ano e mesmo de uns anos para os outros. A produção de energia nos parques eólicos pode ser reduzida se a velocidade do vento ficar acima ou abaixo de certos níveis, já que as turbinas só podem funcionar quando a velocidade do vento se cifrar nos níveis estabelecidos.

As variações dos níveis de vento nos parques eólicos podem assim resultar em flutuações sazonais (ou outras) na quantidade de electricidade gerada, e consequentemente na eficiência e nos resultados operacionais.

Gestão dos riscos relacionados com a volatilidade da produção de energia

A EDP Renováveis consegue mitigar a volatilidade e sazonalidade dos recursos eólicos através do seu sólido domínio das questões envolvidas na concepção de parques eólicos, e também através da diversificação geográfica (em cada país e nos vários países em que opera) da sua base de activos. Este “efeito de portfolio” permite que haja uma compensação das variações do vento em cada região, mantendo assim a produção total de energia relativamente estável. A EDP Renováveis desenvolve actualmente as suas actividades em 11 países: Espanha, Portugal, França,

Bélgica, Polónia, Roménia, Reino Unido, Itália, EUA, Canadá e Brasil.

3.7.2.4.3 FINANCIAMENTO

3.7.2.4.3.1 Riscos associados à exposição aos mercados financeiros

A EDP Renováveis está exposta às flutuações das taxas de juro do seu financiamento. Este risco pode ser no entanto atenuado através da utilização de taxas de juro fixas e diversos instrumentos de cobertura de risco, ou através de *swaps* de taxas de juro.

Por causa da sua presença em vários países, as flutuações cambiais podem também ter um efeito material adverso nas condições financeiras da sociedade e nos seus resultados operacionais. A EDP Renováveis pode no entanto tentar proteger-se dessas flutuações cambiais através de diferentes estratégias de cobertura de risco, ou utilizando instrumentos de cobertura de risco como os contratos de troca de divisas no mercado de futuros ou *swaps* cruzados de divisas e taxas de juro.

Os esforços de cobertura de risco da EDP Renováveis poderão assim minimizar, mesmo que não eliminem, o impacto da flutuação das taxas de juro e da volatilidade dos mercados cambiais.

Gestão de riscos financeiros

A evolução dos mercados financeiros é analisada a título permanente, de acordo com a política de gestão de riscos do Grupo EDP aprovada pelo Conselho de Administração da EDP Renováveis.

O Conselho de Administração é responsável pela definição dos princípios gerais de gestão de riscos, e pela instituição de limites à sua exposição, no seguimento das recomendações do Comité de Gestão de Risco.

Tendo em conta a política de gestão de riscos e os limites previamente aprovados de exposição, o Departamento Financeiro identifica, avalia e submete à aprovação do Conselho a estratégia financeira mais apropriada a cada projecto ou localização.

A execução das estratégias assim aprovadas é também conduzida pelo Departamento Financeiro, de acordo com as políticas previamente definidas e aprovadas.

São utilizadas taxas de juro fixas, contratos de cobertura de risco e outros instrumentos financeiros para minimizar os efeitos adversos potenciais associados aos riscos das taxas de juro e das flutuações cambiais no desempenho financeiro da sociedade.

3.7.2.4.3.1.1 Riscos associados às taxas de juro

O objectivo das políticas de gestão de riscos associados às taxas de juro é o de reduzir a exposição do pagamento das dívidas de longo prazo às flutuações dos mercados, fundamentalmente através da emissão de dívida a longo prazo com uma taxa fixa, mas também com a instituição de instrumentos financeiros derivados que permitam a permuta entre uma taxa variável e uma taxa fixa quando a dívida de longo prazo tiver sido emitida a taxas variáveis.

A principal exposição potencial a este risco verifica-se no caso dos empréstimos accionistas feitos pelo Grupo EDP e por investidores

institucionais ligados às estruturas de parceria criadas no caso das operações nos EUA, bem como aos esquemas de financiamento de projectos e aos empréstimos de terceiros providos de entidades não pertencentes ao Grupo EDP.

No contexto financeiro das taxas variáveis, que representam aproximadamente 5% do total da dívida bruta da EDP Renováveis, a sociedade pode contratar instrumentos derivados financeiros de taxas de juro para cobrir o risco de variação dos encargos financeiros associados ao pagamento futuro de juros, o que terá o efeito de trocar as taxas variáveis por taxas de juro fixas.

A EDP Renováveis dispõe de um portfolio de derivados de taxas de juro com maturações que variam entre cerca de 1 e 10 anos. São realizadas análises de sensibilidade ao justo valor dos instrumentos financeiros baseados nas taxas de juro.

Tendo em conta as políticas adoptadas pelo Grupo EDP Renováveis, a gestão dos seus fluxos de tesouraria é substancialmente independente da flutuação das taxas de juro nos mercados.

3.7.2.4.3.1.2 Risco cambial

A EDP Renováveis opera a nível internacional e está exposta assim ao risco cambial dos investimentos verificados nas suas subsidiárias no estrangeiro. Actualmente, a maior exposição a este risco cambial traduz-se na flutuação entre o dólar americano e o euro, que resulta principalmente da sua participação na EDPR NA. Com o aumento das suas actividades em outras regiões fora da Zona Euro, a EDP Renováveis ficará também mais exposta aos riscos associados às divisas nacionais do Brasil, Polónia e Roménia.

A política geral da EDP Renováveis baseia-se em estratégias de cobertura de risco cambial, procurando uma correspondência dos custos e receitas nas várias divisas, e minimizando assim o impacto das flutuações cambiais ao mesmo tempo que preserva o valor. Na sua essência, esta abordagem implica conseguir alcançar um fluxo de entrada de capitais semelhante ao fluxo de saída dos mesmos. Assim, as emissões de dívida verificam-se na mesma moeda em que deverão ser conseguidos resultados operacionais líquidos. O Departamento Financeiro é responsável pelo acompanhamento da evolução das taxas cambiais, procurando mitigar o impacto das flutuações das divisas nos activos líquidos e nos resultados financeiros do grupo, utilizando estratégias naturais de controlo de risco cambial, bem como derivados sobre taxas de câmbio e/ou outras estruturas de cobertura de risco com características simétricas às dos activos e resultados cobertos. A eficácia destes instrumentos de cobertura de risco é reavaliada e monitorizada ao longo de toda a sua vida útil.

3.7.2.4.3.2 Risco de crédito de contraparte

O risco de crédito de contraparte é o risco de incumprimento da contraparte em dado contrato, quer por problemas temporários de liquidez, quer por problemas sistémicos de longo prazo.

Gestão do risco de crédito de contraparte

A política da EDP Renováveis no que concerne ao risco de crédito de contraparte em transacções financeiras é conduzida através da análise das capacidades técnicas, da competitividade, da notação de crédito e da exposição de cada contraparte. As contrapartes em transacções derivadas e financeiras são restringidas a instituições de crédito de nível superior, pelo que não se pode considerar que

governo da sociedade

haja um risco significativo de incumprimento das contrapartes e não são exigidas garantias para essas transacções.

No caso concreto da EDPR EU, o risco de crédito não é significativo, graças ao reduzido período médio de cobrança dos saldos dos clientes e à qualidade dos seus devedores. Na Europa, os principais clientes são operadores e distribuidores do mercado energético dos respectivos países.

No caso da EDPR NA, a análise do risco de crédito de contraparte torna-se mais relevante, dada a estrutura de preços habitual e os termos dos contratos de aquisição de energia. À luz destes factores, o risco de crédito de contraparte é cuidadosamente avaliado, tendo em linha de conta as notações de risco dos contratantes. Em muitos casos, de acordo com o nível de exposição do contrato, são exigidas garantias adicionais ao acordo de crédito.

3.7.2.4.3 Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste no risco de que a EDP Renováveis não venha a ser capaz de cumprir atempadamente as suas obrigações financeiras.

Gestão do risco de liquidez

A estratégia da EDP Renováveis para a gestão da sua liquidez consiste em garantir, tanto quanto possível, que se verifica uma liquidez suficiente para o cumprimento atempado das suas obrigações, tanto em condições normais como de crise, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou sem correr o risco de prejudicar a reputação da sociedade.

A política de liquidez seguida pela EDP Renováveis garante a sua conformidade com as obrigações de pagamento assumidas, através da manutenção de facilidades de crédito suficientes e do acesso às facilidades de liquidez do Grupo EDP.

3.7.2.4.4 CONTRATOS DE TURBINAS EÓLICAS

3.7.2.4.4.1 Risco associado ao fornecimento de turbinas eólicas

As turbinas eólicas são um elemento fulcral no desenvolvimento dos projectos relacionados com a produção de energia eólica pela EDP Renováveis, pelo que a sua escassez no mercado ou um aumento inesperado dos preços podem pôr em risco o desenvolvimento de novos projectos e a sua rentabilidade. A aquisição de turbinas eólicas representa a grande maioria do capital que é necessário investir na criação de um parque eólico (em média, entre 70% e 80%).

Gestão do risco associado ao fornecimento de turbinas eólicas

A EDP Renováveis enfrenta um risco limitado no que toca à falta de disponibilidade e a um eventual aumento dos preços das turbinas eólicas, graças aos acordos-quadro estabelecidos com os principais fornecedores a nível mundial. A sociedade utiliza um conjunto diversificado de fornecedores de turbinas eólicas, a fim de reduzir a sua dependência de um único fornecedor, sendo um dos produtores mundiais de energia eólica com um portfolio de fornecedores mais diversificado e equilibrado.

Através da assinatura dos referidos acordos-quadro com um ou mais fornecedores de turbinas eólicas, a EDP Renováveis consegue equilibrar os seus custos, adaptando-os aos seus projectos em

pipeline, e flexibilizando os investimentos no tempo, nas áreas de implantação e nos diferentes modelos/tecnologias.

Ao conduzir a sua estratégia de assinatura de acordos-quadro de aquisição a médio prazo, a EDP Renováveis consegue reduzir os riscos de contratar a aquisição de grandes quantidades de novas turbinas eólicas com exposição ao mercado à vista, ao mesmo tempo que a longo prazo mantém boas condições no custo total de posse, graças à estrutura de custos pré-determinados nos acordos assinados. Por outro lado, graças ao facto de não ter de contratar ao mesmo tempo a aquisição de todas as turbinas eólicas necessárias à execução do seu plano de crescimento, a EDP Renováveis aumenta a sua flexibilidade a curto prazo no desenvolvimento dos seus projectos em *pipeline*. Finalmente, com estes acordos-quadro, a EDP Renováveis garante uma flexibilidade geográfica adicional, permitindo-lhe adequar o desenvolvimento dos seus projectos às alterações que se venham a verificar no futuro num dado mercado.

3.7.2.4.5 DESENVOLVIMENTO DOS PROJECTOS EM PIPELINE

3.7.2.4.5.1 Riscos associados ao licenciamento

Os parques eólicos estão sujeitos a rigorosa regulamentação a nível internacional, nacional, estadual, regional e local no que concerne ao seu desenvolvimento, construção, licenciamento, ligação à rede eléctrica e operação de centrais de geração eléctrica. A regulamentação aplicável incide nomeadamente sobre: a aquisição, arrendamento e utilização de terras; as licenças de construção, transporte e distribuição; as licenças ambientais e paisagísticas; e o congestionamento das redes de distribuição e transmissão de energia. O processo de desenvolvimento dos parques eólicos está condicionado à obtenção daquelas licenças. Caso as autoridades não atribuam as referidas licenças e autorizações, ou se o fizerem com atrasos ou outras restrições, isso poderá ter um efeito material adverso no desenvolvimento de outros negócios.

Gestão dos riscos associados ao licenciamento

Os riscos associados ao licenciamento são reduzidos pelo facto de a EDP Renováveis conduzir as suas actividades em 11 países diferentes (Espanha, Portugal, França, Bélgica, Polónia, Roménia, Reino Unido, Itália, EUA, Canadá e Brasil), com um portfolio de projectos em várias fases de desenvolvimento. A EDP Renováveis tem também um grande número de projectos em *pipeline* localizados nas regiões mais atractivas, o que lhe garante alguma segurança perante a hipótese de vir a enfrentar atrasos potenciais no desenvolvimento de novos projectos e assegura as suas metas de crescimento. O elevado nível de qualidade dos projectos em *pipeline* deve ser realçado, para o que contribuiu a sua posição pioneira na maioria dos mercados em que opera, e as parcerias estabelecidas com equipas locais particularmente especializadas para a concepção e construção de parques eólicos.

3.7.2.4.6 OPERAÇÕES

3.7.2.4.6.1 Riscos associados ao desempenho das turbinas eólicas

A capacidade de produção dos parques eólicos depende da disponibilidade e nível de desempenho do equipamento necessário à sua operação, principalmente dos vários componentes das turbinas eólicas e respectivos transformadores. Assim, o risco associado ao desempenho das turbinas eólicas baseia-se na hipótese de que o nível de produção de energia

não corresponda às previsões. O melhor indicador para avaliar o desempenho das turbinas eólicas é o seu nível de disponibilidade – o período de tempo em que é efectivamente possível realizar a sua operação, com a produção de energia dentro da curva previamente estabelecida.

Gestão do risco associado ao desempenho das turbinas eólicas

A EDP Renováveis consegue atenuar este risco recorrendo a um conjunto alargado de fornecedores, reduzindo assim os riscos tecnológicos. Com a aquisição das turbinas são estabelecidos também contrato de manutenção, tanto correctiva como preventiva. São ainda exigidas garantias técnicas aos fornecedores de turbinas, as quais pretendem assegurar a excelência do seu desempenho. Depois deste período inicial, são contratados os serviços de operação e manutenção de uma empresa externa, mantendo ainda um acordo de assistência técnica com o fornecedor original.

Mais recentemente, e seguindo a tendência dominante no sector eólico, a EDP Renováveis tem vindo a subcontratar algumas das actividades mais técnicas de operação e manutenção dos seus parques eólicos. Através do seu Centro de Telecondução, a EDP Renováveis consegue acompanhar e controlar à distância, em tempo real, a reacção dos parques eólicos às exigências da rede, e recolher dados operacionais 24 horas por dia que ajudam os seus técnicos a aumentarem a eficiência na gestão das actividades de operação e manutenção.

3.8. AUDITOR EXTERNO

A Comissão de Auditoria e Controlo é responsável por propor ao Conselho de Administração que submeta à Assembleia Geral a nomeação dos auditores da sociedade, bem como as respectivas condições de contratação, destituição e renovação de mandato e o âmbito das suas funções.

A fim de proteger a independência do auditor externo, a Comissão de Auditoria e Controlo exerceu as seguintes competências ao longo do ano de 2010:

- Supervisão directa e exclusiva pela Comissão de Auditoria e Controlo;
- Avaliação das competências, da independência e do desempenho do auditor externo e do respectivo relatório anual sobre todas as relações existentes entre a sociedade e os auditores ou pessoas com eles relacionadas, incluindo todos os serviços prestados e em prestação. Com o objectivo de avaliar a sua independência, a Comissão de Auditoria e Controlo recolheu junto do auditor externo todas as informações relativas à sua independência, de acordo com o Decreto-Lei nº 224/2008, de 20 de Novembro, que alterou os Estatutos da Associação dos Auditores Externos;
- Revisão do relatório de transparência assinado pelo auditor externo e publicado no seu sítio da Internet. Este relatório incide sobre uma série de matérias regulamentadas no artigo 62º-A do Decreto-Lei nº 224/2008, relacionadas fundamentalmente com o Sistema de Controlo Interno e com o processo de controlo de qualidade levado a cabo pelas entidades competentes;
- Análise, com o auditor externo, do âmbito, planeamento e recursos necessários aos serviços a prestar.

O auditor externo na EDP Renováveis é, desde o ano de 2007, a KPMG Auditores, S.L., pelo que não será necessário ainda proceder à sua alteração, nos termos da recomendação III.1.3 da Código de Governo das Sociedades Portugueses.

Em 2010, segundo as competências da Comissão de Auditoria e Controlo e em cumprimento das recomendações II.4.4 e II.4.5 da CMVM, esta Comissão foi o órgão corporativo responsável pelo contacto permanente com o auditor externo sobre matérias que possam fazer perigar a sua independência e outros assuntos relacionados com a auditoria das contas. Coube-lhe também recolher e analisar informação sobre as questões previstas na legislação sobre auditoria às contas e as normas técnicas de auditoria em vigor.

A Comissão de Auditoria e Controlo avaliou o desempenho do auditor externo na prestação dos serviços contratados pela sociedade, resultando daí uma avaliação positiva sobre a qualidade dos mesmos, tendo considerado que foram cumpridas as normas aplicáveis em vigor e aconselhado a manutenção do mesmo auditor.

O trabalho do auditor externo, incluindo os relatórios e as auditorias às contas da sociedade, foi fiscalizado e avaliado de acordo com as normas e os padrões aplicáveis, especialmente as normas internacionais em vigor. O auditor externo, em conjunto com a Comissão de Auditoria e Controlo, verifica a implementação das políticas de remuneração e a eficiência e funcionamento dos mecanismos de controlo interno. O auditor externo comunica à Comissão de Auditoria e Controlo todas as falhas detectadas.

3.9. POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES

Desde o início da sua admissão à negociação no Euronext Lisbon, a EDP Renováveis tem procurado instituir medidas que assegurem o seu bom governo e o das suas subsidiárias, incluindo a prevenção de práticas censuráveis, nomeadamente em matérias contabilísticas e financeiras.

Assim, o Conselho de Administração da EDP Renováveis decidiu disponibilizar aos seus colaboradores um canal de comunicação para que eles possam transmitir, confidencial e directamente, qualquer prática que presumam ilícita ou qualquer alegada irregularidade contabilística ou financeira que se verifique na sociedade. Estas comunicações chegam directamente às mãos da Comissão de Auditoria e Controlo.

A criação pela EDP Renováveis deste canal de comunicação de irregularidades nas práticas financeiras e contabilísticas destina-se essencialmente a:

- Permitir que qualquer colaborador possa comunicar livremente as suas preocupações nestes domínios à Comissão de Auditoria e Controlo;
- Facilitar a detecção precoce de irregularidades que, a ocorrerem, poderiam dar origem a danos graves para o Grupo EDP Renováveis e os seus colaboradores, clientes e accionistas.

O contacto com a Comissão de Auditoria e Controlo da sociedade só é possível através de correio electrónico e correio postal, e o acesso à informação recebida é reservado.

Qualquer reclamação ou denúncia remetida à Comissão de Auditoria e Controlo será mantida estritamente confidencial, mantendo-se anónima a identidade do denunciante, desde que

governo da sociedade

isso não impeça a investigação da denúncia. Será em todo o caso garantido ao denunciante que a sociedade não exercerá nenhuma acção de retaliação ou disciplinar em virtude do exercício do direito que lhe assiste de denunciar irregularidades, de fornecer informações ou de colaborar num processo de investigação.

O secretário da Comissão de Auditoria e Controlo recebe todas as comunicações e apresenta um relatório trimestral aos membros da Comissão.

Em 2010 não se registaram quaisquer comunicações de irregularidades na EDP Renováveis.

3.10 ÉTICA

A EDP Renováveis é orientada por um forte sentido de ética, cujos princípios estão corporizados nas actividades quotidianas dos seus colaboradores, em conformidade com práticas éticas geralmente consideradas consensuais mas que, para efeitos de abertura, transparência e imparcialidade, a sociedade entende deverem ser discriminados.

Nesse sentido, a EDP Renováveis desenvolveu e fez aprovar um Código de Ética, que deve ser adoptado por todos os colaboradores da sociedade, sem prejuízo do disposto na lei e outros regulamentos. Os colaboradores da EDP Renováveis são obrigados a obedecer ao Código de Ética e às restantes políticas corporativas aprovadas nesse sentido, seguindo princípios como os seguintes:

- Transparência, honestidade e integridade
- Ambiente de trabalho
- Desenvolvimento do capital humano
- Direitos humanos
- Não discriminação e igualdade de oportunidades
- Integridade
- Ambiente e sustentabilidade
- Medidas disciplinares

O Código de Ética foi distribuído por todos os colaboradores da sociedade.

Há um canal de comunicação de denúncia de irregularidades disponível na Intranet da sociedade, que permite a transmissão directa e confidencial de quaisquer práticas presumivelmente ilegais e/ou quaisquer alegadas irregularidades contabilísticas ou financeiras que se verifiquem na empresa. Foi também criado um endereço electrónico reservado que permite a comunicação de qualquer infracção ao articulado no Código de Ética.

4. EXERCÍCIO DOS DIREITOS DOS ACCIONISTAS

4.1. DESCRIÇÃO E COMPETÊNCIAS DA ASSEMBLEIA GERAL DE ACCIONISTAS

A Assembleia Geral de Accionistas é o órgão máximo de governo societário, sendo composto pela universalidade dos accionistas, à qual compete, quando validamente constituída, deliberar, por maioria de votos, sobre qualquer assunto que, dentro das determinações legais e estatutárias, seja da sua competência. É responsável nomeadamente por:

- Avaliar a gestão dos negócios sociais e aprovar as contas do exercício anterior, bem como deliberar sobre a aplicação dos resultados do exercício;
- Proceder à nomeação e renovação do Conselho de Administração na forma prevista nos Estatutos e nas disposições legais vigentes, cobrindo ou substituindo os lugares vagos que no mesmo se verifiquem e, eventualmente, ratificando as nomeações dos Administradores nomeados provisoriamente pelo Conselho;
- Nomear os auditores externos;
- Deliberar e decidir sobre as propostas que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração;
- Outras atribuições estabelecidas pela legislação vigente;
- Deliberar sobre o aumento e a redução do capital social e delegar no Conselho de Administração, se aplicável, dentro dos prazos previstos na Lei, a faculdade de assinalar a data ou datas de execução da deliberação de aumento ou redução de capital, podendo o Conselho de Administração fazer uso, no todo ou em parte, desta delegação, inclusivamente não a executar, considerando as condições da sociedade, do mercado ou de quaisquer acontecimentos ou circunstâncias de especial relevância que, no seu entendimento, justifiquem tal decisão, devendo dar conhecimento à Assembleia Geral uma vez concluído o prazo outorgado para a sua execução;
- Delegar no Conselho de Administração o poder de aumentar o capital social, nos termos do artigo 297º do Real Decreto Legislativo 1/2010, de 2 de Julho, que aprova o novo texto da Lei das Sociedades de Capital espanhola;
- Deliberar sobre a emissão de obrigações;
- Alterar os Estatutos da sociedade;
- Deliberar sobre a dissolução, cisão e transformação da sociedade;
- Deliberar sobre qualquer assunto que o Conselho de Administração entenda submeter-lhe, estando este obrigado a convocar com a maior brevidade possível a Assembleia Geral de Accionistas sempre que se verifiquem circunstâncias ou factos relevantes que possam afectar a sociedade, os seus accionistas ou órgãos sociais.

As decisões da Assembleia Geral vinculam todos os accionistas, incluindo accionistas que tenham votado contra ou não tenham participado.

A Assembleia Geral pode ser ordinária ou extraordinária. Ambos os casos se regem pelo disposto na lei e nos Estatutos sociais.

A Assembleia Geral ordinária deve reunir nos primeiros seis (6) meses de cada exercício, para analisar o desempenho da gestão da sociedade, aprovar o relatório anual e as contas do exercício do ano anterior e deliberar sobre a aplicação dos resultados e sobre a aprovação das contas consolidadas, se aplicável. A Assembleia Geral delibera ainda sobre qualquer outro assunto que, cabendo no âmbito da sua competência, esteja incluído na ordem do dia.

Uma Assembleia Geral Extraordinária é qualquer outra assembleia que não reúna as características mencionadas no parágrafo anterior.

4.2. DIREITO DE PARTICIPAÇÃO

Todos os accionistas, independentemente do número de acções de que forem titulares, podem estar presentes na Assembleia Geral e participar nas suas deliberações, tendo o direito de usar a palavra e votar.

Para estarem presentes na assembleia, os accionistas devem ter as suas acções registadas em seu nome na conta de acções escriturais até cinco (5) dias úteis antes da data marcada para a Assembleia Geral.

Acresce que, embora não se encontrando uma disposição expressa sobre a matéria nos Estatutos, em caso de suspensão de uma Assembleia Geral, a EDP Renováveis pretende adoptar a Recomendação I.2.2 do Código de Governo das Sociedades Português, não exigindo o bloqueio das acções com uma antecedência superior a cinco dias.

Qualquer accionista que tenha o direito de estar presente em Assembleia Geral poderá fazer-se representar por qualquer pessoa à sua escolha, mesmo não sendo accionista. A procuração para este efeito é sempre revogável. O Conselho de Administração poderá exigir que as procurações sejam entregues na sede social até dois (2) dias úteis antes da data marcada para a realização da assembleia, indicando o nome do representante.

A procuração é conferida por escrito ou através de meios de comunicação à distância, como a via postal, e é válida para uma única Assembleia Geral.

4.3. VOTO E EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO

A cada acção corresponde um voto.

Não dispõem de direito de voto as acções que se emitam sem esse direito, salvo nos casos em que a lei vigente assim o estabeleça.

Não existe um sistema de participação dos trabalhadores no capital da EDP Renováveis, pelo que não foram estabelecidos quaisquer mecanismos de controlo relevantes quanto ao exercício de direitos de voto por trabalhadores ou seus representantes.

4.4. EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO POR CORRESPONDÊNCIA E POR MEIOS ELECTRÓNICOS

Os accionistas poderão exercer o seu direito de voto por correspondência, por via postal ou electrónica, sobre quaisquer matérias compreendidas no âmbito das competências da Assembleia Geral. Para ser válido é essencial que o voto seja

recebido na sede social até às 24 (vinte e quatro) horas do dia anterior previsto para a realização da Assembleia Geral em primeira convocatória.

O voto por correspondência postal é efectuado mediante o envio, para a morada indicada na convocatória da Assembleia, de uma declaração com o sentido de voto, acompanhada da documentação referida no Guia do Accionista.

Para exercer o direito de voto por meios electrónicos, o accionista deve manifestar a sua intenção ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral com a antecedência necessária para permitir o seu exercício no prazo e forma indicados na convocatória da Assembleia. Subsequentemente, o accionista receberá uma comunicação com o código de acesso (password) para o exercício do direito de voto por via electrónica, no prazo e forma estabelecidos na convocatória.

O voto à distância pode ser revogado se for anulado com a antecedência prevista para o efeito através do mesmo meio utilizado, ou se o accionista ou seu representante comparecerem na Assembleia Geral.

O Conselho de Administração fez aprovar um Guia do Accionista em Assembleia Geral, que contém, nomeadamente, os modelos a utilizar para o exercício de voto por correspondência e por meios electrónicos, entre outras matérias. Encontra-se à disposição dos accionistas em www.edprenovaveis.com.

4.5. QUÓRUM CONSTITUTIVO E DELIBERATIVO DA ASSEMBLEIA GERAL

As Assembleias Gerais, tanto Ordinárias como Extraordinárias serão consideradas validamente constituídas: na primeira convocatória quando os Accionistas presentes ou representados possuam, pelo menos vinte cinco por cento (25%) do capital subscrito com direito de voto; na segunda convocatória será válida para a constituição da Assembleia qualquer que seja o capital presente na mesma.

Não obstante, para que a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária possa aprovar validamente a emissão de obrigações, o aumento ou a redução do capital, a transformação, fusão ou cisão da Sociedade e, em geral, qualquer modificação dos Estatutos Sociais será necessária: na primeira convocatória quando os Accionistas presentes possuam, pelo menos, cinquenta por cento (50%) do capital subscrito com direito de voto; na segunda convocatória, quando os Accionistas presentes ou representados possuam, pelo menos, vinte cinco por cento (25%) do capital subscrito com direito de voto.

Nestes casos, quando estejam presentes Accionistas que representem menos de cinquenta por cento (50%) do capital subscrito com direito de voto, os acordos a que se refere o apartado anterior só poderão ser validamente adoptados com o voto favorável de dois terços (2/3) do capital presente ou representado na Assembleia.

4.6. MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

O Presidente da Assembleia Geral é eleito pela própria Assembleia e deve cumprir os mesmos requisitos de independência que são exigidos aos Administradores independentes. O mandato do Presidente tem a duração de três anos, podendo ser renovado uma única vez.

governo da sociedade

Desde 4 de Junho de 2008, a presidência da Assembleia Geral foi assumida por Rui Chancerelle de Machete, com domicílio profissional na PLMJ, A.M. Pereira, Sáragga Leal, Oliveira Martins, Júdice e Associados, RL, Av. da Liberdade, 224, Edifício Eurolex, 1250-148 Lisboa, Portugal.

Para além do Presidente, a Mesa da Assembleia Geral, é também composta pelo Presidente do Conselho de Administração, ou pessoa que o substitua, pelos demais Administradores e pelo secretário do Conselho de Administração.

A função de secretário da Assembleia Geral é assumida pelo secretário do Conselho de Administração, Emilio García-Conde Noriega, com domicílio profissional na sede da sociedade.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral da EDP Renováveis dispõe dos recursos humanos e logísticos adequados às suas necessidades, considerada a situação económica da EDP Renováveis, na medida em que, para além do secretário da sociedade e do apoio jurídico disponibilizado para o efeito, a sociedade contrata uma entidade especializada na recolha, tratamento e contagem de votos.

Em 2010, a remuneração do Presidente da Mesa da Assembleia Geral da EDP Renováveis foi de EUR 15.000.

4.7. ACTAS E INFORMAÇÃO SOBRE AS DELIBERAÇÕES ADOPTADAS

Tendo em conta que a EDP Renováveis é uma sociedade com acções admitidas à negociação no Eurolist by Euronext Lisbon, as informações sobre governo societário estão disponíveis aos seus accionistas através do sítio www.edprenovaveis.com. Os extractos das actas das reuniões da Assembleia Geral, bem como a respectiva convocatória, ordem de trabalhos, propostas apresentadas à Assembleia Geral e formas de participação, deverão ser disponibilizados aos accionistas no prazo de cinco (5) dias a contar da data de realização das reuniões.

Considerando a natureza pessoal da informação tratada, não constam do acervo histórico as listas de presença nas Assembleias Gerais realizadas, embora a EDP Renováveis pretenda, aquando da realização das suas Assembleias Gerais, substituí-las, em conformidade com a Circular nº 156/EMIT/DMEI/2009/515 da CMVM, por uma informação estatística que permita esclarecer o número de accionistas presentes, bem como a distinção entre o número de presenças físicas e o de votos exercidos por correspondência.

Nesta medida, a EDP Renováveis disponibiliza no seu sítio da Internet um extracto das actas das Assembleias Gerais com toda a informação relevante relacionada com a realização da Assembleia Geral e com as deliberações aprovadas, incluindo as propostas apresentadas e eventuais declarações de voto.

No referido sítio da Internet é também disponibilizada aos accionistas da EDPR informação relativa: i) aos requisitos de participação na Assembleia Geral; ii) ao exercício de direito de voto por correspondência; e iii) aos elementos informativos disponíveis na sede social.

4.8. MEDIDAS RELATIVAS AO CONTROLO E À MUDANÇA DE CONTROLO DA SOCIEDADE

A sociedade não adoptou medidas defensivas que tivessem por efeito afectar significativamente o seu património em caso de transição de controlo da estrutura accionista ou de mudança da composição do Conselho de Administração.

Os Estatutos não prevêm limitações à transmissibilidade das acções, nem ao exercício do direito de voto qualquer que seja a deliberação, nem limitações para integrar os órgãos de governo da EDPR. Não há ainda qualquer decisão que entre em vigor na sequência de uma oferta pública de aquisição de acções.

Nesta medida, a ausência da adopção pela sociedade de qualquer medida que vise impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição encontra-se em linha com a orientação preconizada na recomendação I.6.1 do Código de Governo das Sociedades Portugueses.

Por outro lado, a EDPR não celebrou quaisquer acordos (vigentes ou com efeitos futuros) sujeitos à condição de mudança de controlo da sociedade, para além daqueles de acordo com a prática corrente no caso do financiamento de determinados projectos de parques eólicos por parte de alguma das sociedades do grupo.

Finalmente, não existem quaisquer acordos entre a sociedade e os titulares dos seus órgãos de administração ou dirigentes, que prevejam indemnizações em caso de renúncia ou destituição de Administradores, assim como em casos de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança da estrutura de controlo da sociedade.

4.9. ASSEMBLEIA GERAL DE ACCIONISTAS DE 2010

A 13 de Abril de 2010, decorreu em Oviedo a Assembleia Geral de Accionistas Ordinária da sociedade “EDP Renováveis, S.A.”.

A validade da Assembleia foi verificada pelo Presidente da Mesa, assinalando-se a existência de quórum com o seguinte número de membros:

- 56 Accionistas presentes, com um total de 4.116.370 acções, constitutivas de 0,472% do capital social, e
- 62 Accionistas representados, com um total de 695.343.366 acções, constitutivas de 79,713% do capital social.

Houve assim um total de 118 accionistas na Assembleia Geral, entre os presentes e os representados, com 699.459.736 acções e o valor nominal de EUR 3.497.298.680, ou seja, 80,185% do capital social.

As dez propostas submetidas à apreciação da Assembleia Geral foram todas elas aprovadas. Os extractos da acta da Assembleia Geral de 2010, bem como a respectiva convocatória, ordem de trabalhos, propostas apresentadas e formas de participação encontram-se disponíveis no sítio da sociedade www.edprenovaveis.com.

5. REMUNERAÇÕES

5.1. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE AUDITORIA E CONTROLO

Nos termos do artigo 26º dos Estatutos da sociedade, a remuneração dos membros do Conselho de Administração consiste numa quantia fixa a determinar pela Assembleia para o conjunto do Conselho.

O referido artigo dispõe ainda que os Administradores podem ser remunerados através da atribuição de acções da sociedade, opções de aquisição de acções ou outros valores mobiliários que confirmem o direito à aquisição de acções da sociedade, ou mediante sistemas remuneratórios indexados ao valor das acções. Em qualquer caso, o sistema escolhido deve ser aprovado pela Assembleia Geral e estar em conformidade com a legislação em vigor.

A Comissão de Nomeações e Remunerações é responsável por propor ao Conselho de Administração, embora de forma não vinculativa, o sistema, a distribuição e o montante das remunerações dos Administradores, tendo por base o montante global da remuneração autorizada pela Assembleia Geral. Pode ainda propor ao Conselho a definição dos termos e condições dos contratos a celebrar com os Administradores. O montante exacto a ser auferido por cada Administrador, a periodicidade e as demais condições de remuneração são determinados pelo próprio Conselho de Administração com base na proposta da Comissão de Nomeações e Remunerações.

A remuneração máxima aprovada pela Assembleia Geral de Accionistas para o exercício de 2010 para a totalidade dos membros do Conselho de Administração foi de EUR 2.500.000.

5.2. COMPONENTE BASEADA NO DESEMPENHO, COMPONENTE VARIÁVEL E MONTANTE FIXO

A remuneração da Comissão Executiva é construída por três blocos: remuneração fixa, bônus variável anual e plurianual.

O bônus anual é definido até um máximo de 80% do salário anual e é calculado no final de cada ano de acordo com os seguintes indicadores: (i) desempenho relativo do *Total Shareholder Return* (TSR) vs índices do mercado de capitais e o desempenho dos seus pares; (ii) retorno do capital investido; (iii) capacidade instalada adicional (MW); (iv) crescimento dos resultados líquidos e do EBITDA em 2010.

O bônus plurianual é definido até um máximo de 120% do salário anual e é calculado com base nos mesmos indicadores de *performance* do bônus anual, mas medidos num enquadramento multi-anual a ser pago no final do período, incluindo, adicionalmente, as perspectivas ambientais e sociais: (i) o desempenho do índice de sustentabilidade aplicado à EDPR (método DJSI), (ii) a imagem da EDPR nos mercados nacional e internacional (através dos inquéritos e auditoria à marca elaborados); (iii) a sua capacidade às mudanças e adaptação às exigências dos novos mercados (através da realização de inquéritos), (iv) cumprimento dos objectivos para as estratégias nacional e internacional.

A remuneração do CEO foi paga directamente pela EDPR, enquanto que para os restantes membros da Comissão Executiva não houve pagamento directo aos seus membros.

Esta prática de governo societário em matéria retributiva encontra-se em linha com o modelo adoptado no Grupo EDP, mediante o qual, os Administradores executivos da EDP não auferem qualquer remuneração directamente das empresas do grupo em cujos órgãos de administração participam, mas apenas através da EDP.

Não obstante, e em conformidade com a referida prática de governo societário, a EDP Renováveis celebrou com a EDP um acordo de serviços de administração executiva, nos termos do qual a sociedade suporta um custo pela prestação dos referidos serviços que corresponde ao valor da remuneração definida para os membros executivos do Conselho de Administração.

Por outro lado, os Administradores não executivos auferem apenas uma remuneração fixa pelas funções desempenhadas enquanto Administradores ou, cumulativamente, pela sua participação na Comissão de Nomeações e Remunerações, na Comissão de Operações de Partes Relacionadas e na Comissão de Auditoria e Controlo.

A EDP Renováveis não implementou quaisquer planos de remuneração de acções ou planos de aquisição de acções como componentes da remuneração dos seus Administradores. Nenhum Administrador celebrou qualquer contracto com a sociedade ou terceiros que tenha efeito de mitigação do risco inerente na variação da remuneração estabelecida pela sociedade.

5.3. REMUNERAÇÃO ANUAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA COMISSÃO DE AUDITORIA E CONTROLO

A remuneração dos membros do Conselho de Administração para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 foi a seguinte:

Remuneração	Euros			
	Fixa	Variável		Total
		Anual	Plurianual	
Administradores executivos				
António Mexia*	-	-	-	-
Ana Maria Fernandes (CEO)*	384.000	208.939	-	592.939
António Martins da Costa*	-	-	-	-
Nuno Alves*	-	-	-	-
João Manso Neto*	-	-	-	-
Administradores não executivos				
António Nogueira Leite	60.000	-	-	60.000
Daniel M. Kammen	45.000	-	-	45.000
Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda	60.000	-	-	60.000
Gilles August	45.000	-	-	45.000
João Lopes Raimundo	55.000	-	-	55.000
João Manuel de Mello Franco	80.000	-	-	80.000
Jorge Santos	60.000	-	-	60.000
José Araújo e Silva	-	-	-	-
José Silva Lopes	60.000	-	-	60.000
Manuel Menéndez Menéndez	45.000	-	-	45.000
Rafael Caldeira Valverde	55.000	-	-	55.000
Total	949.000	208.939	-	1.157.939

* Com excepção do Administrador-delegado (CEO), os membros da Comissão Executiva não receberam qualquer remuneração da EDP Renováveis. No entanto, através do Acordo de Serviços de Administração Executiva, a EDP Renováveis deverá pagar à EDP um montante de EUR 836,400 pelos serviços de gestão prestados no exercício de 2010.

O plano de poupança de reforma dos membros da Comissão Executiva funciona como complemento efectivo de reforma e corresponde a 5% do valor do respectivo vencimento anual.

governo da sociedade

Os Administradores não auferem, a título de remuneração, qualquer benefício não pecuniário relevante.

Adicionalmente, a remuneração dos membros da Equipa de Gestão, com excepção da Administradora-delegada, foi a seguinte:

Remuneração	Euros			
	Fixa	Variável		Total
		Anual	Plurianual	
Equipa de Gestão	954.662	297.000	–	1.251.662

5.4. DECLARAÇÃO SOBRE A POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES

A Comissão de Nomeações e Remunerações reporta ao Conselho de Administração as remunerações do Conselho e da Equipa de Gestão, propondo ao Conselho de Administração dentro dos limites estabelecidos nos Estatutos, o sistema de remuneração, método de distribuição e montantes a pagar aos Administradores que deverão ser submetidos à aprovação da Assembleia Geral de Accionistas. Esta Comissão define a remuneração a atribuir aos Administradores, procurando que a mesma reflita o desempenho de cada um dos membros em cada ano do mandato (remuneração variável anual), bem como o seu desempenho durante o mandato mediante a fixação de uma componente variável que seja consistente com a maximização do desempenho de longo prazo da sociedade (remuneração variável plurianual). Procura-se desta forma o alinhamento do comportamento do Conselho de Administração com os interesses dos accionistas. A declaração sobre a política de remuneração irá ser submetida para aprovação na próxima Assembleia Geral.

5.5. AVALIAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL NO QUE RESPEITA À POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DA SOCIEDADE E À AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

A Assembleia Geral é responsável pela nomeação do Conselho de Administração, o qual nomeia a Comissão de Nomeações e Remunerações, que é a entidade responsável pela apresentação da declaração sobre a política de remuneração dos órgãos sociais da sociedade.

Para além desta matéria, a Assembleia Geral, no âmbito das suas funções, tem o dever de apreciar a referida declaração.

Por outro lado, e nos termos do artigo 164º da Lei das Sociedades de Capital espanhola, a Assembleia Geral tem ainda o dever de avaliar o desempenho dos órgãos sociais, adoptando uma deliberação anual em relação à manutenção da confiança nos membros dos órgãos sociais.

5.6. PRESENÇA NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE ACCIONISTAS DE UM REPRESENTANTE DA COMISSÃO DE NOMEAÇÕES E REMUNERAÇÕES

Pelo menos um representante da Comissão de Nomeações e Remunerações estará presente ou representado na Assembleia Geral de Accionistas.

5.7. PROPOSTA RELATIVA À APROVAÇÃO DE PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE ACÇÕES E/OU DE OPÇÕES DE AQUISIÇÃO OU COM BASE NAS VARIAÇÕES DO PREÇO DAS ACÇÕES

A sociedade não aprovou nenhum plano de atribuição de acções ou de opções de aquisição de acções ou que tenha por base as variações do preço das acções.

5.8. REMUNERAÇÃO DO AUDITOR

Para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, os honorários da KPMG Auditores, S.L. pela prestação de serviços de auditoria e revisão legal de contas, de serviços de consultoria fiscal e outros serviços que não sejam os de revisão de contas são os seguintes:

Euros	Portugal	Espanha	Brasil	EUA	Outros	Total
Auditoria e revisão legal das contas das contas e declarações financeiras	193.000	689.856	69.479	727.908	221.211	1.901.454
Outros serviços de garantia de fiabilidade (*)	209.500	51.790	–	174.196	12.950	448.436
Sub-total dos serviços de auditoria e associados	402.500	741.646	69.479	902.104	234.161	2.349.890
Serviços de auditoria fiscal	–	17.000	–	481.402	–	498.402
Outros serviços não associados à auditoria e revisão legal das contas	800	–	–	–	–	800
Sub-total dos serviços não associados à auditoria	800	17.000	–	481.402	–	499.202
Total	403.300	758.646	69.479	1.383.506	234.161	2.849.092

(*) Os honorários relativos à inspecção do Sistema de Controlo Interno (SCIRF) da EDPR EU, no valor de EUR 100.000, e da EDPR NA, no valor de EUR 100.000, foram adstritos a Portugal, já que as facturas foram emitidas neste país.

A EDP Renováveis segue uma política de pré-aprovação pela Comissão de Auditoria e Controlo de quaisquer serviços não associados à auditoria que sejam entregues ao auditor externo, em conformidade com a recomendação III.1.5 do Código de Governo das Sociedades Portugueses. Esta política foi rigorosamente cumprida em 2010.

6. MERCADO DE CAPITALIS

6.1. DESEMPENHO DAS ACÇÕES E POLÍTICA DE DIVIDENDOS

6.1.1. DESCRIÇÃO DAS ACÇÕES

As acções representativas do capital social da EDP Renováveis foram inicialmente admitidas à negociação no mercado de bolsa regulamentado NYSE Euronext Lisbon a 4 de Junho de 2008. O *free float* permanece desde então inalterado em 22,5%.

EDP RENOVÁVEIS, S.A.	
Acções	
Capital Social	€ 4.361.540.810
Valor Nominal	€ 5,00
Nº de Acções	872.308.162
Data do início da negociação	4 de Junho de 2008
NYSE Euronext Lisbon	
Reuters RIC	EDPR.LS
Bloomberg	EDPR PL
ISIN	ES0127797019

6.1.2 EVOLUÇÃO DA COTAÇÃO DAS ACÇÕES DA EDP RENOVÁVEIS

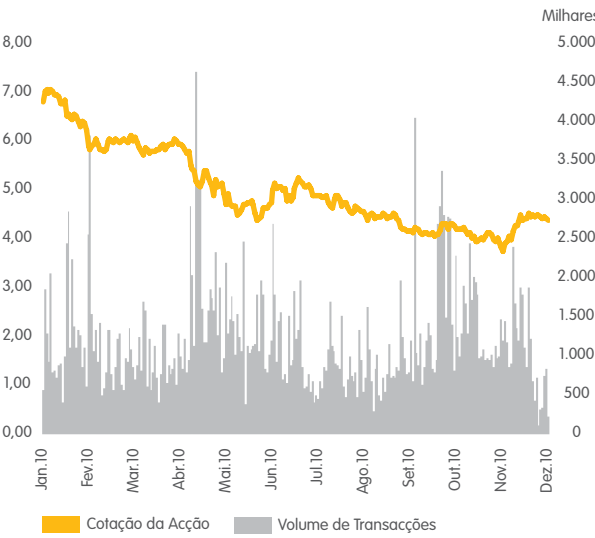
A capitalização bolsista da EDP Renováveis, a 31 de Dezembro de 2010, era de 3,8 mil milhões de euros. Em 2010, a cotação das acções desvalorizou 35%, para 4,34 euros por acção, abaixo do desempenho do PSI-20 (o índice de referência da NYSE Euronext Lisbon), do Euronext 100 e do Dow Jones Eurostoxx Utilities (“SX6E”). O mínimo anual foi registado a 30 de Novembro (€3,72) e o máximo anual foi atingido a 8 de Janeiro (€7,01).

EDP Renováveis vs. PSI-20 vs. DJ Eurostoxx Utilities



Em 2010, foram negociadas mais de 311 milhões de acções da EDP Renováveis, correspondendo a um volume de negócios de 1,5 mil milhões de euros e significando um aumento anual da liquidez de 21%. Foram negociadas, diariamente, uma média de 1,2 milhões de acções da EDP Renováveis. O total das acções negociadas representa 36% das acções admitidas à negociação, e 159% do *free float* da empresa, o maior nível de liquidez anual desde a Oferta Pública de Subscrição e de Admissão à Negociação (OPS).

Preço das acções da EDP Renováveis e volume de transacções



Indicadores do Mercado de Capitais	2010	2009	2008
Acções da EDP Renováveis na NYSE Euronext Lisbon			
Cotação na Abertura (€)	6,63	5,00	8,00*
Cotação no Fecho (€)	4,34	6,63	5,00
Cotação máxima (€)	7,01	7,75	8,00
Cotação mínima (€)	3,72	5,00	3,45
Variação da cotação das acções e dos índices de referência			
EDP Renováveis (%)	-35%	33%	-37%
PSI-20 (%)	-10%	33%	-51%
Dow Jones Eurostoxx Utilities (%)	-15%	-1%	-38%
Euronext 100 (%)	1%	25%	-45%
Liquidez das acções da EDP Renováveis no mercado			
Volume na NYSE Euronext (milhões €)	1.539	1.676	1.646
Volume diário médio (milhões €)	6,0	6,4	11,0
Número de acções transaccionadas (milhões)	311	257	216
Número médio de acções transaccionadas (milhares)	1.211	985	1.459
Total de acções emitidas (milhões)	872	872	872
Número de acções próprias	0	0	0
“Free float” (milhões)	196	196	196
Rotação anual do capital (% do total das acções)	36%	29%	25%
Rotação anual do capital (% do “free float”)	159%	131%	110%
Valor de Mercado da EDPR			
Capitalização bolsista no final do período (milhões €)	3.783	5.783	4.364

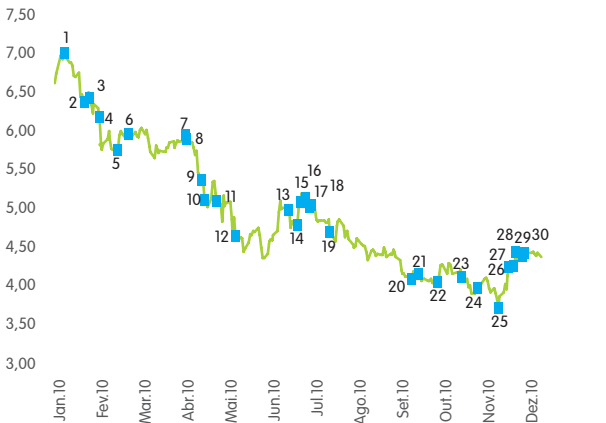
(*) 4 de Junho de 2008.



governo da sociedade

O gráfico abaixo mostra a evolução da cotação das acções da EDP Renováveis ao longo do ano, assinalando todos os comunicados e factos relevantes que poderão ter tido, de algum modo, impacto na mesma.

Principais eventos com impacto na evolução da cotação das acções da EDP Renováveis em 2010



#	Data	Descrição	Cotação
1	8/Jan	Adjudicação à EDP Renováveis de 1,3 GW de capacidade eólica offshore no Reino Unido	7,01
2	25/Jan	EDP Renováveis assina um acordo de longo prazo na Polónia para a venda de certificados "verdes"	6,38
3	27/Jan	EDP Renováveis entra no mercado italiano através da aquisição de 520 MW em fase de desenvolvimento	6,44
4	3/Fev	EDP Renováveis divulga os dados operacionais provisionais de 2009	6,18
5	17/Fev	EDP Renováveis assina um PPA contrato de aquisição de energia com o Tennessee Valley Authority nos EUA	5,76
6	25/Fev	EDP Renováveis anuncia os resultados de 2009	5,97
7	12/Abr	EDP Renováveis assina um contrato de longo prazo nos US para a venda de certificados "verdes"	5,96
8	13/Abr	Assembleia Geral Ordinária da EDP Renováveis	5,90
9	22/Abr	EDP Renováveis divulga dados operacionais provisionais do 1º trimestre de 2010	5,37
10	26/Abr	EDP Renováveis estabelece contrato com a Vestas para entregar até 2,1 GW de capacidade eólica	5,12
11	5/Mai	EDP Renováveis anuncia resultados do 1º trimestre de 2010	5,10
12	19/Mai	EDP Renováveis realiza o primeiro "Dia do Investidor" em Cascais	4,65
13	28/Jun	EDP Renováveis estabelece novo acordo tax equity no montante de 141 milhões de euros	4,98
14	2/Jul	O Governo Espanhol e a Associação Eólica de Espanha assinam um acordo para reforçar o suporte regulatório de longo prazo para o sector	4,80
15	6/Jul	Governo da Cantábria adjudica 220 MW de capacidade de produção eólica à EDP Renováveis	5,09
16	8/Jul	Roménia aprova nova regulamentação do sector eólico	5,13
17	13/Jul	EDP Renováveis divulga venda a descoberto	5,02
18	14/Jul	EDP Renováveis divulga dados operacionais provisionais do 1º semestre de 2010	5,05
19	28/Jul	EDP Renováveis divulga resultados do 1º semestre de 2010	4,70
20	27/Set	EDP Renováveis estabelece novo acordo tax equity nos EUA incorporando o cash grant atribuído pelo tesouro norte-americano para 99 MW	4,10
21	30/Set	EDP Renováveis executa projecto de 535 milhões de Zlotys na Polónia para 120 MW	4,15
22	14/Out	EDP Renováveis divulga dados operacionais provisionais dos primeiros 9 meses de 2010	4,06
23	3/Nov	EDP Renováveis divulga resultados dos primeiros 9 meses de 2010	4,12
24	15/Nov	EDP Renováveis assina novo PPA para 99 MW nos EUA	3,97
25	30/Nov	EDP Renováveis assina novo PPA para 83 MW nos EUA	3,72
26	8/Dez	Governo Espanhol publica novo Decreto Real, oferecendo estabilidade regulatória ao sector da energia eólica	4,24
27	9/Dez	EDP Renováveis estabelece novo acordo tax equity nos EUA incorporando o cash grant atribuído pelo tesouro norte-americano para 101 MW	4,25
28	13/Dez	EDP Renováveis assina novo PPA para 198 MW nos EUA	4,44
29	16/ Dez	EDP Renováveis assina novo PPA para 175 MW nos EUA	4,39
30	20/ Dez	Governo dos EUA aprova a extensão do programa cash grant	4,43

6.1.3. POLÍTICA DE DIVIDENDOS

A distribuição dos dividendos deve ser proposta pelo Conselho de Administração da EDP Renováveis e autorizada por deliberação aprovada em Assembleia Geral de Accionistas.

Em conformidade com as disposições legais em vigor, nomeadamente a Lei das Sociedades de Capital espanhola, os Estatutos da EDP Renováveis determinam que os lucros de um exercício anual tenham em conta:

- Os montantes a alocar a reservas legais;
- O montante aprovado pela mesma Assembleia Geral a atribuir aos dividendos das acções em circulação;
- O montante aprovado pela Assembleia Geral para constituir ou aumentar os fundos de reserva ou as reservas livres;
- O montante remanescente será contabilizado como excedente.

A política de dividendos da empresa, conforme prevista na Oferta Pública de Subscrição (OPS), prevê a distribuição de dividendos a cada ano, representando pelo menos 20% do lucro atribuível aos accionistas da EDPR. Foi igualmente anunciado na OPS que, o Conselho de Administração da EDPR poderá requerer o ajuste desta política de dividendos para reflectir, entre outras coisas, alterações ao plano de negócios e às necessidades de capital, pelo que, não poderá ser assegurado que em determinado ano sejam propostos ou declarados dividendos.

Em face do actual ambiente económico e regulatório nos países onde a EDPR tem investimentos, dos resultados líquidos obtidos no ano fiscal de 2010, da revisão do plano de negócios e das necessidades de capital associadas, acompanhados por um ambiente financeiro mais exigente, o Conselho de Administração irá propor na Assembleia Geral de Accionistas, a realizar-se em 2011, a retenção integral em reservas dos resultados obtidos em 2010.

6.2. COMUNICAÇÃO COM O MERCADO DE CAPITAIS

6.2.1. POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO

A política de comunicação da EDP Renováveis visa proporcionar aos accionistas, potenciais investidores e stakeholders todas as informações relevantes sobre a empresa e o seu ambiente de negócio. A promoção de uma informação de alta qualidade, transparente, consistente, rigorosa e facilmente acessível reveste-se de uma importância fundamental para uma percepção precisa da estratégia da empresa, da sua situação financeira, contabilística e patrimonial, das perspectivas, riscos e eventos significativos relativos à sociedade.

Nesta perspectiva, a EDP Renováveis procura oferecer aos investidores um conjunto de informações que os possam apoiar na tomada de decisões de investimento de uma forma esclarecida, clara e concreta.

Foi criado um Departamento de Relações com os Investidores de forma a assegurar contacto permanente com todos os agentes do mercado e diversos stakeholders, garantindo a igualdade entre os accionistas e prevenindo assimetrias no acesso à informação.

A EDP Renováveis utiliza o seu sítio na Internet como um dos mais importantes canais para a publicação de todas as informações

materiais, garantindo que todas as informações relevantes sobre a actividade da empresa e os seus resultados estão sempre actualizadas e disponíveis.

6.2.2. DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES COM OS INVESTIDORES

O Departamento de Relações com os Investidores da EDP Renováveis actua como intermediário entre a equipa de gestão da sociedade e um vasto universo de accionistas, analistas financeiros, investidores e o mercado em geral. O seu principal objectivo é garantir o princípio de igualdade entre os accionistas, prevenir as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores, bem como diminuir o eventual desvio entre a percepção destes sobre a estratégia da empresa e o valor intrínseco da sociedade. Este departamento é responsável pelo desenvolvimento e implementação da estratégia de comunicação da empresa, e pela manutenção de uma adequada relação institucional ao nível da informação com os mercados financeiros, com a bolsa de valores na qual as acções da EDP Renováveis foram admitidas à negociação, e com as entidades de regulação e supervisão (a CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, em Portugal, e a CNMV – Comisión Nacional del Mercado de Valores, em Espanha).

O Departamento de Relações com os Investidores é coordenado pelo Dr. Rui Antunes e está localizado nos escritórios da empresa, em Madrid. Os seus contactos são os seguintes:

Calle Serrano Galvache, 56
Centro Empresarial Parque Norte
Edificio Olmo – 7º
28033 Madrid, Espanha
Telephone: +34 902 830 700
Fax: +34 914 238 429
E-mail: ir@edprenovaveis.com

6.2.3. ACTIVIDADE EM 2010

Em 2010, a EDP Renováveis promoveu e participou em vários eventos, nomeadamente *roadshows*, apresentações, conferências, reuniões e conference calls, as quais, para além de reforçar a relação com os investidores, proporcionaram a oportunidade de a empresa se apresentar e responder a questões relativas à sua estratégia, desempenho e ambiente empresarial. Foram realizadas mais de 400 reuniões com investidores institucionais nas principais capitais financeiras da Europa e dos EUA, bem como nos escritórios da empresa, sendo esta uma forte evidência do elevado interesse dos investidores na empresa e no seu ambiente de negócios.

É de destacar também a realização do primeiro Dia do Investidor da empresa em Portugal, realizado a 21 de Maio de 2010, em Cascais, evento no qual a equipa de gestão teve a oportunidade para informar os investidores e analistas sobre a sua estratégia, perspectivas, e acompanhamento das suas áreas de negócio.

A EDP Renováveis divulga habitualmente as informações susceptíveis de influenciar os preços antes da abertura da NYSE Euronext Lisbon, através do sistema de informação da CMVM, disponibiliza a mesma na secção “Investidores” do seu sítio na Internet e envia-a por correio electrónico à lista de distribuição do Departamento.

A cada anúncio de resultados, foi promovida uma conference call transmitida através da Internet, na qual a administração da empresa actualiza as actividades da EDP Renováveis. Em cada um destes eventos, os accionistas, investidores e analistas têm

a oportunidade de submeter directamente as suas questões e de discutir os resultados da EDP Renováveis, bem como as perspectivas da empresa.

O Departamento manteve o contacto permanente com os analistas financeiros que avaliam a empresa e com todos os accionistas e investidores, através de e-mail, telefone ou em reuniões presenciais. Em 2010, foram emitidos pelo menos 200 relatórios de avaliação do desempenho por analistas.

6.2.4. ANALISTAS

Enquanto líder mundial em energia renovável e uma das maiores empresas cotadas no sector, a EDP Renováveis está permanentemente sob escrutínio e avaliação.

No final de 2010, havia pelo menos 29 instituições, de que a EDP Renováveis tem conhecimento, a elaborarem relatórios de research e a seguirem activamente a actividade da empresa. Até 31 de Dezembro de 2010, o preço-alvo médio destes analistas atingiu os €6,03 por acção, com a maioria a atribuir recomendações positivas sobre as acções da EDP Renováveis: 21 recomendações de compra, 7 recomendações neutrais, e apenas 1 recomendação de venda.

Recomendações dos Analistas relativas às acções da EDPR até 31 de Dezembro de 2010

Empresa	Analista	Preço-Alvo	Recomendação	Data
Goldman Sachs	Mariano Alarco	5,80	Compra	16/Dez/10
Morgan Stanley	Allen Wells	6,10	Overweight	15/Dez/10
Caixa BI	Helena Barbosa	6,65	Compra	14/Dez/10
Société Générale	Didier Laurens	5,80	Compra	13/Dez/10
Fidentis	Daniel Rodríguez	6,00	Compra	10/Dez/10
UBS	Alberto Gandolfi	5,00	Compra	7/Dez/10
Deutsche Bank	Virginia Sanz de Madrid	6,50	Manter	26/Nov/10
BPI	Bruno Almeida da Silva	6,35	Compra	19/Nov/10
Citigroup	Manuel Palomo	5,40	Compra	18/Nov/10
BCP	Vanda Mesquita	6,75	Compra	16/Nov/10
RBS	Chris Rogers	5,90	Compra	11/Nov/10
Redburn Partners	Archie Fraser	7,46	Compra	10/Nov/10
Arkeon Finance	Alexandre Koller	4,20	Venda	9/Nov/10
JP Morgan	Sarah Laitung	5,90	Overweight	5/Nov/10
BES	Fernando Garcia	6,30	Compra	5/Nov/10
BNP Paribas	José Fernandez	4,90	Neutral	4/Nov/10
Berenberg	Benita Barretto	5,50	Compra	4/Nov/10
Barclays Capital	Rupesh Madlani	6,50	Equalweight	4/Nov/10
BoAML	Matthew Yates	6,40	Compra	3/Nov/10
Natixis	Céline Chérubin	4,00	Neutral	29/Out/10
Credit Suisse	Maria Eulália Izquierdo	5,30	Outperform	29/Out/10
HSBC	James Magness	7,25	Overweight	18/Out/10
Santander	Joaquin Ferrer	7,00	Compra	24/Set/10
Nomura	Raimundo Fernandez-Cuesta	5,75	Neutral	6/Set/10
Sabadell	Jorge Gonzalez	6,77	Compra	30/Jul/10
Unicredit	Javier Suárez	5,50	Manter	28/Jul/10
Banesto	José Brito Correia	6,61	Overweight	22/Jun/10
BBVA	Daniel Ortea	7,90	Outperform	10/Jun/10
Macquarie	Shai Hill	5,40	Neutral	7/Mai/10



governo da sociedade

6.2.5. INFORMAÇÃO ONLINE: WEBSITE E E-MAIL

A EDP Renováveis considera a informação online uma ferramenta relevante na divulgação de informações relevantes, actualizando o seu sítio na Internet com todos os documentos relevantes. Além das informações exigidas pelos regulamentos da CMVM, a página da empresa também disponibiliza actualizações financeiras e operacionais das actividades da EDP Renováveis, garantindo a todos um acesso fácil à informação.

	Português	Inglês	Espanhol
Identificação da Sociedade	✓	✓	✓
Demonstrações Financeiras	✓	✓	✓
Regulamentos dos órgãos de administração e fiscalização	✓	✓	✓
Relatório anual da Comissão de Auditoria e Controlo	✓	✓	✓
Departamento de Relações com os Investidores – funções e contactos	✓	✓	✓
Estatutos	✓	✓	✓
Calendário dos eventos da empresa	✓	✓	✓
Convocatória para Assembleia Geral	✓	✓	✓
Propostas apresentadas para discussão e aprovação nas Assembleias Gerais	✓	✓	✓
Actas das Assembleias Gerais de Accionistas	✓	✓	✓

anexo I

PRINCIPAIS FUNÇÕES EXERCIDAS DURANTE OS ÚLTIMOS CINCO ANOS PELOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nome	Funções
ANTÓNIO MEXIA	Presidente Executivo (CEO) da EDP – Energias de Portugal, SA
ANA MARIA FERNANDES	Membro do Conselho de Administração da EDP – Energias de Portugal, SA
ANTÓNIO MARTINS DA COSTA	Presidente Executivo e Vice-Presidente da EDP – Energias do Brasil, SA Presidente Executivo e Presidente da Horizon Wind Energy LLC Membro do Conselho de Administração da EDP – Energias de Portugal, SA
JOÃO MANSO NETO	Presidente da Comissão Executiva da EDP Produção Presidente Executivo e Vice-Presidente da Hidroeléctrica del Cantábrico, SA Membro do Conselho de Administração da EDP – Energias de Portugal, SA
NIUNO ALVES	Director Executivo da Divisão de Mercados de Divisas e Capital do Millennium BCP Investimento Membro do Conselho de Administração Executivo (CFO) da EDP – Energias de Portugal, SA
ANTÓNIO NOGUEIRA LEITE	Membro da Direcção do Instituto Português de Relações Internacionais da Universidade Nova de Lisboa Administrador da Reditus, SGPS, SA Director-Geral da José de Mello, SGPS, SA Administrador da Companhia União Fabril CUF, SGPS, SA Administrador da Quimigal, SA Administrador da CUF – Químicos Industriais, SA Administrador da ADP, SA - CUF Adubos Administrador da Sociedades de Explosivos Civic, SEC, SA Administrador da Brisa, SA Administrador da Efacec Capital, SGPS, SA Administrador da Comitur, SGPS, SA Administrador da Comitur Imobiliária, SA Administrador da Expocomitur – Promoções e Gestão Imobiliária, SA Administrador da Herdade do Vale da Fonte – Sociedade Agrícola, Turística e Imobiliária, SA Administrador da Sociedade Imobiliária e Turística do Cojo, SA Administrador da Sociedade Imobiliária e Turística do Cojo, SA Administrador da Sociedade Imobiliária e Turística do Cojo, SA Administrador da José de Mello Saúde, SGPS, SA Vice-Presidente do Conselho Consultivo do Banif Banco de Investimentos Presidente do Conselho Geral de Supervisão da Opex, SA Membro do Conselho Consultivo do IGCP Vice-Presidente do Fórum para a Competitividade Administrador da José de Mello Investimentos, SGPS, SA Administrador da Fundação de Aljubarrota Presidente da Associação Oceano XXI (cluster do Mar)
DANIEL M. KAMMEN	Director Fundador do Laboratório de Energias Renováveis (RAEL) da Universidade da Califórnia, Berkeley Professor de Energia Nuclear na Universidade da Califórnia, Berkeley Professor de Energia e Recursos na Universidade da Califórnia, Berkeley Professor de Políticas Públicas na Goldman School of Public Policy da Universidade da Califórnia, Berkeley Co-Director do Berkeley Institute of the Environment Membro do Conselho Executivo do Energy Biosciences Institute
FRANCISCO JOSÉ QUEIROZ DE BARROS DE LACERDA	Administrador do Banco Comercial Português, SA e de diversas subsidiárias Administrador da Mague SPGS, SA
GILLES AUGUST	Co-fundador da August & Debouzy. Dirige actualmente o departamento de empresas da sociedade.
JOÃO LOPES RAIMUNDO	Presidente do Conselho de Administração do Banque BCP Luxembourg Presidente do Conselho de Administração do Banque BCP France Membro do Conselho de Administração do Banque Orive BCP Switzerland Director-Geral do Banco Comercial Português Vice-Presidente do Conselho de Administração do Millennium Angola Administrador do Banco Millennium BCP de Investimento Vice-Presidente do Conselho de Administração do Millennium Bank, NA (EUA)
JOÃO MANUEL DE MELLO FRANCO	Administrador da Portugal Telecom SGPS, SA Presidente da Comissão de Auditoria da Portugal Telecom SGPS, SA Membro da Comissão de Remunerações da Portugal Telecom SGPS, SA Membro da Comissão de Avaliação da Portugal Telecom SGPS, SA Membro da Comissão de Governo Corporativo da Portugal Telecom SGPS, SA
JORGE SANTOS	Professor Titular de Economia no Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade Técnica de Lisboa (UTL) Membro da Assembleia de Representantes do ISEG da UTL Coordenador do programa de Doutoramento em Economia do ISEG da UTL
JOSÉ ARAÚJO E SILVA	Administrador da Corticeira Amorim, SGPS, SA Membro da Comissão Executiva da Corticeira, SGPS, SA Administrador da Caixa Geral de Depósitos
JOSÉ SILVA LOPES	Presidente do Conselho de Administração do Montepio Geral
MANUEL MENÉNDEZ MENÉNDEZ	Administrador da EDP – Energias de Portugal, SA Presidente da Cajastur Presidente da Hidroeléctrica del Cantábrico, SA Presidente da Naturgas Energía, SA Administrador da EDP Renewables Europe, SL Representante da Peña Rueda, SL no Conselho de Administração da Enagás, SA Administrador da Confederación Española de Cajas de Ahorro Administrador da UNESA
RAFAEL CALDEIRA VALVERDE	Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo de Investimento, SA Membro da Comissão Executiva do Banco Espírito Santo de Investimento, SA



anexo II

CARGOS ACTUAIS DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EM EMPRESAS NÃO PERTENCENTES AO GRUPO EDP RENOVÁVEIS, SA

Name	Position
ANTÓNIO MEXIA	N/A
ANA MARIA FERNANDES	N/A
ANTÓNIO MARTINS DA COSTA	N/A
JOÃO MANSO NETO	N/A
NIUNO ALVES	N/A
ANTÓNIO NOGUEIRA LEITE	Membro da Direcção do Instituto Português de Relações Internacionais da Universidade Nova de Lisboa Administrador da Reditus, SGPS, SA Director-Geral da José de Mello, SGPS, SA Administrador da Companhia União Fabril CUF, SGPS, SA Administrador da Quimigal, SA Administrador da CUF – Químicos Industriais, SA Administrador da ADP, SA - CUF Adubos Administrador da Sociedades de Explosivos Civic, SEC, SA Administrador da Brisa, SA Administrador da Efacec Capital, SGPS, SA Administrador da Comitur, SGPS, SA Administrador da Comitur Imobiliária, SA Administrador da Expocomitur – Promoções e Gestão Imobiliária, SA Administrador da Herdade do Vale da Fonte – Sociedade Agrícola, Turística e Imobiliária, SA Administrador da Sociedade Imobiliária e Turística do Cojo, SA Administrador da Sociedade Imobiliária da Rua das Flores, nº 59, SA Administrador da José de Mello Saúde, SGPS, SA Vice-Presidente do Conselho Consultivo do Banif Banco de Investimentos Presidente do Conselho Geral de Supervisão da Opex, SA Membro do Conselho Consultivo do IGCP Vice-Presidente do Fórum para a Competitividade Administrador da José de Mello Investimentos, SGPS, SA Administrador da Fundação de Aljubarrota Presidente da Associação Oceano XXI (cluster do Mar)
DANIEL M. KAMMEN	Director Fundador do Laboratório de Energias Renováveis (RAEL) da Universidade da Califórnia, Berkeley Professor de Energia Nuclear na Universidade da Califórnia, Berkeley Professor de Energia e Recursos na Universidade da Califórnia, Berkeley Professor de Políticas Públicas na Goldman School of Public Policy da Universidade da Califórnia, Berkeley Co-Director do Berkeley Institute of the Environment Membro do Conselho Executivo do Energy Biosciences InstituteChefe Técnico Especialista do Departamento de Energias Renováveis e Eficiência Energética do Banco Mundial
FRANCISCO JOSÉ QUEIROZ DE BARROS DE LACERDA	Presidente Executivo da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, SA Presidente da Cimpor Inversiones, SA Presidente da Sociedade de Investimento Cimpor Macau, SA Gerente da Deal Winds – Sociedade Unipessoal, Lda
GILLES AUGUST	Co-fundador da August & Debouzy. Dirige actualmente o departamento de empresas da sociedade
JOÃO LOPES RAIMUNDO	Administrador da CIMPOR – Cimentos de Portugal SGPS, S.A. Presidente do Conselho de Administração da BCP Holdings USA, Inc. Director-Geral do Banco Comercial Português
JOÃO MANUEL DE MELLO FRANCO	Administrador da Portugal Telecom SGPS, SA Presidente da Comissão de Auditoria da Portugal Telecom SGPS, SA Membro da Comissão de Remunerações da Portugal Telecom SGPS, SA Membro da Comissão de Avaliação da Portugal Telecom SGPS, SA Membro da Comissão de Governo Corporativo da Portugal Telecom SGPS, SA
JORGE SANTOS	Professor Titular de Economia no Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade Técnica de Lisboa (UTL) Membro da Assembleia de Representantes do ISEG da UTL Coordenador do programa de Doutoramento em Economia do ISEG da UTL
JOSÉ ARAÚJO E SILVA	Administrador da Corticeira Amorim, SGPS, SA Membro da Comissão Executiva da Corticeira, SGPS, SA Administrador da Caixa Geral de Depósitos
JOSÉ SILVA LOPES	Presidente do Conselho de Administração do Montepio Geral
MANUEL MENÉNDEZ MENÉNDEZ	Presidente da Cajastur Representante da Peña Rueda, SL no Conselho de Administração da Enagás, SA Administrador da Confederación Española de Cajas de Ahorro Administrador da UNESA
RAFAEL CALDEIRA VALVERDE	Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo de Investimento, SA Membro da Comissão Executiva do Banco Espírito Santo de Investimento, SA

anexo III

CARGOS ACTUAIS DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EM EMPRESAS PERTENCENTES AO MESMO GRUPO QUE A EDP RENOVÁVEIS, SA

	António Mexia	Ana Maria Fernandes	António Martins da Costa	João Manso Neto	Nuno Alves	Manuel Menéndez Menéndez
EDP - Energias de Portugal, S.A.	Presidente do Conselho de Administração	Administrador	Administrador	Administrador	Administrador	
EDP - Gestão da Produção de Energia, S.A.				Presidente do Conselho de Administração		
EDP - Energias do Brasil, S.A.	Presidente do Conselho de Administração	Administrador			Administrador	
EDP - Estudos e Consultoria, S.A.					Presidente do Conselho de Administração	
EDP - Soluções Comerciais, S.A.			Presidente do Conselho de Administração			
EDP - Imobiliária e Participações, S.A.					Presidente do Conselho de Administração	
EDP Valor - Gestão Integrada de Serviços, S.A.					Presidente do Conselho de Administração	
Sávida - Medicina Apoiada, S.A.					Presidente do Conselho de Administração	
SCS - Serviços Complementares de Saúde, S.A.					Presidente do Conselho de Administração	
Energia RE, S.A.					Presidente do Conselho de Administração	
Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A.		Administrador	Administrador	Vice-Presidente do Conselho de Administração	Administrador	Presidente do Conselho de Administração
Naturgás Energia, S.A.				Vice-Presidente do Conselho de Administração		Presidente do Conselho de Administração
EDP Investimentos, SGPS, S.A.				Presidente do Conselho de Administração		
EDP Gás III, SGPS, S.A.				Presidente do Conselho de Administração		
EDP Gás II, SGPS, S.A. (ex-NQF Gás, SGPS, S.A.)				Presidente do Conselho de Administração		
EDP Gás - SGPS, S.A.				Presidente do Conselho de Administração		
EDP Internacional, S.A.			Presidente do Conselho de Administração			
Horizon Wind Energy, LLC		Presidente do Conselho de Administração				
EDP Renewables Europe, SL		Presidente do Conselho de Administração				Administrador
Balwerk – Consultadoria Económica e Participações, Sociedade Unipessoal, Lda.					Gerente	
EDP Ásia - Investimentos e Consultoria Lda.			Presidente do Conselho de Administração			
EDP - Energias de Portugal Sociedade Anónima, Sucursal en España	Representante Permanente	Representante Permanente	Representante Permanente	Representante Permanente	Representante Permanente	
EDP Gás.com - Comércio de Gás Natural, S.A.				Administrador		
EDP Finance BV	Representante	Representante	Representante	Representante	Representante	
Electricidade de Portugal Finance Company Ireland Lt.					Administrador	
ENEOP - Eólicas de Portugal, S.A.		Presidente do Conselho de Administração				
EDP Renováveis Brasil, S.A.		Presidente do Conselho de Administração				
EDP - Ásia Soluções Energéticas Limitada			Presidente do Conselho de Administração			
Empresa Hidroeléctrica do Guadiana, S.A.				Presidente do Conselho de Administração		
EDP Projectos, SGPS, S.A.			Administrador	Administrador		
EDP Energia Ibérica S.A.				Administrador		
Enagás, S.A.						Representante Permanente

anexo IV

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Luís Guerra Nunes Mexia (Presidente)



É licenciado em Economia pela Universidade de Genebra, na Suíça (1980), onde exerceu o cargo de docente convidado no Departamento de Economia. Foi, igualmente, docente no curso de pós-graduação em Estudos Europeus da Universidade Católica (Lisboa). Fez parte dos órgãos de gestão da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade Católica, onde exerceu o cargo de director entre 1982 e 1995. Entre 1986 e 1988, foi adjunto do secretário de Estado do Comércio Externo. Entre 1988 e 1990, foi Vice-Presidente do Conselho de Administração do Instituto de Comércio Externo (ICEP). Entre 1990 e 1998, foi Administrador do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. Em 1998, foi nomeado Presidente do Conselho de Administração da Gás de Portugal e da Transgás. Em 2000, foi nomeado Vice-Presidente do Conselho de Administração da Galp Energia. Entre 2001 e 2004, exerceu as funções de Presidente da Comissão Executiva (CEO) da Galp Energia, e de Presidente do Conselho de Administração da Petrol, Gás de Portugal, Transgás e Transgás-Atlântico. Em 2004, foi nomeado ministro das Obras Públicas, dos Transportes e das Comunicações do 16º Governo Constitucional. Entre 1999 e 2002, António Mexia exerceu funções de Presidente da Associação Portuguesa de Energia (APE) e foi membro da Comissão Trilateral (1992-1998), Vice-Presidente da Associação Industrial Portuguesa (AIP), Presidente do Conselho Geral da Ambelis, bem como representante do Governo Português junto da União Europeia, no grupo de trabalho para o desenvolvimento das redes transeuropeias. António Mexia é, desde 31 de Março de 2006, o Presidente executivo da EDP – Energias de Portugal, S.A.

Ana Maria Machado Fernandes
(Vice-Presidente e Administradora-Delegada)



Licenciada em Economia pela Faculdade de Economia do Porto (1986) e pós-graduada em Finanças pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto, detém um MBA (Master of Business Administration) pela Escola de Gestão do Porto (1989). Entre 1989 e 1991, foi docente na Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Iniciou a sua carreira profissional em 1986, na Conselho – Gestão e Investimentos, uma empresa do Grupo Banco Português do Atlântico, na área de mercados de capitais, investimentos e reestruturação de empresas. Também em 1989, trabalhou na área de “Corporate Finance” da Sociedade de Investimentos EFISA, sendo posteriormente Administradora do Banco EFISA. Em 1992, transferiu-se para o Grupo Banco de Fomento e Exterior como Administradora da área de banca de investimento. Entre

1996 e 1998, foi directora do “Corporate Finance” do BPI. Em 1998 transferiu-se para a Gás de Portugal, exercendo o cargo de Administradora de Planeamento Estratégico e Fusões e Aquisições, e, no ano 2000, passou a exercer o cargo de Administradora de Estratégia e Gestão de Portfolio da Galp Business. Posteriormente, foi nomeada Presidente da Galp Energia e Administradora da Transgás. Em 2004, foi nomeada Administradora da Galp Energia. Ana Maria Fernandes é membro do Conselho de Administração da EDP – Energias de Portugal, S.A., desde 31 de Março de 2006.

António Fernando Melo Martins da Costa



É licenciado em Engenharia Civil, detém um MBA da Universidade do Porto e completou os seus estudos executivos no INSEAD (Fontainebleau), AESE (Lisboa), e um Programa de Gestão Avançada da Wharton School (Universidade da Pensilvânia). António Martins da Costa é Presidente da Comissão Executiva e Presidente do Conselho de Administração da Horizon Wind Energy e membro do Conselho de Administração da EDP Renováveis. De 2003 a 2007, António Martins da Costa foi nomeado Presidente da Comissão Executiva e Vice-Presidente do Conselho de Administração da EDP – Energias do Brasil, e Presidente do Conselho de Administração das subsidiárias da empresa no Brasil. Iniciou a sua carreira profissional em 1976 como docente do Instituto Superior de Engenharia do Porto, juntando-se à EDP em 1981. Em 1989 transferiu-se para o sector financeiro, onde assumiu os cargos no Grupo Banco Comercial Português, nomeadamente de Administrador executivo das empresas de seguros e pensões e de gestão de activos, tendo sido igualmente director-geral desse banco e Administrador do Eureka BV (Holanda). Exerce, desde 1999, as funções de Presidente adjunto da Comissão Executiva e Vice-Presidente do Conselho de Administração da PZU (Polónia), a maior empresa de seguros e gestão de activos da Europa Central e de Leste. António Martins Costa é, desde 31 de Março de 2006, membro do Conselho de Administração da EDP – Energias de Portugal, S.A.

João Manuel Manso Neto



É licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão de Lisboa (1981) e obteve uma pós-graduação em Economia Europeia pela Universidade Católica de Lisboa (1982). Completou igualmente a sua formação profissionalizante na Associação Americana de Banqueiros (1982), a componente lectiva do curso de mestrado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa e, em 1985, o “Advanced Management Program for Overseas Bankers” pela Wharton School, em Filadélfia. Entre 1988 e 1995 exerceu diversos

cargos no Banco Português do Atlântico, nomeadamente supervisor e director da Divisão de Crédito Internacional, director de departamento, director central adjunto da área de Gestão Internacional e de director central de Gestão Financeira e Comércio Retalhista da Região Sul. Entre 1995 e 2002, exerceu funções no Banco Comercial Português, incluindo o cargo de director-geral da Direcção-Geral Financeira, da Direcção-Geral das Grandes Empresas Institucionais e da Direcção-Geral da Tesouraria, bem como de membro do Conselho de Administração do BCP Banco de Investimento e de Vice-Presidente do Big Bank Gdansk. Em 2002 e 2003, exerceu funções no Banco Português de Negócios, incluindo as funções de Presidente do Conselho de Administração do BPN Serviços ACE, director do BPN SGPS, director da Sociedade Lusa de Negócios e membro da administração do Banco Efisa. É ainda membro com direito de voto no Conselho de Administração da OMEL. Entre 2003 e 2005 integrou a EDP na qualidade de director-geral e Administrador da EDP Produção. Em 2005 foi nomeado consultor da HC Energia, Presidente do Conselho de Administração da Genesa e Administrador da Naturgas Energia e OMEL. João Manso Neto é membro do Conselho de Administração da EDP – Energias de Portugal, S.A desde 31 de Março de 2006.

Nuno Maria Pestana de Almeida Alves



É licenciado em Engenharia e Construção Naval (1980) e tem um MBA conferido pela Universidade do Michigan (1985). Em 1988 junta-se ao Departamento de Direcção de Estudos e Planeamento do Banco Comercial Português e em 1990 torna-se director associado da Divisão de Investimentos Financeiros do Banco. Em 1991, é nomeado director da Direcção de Relações com Investidores e, em 1994, assume a posição de director da Direcção de Coordenação de Retalho. Em 1996, exerceu o cargo de director de Mercado de Capitais do Banco CISP, actualmente Millennium BCP Investimento, e em 1997 assume a posição de director da área de Banca de Investimento. Em 1999, exerceu o cargo de Presidente do Conselho de Administração da CISP Dealer, a divisão de corretagem do Banco CISP. Em 2000, anteriormente à sua nomeação como director financeiro da EDP, Nuno Alves exerceu o cargo de membro da Comissão Executiva do Millennium BCP Investimento, responsável pela área de Mercado de Capitais e de Tesouraria do Grupo.

António Nogueira Leite



Nasceu em 1962. Entre 1988 e 1996, foi consultor de várias instituições nacionais e internacionais, entre as quais se incluem o Banco de Portugal, a OCDE e a Comissão Europeia. Entre 1995 e 1998, foi secretário-geral da APRITEL e, entre 2000 e 2002, foi membro

do Conselho de Administração da APRITEL. Foi Administrador da Soporcel, S.A., de 1997 a 1999, Administrador da Papercel, S.A., entre 1998 e 1999, e director da MC Corretagem, S.A., ainda em 1999. Também nesse mesmo ano de 1999, foi nomeado Presidente do Conselho de Administração da Bolsa de Valores de Lisboa e membro da Comissão Executiva da Associação de Bolsas Ibero-Americanas. António Nogueira Leite é, desde 2000, membro do conselho consultivo da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações. Entre 2000 e 2002, foi consultor da Vodafone – Telecomunicações Pessoais, S.A., e da GE Capital, entre 2001 e 2002. No ano de 2002, foi membro do Conselho Consultivo do IGCP. Desde 2002, tem exercido diversas funções no grupo de José de Mello, e exerceu cargos de administração em diversas entidades, incluindo a Reditus, SGPS, S.A., Quimigal, S.A, Brisa, S.A., ADP, S.A., Comitur, SGPS, S.A., Comitur Imobiliária, S.A., Expocomitur – Promoções e Gestão Imobiliária, S.A., Herdade do Vale da Fonte – Sociedade Agrícola, Turística e Imobiliária, S.A., e SGPS, S.A., Efaced Capital, SGPS, S.A. e Cuf – Químicos Industriais, S.A. Foi Administrador da Sociedade de Explosivos Cívicos, SEC, S.A., de 2007 a Março de 2008. De Outubro de 1999 a Agosto de 2000 foi secretário de Estado do Tesouro e das Finanças e governador suplente do Banco Europeu de Investimentos. Exerceu também funções no Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento, no Fundo Monetário Internacional e foi membro do Conselho Económico e Financeiro da União Europeia. Desempenhou ainda as funções de Vice-Presidente do Conselho Consultivo do Banif – Banco de Investimento, S.A. e de Presidente do Conselho Geral e de Supervisão da OPEX, S.A. É Presidente da Associação Oceano XXI (cluster do Mar). António Nogueira Leite é licenciado em Economia pela Universidade Católica Portuguesa. Tem ainda o mestrado em Ciências Económicas, e é doutorado em Economia pela Universidade do Illinois.

Daniel M. Kammen



Nasceu em 1962. Entre 1988 e 1991, foi investigador e colaborador de investigação pós-doutoral da Weizmann & Bantrell no departamento de engenharia e ciência aplicada do California Institute of Technology. Entre 1991 e 1993, foi investigador na área de ciência e assuntos internacionais da John F. Kennedy School of Government, da Universidade de Harvard. No mesmo período, foi ainda investigador associado do Centro Regional Nordeste para as Alterações Climáticas e do departamento de física da Universidade de Harvard. Em 1993, foi nomeado colaborador permanente da Academia Africana das Ciências. Entre 1993 e 1999, colaborou com a Faculdade de Pesquisa do Center for Energy and Environmental Studies na School of Engineering and Applied Science da Universidade de Princeton. Entre 1997 e 1999, integrou a “Class of 1934 Preceptor”, da Woodrow Wilson School of Public and International Affairs, na Universidade de Princeton. Entre 1998 e 1999, exerceu o cargo de vogal do programa STEP (Science, Technology and Environmental Policy) da mesma instituição. Entre 1998 e 2001, foi professor associado no Energy and Resource Group da Universidade da Califórnia, Berkeley, tendo ainda, entre 1999 e 2001, desempenhado funções de professor associado de energia nuclear na mesma instituição. Em 1999, foi director fundador do Renewable and Appropriate Energy Laboratory (RAEL) da Universidade da Califórnia, Berkeley. De 2000 a 2001, integrou

anexo IV

o Core Management Team da Comissão de Energia da Califórnia, Public Interest Environmental Research – Environmental Area. De 2004 e 2009, foi director da Universidade da Califórnia, Berkeley, e do Industrial Technology Research Institute de Taiwan. Em 2005, foi nomeado co-director do Berkeley Institute of the Environment. Em 2006, foi nomeado vogal do Energy and Resources Group e em 2007 assumiu funções de coordenador da divisão “Science and Impacts” do Energy Biosciences Institute. É ainda, desde 2001, professor de política pública na Goldman School of Public Policy, da Universidade da Califórnia, Berkeley. É, também, autor de diversos estudos e recebeu vários prémios no sector da energia. É, desde 2010, director técnico especialista em energias renováveis e em eficiência energética do Banco Mundial. É licenciado, mestre e doutorado em Física.

Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda



Nasceu em 1960. Foi assistente na Universidade Católica Portuguesa entre 1984 e 1985. Entre 1982 e 1990, exerceu o cargo de analista, gestor e Administrador na Locapor (Leasing), na CISF e no Hispano Americano – Sociedade de Investimentos. Entre 1990 e 2000, exerceu a sua principal actividade profissional no Banco Mello, ocupando funções de director de gestão desde 1990 e, entre 1993 e 2000, funções de Presidente da Comissão Executiva, sendo depois de 1997 Vice-Presidente do Conselho de Administração e, posteriormente, Administrador e director de diversos bancos e empresas financeiras do Grupo Banco Mello. Paralelamente, fez parte da equipa de gestão do Grupo José de Mello como director da UIF, SGPS e Administrador não executivo da Companhia de Seguros Império. Entre 2000 e 2008, foi membro executivo do Conselho de Administração do Banco Comercial Português, S.A. e, nesta qualidade, foi responsável pela actividade do grupo na banca de investimentos na Europa Central, de Leste e Sudeste. Presentemente, é membro do Conselho de Administração da Mague – SGPS, S.A. e consultor de diversas empresas. É licenciado em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa.

Gilles August



Nasceu em 1957. Entre 1984 e 1986, exerce advocacia no escritório de Washington, D.C., da Finley, Kumble, Wagner, Heine, Underberg, Manley & Casey. Entre 1986 e 1991, foi associado e, mais tarde, partner da sociedade de advogados Baudel, Salès, Vincent & Georges Law, em Paris. Em 1995, foi co-fundador da sociedade de advogados August & Debouzy, onde dirige actualmente o departamento de empresas. Foi docente na École Supérieure des Sciences Economiques et Commerciales e no Collège de Polytechnique e lecciona actualmente no CNAM (Conservatoire

National des Arts et Métiers). É cavaleiro da Legião de Honra. Possui um Mestrado em Direito pelo Departamento de Direito da Universidade de Georgetown, em Washington, D.C. (1986); uma pós-graduação em Direito Empresarial na Universidade de Paris II Phantéon, DEA (1984) e um Mestrado em Direito Privado pela mesma universidade (1981). Licenciou-se em 1983, na École Supérieure des Sciences Economiques et Commerciales (ESSEC).

João José Belard da Fonseca Lopes Raimundo



Nascido em 1960, exerceu, entre 1982 e 1985, funções de auditor da BDO – Binder Dijkster Otte Co. Entre 1987 e 1990, exerceu o cargo de director do Banco Manufactures Hanover (Portugal), S.A. e, entre 1990 e 1993, foi membro do Conselho de Administração da TOTTAfactor, S.A. (Grupo Banco Totta e Açores) e da Valores Ibéricos, SGPS, S.A. Em 1993, exerceu cargos de administração na Nacional Factoring, da CISF – Imóveis e na CISF Equipamentos. Entre 1995 e 1997, foi director da CISF – Banco de Investimento e membro do Conselho de Administração da Nacional Factoring. Em 1998, foi nomeado para o Conselho de Administração de várias empresas, incluindo a Leasing Atlântico, a Comercial Leasing, a Factoring Atlântico, a Nacional Leasing e a Nacional Factoring. Entre 1999 e 2000, foi membro do Conselho de Administração do BCP Leasing, do BCP Factoring e do Leasefactor SGPS. De 2000 a 2003, desempenhou funções de Presidente do Conselho de Administração do Banque BCP (Luxemburgo), e de Presidente da Comissão Executiva do Banque BCP (França). Entre 2003 e 2006, exerceu os cargos de Administrador do Banque Privé BCP (Suíça), e de director-geral do Private Banking do BCP. Desde 2006, é membro do Conselho de Administração do Banco Millennium BCP de Investimento e director-geral do Banco Comercial Português. Actualmente, desempenha o cargo de Vice-Presidente e de Presidente da Comissão Executiva do Banco Millennium BCP, NA. José Lopes Raimundo é, actualmente, membro do Conselho de Administração da CIMPOR – Cimentos de Portugal SGPS, S.A., e Presidente do Conselho de Administração do BCP Holdings USA, Inc. É licenciado em Gestão e Administração de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa, e obteve um MBA pelo INSEAD.

João Manuel de Mello Franco



Nasceu em 1946. Foi membro do conselho de gerência da Tecnologia das Comunicações, Lda., entre 1986 e 1989. Entre 1989 e 1994, foi Presidente do Conselho de Administração dos Telefones de Lisboa e Porto, S.A. e, entre 1993 e 1995, Presidente da direcção da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento

das Comunicações. De 1994 a 1995, foi Presidente do Conselho de Administração da Companhia Portuguesa Rádio Marconi e, durante o mesmo período, Presidente do Conselho de Administração da Companhia Santomense de Telecomunicações e da Guiné Telecom.

De 1995 a 1997, foi Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva da Lisnave (Estaleiros Navais) S.A. Entre 1997 e 2001, foi Presidente do Conselho de Administração da Soponata e, durante o mesmo período, membro da Comissão de Auditoria e Presidente da International Shipowners Reinsurance, Co S.A. Entre 2001 e 2004, foi Vice-Presidente da José de Mello Imobiliária SGPS, S.A. e Presidente do Conselho de Administração da IMOPÓLIS, S.A., da José de Mello Residenciais & Serviços, S.A. e da Engimais, S.A. É, desde 1998, Administrador da Portugal Telecom SGPS, S.A., Presidente da Comissão de Auditoria desde 2004 e Presidente da Comissão de Governo Societário desde 2006. É licenciado em Engenharia Mecânica pelo Instituto Superior Técnico. Possui formação complementar em Gestão Estratégica e Administração de Empresas, e foi bolseiro da Junta de Energia Nuclear.

Jorge Santos



Nasceu em 1951. Entre 1997 e 1998 foi coordenador da equipa que elaborou a avaliação intercalar do II Quadro Comunitário de Apoio, e membro da equipa que elaborou a avaliação ex-ante do III Quadro Comunitário de Apoio. De 1998 a 2000, foi Presidente da Comissão directiva da Unidade de Estudos sobre a Complexidade na Economia e, de 1998 a 2002, foi Presidente do conselho científico do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa. Entre 2001 e 2002, foi coordenador da equipa responsável pela elaboração do Programa Estratégico de Desenvolvimento Económico e Social para a Península de Setúbal. Desde 2007, coordena o curso de mestrado em economia e, desde 2008, é membro da assembleia de representantes do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade Técnica de Lisboa. É licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão, e obteve o mestrado em Economia da Universidade de Bristol; é ainda doutorado em Economia pela Universidade de Kent. Obteve também o grau de doutor em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, passando, posteriormente, a professor auxiliar e professor associado da Universidade Técnica de Lisboa. Foi ainda nomeado professor catedrático da Universidade Técnica de Lisboa e é Presidente do Departamento de Economia do ISEG.

José Fernando Maia de Araújo e Silva



Nascido em 1951, iniciou a sua carreira profissional como assistente na Faculdade de Economia do Porto. Desde 1991, é professor convidado da Universidade Católica do Porto e desempenhou as funções de técnico a tempo parcial na Comissão de Coordenação da Região Norte. Exerceu funções de direcção em várias sociedades, incluindo o Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa e a Soserfin – Sociedade Internacional de Serviços Financeiros – Grupo do Porto. Tem-se dedicado à Coordenação Financeira e de Controlo de Gestão da Sonae Investimentos SGPS, foi director executivo da Sonae Participações Financeiras, SGPS, S.A. e Vice-Presidente da Sonae Indústria, SGPS, S.A. Foi também Administrador da Tafisa, S.A., da Spread SGPS, S.A. e da Corticeira Amorim, SGPS. Actualmente, exerce funções no conselho de administração da Caixa Geral de Depósitos, S.A.

Licenciou-se em Economia pela Faculdade de Economia do Porto e obteve formação especializada na Universidade de Paris IX, Dauphine, e no “International banker’s Course” do Midland Bank, em Londres.

José Silva Lopes



Nasceu em 1932. Entre 1969 e 1974 foi Administrador da Caixa Geral de Depósitos e director do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério das Finanças. Em 1972, exerceu o cargo de chefe adjunto das negociações do Acordo de Comércio Livre com a CEE. Entre 1974 e 1978, ocupou o cargo de ministro das Finanças, que acumulou com o cargo de ministro do Comércio Externo, entre 1974 e 1975. Entre 1975 e 1980, exerceu o cargo de governador do Banco de Portugal. De Janeiro de 2004 até 2010 foi Presidente do Conselho de Administração do Montepio Geral.

Em 2003, foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem de Cristo pelo Presidente da República Portuguesa, pela sua actividade de 48 anos como economista, quase sempre ao serviço do Estado. Em 2004, foi distinguido com o grau de doutor honoris causa pelo Instituto Superior de Economia e Gestão. É, também, licenciado em Finanças pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (ISCEF).

anexo IV

Manuel Menéndez Menéndez



Nascido em 1960, foi membro do Conselho de Administração e membro da Comissão Executiva da Cajastur e da Hidrocantábrico. Foi membro do Conselho de Administração, da Comissão Executiva e da Comissão de Auditoria da AIRTEL. Foi também membro do Conselho de Administração da LICO Corporación e da ENCE, Vice-Presidente do Conselho de Administração da SEDES, S.A. e Presidente executivo da Sociedade de Garantias Recíprocas de Astúrias. Actualmente, é Presidente da Cajastur, da Hidrocantábrico e da Naturgas Energia, membro do Conselho de Administração da EDP-RE e da Confederación Española de Cajas de Ahorros, e membro da Junta Directiva da UNESA e do Registro Oficial de Auditores de Cuentas. Representa ainda a Peña Rueda, S.L. (subsidiária da Cajastur) no Conselho de Administração da Enagás.

É licenciado em Economia e Administração de Empresas e doutorado em Ciências Económicas pela Universidade de Oviedo. Foi nomeado professor catedrático no Departamento de Administração de Empresas e Contabilidade da Universidade de Oviedo.

Rafael Caldeira Valverde



Nascido em 1953, entrou no Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. e, 1987, onde foi Administrador responsável pela Direcção de Serviços Financeiros, pela Direcção de Clientes, pela Direcção de Financiamentos Estruturados, pela Direcção de Mercado de Capitais e pelo Departamento de Originação e Informação. Entre 1991 e 2005, exerceu funções de membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva. Em Março de 2005, foi nomeado Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A., com assento na Comissão Executiva.

É Vice-Presidente do Conselho de Administração e membro da Comissão Executiva do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A., membro do Conselho de Administração do BES Investimento do Brasil, S.A., ESSI Comunicações, SGPS, S.A.; ESSI Investimentos, S.A. e Espírito Santo Investment Holdings Limited. É licenciado em Economia pelo Instituto de Economia da Universidade Técnica de Lisboa.

SECRETÁRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Emilio García-Conde Noriega



Nasceu em 1955. Foi nomeado, em 1981, consultor jurídico da Central Energética de Soto de Ribera, detida por um consórcio formado pela Electra de Viesgo, a Iberdrola e a Hidrocantábrico. Em 1995, foi nomeado assessor jurídico da Central Energética de Soto de Ribera e director de administração e recursos humanos do consórcio. Em 1999, foi nomeado consultor jurídico e, em 2003, assessor jurídico e membro da Comissão de gestão da Hidrocantábrico. Actualmente, exerce as funções de assessor jurídico na EDP Renováveis, de secretário do Conselho de Administração, sendo igualmente membro e/ou secretário do Conselho de Administração de várias subsidiárias da sociedade na Europa. Detém o grau de mestre em Direito pela Universidade de Oviedo.

anexo V

ACÇÕES DA EDP RENOVÁVEIS DE QUE SÃO TITULARES OS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EM 31.12.2010			
Nome	Directas	Indirectas	Total
António Luis Guerra Nunes Mexia	3.880	320	4.200
Ana Maria Machado Fernandes	1.510	–	1.510
João Manuel Manso Neto	–	–	–
Nuno Maria Pestana de Almeida Alves	5.000	–	5.000
António Fernando Melo Martins da Costa	1.330	150	1.480
Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda	310	310	620
João Manuel de Mello Franco	380	–	380
Jorge Manuel Azevedo Henriques dos Santos	200	–	200
José Silva Lopes	760	–	760
José Fernando Maia de Araújo e Silva	80	–	80
Rafael Caldeira de Castel-Branco Valverde	–	–	–
António do Pranto Nogueira Leite	–	–	–
João José Belard da Fonseca Lopes Raimundo	170	670	840
Daniel M. Kammen	–	–	–
Manuel Menéndez Menéndez	–	–	–
Gilles August	–	–	–

demonstrações
financeiras

160	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
160	Demonstração dos Resultados Consolidados
161	Balanço Consolidado
162	Demonstração Consolidada do Rendimento Integral
163	Mapa de Alterações aos Capitais Próprios Consolidados
164	Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados
165	Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
236	DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A INFORMAÇÃO FINANCEIRA
237	RELATÓRIO DE AUDITORIA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS





demonstrações financeiras

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Demonstração dos Resultados Consolidados

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009

	Notas	2010	2009
		(Milhares de Euros)	(Milhares de Euros)
Volume de negócios	6	845.056	648.242
Custos com aquisição de electricidade	6	-2.917	-1.522
Variação nos inventários e custo das matérias primas e consumíveis	6	-1.497	-4.713
		840.642	642.007
Outros proveitos / (custos) de exploração			
Outros proveitos de exploração	7	180.030	125.231
Fornecimentos e serviços externos	8	-196.211	-148.304
Custos com o pessoal e custos com benefícios aos empregados	9	-54.846	-42.547
Outros custos de exploração	10	-56.866	-33.838
		-127.893	-99.458
		712.749	542.549
Provisões do exercício		155	183
Amortizações do exercício	11	-434.403	-314.350
Amortização do proveito diferido / subsídios governamentais	11	11.406	2.403
		289.907	230.785
Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros	12	-	268
Outros proveitos financeiros	13	44.305	35.717
Outros custos financeiros	13	-218.451	-108.151
Ganhos / (perdas) em associadas		5.036	3.922
Resultado antes de impostos		120.797	162.541
Impostos sobre lucros	14	-37.759	-44.754
Resultado depois de impostos		83.038	117.787
Resultado líquido do exercício		83.038	117.787
Atribuível a:			
Accionistas da EDP Renováveis	27	80.203	114.349
Interesses minoritários	29	2.835	3.438
Resultado líquido do exercício		83.038	117.787
Resultado por acção básico e diluído - Euros	27	0,09	0,13

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Balanço Consolidado

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009

	Notas	2010	2009
		(Milhares de Euros)	(Milhares de Euros)
Activo			
Activos fixos tangíveis	15	9.981.771	8.635.011
Activos intangíveis	16	22.727	17.340
Goodwill	17	1.344.006	1.318.356
Investimentos financeiros em empresas associadas	18	45.871	47.609
Activos financeiros disponíveis para venda	19	18.380	12.630
Activos por impostos diferidos	20	38.519	28.066
Devedores e outros activos	23	123.311	129.447
Total dos Activos Não Correntes		11.574.585	10.188.459
Inventários	21	24.162	11.344
Clientes	22	143.650	106.148
Devedores e outros activos	23	552.259	337.458
Impostos a receber	24	81.050	169.670
Activos financeiros ao justo valor através dos resultados	25	35.744	37.103
Caixa e equivalentes de caixa	26	423.700	443.633
Total dos Activos Correntes		1.260.565	1.105.356
Total do Activo		12.835.150	11.293.815
Capitais Próprios			
Capital	27	4.361.541	4.361.541
Prémios de emissão de acções	27	552.035	552.035
Reservas	28	-9.249	25.964
Outras reservas e resultados acumulados	28	283.440	166.173
Resultado líquido atribuível aos accionistas da EDP Renováveis		80.203	114.349
Capitais Próprios atribuíveis aos accionistas da EDP Renováveis		5.267.970	5.220.062
Interesses minoritários	29	125.541	107.493
Total dos Capitais Próprios		5.393.511	5.327.555
Passivo			
Dívida financeira de médio/longo prazo	30	3.325.943	2.563.171
Benefícios aos empregados	31	95	59
Provisões para riscos e encargos	32	53.787	67.085
Passivos por impostos diferidos	20	371.600	342.924
Parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA	33	1.644.048	1.353.612
Credores e outros passivos	34	753.991	393.899
Total dos Passivos Não Correntes		6.149.464	4.720.750
Dívida financeira de curto prazo	30	207.647	110.268
Credores e outros passivos	34	1.035.782	1.098.105
Impostos a pagar	35	48.746	37.137
Total dos Passivos Correntes		1.292.175	1.245.510
Total do Passivo		7.441.639	5.966.260
Total dos Capitais Próprios e Passivo		12.835.150	11.293.815

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras



demonstrações financeiras

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Demonstração Consolidada do Rendimento Integral para os exercícios findos em 31 Dezembro 2010 e 31 Dezembro 2009

(Milhares de Euros)

	2010		2009	
	Accionistas EDP Renováveis	Interesses Minoritários	Accionistas EDP Renováveis	Interesses Minoritários
Resultado líquido do exercício	80.203	2.835	114.349	3.438
Diferenças cambiais de consolidação	-15.886	-506	-609	858
Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)	-27.727	115	-2.433	-530
Efeito fiscal da reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)	6.079	-33	499	159
Reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda)	2.321	2.082	912	-
Ganhos / (perdas) actuariais	-	-	-24	-
Outro rendimento integral do exercício depois de impostos	-35.213	1.658	-1.655	487
Total do rendimento integral do exercício	44.990	4.493	112.694	3.925

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias
Mapa de Alterações aos Capitais Próprios Consolidados
em 31 Dezembro 2010 e 2009

(Milhares de Euros)

	Total dos Capitais Próprios	Capital social	Prémios de emissão	Reservas e resultados acumulados	Diferenças cambiais	Reserva de justo valor (cobertura FC)	Reserva de justo valor (AFDV)	Capital Próprio atribuível accionistas da EDP Renováveis	Interesses minoritários
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	5.198.873	4.361.541	552.035	166.188	1.179	18.669	7.747	5.107.359	91.514
Rendimento integral									
Variações na reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda) líquidas de imposto	912	-	-	-	-	-	912	912	-
Variações na reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa) líquidas de imposto	-2.305	-	-	-	-	-1.934	-	-1.934	-371
Ganhos / (perdas) actuariais	-24			-24	-			-24	-
Variações na diferença cambial de consolidação	249	-	-		-609	-	-	-609	858
Resultado líquido do exercício	117.787	-	-	114.349	-	-	-	114.349	3.438
Rendimento integral total do exercício	116.619	-	-	114.325	-609	-1.934	912	112.694	3.925
Dividendos atribuíveis a interesses minoritários	-3.491	-	-	-	-	-	-	-	-3.491
Aumento de capital na EDP Renovaveis Brasil	7.997	-	-	-	-	-	-	-	7.997
Aumento de capital nas empresas do Grupo EDPR Europa	9.200	-	-	-	-	-	-	-	9.200
Interesses minoritários resultantes da aquisições	-1.625	-	-	-	-	-	-	-	-1.625
Outras variações	-18	-	-	9	-	-	-	9	-27
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	5.327.555	4.361.541	552.035	280.522	570	16.735	8.659	5.220.062	107.493
Rendimento integral									
Variações na reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda) líquidas de imposto	4.403	-	-	-	-	-	2.321	2.321	2.082
Variações na reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa) líquida de impostos	-21.566	-	-	-	-	-21.648	-	-21.648	82
Variações na diferença cambial de consolidação	-16.392	-	-	-	-15.886	-	-	-15.886	-506
Resultado líquido do exercício	83.038	-	-	80.203	-	-	-	80.203	2.835
Rendimento integral total do exercício	49.483	-	-	80.203	-15.886	-21.648	2.321	44.990	4.493
Dividendos atribuíveis a interesses minoritários	-1.363	-	-	-	-	-	-	-	-1.363
Aumento de capital na EDP Renovaveis Brasil	2.463	-	-	-	-	-	-	-	2.463
Aumento de capital nas empresas do Grupo da EDPR Europa	2.749	-	-	-	-	-	-	-	2.749
Interesses minoritários resultantes da aquisição do Parque Eólico Altos del Voltoya	9.706	-	-	-	-	-	-	-	9.706
Outras variações	2.918	-	-	2.918	-	-	-	2.918	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	5.393.511	4.361.541	552.035	363.643	-15.316	-4.913	10.980	5.267.970	125.541

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras



demonstrações financeiras

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias
Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 31 Dezembro 2009

	(Milhares de Euros)	
	Grupo	
	2010	2009
Actividades Operacionais		
Recebimentos de clientes	812.999	646.621
Pagamentos a fornecedores	-230.612	-154.183
Pagamentos ao pessoal	-59.203	-49.366
Pagamentos de rendas de concessão	-979	-4.153
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à actividade operacional	95.887	-20.812
	618.092	418.107
Recebimentos/(pagamentos) de imposto sobre o rendimento	-50.645	-25.682
Fluxo das Actividades Operacionais	567.447	392.425
Operações em continuação	567.447	392.425
Actividades de Investimento		
Recebimentos:		
Venda de activos financeiros	21.671	1.795
Venda de activos fixos tangíveis	1.996	2.047
Outros recebimentos relacionados com activos fixos	128	-
Juros recebidos	7.209	5.965
Dividendos recebidos	1.799	4.122
	32.803	13.929
Pagamentos:		
Aquisições de subsidiárias (líquidas de caixa e equivalentes) e outros investimentos	-59.575	-118.822
Aquisição de activos fixos tangíveis	-1.421.493	-1.729.837
	-1.481.068	-1.848.659
Fluxo das Actividades de Investimento	-1.448.265	-1.834.730
Operações em continuação	-1.448.265	-1.834.730
Actividades de Financiamento		
Recebimentos/(pagamentos) de empréstimos obtidos	537.136	1.199.634
Juros e custos similares	-111.560	-49.613
Subsídios governamentais ("cash grants")	169.304	155.946
Aumentos de capital e prémios de emissão de acções	4.977	20.743
Recebimentos/(pagamentos) de instrumentos financeiros derivados	487	-6.390
Dividendos pagos	-1.361	-3.197
Recebimentos/(pagamentos) de parceiros institucionais (Horizon)	228.359	333.528
Fluxo das Actividades de Financiamento	827.342	1.650.651
Operações em continuação	827.342	1.650.651
Variação de caixa e seus equivalentes	-53.476	208.346
Efeito das diferenças de câmbio	33.543	5.607
Caixa e seus equivalentes no início do exercício (*)	443.633	229.680
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício (*)	423.700	443.633

(*) Ver detalhe da composição da rubrica Caixa e equivalentes de caixa na Nota 26 às Demonstrações Financeiras

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

1. Actividade económica do Grupo EDP Renováveis

A EDP Renováveis, Sociedade Anónima (adiante designada por "EDP Renováveis"), foi constituída em 4 de Dezembro de 2007. Esta sociedade tem como objecto social principal a realização de actividades relacionadas com o sector eléctrico, nomeadamente a projecção, construção, operação e manutenção de instalações de produção de energia eléctrica, em especial de energia hídrica, mini-hídrica, eólica, solar, solar térmica, fotovoltaica, biomassa e resíduos, entre outras. A EDP Renováveis tem a sua sede social em Oviedo, Espanha. Em 18 de Março de 2008, o capital social da EDP Renováveis foi convertido em acções (Sociedade Anónima).

Em 31 de Dezembro de 2010, o capital social é detido em 62,02% pela EDP S.A. - Sucursal em Espanha ("EDP Sucursal"), em 15,51% pela Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A., estando 22,47% do capital disperso em bolsa na Euronext Lisboa.

Em 31 de Dezembro de 2010, a EDP Renováveis detém 100% do capital social da EDP Renewables Europe, S.L. ("EDPR EU"), 100% do capital social da Horizon Wind Energy, LLC ("EDPR NA") e 55% do capital social da EDP Renováveis Brasil (EDPR BR).

A EDP Renováveis pertence ao Grupo EDP, cuja empresa-mãe é a EDP - Energias de Portugal, S.A., com sede social na Praça Marquês de Pombal, n.º 12, 6.º em Lisboa.

A EDPR EU opera através das suas subsidiárias localizadas em Portugal, Espanha, França, Bélgica, Polónia, Roménia e Itália. As principais subsidiárias da EDPR EU são: EDP Renováveis Portugal, SA (parques eólicos em Portugal), Genesa (produção de electricidade a partir de fontes renováveis em Espanha), Agrupación Eólica (parques eólicos em Espanha e França), Greenwind (parques eólicos na Bélgica - parcerias com investidores locais), EDP Renewables Polska, SPZOO (parques eólicos na Polónia), EDP Renewables Romania, SRL (parques eólicos na Roménia) e EDP Renewables Italy, SRL (parques eólicos em Itália).

As principais actividades da EDPR NA são o desenvolvimento, gestão e operação de parques eólicos nos Estados Unidos da América.

A EDP Renováveis Brasil foi constituída com o objectivo de estabelecer uma nova unidade de negócio capaz de agregar todos os investimentos no mercado das energias renováveis na América do Sul.

Em 31 de Dezembro de 2010, a EDP Renováveis e as suas subsidiárias ("Grupo" ou "Grupo EDP Renováveis") detêm uma capacidade total instalada de 6.437 MW (5.491 MW em 31 de Dezembro de 2009), operando em Espanha 2.050 MW (1.861 MW em 31 de Dezembro de 2009), em Portugal 599 MW (595 MW em 31 de Dezembro de 2009), em França 284 MW (220 MW em 31 de Dezembro de 2009), na Bélgica 57 MW (57 MW em 31 de Dezembro de 2009), na Polónia 120 MW (120 MW em 31 de Dezembro de 2009), na Roménia 90 MW (sem qualquer capacidade instalada em Dezembro de 2009), nos Estados Unidos 3.224 MW (2.624 MW em 31 de Dezembro de 2009) e no Brasil 14 MW (14 MW em 31 de Dezembro de 2009). Adicionalmente, através da participação no consórcio Eólicas de Portugal, é atribuível à EDPR - consolidado pelo método da equivalência patrimonial - 239 MW (85 MW em 31 de Dezembro de 2009).

Enquadramento regulatório das actividades em Espanha

O sector eléctrico em Espanha encontra-se regulado pela Lei n.º 54, de 27 de Novembro de 1997, e pelas subsequentes adendas à legislação.

O Real-Decreto n.º 436, de 12 de Março de 2004, publicado em 24 de Março de 2004, estabelece a metodologia a utilizar na actualização e sistematização do regime económico e legal da produção de energia eléctrica em regime especial, que inclui a geração de electricidade através de fontes renováveis de energia, cogeração, biomassa e resíduos. Este Real-Decreto substituiu o anterior Real-Decreto 2818/1998 e unificou os regulamentos aplicáveis às energias em regime especial. O Real-Decreto estabelece um sistema no qual os detentores dos centros electroprodutores têm o direito de vender a produção ou o excesso de energia eléctrica aos distribuidores. Esta venda pode ser efectuada a um preço regulado ou a preços de mercado, directamente no mercado diário, de futuros ou através de contratos bilaterais, sendo que neste caso é recebido um preço negociado em mercado, acrescido de um incentivo de participação e um prémio, caso o centro electroprodutor tenha direito a recebê-lo.

O Real-Decreto n.º 661, de 25 de Maio de 2007, publicado em 26 de Maio de 2007, regulamenta a energia eléctrica produzida sob o regime especial, tendo substituído o Real-Decreto n.º 436, de 12 de Março de 2004, e actualizado os regulamentos sobre produção de energia eléctrica em regime especial, embora mantendo a estrutura básica da regulação. O enquadramento económico estabelecido neste Real-Decreto mantém o mesmo sistema de pagamento pela energia produzida sob o regime especial, através do qual o detentor do centro electroprodutor pode optar por vender a energia a um preço regulado, apenas para os períodos programados, ou vender a energia directamente no mercado diário, no mercado de futuros ou através de contratos bilaterais, recebendo nestes casos o preço negociado acrescido de um prémio.

As principais alterações ao Real-Decreto incluem a modificação do preço regulado e dos prémios e a introdução de um sistema de prémio variável para certas tecnologias como a eólica. Os detentores de instalações de produção de energia eólica que entrem oficialmente em serviço antes de 1 de Janeiro de 2008 podem optar por aderir ao regime transitório estabelecido nas disposições transitórias, que estipulam que os detentores destas instalações possam manter os preços e prémios estabelecidos no Real-Decreto anteriormente referido até 31 de Dezembro de 2012.

O Real-Decreto 6/2009, de 7 de Maio, foi aprovado e tem como objectivo eliminar o défice tarifário de 2013. Entre outras medidas, introduz um pré-registo de atribuição de nova capacidade de energia renovável para novos centros produtores por forma a obter um conjunto de direitos estabelecidos no Real-Decreto 661/2007. As instalações serão registadas por ordem cronológica até que o objectivo do governo seja alcançado (20.155MW), sendo o novo sistema de remuneração aprovado para os projectos seguintes.

A decisão tomada em 19 de Novembro 2009 permitiu o registo de cerca de 6 GW em projectos eólicos e 2,4 GW de capacidade de geração de energia térmica solar. Na sequência desta decisão, projectos já registados correspondentes a cerca de 8,4GW, receberão a remuneração estabelecida pelo Real-Decreto 661/2007. Nos termos desta decisão, serão permitidos cerca de 1.700 MW em energia eólica e de 500MW na produção de energia solar térmica em cada ano até 2012. Em 15 de Dezembro de 2009, o Governo Espanhol disponibilizou a relação dos parques eólicos inscritos. Dos 6.389 MW de capacidade eólica atribuída pelo Governo Espanhol, a EDPR obteve 840 MW correspondentes a 31 parques eólicos, o que representa 13% da capacidade total atribuída.

Em Julho de 2010, o Ministério da Indústria estabeleceu um acordo com duas das principais associações de empresas de energias renováveis (Spanish Wind Energy Association e Protermosolar) para alterar a regulação existente. Deste acordo resultou a aprovação do Real-Decreto 1614/2010, de 7 de Dezembro, que define (i) um corte para os anos de 2011 e 2012, de 35% no prémio aplicável à produção eólica definida pelo Real-Decreto 661/2007, (ii) uma adenda ao artigo 44.3 do Real-Decreto 661/2007 clarificando que futuras revisões do prémio pela produção de energia através de fontes renováveis apenas serão aplicadas para a capacidade instalada a partir de 2012, (iii) definição de um limite de 2.589 horas de operação para a capacidade instalada, a partir do qual o parque eólico não tem direito a receber qualquer prémio.



demonstrações financeiras

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

O Decreto-Lei 14/2010, de 23 de Dezembro, estabeleceu diversas medidas para reduzir o défice tarifário, entre as quais uma taxa de produção de 0,5 €/MWh aplicável aos produtores do regime ordinário e especial.

Enquadramento regulatório das actividades em Portugal

As bases legais aplicáveis à geração de energia eléctrica com recursos renováveis encontram-se actualmente definidas pelo Decreto-Lei 189/88, de 27 de Maio, alterado pelo Decreto-Lei 168/99, de 18 de Maio, pelo Decreto-Lei 312/2001, de 10 de Dezembro, e pelo Decreto-Lei 339-C/2001, de 29 de Dezembro. O Decreto-Lei 33-A/2005, de 16 de Fevereiro, estabelece os montantes actualmente utilizado na fórmula de remuneração aplicável à energia produzida através de recursos renováveis e os prazos para a aplicação dessa fórmula remunerativa.

A principal característica do enquadramento legal aplicável à produção renovável em Portugal é que o operador nacional da rede eléctrica nacional ou o operador regional da distribuição devem adquirir toda a electricidade produzida pelos produtores de energia renovável licenciados. A construção e operação de parques eólicos em Portugal depende da alocação de um ponto de rede pela Direcção Geral de Geologia e Energia ("DGGE"), o qual depende de requerimento efectuado pelos promotores durante períodos limitados de tempo estabelecidos pela DGGE ou através de concursos públicos. A atribuição de pontos de rede através de negociação directa é excepcional.

O Decreto-Lei n.º 225/2007, de 31 de Maio, concretizou um conjunto de medidas ligadas às energias renováveis, previstas na Estratégia Nacional para a Energia, e procedeu à revisão dos factores para cálculo do valor da remuneração pelo fornecimento da energia produzida em centrais renováveis e entregue à rede do Sistema Eléctrico Português (SEP), bem como à definição de procedimentos para atribuição de potência disponível na mesma rede e os prazos para obtenção da licença de estabelecimento para centrais renováveis.

Desde 1 de Julho de 2007, o Mercado Ibérico de Electricidade (MIBEL) encontra-se completamente operacional, com transacções diárias tanto em Portugal como em Espanha, incluindo um mercado a prazo que funciona desde Julho de 2006.

Enquadramento regulatório das actividades nos Estados Unidos da América

As leis e regulamentos federais, estaduais e locais regulam o desenvolvimento, a propriedade, a organização do negócio e a operação de instalações de produção eléctrica e de venda de electricidade nos Estados Unidos. As empresas do Grupo nos Estados Unidos operam como "Exempt Wholesale Generators - EWGs" ou "Qualifying Facilities — QFs" ao abrigo da lei federal ou são duplamente certificadas. Adicionalmente, a maioria das empresas de projectos nos Estados Unidos são reguladas pela "Federal Energy Regulatory Commission — FERC" e têm tarifas com base em preços de mercado de acordo com o previsto pela FERC.

O Governo Federal regula a venda grossista de energia eléctrica e o transporte entre estados através da FERC, cuja jurisdição advém do "Federal Power Act" ("FPA") e da legislação federal, como a "Public Utility Regulatory Policies Act" de 1978 ("PURPA 1978"), a "Energy Policy Act" de 1992 ("EPACT 1992") e a "Energy Policy Act" de 2005 ("EPACT 2005"), a qual, entre outras coisas, revogou e substituiu a "Public Utility Holding Company Act" de 1935 pela "Public Utility Holding Company Act" de 2005 ("PUHCA 2005").

Todas as empresas do Grupo nos Estados Unidos operam como ("EWGs") ao abrigo do PUHCA 2005 ou como instalações qualificadas ao abrigo do PURPA 1978. Adicionalmente, a maioria das empresas são reguladas pelo FERC nos termos da Parte II do FPA e têm taxas de mercado de acordo com o FERC.

As "EWGs" são detentores ou operadores de centrais de produção de energia eléctrica (incluindo produtores de energia renovável, tais como projectos eólicos) que são contratados no negócio para deter e/ou operar as instalações de produção e vender energia eléctrica às tarifas gerais. A EWG não pode efectuar vendas a retalho de energia eléctrica e apenas pode deter ou operar as instalações de conexão necessárias para a ligação da instalação de produção à rede.

O Energy Policy Act de 2005, alterou o FPA para conceder jurisdição sobre todos os utilizadores, proprietários e operadores do sistema de energia grossista com o fim de aprovar e fazer respeitar certas normas de fiabilidade. Padrões de fiabilidade são requisitos necessários para assegurar o funcionamento adequado do sistema de energia grossista. Em conformidade com a sua autoridade no âmbito da FPA, a FERC certificou a "North American Electric Reliability Corporation" ("NERC") como a entidade responsável pelo desenvolvimento de padrões de fiabilidade, submetendo-os à FERC para aprovação e supervisão exigindo o cumprimento das normas de fiabilidade, sob a fiscalização da FERC. A FERC também autorizou a NERC a delegar determinadas funções em oito entidades regionais. Todos os utilizadores, proprietários e operadores do sistema de energia grossista que cumprem certos limites/níveis de materialidade são obrigados a registar-se na NERC e cumprir com as diversas normas de fiabilidade da FERC. As violações dos padrões de fiabilidade obrigatórios poderá resultar na aplicação de sanções civis de até 1 milhão de \$US por dia por infracção. Todas as empresas do nosso projecto nos Estados Unidos que cumpram os limites de materialidade relevantes encontram-se registadas na NERC e são obrigadas a cumprir as normas de fiabilidade aplicáveis da FERC.

Em determinados Estados, a aprovação para a construção de novos centros electroprodutores, em especial para produção de energias renováveis, incluindo parques eólicos, é obtida através de um órgão estadual, com aprovações ministeriais limitadas exigidas pelos governos estaduais e municipais. No entanto, em muitos outros Estados o processo de licenciamento de novas centrais (incluindo os parques eólicos), encontra-se sujeito à legislação sobre uso da terra e outros regulamentos específicos do Concelho e do Município. As autorizações a nível estatal podem envolver um processo de aprovação mais extenso, nomeadamente avaliações de impacto ambiental e possibilidade de oposição por parte de outros interessados ou utilizadores.

O Governo Federal dos Estados Unidos e vários Governos Estaduais têm vindo a implementar políticas destinadas a promover as energias renováveis, particularmente a energia eólica. O principal programa de incentivo federal para as energias renováveis é o "Production Tax Credit" (PTC) criado pelo Congresso dos Estados Unidos como parte do EPACT 1992. Integrado no programa "American Recovery and Investment Act" ("ARIA") para 2009, o Governo Federal está a incentivar o desenvolvimento de energias renováveis através de créditos fiscais e outros subsídios para os anos de 2009 a 2013. Diversos Estados aprovaram a legislação, particularmente sob a forma de "Renewable Portfolio Standards" ("RPS"), que estabelecem que a aquisição de uma determinada percentagem da energia consumida seja proveniente de fontes renováveis. Esta legislação é comum à Directiva Comunitária relativa à utilização de energias renováveis.

O programa "American Recovery and Reinvestment Act of 2009" foi aprovado e inclui diversas medidas de desenvolvimento da produção de energia eólica através de benefícios fiscais e outras políticas de incentivo, nomeadamente i) a extensão de três anos do "PTC" até 2012 e ii) uma opção para eleger 30% do "Investment Tax Credit" ("ITC") que possa substituir o "PTC" ao longo do período da extensão. Este "ITC" permite que as empresas recebam 30% do montante investido nos projectos ("cash grant") que entraram em funcionamento ou cujo início da construção tenha ocorrido em 2009 e 2010. Em Dezembro de 2010, o "Tax Relief, Unemployment, Insurance and Reauthorization, and Job Creation Act of 2010" foi aprovado, incluindo uma extensão das ITC por um período de um ano, o que irá permitir às empresas receber 30% do investimento efectuado em projectos cujo o início da construção ocorra até Dezembro de 2011, desde que entrem em exploração até Dezembro de 2012.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Foi também aprovado um bônus sobre depreciação de 100% dos novos equipamentos cuja a entrada em exploração ocorra entre 8 de Setembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2011, o qual permite às empresas a amortização do custo total do projecto (menos 50% do ITC) no ano da sua entrada em funcionamento.

Enquadramento regulatório das actividades em França

A indústria eléctrica em França está regulamentada essencialmente pelo Acto 2000-108, corrigido pelos Actos 2004-803 e 2006-1537 ("Act 2000"), aprovado em 10 de Fevereiro de 2000, que regula a modernização e desenvolvimento dos serviços públicos de energia e que representa o enquadramento legislativo geral para a operação de parques eólicos em França. A operação de parque eólicos em França está também sujeita às disposições do código francês sobre ambiente e construção. O artigo 10º do Acto 2000-108 exige que os distribuidores de energia eléctrica não nacionalizadas celebrem contratos firmes de aquisição de electricidade produzida por: (i) instalações produtoras de energia a partir de desperdícios domésticos ou similares ou que utilizem tais fontes na produção de energia para o sistema de aquecimento distrital; e (ii) instalações que usem energias provenientes de fontes renováveis (incluindo energia eólica, às quais se aplicam disposições específicas).

As instalações que utilizem energia proveniente de fontes renováveis, com excepção da energia eólica mecânica, localizadas em áreas ligadas à rede metropolitana continental ou que implementem tecnologias energeticamente eficientes como a cogeração, não se qualificam para os contratos firmes de aquisição de energia, a menos que cumpram com certos limites pré-estabelecidos de capacidade instalada. Estes limites foram estabelecidos por um Decreto do Conselho de Estado (Decreto 2000-1196 de 6 de Dezembro de 2000) para cada categoria de instalações elegível para celebração de contratos firmes de aquisição de energia. Com a nova regulação, apenas os parques eólicos que operem numa ZDE ("zone de développement éolien") podem beneficiar de um contrato firme de aquisição de energia. Estes contratos com os distribuidores não nacionalizados de electricidade baseiam-se nos preços estabelecidos por ordem ministerial para cada tipo de energia renovável e de acordo com um modelo de contrato aprovado pelo Ministério da Energia.

O Acto 2000 prevê que o operador de instalações eólicas possa estabelecer acordos de longo prazo de compra e venda de energia com a Electricité de France (EDF). As tarifas encontram-se estabelecidas pela Ordem de 10 de Julho de 2006, revogada em Agosto de 2008 devido ao vício formal na sua aprovação e republicada sem qualquer alteração em Dezembro de 2008. As tarifas são as seguintes: (i) durante os primeiros 10 anos do contrato com a EDF, a EDF paga uma tarifa fixa anual de 82 Euros por MWh para aplicações efectuadas em 2006 (a tarifa é alterada anualmente baseada em parte no índice de inflação), (ii) entre o 11º e 15º ano do contrato com a EDF, a tarifa é baseada na percentagem média anual de energia produzida pelas instalações eólicas nos primeiros 10 anos. Estas tarifas são também revistas anualmente, baseadas em parte no índice de inflação, (iii) a partir do 16º ano não existe estrutura específica de suporte à actividade pelo que os produtores de energia eólica passam a vender a electricidade ao preço de mercado.

O novo Decreto aprovado em 15 de Dezembro de 2009, definiu os seguintes objectivos para a produção eólica: 11.500 MW em 2012 e 25.000 MW em 2020. Estes objectivos também incluem energia das ondas e das marés.

Enquadramento regulatório das actividades na Polónia

A legislação aplicável às energias renováveis na Polónia está inicialmente contida numa Lei da Energia aprovada em 10 de Abril de 1997, a qual foi corrigida pela Lei de 24 de Julho de 2002 e pela Lei da Energia de 2 de Abril de 2004, que se tornou efectiva a partir de Janeiro de 2005 (em conjunto, a Lei da Energia). A Lei da Energia implementou as disposições (i) da Directiva 2003/54/EC do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de Junho de 2003 relativa a regras comuns para o mercado interno de electricidade, (ii) da Directiva 2003/55/EC do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de Junho de 2003 relativa a regras comuns para o mercado interno de gás natural, e (iii) da Directiva 2001/77/EC do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de Setembro de 2001 na promoção de electricidade produzida através de fontes de energia renováveis no mercado interno. A regulamentação detalhada em relação ao âmbito do sector de energia está incluída na regulamentação secundária relevante adoptada pela Lei da Energia. Com base no "Energy Act" foi constituída a entidade reguladora nacional - o Presidente da "Energy Regulatory Authority" ("Presidente da ERA").

De acordo com a Lei da Energia, as diferentes formas de produzir energia através de recursos renováveis na Polónia são: (i) Um sistema de compra obrigatória de certificados de origem das empresas produtoras e comercializadoras que vendam electricidade ao consumidor final em conexão com uma rede na Polónia. Estas empresas são obrigadas a: a) obter um certificado de origem e submetê-lo ao Presidente da ERA para cancelamento ou b) pagar um *fee* de substituição calculado de acordo com a Lei da Energia, ii) se a empresa não adquirir certificados de origem ou não pagar o *fee* de substituição é penalizada pelo Presidente da ERA com uma multa calculada de acordo com as disposições da Lei da Energia.

O limite mínimo de electricidade gerada através de energias renováveis no volume total anual de electricidade utilizada pelo consumidor final é determinado legalmente pelo Ministério da Economia de acordo com a Lei da Energia. Em 2008, o limite mínimo foi de 7% e irá crescer anualmente até atingir 12,9% em 2017. Estes limites foram inicialmente estabelecidos até 2014, mas um novo regulamento aprovado em Agosto de 2008 fixou os limites para os anos 2015-2017 e aumentou os limites para os anos 2013 e 2014.

A Lei da Energia foi alterada em Janeiro de 2010. O principal objectivo foi limitar a acção especulativa na reserva do poder de interconexão dos parques eólicos no sistema energético. Em conformidade com as novas disposições, a obrigação de preparar uma avaliação de impacto das instalações estarem interligadas nas redes com as redes da empresa. De acordo com a nova regulamentação, a entidade que requer as condições de interconexão deve pagar antecipadamente através da rede de interconexão um valor de 30 PLN por KW de capacidade de interconexão.

Outra medida destinada a reforçar a credibilidade do projecto é a obrigação de anexar à candidatura para condições de interconexão um extracto do plano global local ou, caso não exista esse plano, o planeamento relacionado com a candidatura. A nova legislação introduz também novas obrigações para os produtores eólicos, entre as quais, a obrigação de preparar uma previsão para 15 anos quando a capacidade instalada for inferior a 50 MW.

Enquadramento regulatório das actividades na Bélgica

O enquadramento regulatório para a electricidade na Bélgica é complexo dada a divisão de poderes entre o governo federal e as três entidades regionais: Valónia, Flandres e Bruxelas. A área de competência federal de regulação inclui a transmissão de electricidade (níveis de transmissão acima de 70 kV), produção, tarifas, planeamento e energia nuclear. A legislação federal relevante é a Lei da Electricidade de 29 de Abril de 1999 (alterada) ("Lei da Electricidade"). As entidades reguladoras regionais são responsáveis pela distribuição, energias renováveis e cogeração (com excepção das centrais "offshore") e eficiência energética. A legislação regional relevante é respectivamente: (a) para Flandres, o Decreto da Electricidade de 17 de Julho de 2000; (b) para Valónia, o Decreto do Mercado Regional de Electricidade de 12 de Abril de 2001; e (c) para Bruxelas, a Ordem de 19 de Julho de 2001, relativa à organização do mercado eléctrico.

demonstrações financeiras

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Considerando a alocação de responsabilidades entre o governo federal e as regiões, existem quatro reguladores de energia: (a) a Comissão Federal para a Regulação de Electricidade e do Gás ("CREG"); (b) o Órgão Regulador Flamengo da Electricidade e do Gás ("VREG"); (c) a Walloon Energy Commission ("CwaPE"); e (d) a Comissão Reguladora para a Energia na Região de Bruxelas ("BRUGEL").

O sistema regulatório Belga promove a produção de electricidade através de fontes renováveis (e cogeração) através de um sistema de certificados verdes ("GC"), conforme descrito abaixo. O governo federal Belga é responsável pelas centrais "offshore" e por impor obrigações aos operadores do sistema de transmissão. Os vários sistemas "GC" são semelhantes nas três regiões e nas centrais "offshore" reguladas pelo governo federal. Existem actualmente diferenças em termos de quotas, multas e limites para a concessão de "GCs", no entanto os "GCs" emitidos por uma região ou pelo governo federal, relativos a centrais "offshore", não são reconhecidos de forma automática nas outras regiões.

O sistema "GC" visa criar um mercado para "GC" paralelo ao mercado de venda de electricidade. Em Março de 2009, foi lançado um mercado para compra e venda de "GCs". Além do mercado "GC", existe um sistema de preço mínimo garantido a nível federal (obrigações impostas ao operador do sistema de transmissão) ou a nível regional (o regime de ajuda à produção na Flandres e Valónia).

As novas quotas para a produção eólica encontram-se na fase final de aprovação em Valónia. As novas quotas propostas pelo Governo são as seguintes: 11,25% em 2011, 13,50% em 2012 e 15,75% em 2013. Estas novas quotas que se encontram em aprovação são consideravelmente mais elevadas do que as antigas (11%, 12% e 13% para 2011, 2012 e 2013, respectivamente).

Enquadramento regulatório das actividades na Roménia

O incentivo à produção de electricidade através de fontes de energia renováveis na Roménia está regulamentado pela Lei da Electricidade 318/2003. Em 2005, foi introduzido um mecanismo de Certificados Verdes com quotas obrigatórias para os fornecedores, de forma a dar cumprimento aos requisitos da UE relativos às energias renováveis. A Roménia deve cumprir o objectivo de que 33% do consumo bruto de electricidade seja proveniente de energias renováveis em 2010. A autoridade regulatória estabelece uma quota fixa de electricidade produzida através de fontes renováveis de energia que os fornecedores são obrigados a adquirir, e anualmente revê as candidaturas dos produtores "verdes" com vista à atribuição de certificados verdes. A Lei 200/2008 de 3 de Novembro de 2008, introduziu algumas alterações no sistema de certificados verdes. Actualmente, os produtores de energia eólica recebem um certificado verde por cada MWh produzido, no entanto, a Lei 220 que é expectável que entre em vigor em Janeiro de 2010 (após aprovação da Comissão Europeia), irá permitir que os produtores de energia eólica recebam 2 GC/MWh até 2015, os quais podem ser vendidos de forma separada da entrega física de electricidade. A partir de 2016, os produtores recebem um certificado verde por cada MWh produzido. O preço da electricidade é determinado no mercado da electricidade e o preço dos certificados verdes é determinado por um mercado paralelo.

O valor comercial dos certificados verdes oscila entre 27 Euros ("floor") e 55 Euros ("cap"), ambos indexados à taxa de inflação da Roménia. A Lei 220/2008 também garante o acesso à rede nacional para a electricidade produzida a partir de fontes renováveis. Em 2007 foi aprovada uma nova Lei de Energia ("Lei 13/2007"), a qual estabelece, 1 de Julho de 2007 como data limite para a separação jurídica das actividades energéticas ("unbundling") na Roménia e define o papel do "Comercializador Implícito" e do "Comercializador de Último Recurso".

A proposta do Parlamento Romeno que regula as energias renováveis foi publicada a 12 de Julho de 2010. Esta lei inclui o seguinte: (i) aumenta as quotas obrigatórias para a electricidade produzida a partir de fontes renováveis que beneficiam do sistema promocional de certificados verdes. A quota da produção da electricidade para 2012 sofre um aumento de 8,3% para 12%, aumentando a 1%/ano para atingir os 20% até 2020 (ii) estende até 2017 (anteriormente até 2015) o direito de receber dois certificados verdes por MWh produzido por parques eólicos (um certificado a partir de 2018 em diante) e (iii) reafirma o preço mínimo e máximo do actual certificado verde em 27€/MWh e 55€/MWh e aumenta para 110€ a penalização pela não observância de certificado verde. Os actuais preços do máximo, mínimo e penalização são fixados em € e indexados à inflação do euro.

Enquadramento regulatório das actividades no Brasil

O sector eléctrico no Brasil é regulado pela Lei Federal n.º 8987 de 13 de Fevereiro de 1995, que regula o regime de concessão e permissão de serviços públicos; pela Lei n.º 9074 de 7 de Julho de 1995, que regula a atribuição e extensão de contratos de concessão ou permissão de serviços públicos; pela Lei Federal n.º 10438 de 26 de Abril de 2002, que rege o aumento do fornecimento de energia eléctrica de emergência e cria o Programa de Incentivos para Fontes de Electricidade Alternativas (PROINFA) para 3.300 MW; pela Lei Federal n.º 10762 de 11 de Novembro de 2003 e pela Lei n.º 10848 de 15 de Março de 2004, relativas às regras de comercialização de energia eléctrica e por alterações subsequentes à legislação.

O Decreto n.º 5025 de 30 de Março de 2004, regula a Lei Federal n.º 10438 e define o enquadramento económico e legal das "Fontes de Energia Alternativas". Os participantes no PROINFA têm um CAE (Contrato de Aquisição de Energia) com a ELETROBRÁS, e são sujeitos à autoridade reguladora (ANEEL). No entanto, a primeira etapa do PROINFA terminou e a segunda etapa é altamente incerta.

O Decreto n.º 5163 de 30 de Julho de 2004 regula a Lei Federal n.º 10762, e prevê a possibilidade das empresas de distribuição e dos agentes autorizados adquirirem "Energia Distribuída" (produção local), com um limite de 10% da procura total de cada agente de distribuição. Adicionalmente, a Lei n.º 10762 estabelece a possibilidade de um produtor de electricidade com base em fontes de energia alternativas vender directamente ao consumidor final (procura agregada > 500kW), a qualquer nível de voltagem. Como parte do quadro de incentivos, são atribuídos descontos no tarifário de distribuição e transmissão (TUSD e TUST) aos produtores ou compradores de energias renováveis. Os leilões públicos de electricidade são conduzidos pela empresa estatal "Energy Planning and Research Company" (EPE), a qual regista, analisa e permite a entrada de potenciais participantes.

Adicionalmente, a Lei n.º 10438 regula o uso de um fundo especial do sector, o "Fossil Fuel Consumption Quota (CCC)", para reduzir o custo de financiamento das iniciativas em energias renováveis capazes de substituir a produção de energia baseada em combustíveis fósseis.

2. Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas foram preparadas com base nos registos contabilísticos da EDP Renováveis, S.A. e das subsidiárias incluídas no perímetro de consolidação. As demonstrações financeiras consolidadas de 2010 e 2009 foram preparadas para apresentar de forma verdadeira e apropriada os capitais próprios consolidados e a posição financeira da EDP Renováveis, S.A. e das suas subsidiárias com referência a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os resultados consolidados das suas operações, os fluxos de caixa consolidados e os movimentos ocorridos nos capitais próprios consolidados para os períodos acima referidos.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme endossadas pela União Europeia (UE). As IFRS incluem as normas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) bem como as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em 24 de Fevereiro de 2011. As demonstrações financeiras são expressas em milhares de Euros, arredondadas ao milhar mais próximo.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda, excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3 (Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras).

b) Princípios de consolidação

Empresas subsidiárias

As empresas subsidiárias são entidades em que o Grupo exerce controlo. As demonstrações financeiras das empresas subsidiárias são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas desde a data em que o Grupo assume o controlo sobre as suas actividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa.

As políticas contabilísticas das empresas subsidiárias foram, sempre que necessário, alteradas de forma a garantir a sua consistência com as políticas adoptadas pelo Grupo. As perdas acumuladas são atribuídas aos interesses minoritários na proporção do capital detido, mesmo que desta alocação resultem interesses minoritários negativos.

Empresas associadas

As empresas associadas são entidades nas quais o Grupo tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer entre 20% e 50% dos direitos de voto da associada.

Os investimentos financeiros em empresas associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial e reconhecidos inicialmente ao seu custo de aquisição. O custo do investimento inclui os custos de transacção.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo do total das reservas e dos lucros e prejuízos reconhecidos da associada, após os ajustamentos de harmonização das suas políticas contabilísticas com as do Grupo, desde a data em que o Grupo adquire influência significativa até ao momento em que a mesma termina.

Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede o valor contabilístico da associada, o valor contabilístico do investimento financeiro é reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, excepto na medida em que o Grupo incorra numa obrigação de assumir essas perdas ou efectuar pagamentos em nome da associada.

Entidades conjuntamente controladas

As entidades conjuntamente controladas, consolidadas pelo método proporcional, são entidades em que o Grupo tem controlo conjunto definido por acordo contratual. As demonstrações financeiras consolidadas incluem nas linhas respectivas, a parcela proporcional do Grupo nos activos, passivos, proveitos e custos destas entidades, desde a data em que o controlo conjunto se iniciou até à data em que este cesse.

Concentrações de actividades empresariais

A partir de 1 de Janeiro de 2010, o Grupo EDP adoptou a IFRS 3 — Concentração de Actividades Empresariais (2008) na contabilização das concentrações de actividades empresariais. As alterações da política contabilística foram aplicadas prospectivamente, não existindo impactos materiais nos resultados por acção.

As concentrações de actividades empresariais são registadas pelo método da compra na data da aquisição, a qual corresponde à data em que o controlo é transferido para o Grupo. O controlo corresponde à capacidade de gerir a política financeira e operacional da entidade de forma a obter benefícios das suas actividades. Ao avaliar a existência de controlo, o Grupo tem em consideração os potenciais direitos de voto que são actualmente exercíveis.

Aquisições em ou após 1 de Janeiro de 2010

Para as aquisições em ou após 1 de Janeiro de 2010, o Grupo determina o "goodwill" na data da aquisição como:

- O justo valor dos activos transferidos; acrescido dos
- Interesses minoritários reconhecidos na aquisição; acrescidos do
- O justo valor do investimento previamente existente na adquirida, caso se trate de uma aquisição efectuada por fases; deduzido do
- Valor contabilístico (geralmente o seu justo valor) dos activos adquiridos e passivos identificados.

Caso o "goodwill" apurado seja negativo, este é registado directamente em resultados do exercício.

demonstrações financeiras

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Os activos transferidos na aquisição não incluem os montantes relativos à liquidação de relações pré-existentes, os quais são geralmente reconhecidos nos resultados do exercício.

Os custos relacionados com a aquisição e que não respeitam à emissão de títulos de dívida ou de capital, e que o Grupo incorre no âmbito de uma concentração de actividades empresariais, são reconhecidos em resultados à medida que são incorridos.

Os preços de aquisição contingentes são reconhecidos ao justo valor na data de aquisição. Se o preço contingente é classificado como capital, não é reavaliado e a sua liquidação é contabilizada por contrapartida de capitais próprios. Caso contrário, as alterações subsequentes no justo valor do preço contingente são reconhecidas por contrapartida de resultados.

Algumas concentrações de actividades empresariais do período foram registadas provisoriamente dado que o Grupo ainda se encontra a avaliar o justo valor dos activos líquidos adquiridos. Os activos líquidos identificáveis foram reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor previsional. Os ajustamentos durante o período de avaliação foram reconhecidos com referência à data de aquisição e a informação comparativa relativa ao ano anterior foi reexpressa, quando aplicável. Os ajustamentos aos montantes previsionais apenas incluem a informação relativa a eventos e circunstâncias existentes à data de aquisição os quais, sendo conhecidos nessa data, teriam alterado o montante reconhecido inicialmente.

Após esse período, os ajustamentos ao valor inicial dos activos líquidos adquiridos apenas são efectuados para corrigir um erro existente.

Para as concentrações de actividades empresariais realizadas por fases, o excesso dos activos transferidos, acrescido do justo valor da participação previamente detida na adquirida, face aos activos líquidos adquiridos e passivos assumidos, é reconhecido como "goodwill". Ajustes subsequentes a estes montantes são reconhecidos por contrapartida de resultados do exercício. O Grupo reconhece a diferença entre o justo valor da participação detida anteriormente e o seu valor contabilístico nos resultados do exercício consolidados, de acordo com a classificação da participação. Adicionalmente, o Grupo reclassifica os montantes diferidos em capitais próprios relativos a participações anteriormente detidas para resultados do exercício ou reservas de consolidação, de acordo com a sua natureza.

Aquisições entre 1 de Janeiro de 2004 e 1 de Janeiro de 2010

Para as aquisições realizadas entre 1 de Janeiro de 2004 e 1 de Janeiro de 2010, o "goodwill" representa a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor proporcional da situação patrimonial adquirida. Quando o "goodwill" apurado era negativo, o mesmo era registado directamente em resultados do exercício.

Os custos de transacção, com excepção dos relativos à emissão de títulos de dívida ou de capital, e que o Grupo incorre no âmbito de uma concentração de actividades empresariais, eram capitalizados como uma componente do custo de aquisição.

Contabilização de aquisições a interesses minoritários

Após 1 de Janeiro de 2010, o Grupo aplicou a IAS 27 — Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas (2008) na contabilização de aquisições a interesses minoritários. As alterações da política contabilística foram aplicadas prospectivamente, não existindo impactos materiais nos resultados por acção.

De acordo com a nova política contabilística, as aquisições a interesses minoritários não resultam no reconhecimento de "goodwill" sendo contabilizadas como transacções com accionistas. Os ajustamentos aos interesses minoritários são efectuados com base num montante proporcional dos activos líquidos da subsidiária.

Até 31 de Dezembro de 2009, nas aquisições de interesses minoritários, as diferenças entre o valor de aquisição do investimento e o justo valor dos interesses minoritários adquiridos eram registadas por contrapartida de "goodwill".

Investimentos em subsidiárias e associadas residentes no estrangeiro

O valor dos activos e passivos de subsidiárias residentes no estrangeiro, incluindo "goodwill" e ajustamentos de justo valor gerados na aquisição, são registados pelo seu contravalor em Euros à taxa de câmbio oficial em vigor na data de balanço. Os resultados destas subsidiárias são transpostos pelo seu contravalor em Euros, ao câmbio aproximado das taxas em vigor na data em que se efectuaram as transacções.

As diferenças são registadas em reservas de conversão cambial na demonstração de rendimento integral. Na alienação de participações financeiras em subsidiárias residentes no estrangeiro, as diferenças cambiais associadas à participação financeira previamente registadas em reservas são reconhecidas em resultados.

Quando a liquidação de um item monetário a receber ou pagar a empresas subsidiárias residentes no estrangeiro não está prevista nem é provável num futuro próximo, os ganhos e perdas cambiais respectivos são registados como fazendo parte do investimento líquido na entidade, sendo reconhecidos por contrapartida de capitais próprios e apresentados nas reservas de conversão cambial.

Saldos e transacções eliminados na consolidação

Os saldos e transacções entre empresas do Grupo, bem como os ganhos e perdas não realizados resultantes dessas transacções são anulados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Os ganhos e perdas não realizados, de transacções com associadas e entidades controladas conjuntamente são eliminados na proporção da participação do Grupo nessas entidades.

Transacções sob controlo comum

A contabilização de concentrações de actividades empresariais que envolvam entidades sob controlo comum encontra-se excluída da IFRS 3. Na ausência de um guia específico dentro das IFRS, o Grupo EDP Renováveis definiu uma política contabilística apropriada para este tipo de transacções. De acordo com a política do Grupo, as concentrações de actividades empresariais entre empresas sob controlo comum são contabilizadas nas demonstrações financeiras consolidadas pelos valores contabilísticos das empresas adquiridas (subgrupo). A diferença entre o valor contabilístico do activo líquido recebido e o valor pago é registado nos capitais próprios.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Opções de venda de interesses minoritários

As normas IFRS não prescrevem um tratamento contabilístico específico para os compromissos relacionados com opções de venda relativas a investimentos em subsidiárias detidos por interesses minoritários à data de aquisição de uma concentração de actividades empresariais. Consequentemente, o Grupo EDP Renováveis regista essas opções de venda ("written put options") concedidas na data de aquisição de uma concentração de actividades empresariais, ou numa data subsequente, como uma aquisição antecipada desses interesses, registando um passivo financeiro pelo valor actual da melhor estimativa do montante a pagar, independentemente da probabilidade estimada de exercício das opções. A diferença entre este montante e o montante correspondente à percentagem de participação detida nos activos líquidos identificáveis adquiridos é registada por contrapartida de "goodwill".

Até 31 de Dezembro de 2009, nos anos subsequentes ao reconhecimento inicial, as variações no passivo resultantes da actualização financeira da responsabilidade são reconhecidas como um custo financeiro nas demonstrações financeiras consolidadas e as restantes variações são reconhecidas como um ajustamento ao custo da concentração de actividades empresariais sendo registadas por contrapartida de "goodwill". Quando aplicável, os dividendos pagos aos accionistas minoritários até à data em que a opção é exercida, são também reconhecidos como ajustamentos ao custo da concentração de actividades empresariais. Na eventualidade de as opções não serem exercidas, a transacção é registada com uma alienação de participação aos accionistas minoritários.

A partir de 1 de Janeiro de 2010 o Grupo aplica a IAS 27 (2008) aos novos os compromissos relacionados com opções de venda relativas a investimentos em subsidiárias detidas por interesses minoritários, registando as alterações subsequentes no valor contabilístico da responsabilidade na demonstração dos resultados.

c) Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional das respectivas empresas do Grupo à taxa de câmbio em vigor na data das transacções. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com itens monetários correspondem à diferença entre o custo amortizado na moeda funcional no início do período, ajustado para os pagamentos do juro efectivo durante o período, e ao custo amortizado em moeda estrangeira convertido à taxa de câmbio no final do período de referência.

Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais provenientes da reexpressão são reconhecidas em resultados, excepto para as diferenças resultantes da reconversão dos activos disponíveis para a venda, passivos financeiros designados como "net investment", "cash flow-hedge", que são reconhecidos na demonstração do rendimento integral. Os activos não monetários que sejam mensurados ao custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio à data da transacção.

d) Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação ("trade date") pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente nos resultados do período, excepto no que se refere aos derivados de cobertura do fluxo de caixa. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura, nos resultados do período, depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, sendo na sua ausência determinado por entidades externas tendo por base técnicas de valorização, as quais incluem modelos de fluxos de caixa descontados e avaliação de opções, conforme a mais apropriada.

Contabilidade de cobertura

O Grupo utiliza instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro e cambial resultante da sua actividade operacional e de financiamento. Os derivados que não se qualificam como de cobertura são registados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pelo Grupo. Uma relação de cobertura existe quando:

- (i) À data de início da relação, existe documentação formal da cobertura;
- (ii) Existe a expectativa de que a cobertura seja altamente eficaz;
- (iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade;
- (iv) A cobertura é avaliada numa base contínua e efectivamente determinada como sendo altamente efectiva ao longo do período de relato financeiro;
- (v) Em relação à cobertura de uma transacção prevista, esta tem de ser altamente provável e tem de apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afectar os resultados.

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, os custos de transacção atribuíveis são reconhecidos em resultados quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivados são mensurados ao valor justo, e suas variações são contabilizadas como descrito em seguida:

Cobertura de justo valor

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de justo valor são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do risco coberto do activo, passivo ou grupo de activos e passivos. Se a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos da contabilidade de cobertura, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos na valorização do risco coberto são amortizados pelo período remanescente até à maturidade.

Cobertura de fluxos de caixa

A parte efectiva das variações de justo valor dos derivados designados e que se qualificam como coberturas de fluxos de caixa é reconhecida em capitais próprios. Os ganhos ou perdas da parcela inefectiva da relação de cobertura são reconhecidos por contrapartida de resultados do exercício, no momento em que ocorre a inefectividade.

demonstrações financeiras

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para resultados nos períodos em que o item coberto afecta resultados. Contudo, quando a transacção prevista que se encontra coberta resulta no reconhecimento de um activo ou passivo não financeiro, os ganhos ou perdas registados em capitais próprios são reconhecidos por contrapartida do custo inicial do activo ou passivo.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os critérios para a contabilidade de cobertura, qualquer ganho ou perda acumulado registado em capitais próprios na data mantém-se em capitais próprios até que a transacção prevista seja reconhecida em resultados. Quando já não é expectável que a transacção ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos imediatamente em resultados do exercício.

Cobertura de activos líquidos ("Net investment")

O modelo de cobertura de activos líquidos é aplicado, em base consolidada, em investimentos em subsidiárias realizados em moeda estrangeira. Este modelo permite que as variações cambiais reconhecidas em reservas cambiais de consolidação sejam compensadas pelas variações cambiais de empréstimos obtidos em moeda estrangeira para a aquisição dessas mesmas subsidiárias. Se o instrumento de cobertura é um instrumento financeiro derivado, os ganhos e perdas provenientes de variações de justo valor são também reconhecidos em reservas cambiais de consolidação. A parte inefectiva da relação de cobertura é registada em resultados do exercício.

e) Outros activos financeiros

O Grupo classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição de acordo com as seguintes categorias:

Valores a receber e empréstimos

Os valores a receber são inicialmente reconhecidos ao justo valor e subsequentemente mensurados ao custo amortizado deduzido das perdas por imparidade.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação das perdas estimadas dos valores a receber à data de balanço e são reconhecidas na demonstração dos resultados, podendo ser revertidas se o valor da perda estimada reduzir em períodos posteriores.

Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros detidos para negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas nos resultados.

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que se encontram designados como disponíveis para venda e não encontram classificados em nenhuma das restantes categorias. Os investimentos do Grupo em acções encontram-se classificados como activos financeiros disponíveis para venda.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

As aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, e (ii) activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidas na data da sua negociação ("trade date"), ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar os activos.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii), não obstante, retenha parte, mas não substancialmente, todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os activos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas nos resultados no período em que elas ocorrem.

Os activos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas de justo valor, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas de justo valor é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são igualmente reconhecidas em reservas, no caso de acções, e nos resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, bem como os dividendos recebidos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente ("bid-price"). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado e técnicas de fluxos de caixa descontados, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os activos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Transferências entre categorias

O Grupo não procedeu à transferência de instrumentos financeiros de e para a categoria de activos financeiros ao justo valor através dos resultados.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Imparidade

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou grupo de activos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os activos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou uma redução de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada em reservas de justo valor, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor à data do balanço deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecido nos resultados, é transferida para resultados.

f) Passivos financeiros

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva.

O Grupo desreconhece a totalidade ou parte de um passivo financeiro quando a obrigação contida no contrato tenha sido satisfeita ou quando o Grupo está legalmente liberto da obrigação fundamental relacionada com o passivo, através de um processo legal ou pelo credor.

O Grupo considera que as condições são substancialmente diferentes se o valor actual dos fluxos de caixa descontados nas novas condições, incluindo alguma comissão paga, líquida de alguma comissão recebida, e utilizando a taxa de juro original do desconto, divergir em pelo menos 10% do valor actual descontado dos fluxos de caixa do passivo financeiro inicial.

Se a alteração é reconhecida como um cancelamento do passivo financeiro inicial, os custos ou comissões são incluídos na demonstração dos resultados consolidada. Em caso contrário, os custos ou comissões ajustam o valor contabilístico do passivo e são amortizados pelo método do custo amortizado pelo período remanescente do passivo modificado.

O Grupo reconhece a diferença entre o valor contabilístico de um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro que tenha sido cancelado ou transferido para terceiros) e o preço pago, o qual inclui qualquer transferência de activos para além de dinheiro ou do passivo assumido, como um débito ou um crédito na demonstração dos resultados consolidada.

g) Custos com empréstimos obtidos

Os juros de empréstimos directamente atribuíveis à aquisição ou construção de activos são capitalizados como parte do custo desses activos. Um activo elegível para capitalização é um activo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. Na medida em que, de uma forma geral, os fundos são obtidos por via de empréstimos, o montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efectuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período, excluindo os empréstimos contraídos especificamente com o objectivo de obter um activo elegível. O montante de custos de empréstimos capitalizados no decorrer de um período não pode exceder o montante de custos de empréstimos incorridos nesse período.

A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as actividades necessárias para preparar o activo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização termina quando todas as actividades necessárias para colocar o activo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas. A capitalização de custos com empréstimos é suspensa durante períodos extensos em que o desenvolvimento activo seja interrompido.

h) Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui todos os gastos directamente atribuíveis à aquisição do activo. O custo dos activos construídos pela própria empresa inclui o custo dos materiais e trabalho directo, bem como outros custos directamente atribuíveis de forma a colocar o bem em funcionamento e ainda os custos de desmantelamento e remoção dos bens e restauração do local onde se encontram localizados. O custo pode ainda incluir transferências de capitais próprios de qualquer ganho ou perda relativa a cobertura de fluxos de caixa em moeda estrangeira na aquisição de activos fixos. O software adquirido que seja parte integral do equipamento é capitalizado como parte do mesmo.

O custo de aquisição inclui os juros de financiamento externo, custos com o pessoal e outros custos internos directa ou indirectamente relacionados com o trabalho em curso, apenas durante a fase de construção. O custo de produção é capitalizado através da contabilização dos custos atribuíveis ao activo como trabalhos para a própria empresa, em outros proveitos operacionais e custos com o pessoal e benefícios aos empregados na demonstração dos resultados consolidada.

Quando alguma parte constituinte de um item classificado como activo fixo tangível apresenta uma vida útil diferente do item principal, estas são contabilizadas separadamente (contabilização por componentes).

Os custos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas.

O Grupo procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.



demonstrações financeiras

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Edifícios e outras construções	20 a 33
Equipamento básico:	
Produção Eólica	20
Produção Hidroeléctrica	20 a 30
Outro equipamento básico	15 a 40
Equipamento de transporte	3 a 10
Equipamento administrativo e utensílios	3 a 10
Outros activos fixos tangíveis	4 a 10

i) Activos intangíveis

Os outros activos intangíveis do Grupo encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade. O Grupo não detém activos intangíveis com um período de vida útil indefinido.

O Grupo procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Aquisição e desenvolvimento de Software

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Grupo necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada dos activos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de software efectuados pelo Grupo, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados directamente afectos ao desenvolvimento do referido software, sendo amortizados de forma linear ao longo da respectiva vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos do período em que são incorridos.

Propriedade industrial e outros direitos

As amortizações relativas à propriedade industrial e outros direitos são calculadas com base no método das quotas constantes pelo período de vida útil esperado que não excede os 6 anos.

j) Imparidade de activos não financeiros

O valor contabilístico dos activos não financeiros, que não existências e activos por impostos diferidos, é revisto em cada data de reporte, de forma a determinar se existem indícios de imparidade. Caso existam indícios de imparidade, o valor recuperável do activo é estimado. O valor recuperável do "goodwill" é avaliado anualmente.

O valor recuperável de um activo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o seu valor de uso e o seu justo valor menos os custos estimados para a venda. De forma a estimar o valor de uso, os fluxos de caixa futuros são descontados para o seu valor actual, utilizando uma taxa de desconto antes de imposto que reflecta a avaliação corrente do mercado, sobre o valor temporal do dinheiro e o risco específico do activo. Para efeitos de testes de imparidade os activos são agrupados no grupo mais pequeno de activos que gera fluxos de caixa através do seu uso continuado e que são independentes dos fluxos de caixa de outros activos ou grupos de activos (unidade geradora de caixa). O "goodwill" gerado numa aquisição, para efeitos de teste de imparidade, é alocado às unidades geradoras de caixa, que se espera que beneficiem de sinergias resultantes da aquisição.

Uma perda por imparidade é reconhecida se o valor contabilístico do activo ou da sua unidade geradora de caixa exceder o valor recuperável estimado. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados do exercício. As perdas por imparidade reconhecidas relativamente a unidades geradoras de caixa são primeiro alocadas para reduzir o valor contabilístico de qualquer "goodwill" alocado à unidade geradora de caixa e posteriormente para reduzir o valor contabilístico dos restantes activos da unidade (grupo de unidades) numa base pro rata.

Uma perda por imparidade relativa ao "goodwill" não é reversível. Em relação a outros activos, as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores são reavaliadas em cada data de reporte, por forma a verificar se há qualquer indicação de que a perda diminuiu ou deixou de existir. Uma perda por imparidade é revertida se ocorrerem alterações nas circunstâncias que causaram essa imparidade. Uma perda por imparidade é revertida até ao montante em que o valor contabilístico do activo não exceda o valor contabilístico que seria determinado, líquido de amortizações, caso não tivesse sido reconhecida uma perda por imparidade em anos anteriores.

k) Locações

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da sua substância e não da sua forma legal. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados nos custos dos períodos a que dizem respeito.

l) Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da actividade deduzido dos respectivos custos de venda.

O custo dos inventários é valorizado ao custo médio ponderado.

m) Classificação dos activos e passivos como correntes e não correntes

O Grupo classifica os activos e passivos no balanço consolidado como correntes e não correntes. Os activos e passivos correntes são determinados como se segue:

Os activos são classificados como correntes quando é expectável que estes sejam realizados, exista intenção de venda ou consumo pelo Grupo durante o seu ciclo operacional e quando são detidos principalmente para o propósito da actividade do Grupo, ou é esperado que sejam realizados dentro de doze meses desde a data da balanço ou quando são disponibilidades classificadas como caixa ou equivalentes de caixa, a menos que estes activos não possam ser trocados ou ser usados para liquidar um passivo pelo menos doze meses desde a data do balanço.

Os passivos são classificados como correntes quando é expectável que sejam liquidados no decorrer da normal actividade do Grupo, e são detidos com o objectivo de serem negociados ou realizados nos doze meses subsequentes à data de balanço ou o Grupo não tem um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo pelo menos doze meses após a data do balanço.

Passivos financeiros são classificados como correntes quando é esperada a sua liquidação no período de doze meses após a data de balanço, mesmo que o período inicial seja superior a doze meses, e seja concluído um acordo para refinanciamento ou revisão da data dos pagamentos após a data do balanço e antes da aprovação das demonstrações financeiras consolidadas.

n) Benefícios aos empregados

Pensões

A EDP Renováveis Portugal, uma das empresas portuguesas do Grupo EDP Renováveis, atribuiu benefícios pós-reforma aos seus colaboradores sob a forma de planos de benefícios definidos e planos de contribuição definida, nomeadamente, planos de pensões que garantem complementos de reforma por idade, invalidez e sobrevivência e pensões de reforma antecipada.

Planos de benefícios definidos

Em Portugal, o plano de benefícios definidos é financiado através de um Fundo de pensões fechado complementado por provisão específica. Neste fundo encontram-se incluídas as responsabilidades com complementos de reforma, bem como as responsabilidades relativas a reformas antecipadas e pré-reformas.

Os planos de pensões das empresas do Grupo em Portugal correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, os anos de serviço e a retribuição à data da reforma.

As responsabilidades do Grupo com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, por peritos independentes, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de "rating" elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas actuariais determinados anualmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos em reservas, de acordo com o método alternativo que é permitido pela IAS 19, revista em 16 de Dezembro de 2004.

O aumento de custos com serviços passados decorrente de reformas antecipadas (reformas antes do empregado atingir a idade da reforma) é reconhecido nos resultados quando incorrido.

Anualmente, o Grupo reconhece como um custo, na sua demonstração de resultados, um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos activos do fundo, e (iv) o efeito das reformas antecipadas.

Planos de contribuição definida

Em Espanha, Portugal e Estados Unidos, algumas empresas do Grupo dispõem de planos de benefícios sociais complementares aos concedidos pelos sistemas de previdência social, do tipo contribuição definida, efectuando deste modo em cada ano uma contribuição para estes planos calculada de acordo com as regras estabelecidas em cada plano. O custo relativo aos planos de contribuição definida é reconhecido em resultados no período em que a contribuição é efectuada.



demonstrações financeiras

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Outros benefícios

Planos de cuidados médicos e outros

Em Portugal algumas empresas do Grupo concedem benefícios relativos a cuidados médicos durante o período de reforma e de reforma antecipada, através de mecanismos complementares aos dos sistemas de segurança social. Estes planos de cuidados médicos são classificados como planos de benefícios definidos sendo as responsabilidades cobertas por provisões registadas no balanço do Grupo. A mensuração e o reconhecimento das responsabilidades com os planos de cuidados médicos são idênticos ao referido anteriormente para os planos de pensões de benefícios definidos.

Remunerações variáveis aos empregados

De acordo com as disposições estatutárias de algumas sociedades do Grupo, os accionistas destas sociedades aprovam anualmente em Assembleia-Geral a remuneração variável a ser distribuída aos membros dos órgãos de Administração e demais colaboradores (bónus), de acordo com proposta do Conselho de Administração. As remunerações variáveis são contabilizadas nos resultados do exercício a que respeitam.

o) Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) exista uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Provisões para desmantelamento e descomissionamento

O Grupo constitui provisões para desmantelamento e descomissionamento dos activos fixos tangíveis quando existe uma obrigação legal ou contratual de proceder ao desmantelamento e descomissionamento desses activos no final da sua vida útil. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza para os activos tangíveis afectos à produção de energia eólica, para fazer face às responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos no seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor actual da totalidade da responsabilidade futura e são registadas por contrapartida de um aumento dos respectivos activos fixos tangíveis, sendo amortizadas de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses activos.

Os pressupostos considerados, são os seguintes:

	EDPR EU	EDPR NA
Custo médio por MW (Euros)	14.000	17.961
Valor residual por MW (Euros)	25.000	17.213
Taxa de desconto	6,07%	6,73%
Taxa de inflação	2,00%	2,50%
Taxa de amortização (vida útil)	20	20

Numa base anual, a provisão é sujeita a uma revisão, de acordo com a estimativa das responsabilidades com o desmantelamento e descomissionamento futuro. A actualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida em resultados.

p) Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e proveitos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

O rédito compreende os montantes facturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos e depois da eliminação das vendas entre empresas do Grupo.

Os proveitos relativos à venda de electricidade são reconhecidos no período em que a electricidade é produzida e transferida para os clientes.

Os proveitos de engenharia incluem o valor inicial acordado contratualmente mais as variações no contrato, reclamações e pagamento de incentivos, na medida em que seja provável que resultarão em proveitos e que podem ser estimados de forma fiável. Assim que os resultados do contrato de construção possam ser estimados de forma fiável, os proveitos e os custos do contrato são reconhecidos em resultados proporcionalmente à fase de conclusão do contrato.

As diferenças entre os valores estimados e os reais, que geralmente não são significativas, são registadas nos períodos subsequentes.

q) Resultados financeiros

Os resultados financeiros incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efectuadas, os dividendos recebidos, os ganhos e perdas resultantes de diferenças de câmbio, os ganhos e perdas realizados, assim como as variações de justo valor relativas a instrumentos financeiros e as variações de justo valor dos riscos cobertos.

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os dividendos a receber são reconhecidos na data em que se estabelece o direito ao seu recebimento.

r) Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração de resultados, excepto quando respeita a uma concentração de actividades empresariais ou a itens reconhecidos directamente em capitais próprios.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do exercício, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data de balanço, e quaisquer ajustamentos aos impostos de exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido tendo em conta as diferenças temporárias entre a base contabilística dos activos e passivos e respectiva base fiscal. Não são reconhecidos impostos diferidos para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de activos e passivos numa transacção que não seja uma concentração de actividades empresariais e não afecte quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias e empresas conjuntamente controladas na medida em que não seja provável a sua reversão no futuro. Adicionalmente, não é reconhecido imposto diferido relativamente a diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de "goodwill". Os impostos diferidos são mensurados à taxa de imposto aprovado ou substancialmente aprovado à data do balanço e que se espera que venha a ser aplicada quando as diferenças temporárias se reverterem. Os impostos diferidos activos e passivos são compensados se existir um direito legalmente executável para compensar activos e passivos fiscais correntes que digam respeito aos impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável, ou sobre entidades fiscais diferentes, mas que pretendem liquidar passivos e activos por impostos correntes numa base líquida ou realizar os activos e liquidar os passivos simultaneamente.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos, quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais. Os activos por impostos diferidos são revistos a cada data de reporte e são revertidos quando não é provável que o respectivo benefício fiscal seja realizado.

s) Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos accionistas, pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Grupo.

t) Activos não correntes detidos para venda e operações em descontinuação

Os activos não correntes ou grupos de activos não correntes detidos para venda (grupos de activos e respectivos passivos, que incluem pelo menos um activo não corrente), são classificados como detidos para venda quando o seu custo for recuperado principalmente através de venda, os activos ou grupos de activos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

O Grupo também classifica como activos não correntes detidos para venda os activos não correntes ou grupos de activos adquiridos apenas com o objectivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, a mensuração de todos os activos não corrente e de todos os activos e passivos incluídos num grupo de activos para venda, é efectuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Após a sua classificação, estes activos ou grupos de activos são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

u) Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e os seus equivalentes englobam os valores em caixa e as disponibilidades em instituições crédito. Inclui ainda outros investimentos de curto prazo, de elevada liquidez e prontamente convertíveis em caixa, sujeitos a um risco insignificante de alterações de valores. Um investimento é normalmente classificado como caixa e equivalentes de caixa quando apresenta uma maturidade inferior a três meses desde a data da sua aquisição.

v) Subsídios governamentais

Os subsídios governamentais são reconhecidos inicialmente como proveitos diferidos na rubrica de passivo não corrente, quando existe uma certeza razoável que o subsídio será recebido e que o Grupo irá cumprir com as condições associadas à atribuição do subsídio. Os subsídios que compensam o Grupo por despesas incorridas são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas.

w) Matérias ambientais

O Grupo toma medidas de modo a prevenir, reduzir ou reparar os danos causados ao meio ambiente pela sua actividade.

As despesas de carácter ambiental são reconhecidas como outros custos operacionais no período a que respeitam.

x) Parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA

O Grupo estabelece parcerias com investidores institucionais nos Estados Unidos por intermédio de acordos operacionais com empresas de responsabilidade limitada. Estas parcerias distribuem os fluxos de caixa gerados pelos parques eólicos entre os investidores e a Empresa e distribui os benefícios fiscais, que incluem os créditos fiscais à produção (PTC) e a depreciação acelerada, em grande medida aos investidores.

O investidor institucional adquire os interesses nas parcerias societárias mediante pagamentos efectuados na data de aquisição desses interesses. O montante destes pagamentos é estabelecido por forma a que os investidores obtenham, antecipadamente, determinadas taxas internas de retorno acordadas, desde a data em que procedem à aquisição dos interesses até ao final dos dez anos em que os créditos fiscais à produção são gerados. O retorno é calculado com base no valor do benefício total antecipado que o investidor institucional vai receber e inclui a utilização dos créditos fiscais à produção, o lucro/perda tributável alocável e os retornos de capital.

O controlo e gestão destes parques eólicos é da responsabilidade do Grupo EDP Renováveis e encontram-se consolidados integralmente nestas demonstrações financeiras.

O adiantamento recebido é reconhecido em "Parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA" e subsequentemente apresentado ao custo amortizado.

Esta responsabilidade é reduzida pelo valor dos benefícios fiscais e pelas distribuições monetárias efectuadas aos parceiros institucionais durante o período. O valor dos benefícios fiscais entregues, principalmente amortizações aceleradas e benefícios fiscais/ subsídios ao investimento, é registado como proveito diferido não corrente sendo reconhecido no resultado em base "pro rata" pelos 20 anos de vida útil dos projectos subjacentes (ver nota 6).

Os passivos com investidores institucionais são acrescidos de juro sobre o montante em dívida tendo por base a taxa interna de retorno implícita acordada.

demonstrações financeiras

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

3. Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas

As IFRS prevêem tratamentos contabilísticos alternativos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre qual o tratamento contabilístico mais adequado.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são discutidas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pelo Grupo e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras consolidadas.

Apesar de as estimativas serem calculadas com base na melhor informação disponível em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, eventos futuros poderão requerer alterações a estas estimativas em anos subsequentes. Eventuais alterações às estimativas, efectuadas em anos subsequentes, serão reconhecidas prospectivamente.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pela EDP Renováveis, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. A EDP Renováveis considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus activos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor.

A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, o Grupo avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços das acções. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderão resultar num nível superior de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Revisão da vida útil de activos relacionados com a produção

O Grupo revê numa base regular a vida útil das suas instalações produtoras de electricidade de forma a que a mesma seja consistente com a vida técnica e económica das instalações, tendo em consideração a sua capacidade tecnológica e limitações impostas pela legislação.

Imparidade de activos não financeiros

Os testes de imparidade são efectuados sempre que existam sinais de que o valor recuperável dos activos fixos tangíveis e intangíveis é inferior ao valor líquido contabilístico.

Considerando que o valor recuperável dos activos fixos tangíveis, intangíveis e do "goodwill" é determinado com base na melhor informação disponível à data, alterações das estimativas e dos pressupostos poderão afectar os resultados dos testes de imparidade e, consequentemente, os resultados do Grupo.

Impostos sobre os lucros

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre os lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas.

Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela EDP Renováveis, e pelas suas subsidiárias, durante um determinado período que poderá ser estendido no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração da EDP Renováveis, e das suas subsidiárias, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

Provisões para desmantelamento e descomissionamento

O Conselho de Administração considera existirem obrigações contratuais relativamente ao desmantelamento e descomissionamento dos activos fixos tangíveis afectos à actividade de produção de energia eólica. O Grupo constitui provisões de acordo com as respectivas obrigações legais e contratuais existentes para fazer face ao valor presente das despesas estimadas com a reposição dos locais e dos terrenos de implementação dos referidos activos. Para efeitos do cálculo das referidas provisões são efectuadas estimativas do valor presente das responsabilidades futuras.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

A consideração de outros pressupostos nas estimativas e julgamentos referidos, poderiam originar resultados diferentes daqueles que foram considerados.

4. Políticas de gestão do risco financeiro

As actividades do Grupo EDP Renováveis expõem-no a uma variedade de riscos financeiros, incluindo os efeitos de alterações de preços de mercado, taxas de câmbio e taxas de juro. A exposição a riscos financeiros reside essencialmente na sua carteira de dívida, resultando em riscos de taxa de juro e de taxa de câmbio. A imprevisibilidade dos mercados financeiros é analisada em consonância com a política de gestão de riscos do Grupo EDP. De forma a minimizar potenciais efeitos adversos na sua performance financeira, são utilizados instrumentos financeiros derivados para cobertura do risco de taxa de juro e/ou de taxa de câmbio.

O Conselho de Administração da EDP Renováveis tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. A gestão operacional do risco financeiro do Grupo EDP Renováveis é subcontratada ao Departamento Financeiro da EDP - Energias de Portugal, S.A., conforme as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A subcontratação de serviços inclui a identificação e avaliação de mecanismos de cobertura apropriados a cada exposição.

Todas as operações realizadas com instrumentos financeiros derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração que define os parâmetros de cada operação e aprova os documentos formais descritivos dos objectivos das mesmas.

Gestão do risco de taxa de câmbio

A Direcção de Gestão Financeira do Grupo EDP é responsável pela gestão da exposição ao risco cambial decorrente da contratação de dívida em moeda estrangeira, procurando mitigar o impacto da flutuação cambial nos encargos financeiros das empresas do Grupo EDP e, consequentemente, nos resultados consolidados, recorrendo à realização de operações com instrumentos financeiros derivados cambiais e/ou outras estruturas de cobertura.

A EDP Renováveis opera internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de investimentos em subsidiárias estrangeiras. Com o objectivo de minimizar o impacto das flutuações das taxas de câmbio, a política geral da EDP Renováveis é financiar cada projecto na moeda dos fluxos de caixa operacionais gerados pelo projecto.

Actualmente a maior exposição ao risco cambial resulta da exposição ao risco de flutuação cambial USD/EUR resultante da aquisição da EDPR NA. Com o aumento da capacidade noutras localizações a EDPR começa a ficar exposta ao risco cambial em várias moedas (Real Brasileiro, Zloty Polaco e Novo Lei Romeno).

Análise de sensibilidade - Taxa de câmbio

Para as operações que resultam numa exposição ao risco cambial, uma alteração de 10% no câmbio do Euro face às seguintes moedas, com referência a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, iria originar um acréscimo / (redução) nos resultados e/ou nos capitais próprios do Grupo EDP Renováveis, nos seguintes montantes:

		31 Dez 2010			
		Resultados		Capital Próprio	
		+10%	-10%	+10%	-10%
USD / EUR PLN / EUR		9.527	-11.644	-	-
		-	-	3.584	-4.381
		9.527	-11.644	3.584	-4.381
		31 Dez 2009			
		Resultados		Capital Próprio	
		+10%	-10%	+10%	-10%
USD / EUR PLN / EUR		6.415	-7.841	-	-
		-	-	7.984	-9.759
		6.415	-7.841	7.984	-9.759

Esta análise assume que todas as outras variáveis, em particular as taxas de juro, se mantêm constantes.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 o Grupo EDP Renováveis não tem uma exposição significativa ao risco das taxas de câmbio relacionado essencialmente com a actividade da EDPR NA. De forma a cobrir estes riscos, o Grupo EDP Renováveis contratou um CIRS em USD e EUR com a EDP Sucursal (ver nota 36).

Gestão do risco de taxa de juro

Os fluxos de caixa operacionais e financeiros do Grupo são substancialmente independentes das flutuações no mercado das taxas de juro.

A política de gestão de risco de taxa de juro tem como objectivo a redução dos encargos financeiros e a redução da exposição dos fluxos de caixa da dívida às flutuações do mercado. Desta forma, sempre que é considerado necessário, e em consonância com a política do Grupo, este contrata instrumentos financeiros derivados de forma a cobrir os riscos de taxa de juro.

No contexto dos financiamentos a taxa variável, o Grupo recorre à contratação de instrumentos financeiros derivados de taxa de juro para cobertura dos fluxos de caixa associados a pagamentos futuros de juros, que têm o efeito de converter os empréstimos de taxa de juro variável em empréstimos de taxa de juro fixa.

Todas as operações são realizadas sobre passivos existentes na carteira de dívida do Grupo e configuram, na sua maioria, coberturas perfeitas, resultando num elevado grau de correlação entre as variações de justo valor do instrumento de cobertura e as variações de justo valor do risco de taxa de juro e/ou cambial ou dos fluxos de caixa futuros.

O Grupo EDP Renováveis detém uma carteira de instrumentos financeiros derivados de taxa de juro, cujos vencimentos variam entre 1 e 15 anos, aproximadamente. A Direcção Financeira do Grupo efectua estimativas de sensibilidade do justo valor dos instrumentos financeiros a variações nas taxas de juro.

Cerca de 91% da dívida financeira do Grupo EDP Renováveis tem juros à taxa fixa.



demonstrações financeiras

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Análise de sensibilidade - Taxas de juro

A gestão de risco de taxa de juro associado às actividades desenvolvidas no Grupo é subcontratada ao Departamento Financeiro do Grupo EDP, sendo contratados instrumentos financeiros derivados de forma a mitigar este risco.

Tendo por base a carteira de dívida contratada pelo Grupo EDP EU e os respectivos instrumentos financeiros derivados utilizados para cobertura do risco de taxa de juro associado, bem como os empréstimos dos accionistas recebidos pela EDP Renováveis, uma alteração de 100 pontos base na taxa de juro com referência a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, iria originar um acréscimo / (redução) no capital próprio e nos resultados do Grupo EDP Renováveis nos seguintes montantes (milhares de Euros):

		31 Dez 2010			
		Resultado		Capitais Próprios	
		100 pb aumento	100 pb diminuição	100 pb aumento	100 pb diminuição
Derivados de cobertura dos fluxos de caixa		-	-	28.154	-30.933
Dívida não coberta (taxas de juro variáveis)		-2.168	2.168	-	-
		-2.168	2.168	28.154	-30.933

		31 Dez 2009			
		Resultado		Capitais Próprios	
		100 pb aumento	100 pb diminuição	100 pb aumento	100 pb diminuição
Derivados de cobertura dos fluxos de caixa		-	-	9.822	-10.455
Dívida não coberta (taxas de juro variáveis)		-985	985	-	-
		-985	985	9.822	-10.455

Esta análise assume que todas as outras variáveis, em particular as taxas de câmbio, se mantêm constantes.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a EDPR NA não tem uma exposição significativa ao risco da taxa de juro.

Gestão do risco de crédito de contraparte em transacções financeiras

A política do Grupo EDP Renováveis, em termos de risco de contraparte das operações financeiras com empresas externas ao Grupo EDP, rege-se pela análise da capacidade técnica, competitividade, notação de crédito e exposição a cada contraparte. As contrapartes dos instrumentos financeiros derivados são instituições de crédito de elevada notação de crédito ou empresas do Grupo EDP.

O Grupo EDP Renováveis tem procedido à documentação das operações financeiras realizadas de acordo com os "standards" internacionais. Neste sentido, a generalidade das operações com instrumentos financeiros derivados são contratadas ao abrigo do "ISDA Master Agreements", flexibilizando a transferência dos instrumentos em mercado.

No caso específico do Grupo EDPR EU, o risco de crédito não é significativo devido ao curto prazo médio de recebimentos e à qualidade dos clientes. Os maiores clientes do Grupo são operadores e distribuidores no mercado de energia dos respectivos países (OMEL e MEFF no caso do mercado Espanhol).

No caso específico da EDPR NA, o risco de crédito não é significativo devido ao reduzido prazo médio de recebimentos para os saldos de clientes, bem como à qualidade dos mesmos. Os principais clientes do Grupo EDP Renováveis são empresas reguladas de electricidade e agentes regionais do mercado energético nos Estados Unidos.

A EDP Renováveis considera que o valor que melhor representa a exposição do Grupo ao risco de crédito corresponde ao valor contabilístico das rubricas de clientes e outros devedores, líquidos de perdas por imparidade registadas. O Grupo considera que a qualidade do crédito destes valores a receber é adequada e que não existem perdas significativas por imparidade por reconhecer.

Gestão do risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade do Grupo não ser capaz de cumprir com as suas obrigações financeiras na data de vencimento. A estratégia do Grupo em termos de gestão de liquidez é a de assegurar, tanto quanto possível, a existência de liquidez suficiente para cumprir as obrigações no seu vencimento, em condições normais ou desfavoráveis, sem incorrer em custos desnecessários ou afectar a reputação do Grupo.

A política de liquidez seguida garante o cumprimento do pagamento das obrigações adquiridas através da manutenção de facilidades de crédito suficientes e através do acesso às facilidades de crédito do Grupo EDP.

O Grupo EDP Renováveis procede à gestão do risco de liquidez através da contratação e gestão de linhas de crédito e facilidades de financiamento com o seu principal accionista, bem como directamente no mercado com instituições financeiras nacionais e internacionais, assegurando os fundos necessários para realizar as suas actividades.

Gestão dos riscos de preço de mercado

Em 31 de Dezembro de 2010 o risco do preço de mercado que afecta o Grupo EDP Renováveis não é significativo. No caso da EDPR NA, os preços são fixos e maioritariamente determinados por contratos de aquisição de energia. No caso da EDPR EU, a electricidade é vendida em Espanha directamente no mercado diário a preços "spot" acrescido de um prémio pré-definido (regulado). No entanto, a EDPR EU tem a opção de vender electricidade através de tarifas reguladas garantindo preços mínimos. Nos restantes países os preços são maioritariamente determinados através de tarifas reguladas.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

A EDPR EU e a EDPR NA contrataram "swaps" de energia para cobertura de fluxos de caixa relacionados com a cobertura de preço das vendas de energia para os anos de 2010 e 2009 (ver nota 36). O objectivo do Grupo EDP Renováveis é o de cobrir a produção de energia reduzindo a sua exposição à volatilidade do preço de venda de energia.

Gestão de capital

O objectivo do Grupo relativamente à gestão dos capitais próprios, de acordo com as políticas estabelecidas pelo accionista maioritário, é o de salvaguardar a continuidade do Grupo, crescer sustentavelmente de forma a cumprir os objectivos estabelecidos e manter uma estrutura ótima de capitais próprios de forma a reduzir custos.

Em conformidade com outros Grupos que operam neste sector, o Grupo controla a sua estrutura de financiamento com base no rácio de alavancagem. Este rácio é calculado dividindo os financiamentos líquidos pelo total de capitais próprios e financiamento líquido. O financiamento líquido corresponde ao somatório da dívida financeira do passivo por investimentos institucionais ("institutional equity liabilities"), corrigido do efeito dos proveitos diferidos não correntes, e deduzido da caixa e equivalentes de caixa.

5. Perímetro de consolidação

Durante o exercício de 2010, ocorreram as seguintes alterações no perímetro de consolidação do Grupo EDP Renováveis:

Empresas adquiridas:

- A EDP Renewables Europe adquiriu 85% do capital social da Repano Wind S.r.l. e EDP Renewables Italia, S.r.l. (anteriormente denominada Italian wind S.r.l.). O Grupo EDP Renováveis consolida 100% dessas subsidiárias, porque existe uma opção de venda sobre os restante 15% (ver nota 17 e 37);
- A EDP Renewables Europe adquiriu 100% do capital social das empresas polacas Farma Wiatrowa Bodzanow SP ZOO, Farma Wiatrowa Starozreby SP ZOO, Farma Wiatrowa Wyszogrod SP ZOO e Karpacka Mala Energetyka SP ZOO, através da sua subsidiária EDP Renewables Polska SP ZOO (anteriormente designada Neolica Polska SP ZOO) (ver nota 17);
- A EDP Renewables Europe adquiriu 80% do capital social da Re Plus - Societă a Responsabilită Limitada (ver nota 17).

Empresas alienadas e liquidadas:

- Freeport Windpower I, LP;
- Murciasol-1 Solar Térmica, S.L..

Empresas fusionadas:

- Agrupación Eólica Francia S.L. foi incorporada na EDP Renewables Europe;
- Eneraltius-Produção de Energia Eléctrica, S.A. na EDP Renováveis Portugal, S.A..

Empresas constituídas:

- Headwaters Wind Farm L.L.C.*;
- 17th Star Wind Farm LLC*;
- Waverly Wind Farm L.L.C.*;
- EDP Renewables Canada;
- 2010 Vento VII, LLC*;
- 2010 Vento VIII, LLC*;
- 2010 Vento IX, LLC*;
- Horizon Wind Ventures VII, LLC*;
- Horizon Wind Ventures VIII, LLC*;
- Horizon Wind Ventures IX, LLC*;
- Rio Blanco Wind Farm L.L.C.*;
- Hidalgo Wind Farm L.L.C.*;
- MacColl Offshore Windfarm Limited;
- Stevenson Offshore Windfarm Limited;
- Telford Offshore Windfarm Limited;
- Stone Wind Power LLC*;
- Franklin Wind Farm LLC*.

* O Grupo EDP detém, através da EDP Renováveis e da sua subsidiária EDPR NA, um conjunto de subsidiárias legalmente constituídas nos Estados Unidos sem capital social e que à data de 31 de Dezembro de 2010 não têm quaisquer activos ou passivos nem qualquer actividade operacional.

Outras alterações:

- O Grupo EDPR aumentou a sua participação indirecta de 19,6% para 35,96% no capital social da ENEOP - Eólicas de Portugal, S.A. através da subsidiária EDP Renewables Europe, S.L. (ver nota 18);
- O Grupo EDPR aumentou a sua participação indirecta de 49% para 61% no capital social do Parque Eólico Altos del Voltoya, SA, através da subsidiária Sinae Inversiones Eólicas, SL (ver nota 17 e 18).



demonstrações financeiras

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Durante o exercício findo a 31 de Dezembro de 2009, as alterações ao perímetro de consolidação do Grupo EDP Renováveis foram:

Empresas adquiridas:

- O Grupo EDPR, adquiriu, através da sua subsidiária EDP Renováveis Brasil, SA, 100% do capital social da CENAEEL - Central Nacional de Energia Eólica, Lda.. ("CENAEEL") (ver nota 17);
- O Grupo EDPR, adquiriu, através da sua subsidiária EDP Renewables Europe, S.L., 100% do capital social das empresas Mardelle, SARL e Vallée du Moulin, SARL e 49% do capital social da Quinze Mines, SARL. (ver nota 17);
- O Grupo EDPR, adquiriu, através da sua subsidiária Neo Catalunia, S.A., 100% do capital social das empresas Parc Eólic Coll de la Garganta, SL., Parc Eólic Serra Voltorera, SL. e Bon Vent de L'Ebre, SL. (ver nota 17);
- O Grupo EDPR adquiriu 100% do capital social da Elektrownia Wiatrowa Kresy I, S.P. através da sua subsidiária EDPR Polska (ver nota 17);
- O Grupo EDPR adquiriu 100% do capital social da Elebrás Projectos, Ltda através da sua subsidiária EDP Renováveis Brasil (ver nota 17);
- O Grupo EDPR adquiriu 60,63% do capital social da Aprofitament D'Energies Renovables de la Terra Alta, S.A. através das suas subsidiárias Parc Eòlic de Coll de Moro, S.L. (12,24%), Parc Eòlic de Torre Madrina, S.L. (12,24%), Bon Vent de Corbera, S.L. (10,68%), Bon Vent de Vilalba, S.L. (10,42%), Bon Vent de L'Ebre, S.L. (9,70%) e Parc Eòlic de Vilalba dels Arcs, S.L. (5,35%) (ver nota 17);
- O Grupo EDPR adquiriu 38,96% do capital social da Aprofitament D'Energies Renovables de L'Ebre, S.A. através da subsidiária Aprofitament D'Energies Renovables de la Terra Alta, S.A. (ver nota 18).

Empresas alienadas e liquidadas:

- Generaciones Especiales I, S.L. vendeu a sua participação de 50% na subsidiária Ibersol E. Solar Ibérica, S.A.;
- Generaciones Especiales I, S.L. dissolveu e liquidou a subsidiária Horta Medioambiente, S.A.;
- Generaciones Especiales I, S.L., dissolveu e liquidou a subsidiária Eólica Mare Nostrum S.A.;
- Horizon Wind Energy LLC, dissolveu a subsidiária Chocolate Bayou Windpower I, LP;
- EDP Renewables Europe, S.L., dissolveu a Hollywell Investments Limited, SARL;
- EDP Renewables Europe, S.L., dissolveu e liquidou a subsidiária Ridgeside Investments Limited, SARL;

Empresas fusionadas:

- Horizon Wind Energy Company LLC foi incorporada na Horizon Wind Energy LLC;
- Levante Energia Eólica, Lda. foi incorporada na EDPR Portugal, S.A.;

Empresas incorporadas:

- Agrupación Eólica Francia, S.L. foi incorporada, sendo detida a 100% pela EDP Renewables Europe, S.L.;
- Desarrollos Eólicos de Teruel, S.L. foi incorporada sendo detida em 51% pela Sinae, S.A.;
- Eólica Garcimuñoz, S.L. foi incorporada, sendo detida na totalidade pela Desa, S.A.;
- Meadow Lake Windfarm III LLC;
- Meadow Lake Windfarm IV LLC;
- Meadow Lake Wind Farm V, LLC;
- Black Prairie Wind Farm II LLC;
- Black Prairie Wind Farm III LLC;
- Horizon Wind Energy Northwest IV LLC;
- Horizon Wyoming Transmission LLC;
- 2009 Vento IV, LLC;
- 2009 Vento V, LLC;
- 2009 Vento VI, LLC;
- Horizon Wind Ventures II, LLC;
- Paulding Wind Farm, LLC;
- Paulding Wind Farm II, LLC;
- Paulding Wind Farm III, LLC;
- Simpson Ridge Wind Farm II, LLC;
- Simpson Ridge Wind Farm III, LLC;
- Simpson Ridge Wind Farm IV, LLC;
- Simpson Ridge Wind Farm V, LLC;
- Horizon Wind Ventures VI, LLC;
- Lexington Chenoa Wind Farm II, LLC;
- Lexington Chenoa Wind Farm III, LLC;
- Athena-Weston Wind Power Project II, LLC;
- Blue Canyon Wind Power VII, LLC;
- EDPR UK Limited foi incorporada sendo detida a 100% pela EDP Renewables Europe, S.L.;
- Moray Offshore Renewables Limited foi incorporada sendo detida a 75% pela EDPR UK Limited.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

As seguintes empresas foram fusionadas na Neogália, S.A.S.:

- C.E. Ayssenes-Le Truel, S.A.S.;
- C.E. Beaurevoir, S.A.S.;
- C.E. Bourbriac, S.A.S.;
- C.E. Calanhel Lohuec, S.A.S.;
- Eole Service, S.A.R.L.;
- Eole 76 Developpement, S.A.R.L.;
- Le Gollot, S.A.S.;
- Keranfouler, S.A.S.;
- Parc Eolien Les Bles D'Or, S.A.R.L.;
- C.E. Les Vieilles, SAS;
- Eole Futur Montloue 1, SAS;
- SOCPÉ Pieces de Vigne, S.A.R.L.;
- CE Pont d Yeu, SAS;
- C.E. NEO Prouville, S.A.S.;
- Recherches et Dével. Éoliennes, S.A.R.L.;
- C.E. Saint Alban-Henansal, S.A.S.;
- SOCPÉ Saint Jacques, S.A.R.L..

As seguintes empresas foram fusionadas na EDP Renewables Polska:

- Zulawy Wind Park II, Sp.z.o.o.;
- Kip Wind Park II, Sp. z.o.o.;
- Relax Wind Park V, Sp. z.o.o.;
- Relax Wind Park VI, Sp. z.o.o.;
- Chodow Wind Park, Sp. z o.o.;
- Sk Wind Park, Sp. z o.o.;
- Kip Wind Park I, Sp. z.o.o.;
- Sokolowo Wind Park, Sp. z o.o..

Outras alterações:

- Genesa I S.L. adquiriu os restantes 10% do capital social da Hidroeléctrica Fuentermosa, S.L.;
- Neolica Polska adquiriu 3,14% do capital social da Relax Wind Park I SP Z.O.O.;
- Sinae Inversiones Eólicas S.A. adquiriu 18% do capital social do Parque Eólico del Voltoya, S.A. (ver nota 18);
- Desarrollos Eólicos Promoción S.A.U. adquiriu 3,33% do capital social da Desarrollos Eólicos de Galicia, S.A..

6. Volume de negócios

A rubrica de **Volume de negócios** é analisada como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2010 Euro'000	31 Dez 2009 Euro'000
Vendas por sector de actividade/negócio:		
Electricidade	838.573	632.726
Outros	1.841	10.791
	840.414	643.517
 Prestação de serviços por sector de actividade:		
Outros	4.642	4.725
	845.056	648.242
 Total Volume de negócios:		
Electricidade	838.573	632.726
Outros	6.483	15.516
	845.056	648.242

As rubricas de **Custos com aquisição de electricidade** e de **Variação nos inventários e custo das matérias primas e consumíveis** são analisadas como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2010 Euro'000	31 Dez 2009 Euro'000
Custos com aquisição de electricidade	2.917	1.522
 Variação nos inventários e custo das matérias primas e consumíveis:		
Custo das matérias primas e consumíveis	12.684	2.803
Variação da produção	-11.187	1.910
	4.414	6.235



demonstrações financeiras

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

7. Outros proveitos de exploração

A rubrica de **Outros proveitos de exploração** é analisada como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2010 Euro'000	31 Dez 2009 Euro'000
Proveitos suplementares	1.468	1.303
Ganhos em imobilizações	283	51
Proveitos relativos à disponibilidade de turbinas	962	12.692
Proveitos relativos a investidores institucionais - EDPR NA	107.005	82.671
Proveitos relativos a contratos de aquisição de energia	25.776	17.654
Indemnizações operacionais	2.515	3.319
Ganhos em concentrações de actividades empresariais do Parque Eólico Altos del Voltoya, S.A.	3.170	-
Indemnização por cessação de contrato - EDPR NA	15.840	-
EDPR Polónia	15.000	-
Outros proveitos de exploração	8.011	7.541
	180.030	125.231

A rubrica Proveitos relativos a investidores institucionais - EDPR NA, corresponde ao reconhecimento de proveitos relacionados com benefícios fiscais à produção (PTC) e amortizações fiscais, relativamente aos projectos Vento I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII (ver nota 33).

Os proveitos relativos à disponibilidade de turbinas referem-se à compensação recebida dos fornecedores de turbinas, quando a disponibilidade média das turbinas em actividade é inferior a 93% nos primeiros seis meses e/ou inferior a 97% em qualquer dos períodos subsequentes de seis meses, durante o período de garantia.

Os contratos de aquisição de energia celebrados entre a EDPR NA e os seus clientes foram valorizados com base em pressupostos de mercado, na data de aquisição, utilizando técnicas de fluxos de caixa descontados. A essa data, estes contratos foram avaliados, em aproximadamente 120 milhões de Euros (190.400 milhares de USD) e registados como um passivo não corrente (nota 34). Este passivo deve ser amortizado pelo período dos contratos por contrapartida de outros proveitos de exploração. A amortização do exercício de 2010 foi de 25.776 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2009: 17.654 milhares de Euros).

As indemnizações operacionais referem-se a montantes recebidos por companhias de seguros, relacionados com acidentes/sinistros em activos fixos tangíveis e/ou perdas na actividade operacional.

Em 2010, o Grupo EDP Renováveis adquiriu uma participação adicional de 12% no capital social do Parque Eólico Altos del Voltoya, SA, obtendo o controle da empresa. Com base na alocação preliminar do preço de compra esta aquisição originou um aumento de 3.170 milhares de Euros (ver nota 5 e 17).

A Indemnização por cessação de contrato - EDPR NA (15.840 milhares de Euros) corresponde à indemnização recebida pela subsidiária Poast Oak Wind LLC (Grupo EDPR NA) por ter aceite libertar o seu cliente J Aron dos últimos 7 anos do contratos de compra de energia.

EDPR Polónia no valor de 15.000 milhares (ver nota 5 e 17) de Euros corresponde ao proveito operacional resultante da realização do "purchase price allocation" efectuado em 2010 para as aquisições das subsidiárias Farma Wiatrowa Bodzanow SP ZOO, Farma Wiatrowa Starozreby SP ZOO, Farma Wiatrowa Wyszogrod SP ZOO.

8. Fornecimentos e serviços externos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2010 Euro'000	31 Dez 2009 Euro'000
Fornecimentos e serviços:		
Água, electricidade e combustíveis	2.751	1.876
Utensílios e material de escritório	2.132	1.692
Rendas e alugueres	29.728	22.310
Comunicações	3.168	2.679
Seguros	11.346	8.244
Transportes, deslocações e estadias	7.651	7.499
Comissões e honorários	1.045	813
Conservação e reparação	101.677	70.823
Publicidade e propaganda	2.230	1.848
Trabalhos especializados		
- Serviços de Informática	3.487	3.457
- Serviços Jurídicos	4.371	3.411
- Serviços de Consultoria	7.964	8.707
- Serviços partilhados	6.495	5.931
- Outros Serviços	5.198	4.319
"Royalties"	1.500	1.500
Outros fornecimentos e serviços	5.468	3.195
	196.211	148.304

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

9. Custos com o pessoal e benefícios aos empregados

A rubrica de **Custos com o pessoal** é analisada como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2010	31 Dez 2009
	Euro'000	Euro'000
Remuneração dos órgãos sociais	1.158	722
Remunerações	49.052	40.413
Custos com remunerações	6.874	5.718
Remuneração variável dos colaboradores	14.241	11.563
Benefícios aos colaboradores	2.292	1.773
Benefícios aos empregados	2.240	633
Indemnizações	793	555
Outros custos	2.314	5.025
Trabalhos para a própria empresa	-24.118	-23.855
	54.846	42.547

O número médio anual de trabalhadores do quadro permanente, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, por cargos de direcção/chefias superiores e categoria profissional, é apresentado como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2010	31 Dez 2009
	Euro'000	Euro'000
Órgãos sociais	16	16
Directores / Chefias superiores	60	52
Quadros médios	442	381
Profissionais altamente qualificados	220	180
Profissionais semi-qualificados	100	108
	838	737

As empresas do Grupo EDP Renováveis consolidadas pelo método de consolidação proporcional, contribuíram com 15 funcionários incluídos na linha de semi-qualificados.

O número de trabalhadores inclui a Gestão e todos os funcionários de todas as empresas subsidiárias e associadas.

10. Outros custos de exploração

A rubrica de **Outros custos de exploração** é analisada como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2010	31 Dez 2009
	Euro'000	Euro'000
Impostos directos	15.984	11.958
Impostos indirectos	7.668	6.466
Perdas em imobilizações	1.845	1.970
Custos com locações de centros produtores de electricidade	7.770	4.995
Donativos	451	285
Amortização do custo diferido de Operação e Manutenção	1.222	872
Bónus de disponibilidade de turbinas	1.229	661
Outros custos e perdas operacionais	20.697	6.631
	56.866	33.838

A rubrica de Outros Custos e Perdas Operacionais, incluem outras despesas administrativas no montante de 13.766 milhares de Euros. Este montante é a melhor estimativa das despesas relativas às obrigações presentes com referência a 31 de Dezembro de 2010.



demonstrações financeiras

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

11. Amortizações do exercício

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2010 Euro'000	31 Dez 2009 Euro'000
Activos fixos tangíveis:		
Edifícios e outras construções	1.473	594
Equipamento básico:		
Produção Hidroeléctrica	86	83
Produção Termoeléctrica	-	192
Produção Eólica	422.140	306.733
Outros	15	349
Equipamento de transporte	234	142
Equipamento administrativo	6.451	3.180
Outros	1.764	860
	<u>432.163</u>	<u>312.133</u>
Outros activos intangíveis:		
Propriedade industrial, outros direitos e outros activos intangíveis	2.240	2.217
	<u>2.240</u>	<u>2.217</u>
	<u>434.403</u>	<u>314.350</u>
Amortização de proveitos diferidos (Subsídios atribuídos pelo Estado):		
Subsídios ao investimento	-11.406	-2.403
	<u>-11.406</u>	<u>-2.403</u>
	<u>422.997</u>	<u>311.947</u>

12. Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros

A rubrica de **Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros** para o Grupo, é analisada como segue:

	31 Dez 2010		31 Dez 2009	
	Alienação %	Valor Euro'000	Alienação %	Valor Euro'000
Investimentos financeiros em filiais e associadas				
Ibersol Solar Ibérica, S.A.	-	-	50%	268
		<u>-</u>		<u>268</u>

Em 2009 a Generaciones Especiales I, SL, vendeu a sua participação de 50% na Ibersol Solar Ibérica, SA para a Solar Millennium AG, por 300 milhares de euros, gerando uma mais valia de 268 milhares de Euros.

13. Outros proveitos e custos financeiros

A rubrica de **Outros proveitos e custos financeiros** é analisada como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2010 Euro'000	31 Dez 2009 Euro'000
Outros proveitos financeiros:		
Juros obtidos	7.355	7.865
Instrumentos financeiros derivados		
Juros	2.576	9.108
Justo valor	8.376	5.983
Diferenças de câmbio favoráveis	25.984	12.747
Outros proveitos financeiros	14	14
	<u>44.305</u>	<u>35.717</u>
Outros custos financeiros:		
Juros suportados	176.792	103.745
Instrumentos financeiros derivados		
Justo valor	5.356	4.579
Serviços bancários	3.874	732
Diferenças de câmbio desfavoráveis	26.142	5.629
Trabalhos para a própria empresa (juros financeiros)	-68.401	-74.691
"Unwinding"	71.317	65.901
Outras perdas financeiras	3.371	2.256
	<u>218.451</u>	<u>108.151</u>
Resultados financeiros	<u>-174.146</u>	<u>-72.434</u>

Os Instrumentos financeiros derivados - juros, está relacionado com a liquidação de juros resultante do instrumento financeiro derivado estabelecido entre a EDP Renováveis e EDP Sucursal (ver notas 34 e 36).

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

A rubrica de "Trabalhos para a própria empresa (juros financeiros)" inclui os juros de empréstimos capitalizados em activos fixos tangíveis em curso conforme referido na política contabilística apresentada na nota 2g) das Demonstrações financeiras consolidadas de 31 de Dezembro de 2010, os quais ascendem a 68.401 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2009: 74.691 milhares de Euros). As taxas de juro consideradas para a referida capitalização variaram entre 1,725% e 13,09% (31 de Dezembro de 2009: 1,839% e 10,250%) e estão de acordo com as taxas de mercado consideradas para os respectivos empréstimos.

A rubrica de Juros Suportados diz respeito aos juros de empréstimos cujo juro é definido a taxas de mercado.

Os custos referentes ao "Unwinding" referem-se essencialmente à actualização financeira da provisão para desmantelamento referente a parques eólicos no valor de 2.872 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2009: 3.134 milhares de Euros) (ver nota 32), à actualização financeira referente à "put option" da EDPR Itália no montante de 1.889 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2009: 8.620 milhares de Euros referente à "put option" do Grupo Genesa) (ver nota 34) e ao retorno financeiro implícito dos investidores institucionais em parques eólicos nos EUA no valor de 64.830 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2010: 54.147 milhares de Euros) (ver nota 33).

14. Impostos sobre os lucros

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte da administração fiscal durante períodos subsequentes. Em Portugal e em Espanha esse período é de 4 anos e no Brasil é de 5 anos, sendo o último ano considerado como definitivamente liquidado pela administração fiscal o ano de 2006. Nos Estados Unidos da América, de forma genérica, o "Statute of Limitation" para o IRS poder emitir uma liquidação adicional de imposto de uma entidade é de 3 anos, a contar da data de submissão da declaração anual de rendimentos do contribuinte.

Os prejuízos fiscais apurados num determinado exercício, sujeitos também a inspecção e ajustamento, podem ser deduzidos aos lucros fiscais em anos seguintes (4 anos em Portugal a partir de 2010, 15 anos em Espanha, 20 anos nos Estados Unidos da América, sem prazo na Bélgica e em França e sem prazo no Brasil, mas com limite de 30% do lucro tributável do exercício). O detalhe dos prejuízos e créditos fiscais reportáveis e a respectiva data limite de reporte apresentam-se na nota 20. As empresas do Grupo EDP são tributadas, sempre que possível, pelos regimes consolidados permitidos pela legislação fiscal dos respectivos países.

A EDP Renewables Europe, S.L. e as suas subsidiárias preenchem declarações fiscais individuais de acordo com a lei fiscal. No entanto, as maiores empresas do Grupo são tributadas pelos princípios específicos do Regime de Consolidação contido nos artigos 64º e 82º do Royal Legislative Decree 4/2004, em que a lei revista do imposto sobre o rendimento foi aprovada. As subsidiárias do Grupo EDP em Espanha estão incluídas no perímetro de consolidação fiscal do Grupo Genesa e da EDP SA - Sucursal em Espanha (EDP Sucursal).

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2010 Euro'000	31 Dez 2009 Euro'000
Imposto corrente	-28.763	-34.112
Imposto diferido	-8.996	-10.642
	<u>-37.759</u>	<u>-44.754</u>

A taxa efectiva de imposto em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é analisada como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2010 Euro'000	31 Dez 2009 Euro'000
Resultado antes de impostos	120.797	162.541
Imposto do exercício	-37.759	-44.754
Taxa efectiva de imposto	<u>31,26%</u>	<u>27,53%</u>

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto sobre o rendimento, no Grupo, em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, é analisada como segue:

	Grupo 31 Dez 2010 Euro'000	Grupo 31 Dez 2009 Euro'000
Resultado antes de impostos	120.797	162.541
Taxa nominal de imposto	30,00%	30,00%
Imposto teórico	-36.239	-48.762
Imposto do exercício	-37.759	-44.754
Diferença	<u>-1.520</u>	<u>4.008</u>
Efeito fiscal de operações com parceiros institucionais	-1.812	22.013
Amortizações e provisões do exercício não dedutíveis	-3.727	-4.656
Activos por impostos diferidos não reconhecidos relativos a perdas fiscais geradas no exercício	3.206	-31.447
Benefícios fiscais à produção	-5.330	14.702
Justo valor de instrumentos financeiros e investimentos financeiros	87	-2.587
Investimentos financeiros em associadas	1.426	1.263
Diferença entre mais e menos-valias fiscais e contabilísticas	5.114	727
Efeito da alteração da taxa de imposto	-558	-
Benefícios fiscais	-	2.666
Diferenças de taxas	-	1.674
Outros	74	-347
	<u>-1.520</u>	<u>4.008</u>



demonstrações financeiras

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

As taxas de imposto nos países em que o Grupo EDP Renováveis opera são as seguintes:

País	Subgrupo	Taxa de imposto	
		2010 e 2009	Exercícios Seguintes
Espanha	EDPR EU	30,00%	30,00%
Portugal	EDPR EU	26,50%	26,50%
França	EDPR EU	33,33%	33,33%
Polónia	EDPR EU	19,00%	19,00%
Bélgica	EDPR EU	33,99%	33,99%
Roménia	EDPR EU	16,00%	16,00%
Estados Unidos	EDPR NA	37,63%	37,63%
Brasil	EDPR BR	34,00%	34,00%

15. Activos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2010 Euro'000	31 Dez 2009 Euro'000
Valor bruto:		
Terrenos e recursos naturais	18.867	13.119
Edifícios e outras construções	13.896	11.041
Equipamento básico:		
Produção Hidroelétrica	2.619	2.619
Produção Termoelétrica (cogeração)	6.008	6.008
Produção Eólica	9.536.702	7.354.463
Outro equipamento básico	290	255
Equipamento de transporte	1.641	1.063
Equipamento administrativo	29.186	21.492
Outros activos fixos tangíveis	12.205	8.829
Activos fixos tangíveis em curso	1.666.957	2.038.064
	11.288.371	9.456.953
Amortizações acumuladas :		
Amortizações do exercício	-432.163	-312.133
Amortizações acumuladas	-874.437	-509.809
	-1.306.600	-821.942
Valor líquido contabilístico	9.981.771	8.635.011

Os movimentos na rubrica de **Activos fixos tangíveis**, no período de 31 de Dezembro de 2009 a 31 de Dezembro de 2010, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Aquisições / Aumentos Euro'000	Alienações / Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Diferenças Cambiais Euro'000	Variações de Perímetro /Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Valor bruto:							
Terrenos e recursos naturais	13.119	5.610	-39	74	103	-	18.867
Edifícios e outras construções	11.041	2.558	-	-	297	-	13.896
Equipamento básico:							
Produção Hidroelétrica	2.619	-	-	-	-	-	2.619
Produção Termoelétrica (cogeração)	6.008	-	-	-	-	-	6.008
Produção Eólica	7.354.463	21.928	-1.869	1.820.606	297.451	44.123	9.536.702
Outro equipamento básico	255	21	-1	-	-	15	290
Equipamento de transporte	1.063	468	-	34	76	-	1.641
Equipamento administrativo	21.492	5.018	-98	1.621	741	412	29.186
Outros activos fixos tangíveis	8.829	2.376	-113	994	118	1	12.205
Activos fixos tangíveis em curso	2.038.064	1.432.658	-1.703	-1.823.329	24.718	-3.451	1.666.957
	9.456.953	1.470.637	-3.823	-	323.504	41.100	11.288.371

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Amortização do período Euro'000	Imparidade Perdas / Reversões Euro'000	Alienações / Abates Euro'000	Diferenças Cambiais Euro'000	Variações de Perímetro /Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Amortizações acumuladas e Imparidades :							
Edifícios e outras construções	2.287	1.473	-	-	27	-	3.787
Equipamento básico:							
Produção Hidroelétrica	1.526	86	-	-	-	-	1.612
Produção Termoelétrica (cogeração)	6.009	-	-	-	-	-	6.009
Produção Eólica	799.376	422.140	-	-961	20.040	33.529	1.274.124
Outro equipamento básico	227	15	-	-	-	7	249
Equipamento de transporte	367	234	-	-	20	-	621
Equipamento administrativo	7.050	6.451	-	-12	-119	84	13.454
Outros	5.100	1.764	-	-100	-20	-	6.744
	821.942	432.163	-	-1.073	19.948	33.620	1.306.600

A rubrica de equipamento básico inclui os custos incorridos em parques eólicos que se encontram em actividade.

A rubrica de Variações de Perímetro / Regularizações inclui o efeito das aquisições feitas pela EDPR EU, durante o período findo em 31 de Dezembro de 2010, ou seja, a EDP Renewables Italy, S.r.l e Repano Wind, S.r.l. e também a integração dos activos (e passivos) da subsidiária Parque Eólico Altos de Voltoya, na sequência da aquisição de uma participação adicional de 12% (ver nota 5).

Em 2009, a coluna variações de perímetro/regularizações inclui, entre outras, o efeito resultante da aquisição das empresas Brasileira de produção eólica Cenaeel e Elebrás e outras empresas do Grupo EDPR EU, nomeadamente Mardelle, Quinze Mines, Vallée du Moulin, Bon Vent de L'Ebre, Elektrownia Wiatrowa Kresy e Aprofitament D'Energies Renovables de la Terra Alta, no montante total de 40.032 milhares de Euros.

A coluna Aquisições/ Aumentos de Activos fixos tangíveis em curso inclui 64.168 milhares de Euros relacionados com o "purchase price allocation" realizado em 2010 para as empresas adquiridas durante o exercício (ver nota 17).

Os movimentos na rubrica de **Activos fixos tangíveis**, no período de 31 de Dezembro de 2008 a 31 de Dezembro de 2009, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Aquisições Euro'000	Alienações / Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Diferenças Cambiais Euro'000	Variações de Perímetro /Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Valor bruto:							
Terrenos e recursos naturais	11.739	1.591	-4	128	-423	88	13.119
Edifícios e outras construções	10.855	2.802	-	-	-147	-2.469	11.041
Equipamento básico:							
Produção Hidroelétrica	2.619	-	-	-	-	-	2.619
Produção Termoelétrica (cogeração)	6.008	-	-	-	-	-	6.008
Produção Eólica	5.227.721	49.155	-974	2.189.644	-130.206	19.123	7.354.463
Outro equipamento básico	247	-	-	8	-	-	255
Equipamento de transporte	686	527	-84	-	-32	-34	1.063
Equipamento administrativo	9.378	9.354	-23	3.391	-356	-252	21.492
Outros activos fixos tangíveis	7.334	478	-34	1.111	-60	-	8.829
Activos fixos tangíveis em curso	2.382.901	1.831.280	-3.580	-2.195.668	-3.618	26.749	2.038.064
	7.659.488	1.895.187	-4.699	-1.386	-134.842	43.205	9.456.953



demonstrações financeiras

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Amortização do período Euro'000	Imparidade Perdas / Reversões Euro'000	Alienações / Abates Euro'000	Diferenças Cambiais Euro'000	Variações de Perímetro /Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Amortizações acumuladas e Imparidades :							
Edifícios e outras construções	1.736	594	-	-	-16	-27	2.287
Equipamento básico:							
Produção Hidroelétrica	1.443	83	-	-	-	-	1.526
Produção Termoelétrica (cogeração)	5.817	192	-	-	-	-	6.009
Produção Eólica	499.925	306.733	-	-180	-8.893	1.791	799.376
Outro equipamento básico	214	349	-	-	-	-336	227
Equipamento de transporte	266	142	-	-34	-9	2	367
Equipamento administrativo	4.256	3.180	-	-25	-90	-271	7.050
Outros	4.026	860	-	-28	-28	270	5.100
	517.683	312.133	-	-267	-9.036	1.429	821.942

Os **Activos fixos tangíveis em curso**, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 são analisados como se segue:

	31 Dez 2010 Euro'000	31 Dez 2009 Euro'000
Actividade eléctrica:		
Grupo EDPR NA	288.285	438.274
Grupo EDPR EU	1.293.304	1.595.787
EDP Renováveis	7.909	1.861
EDPR BR	77.459	2.142
	1.666.957	2.038.064

Os Activos fixos tangíveis em curso em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, para a EDPR EU e o Grupo EDPR NA, são essencialmente relacionados com parques eólicos em fase de construção e desenvolvimento.

Os juros financeiros capitalizados ascendem a 68.401 milhares de Euros em 31 de Dezembro de 2010 e 74.691 milhares de Euros em 31 de Dezembro de 2009 (ver nota 13).

Os custos com pessoal capitalizados ascendem a 24.118 milhares de Euros em 31 de Dezembro de 2010 (31 de Dezembro de 2009: 23.855 milhares de Euros) (ver nota 9).

O Grupo EDP Renováveis tem responsabilidades de "leasing" e compromissos de compra conforme divulgado na Nota 37 - Compromissos.

16. Activos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2010 Euro'000	31 Dez 2009 Euro'000
Valor bruto:		
Propriedade industrial, outros direitos e outros intangíveis	41.069	30.378
Activos intangíveis em curso	-	2.844
	41.069	33.222
Amortizações acumuladas:		
Amortizações do exercício	-2.240	-2.217
Amortizações acumuladas	-16.102	-13.665
	-18.342	-15.882
Valor Líquido	22.727	17.340

A Propriedade industrial, outros direitos e outros intangíveis inclui 14.035 milhares de Euros e 24.693 milhares de Euros relativos a licenças de produção eólica de empresas Portuguesas (31 de Dezembro de 2009: 14.035 milhares de Euros) e do Grupo EDPR NA (31 de Dezembro de 2009: 13.920 milhares de Euros), respectivamente.

Os Activos intangíveis em curso estão relacionados com adiantamentos efectuados por conta de licenças de produção de energia eólica.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Os movimentos da rubrica de **Activos Intangíveis**, no período de 31 de Dezembro de 2009 a 31 de Dezembro de 2010, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Aquisições Euro'000	Alienações / Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Diferenças Cambiais Euro'000	Variações de Perímetro /Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Valor bruto:							
Propriedade industrial, outros direitos e outros intangíveis	30.378	2.186	-	2	1.062	7.441	41.069
Activos intangíveis em curso	2.844	314	-2	-2	-	-3.154	-
	33.222	2.500	-2	-	1.062	4.287	41.069
	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Amortização do exercício Euro'000	Imparidade Perdas / Reversões Euro'000	Alienações / Abates Euro'000	Diferenças Cambiais Euro'000	Variações de Perímetro /Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Amortizações acumuladas:							
Propriedade industrial, outros direitos e outros intangíveis	15.882	2.240	-	-	220	-	18.342
	15.882	2.240	-	-	220	-	18.342

As variações de perímetro / regularizações na rubrica de Propriedade industrial, outros direitos e outros intangíveis inclui 7.577 milhares de Euros relativos ao direito contratual da EDPR NA de transferir energia através do ponto de interconexão. Em 2009, antes da assinatura do novo contrato, a EDPR NA era suposto ser reembolsada dos montantes de aumento de interconexão, tendo classificado este montante em Outros devedores.

As variações de perímetro / regularizações na rubrica activos intangíveis em curso inclui 2.840 milhares de Euros relacionados com a anulação de adiantamentos a fornecedores de activos intangíveis do subgrupo EDPR EU.

Os movimentos da rubrica de **Activos Intangíveis**, no período de 31 de Dezembro de 2008 a 31 de Dezembro de 2009, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Aquisições Euro'000	Alienações / Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Diferenças Cambiais Euro'000	Variações de Perímetro /Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Valor bruto:							
Propriedade industrial, outros direitos e outros intangíveis	33.521	39	-	-2.773	-409	-	30.378
Activos intangíveis em curso	2.840	4	-	-	-	-	2.844
	36.361	43	-	-2.773	-409	-	33.222
	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Amortização do exercício Euro'000	Imparidade Perdas / Reversões Euro'000	Alienações / Abates Euro'000	Diferenças Cambiais Euro'000	Variações de Perímetro /Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Amortizações acumuladas:							
Propriedade industrial, outros direitos e outros intangíveis	13.953	2.217	-	-	-105	-183	15.882
	13.953	2.217	-	-	-105	-183	15.882

17. Goodwill

No Grupo, a rubrica de "**goodwill**", resultante da diferença entre o valor de aquisição e o justo valor proporcional da situação patrimonial adquirida à data da aquisição, é analisada como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2010 Euro'000	31 Dez 2009 Euro'000
Actividade eléctrica:		
Goodwill registado no Grupo EDPR EU	749.392	765.987
Goodwill registado no Grupo EDPR NA	592.915	550.868
Goodwill registado no Grupo EDPR BR	1.699	1.501
	1.344.006	1.318.356



demonstrações financeiras

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

O "goodwill" do Grupo EDP Renováveis em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, é analisado como segue:

	Moeda Funcional	Grupo	
		31 Dez 2010 Euro'000	31 Dez 2009 Euro'000
Grupo EDPR NA	Dólar Americano	592.915	550.868
Grupo Genesa	Euro	408.554	477.522
Grupo Ceasa	Euro	117.637	117.513
EDPR Polónia	Zloty	23.266	26.410
Grupo EDPR Portugal	Euro	42.588	42.588
Grupo NEO Galia SAS	Euro	79.958	83.160
Grupo Roménia	Lei	9.421	10.931
NEO Catalunia	Euro	7.013	4.689
Grupo EDPR Brasil	Real	1.699	1.501
Grupo EDPR Itália	Euro	57.781	-
Outros	Euro	3.174	3.174
		1.344.006	1.318.356

Em 2010, os movimentos da rubrica de "goodwill", por subgrupo, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Aumentos Euro'000	Diminuições Euro'000	Imparidade Euro'000	Variação Cambial Euro'000	Variações de Perímetro/ Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Actividade Eléctrica							
Grupo EDPR NA	550.868	-	-	-	42.047	-	592.915
Grupo Genesa	477.522	-	-68.968	-	-	-	408.554
Grupo Ceasa	117.513	124	-	-	-	-	117.637
EDPR Polónia	26.410	-	-	-	-3.144	-	23.266
Grupo EDPR Portugal	42.588	-	-	-	-	-	42.588
Grupo NEO Galia SAS	83.160	-	-3.202	-	-	-	79.958
Grupo Roménia	10.931	-	-	-	-1.510	-	9.421
NEO Catalunia	4.689	2.324	-	-	-	-	7.013
Grupo EDPR Brasil	1.501	-	-	-	198	-	1.699
Grupo EDPR Itália	-	57.781	-	-	-	-	57.781
Outros	3.174	-	-	-	-	-	3.174
	1.318.356	60.229	-72.170	-	37.591	-	1.344.006

Os movimentos da rubrica de "goodwill", por subgrupo, no período de 31 de Dezembro de 2008 a 31 de Dezembro de 2009, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Aumentos Euro'000	Diminuições Euro'000	Imparidade Euro'000	Variação Cambial Euro'000	Variações de Perímetro/ Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Actividade Eléctrica							
Grupo EDPR NA	569.777	-	-	-	-18.909	-	550.868
Grupo Genesa	441.356	36.166	-	-	-	-	477.522
Grupo Ceasa	146.469	76	-3.502	-	-	-25.530	117.513
EDPR Polónia	25.424	736	-	-	250	-	26.410
Grupo EDP Renováveis Portugal	43.011	-	-423	-	-	-	42.588
Grupo NEO Galia SAS	45.104	113	-	-	-	37.943	83.160
Grupo Hollywell	8.007	-	-	-	-	-8.007	-
Grupo Ridgeside	4.317	-	-	-	-	-4.317	-
Grupo Roménia	14.803	216	-4.088	-	-	-	10.931
NEO Catalunya	4.187	502	-	-	-	-	4.689
Grupo EDPR BR	-	1.246	-	-	255	-	1.501
Outros	3.263	-	-	-	-	-89	3.174
	1.305.718	39.055	-8.013	-	-18.404	-	1.318.356

Grupo EDPR NA

O "goodwill" resultante da aquisição do Grupo EDP NA foi determinado em USD com referência à respectiva data de aquisição no montante de 775.251 milhares de USD, ascendendo a 592.915 milhares de Euros com referência a 31 de Dezembro 2010 (31 de Dezembro 2009: 550.868 milhares de Euros), incluindo custos de transacção no montante de 12.723 milhares de Euros. O aumento verificado nesta rubrica encontra-se relacionado com variações cambiais decorrentes da variação de EUR/USD, as quais ascendem a 42.047 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2009: decréscimo de 18.909 milhares de Euros).

Grupo Genesa

A variação do decréscimo de "goodwill" verificado no grupo Genesa resulta essencialmente do efeito da reavaliação (na proporção de 20% do valor dos capitais próprios) de uma "written put option" detida pela Caja Madrid sobre a Genesa, o qual ascendeu a 68.968 milhares de Euros (31 Dezembro de 2009: 36.139 milhares de Euros).

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Durante 2010, o Grupo EDPR aumentou a sua participação indirecta de 49% para 61% no capital social do Parque Eólico Altos del Voltroya, SA (ver nota 5) e realizou a alocação do preço de compra que originou o reconhecimento de um lucro operacional de 3.170 milhares de Euros (ver nota 7).

	Valor Contabilístico Euro'000	PPA Provisório Euro'000	Activos e passivos ao justo valor Euro'000
Activos fixos tangíveis	32.257	21.671	53.928
Outros activos (incluindo licenças)	7.138	-	7.138
Total do Activo	39.395	21.671	61.066
Interesses minoritários	10.507	1.459	11.966
Impostos diferidos passivos	-	3.966	3.966
Passivos financeiros	27.344	-	27.344
Passivo corrente	3.040	-	3.040
Total do Passivo	30.384	3.966	34.350
Activos líquidos adquiridos	9.011	17.705	14.750
Valor de Aquisição	11.580		11.580
Goodwill	2.569		-3.170

Grupo Ceasa

Em 2009, o aumento de "goodwill" verificado no Grupo Ceasa (76 milhares de Euros) respeita a aquisição de 48,7% da Aprofitament D'Energies Renovables de la Terra Alta, S.A., cujo custo de aquisição ascendeu a 1.083 milhares de Euros.

Em 2009, a redução ocorrida no valor de "goodwill" do Grupo Ceasa durante o exercício de 2009 resulta da diminuição do preço de aquisição das empresas Parc eolic Coll de Moro, S.L. (1.555 milhares de Euros), Parc eolic Torre Madrina, S.L. (1.555 milhares de Euros) e Parc eolic de Vilalba des Arcs, S.L. (392 milhares de Euros) e da reestruturação societária que originou a transferência das subsidiárias francesas que pertenciam ao Subgrupo Ceasa para os Subgrupo Neo Galia (25.530 milhares de Euros).

Em 2010 o aumento no Grupo Ceasa está relacionado com um ajuste ao preço contingente (124 milhares de Euros) da Aprofitement D'Energies Renovables de la Terra Alta, S.A.

Grupo EDPR Polónia

Em 2010, o aumento do "goodwill" da EDPR Polónia (329 milhares de euros) está relacionado com a aquisição de 100% do capital social da subsidiária Karpacka Mala Energetyka SP ZOO. Adicionalmente o "goodwill" diminuiu 3.144 milhares de euros relacionados com as diferenças de câmbio.

Em 2010, o Grupo EDPR Polónia adquiriu 100% do capital social das empresas Farma Wiatrowa Bodzanow SP ZOO, Farma Wiatrowa Starozreby SP ZOO e Farma Wiatrowa Wyszogrod SP ZOO e realizou o PPA final, que originou a um reconhecimento de um proveito operacional de 15.000 milhares de Euros, analisado como segue:

	Bodzanow Euro'000	Starozreby Euro'000	Wyszogrod Euro'000	Valor Contabilístico Euro'000	Final PPA Euro'000	Activos e passivos ao justo valor Euro'000
Activos fixos tangíveis	39	54	134	227	38.533	38.760
Activos não correntes	39	54	134	227	38.533	38.760
Activos correntes	445	442	375	1.262	-	1.262
Total do Activo	484	496	509	1.489	38.533	40.022
Passivos não correntes	421	383	332	1.136	7.348	8.484
Passivos correntes	1	-1	14	14	-	14
Total do Passivo	422	382	346	1.150	7.348	8.498
Activos líquidos adquiridos	62	114	163	339	31.185	31.524
Valor de Aquisição	6.132	5.513	4.879	16.524		16.524
Goodwill	6.070	5.399	4.716	16.185		-15.000

Grupo Neo Galia SAS

Em 2009, o aumento do Grupo Neo Galia SAS de 113 milhares Euros resultou da aquisição de 100% do capital das subsidiárias Mardelle, SARL e Vallée du Moulin, SARL e 49% da Quinze Minas, SARL e do processo de reestruturação que originou a transferência das subsidiárias francesas da Ceasa, Hollywell, Ridgeside e outros subgrupos para o Grupo Neo Galia (37.943 milhares euros).

Em 2010, a diminuição do Grupo Neo Galia (3.202 milhares euros) está relacionada com uma redução das comissões a pagar pela aquisição de Eole 76.



demonstrações financeiras

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Grupo Roménia

Em 2009, o aumento no valor de "goodwill" do grupo Roménia, resulta do aumento dos custos de aquisição da sociedade Renovatio Power SRL, (216 milhares de Euros). A diminuição no valor de "goodwill" do grupo Roménia resultou da diminuição dos "success fees" a pagar registada em 2009, (4.088 milhares de Euros), resultou do não cumprimento de determinados pressupostos conforme definido contratualmente.

Em 2010, a redução de 1.510 milhares euros está relacionada com o efeito das diferenças de câmbio de EUR / LEI.

Neo Catalonia

Em 2009, o aumento no goodwill Grupo Neo Catalonia (2.826 milhares de Euros) está relacionado com a aquisição de 100% do capital social da subsidiária Bon Vent de L'Ébre, incluindo o efeito da conclusão do PPA ocorrido em 2010:

	2009		2010	
	Valor Contabilístico	PPA	Activos e passivos ao justo valor	Activos e passivos ao justo valor
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
Activos fixos tangíveis	4.113	8.993	13.106	4.042
Outros activos (incluindo licenças)	1.012	-	1.012	-
Total do Activo	5.125	8.993	14.118	4.042
Impostos diferidos passivos	-	1.864	1.864	2.045
Passivo corrente	5.070	-	5.070	-
Total do passivo	5.070	1.864	6.934	2.045
Activos líquidos adquiridos	55	7.129	7.184	1.997
Valor de Aquisição	7.686		7.686	
Goodwill	7.631		502	

Em 2010, o aumento do "goodwill" no Grupo NEO Catalonia (2.324 milhares de euros) deve-se à realização do PPA final da aquisição da subsidiária Bon Vent de L'Ébre.

Grupo EDPR Brasil

Em 2009, o aumento ocorrido no "goodwill" do Grupo EDPR Brasil, resulta da aquisição de 100% do capital social da CENAEEL (1.246 milhares de Euros) e da variação cambial EUR/BRL (255 milhares de Euros). Em 2009, o Grupo EDP Renováveis Brasil adquiriu, também, 100% do capital social da Elebrás, não tendo sido gerado qualquer "goodwill" por via dessa aquisição. O valor de aquisição de ambas as empresas foi de, aproximadamente, 15.000 milhares de Euros.

Em 2010, o aumento do "goodwill" do Grupo EDPR Brasil está relacionado com o efeito das diferenças de câmbio EUR / BRL de 198 milhares Euros.

Subgrupo Itália

Em 2010, o Grupo EDPR através da sua subsidiária EDP Renováveis UE adquiriu 85% do capital social da EDP Renováveis Italia Srl. Adicionalmente, a EDPR UE tem uma opção de compra e a Energia in Natura, Srl tem uma opção de venda sobre os restantes 15% dos capitais próprios da empresa (ver nota 37) e, como consequência, em 31 de Dezembro de 2010, o Grupo EDP Renováveis consolidou 100% da EDP Renováveis Italia Srl, tendo em consideração a opção de venda como uma aquisição antecipada de interesses minoritários.

O "goodwill" do subgrupo Itália resulta da aquisição da Italian Wind, S.r.l., Repano, S.r.l. e da Plus Re, S.r.l. No decorrer de 2010, o efeito da conclusão do PPA das aquisições da Italian Wind, S.r.l., Repano, S.r.l. foram realizadas e o "goodwill" final gerado é analisado como segue:

	Valor Contabilístico	PPA	Activos e passivos ao justo valor
	Euro'000	Euro'000	Euro'000
Activos fixos tangíveis	4.841	3.964	8.805
Outros activos não correntes	123	-	123
Goodwill	15.149	-	15.149
Activos não correntes	20.113	3.964	24.077
Activos corrente	-	-	-
Total do Activo	20.113	3.964	24.077
Passivos não corrente	-	1.090	1.090
Passivos correntes	405	-	405
Total do Passivo	405	1.090	1.495
Activos líquidos adquiridos	19.708	2.874	22.582
Valor de Aquisição	65.072		65.072
Goodwill	45.364		42.490

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

O "goodwill" do Grupo Italia (57.781 milhares de Euros) resulta da aquisição das empresas Italian Wind, S.r.l. (42.444 milhares de Euros), Repano, S.r.l. (46 milhares de Euros com um preço de aquisição de 200 milhares de Euros) e Re Plus, S.r.l. (142 milhares de Euros com preço de aquisição de 1.080 milhares de Euros) e do "goodwil" incluído nas demonstrações financeiras da Italian Wind, S.r.l. (15.149 milhares de Euros).

Durante 2010 o Grupo EDPR pagou 56.123 milhares de Euros (31 de Dezembro 2009: 74.342 milhares de Euros) relativos a concentrações de actividades empresariais e sucess fees, os quais incluem um montante de 5.220 milhares de Euros de caixa e equivalentes de caixa adquiridos (31 Dezembro 2009: 6,250 milhares de Euros).

Outras informações de concentração de actividades empresariais e PPA em 2009

Durante 2009, o valor contabilístico dos activos, passivos e passivos contingentes reconhecidos à data da aquisição relativos a concentrações de actividades empresariais (Elektrownia Wiatrowa Kresy I, Vallée du Moulin, Mardelle, Quinze Mines, Coll de la Garganta, Serra Valtorera, Bon Vent de L'Ébre, Bon Vent de Vilalba, Bon Vent de Corbera, Ceneael e Elebrás) é analisado como segue:

	Valor Contabilístico
Activos fixos tangíveis	105.210
Outros activos	9.734
Activos não correntes	114.944
Total do Activo	114.944
Outros passivos não correntes	13.454
Passivos correntes	45.896
Total do Passivo	59.350
Activos líquidos adquiridos	55.594

Grupo EDPR Polónia

Em 2009, o Grupo EDPR Polónia adquiriu 100% do capital social da subsidiária Elektrownia Wiatrowa Kresy I, SP ("Kresy") (736 milhares de Euros) e realizou o PPA provisório, que é analisado como segue:

	Valor Contabilístico Kresy	Ajustamentos de justo valor Kresy	Activos e passivos ao justo valor Kresy
Activos fixos tangíveis	382	9.066	9.448
Outros activos (incluindo licenças)	88	-	88
Total do Activo	470	9.066	9.536
Impostos diferidos passivos	-	1.660	1.660
Outros passivos	452	-	452
Total do Passivo	452	1.660	2.112
Activo Líquido ao Justo Valor			7.424
Valor de Aquisição			8.160
"Goodwill"			736

Grupo Roménia

Em 2009, o aumento no "goodwill" no Grupo Roménia está relacionado com a aquisição do preço contingente (216 milhares de Euros) da empresa Renovatio Power.

Em 2009, o decréscimo do "goodwill" no Grupo Roménia (4.088 milhares de Euros), resulta da diminuição do pagamento de sucess fee pré-acordados e não realizados.



demonstrações financeiras

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Durante 2009 o Grupo Roménia realizou o PPA final analisado como se segue:

	Valor Contabilístico Grupo Roménia	Activos e Ajustamentos de justo valor Grupo Roménia	Activos e passivos ao justo valor Grupo Roménia
Activos fixos tangíveis	11.222	67.823	79.045
Outros activos (incluindo licenças)	296	-	296
Total do Activo	11.518	67.823	79.341
Interesses minoritários	-	8.763	8.763
Impostos diferidos passivos	-	9.402	9.402
Outros passivos	11.551	-	11.551
Total de interesses minoritários e passivos	11.551	18.165	29.716
Activo Líquido ao Justo Valor			49.625
Valor de Aquisição			60.556
"Goodwill"			10.931

Grupo EDPR Portugal

A diminuição do "goodwill" do Grupo EDPR Portugal está relacionada com o ajuste ao preço contingente na aquisição da subsidiária Bolores - Energia eólica, S.A..

Grupo EDPR Brasil

O aumento do "goodwill" do Grupo EDP Renováveis Brasil resulta da aquisição de 100% do capital social da CENAEEL. O efeito da conclusão, em 2009, do "purchase price allocation", detalha-se como segue:

	Valor Contabilístico Grupo EDPR Brasil	Ajustamentos de justo valor Grupo EDPR Brasil	Activos e passivos ao justo valor Grupo EDPR Brasil
Activos fixos tangíveis	15.790	18.186	33.976
Outros activos (incluindo licenças)	4.362	-	4.362
Total do Activo	20.152	18.186	38.338
Impostos diferidos passivos	-	5.742	5.742
Outros passivos	10.458	-	10.458
Total do Passivo	10.458	5.742	16.200
Activo Líquido ao Justo Valor			22.138
Valor de Aquisição			23.384
"Goodwill"			1.246

Testes de Imparidade do "goodwill" - Grupo EDPR

O "goodwill" de cada subgrupo do Grupo EDPR EU é testado em relação à imparidade anualmente. No caso dos parques eólicos em exploração, o teste de imparidade é feito com base no valor recuperável determinado com base no valor das diversas unidades geradoras de caixa, tendo em consideração cada país onde o Grupo EDPR está presente. Cada país coincide com os subgrupos acima apresentados com excepção da Espanha com 3 diferentes subgrupos (Genesa, Ceasa e Neo Catalunia). O "goodwill" destes 3 subgrupos de Espanha é testado ao nível do país.

Para efectuar esta análise, foi utilizado o modelo de fluxos de caixa descontados. Este modelo é baseado no princípio que o valor estimado de uma entidade ou negócio é definido pela sua capacidade de gerar recursos financeiros no futuro, assumindo que estes recursos poderão ser transferidos do negócio e passados para os accionistas, sem por em causa a continuidade da actividade da empresa.

Desta forma, a valorização dos negócios desenvolvidos por cada unidade geradora de caixa do Grupo EDPR é efectuada de acordo com os cash flows gerados por cada negócio, descontados utilizando uma taxa WACC, que reflecte o risco associado a esses cash flows deduzidos da dívida líquida associada a esses activos operacionais.

A projecção dos cash flows reflecte a capacidade instalada em carteira e os contratos de compra de energia bem como a perspectiva da gestão sobre o crescimento do negócio, mercado e alterações regulatórias.

O período dos fluxos de caixa corresponde à vida útil dos activos (20 anos) incluindo o crescimento da taxa de inflação até ao ano 20 e descontados à presente data.

As taxas de desconto (depois de impostos) variam entre os 5,25% e 9,1%, dependendo dos riscos específicos de cada um dos países.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

18. Investimentos financeiros em empresas associadas

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2010	31 Dez 2009
	Euro'000	Euro'000
Empresas associadas:		
Investimentos financeiros em associadas	45.871	47.609
Valor contabilístico	45.871	47.609

Para efeitos de apresentação das demonstrações financeiras, o "goodwill" gerado na aquisição de associadas é apresentado nesta rubrica, integrado no montante global relativo aos investimentos financeiros em empresas associadas.

O detalhe dos **Investimentos financeiros em associadas em 31 de Dezembro de 2010**, é analisado como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2010	
	Valor Bruto	Imparidade
	Euro'000	Euro'000
Empresas associadas:		
ENEOP - Eólicas de Portugal, S.A.	12.869	-
Desarrollos Eólicos de Canárias, S.A.	11.566	-
Parque Eólico Sierra del Madero S.A.	6.788	-
Veinco Energia Limpia S.L. subgrupo	4.790	-
Parque Eólico Belmonte, S.A.	3.033	-
Associates of Valle del Ebro Ingeniería y Consultoría, S.L.	1.756	-
Hidroastur S.A.	1.725	-
Blue Canyon Windpower, LLC	1.817	-
Outras	1.527	-
	45.871	-

O detalhe dos **Investimentos financeiros em associadas em 31 de Dezembro de 2009**, é analisado como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2009	
	Valor Bruto	Imparidade
	Euro'000	Euro'000
Empresas associadas:		
Desarrollos Eólicos de Canárias, S.A.	11.235	-
Parque Eólico altos del Voltoya, S.A.	9.593	-
ENEOP - Eólicas de Portugal, S.A.	6.907	-
Parque Eólico Sierra del Madero S.A.	5.485	-
Veinco Energia Limpia S.L. subgrupo	4.154	-
Parque Eólico Belmonte, S.A.	3.073	-
Associates of Valle del Ebro Ingeniería y Consultoría, S.L.	2.014	-
Hidroastur S.A.	1.937	-
Blue Canyon Windpower, LLC	1.686	-
Outras	1.525	-
	47.609	-

O movimento dos **Investimentos financeiros em associadas**, é analisado como segue:

	Grupo	Grupo
	31 Dez 2010	31 Dez 2009
	Euro'000	Euro'000
Saldo em 1 de Janeiro	47.609	40.782
Aquisições	3.834	7.207
Alienações	-	-137
Resultados de associadas	5.036	3.939
Dividendos recebidos	-1.784	-4.107
Diferenças de câmbio	131	-75
Alterações no método de consolidação	-8.955	-
Saldo em 31 de Dezembro	45.871	47.609

As aquisições de investimentos financeiros em associadas incluem essencialmente o aumento de prestações suplementares na ENEOP - Eólicas de Portugal, S.A. (ver nota 5).

As alterações no método de consolidação estão relacionadas com a aquisição de 12% do capital social do Parque Eólico Altos del Voltoya, S.A., tendo sido obtido o controlo desta empresa e começado a ser utilizado o método de consolidação integral (ver nota 5 e 17).



demonstrações financeiras

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

19. Activos financeiros disponíveis para venda

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2010 Euro'000	31 Dez 2009 Euro'000
Sociedad Eólica de Andalucia, S.A.	10.832	11.766
Parque Eólico Montes de las Navas, S.L.	6.684	-
Wind Expert	500	500
Outras	364	364
	18.380	12.630

Durante 2010 o Grupo EDP Renováveis passou a consolidar o Parque Eólico del Valtoya, S.A. pelo método de consolidação integral. Desta forma, reconheceram como Activo financeiro disponível para venda, o investimento detido por esta subsidiária no Parque Eólico Montes de las Navas, S.L..

Os pressupostos utilizados nos modelos de avaliação dos activos financeiros detidos para venda são os mesmos utilizados no teste de imparidade.

A percentagem de capital social, direitos de voto, activo líquido e resultado líquido das últimas demonstrações financeiras aprovadas dos investimentos financeiros disponíveis para venda, analisam-se como segue:

	Sede	% do capital social	Direitos de voto	Activo Líquido	Resultado Líquido
Sociedad Eólica de Andalucia, S.A.	Sevilha	16,67%	16,67%	11.320	1.650
Parque Eólico Montes de las Navas, S.L.	Madrid	17,00%	17,00%	9.976	2.128

20. Impostos diferidos activos e passivos

O Grupo EDP Renováveis regista nas suas contas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias que se verificam entre os activos e passivos determinados numa óptica contabilística e numa óptica fiscal, o qual é analisado como segue:

	Impostos Diferidos Activos		Impostos Diferidos Passivos		Saldo líquido Impostos Diferidos	
	31 Dez 2010 Euro'000	31 Dez 2009 Euro'000	31 Dez 2010 Euro'000	31 Dez 2009 Euro'000	31 Dez 2010 Euro'000	31 Dez 2009 Euro'000
Créditos fiscais	4.487	3.593	-	-	4.487	3.593
Provisões	6.591	2.136	-	-	6.591	2.136
Instrumentos financeiros derivados	8.401	5.543	52	2.743	8.349	2.800
Activos fixos tangíveis	18.563	16.082	13.038	8.052	5.525	8.030
Alocação de justos valores a activos e passivos	-	-	357.200	330.911	-357.200	-330.911
Reavaliações contabilísticas	-	-	146	21	-146	-21
Outros	477	712	1.164	1.197	-687	-485
	38.519	28.066	371.600	342.924	-333.081	-314.858

A alocação de justos valores a activos e passivos em 2009 inclui o efeito final do "Purchase Price Allocation" relativo à Bom Vent de L'Ébre (2.045 milhares de Euros) e à Kresy (-541 milhares de Euros), realizados durante 2010.

O movimento dos impostos diferidos activos e passivos durante o exercício é analisado como se segue:

	31 Dez 2010 Euro'000		31 Dez 2009 Euro'000	
	Activos	Passivos	Activos	Passivos
Saldo Inicial	28.066	-342.924	21.834	-316.920
Aumentos imputados a resultados	9.741	-31.582	7.548	-24.886
Diminuições imputadas a resultados	-2.622	14.841	-3.489	10.106
Aumentos imputados a reservas	3.221	-1.457	1.969	-1.692
Diminuições imputadas a reservas	-514	4.002	-	-63
Alterações na taxa de imposto aplicável	-	-	-	-
Outros movimentos	627	-14.480	204	-9.469
	38.519	-371.600	28.066	-342.924

Como referido acima, o saldo inicial referente aos passivos fiscais em 1 de Janeiro de 2010, inclui o efeito da alocação final do "Purchase Price Allocation" da Bon Vent de L'Ébre (2.045 milhares de Euros) e Kresy (-541 milhares de Euros), realizados durante 2010.

Os outros movimentos registados em impostos diferidos passivos referem-se essencialmente ao efeito da alocação do "Purchase Price Allocation" ocorrido em 2010 relativamente às aquisições na Neo Catalonia, Itália, Parque Eólico Altos del Valtoya (12.404 milhares de Euros).

Em 2009, os outros movimentos registados em impostos diferidos passivos referem-se essencialmente ao efeito da alocação do "Purchase Price Allocation" ocorrido em 2009 relativamente às aquisições na Polónia, Neo Catalonia e das subsidiárias em França (3.944 milhares de Euros) e Elebrás e Ceneael (6.452 milhares de Euros).

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

O detalhe dos impostos diferidos activos e passivos que serão revertidos em 12 meses é analisado como se segue:

	Activos	Passivos
	31 Dez 2010	31 Dez 2010
	Euro'000	Euro'000
Prejuízos fiscais reportáveis	3.567	-
Provisões	3.182	-
Instrumentos financeiros derivados	8.401	52
Alocação de justos valores a activos e passivos adquiridos	-	345.001
Activos fixos tangíveis	17.228	254
Reavaliações contabilísticas	-	-
Outros	455	232
	32.833	345.539

O detalhe dos prejuízos e créditos fiscais reportáveis no Grupo é analisado como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2010	31 Dez 2009
	Euro'000	Euro'000
Data limite de reporte:		
2010	-	11
2011	229	232
2012	197	224
2013	164	214
2014	193	151
2015	7.633	4.509
2016	2.822	2.822
2017 a 2029	985.906	640.833
Sem data limite de reporte	155.987	149.304
	1.153.131	798.300

O Grupo não registou impostos diferidos activos sobre créditos fiscais no montante de 1.153.131 milhares de Euros (2009: 798.300 milhares de Euros) devido à incerteza relativamente à realização futura do imposto diferido activo. A maioria destes créditos respeitam à EDPR NA (963.360 milhares de Euros e 31 de Dezembro 2009: 622.113 milhares de Euros).

21. Inventários

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2010	31 Dez 2009
	Euro'000	Euro'000
Adiantamentos por conta de compras	3.549	2.795
Produtos acabados e intermédios	18.669	8.163
Matérias Primas, subsidiárias e de consumo:		
Outros consumíveis	1.944	386
	24.162	11.344

A rubrica de Produtos acabados e intermédios estão essencialmente relacionados com as construções em curso de parques eólicos.

22. Clientes

A rubrica de Clientes é analisada como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2010	31 Dez 2009
	Euro'000	Euro'000
Clientes curto prazo - Corrente:		
Espanha	81.619	47.914
Estados Unidos da América	27.945	27.434
Portugal	13.664	17.918
França	6.262	7.072
Bélgica	3.693	5.301
Brasil	349	452
Roménia	1.148	57
Polónia	8.967	-
Reino Unido	3	-
	143.650	106.148
Clientes de cobrança duvidosa	2.339	2.345
Perdas por imparidade	-2.339	-2.345
	143.650	106.148



demonstrações financeiras

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

23. Devedores e outros activos

A rubrica de **Devedores e outros activos** é analisada como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2010 Euro'000	31 Dez 2009 Euro'000
Devedores de Curto Prazo - Corrente:		
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	358.795	178.028
Instrumentos financeiros derivados	5.402	13.765
Cauções prestadas	12.496	11.962
Depósitos caucionados	80.121	90.505
Outros devedores:		
- Dívidas referentes a pessoal	48	32
- Seguros	2.440	1.979
- Benefícios fiscais associados à produção (PTC)	864	213
- Garantia exercida pela EDPR NA	682	2.678
- Adiantamentos relativos à manutenção de turbinas	3.651	1.450
- Valor a receber por indisponibilidade das turbinas	1.376	6.680
- Serviços prestados	8.103	9.110
- Adiantamentos a fornecedores	55.917	100
- Outros devedores e operações diversas	22.364	20.956
	<u>552.259</u>	<u>337.458</u>
Devedores de médio / longo prazo - Não corrente:		
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	6.955	8.408
Valores a receber (EDPR NA)	908	9.397
Garantias e depósitos caucionados	35.957	34.961
Instrumentos financeiros derivados	4.068	5.443
Outros devedores:		
- Custos diferidos (Grupo EDP Renováveis Portugal)	46.588	46.770
- Custos diferidos do "power purchase agreements" da High Trail	5.275	5.388
- Valorização do contrato de operação e manutenção (O&M) - Mapple Ridge I (EDPR NA)	6.317	7.405
- Custos diferidos com investidores institucionais ("Tax Equity")	11.631	6.384
- Outros devedores e operações diversas	5.612	5.291
	<u>123.311</u>	<u>129.447</u>
	<u>675.570</u>	<u>466.905</u>

Os Empréstimos concedidos a partes relacionadas - Corrente - incluem 171.081 milhares de Euros de empréstimos concedidos pela EDP Renováveis, S.A. à EDP, S.A. - Sucursal em Espanha (31 Dezembro 2009: 37.678 milhares de Euros) relativos à liquidação do juro associado ao derivado, classificado como "net investment", 129.648 milhares de Euros de empréstimos concedidos pela EDP Renováveis Portugal, S.A. ao Grupo ENEOP (31 Dezembro 2009: 106.800 milhares de Euros) e 55.399 milhares de Euros relativos a empréstimos concedidos pela EDPR EU à EDP, S.A. - Sucursal em Espanha (31 Dezembro 2009: 21.554 milhares de Euros).

Os depósitos caucionados - Corrente incluem principalmente acordos de financiamento necessários para liquidar os custos de construção remanescentes.

As Garantias e depósitos caucionados - Não Corrente - respeitam aos project finance das empresas do Grupo EDPR EU, sendo estes montantes depositados ou cativos por forma a garantir o cumprimento das responsabilidades associadas a estes projectos.

Os Custos diferidos (Grupo EDP Renováveis Portugal) - Não Corrente, respeitam a rendas e direitos de superfície pagos aos proprietários de terrenos e participações pagas à EDP Distribuição para construção das linhas de ligação à rede. Estes custos são diferidos à data do balanço e são reconhecidos numa base linear pelo período de vida útil estimado dos activos.

24. Impostos a receber

A rubrica de **Impostos a receber** é analisada como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2010 Euro'000	31 Dez 2009 Euro'000
Estado e outros entes públicos:		
- Imposto sobre o rendimento	19.131	19.132
- Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	53.109	146.464
- Outras tributações	8.810	4.074
	<u>81.050</u>	<u>169.670</u>

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

25. Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

A rubrica de **Activos financeiros ao justo valor através dos resultados** é analisada como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2010 Euro'000	31 Dez 2009 Euro'000
Instrumentos de capital:		
Fundos de investimento	35.335	33.012
Instrumentos de dívida:		
Obrigações	409	4.091
	<u>35.744</u>	<u>37.103</u>

O justo valor dos Fundos de investimento é calculado com base na sua cotação de mercado.

O efeito na Demonstração dos Resultados de operações com activos financeiros ao justo valor através dos resultados foi de 674 milhares de euros (31 de Dezembro de 2009: 1.416 milhares de Euros).

26. Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica de **Caixa e equivalentes de caixa** é analisada como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2010 Euro'000	31 Dez 2009 Euro'000
Numerário:		
- Caixa	4	57
Depósitos bancários:		
- Depósitos à ordem	234.231	158.411
- Outros depósitos	189.465	285.165
	<u>423.696</u>	<u>443.576</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>423.700</u>	<u>443.633</u>

A rubrica de Outros depósitos inclui 182.633 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2009: 257.396 milhares de Euros) numa aplicação na EDP Finance BV em dólares, com uma maturidade até três meses que vencem juros a uma taxa entre 5% e 5,5%.

27. Capital e Prémios de emissão de acções

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 o capital social da EDP Renováveis é composto por 872.308.162 acções com um valor nominal de 5 Euros cada e encontra-se integralmente realizado. Estas acções têm os mesmos direitos de voto e de recebimento ao dividendo. Estas acções são transferíveis.

As empresas que detêm directa ou indirectamente pelo menos 10% do capital social da EDP Renováveis em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 são as seguintes:

Principais accionistas e acções detidas pelos membros de Órgãos sociais:

Com referência a 31 de Dezembro de 2010, a estrutura accionista da EDP Renováveis, S.A. é a seguinte:

	N.º de Acções	% Capital	% Voto
EDP - Energias de Portugal, S.A. Sucursal em Espanha (EDP Sucursal)	541.027.156	62,02%	62,02%
Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A.	135.256.700	15,51%	15,51%
Outros(*)	196.024.306	22,47%	22,47%
	<u>872.308.162</u>	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>

(*) Acções cotadas na Bolsa de Lisboa

Em 2007 e 2008 a EDP Renováveis teve vários aumentos de capital, que foram subscritos através da incorporação de 100% das acções detidas nas suas participadas EDPR NA e EDPR EU.

Estas contribuições foram efectuadas ao abrigo do Regime Especial que regula fusões, cisões, transferência de activos e troca de acções, estabelecido no Capítulo VIII, Título VII do Real Decreto Lei 4, de 5 de Março de 2004, que aprova a lei revista do imposto sobre o rendimento. As divulgações obrigatórias pela presente Lei foram incluídas nas demonstrações financeiras de 2007 e 2008.



demonstrações financeiras

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Os resultados por acção atribuíveis aos accionistas da EDPR são analisados como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2010	31 Dez 2009
Resultado líquido atribuível aos accionistas maioritários em milhares de Euros	80.203	114.349
Resultado líquido das operações em continuação atribuível aos accionistas maioritários em milhares de Euros	80.203	114.349
Nº médio de acções durante o exercício	872.308.162	872.308.162
Nº médio de acções diluídas durante o exercício	872.308.162	872.308.162
Resultado por acção (básico) atribuível aos accionistas maioritários em Euros	0,09	0,13
Resultado por acção (diluído) atribuível aos accionistas maioritários em Euros	0,09	0,13
Resultado por acção (básico) das operações em continuação atribuível aos accionistas maioritários em Euros	0,09	0,13
Resultado por acção (diluído) das operações em continuação atribuível aos accionistas maioritários em Euros	0,09	0,13

O Grupo EDPR calcula o seu resultado básico e diluído por acção atribuível aos accionistas maioritários utilizando a média ponderada das acções em circulação durante o período de relato.

A empresa não detém quaisquer acções próprias com referência a 31 de Dezembro de 2010.

O número médio de acções foi determinado da seguinte forma:

	Grupo	
	31 Dez 2010	31 Dez 2009
Acções emitidas no início do exercício	872.308.162	872.308.162
Efeito de emissão de acções durante o período de doze meses	-	-
Número médio de acções realizadas	872.308.162	872.308.162
Número médio de acções durante o exercício	872.308.162	872.308.162
Número médio de acções diluídas durante o exercício	872.308.162	872.308.162

28. Reservas e resultados acumulados

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2010 Euro'000	31 Dez 2009 Euro'000
Reservas		
Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)	-4.913	16.735
Reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda)	10.980	8.659
Diferença cambial de consolidação	-15.316	570
	-9.249	25.964
Outras reservas e resultados acumulados:		
Resultados acumulados	208.493	98.028
Reserva de primeira consolidação	60.666	60.666
Reserva legal	14.281	7.479
	283.440	166.173
	274.191	192.137

Reserva de primeira consolidação

A contabilização de transacções entre entidades sob controlo conjunto não se encontra no âmbito da IFRS 3. Consequentemente, e na falta de orientações específicas, em base IFRS, o Grupo EDPR desenvolveu uma política contabilística para as referidas transacções, que considera apropriada. Considerando a política do Grupo, as concentrações de actividades empresariais de entidades sob controlo conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras consolidadas tendo por base o valor contabilístico da empresa adquirida (subgrupo). A diferença entre o valor contabilístico dos activos líquidos adquiridos e o valor pago é reconhecido como Reserva de primeira consolidação.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Reserva Legal

A reserva legal deve ser constituída de acordo com o artigo 274º do Código das Sociedades Comerciais Espanhol, segundo o qual as empresas são obrigadas a transferir 10% dos lucros do ano para a reserva legal até que a mesma represente 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível aos accionistas e apenas pode ser utilizada para compensar perdas se não existirem outras reservas disponíveis e para aumentar o capital social.

Distribuição de Resultados

A proposta de aplicação do resultado do exercício de 2010 da EDP Renováveis, S.A. a ser apresentada na Assembleia Geral Anual, é a seguinte:

	Euros
Resultado líquido do exercício	44.091.046,97
Distribuição	
Reserva legal	4.409.104,70
Reserva livre	39.681.942,27
	44.091.046,97

A aplicação do resultado do exercício de 2009 da EDP Renováveis, S.A., aprovada na Assembleia Geral Anual de 15 de Abril de 2010, foi a seguinte:

	Euros
Resultado líquido do exercício	68.012.381,59
Distribuição	
Reserva legal	6.801.238,16
Reserva livre	61.211.143,43
	68.012.381,59

Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)

Esta reserva inclui a variação de justo valor dos instrumentos de cobertura na parte em que a cobertura dos fluxos de caixa é considerada efectiva.

Reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda)

Esta reserva inclui as variações acumuladas de justo valor existentes à data de balanço referentes a activos financeiros disponíveis para venda.

	Grupo
	Aumentos
	Euro'000
Saldo em 1 de Janeiro de 2009	7.747
Sociedad Eólica de Andalucía	912
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	8.659
Sociedad Eólica de Andalucía	-934
Parque Eólico Montes de las Navas, S.L.	3.255
Saldo em 31 Dezembro 2010	10.980

Diferença cambial de consolidação

Esta rubrica reflecte o montante resultante da transposição das demonstrações financeiras das empresas filiais e associadas expressas em moeda estrangeira para Euros. As taxas de câmbio utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são analisadas como segue:

Moeda		Taxas de câmbio em 31 Dez 2010		Taxas de câmbio em 31 Dez 2009	
		Câmbio Fecho	Câmbio Médio	Câmbio Fecho	Câmbio Médio
Dólar	USD	1,336	1,326	1,441	1,390
Zloty	PLN	3,975	3,995	4,105	4,362
Real	BRL	2,218	2,331	2,511	2,783
Lei	RON	4,262	4,212	4,236	4,245
Libra Esterlina	GBP	0,861	0,858	0,888	0,890
Dólar	CAD	1,332	1,365	-	-



demonstrações financeiras

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

29. Interesses minoritários

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2010 Euro'000	31 Dez 2009 Euro'000
Interesses minoritários de resultados	2.835	3.438
Interesses minoritários de capital e de reservas	122.706	104.055
	<u>125.541</u>	<u>107.493</u>

A rubrica de **Interesses minoritários**, por subgrupo, é analisada como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2010 Euro'000	31 Dez 2009 Euro'000
Grupo EDPR EU	114.216	98.759
EDPR BR	11.325	8.734
	<u>125.541</u>	<u>107.493</u>

A variação nos interesses minoritários do Grupo EDP Renováveis está essencialmente relacionado com os resultados atribuídos aos minoritários no montante de 2.835 milhares de Euros, variações resultantes de aumentos da percentagem de capital social atribuível aos interesses minoritários (subsidiárias EDPR BR e EDPR EU) no total de 5.212 milhares de Euros e a aquisição de interesse minoritário adicional no Parque Eólico Altos del Voltoya, S.A. (9.706 milhares de Euros) (ver nota 5).

30. Dívida financeira

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2010 Euro'000	31 Dez 2009 Euro'000
Dívida financeira - Corrente		
Empréstimos bancários:		
- Grupo EDPR EU	125.408	102.500
- Grupo EDPR BR	72.485	539
Outros empréstimos:		
- Grupo EDPR EU	3.634	2.982
- Grupo EDPR NA	935	1.114
Juros a liquidar	<u>5.185</u>	<u>3.133</u>
	<u>207.647</u>	<u>110.268</u>
Dívida financeira - Não corrente		
Empréstimos bancários:		
- Grupo EDPR EU	491.588	394.895
- Grupo EDPR BR	8.052	7.704
Suprimentos contraídos:		
- EDP Renováveis , S.A.	2.799.548	2.131.042
Outros empréstimos:		
- Grupo EDPR EU	23.423	25.823
- Grupo EDPR NA	<u>3.332</u>	<u>3.707</u>
	<u>3.325.943</u>	<u>2.563.171</u>
	<u>3.533.590</u>	<u>2.673.439</u>

A Dívida financeira - Não Corrente da EDP Renováveis, refere-se essencialmente a um conjunto de empréstimos concedidos pela EDP Finance BV (2.799.548 milhares de euros). Estes empréstimos têm uma maturidade média de 8,8 anos e vencem juros às taxas de mercado.

O Grupo tem financiamentos contratados em regime de "project finance", cujos termos incluem as garantias habituais neste tipo de financiamentos, nomeadamente penhor ou promessa de penhora de contas bancárias e dos activos associados aos respectivos projectos e o cumprimento de determinados rácios financeiros. Em 31 de Dezembro de 2010, estes financiamentos ascendiam a 624.878 milhares de euros (444,212 milhares de Euros em 31 Dezembro 2009), montantes que já estão incluídos na dívida consolidada do Grupo.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

A análise da rubrica de **Dívida financeira**, por maturidade, é apresentada como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2010 Euro'000	31 Dez 2009 Euro'000
Empréstimos bancários:		
Até 1 ano	202.184	106.172
De 1 ano a 5 anos	215.135	186.423
A mais de 5 anos	284.505	216.176
	701.824	508.771
Suprimentos contraídos:		
Até 1 ano	894	-
De 1 ano a 5 anos	-	-
A mais de 5 anos	2.799.548	2.131.042
	2.800.442	2.131.042
Outros empréstimos:		
Até 1 ano	4.569	4.096
De 1 ano a 5 anos	16.545	17.558
A mais de 5 anos	10.210	11.972
	31.324	33.626
	3.533.590	2.673.439

O justo valor da dívida do Grupo EDP Renováveis é analisado como segue:

	31 Dez 2010		31 Dez 2009	
	Valor de Balanço Euro'000	Valor de Mercado Euro'000	Valor de Balanço Euro'000	Valor de Mercado Euro'000
Dívida financeira de Curto prazo - corrente	207.647	207.647	110.268	110.268
Dívida financeira de Médio/Longo prazo - não corrente	3.325.943	3.178.811	2.563.171	2.532.998
	3.533.590	3.386.458	2.673.439	2.643.266

O valor de mercado da dívida financeira de médio/longo prazo (não corrente) que vence juros a uma taxa fixa é calculado com base nos fluxos de caixa descontados às taxas em vigor à data do balanço. O valor de balanço da dívida a taxa variável é considerado equivalente ao valor de mercado, dado que a taxa está indexada à Euribor. O valor de balanço da dívida financeira de curto prazo é considerado equivalente ao valor de mercado.

À data de 31 de Dezembro de 2010, os pagamentos futuros do capital em dívida são analisados como segue:

	Total Euro'000	2011 Euro'000	2012 Euro'000	2013 Euro'000	2014 Euro'000	2015 Euro'000	Anos seguintes Euro'000
Dívida financeira de Curto prazo - corrente	207.647	207.647	-	-	-	-	-
Dívida financeira de Médio/Longo prazo	3.325.943	-	57.755	60.025	67.003	46.897	3.094.263
	3.533.590	207.647	57.755	60.025	67.003	46.897	3.094.263

O detalhe das garantias encontra-se apresentado na nota 37.

O detalhe da Dívida financeira, por moeda é apresentado como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2010 Euro'000	31 Dez 2009 Euro'000
Empréstimos em Euros	1.844.113	1.352.252
Empréstimos em USD	1.452.120	1.312.944
Empréstimos noutras moedas	237.357	8.243
	3.533.590	2.673.439



demonstrações financeiras

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

31. Benefícios aos empregados

A rubrica de **Benefícios aos empregados** é analisada como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2010 Euro'000	31 Dez 2009 Euro'000
Provisões para responsabilidades e benefícios sociais	36	6
Provisões para responsabilidades com cuidados médicos e outros benefícios	59	53
	95	59

A rubrica de Provisões para responsabilidades e benefícios sociais em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 refere-se exclusivamente a planos de benefícios definidos.

As responsabilidades decorrentes dos planos de pensões e cuidados médicos estão totalmente cobertas pelos activos do plano ou por provisões.

As responsabilidades decorrentes dos planos de pensões e cuidados médicos não têm valor significativo.

Planos de benefícios aos empregados

Algumas empresas do Grupo EDP Renováveis atribuem aos seus colaboradores benefícios pós-reforma, sob a forma de planos de benefícios definidos, nomeadamente, planos que pagam pensões complementares de reforma por idade, invalidez e pensões de sobrevivência bem com pensões por reforma antecipada. Em alguns casos, são também concedidos benefícios de cuidados médicos durante o período de reforma e de reforma antecipada, através de mecanismos complementares aos do Serviço Nacional de Saúde.

Apresentam-se de seguida os planos existentes, com uma breve descrição das suas características e das empresas por eles abrangidas, bem como os seus dados económico-financeiros:

I. Planos de Pensões - Tipo Benefício Definido

As empresas do Grupo EDP Renováveis em Portugal dispõem de um plano de benefícios sociais financiado através de um Fundo de Pensões do Grupo EDP fechado e complementado por provisão específica. O Fundo de Pensões da EDP é gerido pela Pensõesgere, sendo subcontratada a gestão de activos a entidades externas gestoras de activos.

Neste Fundo de Pensões encontram-se incluídas as responsabilidades com complementos de pensões de reforma (idade, invalidez e sobrevivência) bem como as responsabilidades relativas a reformas antecipadas.

Os pressupostos financeiros e actuários utilizados no cálculo das referidas responsabilidades com os planos de pensões foram os seguintes:

Pressupostos	Grupo	
	31 Dez 2010	31 Dez 2009
Taxa de rendimento dos activos	6,00%	6,34%
Taxa de desconto	5,00%	5,20%
Taxa de crescimento dos salários	3,70%	3,70%
Taxa de crescimento das pensões	2,70%	2,70%
Taxa de revalorização dos salários da Segurança Social	1,90%	1,90%
Taxa de inflação	2,00%	2,00%
Tábua de mortalidade	Idade >60 -	Idade >60 -
	TV88/90	TV88/90
	/ Idade <=60	/ Idade<=60
	anos -TV99/01	anos -TV99/01
Tábua de invalidez	50%EKV 80	50%EKV 80
% expectável de adesão dos colaboradores elegíveis à reforma antecipada	40	40

II. Planos de Pensões - Tipo Contribuição Definida

Em Espanha, a EDPR EU dispõe de planos de benefícios sociais complementares aos concedidos pelos Sistemas de Previdência Social para os colaboradores das Empresas, do tipo Contribuição Definida, efectuando, deste modo, em cada ano, uma contribuição para estes planos calculada de acordo com as regras estabelecidas em cada um dos casos.

III. Planos para responsabilidades por cuidados médicos e outros benefícios - Tipo Benefício Definido

Em Portugal, as empresas do Grupo resultantes da cisão da EDP ocorrida em 1994 dispõem de um Plano de Cuidados Médicos totalmente coberto por uma provisão.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades com o Plano de Cuidados Médicos foram os seguintes:

	Grupo	
	31 Dez 2010	31 Dez 2009
Pressupostos		
Taxa de desconto	5,00%	5,20%
Taxa anual de crescimento dos custos com serviços médicos	4,00%	4,00%
Despesas administrativas estimadas por beneficiário por ano (em Euros)	175	150
	Idade >60 - TV88/90	Idade >60 - TV88/90
Tábua de mortalidade	/ Idade<=60 anos -TV99/01	/ Idade<=60 anos -TV99/01
Tábua de invalidez	50%EKV 80	50%EKV 80
% expectável de adesão dos colaboradores elegíveis à reforma antecipada	40	40

A responsabilidade pelo plano médico encontra-se reconhecida nas contas da EDR Renováveis como uma provisão que cobre o valor total da responsabilidade.

32. Provisões para riscos e encargos

A rubrica de **Provisões para riscos e encargos** é analisada como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2010 Euro'000	31 Dez 2009 Euro'000
Provisão para desmantelamento e descomissionamento de parques eólicos	53.156	63.956
Provisão para outros riscos e encargos	631	3.129
	<u>53.787</u>	<u>67.085</u>

Provisão para desmantelamento e descomissionamento refere-se a custos a serem incorridos com o desmantelamento de parques eólicos e restauração de locais e terrenos à sua condição original, em conformidade com a política contabilística descrita na nota 2 o). O montante acima inclui, essencialmente, 28.813 milhares de Euros para parques eólicos nos Estados Unidos da América (31 de Dezembro de 2009: 41.609 milhares de euros), 15.904 milhares de Euros para parques eólicos em Espanha (31 de Dezembro de 2009: 15.053 milhares de euros), 4.610 milhares de euros para parques eólicos em Portugal (31 de Dezembro de 2009: 5.348 milhares de euros), 2.010 milhares de Euros para parques eólicos em França (31 de Dezembro de 2009: 1.738 milhares de euros), 639 milhares de Euros para parques eólicos no Brasil (31 de Dezembro de 2009: 183 milhares de Euros), 399 milhares de Euros para parques eólicos na Bélgica (31 de Dezembro de 2009: 25 milhares de Euros) e 781 milhares de Euros para parques eólicos na Polónia.

A EDP Renováveis considera que as provisões registadas no balanço consolidado cobrem adequadamente os riscos descritos nesta nota, pelo que não se espera que dos mesmos advenham passivos adicionais aos registados.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o Grupo EDP Renováveis não tem quaisquer contingências fiscais ou activos ou passivos contingentes relacionados com litígios pendentes com a Administração Fiscal.

O movimento da Provisão para desmantelamento e descomissionamento é analisado como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2010 Euro'000	31 Dez 2009 Euro'000
Saldo no início do exercício	63.956	47.311
Valor capitalizado durante o exercício e outros	3.771	14.951
Efeito do desconto financeiro	2.872	3.134
Outras variações e diferenças cambiais	-17.443	-1.440
Saldo no final do exercício	<u>53.156</u>	<u>63.956</u>

O movimento da Provisão para outros riscos e encargos é analisado como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2010 Euro'000	31 Dez 2009 Euro'000
Saldo no início do exercício	3.129	2.387
Dotação do exercício	-	1.140
Redução da provisão	-155	-420
Outras variações e diferenças cambiais	-2.343	22
Saldo no final do exercício	<u>631</u>	<u>3.129</u>



demonstrações financeiras

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

33. Investidores institucionais em parques eólicos nos EUA

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2010 Euro'000	31 Dez 2009 Euro'000
Proveitos diferidos relacionados com benefícios previstos	635.271	433.763
Responsabilidades decorrentes de parcerias institucionais em parques eólicos EUA	1.008.777	919.849
	1.644.048	1.353.612

O movimento dos Investidores Institucionais em parques eólicos nos EUA é analisado como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2010 Euro'000	31 Dez 2009 Euro'000
Saldo no início do período	1.353.612	1.096.668
Recebimentos dos investidores institucionais	245.252	334.007
Pagamentos realizados aos investidores institucionais	-16.893	-479
Outros proveitos operacionais	-107.005	-82.728
Efeito do desconto financeiro	64.830	54.147
Diferenças cambiais	104.252	-48.003
Saldo no final do período	1.644.048	1.353.612

O Grupo realizou várias parcerias com investidores institucionais nos Estados Unidos, através de acordos operacionais com sociedades de responsabilidade limitada que distribui os cash flows gerados pelos parques eólicos entre os investidores e a Empresa e distribui os benefícios fiscais, que incluem os Créditos Fiscais à Produção (PTC), Créditos Fiscais ao Investimento (ITC) e a depreciação acelerada, em grande medida aos investidores.

Em 2010, o Grupo EDP, através da sua subsidiária Horizon Wind Energy LLC, obteve 141 milhões de dólares (aproximadamente 106 milhões de Euros) de financiamento de capital institucional da Wells Fargo Vento Holdings LLC ("Wells Fargo") em troca de uma participação no portfólio da Vento III, 99 milhões de dólares (aproximadamente 75 milhões de Euros) em troca de uma participação no portfólio da Vento III e 85 milhões de dólares (aproximadamente 64 milhões de Euros) por uma participação no portfólio da Vento III.

Em 2009, o Grupo EDP, através da sua subsidiária Horizon Wind Energy LLC, obteve 154 milhões de dólares (aproximadamente 111 milhões de Euros) de financiamento de capital institucional em troca de uma participação no portfólio da Vento III, 102 milhões de dólares (aproximadamente 73 milhões de Euros) em troca de uma participação na Vento IV, 117 milhões de dólares (aproximadamente 84 milhões de Euros) em troca de uma participação no portfólio da Vento V e 91 milhões de dólares (aproximadamente 66 milhões de Euros) em troca de uma participação no portfólio da Vento VI.

34. Credores e outros passivos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2010 Euro'000	31 Dez 2009 Euro'000
Credores e outros passivos de curto prazo - Corrente:		
Instrumentos financeiros derivados (Cobertura)	10.673	854
Responsabilidades com opções sobre interesses minoritários	234.754	303.722
Valores a pagar por aquisição de empresas	-	10.356
Valores a pagar por "success fees" relacionados com a aquisição de empresas	3.630	7.327
Outros credores		
- Fornecedores	40.453	42.765
- Outras operações com partes relacionadas	16.257	15.425
- Fornecedores de Imobilizado	612.668	652.236
- Adiantamentos de clientes	83	55
- Bónus a trabalhadores	16.881	11.128
- Outros fornecimentos e serviços	52.775	22.841
- Outros credores e operações diversas	47.608	31.396
	1.035.782	1.098.105

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

	Grupo	
	31 Dez 2010 Euro'000	31 Dez 2009 Euro'000
Credores de médio/longo prazo - Não corrente:		
Credores - Empresas do Grupo	61.806	40.009
Instrumentos financeiros derivados (Cobertura)	162.042	18.848
Responsabilidades com opções sobre interesses minoritários	36.584	61
Valores a pagar por aquisição de Empresas	-	21.230
Valores a pagar por "success fees" relacionados com a aquisição de empresas	76.621	53.034
Subsídios e participações de investimento imobilizado	341.842	162.486
Outros credores:		
- Fornecedores de Imobilizado	1.673	-
- Contratos de venda de energia - EDPR NA	71.991	97.951
- Outros credores e operações diversas	1.432	280
	<u>753.991</u>	<u>393.899</u>

A 31 de Dezembro de 2010, as responsabilidades com opções sobre interesses minoritários - Corrente incluem a opção de venda da Caja Madrid à EDPR EU de 20% do capital da Genesa no montante de 234.754 milhares de Euros equivalente a 20% do "equity value" da Genesa (31 de Dezembro de 2009: 303.722 milhares de Euros) - ver nota 37. A opção foi exercida pela Caja Madrid no período do exercício.

- O período de exercício decorre de 1 de Janeiro de 2010 a 2011, inclusive.
- O contrato engloba o total de acções detidas pela Caja Madrid na empresa Genesa (20%).
- O preço de exercício resultará do valor de mercado determinado com base em acordo de accionistas.

Em 31 de Dezembro de 2010 as responsabilidades com opções sobre interesses minoritários - Não corrente incluem essencialmente a opção de venda da Energia in Natura à EDPR EU de 15% do capital da EDPR Italia no montante de 36.494 milhares de Euros (ver nota 5 e 37).

De acordo com a Lei Espanhola 15/2010 de 5 de Julho, o saldo de fornecedores inclui 15.616 milhares de Euros de passivos com subsidiárias espanholas com data de vencimento, superior a 85 dias dos quais, 1.024 milhares de Euros respeitam a empresas do Grupo.

Os Valores a pagar pela aquisição de subsidiárias Corrente e Não corrente inclui os montantes a liquidar relativos à aquisição da EDPR Itália, do Grupo Relax Wind, EDPR Roménia, Greenwind, Bodzanow, Starozreby, Wyszorod, Elektrownia Wiatrowa Kresy e Elebrás.

Os Instrumentos financeiros derivados (Cobertura) - Não corrente - incluem 144.049 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2009: 1.268 milhares de Euros) relativos a instrumentos de cobertura em dólares e Euros com a EDP Sucursal, contratado com o objectivo de cobrir o risco cambial do investimento realizado na EDPR NA, expresso em dólares (ver nota 36). Nas contas consolidadas, o Grupo EDP Renováveis aplicou o modelo de cobertura de "Net investment" no registo contabilístico desta transacção.

Os subsídios governamentais para investimentos em activos fixos estão essencialmente relacionados com os subsídios recebidos pelo subgrupo Horizon nos termos da Lei de Recuperação e Reinvestimento promovidos pelo Governos dos Estados Unidos da América (ver nota 1). O aumento está maioritariamente relacionado com a atribuição de 169.304 milhares de Euros de subsídios do governo durante 2010 (31 de Dezembro de 2009: 148.901 milhares de Euros).

A rubrica Contratos de venda de energia - EDPR NA corresponde ao justo valor dos contratos celebrados pela EDPR NA com os seus clientes, determinado no âmbito do contrato de venda de Energia (ver nota 7).

35. Impostos a pagar

A rubrica de **Impostos a pagar** é analisada como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2010 Euro'000	31 Dez 2009 Euro'000
Estado e outros entes publicos:		
- Imposto sobre o rendimento	10.122	15.930
- Retenções na fonte	22.474	15.743
- Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	14.169	4.021
- Outras tributações	1.981	1.443
	<u>48.746</u>	<u>37.137</u>

36. Instrumentos financeiros derivados

Nos termos definidos pela IAS 39, o Grupo classifica os instrumentos financeiros derivados como sendo de cobertura de justo valor de um activo ou passivo reconhecido de cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa de passivos reconhecidos e transacções futuras altamente prováveis e de cobertura de investimentos líquidos em unidades operacionais no estrangeiro.



demonstrações financeiras

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Em 2010, o justo valor e a maturidade dos instrumentos financeiros derivados são analisados como segue:

	Justo Valor		Nocional			
	Activo Euro'000	Passivo Euro'000	Até 1 ano Euro'000	De 1 ano até 5 anos Euro'000	Mais de 5 anos Euro'000	Total Euro'000
Cobertura de "Net Investment"						
"Swaps" de taxa de câmbio	-	-145.123	-	59.627	1.826.174	1.885.801
	-	-145.123	-	59.627	1.826.174	1.885.801
Cobertura de fluxos de caixa "Cashflow Hedge"						
"Swaps" de energia	7.438	-7.725	74.039	3.940	-	77.979
"Swaps" de taxa de juro	268	-17.994	106.101	159.221	179.075	444.397
"Forwards" de taxa de câmbio	-	-1.368	38.803	-	-	38.803
	7.706	-27.087	218.943	163.161	179.075	561.179
Negociação						
"Swaps" de energia	1.764	-407	2.032	269	-	2.301
Taxa de juro swaps	-	-98	-	17.381	-	17.381
	1.764	-505	2.032	17.650	-	19.682
	9.470	-172.715	220.975	240.438	2.005.249	2.466.662

Em 2009, o justo valor e a maturidade dos instrumentos financeiros derivados são analisados como segue:

	Justo Valor		Nocional			
	Activo Euro'000	Passivo Euro'000	Até 1 ano Euro'000	De 1 ano até 5 anos Euro'000	Mais de 5 anos Euro'000	Total Euro'000
Cobertura de "Net Investment"						
"Swaps" de taxa de câmbio	-	-1.268	-	-	1.826.174	1.826.174
	-	-1.268	-	-	1.826.174	1.826.174
Cobertura de fluxos de caixa "Cashflow Hedge"						
"Swaps" de energia	17.667	-176	63.294	6.120	-	69.414
"Swaps" de taxa de juro	47	-17.540	35.354	199.395	101.123	335.872
"Forwards" de taxa de câmbio	-	-612	87.661	-	-	87.661
	17.714	-18.328	186.309	205.515	101.123	492.947
Negociação						
"Swaps" de energia	1.494	-106	926	426	-	1.352
	1.494	-106	926	426	-	1.352
	19.208	-19.702	187.235	205.941	1.927.297	2.320.473

A valorização dos instrumentos financeiros derivados é registada nas rubricas de Devedores e outros activos (nota 23) ou Credores e outros passivos (nota 34) consoante o justo valor seja positivo ou negativo, respectivamente.

Os derivados de cobertura de investimentos líquido sem unidades operacionais no estrangeiro dizem respeito à estrutura de financiamento do Grupo para cobertura do risco cambial entre USD e Euros da EDP Sucursal ("Currency interest rate swap" - "CIRS"), conforme referido nas notas 38 e 39. O justo valor é calculado com base em modelos internos, conforme descrito na nota 39.

Os "swaps" de taxa de câmbio para cobertura de fluxos de caixa destinam-se a cobrir o risco cambial da EDPR Polónia, resultante dos contratos de fornecimento definidos em Euros para os quais será necessário o respectivo financiamento em Zloty.

Os "swaps" de energia para cobertura de fluxos de caixa referem-se à cobertura de preço das vendas, congestionamento e perdas de energia na rede. A EDPR NA contratou um "swap" de energia com o objectivo de cobrir a variabilidade do preço no mercado "spot" em relação a uma parte da produção do projecto Maple Ridge I e a EDPR EU para a produção de alguns dos seus parques eólicos. Em alguns mercados energéticos dos Estados Unidos, a EDPR NA encontra-se exposta a congestionamento e perdas de energia na rede que tipicamente tem um impacto negativo no preço de venda de energia nesses mercados. Para cobrir a exposição a estes riscos, a EDPR NA contratou Direitos de Capacidade de Transmissão (Financial Transmission Rights - FTRs) bem como um "swap" que fixa o preço marginal local (Locational Marginal Price - LMP) por um período de 3 anos.

Os "swaps" de taxa de juro destinam-se a fixar as taxas de juro variáveis associadas aos "project finance".

O justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa baseia-se nas cotações fornecidas por entidades externas (bancos de investimento). Estas entidades utilizam modelos de fluxos de caixa descontados utilizados de forma generalizada e informação pública.

Os instrumentos financeiros derivados classificados como de negociação, são contratados para cobertura económica, no entanto, não são elegíveis como instrumentos de cobertura nos termos definidos pela IAS 39.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

As variações no justo valor dos instrumentos de cobertura e dos riscos cobertos foram as seguintes:

Tipo de cobertura	Instrumento de cobertura	Risco coberto	2010		2009	
			Variações justo valor		Variações justo valor	
			Instrumentos Euro'000	Riscos Euro'000	Instrumentos Euro'000	Riscos Euro'000
- "Net Investment"	"Swap" de taxa de juro e taxa de câmbio	Investimentos em subsidiárias denominados em USD e PLN	-143.855	143.855	64.211	-64.211
- "Cashflow hedge"	"Swap" de taxa de juro	Taxa de juro	-233	-	-7.013	-
- "Cashflow hedge"	vendas de taxa de juro	Taxa de juro	-	-	961	-
- "Cashflow hedge"	"Swaps" de energia	Preço da energia	-17.778	-	9.684	-
- "Cashflow hedge"	"Forwards" de taxa de câmbio	Taxa de câmbio	-756	-	-2.139	-
			-162.622	143.855	65.704	-64.211

Os movimentos na reserva de cobertura de fluxos de caixa foram os seguintes:

	31 Dez 2010 Euro'000	31 Dez 2009 Euro'000
Saldo no início do exercício	14.094	16.526
Variações de justo valor		
"Swaps" de taxa de juro	-5.186	-7.013
Opções compradas e vendas sobre taxa de juro	-	961
"Swaps" de energia	-18.448	9.985
"Forwards" de taxa de câmbio	-756	-2.139
Transferências para resultados	-3.222	-4.562
Inefectividade	-32	-35
Interesses minoritários incluídos nas variações de justo valor	-82	371
Saldo no final do exercício	-13.632	14.094

Os ganhos e perdas na carteira de instrumentos financeiros registados em resultados, são os seguintes:

	31 Dez 2010 Euro'000	31 Dez 2009 Euro'000
Cobertura de fluxos de caixa		
Transferências para resultados	3.222	4.562
Inefectividade	32	35
Derivados não elegíveis para contabilidade de cobertura	-234	-3.193
	3.020	1.404

As taxas de juro efectivas para os instrumentos financeiros derivados associados às operações de financiamento durante 2010, foram as seguintes:

	Grupo	
	Moeda	EDP Renováveis Recebe
Contratos de taxa de juro:		
"Swaps" de taxa de juro	EUR	[2,52% - 5,01%]
"Swaps" de taxa de juro	PLN	[0,72% - 1,11%]
		5,41%
		1,00%

As taxas de juro efectivas para os instrumentos financeiros derivados associados às operações de financiamento durante 2009, foram as seguintes:

	Grupo	
	Moeda	EDP Renováveis Recebe
Contratos de taxa de juro:		
"Swaps" de taxa de juro	EUR	[3,00% - 5,01%]
		[0,71% - 3,00%]



demonstrações financeiras

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

37. Compromissos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 os compromissos que não figuram no balanço, referentes a garantias financeiras e reais prestadas, são analisados como segue:

Tipo	Grupo	
	31 Dez 2010 Euro'000	31 Dez 2009 Euro'000
Garantias de natureza financeira		
- EDP Renováveis	19.453	-
- Grupo EDPR EU	2.178	6.341
- Grupo EDPR NA	3.368	3.124
	24.999	9.465
Garantias de natureza operacional		
- EDP Renováveis	538.122	330.227
- Grupo EDPR EU	50.998	190.322
- Grupo EDPR NA	1.304.742	1.093.336
	1.893.862	1.613.885
Total	1.918.861	1.623.350
Garantias reais	12.718	6.284

A dívida financeira do Grupo EDPR, locações e compromissos de compra, são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

	31 Dez 2010				
	Capital em dívida por período				
	Total Euro'000	Menos de 1 ano Euro'000	Entre 1 e 3 anos Euro'000	Entre 3 e 5 anos Euro'000	Mais de 5 anos Euro'000
Dívida financeira (incluindo juros)	4.896.942	377.159	442.334	437.899	3.639.550
Responsabilidades com locações operacionais	769.109	42.363	85.458	84.370	556.918
Compromissos de compra	2.676.437	1.063.288	1.180.820	429.303	3.026
	8.342.488	1.482.810	1.708.612	951.572	4.199.494

	31 Dez 2009				
	Capital em dívida por período				
	Total Euro'000	Menos de 1 ano Euro'000	Entre 1 e 3 anos Euro'000	Entre 3 e 5 anos Euro'000	Mais de 5 anos Euro'000
Dívida financeira (incluindo juros)	3.715.943	225.378	335.045	336.306	2.819.214
Responsabilidades com locações operacionais	460.432	28.498	56.165	53.713	322.056
Compromissos de compra	1.480.277	1.100.036	376.902	3.339	-
	5.656.652	1.353.912	768.112	393.358	3.141.270

As obrigações de compra incluem, essencialmente, dívidas relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da actividade operacional do Grupo. Quando os preços são definidos com base em contratos "forward", estes são utilizados no cálculos dos compromissos contratuais estimados.

As rendas não vencidas de locação operacional estão essencialmente relacionadas com os terrenos onde os parques eólicos são construídos. Normalmente, o prazo da locação têm a duração da vida útil dos parques eólicos.

O Grupo tem compromissos de compra de activos fixos tangíveis e obrigações com contratos de manutenção no valor de 3.055.587 milhares de Euros, relacionados com a aquisição de turbinas de vento para projectos eólicos, actualmente em fase de construção e desenvolvimento, os quais foram contratados com vários fornecedores. O detalhe por ano é apresentado como segue:

	EDPR EU 31 Dez 2010 Euro'000	EDPR NA 31 Dez 2010 Euro'000	Grupo 31 Dez 2010 Euro'000	EDPR EU 31 Dez 2009 Euro'000	EDPR NA 31 Dez 2009 Euro'000	Grupo 31 Dez 2009 Euro'000
Menos de 1 ano	746.606	321.694	1.068.300	694.776	405.790	1.100.566
Entre 1 e 5 anos	820.678	846.680	1.667.358	228.602	180.133	408.735
Mais de 5 anos	3.026	316.903	319.929	-	156.732	156.732
	1.570.310	1.485.277	3.055.587	923.378	742.655	1.666.033

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Com referência em 31 de Dezembro de 2010, o Grupo tem as seguintes responsabilidades/passivos contingentes relacionadas com opções de compra e venda de participações sociais:

- A EDP Renováveis detém, através da sua subsidiária EDPR EU uma opção de venda concedida à Caja Madrid relativamente a todas as acções detidas pela Caja Madrid em empresas pertencentes ao subgrupo EDPR EU (20% da Genesa). A Caja Madrid detém uma opção de venda equivalente sobre a EDPR EU. O preço de exercício será apurado através do valor de mercado determinado no acordo de accionistas. A opção foi exercida pela Caja Madrid no período de exercício (ver nota 34).
- A EDP Renováveis detém, através da sua subsidiária EDPR EU, uma opção de compra sobre a participação detida pela Cajastur na "Quinze Mines" (51% do capital social). A Cajastur detém uma opção de venda equivalente sobre a EDPR EU. Esta opção é exercível no período compreendido entre 1 de Janeiro de 2012 e 1 de Janeiro de 2013 inclusivé, sendo o preço de exercício apurado num processo de avaliação efectuado por bancos de investimento.
- A EDP Renováveis detém, através da sua subsidiária EDPR EU, uma opção de compra de 51% sobre o capital social detido pela Cajastur nas empresas Sauvageons, Le Mee e Petite Pièce. A Cajastur detém uma opção de venda equivalente sobre a EDPR EU. Esta opção é exercível no período compreendido entre 1 de Janeiro de 2014 e 1 de 31 de Dezembro de 2014 inclusivé, sendo o preço de exercício apurado num processo de avaliação efectuado por bancos de investimento.
- A EDP Renováveis detém, através da sua subsidiária Veinco Energía Limpia, S.L., uma opção de compra sobre 8,5% do capital social da Apineli - Aplicaciones Industriales de Energias Limpias, S.L. detidos pela empresa Jorge, S.L.. O preço de exercício é de 900 milhares de Euros e pode ser exercida quando a Jorge, S.L. obtiver as licenças para ampliar os parques eólicos "Dehesa de Coscojar" e "El Águila", até 30 dias após a notificação da condição suspensiva, com data limite até 18 de Abril de 2014.
- A EDP Renováveis detém, através da sua subsidiária EDPR EU, uma opção de compra sobre os 49% de capital social detidos pela Copcisa na Corbera e Vilalba.
- A EDP Renováveis detém, através da sua subsidiária EDPR EU, S.A., uma opção de compra dos restantes 15% do capital social da EDPR Itália, sendo o preço de exercício determinado com base num processo de avaliação a efectuar por bancos de investimento. A Energia in Natura, S.R.L. detém uma opção de venda de 15% do capital social da EDPR Itália, cujo preço de exercício corresponde a 85% do valor de mercado desta participação (ver nota 34). O período de exercício destas opções é de 2 anos após a ocorrência de um dos seguintes eventos:
 - quinto aniversário da execução do acordo de accionistas (27 de Janeiro de 2015);
 - quando a EDPR Itália conseguir construir, desenvolver e operar 350 MW em Itália.
- A EDP Renováveis, detém, através da sua subsidiária EDPR EU, S.A., uma opção de compra sobre os restantes accionistas da Re Plus (WPG, Galilea e Grant Partners) de 10% do seu capital social. O preço de exercício da opção é de 7.500 milhares de Euros. As opções podem ser exercidas: (i) se ocorrer uma mudança na estrutura accionista dos restantes accionistas da Re Plus e (ii) antes do último projecto entrar em funcionamento.
- EDP Renováveis, detém, através da sua subsidiária EDP Renewables Europe, S.A., uma opção de venda de 15% do capital social da Rowy, sobre os outros accionistas. O preço de exercício é de 80% do valor da empresa até ao limite de 5.000 milhares de euros. O período de exercício da opção é o primeiro a ocorrer dos seguintes: (i) dois anos após a data de início da construção ou (ii) 31 de Dezembro de 2019.

38. Partes Relacionadas

O número de acções detidas pelos membros de Órgãos Sociais, no final do exercício, são como segue:

	31 Dez 2010	31 Dez 2009
	N.º de acções	N.º de acções
Conselho de Administração Executivo		
António Luis Guerra Nunes Mexía	4.200	4.200
Ana Maria Machado Fernandes	1.510	1.510
Nuno Maria Pestana de Almeida Alves	5.000	5.000
António Fernando Melo Martins da Costa	1.480	1.480
Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda	620	620
João Manuel de Mello Franco	380	380
Jorge Manuel Azevedo Henriques dos Santos	200	200
José Silva Lopes	760	760
José Fernando Maia de Araújo e Silva	80	80
João José Belard da Fonseca Lopes Raimundo	840	840
	15.070	15.070

Os membros do Conselho de Administração da EDP Renováveis não comunicaram, e o accionista maioritário não tem conhecimento de qualquer conflito de interesses previsto no artigo 229º da "Ley de Sociedades Anónimas".

Os membros da administração do accionista maioritário, em cumprimento com o artigo 229º da "Ley de Sociedades Anónimas", declararam que não exerceram cargos de responsabilidade em empresas com actividade idêntica, semelhante ou complementar à actividade do accionistas maioritário do Grupo EDP Renováveis, e que não exerceram por conta própria ou por conta de outrem qualquer actividade em empresas com actividade idêntica, semelhante ou complementar à actividade da empresa Mãe do Grupo EDP Renováveis, com as seguintes excepções:



demonstrações financeiras

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Nome do membro do Órgão Social	Empresa	Cargo ocupado
António Luis Guerra Nunes Mexia	EDP - Energias de Portugal, S.A.	Presidente do Conselho de Administração Executivo
	EDP - Energias do Brasil, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
	EDP Energías de Portugal, S.A. Sucursal em Espanha	Representante permanente
	EDP Finance BV	Representante
Ana Maria Machado Fernandes	EDP - Energias de Portugal, S.A.	Director
	Energias do Brasil, S.A.	Director
	EDP Renewables Europe, S.L.	Presidente do Conselho de Administração
	Horizon Wind Energy, LLC	Presidente do Conselho de Administração
	EDP Energías de Portugal, S.A. Sucursal em Espanha	Representante permanente
	EDP Finance BV	Representante
	Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A.	Director
	ENEOP - Eólicas de Portugal, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
	EDP Renováveis Brasil, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
António Fernando Melo Martins da Costa	EDP - Energias de Portugal, S.A.	Director
	EDP - Soluções Comerciais, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
	EDP Internacional, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
	Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A.	Director
	EDP Energías de Portugal, S.A. Sucursal em Espanha	Representante permanente
	EDP Finance BV	Representante
	EDP Ásia - Investimentos e Consultoria, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
	EDP- Ásia Soluções Energéticas Limitada	Presidente do Conselho de Administração
	EDP Projectos, SGPS, S.A.	Director
João Manuel Manso Neto	Naturgás Energia, S.A.	Vice-Presidente de Conselho de Administração
	EDP - Energias de Portugal, S.A.	Director
	EDP - Gestão da Produção de Energia, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
	EDP Gás, S.G.P.S., S.A.	Presidente do Conselho de Administração
	EDP Gás II, S.G.P.S., S.A.	Presidente do Conselho de Administração
	EDP Gás III, S.G.P.S., S.A.	Presidente do Conselho de Administração
	EDP Investimentos S.G.P.S., S.A.	Presidente do Conselho de Administração
	EDP Gás GPL - Comércio de Petróleo Liquefeito, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
	EDP Gás.com - Comércio de Gás Natural, S.A.	Director
	EDP Finance, B.V.	Representante

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Nome do membro do Órgão Social	Empresa	Cargo ocupado
Nuno Maria Pestana de Almeida Alves	Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A.	Vice-Presidente do Conselho de Administração e Director Financeiro
	Hidrocantábrico Energia , S.A.U.	Presidente do Conselho de Administração
	Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
	Eléctrica de la Ribera de Ebro, S.L. (Elebro)	Presidente do Conselho de Administração
	Hidrocantábrico Gestión de Energia , S.A.U.	Director
	Enagás SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
	EDP Internacional, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
	Empresa Hidroeléctrica do Guadiana, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
	EDP Energia Ibérica S.A.	Director
	EDP - Energías de Portugal, S.A. Sucursal em Espanha	Representante permanente
	EDP Projectos, SGPS,S.A.	Director
	Balwerk - Consultadoria Económica e Participações, S.U., Lda.	Administrador
	Electricidade de Portugal Finance Company Ireland, Lt.	Director
	EDP - Energias de Portugal, S.A.	Director
	Energias do Brasil, S.A.	Director
	EDP Imobiliária e Participações, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
	EDP Valor - Gestão Integrada de Serviços S.A.	Presidente do Conselho de Administração
	Energia RE, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
	EDP Finance BV	Representante
	Sávida - Medicina Apoiada, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
	SCS–Serviços Complementares de Saúde,S.A.	Presidente do Conselho de Administração
	Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A.	Director
	EDP Estudos e Consultoria, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
	EDP Energías de Portugal, S.A. Sucursal en España	Representante permanente
Manuel Menéndez Menéndez	Naturgás Energía, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
	Enagás, S.A.	Representante permanente
	EDP Renewables Europe, S.L.	Director
	Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A.	Presidente do Conselho de Administração



demonstrações financeiras

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Adicionalmente os membros do Conselho de Administração declararam que não têm investimentos no capital social em empresas com actividade idêntica, semelhante ou complementar à actividade da mãe do Grupo EDP Renováveis, com as seguintes excepções:

Nome do membro do Órgão Social	Empresa	Numero de acções
António Luis Guerra Nunes Mexia	EDP - Energias de Portugal, S.A.	31.000
	EDP - Energias do Brasil, S.A.	1
Ana Maria Machado Fernandes	EDP - Energias do Brasil, S.A.	1
António Fernando Melo Martins da Costa	EDP - Energias de Portugal, S.A.	13.299
João Manuel Manso Neto	EDP - Energias de Portugal, S.A.	1.268
Nuno Maria Pestana de Almeida Alves	EDP - Energias de Portugal, S.A.	80.000
	EDP - Energias do Brasil, S.A.	1
João Manuel de Mello Franco	EDP - Energias de Portugal, S.A.	4.550
	REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.	980
Jorge Manuel Azevedo Henriques dos Santos	EDP - Energias de Portugal, S.A.	2.379

Remunerações dos Órgãos Sociais

De acordo com os estatutos, as remunerações dos membros dos órgãos sociais são fixadas por uma Comissão de Vencimentos nomeada em Assembleia Geral com base na remuneração global autorizada pela Assembleia Geral. O Conselho de Administração Executivo aprova o montante exacto a ser pago a cada administrador com base nesta proposta.

Com referência em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as remunerações atribuídas aos membros do Conselho de Administração Executivo (CAE) foram as seguintes:

	31 Dez 2010	31 Dez 2009
	Euros	Euros
Presidente*	592.939	246.857 *
Membros	565.000	508.750
	1.157.939	755.607

(*) De Maio a Dezembro (apenas componente fixa)

Em 4 de Novembro de 2008 a EDP,S.A. e a EDP Renováveis assinaram um Contrato de Prestação de Serviços de Administração Executivo.

No âmbito deste contrato, a EDP fornece serviços de gestão à EDP Renováveis, incluindo questões relacionadas com a gestão corrente da empresa. Nos termos deste acordo a EDP nomeia quatro pessoas para formar o Comité Executivo da EDP Renováveis, para o qual a EDP Renováveis paga um valor definido pelo Conselho de Administração. Até 30 de Abril de 2009, a remuneração do CEO foi igualmente abrangida por este contrato.

Nos termos deste contrato, a EDP Renováveis regista um crédito para com a EDP, no montante de 836 milhares de euros relativo a serviços de gestão prestados em 2010 (2009: 1.453 milhares de Euros).

Adicionalmente, a remuneração dos membros do Conselho de Administração, definidos como administradores chave é excluído o presidente do Conselho de Administração, foi, em 2010, de 1.252 milhares de Euros (2009: 1.642 milhares de Euros).

Com referência a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 não existem empréstimos concedidos nem adiantamentos a órgãos de gestão.

Saldos e transacções com partes relacionadas

Com referência a 31 de Dezembro de 2010 os activos e passivos com partes relacionadas são analisados como segue:

	Activos Euro'000	Passivos Euro'000	Líquido Euro'000
EDP Energias de Portugal, S.A.	4	15.079	-15.075
EDP - Energias de Portugal, S.A. Sucursal em Espanha (EDP Sucursal)	226.106	156.902	69.204
Empresas do Grupo EDP	45.169	2.803.263	-2.758.094
Empresas do Grupo Hidrocentrábrico	48.498	2.017	46.481
Empresas associadas	132.535	2.266	130.269
Empresas sob controlo conjunto	7.239	840	6.399
Outras	757	2.733	-1.976
	460.308	2.983.100	-2.522.792

Os passivos respeitam essencialmente a empréstimos contraidos pela EDP Renováveis junto da EDP Finance BV no montante de 2.799.548 milhares de Euros.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Com referência a 31 de Dezembro de 2009, os activos e passivos com partes relacionadas são analisados como segue:

	Activos Euro'000	Passivos Euro'000	Líquido Euro'000
EDP Energias de Portugal, S.A.	11.375	5.475	5.900
EDP - Energias de Portugal, S.A. Sucursal em Espanha (EDP Sucursal)	59.294	13.662	45.632
Empresas do Grupo EDP	47.872	2.137.046	-2.089.174
Empresas do Grupo Hidrocentrábrico	18.894	1.493	17.401
Empresas associadas	111.277	-	111.277
Empresas sob controlo conjunto	7.742	840	6.902
Outras	-	239	-239
	256.454	2.158.755	-1.902.301

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, as transacções com partes relacionadas são analisadas como segue:

	Proveitos de exploração Euro'000	Proveitos financeiros Euro'000	Custos de exploração Euro'000	Custos financeiros Euro'000
EDP Energias de Portugal, S.A.	11.664	2.332	-2.929	-3.053
EDP - Energias de Portugal, S.A. Sucursal em Espanha (EDP Sucursal)	-	3.015	-6.969	-1.438
Empresas do Grupo EDP	138.124	756	-3.217	-140.074
Empresas do Grupo Hidrocentrábrico	249.062	-	-4.336	-
Empresas associadas	1.226	2.971	-	-
Empresas sob controlo conjunto	644	4.710	-	-
Outras	5.702	663	-99	-
	406.422	14.447	-17.550	-144.565

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, as transacções com partes relacionadas, são analisadas como segue:

	Proveitos de exploração Euro'000	Proveitos financeiros Euro'000	Custos de exploração Euro'000	Custos financeiros Euro'000
EDP Energias de Portugal, S.A.	23.292	-	-3.500	-700
EDP - Energias de Portugal, S.A. Sucursal em Espanha (EDP Sucursal)	-	11.503	-9.233	-37.558
Empresas do Grupo EDP	120.449	101	-3.853	-43.592
Empresas do Grupo Hidrocentrábrico	158.148	-	-4.804	-51
Empresas associadas	1.094	2.191	-449	-
Empresas sob controlo conjunto	615	3.898	-	-
	303.598	17.693	-21.839	-81.901

Com o objectivo de cobrir o risco cambial existente nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EDP Renováveis bem como nas demonstrações financeiras da EDP Sucursal, o Grupo EDP contratou um "swap" de taxa de juro e moeda ("CIRS") em dólares e em Euros, entre a EDP Renováveis e a EDP Sucursal. Em cada período de reporte, o CIRS é reavaliado ao seu valor justo valor, o que corresponde a uma reavaliação à data da moeda estrangeira, resultando numa cobertura perfeita (reavaliação do investimento na EDPR NA e do financiamento externo em USD). O montante a pagar pela EDP Renováveis à EDP Sucursal em 31 de Dezembro de 2010, relacionado com este CIRS foi de 144.049 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2009: 1.268 milhares de Euros) (ver nota 34 e 36).

O Grupo EDP Renováveis, no âmbito da sua actividade operacional, têm de apresentar garantias a favor de determinados fornecedores. Normalmente, estas garantias são concedidas pela EDP, S.A., através da Sucursal em Espanha. Com referência a 31 de Dezembro de 2010, a EDP, S.A. e a Hidrocentrábrico concederam garantias financeiras (57.951 milhares de Euros, 31 de Dezembro de 2009: 31.114 milhares de Euros) e operacionais (439.195 milhares de Euros, 31 de Dezembro de 2009: 588.860 milhares de Euros), aos seus fornecedores a favor da EDPR EU e da EDPR NA. As garantias operacionais são concedidas na sequência dos compromissos assumidos pela EDPR EU e EDPR NA respeitam na sua maioria à aquisição de activos fixos tangíveis, contratos de fornecimento, turbinas e contratos de energia (contratos de compra de energia) (ver nota 37).

A EDP Renováveis no âmbito da sua actividade realiza transacções comerciais com partes relacionadas em condições normais de mercado.

Em 2010 e 2009, a empresa não tem qualquer obrigação relativa a pensões ou seguros de vida com os seus anteriores ou actuais administradores.

39. Justo valor de activos e passivos financeiros

O justo valor dos instrumentos financeiros é baseado, sempre que disponível, em cotações de mercado. Caso não existam, o justo valor é determinado através de modelos internos, os quais se baseiam em técnicas de fluxos de caixa descontados e em modelos de avaliação de opções, ou através de cotações fornecidas por entidades externas.

Os instrumentos "non-standard" podem necessitar de técnicas alternativas, as quais consideram as suas características e as práticas geralmente aceites pelo mercado, aplicáveis a esses instrumentos. Estes modelos são desenvolvidos considerando as variáveis de mercado que afectam o instrumento subjacente, nomeadamente curvas de rendimento, taxas de câmbio e factores de volatilidade.

Os dados de mercado são obtidos através de fornecedores de dados financeiros (Bloomberg e Reuters).



demonstrações financeiras

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Com referência a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a tabela seguinte apresenta a curva das taxas de juro das principais moedas às quais o Grupo está exposto. Estas taxas de juro foram utilizadas como base para o cálculo do justo valor através dos modelos internos referidos abaixo:

	31 Dez 2010			31 Dez 2009		
	Moedas			Moedas		
	EUR	USD	BRL	EUR	USD	BRL
3 meses	1,01%	0,30%	10,90%	0,70%	0,25%	8,74%
6 meses	1,23%	0,46%	11,61%	0,99%	0,43%	9,22%
9 meses	1,37%	0,61%	11,90%	1,13%	0,71%	9,87%
1 ano	1,51%	0,78%	12,04%	1,25%	0,98%	10,50%
2 anos	1,56%	0,79%	12,27%	1,88%	1,35%	11,86%
3 anos	1,89%	1,26%	12,15%	2,28%	2,00%	12,43%
5 anos	2,49%	2,17%	11,95%	2,81%	2,92%	12,79%
7 anos	2,93%	2,83%	11,85%	3,22%	3,48%	13,10%
10 anos	3,32%	3,41%	11,90%	3,59%	3,93%	13,31%

Os instrumentos de capital não cotados, para os quais não existe uma estimativa fiável e consistente do justo valor através de modelos internos ou externos são reconhecidos ao custo histórico.

Instrumentos financeiros disponíveis para venda e activos financeiros ao justo valor através dos resultados

Os instrumentos financeiros cotados são reconhecidos ao justo valor baseado em preços de mercado. Os instrumentos financeiros para os quais não existe uma estimativa fiável do justo valor são registados no balanço ao custo histórico (nota 19).

Caixa e equivalentes de caixa, clientes e fornecedores

Estes instrumentos financeiros incluem essencialmente activos e passivos financeiros de curto prazo. Dada a sua natureza de curto prazo, à data do balanço o valor contabilístico não difere significativamente do justo valor.

Dívida financeira

O justo valor da dívida financeira é calculado por modelos internos baseados em técnicas geralmente aceites de fluxos de caixa descontados. À data do balanço, o valor dos empréstimos de taxa variável corresponde aproximadamente ao seu justo valor. No caso de empréstimos de taxa fixa, maioritariamente os empréstimos concedidos por empresas do Grupo EDP, o seu justo valor é calculado por modelos internos baseados em fluxos de caixa descontados. As taxas de desconto e as taxas de juro "forward" foram baseadas na curva da taxa de juro de mercado e nas taxas de câmbio divulgadas na nota 28.

Instrumentos financeiros derivados

Todos os instrumentos financeiros derivados são registados ao justo valor. Para os instrumentos financeiros derivados cotados em mercados organizados é utilizado o preço de mercado. Para os instrumentos financeiros derivados "over-the-counter", o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de fluxos de caixa descontados e em modelos de avaliação de opções geralmente aceites pelo mercado, ou pela cotação do vendedor.

"Swap" de taxa de juro e moeda ("CIRS") com a EDP Sucursal (nota 37)

Com o objectivo de cobrir o risco de câmbio resultante do investimento na Horizon, o Grupo efectuou um CIRS em USD e Euros com a EDP Sucursal. Este derivado é apresentado no Balanço ao justo valor, o qual é estimado descontando os fluxos de caixa estimados em USD e Euros. As taxas de desconto e as taxas de juro "forward" foram baseadas na curva das taxas de juro acima mencionadas e as taxas de câmbio USD/EUR são as divulgadas na nota 28. Ver adicionalmente as notas 13, 23 e 27.

O justo valor dos activos e passivos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é analisado da seguinte forma:

	31 Dezembro 2010			31 Dezembro 2009		
	Valor contabilístico	Justo valor	Diferença	Valor contabilístico	Justo valor	Diferença
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
Activos financeiros						
Activos financeiros disponíveis para venda	18.380	18.380	-	12.630	12.630	-
Clientes	143.650	143.650	-	106.148	106.148	-
Devedores e outros activos	666.100	666.100	-	447.697	447.697	-
Instrumentos financeiros derivados	9.470	9.470	-	19.208	19.208	-
Activos financeiros ao justo valor através dos resultados	35.744	35.744	-	37.103	37.103	-
Caixa e equivalentes de caixa (activo)	423.700	423.700	-	443.633	443.633	-
	1.297.044	1.297.044	-	1.066.419	1.066.419	-
Passivos financeiros						
Dívida financeira	3.533.590	3.386.458	-147.132	2.673.439	2.643.266	-30.173
Fornecedores	654.794	654.794	-	695.001	695.001	-
Parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA	1.644.048	1.644.048	-	1.353.612	1.353.612	-
Credores e outros passivos	962.264	962.264	-	1.032.808	1.032.808	-
Instrumentos financeiros derivados	172.715	172.715	-	19.702	19.702	-
	6.967.411	6.820.279	-147.132	5.774.562	5.744.389	-30.173

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

A EDP Renováveis enquadrou a forma como é obtido o justo valor dos seus activos e passivos financeiros reconhecidos ao justo valor. Os níveis apresentados são os seguintes:

- Nível 1 - Justo valor calculado com base na cotação (não ajustada) disponível em mercados activos para os activos e passivos identificados;
- Nível 2 - Justo valor calculado com base em "inputs" de mercado não incluídos no Nível 1, mas que sejam observáveis em mercado para o activo ou passivo, quer directamente (como seja preços) ou indirectamente (como seja derivados de preços);
- Nível 3 - Justo valor dos activos e passivos calculado com base em "inputs" que não são baseados em informação observável em mercado.

	31 Dezembro 2010			31 Dezembro 2009		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Activos financeiros						
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	18.380	-	-	12.630
Clientes	-	143.650	-	-	106.148	-
Devedores e outros activos	-	666.100	-	-	447.697	-
Instrumentos financeiros derivados	-	9.470	-	-	19.208	-
Activos financeiros ao justo valor através dos resultados	35.335	409	-	33.012	4.091	-
Caixa e equivalentes de caixa (activo)	-	423.700	-	-	443.633	-
	35.335	1.243.329	18.380	33.012	1.020.777	12.630
Passivos financeiros						
Dívida financeira	-	3.386.458	-	-	2.643.266	-
Parcerias institucionais em parques eólicos	-	1.644.048	-	-	1.353.612	-
Credores e outros passivos	-	690.926	271.338	-	729.025	303.783
Fornecedores	-	654.794	-	-	695.001	-
Instrumentos financeiros derivados	-	172.715	-	-	19.702	-
	-	6.548.941	271.338	-	5.440.606	303.783

Com referência a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 o movimento verificado nos activos e passivos financeiros dentro do Nível 3 são analisados como segue:

	Activos financeiros disponíveis para venda		Credores e outros passivos	
	31 Dez 2010	31 Dez 2009	31 Dez 2010	31 Dez 2009
Saldo no início do exercício	12.630	12.501	303.783	258.925
Ganhos/ (Perdas) em outros rendimentos integrais	-934	912	-	-
Aquisições	6.684	-	36.584	-
Alteração do justo valor	-	-	-69.029	44.858
Transferências e outras variações	-	-783	-	-
Saldo no fim do exercício	18.380	12.630	271.338	303.783

40. Eventos relevantes e subsequentes

Não há eventos subsequentes relevantes ocorridos até 24 de Fevereiro de 2011.

41. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, que entraram em vigor e que o Grupo aplicou nas suas Demonstrações Financeiras Consolidadas, podem ser analisadas como segue:

IAS 39 (alterada) — Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração - activos e passivos elegíveis para cobertura

O Grupo não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta norma.

IFRS 1 (alterada) — Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro IAS 27- Demonstrações Financeiras consolidadas e separadas

O Grupo não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta norma.

IFRS 2 (Alterada) - Pagamento em Acções

O Grupo não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta norma.

IFRS 3 (revista) — Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 (alterada) - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas;

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Janeiro de 2008 a IFRS 3 (revista) - Concentrações de actividades empresariais, com data efectiva de aplicação obrigatória para os exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua aplicação antecipada permitida.



demonstrações financeiras

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Os principais impactos das alterações a estas normas correspondem: (i) ao tratamento de aquisições parciais, em que os interesses sem controlo (antes denominados de interesses minoritários) poderão ser mensurados ao justo valor (o que implica também o reconhecimento do goodwill atribuível aos interesses sem controlo) ou como parcela atribuível aos interesses sem controlo do justo valor dos capitais próprios adquiridos (tal como actualmente requerido); (ii) aos step acquisition em que as novas regras obrigam, aquando do cálculo do goodwill, à reavaliação, por contrapartida de resultados, do justo valor de qualquer interesse sem controlo detido previamente à aquisição tendente à obtenção de controlo; (iii) ao registo dos custos directamente relacionados com uma aquisição de uma subsidiária que passam a ser directamente imputados a resultados; (iv) aos preços contingentes cuja alteração de estimativa ao longo do tempo passa a ser registada em resultados e não afecta o goodwill e (v) às alterações das percentagens de subsidiárias detidas que não resultam na perda de controlo as quais passam a ser registadas como movimentos de capitais próprios.

Adicionalmente, das alterações ao IAS 27 resulta ainda que as perdas acumuladas numa subsidiária passarão a ser atribuídas aos interesses sem controlo (reconhecimento de interesses sem controlo negativos) e que, aquando da alienação de uma subsidiária, tendente à perda de controlo qualquer interesse sem controlo retido é mensurado ao justo valor determinado na data da alienação.

O Grupo adoptou a IFRS 3 revista e a IAS 27 alterada para as aquisições feitas a partir de 1 de Janeiro de 2010.

IFRIC 12 — Contratos de Concessão de Serviços

O Grupo não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção destas alterações.

IFRIC 15 — Acordos para a construção de imóveis

O Grupo não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção destas alterações.

IFRIC 16 — Cobertura de um investimento líquido numa unidade Operacional Estrangeira

O Grupo não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção destas alterações.

IFRIC 17 — Distribuições em espécie a accionistas

O Grupo não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção destas alterações.

IFRIC 18 — Transferências de activos de clientes

O Grupo não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção destas alterações.

"Annual Improvement Project"

O IASB publicou o "Annual Improvement Project" o qual alterou as seguintes normas:

- Alterações à IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras"
- Alterações à IAS 7 - "Demonstração dos Fluxos de Caixa"
- Alterações à IAS 17 - "Locações"
- Alterações à IAS 36 - "Imparidade de activos"
- Alterações à IAS 38 - "Activos intangíveis"
- Alterações à IAS 39 - "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração"
- Alterações à IFRS 2 - "Pagamento com base em acções"
- Alterações à IFRS 5 - "Activos Não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas."
- Alterações à IFRS 8 - "Segmentos operacionais"
- Alterações à IFRIC 9 - "Reavaliação dos Derivados Embutidos"
- Alterações à IFRIC 16 - "Cobertura de Investimento líquido numa unidade operacional estrangeira"

O Grupo decidiu não aplicar antecipadamente as seguintes Normas e Interpretações:

- IAS 24 (Revista) - "Divulgações de Partes Relacionadas"; (para exercícios findos após 1 de Janeiro de 2010)
- IAS 32 (Revista) - "Divulgações de instrumentos financeiros derivados"; (para exercícios findos após 1 de Janeiro de 2011)
- IFRS 1 (Alterada) - "Isenção da obrigação de apresentar divulgações comparativas de acordo com a IFRS 7 para a adopção pela primeira vez"; (para exercícios findos após 30 de Junho de 2010)
- IFRS 8 - "Segmentos operacionais"; (para exercícios findos após 1 de Janeiro de 2010)
- IFRIC 14 (Alterada) - "Requisitos de financiamento mínimo"; (para exercícios findos após 1 de Janeiro de 2011)
- IFRIC 19 (Alterada) - "Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais"; (para exercícios findos após 1 de Julho de 2010)

As seguintes normas e interpretações foram recentemente aprovadas pela UE. O Grupo EDPR encontra-se a avaliar o impacto da adopção destas normas e interpretações não esperando impactos significativos.

- IFRS 9 - "Instrumentos financeiros"; (exercícios findos após 1 de Janeiro de 2013)
- IFRS 7 (Alterada) - "Instrumentos financeiros: Divulgações"; (exercícios findos após 1 de Julho de 2011)
- Annual Improvement Project (emitido em Maio 2010);
- IAS 12 (Alterado) - "Impostos diferidos: Recuperação activos subjacentes"; (exercícios findo após 1 de Janeiro de 2012)
- IFRS 1 (Alterada) - "Isenção para Hiperinflação severa e renovação da datas fixas". (exercícios findos após 1 de Julho de 2011)

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção destas normas e interpretações.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

42. Matérias ambientais

As despesas de carácter ambiental são as identificadas e incorridas para evitar, reduzir ou reparar danos de carácter ambiental, que decorram da actividade normal do Grupo.

As despesas de carácter ambiental são registadas nos custos do exercício, excepto se se qualificarem para reconhecimento como um activo, conforme determinado pela IAS 16.

Durante o exercício, o Grupo reconheceu despesas em resultados do exercício referentes a custos com o plano de gestão ambiental:

	Grupo	
	31 Dez 2010 Euro'000	31 Dez 2009 Euro'000
Investimento na área do ambiente	1.802	4.500
	1.802	4.500

Em 2008 iniciou-se o desenvolvimento de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA). O objectivo do SGA é incentivar as boas práticas ambientais, na protecção dos recursos naturais e gestão de resíduos e desperdícios, com o compromisso de melhoria da performance ambiental.

Na Europa, a EDP Renováveis renovou a certificação obtida para trinta e três dos seus parques eólicos (958 MW) em funcionamento nos termos da ISO 14001.

Conforme referido na política contabilística 2 o), o Grupo regista provisões para desmantelamento e descomissionamento dos activos fixos tangíveis quando existe uma obrigação legal ou contratual para descomissionar e desmantelar os activos no final da sua vida útil. Consequentemente, o Grupo registou provisões para activos fixos tangíveis relacionados com a produção de energia eólica para fazer face às responsabilidades de repor os terrenos para o seu estado original, no montante de 53.156 milhares de Euros com referência a 31 de Dezembro de 2010 (63.956 milhares de Euros em 31 Dezembro de 2009) (ver nota 32).

43. Relato por segmentos

O Grupo produz energia a partir de fontes renováveis e têm quatro segmentos reportáveis que são as unidades de negócio estratégicas do Grupo em Portugal, Espanha, resto da Europa e E.U.A.. As unidades de negócio estratégicas têm actividade em zonas geográficas distintas, e são geridas de forma independente dado as suas diferentes características na sua maioria como consequência das diferentes regulamentações em cada zona. Para cada uma das unidades de negócio estratégicas, o CEO do Grupo analisa relatórios de gestão interna numa base trimestral.

Outras operações incluem as empresas do subgrupo EDPR Brasil, os investimentos financeiros e restantes actividades (Centrais de biomassa e mini-hídricas), não incluídas nos segmentos reportáveis. Nenhum destes segmentos preenche os limites quantitativos para a determinação de segmentos reportáveis em 2010 ou 2009.

As políticas contabilísticas dos segmentos reportáveis são as mesmas descritas na nota 3. As informações respeitantes aos resultados de cada segmento reportável estão incluídas no apêndice 2. O desempenho é mensurado com base nos lucros do segmento, conforme incluídos nos relatórios de gestão interna, que são revistos pelo CEO do Grupo. Os lucros, de cada segmento reportável, são usados para medir o desempenho uma vez que a administração considera que essa informação é a mais relevante na avaliação dos resultados de determinados segmentos face a outras entidades que operam neste sector. A política de preços inter-segmento é determinada numa base de mercado (*arm's length basis*).

Um segmento de negócio é uma componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é uma componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operam em ambientes económicos diferentes.

O Grupo produz energia a partir de fontes renováveis em diversos locais e a sua actividade é gerida com base nos seguintes segmentos de negócios:

- Portugal - Inclui essencialmente empresas do grupo EDP Renováveis Portugal;
- Espanha - Inclui empresas do grupo EDPR EU com actividade em Espanha;
- Resto da Europa - Inclui empresas do grupo EDPR EU com actividade em França, Polónia, Bélgica, Roménia e Itália;
- Estados Unidos da América inclui as empresas pertencentes ao grupo EDPR NA;
- Outros - Inclui as empresas pertencentes ao grupo EDPR Brasil, os investimentos financeiros e as restantes actividades (Centrais de Biomassa e Mini-hídricas) não incluídas nos segmentos de negócio.

O segmento "Ajustamentos" diz respeito a ajustamentos de anulação dos investimentos financeiros nas subsidiárias do Grupo EDPR e outros ajustamentos de consolidação e intra-segmento.

Definição de segmento

Os valores reportados para cada segmento de negócio resultam da agregação das subsidiárias e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, bem como a anulação das transacções intra-segmentos.

As rubricas do balanço de cada subsidiária e de cada unidade de negócio são determinadas com base nos montantes registados directamente nas empresas que compõem o segmento incluindo a anulação dos saldos intra-segmentos, não sendo efectuados quaisquer ajustamentos de imputação inter-segmentos.

As rubricas da demonstração de resultados para cada segmento de negócio têm subjacentes os montantes contabilizados directamente nas demonstrações financeiras das empresas e unidades de negócio respectivas corrigida da anulação das transacções intra-segmentos.



demonstrações financeiras

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

44. Honorários de auditoria e outros

A KPMG auditou as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo EDP Renováveis em 2010 e 2009. Esta empresa e outras entidades e pessoas relacionadas de acordo com a Lei 19/188 de 12 de Julho, facturaram honorários e despesas por serviços profissionais relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, de acordo como o seguinte detalhe (montante em milhares de euros):

31 Dezembro 2010						
	Portugal	Espanha	Brasil	Estados Unidos da América	Outros	Total
Auditoria e Revisão Legal de Contas	193	690	69	728	221	1.901
Serviços e Garantia e Fiabilidade	210	52	-	174	13	449
	403	742	69	902	234	2.350
Serviços de Consultoria fiscal	-	17	-	481	-	498
Outros serviços que não de revisão legal de contas	1	-	-	-	-	1
	1	17	-	481	-	499
Total	404	759	69	1.383	234	2.849

31 Dezembro 2009						
	Portugal	Espanha	Brasil	Estados Unidos da América	Outros	Total
Auditoria e Revisão Legal de Contas	74	780	36	694	218	1.802
Serviços e Garantia e Fiabilidade	-	100	-	202	14	316
	74	880	36	896	232	2.118
Serviços de Consultoria fiscal	12	337	-	666	6	1.021
Outros serviços que não de revisão legal de contas	-	-	-	-	-	-
	12	337	-	666	6	1.021
Total	86	1.217	36	1.562	238	3.139

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

ANEXO 1

As empresas subsidiárias consolidadas pelo método integral em 31 de Dezembro de 2010 são as seguintes:

Empresas Subsidiárias	Sede	% Indirecta	% Direitos de Voto	Auditor
Holding do Grupo:				
EDP Renováveis, S.A.	Oviedo	100,00%	100,00%	KPMG
Empresa-Mãe:				
EDP Renewables Europe, S.L.	Oviedo	100,00%	100,00%	KPMG
Actividade eléctrica - Portugal:				
EDP Renováveis Portugal, S.A.	Porto	100,00%	100,00%	KPMG
Eólica da Alagoa, S.A.	Arcos Valdevez	59,99%	59,99%	KPMG
Eólica de Montenegrelo, Lda	Vila Pouca de Aguiar	50,10%	50,10%	KPMG
Eólica da Serra das Alturas, S.A.	Botlicas	50,10%	50,10%	KPMG
Malhadizes - Energia Eólica, S.A.	Porto	100,00%	100,00%	KPMG
Actividade eléctrica - Espanha:				
Acampo Arias,S.L.	Saragoça	98,19%	98,19%	KPMG
Agrupación Eólica SLU	Saragoça	100,00%	100,00%	KPMG
Parque Eólico Plana de Artajona, SLU	Saragoça	100,00%	100,00%	Não auditada
Compañía Eólica Campo de Borja, S.A.	Saragoça	75,83%	75,83%	KPMG
Cía. Eléctrica de Energías Renovables Alternativas, SAL	Saragoça	100,00%	100,00%	Deloitte
Ceprastur AIE *	Oviedo	56,76%	56,76%	Não auditada
Corporación Empresarial de Renovables Alternativas, SLU	Saragoça	100,00%	100,00%	Não auditada
Parc Eòlic de Coll de Moro, S.L.	Barcelona	60,00%	100,00%	KPMG
D.E. Almachal, SAL *	Cádiz	100,00%	100,00%	KPMG
D.E. Buenavista, SAL *	Cádiz	100,00%	100,00%	KPMG
Desarrollos Catalanes Del Viento,S.L.	Barcelona	60,00%	60,00%	KPMG
D.E. de Corme, S.A. *	Corunha	100,00%	100,00%	KPMG
D.E. Dumbria, SAL *	Corunha	100,00%	100,00%	KPMG
Desarrollos Eólicos de Galicia, S.A. *	Corunha	100,00%	100,00%	KPMG
D.E. de Lugo, SAL *	Lugo	100,00%	100,00%	KPMG
Desarrollos Eólicos Promoción S.A.U. *	Sevilha	100,00%	100,00%	KPMG
D.E. Rabosera, S.A. *	Huesca	95,00%	95,00%	KPMG
Desarrollos Eólicos, S.A. *	Sevilha	100,00%	100,00%	KPMG
D.E. de Tarifa, SAL *	Cádiz	100,00%	100,00%	KPMG
Eólica Don Quijote, S.L. *	Albacete	100,00%	100,00%	KPMG
Eólica Dulcinea, S.L. *	Albacete	100,00%	100,00%	KPMG
Eolica Alfaz, S.L. *	Madrid	84,98%	84,98%	KPMG
Eólica Arlanzón, S.A. *	Madrid	77,50%	77,50%	KPMG
Eólica Campollano, S.A. *	Madrid	75,00%	75,00%	KPMG
Eneroliva, S.A. *	Sevilha	100,00%	100,00%	Não auditada
Eolica Fontesilva, S.L. *	Coruña	100,00%	100,00%	KPMG
Hidroeléctrica Fuentermosa S.L. *	Oviedo	100,00%	100,00%	Não auditada
Parques de Generación Eólica, S.L.	Burgos	60,00%	60,00%	KPMG
Generaciones Especiales I, S.L.	Madrid	100,00%	80,00%	KPMG
Ceasa Promociones Eólicas, SLU	Saragoça	100,00%	100,00%	KPMG
Subgrupo Veinco	Saragoça	100,00%	100,00%	Não auditada
Eolica Guadalleba, S.L.	Sevilha	100,00%	100,00%	KPMG
Hidroeléctrica Gormaz S.A. *	Salamanca	75,00%	75,00%	Não auditada
Iberia Aprovechamientos Eólicos, SAL	Saragoça	100,00%	100,00%	KPMG
Investigación y Desarrollo de Energías Renovables, S. L.	León	59,59%	59,59%	KPMG
Industrias Medioambientales Río Carrión, S.A. *	Madrid	90,00%	90,00%	Não auditada
Eolica La Janda, S.L. *	Madrid	100,00%	100,00%	KPMG
Eolica La Navica, S.L.	Madrid	100,00%	100,00%	KPMG
Parque Eólico Los Cantales, SLU	Saragoça	100,00%	100,00%	KPMG
Parc Eolic Molinars S.L.	Girona	54,00%	90,00%	Não auditada
Molino de Caragüeyes,S.L.	Saragoça	80,00%	80,00%	KPMG
Parque Eólico Montes de Castejón, S.L.	Saragoça	100,00%	100,00%	Não auditada
Muxia I e II *	Coruña	100,00%	100,00%	Não auditada
NEO Energia Aragón S.L.	Madrid	100,00%	100,00%	KPMG
NEO Catalunya, S.L.	Barcelona	100,00%	100,00%	KPMG
Neomai Inversiones SICAV, S.A.	Madrid	100,00%	100,00%	PWC
Parque Eólico Santa Quiteria, S.L. *	Huesca	58,33%	58,33%	KPMG
Parque Eólico Belchite, S.L. *	Saragoça	100,00%	100,00%	KPMG
Parques Eólicos del Cantábrico, S.A. *	Oviedo	100,00%	100,00%	KPMG
Parque Eólico La Sotonera, S.L. *	Saragoça	64,84%	64,84%	KPMG
Parque Eólico Altos del Voltoya, S.A.	Madrid	61,00%	61,00%	KPMG



demonstrações financeiras

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Empresas Subsidiárias	Sede	% Indirecta	% Direitos de Voto	Auditor
Actividade eléctrica - Espanha:				
Eolica de Radona S.L. *	Madrid	100,00%	100,00%	KPMG
Rasacal Cogeneración S.A. *	Madrid	60,00%	60,00%	Não auditada
Siesa Renovables Canarias, S.L. *	Gran Canaria	100,00%	100,00%	Não auditada
Renovables Castilla La Mancha S.A. *	Albacete	90,00%	90,00%	KPMG
Hidroeléctrica del Rumbiar S.L. *	Madrid	80,00%	80,00%	Não auditada
Eolica Sierra Avila, S.L. *	Madrid	89,99%	89,99%	KPMG
Sinae Inversiones Eólicas S.A. *	Madrid	100,00%	100,00%	KPMG
Sotromal, S.A. *	Soria	90,00%	90,00%	Não auditada
Parc Eólic de Torre Madrina, S.L.	Barcelona	60,00%	100,00%	KPMG
Tratamientos Medioambientales del Norte, S.A.	Madrid	80,00%	80,00%	Não auditada
Santa Quiteria Energia, S.L.U. *	Saragoça	100,00%	100,00%	Não auditada
Bon Vent de Corbera, S.L.	Barcelona	100,00%	100,00%	KPMG
Bon Vent de Vilalba, S.L.	Barcelona	100,00%	100,00%	KPMG
Parc Eólic de Vilalba dels Arcs, S.L.	Barcelona	60,00%	100,00%	KPMG
Aprofitament D'Energies Renovables de la Terra Alta, S.A.	Barcelona	48,70%	60,63%	KPMG
Parc Eolic Coll de la Garganta, S.L.	Barcelona	100,00%	100,00%	KPMG
Eólica Curiscao Pumar, S.A.	Madrid	100,00%	100,00%	KPMG
Desarrollos Eólicos de Teruel, S.L.	Saragoça	51,00%	51,00%	Não auditada
Eólica Garcimuñoz, S.L.	Madrid	100,00%	100,00%	Não auditada
Energías Eólicas La Manchuela, S.L.U. *	Madrid	100,00%	100,00%	KPMG
Sierra de la Peña, S.A.	Madrid	84,90%	84,90%	KPMG
Bon Vent de L'Ebre, S.L.	Barcelona	100,00%	100,00%	KPMG
Parc Eolic Serra Voltorera, S.L.	Barcelona	100,00%	100,00%	KPMG
Actividade eléctrica - França:				
Parc Eolien D'Ardennes, SARL	Elbeuf	100,00%	100,00%	Não auditada
Parc Eolien du Clos Bataille, SAS	Elbeuf	100,00%	100,00%	Não auditada
Eolienne des Bocages, SARL	Elbeuf	100,00%	100,00%	Não auditada
Eolienne de Callengeville, SAS	Elbeuf	100,00%	100,00%	EXCO
CE Canet-Pont de Salars, SAS	Paris	100,00%	100,00%	KPMG
Parc Eolien des Longs Champs, SARL	Elbeuf	100,00%	100,00%	Não auditada
Eolienne D'Etalondes, SARL	Elbeuf	100,00%	100,00%	Não auditada
CE Gueltas Noyal-Pontivy, SAS	Paris	100,00%	100,00%	KPMG
Parc Eolien de La Hetroye, SAS	Elbeuf	100,00%	100,00%	EXCO
SOCPE Le Mee, SARL	Toulouse	100,00%	49,00%	KPMG
Parc Eolien de Mancheville, SARL	Elbeuf	100,00%	100,00%	Não auditada
EDP Renewables France, SAS	Paris	100,00%	100,00%	KPMG
C.E. Patay, SAS	Paris	100,00%	100,00%	KPMG
Parc Eolien des Bocages, SARL	Elbeuf	100,00%	100,00%	Não auditada
SOCPE Petite Piece, SARL	Toulouse	100,00%	49,00%	KPMG
Plouvien Breiz, SAS	Carhaix	100,00%	100,00%	Deloitte
Parc Eolien de Roman, SARL	Elbeuf	100,00%	100,00%	Não auditada
C.E. Saint Barnabe, SAS	Paris	100,00%	100,00%	KPMG
Eolienne de Saugueuse, SARL	Elbeuf	100,00%	100,00%	Não auditada
SOCPE Sauvageons, SARL	Toulouse	100,00%	49,00%	KPMG
C.E. Segur, SAS	Paris	100,00%	100,00%	KPMG
Centrale Eolienne Neo Truc L'Homme, SAS	Paris	100,00%	100,00%	KPMG
Parc Eolien de Varimpre, SAS	Elbeuf	100,00%	100,00%	EXCO
Parc Eolien des Vatines, SAS	Elbeuf	100,00%	100,00%	EXCO
Mardelle, SARL	Toulouse	100,00%	100,00%	Não auditada
Quinze Mines, SARL	Toulouse	100,00%	49,00%	Não auditada
Vallée du Moulin, SARL	Toulouse	100,00%	100,00%	Não auditada
Actividade eléctrica - Polónia:				
Elektrownia Wiatrowa Kresy I SP ZOO	Warsaw	100,00%	100,00%	Não auditada
EDP Renewables Polska SP ZOO	Warsaw	100,00%	100,00%	KPMG
Relax Wind Park I SP ZOO	Warsaw	96,43%	96,43%	KPMG
Relax Wind Park II SP ZOO	Warsaw	51,00%	51,00%	Não auditada
Relax Wind Park III SP ZOO	Warsaw	100,00%	100,00%	KPMG
Relax Wind Park IV SP ZOO	Warsaw	51,00%	51,00%	Não auditada
Farma Wiatrowa Bodzanow SP ZOO	Warsaw	100,00%	100,00%	Não auditada
Karpacka Mala Energetyka SP ZOO	Warsaw	100,00%	100,00%	Não auditada
Farma Wiatrowa Starozreby SP ZOO	Warsaw	100,00%	100,00%	Não auditada
Farma Wiatrowa Wyszogrod SP ZOO	Warsaw	100,00%	100,00%	Não auditada
Actividade eléctrica - Bélgica:				
Greenwind S.A.	Louvain-la-Neuve	70,00%	70,00%	KPMG

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Empresas Subsidiárias	Sede	% Indirecta	% Direitos de Voto	Auditor
Actividade eléctrica - Brasil:				
EDP Renováveis Brasil, S.A.	São Paulo	55,00%	55,00%	KPMG
Central Nacional de Energia Eólica, S.A. (Cenaeel)	São Paulo	55,00%	100,00%	KPMG
Elebrás Projectos, Ltda	São Paulo	55,00%	100,00%	Não auditada
Actividade eléctrica - Roménia:				
Cernavoda Power SRL	Bucareste	85,00%	85,00%	KPMG
EDP Renewables Romania, S.R.L.	Bucareste	85,00%	85,00%	KPMG
Actividade eléctrica - Holanda:				
Tarcan. B.V.	Amesterdão	100,00%	100,00%	KPMG
Actividade eléctrica - Reino Unido:				
EDPR UK Limited	Cardiff	100,00%	100,00%	KPMG
Moray Offshore Renewables Limited	Cardiff	75,00%	75,00%	KPMG
MacColl Offshore Windfarm Limited	Cardiff	75,00%	100,00%	KPMG
Stevenson Offshore Windfarm Limited	Cardiff	75,00%	100,00%	KPMG
Telford Offshore Windfarm Limited	Cardiff	75,00%	100,00%	KPMG
Actividade eléctrica - Itália:				
EDP Renewables Italia, S.R.L.	Varese	100,00%	100,00%	KPMG
Repano Wind S.R.L.	Varese	100,00%	100,00%	KPMG
Re Plus - S.R.L.	Varese	80,00%	80,00%	KPMG
Actividade eléctrica - Canadá:				
EDP Renewables Canada, Ltd	Ontario	100,00%	100,00%	Não auditada
Empresa-Mãe:				
Horizon Wind Energy LLC	Texas	100,00%	100,00%	KPMG
Actividade eléctrica - EUA:				
Wind Turbine Prometheus, LP	California	100,00%	100,00%	Não auditada
Cloud County Wind Farm, LLC	Kansas	100,00%	100,00%	KPMG
Whitestone Wind Purchasing, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Blue Canyon Windpower II, LLC	Oklahoma	100,00%	100,00%	KPMG
Blue Canyon Windpower V, LLC	Oklahoma	100,00%	100,00%	KPMG
Horizon Wind Energy International, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Pioneer Prairie Wind Farm I, LLC	Iowa	100,00%	100,00%	KPMG
Sagebrush Power Partners, LLC	Washington	100,00%	100,00%	KPMG
Telocasef Wind Power Partners, LLC	Oregon	100,00%	100,00%	KPMG
High Trail Wind Farm, LLC	Illionois	100,00%	100,00%	KPMG
Marble River, LLC	Nova Iorque	100,00%	100,00%	Não auditada
Rail Splitter, LLC	Illionois	100,00%	100,00%	KPMG
Blackstone Wind Farm, LLC	Illionois	100,00%	100,00%	Não auditada
Aroostook Wind Energy LLC	Maine	100,00%	100,00%	Não auditada
Jericho Rise Wind Farm, LLC	Nova Iorque	100,00%	100,00%	Não auditada
Madison Windpower, LLC	Nova Iorque	100,00%	100,00%	KPMG
Mesquite Wind, LLC	Texas	100,00%	100,00%	KPMG
Martinsdale Wind Farm, LLC	Colorado	100,00%	100,00%	Não auditada
Post Oak Wind, LLC	Texas	100,00%	100,00%	KPMG
BC Maple Ridge Wind, LLC	Texas	100,00%	100,00%	KPMG
High Prairie Wind Farm II, LLC	Minnesota	100,00%	100,00%	KPMG
Arlington Wind Power Project, LLC	Oregon	100,00%	100,00%	KPMG
Signal Hill Wind Power Project, LLC	Colorado	100,00%	100,00%	Não auditada
Tumbleweed Wind Power Project, LLC	Colorado	100,00%	100,00%	Não auditada
Old Trail Wind Farm, LLC	Illionois	100,00%	100,00%	KPMG
OPQ Property, LLC	Illionois	100,00%	100,00%	Não auditada
Meadow Lake Wind Farm, LLC	Indiana	100,00%	100,00%	Não auditada
Wheatfield Wind Power Project, LLC	Oregon	100,00%	100,00%	Não auditada
2007 Vento I, LLC	Texas	100,00%	100,00%	KPMG
2007 Vento II, LLC	Texas	100,00%	100,00%	KPMG
2008 Vento III, LLC	Texas	100,00%	100,00%	KPMG
2009 Vento IV, LLC	Texas	100,00%	100,00%	KPMG
2009 Vento V, LLC	Texas	100,00%	100,00%	KPMG



demonstrações financeiras

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Empresas Subsidiárias	Sede	% Indirecta	% Direitos de Voto	Auditor
Actividade eléctrica - EUA:				
2009 Vento VI, LLC	Texas	100,00%	100,00%	KPMG
2010 Vento VII, LLC	Texas	100,00%	100,00%	KPMG
2010 Vento VIII, LLC	Texas	100,00%	100,00%	KPMG
2010 Vento IX, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Horizon Wind Ventures I, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Horizon Wind Ventures II, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Horizon Wind Ventures III, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Horizon Wind Ventures VI, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Horizon Wind Ventures VII, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Horizon Wind Ventures VIII, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Horizon Wind Ventures IX, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Horizon Wind Ventures IB, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Horizon Wind Ventures IC, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Clinton County Wind Farm, LLC	Nova Iorque	100,00%	100,00%	Não auditada
BC2 Maple Ridge Holdings, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Cloud West Wind Project, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Five-Spot, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Alabama Ledge Wind Farm, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Antelope Ridge Wind Power Project, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Arkwright Summit Wind Farm LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Ashford Wind Farm, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Athena-Weston Wind Power Project, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Black Prairie Wind Farm, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Blackstone Wind Farm II, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Blackstone Wind Farm III, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Blackstone Wind Farm IV, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Blackstone Wind Farm V, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Blue Canyon Windpower III, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Blue Canyon Windpower IV, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Blue Canyon Windpower VI, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Broadlands Wind Farm II, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Broadlands Wind Farm III, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Broadlands Wind Farm, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Chateaugay River Wind Farm, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Cropsey Ridge Wind Farm, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Crossing Trails Wind, Power Project, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Dairy Hills Wind Farm, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Diamond Power Partners, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Ford Wind Farm, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Gulf Coast Windpower Management Company, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Rising Tree Wind Farm, LLC	California	100,00%	100,00%	Não auditada
Horizon Wind Energy Northwest VII, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Horizon Wind Energy Northwest X, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Horizon Wind Energy Northwest XI, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Horizon Wind Energy Panhandle I, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Horizon Wind Energy Southwest I, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Horizon Wind Energy Southwest II, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Horizon Wind Energy Southwest III, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Horizon Wind Energy Southwest IV, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Horizon Wind Energy Valley I, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Horizon Wind MREC Iowa Partners, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Horizon Wind, Freeport Windpower I, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Juniper Wind Power Partners, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Lexington Chenoa Wind Farm, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Machias Wind Farm, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Meadow Lake Wind Farm II, LLC	Texas	100,00%	100,00%	KPMG
New Trail Wind Farm, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
North Slope Wind Farm, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Number Nine Wind Farm, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Pacific Southwest Wind Farm, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Pioneer Prairie Wind Farm II, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Buffalo Bluff Wind Farm, LLC	Wyoming	100,00%	100,00%	Não auditada
Saddleback Wind Power Project, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Sardinia Windpower, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Turtle Creek Wind Farm, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Western Trail Wind Project I, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Whistling Wind WI Energy Center, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Simpson Ridge Wind Farm, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Coos Curry Wind Power Project, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Horizon Wind Energy Midwest IX, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Empresas Subsidiárias	Sede	% Indirecta	% Direitos de Voto	Auditor
Atividade elétrica - EUA:				
Horizon Wind Energy Northwest I, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Peterson Power Partners, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Pioneer Prairie Interconnection, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
The Nook Wind Power Project, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Tug Hill Windpower, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Whiskey Ridge Power Partners, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Wilson Creek Power Partners, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
WTP Management Company, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Meadow Lake Wind Farm, IV LLC	Indiana	100,00%	100,00%	Não auditada
Meadow Lake Windfarm III, LLC	Indiana	100,00%	100,00%	Não auditada
Lexington Chenoa Wind Farm II, LLC	Illinois	100,00%	100,00%	Não auditada
Lexington Chenoa Wind Farm III, LLC	Illinois	100,00%	100,00%	Não auditada
East Klickitat Wind Power Project, LLC	Washington	100,00%	100,00%	Não auditada
Horizon Wind Energy Northwest IV, LLC	Oregon	100,00%	100,00%	Não auditada
Blue Canyon Wind Power VII, LLC	Oklahoma	100,00%	100,00%	Não auditada
Horizon Wyoming Transmission, LLC	Wyoming	100,00%	100,00%	Não auditada
AZ Solar, LLC	Arizona	100,00%	100,00%	Não auditada
Black Prairie Wind Farm II, LLC	Illinois	100,00%	100,00%	Não auditada
Black Prairie Wind Farm III, LLC	Illinois	100,00%	100,00%	Não auditada
Paulding Wind Farm, LLC	Ohio	100,00%	100,00%	Não auditada
Paulding Wind Farm II, LLC	Ohio	100,00%	100,00%	Não auditada
Paulding Wind Farm III, LLC	Ohio	100,00%	100,00%	Não auditada
Simpson Ridge Wind Farm II, LLC	Wyoming	100,00%	100,00%	Não auditada
Simpson Ridge Wind Farm III, LLC	Wyoming	100,00%	100,00%	Não auditada
Simpson Ridge Wind Farm IV, LLC	Wyoming	100,00%	100,00%	Não auditada
Simpson Ridge Wind Farm V, LLC	Wyoming	100,00%	100,00%	Não auditada
Athena-Weston Wind Power Project II, LLC	Oregon	100,00%	100,00%	Não auditada
Meadow Lake Wind Farm V, LLC	Indiana	100,00%	100,00%	Não auditada
Headwaters Wind Farm, LLC	Indiana	100,00%	100,00%	Não auditada
17th Star Wind Farm, LLC	Ohio	100,00%	100,00%	Não auditada
Rio Blanco Wind Farm, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Hidalgo Wind Farm, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Stone Wind Power, LLC	Nova Iorque	100,00%	100,00%	Não auditada
Franklin Wind Farm, LLC	Nova Iorque	100,00%	100,00%	Não auditada
Waverly Wind Farm, LLC	Kansas	100,00%	100,00%	Não auditada
Lost Lakes Wind Farm, LLC	Iowa	100,00%	100,00%	KPMG
Quilt Block Wind Farm, LLC	Wisconsin	100,00%	100,00%	Não auditada
Stinson Mills Wind Farm, LLC	Colorado	100,00%	100,00%	Não auditada

As Empresas Conjuntamente Controladas incluídas na consolidação pelo método proporcional, à data de 31 de Dezembro de 2010, são as seguintes:

Empresas Conjuntamente Controladas	Sede	Capital /Moeda	Activo	Activo	Passivo	Passivo	Total	Total	Total	Resultado	%	%	Auditor
			Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente	Capital Próprio	Proveitos	Custos	Líquido			
			31-Dez-10	31-Dez-10	31-Dez-10	31-Dez-10	31-Dez-10	31-Dez-10	31-Dez-10	31-Dez-10			
Euro'000													
Actividade eléctrica													
Fiar Rock W indpower LLC	Nova Iorque	522.819 USD	162.186	3.686	1.146	43	164.682	11.813	-15.578	-3.765	50,00%	50,00%	E & Y
Fiar Rock W indpower II LLC	Nova Iorque	207.447 USD	64.868	1.026	437	55	65.402	2.908	-5.132	-2.224	50,00%	50,00%	E & Y
Compañía Eólica Aragonesa, S.A.	Saragoça	6.701 EUR	49.736	8.604	26.168	6.993	25.180	16.808	-10.103	6.705	50,00%	50,00%	Deloitte
Desarrollos Energeticos Canarios S.A.	Las Palmas	15 EUR	0	0	0	0	0	0	0	0	49,90%	49,90%	KPMG
Evolución 2000, S.L.	Albacete	118 EUR	24.435	7.102	20.293	4.073	7.172	4.988	-3.490	1.498	49,15%	49,15%	KPMG
Tebar Eólica, S.A.	Cuenca	4.720 EUR	16.135	5.398	14.611	1.900	5.022	4.044	-3.433	611	50,00%	50,00%	Abante Audit Auditores, S.L.



demonstrações financeiras

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

As Empresas Associadas incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial, à data de 31 de Dezembro de 2010, são as seguintes:

Empresas Associadas	Sede	% Participação	% Direitos de Voto	Auditor
Aprofitament D'Energies Renovables de L'Ebre, S.A.	Barcelona	48,70%	60,63%	Não auditada
Biomassas del Pirineo S.A.	Huesca	30,00%	30,00%	PWC
Cultivos Energéticos de Castilla S.A.	Burgos	30,00%	30,00%	Não auditada
D.E. DE CANARIAS, S.A.	Gran Canaria	44,75%	44,75%	Não auditada
Hidroastur S.A.	Oviedo	25,00%	25,00%	KPMG
Naturneo Energía, S.L.	Bilbau	49,01%	49,01%	Mazars
Parque Eólico Belmonte, S.A.	Asturias	29,90%	29,90%	KPMG
Parque Eólico Sierra del Madero S.A.	Soria	42,00%	42,00%	Não auditada
Sodecoan, S.L.	Sevilha	50,00%	50,00%	Ernst & Young
Solar Siglo XXI, S.A.	Ciudad Real	25,00%	25,00%	KPMG
ENEOP - Élicas de Portugal, S.A.	Lisboa	35,96%	35,96%	Mazars

As empresas subsidiárias consolidadas pelo método integral em 31 de Dezembro de 2009 são as seguintes.

Empresas Subsidiárias	Sede	% Indirecta	% Direitos de Voto	Auditor
Holding do Grupo:				
EDP Renováveis, S.A.	Oviedo	100,00%	100,00%	KPMG
Empresa-Mãe:				
EDP Renewables Europe, S.L.	Oviedo	100,00%	100,00%	KPMG
Actividade eléctrica - Portugal:				
Eneraltius- Produção de Energia Eléctrica, S.A.	Lisboa	100,00%	100,00%	KPMG
EDP Renováveis Portugal, S.A.	Lisboa	100,00%	100,00%	KPMG
Eólica da Alagoa, S.A.	Arcos Valdevez	59,99%	59,99%	KPMG
Eólica de Montenegro, Lda	Vila Pouca de Aguiar	50,10%	50,10%	KPMG
Eólica da Serra das Alturas, S.A.	Botlicas	50,10%	50,10%	KPMG
Malhadizes - Energia Eólica, S.A.	Porto	100,00%	100,00%	KPMG
Actividade eléctrica - Espanha:				
Acampo Arias,S.L.	Saragoça	98,19%	98,19%	KPMG
Agrupación Eólica SLU	Saragoça	100,00%	100,00%	KPMG
Parque Eólico Plana de Artajona, SLU	Saragoça	100,00%	100,00%	Não auditada
Compañía Eólica Campo de Borja, S.A.	Saragoça	75,83%	75,83%	KPMG
Cía. Eléctrica de Energías Renovables Alternativas, SAL	Saragoça	100,00%	100,00%	Deloitte
Ceprastur AIE *	Oviedo	56,76%	56,76%	Não auditada
Corporación Empresarial de Renovables Alternativas, SLU	Saragoça	100,00%	100,00%	Não auditada
Parc Eòlic de Coll de Moro, S.L.	Barcelona	60,00%	100,00%	KPMG
D.E. Almarchal, SAL *	Cádiz	100,00%	100,00%	KPMG
D.E. Buenavista, SAL *	Cádiz	100,00%	100,00%	KPMG
Desarrollos Catalanes Del Viento,S.L.	Barcelona	60,00%	60,00%	KPMG
D.E. de Corme, S.A. *	Corunha	100,00%	100,00%	KPMG
D.E. Dumbria, SAL *	Corunha	100,00%	100,00%	KPMG
Desarrollos Eólicos de Galicia, S.A. *	Corunha	100,00%	100,00%	KPMG
D.E. de Lugo, SAL *	Lugo	100,00%	100,00%	KPMG
Desarrollos Eólicos Promoción S.A.U. *	Sevilha	100,00%	100,00%	KPMG
D.E. Rabosera, S.A. *	Huesca	95,00%	95,00%	KPMG
Desarrollos Eólicos, S.A. *	Sevilha	100,00%	100,00%	KPMG
D.E. de Tarifa, SAL *	Cádiz	100,00%	100,00%	KPMG
Eólica Don Quijote, S.L. *	Albacete	100,00%	100,00%	KPMG
Eólica Dulcinea, S.L. *	Albacete	100,00%	100,00%	KPMG
Eolica Alfaz, S.L. *	Madrid	84,98%	84,98%	KPMG
Eólica Arlanzón, S.A. *	Madrid	77,50%	77,50%	KPMG
Eólica Campollano, S.A. *	Madrid	75,00%	75,00%	KPMG
Eneroliva, S.A. *	Sevilha	100,00%	100,00%	Não auditada
Eolica Fontesilva, S.L. *	Corunha	100,00%	100,00%	KPMG
Hidroeléctrica Fuentermosa S.L. *	Oviedo	100,00%	100,00%	Não auditada
Parques de Generación Eólica, S.L.	Burgos	60,00%	60,00%	KPMG
Generaciones Especiales I, S.L.	Madrid	100,00%	80,00%	KPMG
Ceasa Promociones Eólicas, SLU	Saragoça	100,00%	100,00%	KPMG
Subgrupo Veinco	Saragoça	100,00%	100,00%	Não auditada
Eolica Guadalteba, S.L.	Sevilha	100,00%	100,00%	KPMG
Hidroeléctrica Gormaz S.A. *	Salamanca	75,00%	75,00%	Não auditada

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Empresas Subsidiárias	Sede	% Indirecta	% Direitos de Voto	Auditor
Actividade eléctrica - Espanha:				
Iberia Aprovechamientos Eólicos, SAL	Saragoça	100,00%	100,00%	KPMG
Investigación y Desarrollo de Energías Renovables, S. L.	León	59,59%	59,59%	KPMG
Industrias Medioambientales Río Carrión, S.A. *	Madrid	90,00%	90,00%	Não auditada
Eolica La Janda, S.L. *	Madrid	100,00%	100,00%	KPMG
Eolica La Navica, S.L.	Madrid	100,00%	100,00%	KPMG
Parque Eólico Los Cantales, SLU	Saragoça	100,00%	100,00%	KPMG
Parc Eolic Molinars, S.L.	Girona	54,00%	90,00%	Não auditada
Molino de Caragüeyes,S.L.	Saragoça	80,00%	80,00%	KPMG
Parque Eólico Montes de Castejón, S.L.	Saragoça	100,00%	100,00%	Não auditada
Muxia I e II *	Coruña	100,00%	100,00%	Não auditada
NEO Energia Aragón S.L.	Madrid	100,00%	100,00%	KPMG
NEO Catalunya, S.L.	Barcelona	100,00%	100,00%	KPMG
Neomai Inversiones SICAV, S.A.	Madrid	100,00%	100,00%	PwC
Parque Eólico Santa Quiteria, S.L. *	Huesca	58,33%	58,33%	KPMG
Parque Eólico Belchite, S.L. *	Saragoça	100,00%	100,00%	KPMG
Parques Eólicos del Cantábrico, S.A. *	Oviedo	100,00%	100,00%	KPMG
Parque Eólico La Sotonera, S.L. *	Saragoça	64,84%	64,84%	KPMG
Eolica de Radona S.L. *	Madrid	100,00%	100,00%	KPMG
Rasacal Cogeneración S.A. *	Madrid	60,00%	60,00%	Não auditada
Siesa Renovables Canarias, S.L. *	Gran Canaria	100,00%	100,00%	Não auditada
Renovables Castilla La Mancha S.A. *	Albacete	90,00%	90,00%	KPMG
Hidroeléctrica del Rumberal S.L. *	Madrid	80,00%	80,00%	Não auditada
Eolica Sierra Avila, S.L. *	Madrid	89,99%	89,99%	KPMG
Sinae Inversiones Eólicas S.A. *	Madrid	100,00%	100,00%	KPMG
Sotromal, S.A. *	Soria	90,00%	90,00%	Não auditada
Parc Eólic de Torre Madrina, S.L.	Barcelona	60,00%	100,00%	KPMG
Tratamientos Medioambientales del Norte, S.A.	Madrid	80,00%	80,00%	Não auditada
Santa Quiteria Energia, S.L.U.	Saragoça	80,00%	100,00%	Não auditada
Bon Vent de Corbera, S.L.	Barcelona	100,00%	100,00%	KPMG
Bon Vent de Vilalba, S.L.	Barcelona	100,00%	100,00%	KPMG
Parc Eólic de Vilalba dels Arcs, S.L.	Barcelona	60,00%	100,00%	KPMG
Aprofitament D'Energies Renovables de la Terra Alta, S.A.	Barcelona	48,70%	60,63%	KPMG
Agrupación Eólica Francia, S.L.	Madrid	100,00%	100,00%	KPMG
Parc Eolic Coll de la Garganta, S.L.	Barcelona	100,00%	100,00%	KPMG
Eólica Curiscao Pumar, S.A.	Madrid	100,00%	100,00%	KPMG
Desarrolllos Eólicos de Teruel, S.L.	Saragoça	51,00%	51,00%	Não auditada
Eólica Garcimuñoz, S.L.	Madrid	100,00%	100,00%	Não auditada
Energías Eólicas La Manchuela, S.L.U. *	Madrid	100,00%	100,00%	KPMG
Sierra de la Peña, S.A.	Madrid	84,90%	84,90%	KPMG
Bon Vent de L'Ebre, S.L.	Barcelona	100,00%	100,00%	KPMG
Parc Eolic Serra Voltorera, S.L.	Barcelona	100,00%	100,00%	KPMG
Actividade eléctrica - França:				
Parc Eolien D'Ardennes, SARL	Elbeuf	100,00%	100,00%	Não auditada
Parc Eolien du Clos Bataille, SAS	Elbeuf	100,00%	100,00%	Não auditada
Eolienne des Bocages, SARL	Elbeuf	100,00%	100,00%	Não auditada
Eolienne de Callengeville, SAS	Elbeuf	100,00%	100,00%	Não auditada
CE Canet-Pont de Salars, SAS	Paris	100,00%	100,00%	KPMG
Parc Eolien des Longs Champs, SARL	Elbeuf	100,00%	100,00%	Não auditada
Eolienne D'Etalondes, SARL	Elbeuf	100,00%	100,00%	Não auditada
CE Gueltas Noyal-Pontivy, SAS	Paris	100,00%	100,00%	KPMG
Parc Eolien de La Hetroye, SAS	Elbeuf	100,00%	100,00%	Não auditada
SOCPE Le Mee, SARL	Toulouse	49,00%	49,00%	KPMG
Parc Eolien de Mancheville, SARL	Elbeuf	100,00%	100,00%	Não auditada
EDP Renewables France, SAS	Paris	100,00%	100,00%	KPMG
C.E. Patay, SAS	Paris	100,00%	100,00%	KPMG
Parc Eolien des Bocages, SARL	Elbeuf	100,00%	100,00%	Não auditada
SOCPE Petite Piece, SARL	Toulouse	49,00%	49,00%	KPMG
Plouvien Breiz, SAS	Carhaix	100,00%	100,00%	Jean-Yves Moriss
Parc Eolien de Roman, SARL	Elbeuf	100,00%	100,00%	Não auditada
C.E. Saint Barnabe, SAS	Paris	100,00%	100,00%	KPMG
Eolienne de Saugueuse, SARL	Elbeuf	100,00%	100,00%	Não auditada
SOCPE Sauvageons SARL	Toulouse	49,00%	49,00%	KPMG
C.E. Segur, SAS	Paris	100,00%	100,00%	KPMG
Centrale Eolienne Neo Truc L'Homme, SAS	Paris	100,00%	100,00%	KPMG
Parc Eolien de Varimpre, SAS	Elbeuf	100,00%	100,00%	Não auditada
Parc Eolien des Vatlines, SAS	Elbeuf	100,00%	100,00%	Não auditada
Mardelle, SARL	Toulouse	100,00%	100,00%	Não auditada
Quinze Mines, SARL	Toulouse	49,00%	49,00%	Não auditada
Vallée du Moulin, SARL	Toulouse	100,00%	100,00%	Não auditada



demonstrações financeiras

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Empresas Subsidiárias	Sede	% Indirecta	% Direitos de Voto	Auditor
Actividade eléctrica - Polónia:				
Elektrownia Wiatrowa Kresy I SP ZOO	Warsaw	100,00%	100,00%	Não auditada
EDP Renewables Polska SP ZOO	Warsaw	100,00%	100,00%	KPMG
Relax Wind Park I SP ZOO	Warsaw	96,43%	96,43%	KPMG
Relax Wind Park II SP ZOO	Warsaw	51,00%	51,00%	Não auditada
Relax Wind Park III SP ZOO	Warsaw	100,00%	100,00%	Não auditada
Relax Wind Park IV SP ZOO	Warsaw	51,00%	51,00%	Não auditada
Actividade eléctrica - Bélgica:				
Greenwind S.A.	Louvain-la-Neuve	70,00%	70,00%	Não auditada
Actividade eléctrica - Brasil:				
EDP Renováveis Brasil, S.A.	São Paulo	55,00%	55,00%	KPMG
Central Nacional de Energia Eólica, S.A. (Cenaeel)	São Paulo	55,00%	100,00%	KPMG
Elebrás Projectos, Ltda	São Paulo	55,00%	100,00%	Não auditada
Actividade eléctrica - Roménia:				
Cernavoda Power SRL	Bucareste	85,00%	85,00%	KPMG
EDP Renewables Romania, S.R.L.	Bucareste	85,00%	85,00%	KPMG
Actividade eléctrica - Holanda:				
Tarcan. B.V.	Amsterdão	100,00%	100,00%	Não auditada
Actividade eléctrica - Reino Unido:				
EDPR UK Limited	Cardiff	100,00%	100,00%	Não auditada
Moray Offshore Renewables Limited	Cardiff	75,00%	75,00%	Não auditada
Empresa-Mãe:				
Horizon Wind Energy, LLC	Texas	100,00%	100,00%	KPMG
Actividade eléctrica - EUA:				
Wind Turbine Prometheus, LP	California	100,00%	100,00%	KPMG
Dickinson County Wind Farm, LLC	Minnesota	100,00%	100,00%	KPMG
Darlington Wind Farm, LLC	Minnesota	100,00%	100,00%	KPMG
Cloud County Wind Farm, LLC	Kansas	100,00%	100,00%	KPMG
Whitestone Wind Purchasing, LLC	Texas	100,00%	100,00%	KPMG
Blue Canyon Windpower II, LLC	Oklahoma	100,00%	100,00%	KPMG
Blue Canyon Windpower V, LLC	Oklahoma	100,00%	100,00%	KPMG
Horizon Wind Energy International, LLC	Texas	100,00%	100,00%	KPMG
Pioneer Prairie Wind Farm I, LLC	Iowa	100,00%	100,00%	KPMG
Sagebrush Power Partners, LLC	Washington	100,00%	100,00%	KPMG
Telocaset Wind Power Partners, LLC	Oregon	100,00%	100,00%	KPMG
High Trail Wind Farm, LLC	Illionois	100,00%	100,00%	KPMG
Marble River, LLC	Nova Iorque	100,00%	100,00%	KPMG
Rail Splitter, LLC	Illionois	100,00%	100,00%	KPMG
Blackstone Wind Farm, LLC	Illionois	100,00%	100,00%	KPMG
Aroostook Wind Energy LLC	Maine	100,00%	100,00%	KPMG
Jericho Rise Wind Farm, LLC	Nova Iorque	100,00%	100,00%	KPMG
Madison Windpower, LLC	Nova Iorque	100,00%	100,00%	KPMG
Mesquite Wind, LLC	Texas	100,00%	100,00%	KPMG
Martinsdale Wind Farm, LLC	Colorado	100,00%	100,00%	KPMG
Post Oak Wind, LLC	Texas	100,00%	100,00%	KPMG
BC Maple Ridge Wind, LLC	Texas	100,00%	100,00%	KPMG
High Prairie Wind Farm II, LLC	Minnesota	100,00%	100,00%	KPMG
Arlington Wind Power Project, LLC	Oregon	100,00%	100,00%	KPMG
Signal Hill Wind Power Project, LLC	Colorado	100,00%	100,00%	KPMG
Tumbleweed Wind Power Project, LLC	Colorado	100,00%	100,00%	KPMG
Old Trail Wind Farm, LLC	Illionois	100,00%	100,00%	KPMG
Viento Grande Wind Power Project LLC	Colorado	100,00%	100,00%	KPMG
OPQ Property LLC	Illionois	100,00%	100,00%	KPMG
Meadow Lake Wind Farm, LLC	Indiana	100,00%	100,00%	KPMG
Wheatfield Wind Power Project, LLC	Oregon	100,00%	100,00%	KPMG
2007 Vento I, LLC	Texas	100,00%	100,00%	KPMG
2007 Vento II, LLC	Texas	100,00%	100,00%	KPMG
2008 Vento III, LLC	Texas	100,00%	100,00%	KPMG
2009 Vento IV, LLC	Texas	100,00%	100,00%	KPMG

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Empresas Subsidiárias	Sede	% Indireta	% Direitos de Voto	Auditor
Atividade elétrica - EUA:				
2009 Vento V, LLC	Texas	100,00%	100,00%	KPMG
2009 Vento VI, LLC	Texas	100,00%	100,00%	KPMG
Horizon Wind Ventures I, LLC	Texas	100,00%	100,00%	KPMG
Horizon Wind Ventures II, LLC	Texas	100,00%	100,00%	KPMG
Horizon Wind Ventures III, LLC	Texas	100,00%	100,00%	KPMG
Horizon Wind Ventures VI, LLC	Texas	100,00%	100,00%	KPMG
Horizon Wind Ventures IB, LLC	Texas	100,00%	100,00%	KPMG
Horizon Wind Ventures IC, LLC	Texas	100,00%	100,00%	KPMG
Clinton County Wind Farm, LLC	Nova Iorque	100,00%	100,00%	KPMG
BC2 Maple Ridge Holdings LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Cloud West Wind Project, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Five-Spot, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Horizon Wind Chocolate Bayou I, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Alabama Ledge Wind Farm, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Antelope Ridge Wind Power Project, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Arkwright Summit Wind Farm LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Ashford Wind Farm, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Athena-Weston Wind Power Project, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Black Prairie Wind Farm, LLC	Texas	100,00%	100,00%	KPMG
Blackstone Wind Farm II, LLC	Texas	100,00%	100,00%	KPMG
Blackstone Wind Farm III, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Blackstone Wind Farm IV, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Blackstone Wind Farm V, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Blue Canyon Windpower III, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Blue Canyon Windpower IV, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Blue Canyon Windpower VI, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Broadlands Wind Farm II, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Broadlands Wind Farm III, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Broadlands Wind Farm, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Chateaugay River Wind Farm, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Cropsey Ridge Wind Farm, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Crossing Trails Wind, Power Project, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Dairy Hills Wind Farm, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Diamond Power Partners, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Ford Wind Farm, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Freeport Windpower I, LP	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Gulf Coast Windpower Management Company, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Homestead Wind Farm, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Horizon Wind Energy Northwest VII, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Horizon Wind Energy Northwest X, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Horizon Wind Energy Northwest XI, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Horizon Wind Energy Panhandle I, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Horizon Wind Energy Southwest I, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Horizon Wind Energy Southwest II, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Horizon Wind Energy Southwest III, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Horizon Wind Energy Southwest IV, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Horizon Wind Energy Valley I, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Horizon Wind MREC Iowa Partners, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Horizon Wind, Freeport Windpower I, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Juniper Wind Power Partners, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Lexington Chenoa Wind Farm, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Machias Wind Farm, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Meadow Lake Wind Farm II, LLC	Texas	100,00%	100,00%	KPMG
New Trail Wind Farm, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
North Slope Wind Farm, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Number Nine Wind Farm, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Pacific Southwest Wind Farm, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Pioneer Prairie Wind Farm II, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Buffalo Bluff Wind Farm, LLC	Wyoming	100,00%	100,00%	Não auditada
Saddleback Wind Power Project, LLC	Texas	100,00%	100,00%	KPMG
Sardinia Windpower, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Turtle Creek Wind Farm, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Western Trail Wind Project I, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Whistling Wind WI Energy Center, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Simpson Ridge Wind Farm, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Coos Curry Wind Power Project, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Horizon Wind Energy Midwest IX, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Horizon Wind Energy Northwest I, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Peterson Power Partners, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Pioneer Prairie Interconnection, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada



demonstrações financeiras

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Empresas Subsidiárias	Sede	% Indirecta	% Direitos de Voto	Auditor
Actividade eléctrica - EUA:				
The Nook Wind Power Project, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Tug Hill Windpower, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Whiskey Ridge Power Partners, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Wilson Creek Power Partners, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
WTP Management Company, LLC	Texas	100,00%	100,00%	Não auditada
Meadow Lake Wind Farm, IV LLC	Indiana	100,00%	100,00%	KPMG
Meadow Lake Windfarm III, LLC	Indiana	100,00%	100,00%	KPMG
Lexington Chenoa Wind Farm II, LLC	Illinois	100,00%	100,00%	KPMG
Lexington Chenoa Wind Farm III, LLC	Illinois	100,00%	100,00%	KPMG
East Klickitat Wind Power Project, LLC	Washington	100,00%	100,00%	KPMG
Horizon Wind Energy Northwest IV, LLC	Oregon	100,00%	100,00%	KPMG
Blue Canyon Wind Power VII, LLC	Oklahoma	100,00%	100,00%	KPMG
Horizon Wyoming Transmission, LLC	Wyoming	100,00%	100,00%	KPMG
AZ Solar, LLC	Arizona	100,00%	100,00%	KPMG
Black Prairie Wind Farm II, LLC	Illinois	100,00%	100,00%	KPMG
Black Prairie Wind Farm III, LLC	Illinois	100,00%	100,00%	KPMG
Paulding Wind Farm, LLC	Ohio	100,00%	100,00%	KPMG
Paulding Wind Farm II, LLC	Ohio	100,00%	100,00%	KPMG
Paulding Wind Farm III, LLC	Ohio	100,00%	100,00%	KPMG
Simpson Ridge Wind Farm II, LLC	Wyoming	100,00%	100,00%	KPMG
Simpson Ridge Wind Farm III, LLC	Wyoming	100,00%	100,00%	KPMG
Simpson Ridge Wind Farm IV, LLC	Wyoming	100,00%	100,00%	KPMG
Simpson Ridge Wind Farm V, LLC	Wyoming	100,00%	100,00%	KPMG
Athena-Weston Wind Power Project II, LLC	Oregon	100,00%	100,00%	KPMG
Meadow Lake Wind Farm V, LLC	Indiana	100,00%	100,00%	KPMG
Lost Lakes Wind Farm, LLC	Iowa	100,00%	100,00%	KPMG
Quilt Block Wind Farm, LLC	Wisconsin	100,00%	100,00%	Não auditada
Stinson Mills Wind Farm, LLC	Colorado	100,00%	100,00%	Não auditada

As **Empresas Conjuntamente Controladas** incluídas na consolidação pelo método proporcional, à data de 31 de Dezembro de 2009, são as seguintes:

Empresas Conjuntamente Controladas	Sede	Capital /Moeda	Activo	Activo	Passivo	Passivo	Total	Total	Total	Resultado	% Deitada	% Direitos de Voto	Auditor
			Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente	Capital Próprio	Proveitos	Custos	Líquido			
			31-Dez-09	31-Dez-09	31-Dez-09	31-Dez-09	31-Dez-09	31-Dez-09	31-Dez-09	31-Dez-09			
			Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000			
Actividade eléctrica													
Fiat R ock W indpower L L C	Nova torque	525.480 USD	1.58.964	3.694	1.049	66	161.542	11.353	-13.386	-2.033	50,00%	50,00%	E & Y
F iat R ock W indpower I I L L C	Nova torque	207.447 USD	63.394	849	387	43	63.814	2.743	-4.387	-1.644	50,00%	50,00%	E & Y
Compañía E ólica Aragonesa, S. A.	S aragoça	6.701 EUR	50.492	9.088	31.094	7.787	50.492	14.805	-10.340	4.465	50,00%	50,00%	Deloitte
Desarrollos E nergeticos Canarios S. A.	L as Palmas	15 EUR	0	0	0	0	0	0	0	0	49,90%	49,90%	KPMG
E volución 2000, S. L.	Albacete	118 EUR	25.840	5.694	21.921	3.895	5.718	5.273	-3.765	1.508	49,15%	49,15%	KPMG
Murcias ol- I S olar Térmica, S. L.	Madrid	3 EUR	85	16	41	58	2	0	0	0	50,00%	50,00%	Not audited
Tebor E ólica, S. A.	Cuenca	4.720 EUR	17.796	4.992	16.082	1.744	4.961	4.054	-3.449	606	50,00%	50,00%	Abante Audit Audidores, S. L.

As **Empresas Associadas** incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial, à data de 31 de Dezembro de 2009, são as seguintes:

Empresas Associadas	Sede	% Indirecta	% Direitos de Voto	Auditor
Aprofitament D'Energies Renovables de L'Ebre, S.A.	Barcelona	48,70%	60,63%	Não auditada
Biomassas del Pirineo S.A.	Huesca	30,00%	30,00%	PwC
Cultivos Energéticos de Castilla S.A.	Burgos	30,00%	30,00%	Não auditada
D.E. DE CANARIAS, S.A.	Gran Canaria	44,75%	44,75%	Não auditada
Hidroastur S.A.	Oviedo	25,00%	25,00%	KPMG
Naturneo Energía, S.L.	Bilbau	49,01%	49,01%	Mazars
Parque Eólico Belmonte, S.A.	Asturias	29,90%	29,90%	KPMG
Parque Eólico Sierra del Madero S.A.	Soria	42,00%	42,00%	Não auditada
Parque Eólico Altos del Voltoya, S.A.	Madrid	42,00%	42,00%	KPMG
Sodecoan, S.L.	Sevilha	50,00%	50,00%	Ernst & Young
Solar Siglo XXI, S.A.	Ciudad Real	25,00%	25,00%	KPMG
ENEOP - Eólicas de Portugal, S.A.	Lisboa	19,60%	19,60%	Mazars

* As empresas foram consolidadas considerando que a EDP Renováveis, através da sua subsidiária EDPR EU, detém 100% do capital da Genesa, tendo em consideração a "put option" sobre a Caja Madrid (como descrito na Nota 36).

EDP Renováveis, S.A.

Actividade Grupo por Segmentos de Negócio

Informação por Segmentos de Negócio para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

(Milhares de Euros)

	Produção Eólica						E.U.A	Outros e Ajustamentos	EDP Renováveis Group
	EUROPA								
	Portugal	Espanha	Resto da Europa	Outros	Ajustamentos	Total			
Volume de negócios	140.482	337.444	75.447	19.910	-8.080	565.203	276.494	3.359	845.056
Clientes externos	140.482	330.672	75.260	12.175	-	558.589	276.494	3.359	838.442
Clientes inter segmentos	-	6.772	187	7.735	-8.080	6.614	-	-	6.614
Custos com aquisição de eletricidade	-245	-653	-478	-1	115	-1.262	-1.525	-130	-2.917
Variação dos inventários e custo das matérias primas e consumíveis	14	-5.589	3.489	-173	550	-1.709	-	212	-1.497
	140.251	331.202	78.458	19.736	-7.415	562.232	274.969	3.441	840.642
Outros proveitos / (custos) de exploração									
Outros proveitos de exploração	1.657	7.185	16.376	2.655	-991	26.882	153.027	121	180.030
Fornecimentos e serviços externos	-18.234	-60.686	-17.851	-10.732	20.094	-87.409	-93.026	-15.776	-196.211
Custos com o pessoal e Custos com benefícios aos empregados	-2.702	-5.568	-3.120	-8.736	-	-20.126	-24.333	-10.387	-54.846
Outros custos de exploração	-5.296	-9.889	-2.492	-2.213	-23	-19.913	-22.303	-14.650	-56.866
	-24.575	-68.958	-7.087	-19.026	19.080	-100.566	13.365	-40.692	-127.893
	115.676	262.244	71.371	710	11.665	461.666	288.334	-37.251	712.749
Provisões do exercício	8	147	-	-	-	155	-	-	155
Amortizações do exercício	-34.964	-138.271	-30.708	-5.242	-	-209.185	-222.263	-2.955	-434.403
Amortização do proveito diferido/subsídios governamentais	1.100	214	222	-	-	1.536	9.869	1	11.406
	81.820	124.334	40.885	-4.532	11.665	254.172	75.940	-40.205	289.907
Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros proveitos financeiros	290	688	17.144	46.865	-46.865	18.122	6.131	10.121	34.374
Juros obtidos	3.160	1.949	468	170.012	-167.321	8.268	308	1.355	9.931
Outros custos financeiros	-306	-1.680	-21.546	-19.960	14.969	-28.523	-73.355	-8.182	-110.060
Juros suportados	-32.711	-98.159	-30.190	-233.849	167.474	-227.435	3.400	115.644	-108.391
Ganhos / (perdas) em associadas	2.128	2.908	-	-	-	5.036	-	-	5.036
Resultados antes imposto	54.381	30.040	6.761	-41.464	-20.077	29.641	12.424	78.733	120.797
Impostos sobre lucros	-15.118	-8.306	429	10.210	-	-12.785	-	-24.974	-37.759
Resultado líquido do exercício	39.263	21.734	7.190	-31.254	-20.077	16.856	12.424	53.759	83.038
Atribuível a:									
Accionistas da EDP Renováveis	37.766	14.015	7.092	-25.875	-20.077	12.921	12.424	54.859	80.203
Interesses minoritários	1.497	7.719	98	-5.379	-	3.935	-	-1.100	2.835
Resultado líquido do exercício	39.263	21.734	7.190	-31.254	-20.077	16.856	12.424	53.759	83.038
Activos									
Activos tangíveis	544.126	3.105.798	1.300.198	50.158	-	5.000.280	4.814.548	166.943	9.981.771
Activos intangíveis e Goodwill	43.167	106.656	93.194	72	508.886	751.975	600.317	14.441	1.366.733
Investimentos financeiros em empresas associadas	-	15.915	-	12	28.127	44.054	1.817	-	45.871
Activo corrente	161.590	410.772	148.131	1.223.267	-1.184.134	759.626	199.503	301.436	1.260.565
Capitais Próprios e Passivos									
Capitais próprios e Interesses Minoritários	74.258	860.192	253.527	48.858	-794.532	442.303	3.146.741	1.804.467	5.393.511
Passivo corrente	151.655	930.649	409.258	393.605	-813.227	1.071.940	428.332	-208.097	1.292.175
Outras informações:									
Aumentos do ano									
Activos tangíveis	7.859	128.435	467.018	4.370	-	607.682	783.436	79.519	1.470.637
Activos intangíveis e Goodwill	-	124	60.106	-	-	60.230	2.185	314	62.729

demonstrações financeiras

EDP Renováveis, S.A.
Actividade Grupo por Segmentos de Negócio
Informação por Segmentos de Negócio para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009
(Milhares de Euros)

	Produção Eólica								
	EUROPA								
	Portugal	Espanha	Resto da Europa	Outros	Ajustamentos	Total			
Volume de negócios	123.336	260.534	38.355	6.645	12.567	441.437	204.649	2.156	648.242
Clientes externos	123.336	258.590	38.355	287	19.270	439.838	204.649	2.286	646.773
Clientes inter segmentos	-	1.944	-	6.358	-6.703	1.599	-	-130	1.469
Custos com aquisição de eletricidade	-236	-10	-	-	-	-246	-1.198	-78	-1.522
Variação dos inventários e custo das materias primas e consumíveis	19	-6.493	745	-18	943	-4.804	-	91	-4.713
	123.119	254.031	39.100	6.627	13.510	436.387	203.451	2.169	642.007
Outros proveitos / (custos) de exploração									
Outros proveitos de exploração	2.632	6.385	756	1.026	-946	9.853	115.318	60	125.231
Fornecimentos e serviços externos	-17.633	-41.295	-7.573	-8.846	6.648	-68.699	-65.418	-14.187	-148.304
Custos com o pessoal e Custos com benefícios aos empregados	-1.264	-7.050	-1.550	-3.988	-	-13.852	-20.987	-7.708	-42.547
Outros custos de exploração	-5.204	-6.334	-3.761	-84	61	-15.322	-17.926	-590	-33.838
	-21.469	-48.294	-12.128	-11.892	5.763	-88.020	10.987	-22.425	-99.458
	101.650	205.737	26.972	-5.265	19.273	348.367	214.438	-20.256	542.549
Provisões do exercício	170	12	-	-	-	182	-	1	183
Amortizações do exercício	-31.151	-106.745	-14.809	-1.387	-	-154.092	-158.982	-1.276	-314.350
Amortização do proveito diferido/subsídios governamentais	658	154	-	1	-	813	1.589	1	2.403
	71.327	99.158	12.163	-6.651	19.273	195.270	57.045	-21.530	230.785
Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros	-	268	-	-	-	268	-	-	268
Outros proveitos financeiros	-	-44	10.370	10.256	-10.200	10.382	6.218	2.144	18.744
Juros obtidos	2.846	4.923	54	130.161	-130.145	7.839	692	8.442	16.973
Outros custos financeiros	-32	-5.631	-4.524	-273	-8.655	-19.115	-59.590	-392	-79.097
Juros suportados	-25.711	-68.351	-17.370	-185.737	130.180	-166.989	2.477	135.458	-29.054
Ganhos / (perdas) em associadas	421	3.788	-	-	-	4.209	-287	-	3.922
Resultados antes imposto	48.851	34.111	693	-52.244	453	31.864	6.555	124.122	162.541
Impostos sobre lucros	-9.985	-7.804	-833	11.298	-	-7.324	-	-37.430	-44.754
Resultado líquido do exercício	38.866	26.307	-140	-40.946	453	24.540	6.555	86.692	117.787
Atribuível a:									
Accionistas da EDP Renováveis	37.499	19.931	-319	-36.545	453	21.019	6.555	86.775	114.349
Interesses minoritários	1.367	6.376	179	-4.401	-	3.521	-	-83	3.438
Resultado líquido do exercício	38.866	26.307	-140	-40.946	453	24.540	6.555	86.692	117.787
Activos									
Activos tangíveis	574.592	3.081.900	877.979	55.810	-	4.590.281	3.978.845	65.885	8.635.011
Activos intangíveis e Goodwill	43.920	107.048	49.550	75	571.751	772.344	549.122	14.230	1.335.696
Investimentos financeiros em empresas associadas	-	20.238	-	12	25.674	45.924	1.686	-1	47.609
Activo corrente	159.152	442.570	57.273	792.842	-839.570	612.267	208.581	284.508	1.105.356
Capitais Próprios e Passivos									
Capitais próprios e Interesses Minoritários	81.582	864.882	190.378	6.079	-697.366	445.555	2.858.681	2.023.319	5.327.555
Passivo corrente	99.865	953.159	259.080	379.776	-545.615	1.146.265	274.160	-174.915	1.245.510
Outras informações:									
Aumentos do ano									
Activos tangíveis	105.400	535.294	381.463	19.973	-	1.042.130	828.519	24.538	1.895.187
Activos intangíveis e Goodwill	-	36.717	1.106	24	-	37.847	-	1.251	39.098



- | | |
|---|---|
| 1 | 3 |
| 2 | 4 |
- 1. Foto do colaborador: Alberto Borobia
 - 2. Foto do colaborador: Chris Blauvelt
 - 3. Foto do colaborador: Jorge Moreno Biscarri
 - 4. Foto do colaborador: Tomas Cid

declaração de conformidade com a informação financeira

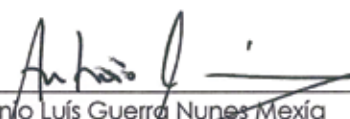


Os membros do Conselho de Administração da sociedade EDP Renováveis, S.A.

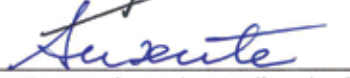
DECLARAM

Até ao limite do nosso conhecimento, a informação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 245 do Decreto-Lei n.º 357-A/2007, de 31 de Outubro e demais documentos relativos à apresentação das contas exigidos pela lei em vigor foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, reflectindo uma imagem verdadeira e justa do activo, passivo, da situação financeira e dos resultados da EDP Renováveis, S.A. e das empresas incluídas no seu perímetro de consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas aos quais poderá estar exposta.

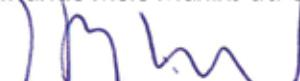
Lisboa, 23 de Fevereiro de 2011.


António Luís Guerra Nunes Mexia


Ana Maria Fernandes Machado


António Fernando Melo Martins da Costa


Nuno Maria Pestana de Almeida Alves


João Manuel Manso Neto

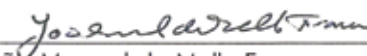

José Silva Lopes


António do Pranto Nogueira Leite


Rafael Caldeira de Castel-Branco Valverde

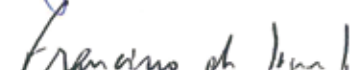

José Fernando Maia de Araújo e Silva


Manuel Menéndez Menéndez


João Manuel de Mello Franco


Jorge Manuel Azevedo Henriques dos Santos


Daniel M. Kammen


Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda


Gilles August


João José Belard da Fonseca Lopes Raimundo

relatório de auditoria às demonstrações financeiras consolidadas

KPMG Auditores S.L.
Ventura Rodríguez, 2
33004 Oviedo

Relatório de Auditoria das Demonstrações Financeiras Consolidadas

(Este relatório constitui uma tradução livre da versão original em Espanhol
Em caso de eventuais discrepâncias a versão original prevalece sobre esta tradução)

Aos Accionistas da
EDP Renováveis, S.A.

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas da EDP Renováveis, S.A. (a “Empresa”) e suas subsidiárias (“Grupo”), as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2010, as demonstrações consolidadas dos resultados, do rendimento integral consolidado, das alterações nos capitais próprios e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo relativos ao exercício findo naquela data. Conforme mencionado na nota 2 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, a sua preparação é da responsabilidade do Conselho de Administração, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) adoptadas na União Europeia e outras disposições legais sobre informação financeira aplicáveis ao Grupo. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas, baseada na nossa auditoria de acordo com a legislação e regulamentação de auditoria aplicável em Espanha, que exigem a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes nas demonstrações financeiras consolidadas, apreciação , em termos globais, da sua apresentação, bem como as políticas e os critérios contabilísticos adoptados e a as estimativas efectuadas estão de acordo com as normas relacionadas com a informação financeira.

Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, os capitais próprios consolidados e a posição financeira consolidada da EDP Renováveis, S.A. e das suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2010, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, e outras disposições legais sobre informação financeira.

O relatório de gestão consolidado de 2010 contém as explicações consideradas relevantes pelo Conselho de Administração da EDP Renováveis, S.A. face à situação do Grupo, a evolução do seu negócio e outros assuntos, e não constitui parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas. O nosso exame abrangeu a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com a informação divulgada nas demonstrações financeiras consolidadas de 2010. Enquanto auditores o nosso exame é limitado à verificação do relatório de gestão no âmbito descrito neste parágrafo e não inclui a revisão de outra informação que não a extraída directamente dos registos contabilísticos da EDP Renováveis, S.A. e das suas subsidiárias.

KPMG Auditores, S.L.

Ana Fernández Poderós

24 de Fevereiro de 2011

KPMG Auditores, S.L., a limited liability Spanish company, is an affiliate of KPMG Europe LLP and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International, a Swiss cooperative.

Reg. Mer Madrid, T. 11961, F. 90, Sec. 8, H. M.-188.007, Inscrip. 9 C.I.F. B-78510153

Impresso em papel elaborado com celulose ECF – Elementary Chlorine Free – em fábricas com Certificação ISO 9001, Gestão Ambiental ISO 14001 e com Certificação Florestal FSC. Papel proveniente de florestas que são objecto dum processo científico e sustentado de reflorestação.

PUBLICAÇÃO EDP Renováveis, S.A.

Brand and Communication
Plaza de la Gesta, 2
33007 Oviedo, España

DESIGN happy brands

IMPRESSÃO Dilazo – Artes Gráficas, S.A.

TIRAGEM 150 unidades

DEPÓSITO LEGAL 291932/09

Abril de 2011

INFORMAÇÃO ADICIONAL Para mais informações sobre o Grupo EDP, visite www.edprenovaveis.com, onde poderá encontrar a versão electrónica do Relatório e Contas EDP Renováveis 2010

